NOVA HISTÓRIA

em perspectiva

organização

FERNANDO A. NOVAIS
ROGERIO F. DA SILVA

NOVA HIS Ó A

ctiva

organiza

FERNAN . NOV

ROGERI A S

NOVA HISTÓRIA
em perspectiva

organização

FERNANDO A. NOVAIS
ROGERIO F. DA SILVA

NOVA HISTÓRIA em perspectiva

Organização e introdução
FERNANDO ANTONIO NOVAIS e ROGERIO FORASTIERI DA SILVA

COSACNAIFY

VOLUME 1
Propostas e desdobramentos

VOLUME 2
Debates

1

Propostas e desdobramentos

FERNANDO ANTONIO NOVAIS e ROGERIO FORASTIERI DA SILVA

INTRODUÇÃO: PARA A HISTORIOGRAFIA DA NOVA HISTÓRIA

Lenta e imperceptivelmente, também a Nova História vai se tornando História, e portanto se constituindo objeto da historiografia. Intensa, evidentemente, a tentação de situar a nova escola no quadro geral a que pertence, e destarte realizar a historiografia da Nova História. A ambição aqui é menor, pois pretendemos apenas, numa primeira aproximação, um balanço de conjunto, por meio de uma antologia de textos, selecionados e distribuídos de maneira a proporcionar aquela visão inicial da tendência atualmente dominante em nossa seara. Seleção e distribuição de textos cujo critério será esclarecido mais adiante. Agora, importa explicitarmos nossa maneira de ver a problemática da inserção da Nova História no andamento da historiografia, naquilo que tem de comum com procedimentos congêneres, bem como no que lhe é específico. Reflexões, portanto, inspiradas no estudo da história geral da historiografia, e que lastreiam o critério acima referido da organização da antologia. Com efeito, desde a *Belle Époque*[1] a história da História (historiografia) vem não só se desenvolvendo como também adquirindo estatuto teórico que a torna imprescindível na reflexão a respeito do discurso do historiador. Retomaremos adiante esta questão fundamental.

1 A partir de 1911: Eduard Fueter, *Geschichte der Neueren Historiographie*. Tradução francesa, 1914. Tradução espanhola, 1953.

Antes, porém, gostaríamos de invocar a melancólica observação de Eric J. Hobsbawm, na abertura da alentada *História do marxismo*, em que constata a inexorabilidade de tudo que é humano transformar-se em História; para acrescentar, em seguida, que, no caso do materialismo histórico, há evidentemente uma dificuldade suplementar, qual seja, de uma teoria aplicar-se a si mesma.[2] Semelhantemente, na historiografia (isto é, na história da História), a mesma dificuldade se apresenta contundente – por isso, sempre se configura como um exame de consciência do historiador. Observe-se que, nos livros de história geral da historiografia, propõe-se normalmente a análise dos vários momentos da escrita da história, analisados nos respectivos contextos, mas muitas vezes não se consegue evitar uma visão que converge para as mais recentes formas e estilos, sobretudo àquelas que enformam o autor. Por exemplo, no livrinho de Charles-Olivier Carbonell,[3] de resto de muita valia, tudo caminha para a Escola dos *Annales*, que é assim o seu ponto de fuga; nem precisamos lembrar o denso livro de Josep Fontana, cuja arquitetura teleológica deixa-se entrever pelo sumário.[4] Tal a dificuldade de evitar o anacronismo em história da História.

E aqui começamos a aflorar alguns pontos centrais para o nosso tema, qual seja, situar a Nova História no contexto da história geral da historiografia. Observada no conjunto, o que primeiro se destaca na história da História é a antiguidade da história como discurso. Esta constatação, obviamente consensual, nem sempre dá lugar aos respectivos desdobramentos e implicações.[5]

---

2 Eric J. Hobsbawm *et al.* (orgs.), trad. port. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, v. I, pp. 11-33. 12 v.

3 Charles-Olivier Carbonell, *L'Historiographie*. Paris: PUF, 1981 [ed. port.: *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992]. Na mesma direção: Jean-Maurice Bizière e Pierre Vayssière, *Histoire et Historiens: Antiquité, Moyen Âge, France Moderne et contemporaine*. Paris: Hachette, 1995.

4 Josep Fontana, *Historia: análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Grijalbo, 1982 [ed. bras.: *História: análise do passado e projeto social*, trad. Luiz Roncari. Bauru (SP): Edusc, 1998].

5 Cf. Harry Elmer Barnes, *A History of Historical Writing*. Nova York: University of Oklahoma Press, 1937; James Westfall Thompson, *A History of Historical Writing*. Nova York: MacMillan, 1942. Donald R. Kelley (org.), *Versions of History from*, 2 v.; *Antiquity to the Enlightenment*. New Haven: Yale University Press, 1991. Também: Charles Samaran (org.), *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961; especialmente o capítulo de

Muito antiga, a história, narrativa dos acontecimentos, só se iguala às artes e à filosofia; por isso, tem uma musa, Clio. Mas isso significa também que a história, como discurso, é anterior às demais ciências sociais, anterior às universidades. Isto significa, efetivamente, que, na história intelectual, pode-se examinar e analisar o impacto das ciências sociais sobre a história, e não o contrário. E não se leva em conta que esse traço de nossa disciplina interfere decisivamente na natureza do diálogo e das relações entre história e ciências sociais, que quase sempre giram em falso, em torno de questões de abrangência e prestígio. Ora, este ponto, fundamental para o nosso tema, será retomado adiante.

Neste passo, importa antes de tudo estabelecer com muita clareza o fato decisivo: a história como discurso é muito antiga, e passa por transformações (as diferentes formas do fazer historiográfico), nos vários momentos dessa trajetória. Momento decisivo nessa travessia é aquele em que se constituem as Ciências Sociais, desde os meados do século XVIII e ao longo do século XIX; porque, a partir de então, engaja-se inexoravelmente o diálogo entre a história preexistente e as ciências sociais emergentes. Nem é por acaso que o século XIX ficou chamado "o século da história".[6] Logo, podemos determinar um importante *ponto de inflexão* na História do discurso historiográfico; não o único, já se vê, mas certamente um dos mais significativos, ou o mais decisivo para nosso desiderato. Pensamos mesmo que não seria fora de propósito chamar "tradicional" a historiografia anterior àquele momento; e "moderna" a historiografia que então se inaugura, e vem até os nossos dias. Ou, noutros termos: tradicional era a historiografia que não dialogava com as ciências sociais, até porque não existiam; moderna, a historiografia que enfrenta esse diálogo. E note-se bem: por "diálogo" não estamos aqui entendendo apenas debates, polêmicas, congressos, simpósios, mesas-redondas etc.; a partir do século XIX, com a emergência das ciências sociais, há um diálogo implícito na produção historiográfica, bem como na das ciências do homem,[7] e é este ponto que precisa ser analisado em profundidade.

Henri-Irénée Marrou, "Qu'est ce que l'Histoire", op. cit., pp. 3-33; e Georges Lefebvre, *El nacimiento de la historiografía moderna*, trad. esp. Barcelona: Martínez Roca, 1974.

6 Cf. Benedetto Croce, *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono*. Bari: Laterza, 1921, pp. 1-20.

7 Cf. Georg G. Iggers, "The Middle Phase: the Challenge of the Social Sciences", in

Veja-se que, nesta linha de pensamento, em plena *Belle Époque* (1911), escrevia Henri Berr em sua clássica *Synthèse en Histoire*:

> Até agora tem sido um lugar-comum cantar os progressos realizados nos estudos históricos desde o começo do século XIX. Todos estão de acordo em proclamar que este século foi o "século da história". Mas o mesmo progresso da história colocou problemas que não estão resolvidos. As ciências naturais criaram métodos precisos e eficazes; eles se prestam apoio mútuo e seus resultados combinam-se em sínteses que têm um caráter cada vez mais positivo. As "ciências históricas" distam muito de estar tão avançadas. Seu estado precário, seu empirismo, sua incoerência, vem chamando reiteradamente a atenção dos pensadores – historiadores ou filósofos – que procuraram remédio para tal situação.[8]

O texto, como se vê, ilustra de maneira eloquente a importância e as limitações do diálogo a que nos referimos; entretanto, o exame minucioso dessa problemática nos desviaria de nosso roteiro, porém observemos que seria decisivo para reconstruir a gênese deste importante relacionamento da história com as ciências sociais emergentes.

No momento, porém, notemos *en passant* que estas periodização e denominações têm, no mínimo, a vantagem de excluir o abuso indiscriminado que se faz comumente da expressão "historiografia tradicional".[9] Em John Burrow aparece, tanto quanto podemos alcançar, a individualização do período moderno em historiografia associada à ideia de que o passado deve ser concebido como um objeto de estudo.[10]

No que respeita à denominação de "tradicional" para periodizar a História da historiografia devemos fazer referência à obra de Jean Walch,[11] com a qual temos uma relativa concordância quanto à periodização, mas não ao seu respectivo conteúdo. Dentro de uma abordagem psicanalítica, o autor concebe a historiografia como uma resposta ao "narcisismo originário";[12] o que o leva a caracterizá-la ("tradicional") como uma narrativa que supunha uma sucessão cronológica linear de causa e efeito. Assevera contudo que o desenvolvimento das ciências, de Copérnico a Freud, passando por Darwin, promovendo o desencantamento do mundo, mudou radicalmente o panorama, dando origem ao que chama de "historiografia estrutural", que teria por finalidade, entre outros aspectos, incorporar os avanços das ciências e tecnologia e ao mesmo tempo dar conta da sincronia e da diacronia, superando assim a linearidade fundada no "narcisismo originário".

Como se pode perceber, a nossa análise se encaminha em outra direção. O que importa reter, neste contexto, é que este modo de periodizar e caracterizar a história da História já nos permite um passo na abordagem de nosso objeto: como formação discursiva, a Nova História situa-se no interior da historiografia moderna, e tem no diálogo com as ciências humanas um de seus componentes essenciais. Para além, constitui-se a Nova História na mais recente e dominante tendência da moderna historiografia.

Duas observações ainda se impõem, nesta visão de conjunto da historiografia geral, com vistas a equacionar a Nova História no seu *locus* natural. A primeira diz respeito ao fato de que, nessa longa e rica jornada, o discurso do Historiador foi assumindo sucessivamente formas variadas e visões divergentes,

Historiography in the Twentieth Century. Hanover (New Hampshire): Wesleyan University Press, 1997, pp. 49-96; H. E. Barnes (org.), *The History and the Prospects of the Social Sciences*. Nova York: Alfred Knopf, 1925; Jacques Revel, "Histoire et Sciences Sociales: une confrontation instable", in Jean Boutier e Dominique Julia (orgs.), *Passés recomposés, champs et chantiers de l'Histoire*. Paris: Autrement, 1995, pp. 69-82 [ed. bras.: *Passados recompostos, campos e canteiros da história*, trad. port. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998].

8 Cf. Henri Berr, *La síntesis en Historia*, trad. esp. México: Uteha, 1961, p. XIII [ed. bras.: *A síntese em história*, trad. port. São Paulo: Renascença, 1946].

9 Como, por exemplo, quando, no afã de marcar sua originalidade, autores costumam apodar de "tradicional" todos os outros que o precederam no tratamento da matéria. Algo semelhante ocorre, aliás, com a expressão "história oficial".

10 Cf. John Burrow, *History of Histories: Epics, Chronicles, Romances and Inquires from Herodotus and Thucydides to the Twentieth Century*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2008. Periodização: I Greece; II Rome; III Christendom; IV The Revival of Secular History; V Studying the Past.

11 Jean Walch, *Historiographie structurale*. Paris: Masson, 1990.

12 Segundo Walch, cada pessoa projeta, retrospectivamente, um passado imaginário, pleno de obstáculos, peripécias e superações, que teria dado origem à pessoa tal como ela se enxerga no presente. Este mesmo processo é transposto para o plano das sociedades humanas, dando origem a uma concepção de História com um forte conteúdo mítico.

que se contrapõem e digladiam entre si; e isso ocorre nos dois grandes períodos da História da historiografia, que indicamos acima, o "tradicional" e o "moderno". Devemos, portanto, tentar demarcar, no interior da moderna historiografia, como se manifesta esse fenômeno, ou seja, a sucessão contrastante das "escolas". Mas há, ainda, a segunda e última dessas observações introdutórias: é que, nesse embate às vezes áspero, cada "escola" se afirma em detrimento da anterior, chegando mesmo, quase sempre, a deformar, simplificar, reduzir o conteúdo daquela que pretende ultrapassar. Neste sentido, pode-se dizer que toda escola historiográfica se apresenta como "nova", ou mesmo que foi nova em seu momento. Veremos adiante como também a *Nouvelle Histoire* não escapou a esse destino. Relembremos, ademais, que já em 1911 James Harvey Robinson, professor da Columbia University, publicava a sua *new history*.[13]

Para entendermos esse "destino", e nos aproximarmos um pouco mais de nosso objeto, tentemos analisar, ainda que sumariamente, esse movimento conflitante das "escolas" no interior da historiografia moderna. Ela se caracteriza, como vimos, e se distingue da anterior, tradicional, pelo diálogo com as ciências sociais então emergentes: economia, sociologia, antropologia, ciência política, a partir da segunda metade do século XVIII. A primeira manifestação desse impacto, provocado pelo inevitável diálogo, sobre a história, foi que a disciplina começou a ver-se como "científica", os historiadores sentindo-se "cientistas". De fato, o século XIX não foi apenas o "século da história", foi também e antes de tudo o "século da ciência". Note-se, de relance, que até então a história era considerada um gênero literário. Nas histórias da literatura (por exemplo: histórias gerais, como a de Otto Maria Carpeaux,[14] ou nas histórias literárias nacionais), nas várias partes (periodizadas segundo os estilos) sempre se encontram, ao lado de outros gêneros, capítulos sobre história. Isto até a *Belle Époque*. A partir daí, desaparece o gênero história do elenco da literatura; os historiadores passaram a considerar-se cientistas,

13 Cf. James Harvey Robinson, *The New History: Essays illustrating the Modern Historical Outlook* [1911]. Nova York: The Free Press, 1965.

14 Cf. Otto Maria Carpeaux, *História da literatura ocidental*, 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2008, 4 v. No mesmo sentido ver também J. T. Shotwell, *Historia de la historia en el mundo antiguo*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1982, pp. 15-25.

despreocuparam-se da forma, e em consequência passaram a escrever mal, às vezes muito mal. Foi uma perda irreparável.

Esta observação nos permite também entender a razão pela qual nesta mesma *Belle Époque* o discurso do historiador passa a ser objeto de história, isto é, constitui-se a história da historiografia como uma disciplina com uma relativa autonomia. O ano de 1911 assinala, como já observamos, a publicação da obra de Eduard Fueter, inaugural na história da historiografia; coincidentemente no mesmo ano, como vimos, James Harvey Robinson publicava a sua obra,[15] e ainda mais: 1911, já agora, emblematicamente, é o ano da publicação da indelével *La Synthèse en Histoire*, de Henri Berr.[16]

Cabe observar, neste passo, que importa especificar a diferença de abordagem, existente nas duas situações, ou seja, entre a nossa disciplina como um "gênero literário", ou como uma "ciência". Enquanto gênero literário há uma preocupação com a biografia e os feitos do autor e se procura explicitar em que medida a sua vida pode ter influenciado a composição de sua obra. Ainda é notável a avaliação não só no plano da acuidade em relação aos relatos como também na "forma de escrever", no "estilo" do autor. Já quando a "história" deixa de ser um "gênero literário" e passa ao estatuto de "ciência", pouca atenção se dá aos possíveis nexos entre a biografia do autor e sua obra, e muito menos em relação ao estilo de exposição; vai-se direto à obra avaliada a partir de então sob outros critérios.

Devemos observar neste sentido que é possível distinguir dois momentos em que a história era considerada um "gênero literário". O primeiro,

15 Em 1905 era publicada significativamente a obra de Léon Levrault, *L'Histoire, évolution du genre* (Paris: Librairie Classique Paul Delaplane, 1905), numa coleção não por acaso intitulada "Les Genres Littéraires". Curiosamente, em 1904, Manuel Isaías Abúndio da Silva, bacharel em Teologia e Direito, professor do Ensino Industrial e Comercial, empenhava-se em publicar uma dissertação apresentada ao Curso Superior de Letras de Lisboa, para o provimento da Cadeira de História Antiga, Medieval e Moderna, intitulada: *A história através da História* (Porto: Typographya Universal de José Figueirinhas Júnior, 1904). Observe-se que não se trata propriamente de uma história geral da historiografia; todavia, tem nesta o seu norte e por esta razão merece nosso registro.

16 Cf. H. Berr, *La síntesis en Historia*, op. cit. Sobre Henri Berr, ver Agnès Biard, Dominique Bourel e Eric Brian (orgs.), *Henri Berr et la culture du XXe. siècle, histoire, science et philosophie*. Actes du Colloque International, out., 1994. Paris: Albin Michel, 1997.

a que acabamos de nos referir, que antecede no tempo à consideração da história como uma "ciência", e outro, contemporâneo, chamado também como o período da "pós-modernidade", caracterizado pelo *linguistic turn*.[17]

Também a historiografia moderna, como a tradicional que a antecede, mantém a mesma tendência de sucessão de "escolas" contrastantes. O que muda com a modernidade historiográfica é o conteúdo mesmo desse contraste. Duas tendências se opõem num movimento pendular: numa acentua-se a dimensão analítica, noutra a dimensão narrativa, sendo que as duas estão necessariamente presentes, sempre, no discurso do historiador. Para avançarmos, portanto, nesta análise, devemos retornar às relações e ao diálogo entre história e ciências sociais, pois é aí que reside o coração da matéria. Noutros termos: o diálogo com as ciências sociais estabelece a característica essencial da historiografia moderna, distinguindo-a da tradicional; por isso mesmo, neste diálogo residem os mecanismos de diferenciação que engendram escolas e tendências. Voltemos, portanto, ao ponto de partida de nossas observações sobre a História da historiografia vista *em conjunto*. Isto é, retornemos à constatação da antiguidade da história como discurso.

Importa-nos, agora, assinalar enfaticamente uma segunda implicação, para analisá-la nos seus desdobramentos. É que, sendo a história muito mais antiga, é preciso explicitar que o seu aparecimento não se relaciona com as mesmas demandas histórico-sociais que deram origem à gestação das ciências do homem. Pode-se, por exemplo, vincular o nascimento da economia política à consolidação do capitalismo no curso da Revolução Industrial; ou, da mesma forma, relacionar a gestação da sociologia à expansão predominante da sociedade urbano-industrial moderna, com suas novas formas de sociabilidade. E assim por diante. Note-se que não estamos afirmando (como às vezes se faz) que essas condições histórico-sociais esgotem a explicação do advento dessas ciências; mas não se pode evidentemente afirmar que seu aparecimento nada tenha que ver com as suas respectivas circunstâncias. A moderna antropologia, por exemplo, terá algo a ver com a partilha colonialista da África. Como observamos antes, a correlação é o

---

17 Cf. Keith Jenkins (org.), *The Postmodern History Reader*. Londres: Routledge, 1997. Richard M. Rorty (org.), *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

que nos importa. Pois, sendo mais antiga, a história não se correlaciona da mesma forma com essas circunstâncias. Não havia capitalismo, nem burguesia, nem sociabilidade urbana dominante – e lá estava, na Alta Idade Média feudal, o Venerável Beda a elaborar a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. É claro que se poderia argumentar – e às vezes argumenta-se de fato – que essa crônica não faz parte da historiografia científica. O argumento não nos convence. Ele remete à periodização que acima indicamos, absolutizando a distinção, com o que se perde exatamente a especificidade do discurso historiográfico. É como se se tratasse de dois discursos diferentes e não variações de um mesmo discurso. Esta postura, a nosso ver, resolve o problema, negando a sua existência, para não enfrentá-lo, e fixa-se em indistinções entre história e ciências sociais que obnubilam aspectos decisivos de nossa disciplina.

Insistamos, pois, neste ponto. A historiografia moderna distingue-se da tradicional pelo diálogo com as ciências sociais, e pela aspiração à cientificidade. Mas isso não significa que tenha deixado ao abandono suas dimensões anteriores, ou que estas tenham perdido importância e significação. É preciso ficar claro: a historiografia moderna tem componentes que lhe são específicos, e mantém os antigos, tradicionais, inextricavelmente fundidos. E nada estabelece de antemão a predominância dos novos "imperativos" sobre os velhos "irrelevantes". Pode-se, legitimamente, assumir que o que a historiografia moderna tem em comum com a tradicional é no mínimo tão relevante quanto o que tem de variável; para não dizer que é mais relevante e mesmo fundamental. E esse núcleo fundante e resistente do discurso do historiador reside no seu caráter de narrativa do acontecimento; essa a dimensão que atravessa todo o percurso, do Venerável Beda ao venerável Braudel. Aqui reside, *to the best of our understanding*, o coração da matéria.

Se assim é, busquemos agora entrever a que demandas correlaciona-se a história-discurso. Em outras palavras, a que "circunstância" corresponderia a gestação da narrativa do acontecimento. Ora, a essa questão aparentemente simples a resposta parece igualmente imediata: a história corresponde à necessidade da criação da memória social;[18] daí promanando a abundante

---

18 Não é por outro motivo que John Burrow (op. cit., p. 13) destaca a famosa abertura de Herodotos: "Os resultados das investigações de Herodotos de Halicarnassos são apre-

e às vezes vigorosa bibliografia versando as relações história-memória.[19] Entretanto, quase nunca se abordam certos *pressupostos* – que gostaríamos de esquadrinhar.

Efetivamente, ao relacionarmos a história-discurso com a gestação da memória social, com vistas a compreender a antiguidade dessa forma de conhecimento, poderia parecer que estejamos vinculando-a a uma dimensão inerente à "natureza" humana. Pois que a constituição da memória social é uma dimensão inseparável do processo de humanização do primata, donde o caráter social da memória. Aqui, precisamente, importa distinguir, para compreender o caminho para o advento da história-discurso. É que, se a constituição da memória é inerente e indispensável a humanização e socialização, – nem toda formação social exige, para a constituição de sua memória, esse tipo de discurso, a narrativa do acontecimento. Aqui, a nosso ver, reside o ponto crucial: os chamados "primitivos", como se sabe, prescindem da memória histórica (a narrativa do acontecimento) para a instituição da memória social, inerente a toda formação social. Esta, exatamente, é a característica que os distingue dos demais "civilizados", entre outras, é claro; mas esta dimensão parece-nos essencial. Na sua cultura, é a mitologia, isto é, o conjunto de seus mitos, que preenche a função de constituir a memória social.

sentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados, inclusive as razões pelas quais eles se guerrearam". Herodotos, *História*, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1988, p. 19. No mesmo sentido, J. T. Shotwell, op. cit., pp. 15-23.

19 Cf. entre outros: Jacques Le Goff, *Memória-História – Enciclopédia Einaudi*, trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, v. 1; James Fentress e Chris Wickham, *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*, trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1994; Krzysztof Pomian, *L'Ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984; id., *Sur l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1999. David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; Márcia Mansor D'Aléssio, "Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora", in *Revista Brasileira de História*. Memória, História, Historiografia. Dossiê ensino de história. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1993, v. 13, n. 25/26, pp. 97-103. Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990; e, finalmente, Paul Ricœur, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris: Seuil, 2000, especialmente pp. 167-359 [ed. bras.: *A memória, a história, o esquecimento*, trad. Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007].

Dessa constatação, que nos parece consensual, nem sempre se tiram implicações que importam muitíssimo para nossos propósitos. Em primeiro lugar, a ser verdadeira a afirmação enunciada acima, segue-se, necessariamente, que é essencial a diferença entre a narrativa *mítica* e a narrativa *histórica*, pois aquela independe do tempo, enquanto esta se ancora na temporalidade. O que significa que, a nosso ver, não podemos, *como historiadores*, acompanhar o antropólogo Marshall Sahlins, curiosamente muito em voga entre os novíssimos.[20] Em segundo lugar, essas observações devem ser mobilizadas – e não tem acontecido – na discussão do espinhoso problema antropológico dos "povos sem História". De fato, estamos falando aqui da história-discurso, que se poderia denominar história 2, distinguindo-se da história-acontecimento, que se nomearia história 1. A distinção é corrente e consensual,[21] mas, como dissemos, não é levada em conta na análise da questão antropológica acima referida. Retomemos: história 1, história-objeto, envolve todo o acontecer humano, de qualquer tipo, em todos os lugares, e durante todo o tempo; história 2, história-discurso, é sempre a narrativa de fragmentos desse objeto absolutamente indelimitável. Assim sendo, os "primitivos", evidentemente, têm história 1; mas, também evidentemente, não têm história 2. Os fundamentos dessa distinção envolvem um problema absolutamente abissal, que nem de longe pretendemos versar. Como também não podemos enveredar pela questão que se abre com o fato de que, também, em nossa gloriosa civilização Ocidental e Cristã, existem mitos; teríamos que analisar o seu significado no contexto do Ocidente, em que convivem com a memória

20 Efetivamente, ao anular a diferença entre narrativa do acontecimento e narrativa mítica, entre história e mito, Marshall D. Sahlins (cf. *Ilhas de história*, trad. Barbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, pp. 7-90; *Sociedades tribais*, trad. Yvonne Maggie A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, pp. 9-27.) borra a distinção entre história 1 e história 2, fundamento de toda a historiografia, colocando-se, portanto, fora da problemática aqui discutida. Para ele não há por que opor "estrutura" e "história"; os eventos são a "manifestação"da "estrutura". Para os historiadores, a história é necessariamente entendida como construção da memória social, e tem na análise da estrutura um meio para a compreensão e reconstrução do evento, do singular, que se não confunde com a própria estrutura. Estes pontos de vista são, desde logo, mutuamente excludentes.

21 Consensual, a distinção "é relativamente recente", conforme assinala J. T. Shotwell. Para os antigos, a distinção era feita entre a investigação e o resultado, isto é, o relato desta mesma investigação. Cf. J. T. Shotwell, op. cit., pp. 16-18.

histórica, contrapondo-os à função que exercem nas sociedades frias, em que formam o núcleo da constituição da memória.[22] De todo modo, importa fixar que a nossa civilização ocidental, desde a remota Antiguidade, sempre foi prenhe de história; ou, como assinalou luminosamente Johan Huizinga, temos uma necessidade *civilizacional* de acertar contas com o passado.[23]

Nesta linha, atentemos ainda que essencial é para nós a afirmação de que o discurso do historiador responde, desde sempre, à necessidade da *narrativa do acontecimento* para a constituição da memória social e configuração de nossa própria identidade, e isto independe da veracidade da narrativa; o que é necessário é que seja narrativa do acontecimento, o "acontecer no tempo"; pois é possível, evidentemente, argumentar que o historiador, ao narrar, necessariamente o faz entranhado em sua própria cultura e pode viciá-la por enviesamentos ideológicos ou quaisquer outros condicionamentos. Entretanto é preciso lembrar, com Arnaldo Momigliano, que a tradição historiográfica sempre teve na veracidade o objetivo primordial a ser alcançado, e isto acompanha até os nossos dias os debates e combates no interior da corporação.[24]

---

22 Cf. J. S. Kirk, *El mito: su significado y funciones en las distintas culturas*, trad. esp. Barcelona: Barral, 1971; *The Nature of Greek Myths*. Londres: Penguin, 1974; Bernard Valade, "Les mythologies et les rites", in Jacques Dumont e Jean-Baptiste Baronian (orgs.), *L'Anthropologie*. Paris: Marabout, Dictionnaires Marabout Université, 1972, s. v. pp. 436-59.

23 Cf. Johan Huizinga, *El concepto de la Historia*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1946, especialmente pp. 7-85.

24 "Desde logo, é antiquado afirmar que o historiador parte de fatos, mas não sei o que mais poderia dizer. Um historiador pode registrar a mera existência de um fato, por exemplo: a data de um acontecimento. Ou pode fazer perguntas sobre este fato: perguntas que incidentalmente podem levá-lo, precípite, a fazer uma distinção entre fato e evidência. É muito difícil definir que tipos de fatos são os que interessam de maneira característica ao historiador; também é difícil definir qual é precisamente o interesse de um historiador por seus fatos. Porém, a julgar pelos Historiadores que respeitamos – de Heródoto e Tucídides a Eduard Meyer e Marc Bloch – há quatro traços que parecem caracterizar o trabalho do historiador: 1) um interesse geral por fatos humanos passados; 2) o prazer em descobrir fatos novos sobre o passado humano; 3) consciência de que a informação que temos sobre o passado humano coloca problemas que afetam a credibilidade da própria informação e portanto a substância do passado; 4) um esforço por dar sentido a fatos selecionados do passado humano, quer dizer, por explicá-los e avaliá-los." [...] "A retórica não propõe questões de verdade, que é o que preocupava Ranke e seus seguidores e o que também nos preocupa." Cf. A. Momigliano, *Ensayos de historiografía antigua y moderna*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 303-04. Também, E. J. Hobsbawm: "O ponto do qual os historiadores precisam partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central entre o fato comprovável e a ficção, entre declarações históricas baseadas em testemunhos e sujeitas a evidência e aquelas que não o são". In *On History*. Londres: Weidenfeld & Nicholson, 1997, p. VIII [ed. bras.: *Sobre história*, trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998]. Ver ainda Oscar Handlin, *Truth in History*. Cambridge: Harvard University Press, 1979 [ed. bras. *A verdade na História*, trad. port. São Paulo: Martins Fontes, 1982].

Deixando de lado esses excursos, retomemos os pontos que importam para nos acercarmos, pouco a pouco, da Nova História. Ela se nos afigura, em primeira aproximação, como a mais recente e dominante tendência nos domínios de Clio, isto é, a última – brilhante, mas não derradeira – da longa sequência das "escolas", na história da história. Enquadra-se, portanto, no esquema que esboçamos acima, no período da historiografia moderna, cuja marca distintiva reside no diálogo com as ciências sociais. Logo, para avançarmos na caracterização da Nova História, devemos analisar mais de perto essas relações, esse diálogo, para definir o que o especifica no interior dessa nova modalidade do *faire de l'histoire*. Ora, para tanto, algumas considerações acima esboçadas sobre a relação história-memória abrem caminho para prosseguirmos na análise.

A primeira diz respeito ao fato de que a história, história-discurso, não se distingue das outras ciências do homem *apenas* pela sua antiguidade; pois esta mesma antiguidade remete à sua função de compor a memória coletiva, e como tal, como narrativa do acontecimento, tem o seu campo de ação infinitamente ampliado. Narrativa do acontecimento, o campo da história abrange todo o acontecer humano, de qualquer tipo, em todo o espaço, durante todo o tempo; ou, em outros termos, o objeto da história caracteriza-se pela sua *infinitude*. E isso implica, evidentemente, uma redução no grau de sua objetividade, e a singulariza perante as demais áreas do conhecimento, no campo do saber. As ciências, todas as ciências, caracterizam-se por apresentar um objeto bem delimitado e um método adequado a esse objeto. A história, já se vê, não possui nenhum desses dois componentes. Seu objeto é, por definição, indelimitável, e seu método se constitui de técnicas de lidar com os registros de vários tipos. Daí a frase inesquecível de Paul Veyne:

"l'Histoire n'existe pas, ... il n'y a que histoire de ..."[25] O que vem depois do "de" recorta sempre um fragmento naquela infinitude.

Como um domínio do saber, a história apresenta, relativamente aos outros domínios, uma *maior* abrangência e *menor* objetividade. É claro que se pode obtemperar que objetividade e cientificidade nas ciências humanas não têm o mesmo alcance que nas chamadas ciências exatas, por isso mesmo que exatas.[26] Está estabelecida a diferença, pelo menos desde Dilthey, sem falar no famoso ensaio de Max Weber.[27] Mas, insistimos, a distinção que tentamos estabelecer situa-se no interior do campo das ciências do espírito. Neste campo, a história é muito antiga (como as artes, ou a filosofia) porque se vincula à ancestral necessidade de constituição da memória social por intermédio da narrativa do acontecimento. Quer dizer: esse traço – a narrativa do acontecimento – é inerente e constitutivo desse tipo de discurso, e remanesce como ponto de resistência incontornável ao longo de toda a trajetória da historiografia, apesar das mudanças, das escolas, dos estilos. A história, como discurso, adquire outras dimensões (objetivos salvíficos ou científicos, por exemplo), mas mantém sempre o marco originário. Retomando: a história, como um domínio do saber, a história-discurso, tem uma longa História, e nessa travessia apresenta transformações e metamorfoses, como na modernidade o diálogo com as ciências sociais; mas mantém, durante todo o percurso, os traços originais de sua gestação primeva.[28]

---

25 Cf. Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire – Essai d'épistémologie*. Paris: Seuil, 1971, pp. 26-45 [ed. bras.: *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*, 4ª ed., trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1998].

26 Cf. Jean Piaget *et al.*, *Epistemología de las ciencias humanas*, trad. esp. Buenos Aires: Proteo, 1972.

27 Cf. Wilhelm Dilthey, *Introducción a las ciencias del espíritu*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1949, especialmente pp. 13-33; id., "Acerca del estudio de la Historia de las ciencias del hombre, de la sociedad y del Estado", in Wilhelm Dilthey, *Psicología y teoría del conocimiento*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1951, pp. 373-410; Max Weber, *Essais sur la théorie de la science*, trad. fr. Paris: Plon, 1965; id., *Le Savant et le politique*, trad. fr. Paris: Plon, 1959 [ed. bras.: *Ciência e política*, 4ª ed., trad. Max Hagenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, s. d.].

28 Assim entendemos as páginas de J. Burrow (op. cit., pp. XIII-XVIII), em que explicita as razões pelas quais intitula a sua obra "uma história das histórias", ou seja, a historiografia só pode ser entendida na sua inteireza, dos primórdios ao presente. Cf. no mesmo sentido: J. T. Shotwell, *Historia de la historia en el mundo antiguo*, trad. esp., Mexico:

Insistamos: a historiografia moderna tem em comum com a tradicional o traço permanente de origem, ao mesmo tempo em que agrega componentes diferenciais que a distinguem: no primeiro caso, a narrativa do acontecimento; no segundo, o diálogo com as ciências sociais. Mas o que, a nosso ver, importa afirmar é que ambas as dimensões são decisivas e indispensáveis para moldarmos o seu perfil. Em outras palavras: o que a historiografia moderna tem de comum, invariante, com a tradicional, é tão importante quanto as novas dimensões que a individualizam. Insistimos nesse ponto porque estamos convencidos de que se trata de um componente fundamental para entendermos o diálogo história-ciências sociais, e assim acercarmo-nos de nosso tema. A história, portanto, distingue-se das ciências sociais pela sua antiguidade, mas não só pela antiguidade; como narrativa do acontecer humano, caracteriza-se também por sua maior abrangência (seu objeto indelimitável). Mas isso, paradoxalmente, impõe-lhe limitações, restringe-lhe a objetividade. Digamos que é a menos "científica" das ciências do homem.

Nosso próximo passo, neste percurso, leva-nos de volta para as Ciências Sociais. Diferentemente da história, caracterizam-se pela recenticidade. Mas, também como a história, *não só* pela recenticidade. Examinemos, pois, um pouco mais de perto essa questão; e para tanto temos de nos volver para a história das ideias em geral e das ciências sociais em particular. Ora, nesse vasto campo da história da cultura intelectual, deixando de lado as polêmicas que se travam no seu interior, cremos ser possível fixar alguns pontos consensuais. As ciências sociais emergem, no curso da Modernidade ocidental, em determinados momentos em que se consolidam processos histórico-sociais que implicam necessidade de explicação racional de certas esferas da existência. Assim, pode-se legitimamente asseverar que a Revolução Industrial – considerada aqui como ponto final do longo processo de *formação* do capitalismo – trouxe à baila a necessidade de explicação racional daquela esfera da existência (a econômica); e essa transformação estrutural, a consolidação do capitalismo moderno, deu lugar à gestação da economia política. Assim, igualmente, a emergência da sociedade urbano-industrial como forma dominante, no fim do século XIX e início do século XX, como que exigia uma explicação racional

---

Fondo de Cultura Económica. pp. 15-25; e G. G. Iggers, "Introducción", in *La ciencia histórica en el siglo XX: las tendencias actuales*, trad. esp. Barcelona: Idea Books, 1998, pp. 14-23.

para essa nova sociabilidade, o que levou à gestação da sociologia. E assim por diante, sempre. As ciências sociais emergentes recortam, pois, esferas da existência – econômica, social, política, cultural – para poder conceituar sobre seu objeto, isto é, para poder dominá-lo racionalmente. E isso é tanto mais compreensível se levamos em conta que a ciência, como lembramos acima, precisa recortar seu objeto com o maior rigor. Quanto mais rigoroso o recorte do objeto, mais precisa a conceitualização, e finalmente mais eficaz a sua aplicação. Efetivamente há uma relação intrínseca entre cientificidade e a respectiva capacidade de intervenção no real: das ciências exatas para as humanas já existe um diferencial. No interior das ciências humanas, se compararmos, como às vezes se faz, a economia com a sociologia, isso fica manifesto. A história, por sua vez, configura a situação-limite, uma vez que carece de sentido "história aplicada". Poderíamos mesmo aventar: quanto mais demarcado o objeto, mais eficaz o resultado, mais monótono o discurso.

Podemos, pois, avançar observando que agora compreendemos por que a história é a menos científica das ciências humanas, e tem que ser assim. E também a mais rica, atraente, fascinante. Bastaria comparar os títulos das grandes obras, aquelas que realmente contam, nos vários domínios das ciências do espírito, para constatar essa realidade. Mas deixemos de lado essa vereda para retomarmos o curso de nossa estrada real.

Tentemos, portanto, com os elementos até aqui estabelecidos, esboçar o desenho das relações e do diálogo da história com as ciências sociais. A história é a mais antiga, mas a menos científica, e essas duas características estão umbilicalmente ligadas. Responde, a história, a demandas mais gerais e persistentes que as específicas e modernas a que se ligam as ciências sociais e humanas. O seu campo de indagação – o seu objeto – envolve *todas* as esferas da existência, e sua função última é a gênese da memória coletiva. E a essas características mais remotas, permanentes, somam-se as modernas, resultantes do impacto das ciências sociais emergentes, consubstanciadas na utilização dos seus conceitos. Quando dizemos que a historiografia moderna dialoga com as ciências sociais, recebe seu impacto, que os historiadores começam a querer ser cientistas e fazer da história uma ciência, precisamos esclarecer em que consistiu essa mudança, por que ela demarca a passagem do "tradicional" ao "moderno" na historiografia. Em nosso entender, os historiadores não abandonam – e nem podem abandonar – seu propósito último e fundamental, a reconstituição dos eventos, isto é, a narrativa do

acontecimento; muda, sim, o *modus faciendi* dessa reconstituição. Tradicionalmente, os historiadores (os cronistas e memorialistas, se quiserem) acreditavam ser o acontecimento acessível diretamente pelos registros; agora, os historiadores-cientistas, em função do diálogo com as ciências sociais, entendem que, entre os registros e a reconstituição, medeiam conceitos os quais dão sentido aos eventos, explicando-os.[29] Em outras palavras, para serem reconstituídos, os acontecimentos têm de ser explicados. Note-se que esta mudança, de transcendental importância, não anula os objetivos, finais e primevos, do discurso do historiador.

Na realidade a questão é mais complexa. A *distinção* que estamos estabelecendo entre historiografia "tradicional" e "moderna" não visa apenas a precisar sua cronologia, mas conceitualizá-la, a fim de definirmos *o ponto de vista da história geral da historiografia*, isto é, conferir um estatuto teórico a esta área do conhecimento. Neste sentido, e por isto mesmo, queremos reter, ao mesmo tempo, as permanências e mudanças neste percurso. Isto, ao nosso ver, permite-nos evitar oposições absolutas, como as que às vezes são feitas neste campo, entre história explicativa/interpretativa e história narrativa/descritiva. Na realidade, como vimos analisando e teremos de desenvolver ainda mais, a *objetividade* nas ciências do espírito não é a mesma das ciências da natureza, e em se tratando de história a situação é limítrofe. Nas ciências do espírito há a identidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento,[30] o que faz com que toda a análise seja, em última instância, uma autoanálise. No campo específico da história, o que possuem de comum a historiografia tradicional e a moderna é que se expressam pela linguagem; e o que as diferencia na historiografia moderna é o uso de conceitos das ciências sociais. Isto porém não embasa a distinção acima referida (história explicativa/interpretativa e história narrativa/descritiva), uma vez que a linguagem em si mesma expressa necessariamente uma forma de apropriação do mundo que

29 Cf. Paul Ricœur: "O percurso epistemológico envolve as três fases da operação historiográfica; do estágio do testemunho e dos arquivos, passa pelos usos do "por que" nas figuras da explicação e da compreensão; e termina, no plano da escrita, com a representação historicizadora do passado", in *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, op. cit., p. II. e 373.

30 Cf. Lucien Goldmann, *Ciências humanas e filosofia*, trad. Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, passim.

envolve uma certa compreensão. Assim, aquela distinção referida apresenta-se de forma muito mais sutil. Há obras de história (as "tradicionais") em que a compreensão está implícita; nas outras (as "modernas"), esta compreensão se explicita. Poderíamos dizer, paradoxalmente, que para o historiador da historiografia seria muito mais gratificante o estudo de um cronista do que o de um historiador moderno: daquele podemos nos esforçar por discernir e explicitar a visão subjacente ao seu discurso; deste, quando muito, questionar suas explicações. Em outras palavras, nos textos daqueles que são qualificados de "descritivos" ou "narrativos" está subjacente sim uma interpretação, uma certa explicação. Elas não estão explícitas, por exemplo, quando comparadas à de um autor que possui uma postura ideológica ou uma linha interpretativa assumida. Aliás, o sabor da pesquisa em historiografia por vezes reside justamente em desvendar o não explícito, o subjacente contido no texto histórico. Consideramos dispensável exemplificar.

Insistimos neste ponto, porque parece-nos ser fundamental para os nossos propósitos: queremos caracterizar a singularidade da história em relação às ciências sociais, a fim de analisar o diálogo entre elas; ao mesmo tempo visamos localizar a Nova História no curso da historiografia geral, tradicional e moderna. Note-se, também, que esta nossa postura contraria a tendência dominante nos estudos de historiografia, que se inclinam a ver no advento da historiografia moderna um corte radical, inaugurando um outro discurso e pondo fora de suas cogitações todo o percurso da historiografia pré-moderna. Deste modo, diluem-se exatamente as peculiaridades, a história se iguala às demais, torna-se uma das ciências sociais. Essa maneira de resolver o problema, como vimos, negando a sua existência, não nos parece absolutamente fecunda, e reduz a questão das relações (história/ciências sociais) a debates sobre abrangência, prestígio, dimensões, importância etc.[31] Não estamos negando que essas dimensões existam, estejam presentes no processo; apenas queremos ampliar o campo de observação para aprofundar a análise. Afirmemo-lo, portanto: a história preexistente entra no diálogo com as ciências sociais emergentes *mantendo* seus traços de sempre, e integrando as novas

31 Exemplo conspícuo: Julio Aróstegui, *A pesquisa histórica, teoria e método*, trad. Andréa Dóre. Bauru (SP): Edusc, 2006.

dimensões impostas pela modernização do saber.[32] Decorrência inevitável: nos domínios das ciências humanas, é imperioso distinguir o diálogo das ciências sociais entre si, e o diálogo de cada uma delas com a história. Quer dizer: a história é sim uma das ciências humanas com presença necessária neste simpósio, mas ao mesmo tempo é específica. Seu campo de observação – seu objeto – abrange todas as esferas da existência, e isso lhe restringe a capacidade de conceitualização; reduz seu grau de cientificidade; e anula sua capacidade de aplicação. História aplicada, com assinalamos acima, é uma *contraditio in objecto*. E só há uma lei em História: não há leis históricas. Mas, ao mesmo tempo, da história não se pode prescindir, pois precisamos sempre ajustar contas com o passado. Ela persiste, portanto, dialogando com as ciências sociais, isto é, usando os seus conceitos, questionando-os e sendo questionada por eles.[33] O diálogo envolve, pois, uma *tensão*, e esta por sua vez é introjetada no coração do discurso do historiador, *in the heart of the matter*.

Acerquemo-nos, portanto, ainda mais desse diálogo carregado de tensões. Há diferenças nodais entre o diálogo da sociologia, economia, antropologia, politicologia etc., entre si, e o de cada uma delas com a história. Pois, no primeiro caso, dialogam entre si diferentes esferas da existência, e no segundo cada esfera da existência dialoga com o conjunto delas. Num caso, as partes dialogam entre si, no outro cada parte dialoga com o todo. É claro que se poderá

32 Jean Walch, referido antes, expressa precisamente esta postura que agora criticamos, ou seja, considera a clivagem entre "historiografia tradicional" e "historiografia estrutural" uma ruptura epistemológica que inaugura um novo discurso. Isto é, esta postura, evidentemente, é a oposta à que estamos chamando de "ponto de vista da história geral da historiografia". A isto chamávamos a atenção quando apontávamos nossas divergências.

33 Às dificuldades dos historiadores para historicizar os conceitos hauridos nas ciências sociais, correspondem os esforços dos cientistas sociais por situar historicamente seus respectivos objetos de investigação. O historiador precisa historicizar os conceitos para explicar os seus objetos; por sua vez, os cientistas sociais precisam situar historicamente seus objetos para aplicar os conceitos. Cf. C. Wright Mills, *A imaginação sociológica*, trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965; Paul Veyne, "L'Histoire conceptualisante", in Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.), *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974, v. 1, pp. 94-134. Nesta linha é que se pode situar, evidentemente, a "Escola Histórica Alemã" em Economia. Cf. Eric Roll, *A History of Economic Thought*. Londres: Faber & Faber, 1961, pp. 298-367 [ed. bras.: *História das doutrinas econômicas*, trad. Cid Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962].

obtemperar que também o historiador, ao recortar seu objeto (o tal fragmento da infinitude, acima referido), situa-se dentro de uma esfera da existência particular; tanto assim que se pode fazer (e se faz) história econômica, social, política, cultural etc. Mas, *não*: a diferença, a nosso ver, persiste, e é essencial.

Para entender essa diferença essencial, temos mais uma vez de reportarmo-nos à função primeva do discurso historiográfico, isto é, a gestação da memória coletiva. E mais uma vez sondar os pressupostos, nem sempre levados em conta. É que, vinculado àquela necessidade, o discurso do historiador tem necessariamente que chegar ao nível do acontecimento, quer dizer, do particular, do singular.[34] Na historiografia tradicional (tal como definida acima) essa abordagem é imediata; na historiografia moderna, é *mediada* por conceitos hauridos nas ciências sociais. Mas o objetivo final é sempre o *mesmo*, a reconstituição do acontecimento, quer dizer, a *revivescência* de um fragmento da vida num determinado momento. Esta ânsia de criação – reviver a vida no texto – imprime ao discurso do historiador uma dimensão de arte, e um caráter inevitável de *utopia*. *Sintetizemos*: as ciências sociais (porque ciências) sacrificam a totalidade pela conceitualização; a história sacrifica a conceitualização pela totalidade. Ou, noutros termos, o historiador visa explicar para reconstituir; o cientista social visa reconstituir para explicar; para o historiador, a explicação é o meio, a reconstituição é o fim; para o cientista social, ao contrário, a reconstituição é o meio, a explicação é o fim.

E com isto vamos tocando finalmente na diferença, para nós fundamental, entre *ciência social retrospectiva e história*. Insistamos, desde logo, que esta distinção, para nós fundamental, não envolve juízo de valor; situamo-nos no plano das constatações. Juízo de valor, a nosso ver, é exatamente o que vicia e descaminha o diálogo, conturba as relações, mistura os planos, anula avanços no conhecimento. Trata-se, para nós, de dois *estilos* de discurso, duas formas de tentar entender a complexidade infinita da condição humana, pois, como diz Ortega y Gasset, o Homem não tem natureza, tem História.[35]

34 A história configura, portanto, segundo a conceitualização de Ernst Nagel, ciência ideográfica, em contraposição às chamadas ciências nomotéticas. Cf. Ernst Nagel, "Alguns problemas da lógica da análise histórica", in Patrick Gardiner (org.), *Teorias da história*, trad. Vitor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 457-72.

35 Cf. José Ortega y Gasset, *Historia como sistema*, 4ª. ed. Madri: Revista de Occidente, 1962, p. 51.

Insistamos, ainda, nessa distinção, porque ela nos parece fundamental para equacionarmos a posição da Nova História no curso da historiografia moderna. Ela vai aparecendo como a última (mas não a derradeira) formação discursiva, ainda dominante, caracterizando-se por situar-se num polo da tensão peculiar do diálogo com as ciências sociais, marca distintiva da moderna historiografia. Isto porque a tensão acima descrita (preeminência, nas ciências sociais, da conceitualização e da explicação; preeminência, na história, da narração e da reconstituição), na trajetória da modernidade, interioriza-se no discurso do historiador, quer dizer, a tensão torna-se intrínseca à escritura da história.[36] Noutras palavras: a historiografia moderna caracteriza-se por introjetar essa tensão, e isto a distingue da tradicional.[37] Portanto, para periodizarmos dentro do campo da moderna historiografia, devemos questionar as *variações* dessa tensão. Observe-se, também, que, para chegarmos a esse equacionamento, foi preciso que considerássemos, na sua inteireza e longevidade, *todo* o campo da historiografia. Quando, pelo contrário, considera-se que, a partir da modernidade, a mudança no âmbito da história foi uma mutação de sua natureza, e que a historiografia moderna nada tem a ver com a "tradicional" (por isso a palavra vai assumindo o tom pejorativo), ou seja, constitui-se em uma ciência social como as outras, o diálogo que mantém com elas em nada se distingue do que as demais mantêm entre si – o problema desaparece, mas o debate se perde nos *descaminhos* de prestígio, abrangência, importância etc. De pato a ganso, pouco avanço.

Retomemos, portanto, a análise dessas *tensões* e desse *diálogo*. Por manter a sua dimensão primeva (gestação da memória através da reconstituição do acontecimento, na coordenada do tempo – a história é sempre *diacrônica*), a historiografia moderna (que se diferencia da tradicional por entender que essa reconstituição passa necessariamente por uma explicação) retém a infinitude de seu objeto, e ao mesmo tempo só se realiza quando atinge o

36 Neste sentido devemos entender a afirmação de J. T. Shotwell de que o discurso historiográfico é sempre, simultaneamente, ciência e arte. Cf. op. cit., p. 21.

37 Emblemático desta tensão é o diálogo travado entre Robert William Fogel e Geoffrey Rudolph Elton, *¿Cual de los caminos al pasado? Dos visiones de la historia*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

nível do *singular*, do particular. Não pode se restringir ao plano das estruturas, processos e sistemas. Isto lhe dá, evidentemente, maior abrangência, mas lhe retira objetividade. Daí dizer-se (é consensual) que é a menos científica das ciências humanas. Daí também a *tensão* do diálogo, em que ora se acentua a *abrangência*, ora se enfatizam as *limitações*. É, portanto, o olhar para a *totalidade do percurso historiográfico* que permite enfocar o problema, e entrever a complexidade e mesmo a ambiguidade da história-discurso. Atente-se para a conexão que estamos tentando estabelecer: na perspectiva que estamos *recusando*, as tensões se diluem, dizem alguns, porque a história também recorta esferas da existência (história econômica, social, política, cultural), empregando os conceitos respectivos, hauridos nas ciências sociais correspondentes. Mas, *não*, redarguimos, e por dois motivos. Em primeiro lugar, porque os historiadores usam os conceitos, historicizando-os; e, em segundo lugar, porque o seu objetivo fundamental é *sempre* a reconstituição, isto é, *o historiador explica para reconstituir, enquanto o cientista reconstitui para explicar*. Como já dissemos (temos que insistir), para o historiador, a conceituação é o *meio* e a reconstituição o fim; para o cientista, a conceituação (a explicação) é o *fim*, a reconstituição é o meio. E os *factos* – isto é, o objeto da análise – nunca pertencem exclusivamente a uma única esfera da existência, mas envolvem *sempre* todas as esferas. Alguém planta uma batata, e isto pode ser um *facto* religioso. Logo, por visar sempre como meta final a reconstituição, a história é *sempre* total. Teremos de retomar este ponto mais adiante.

Essa distinção, para nós *fundamental*, não envolve, insistimos, juízo de valor. Entre duas obras sobre o mesmo tema, uma, ciência social retrospectiva, e outra, história, a excelência de uma sobre a outra dependerá sempre, em última instância, do *desempenho* do autor. Também, nos exemplos concretos, as características de cada *estilo* nunca aparecem de forma absoluta, no seu limite; mas exibem quase sempre uma tendência predominante. Há, é claro, casos limítrofes: *Cultura do Renascimento na Itália*, de Burckhardt, e *Sociologia do Renascimento*, de Von Martin. Ou se compararmos a história da Revolução Francesa, por exemplo, de Albert Mathiez, com o capítulo sobre o mesmo tema, no livro de Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*.[38]

Os exemplos poderiam obviamente multiplicar-se, matizando-se os contornos, para configurar os tipos. Mas atentemos ainda na diferenciação: fixemo-nos em economia retrospectiva e história econômica; isto porque a *distinção* que estamos tentando estabelecer fica mais clara neste caso. Sendo a economia, dentre as ciências humanas, aquela em que o recorte do objeto (isto é, a delimitação da esfera da existência) é dos mais rigorosos ("as atividades relativas à produção e consumo dos bens econômicos, isto é, objetos, materiais ou não, úteis e escassos") configura-se o seu discurso de grande objetividade e cientificidade, daí a inevitável monotonia da *dismal science*. A história econômica, recortando seu objeto dentro dessa precisa esfera de existência, situando-o em um determinado momento, deve usar seu aparato conceitual *historicizando-o*; como esses conceitos são mais claros e eficazes (em relação às demais ciências do homem), ressalta a dimensão explicativa, analítica, em relação à dimensão reconstitutiva, narrativa. Noutros termos: a distinção entre economia retrospectiva e história econômica fica mais explícita do que no caso das outras ciências sociais, mas é apenas uma questão de grau. Compare-se, por exemplo, a *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Junior, com *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado. No primeiro, a reconstituição predomina sobre a explicação; no segundo, predomina a explicação sobre a reconstituição. O primeiro é mais narrativo, o segundo mais explicativo. A distinção aparece, também, na forma da exposição, para além de problemas de estilo.

O mesmo raciocínio se pode – e se deve – fazer com relação às demais ciências sociais: sociologia retrospectiva e História social, por exemplo.[39] Mas insistamos ainda na relação economia/história, pois aqui fica mais claro o que queremos destacar. Note-se que, no plano do cotidiano acadêmico, a diferença aparece na produção dos autores de formação em história ou em economia; a história econômica é produzida por historiadores e economistas. Na academia, pode-se notar a diferença, nas teses nas faculdades de

---

38 Cf. Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1967, pp. 40-108 [ed. bras.: *As origens sociais da ditadura e da democracia*, trad. Maria F. L. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983]. A obra de Alfred Cobban, *A interpretação social da Revolução Francesa* (trad. Ana Falcão Bastos. Lisboa: Gradiva, 1988), pode ser considerada um exemplo da situação intermediária a que nos referimos.

39 Veja-se, a título de ilustração, que poderíamos tomar a história social e a sociologia histórica. Cf. Santos Juliá Diaz. *Historia social/sociología histórica*. Madri: Siglo XXI, 1989.

economia ou de filosofia. Nos encontros (congressos, simpósios etc.) confrontam-se às vezes as duas perspectivas. Mas o que importa destacar, porque é *decisivo*, é que, em economia retrospectiva, é possível e perfeitamente aceitável fazer-se a famosa *counterfactual history*, isto é, a História que não aconteceu – o que é *inconcebível* em história, mesmo econômica. Não carece lembrar que abundam exemplos da *counterfactual history* na *New economic history* norte-americana. Como em qualquer ciência, o economista-historiador projeta cenários inexistentes para testar hipóteses, que podem ser depois utilizadas ou não. No limite, referimo-nos à *econometria retrospectiva*.[40] Finalmente, e de passagem: o argumento que esboçamos permite iluminar, talvez com alguma clareza, a questão do *economicismo*. Este provém, *to the best of our understanding*, de uma *confusão* entre "esferas da existência" (econômica, social, política, cultural etc.) e "níveis da realidade" (estrutura, conjuntura, acontecimento; ou, na linguagem do historiador, longa, média e curta *duração*). Em todas as *esferas de existência*, é possível distinguir os diversos *níveis de realidade*. Ao identificar um nível de realidade (estrutural) com uma esfera da existência (econômica), o economicista atribui a esta esfera (economia) a força explicativa sobre as demais esferas (sociedade, política, cultura etc.). Ora, isto não pode ocorrer em economia retrospectiva (porque o autor, na realidade, não ultrapassa aquela esfera de existência no plano explicativo), mas pode ocorrer em história econômica, ou em história geral, em que a reconstituição sobreleva a explicação. No exemplo citado: Caio Prado foi acoimado de economicista, o que não ocorreu obviamente com Celso Furtado.

Ainda nesta mesma linha, observemos que a questão – crucial, para o historiador – do *anacronismo* apresenta-se de forma diversa nos dois casos, ou seja, em ciência social retrospectiva e em história. Mantendo-nos no nosso

40 O "clássico" nesse sentido é, indiscutivelmente, R. W. Fogel, *Los ferrocarriles y el crecimiento económico de Estados Unidos: ensayos de historia econométrica*, trad. esp. Madri: Tecnos, 1972. Ver também Niall Ferguson (org.), *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals*. Londres: MacMillan, 1998; e, em certa medida, R. W. Fogel e Stanley L. Engerman, *Time on the Cross: the Economics of American Negro Slavery*. Nova York: W. W. Norton, 1989. Para uma apreciação crítica da coletânea organizada por Niall Ferguson, ver: Aviezer Tucker, "Historiographical counterfactuals and historical contingency", in *History and Theory – Studies in the Philosophy of History*, v. 38, n. 2. Middletown, Connecticut, 1999, pp. 264-76.

exemplo – história econômica –, a ênfase, ao incidir na reconstituição, incorporando a dimensão analítica e explicativa, abre a possibilidade de o anacronismo ser evitado, ou ao menos atenuado; já, em economia retrospectiva, a ênfase sendo na explicação, o anacronismo aparece necessariamente na forma de *teleologia*.[41] Veja-se bem: o anacronismo é *inevitável* em história, a tal ponto que é possível, e mesmo desejável, avaliar o discurso do historiador segundo a sua capacidade de contorná-lo. Na moderna historiografia, ou seja, a partir da historiografia que dialoga com as ciências sociais, a questão se apresenta diferentemente nas duas vertentes, ou seja, na ciência social retrospectiva e na história, e expressa a tensão básica que alicerça a historiografia de nosso tempo. Efetivamente, em ciência social retrospectiva – a ênfase na *explicação* sobrepondo-se à narração –, a exposição inevitavelmente se faz a partir do resultado, pois a conceitualização releva precisamente o produto dos processos analisados. Em história, a exposição pode ir diluindo esses componentes explicativos à medida que avança a *narração*, dada a preeminência da *temporalidade* na ordem do discurso. Veja-se bem: um certo grau de anacronismo é de fato *inevitável*, por inerente a toda historiografia, tradicional ou moderna. E é isto que expressam, a nosso ver, as afirmações sempre repetidas de que "a história é filha de seu tempo", ou "toda história é contemporânea".[42] Veja-se:

41 Mais uma vez, um "clássico", neste caso, poderia ser considerado o livro de Gregory Clark, *A Farewell to Alms: a Brief Economic History of the World*. Princeton: Princeton University Press, 2007. O referido autor em dezesseis páginas realiza uma síntese da história econômica mundial. Ou seja, partindo do resultado, remonta às origens para "provar" sua tese. Cf. pp. 1-16: "Introduction: the sixteen-page economic history of the world". Veja-se bem, a façanha só foi possível, pois, partindo mecanicamente do resultado, deixa de lado tudo o que não se relaciona diretamente a ele; fazendo portanto desaparecer a história.

42 "História, filha de seu tempo" é uma expressão consagrada pelos fundadores dos *Annales*. Já "toda história é contemporânea" expressa sinteticamente a célebre formulação de Benedetto Croce segundo a qual qualquer tema objeto de história, independentemente de sua temporalidade, é contemporâneo na medida em que necessariamente diz respeito ao presente do historiador; do contrário, ele não poderia considerá-lo como um objeto de seu conhecimento: "ogni vera storia è storia contemporanea". Cf. B. Croce, *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza, 1973, pp. 3-7. Noutras palavras, "para Benedetto Croce a história consiste na recriação do passado na mente do historiador. Dessa premissa decorre a ideia de que toda a produção histórica é sempre "contemporânea", e de

se toda história é contemporânea, é preciso considerar a história da historiografia na sua inteireza. Na historiografia moderna (tal como definida acima), a tensão inexorável entre explicação e narração, análise e reconstituição, faz com que o anacronismo se manifeste com matizes diferenciados.

Dispomos agora, finalmente, tanto quanto podemos alcançar, dos elementos necessários para uma caracterização compreensiva da Nova História no curso da historiografia. Última, mas não derradeira, das escolas historiográficas, dissemos acima; pois que a História continua, em que pese o "genial" Fukuyama, e com ela o discurso que necessariamente tenta manter a sua memória.[43] É preciso dizer, também, que, no elenco geral da historiografia, esta fase que vivemos apresenta-se como uma das mais destacadas, uma floração de obras em todos os grandes centros de produção intelectual. Todavia, é preciso notar que esse brilho resulta, sobretudo, da abertura de novos temas, menos do que da criação de novos métodos, procedimentos ou interpretações. A chamada "crise dos paradigmas", que nas ciências sociais provocou um intenso debate metodológico e conceitual, na história resolveu-se pela mudança dos assuntos, pela descoberta de novos objetos; isto observamos, por exemplo, no que se pode considerar o "Manifesto" da Nova História – *Faire de l'histoire*, um manifesto muito original, em três alentados volumes.[44] Não cremos cometer nenhuma atrocidade lembrando que, naqueles trabalhos, os que mais se destacam são os que visam à abertura temática, caracterizando-se os capítulos propriamente teóricos (salvo exceções, é claro) por uma pobreza verdadeiramente capuchinha. Isto nos remete tanto às características do *métier* (à formação do historiador) quanto à peculiaridade da história entre as ciências sociais; o seu objeto é indelimitável, e seu método consiste na utilização dos conceitos das outras ciências humanas, historicizando-os, isto é, contextualizando-os no seu tempo. Se isto lhe dá liberdade de descobrir novos temas, retira-lhe cientificidade nos resultados. Mas também é isso que lhe dá essa extraordinária vitalidade, riqueza e encantamento.

Essa caracterização, todavia, não envolve nenhuma restrição, antes deve ser lida como defesa e ilustração da história, por dois de seus modestos cultores. A Nova História caracteriza-se, portanto, pela ampla abertura temática, e esta é a sua grandeza. Como toda "escola histórica", a Nova História naturalmente se apresenta como "nova"; e já se notou a ingenuidade dessa pretensão, que levanta o problema dos predecessores.[45] O que nem sempre se observa é que a questão dos predecessores remete inevitavelmente ao anacronismo. Mais ainda, e para além dessa caracterização, a Nova História, como toda escola historiográfica e por isso mesmo "nova", tendeu a estressar a crítica aos predecessores, chegando mesmo a deformar-lhes o perfil. Aliás esta postura já pode ser constatada na fundação dos *Annales*; e foi continuada em suas fases subsequentes.[46]

---

uma certa maneira "autobiográfica", no sentido de que os homens muitas vezes buscam no passado responder problemas do seu presente; assim, nenhum discurso histórico é, simplesmente, *ars gratia artis*" (Rogerio Forastieri da Silva, *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia.* Bauru (SP): Edusc, 2001, pp. 62-63). Também: Leon Dujovne, *El pensamiento histórico de Benedetto Croce.* Buenos Aires: Santiago Rueda, 1968; David D. Roberts, *Benedetto Croce and the Uses of Historicism.* Los Angeles: University of California Press, 1978. Em contraponto, cf. sir George Clark, "General Introduction: history and the modern Historian", introdução geral a J. R. Poter (org.), *New Cambridge Modern History, The Renaissance.* Cambridge: Cambridge University Press, 1971, v. 1, pp. XVII-XXXVI.

43 Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Ver Perry Anderson, *O fim da história de Hegel a Fukuyama*, trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, pp. 81-118.

44 Cf. J. Le Goff e Pierre Nora (orgs.). *Faire de l'histoire.* Paris: Gallimard, 1974, 3 v.

45 Cf. Ignacio Olábarri Gortázar, "La Nueva História, una estructura de larga duración", in José Andrés-Gallego (org.), *New History, Nouvelle Histoire: hacia una nueva Historia.* Madri: Actas, 1993, pp. 29-83; id., "'New' new history: a longue durée structure", in *History and Theory*, v. 34, n. 1, 1995, pp. 1-29. Também: Harold Rosenberg, *The Tradition of the New.* Nova York: Da Capo Press, 1994. Peter Burke, "Ouverture: the New History, its past and its future", in id. (org.), *New Perspectives on Historical Writing.* University Park: Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 1-23.

46 Ver o prefácio de Madeleine Rebérioux para a *Introduction aux études historiques* [1898] de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (Paris: Kimé, 1992, pp. 7-16). Também a dissertação de mestrado de Pedro Eduardo Portilho Nader, *Os fatos que se contam: saberes e historiadores de uma história à outra.* São Paulo: FFLCH-USP, 1994. Para maiores desdobramentos dessa questão vide: R. F. da Silva, op. cit., pp. 192-99. Neste passo cabe todavia por em relevo a postura excepcional de Marc Bloch ao assinalar o seu inconformismo como fato de se qualificar a história precedente como "historizante": "On les a només, parfois, "historiens historisants"; sobriquet injurieux de notre corporation, puis qu'il semble faire tenir à l'essence de l'histoire dans la négation même de ses possibilités"

E com isso vamos tocando em outro aspecto característico de nosso tema. Efetivamente, a própria delimitação dessa formação discursiva já envolve problemas: se, como indicamos acima, a publicação de *Faire de l'histoire* (1974) pode considerar-se seu marco cronológico, já quanto ao significado intrínseco da mudança impõe-se a controvérsia. Para seus mentores, essa terceira fase da Escola dos *Annales* apresenta-se como seu desdobramento natural. Para os críticos – e é especificamente o caso de François Dosse – essa terceira fase aparece como sua negação, quase diríamos traição.[47]

Ora, precisamente nesta questão fundamental, o enfoque que tentamos esboçar e no qual estamos insistindo talvez possa trazer alguma luz. Vejamos: na sua longa trajetória, o discurso historiográfico tem o seu principal ponto de inflexão no século XIX, por isso chamado o "século da história", porque nesse momento impõe-se o diálogo com as ciências sociais; e esse diálogo apresenta-se, portanto, como a marca distintiva da historiografia moderna. Mas, ao sofrer o impacto das ciências sociais e almejar ser uma delas, o discurso do historiador não abandona *absolutamente* – nem pode abandonar – os traços fundamentais que lhe deram origem, ou seja, o objetivo final de *revivescência* dos acontecimentos para a constituição da *memória* social. Apenas o que muda é a maneira de proceder a essa reconstituição: não mais diretamente por intermédio dos registros, mas atravessando os dados pelos conceitos, exatamente os conceitos elaborados pelas ciências sociais. Ou, noutros termos: para *reconstituir os eventos é preciso explicá-los* – o que tornaria "científica" a reconstrução. Mas a revivescência do acontecimento continua sendo o *objetivo final*, pois somente dessa maneira se promove a constituição da *memória*. Ora, isso implica necessariamente uma posição específica da história no diálogo com as ciências sociais, e remete à distinção fundamental entre história e ciências sociais retrospectivas, que procuramos estabelecer acima.

[Foram chamados, às vezes, "historiadores historizantes", alcunha injuriosa de nossa corporação, pois parece situar a essência da história na própria negação de suas possibilidades], Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, ed. crítica, Étienne Bloch (org.). Paris: Armand Colin, 1993, p. 76 [ed. bras.: *Apologia da história*, trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002].

47 Cf. François Dosse, *Histoire en Miettes, des "Annales" à la "nouvelle histoire"*. Paris: La Découverte, 1987 [ed. bras.: *A história em migalhas, dos* Annales *à Nova História*. Bauru (SP): Edusc, 2003].

Para justificar nossa insistência, digamos que esta distinção parece-nos crucial para completarmos o desenho da Nova História. Pois a historiografia moderna, assim caracterizada, desdobra-se em "escolas" que, para além da variação temática – aliás, uma constante em toda a história da historiografia –, diversificam-se exatamente pelo maior ou menor influxo das ciências sociais. O processo de constituição da moderna historiografia percorre, desse modo, o século XIX e culmina na *Belle Époque*. O momento que se segue, e que tem o seu ápice na criação dos *Annales* (1929), marca por assim dizer a *institucionalização do diálogo*, e a partir de então fica mais nítida a tensão vivida no interior da historiografia. E, de fato, a ênfase ora incide na conceituação, na explicação; ora na narração, na reconstituição. Noutros termos: o discurso historiográfico aproxima-se de seus pontos de fuga: ciências sociais retrospectivas, ou história.

Note-se que falamos de ênfase, tendência, não de exclusão ou ausência. Explicação analítica e reconstituição narrativa estão, é claro, sempre presentes; entre os tipos extremos, toda uma infinita gama de variações deve ser levada em conta no estudo do movimento historiográfico em seu conjunto. É claro que a Escola dos *Annales* não corresponde à historiografia atual no seu conjunto; mas não resta dúvida de que seja uma de suas mais altas expressões, e de toda forma as observações que tentamos fixar dizem respeito ao conjunto, tanto quanto podemos perceber. Tomamos como referência a *École* porque, nela, essas características – essas tensões – explicitam-se de maneira mais clara.

E, efetivamente, já nas primeiras manifestações – diríamos, nos primeiros "manifestos"[48] – insiste-se no diálogo com todas as ciências do homem, utilizando seus conceitos, mas *historicizando-os*, isto é, contextualizando-os no tempo. Ao longo de seu percurso, nas três fases, tal como indicadas no livro definitivo de Peter Burke,[49] o empenho interdisciplinar vem se mantendo intenso, mas com variações: assim, na primeira fase, no anteguerra (chamemo-la fase "Bloch-Febvre"), o intercâmbio é generalizado com todas as ciências humanas, com uma incidência maior na sociologia; na segunda, até os anos 1970 (chamemo-la fase "Braudel"), o diálogo é dominantemente

48 Veja-se a primeira parte desta antologia.

49 Peter Burke, *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos* Annales *(1929-1989)*, trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

– não exclusivamente – com a economia; e na terceira, atual (chamamo-la "Nova História"), o diálogo volta a generalizar-se, agora com maior incidência na antropologia, ou melhor, na etnografia.[50]

Não precisamos dizer que essas três fases, assim caracterizadas, têm muito a ver com a história política e intelectual do século XX. Sem entrar na análise, de resto tentadora, dessas correlações e interações, que contudo desviar-nos-iam de nosso foco,[51] fixemos dois pontos que nos parecem decisivos. Em primeiro lugar, e equacionando a questão do ponto de vista acima proposto – isto é, a tensão interna entre análise/explicação e narrativa/reconstituição, como a característica *fundante* da historiografia moderna –, a primeira fase dos *Annales* apresenta um relativo equilíbrio nessa tensão; na segunda, nota-se claramente um desequilíbrio no sentido da análise, conceitualização, explicação; a terceira fase, claramente, envolve um desequilíbrio no sentido contrário, da constatação, narrativa, reconstituição.

Em segundo lugar, note-se de início que a segunda e a terceira fases estressam componentes em sentidos opostos, tendendo para ciência social retrospectiva, ou história; e que a intensificação, na segunda fase, do intercurso com a economia deve-se ao fato de ser a *dismal science*, dentre as ciências humanas, a mais formalizada, isto é, a mais científica. Atente-se, ademais, que entre a segunda e a terceira fases situa-se, precisamente, a crise dos paradigmas.

E, assim, eis-nos de volta ao nosso tema: a Nova História, finalmente, vai assumindo a sua conformação mais característica. Se a considerarmos, em sentido estrito, a terceira fase dos *Annales*, ela aparece como a forma dominante

— —

50 *Montaillou, village occitan*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (Paris: Gallimard, 1975) é exemplar como etnografia retrospectiva.

51 Para a contextualização do "ambiente" em que emerge a Nova História, ver, entre outros, Hervé Coutau-Bégarie, *Le Phénomène nouvelle histoire – grandeur et décadence de l'école des Annales*. Paris: Economica, 1989. François Dosse, *Histoire en Miettes*, op. cit.; Lutz Raphael, *Die Erben von Bloch und Febvre: Annales-Geschichtsschreibung und nouvelle histoire in Frankreich, 1945-1980*. Sttugart: Klett-Cotta, 1994; Massimo Mastrogregori, *Il genio dello storico: le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1987. Carole Fink, *Marc Bloch – a life in history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989 [ed. port.: *Marc Bloch: Uma vida na história*. Oeiras: Celta, 1995]. Para não falarmos na volumosa coletânea organizada por Stuart Clark, *The Annales School – Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1999, 4 v.

de como a história reagiu à *crise dos paradigmas*, ou melhor, como os historiadores reagimos a essa crise. Já assinalamos anteriormente que, também aqui, encontramos a nossa peculiaridade: enquanto nas ciências sociais se processa intenso debate conceitual e metodológico,[52] na história predomina a mudança dos temas, ou, se se preferir, a abertura para novos objetos. É claro que isto se liga ao caráter indelimitável do objeto do discurso do historiador; mas queremos assinalar, neste passo, que nesse comportamento manifesta-se a *continuidade* dos componentes primevos da historiografia, que se mantêm ao longo de todo o percurso, até a atualidade. E, insistamos: não só a infinitude do objeto, senão também a necessidade de levar o discurso até a reconstituição do acontecimento, ou, noutros termos, a análise deve atingir o nível acontecimental, isto é, do singular.

Deste ponto de vista, isto é, focalizando o momento atual no conjunto do longo percurso da historiografia, e levando em conta as peculiaridades do discurso historiográfico, podemos agora completar o desenho caracterizador da Nova História: para além da abertura temática, da busca de novos objetos, ela se contrapõe à tendência dominante do momento que a precedeu, acentuando a vertente narrativa em detrimento da explicativa, e levando ao limite essa tendência, isto é, beirando à desconceitualização total. E essas duas características básicas (diversificação temática, desconceitualização) estão, aliás, profundamente entrelaçadas. Em muitos de seus cultores, parte-se do pressuposto de que os novos temas não podem ser tratados a partir de "velhos" conceitos, e muitas vezes não se procuram novos conceitos; daí resulta, às vezes, como que uma recusa à análise conceitual, tangenciando a narrativa pura, voltando curiosamente às formas primitivas da historiografia. No nível teórico, essa tendência envolve o não relacionamento com as estruturas porque (supõe-se) não há estruturas.

Neste passo convém acrescentar também que o referido *linguistic turn* pretende de uma certa forma oferecer uma legitimação e espessura para o *revival* da narrativa, tal como tem sido praticada. Segundo esta perspectiva, a linguagem passa a ser considerada autorreferente e isto tem produzido importantes implicações em relação à história e às ciências sociais em geral.

—

52 Cf. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (orgs.), *El oficio de sociólogo: presupuestos epistemológicos*, trad. esp. México: Siglo XXI, 1993.

Fica subvertida a consagrada tradição, segundo a qual a linguagem é considerada um "instrumento" ou um "rótulo" para referir-se ao real. Jacques Derrida afirmou "*il n'y a pas de hors-texte*" e Hayden White afirma que a história é um "artefato literário", chegando a propor uma análise historiográfica classificatória, segundo figuras de linguagem, do texto dos historiadores.[53]

Não cabe no espaço desta Introdução avaliar todos os possíveis significados e implicações destas mudanças, entretanto vale destacar que o conjunto delas, nos mais variados planos, faz parte de um todo relativamente homogêneo no qual estão presentes, entre outros, o término da Guerra Fria, os vários colapsos – do socialismo e das metanarrativas em geral – que colocam questões que ultrapassam o cotidiano e apontam para um novo ordenamento cuja direção e sentido é difícil prefigurar na medida em que se trata de um processo em curso.

Na verdade, como se pode ver em vários dos textos aqui antologizados, essas posturas não se explicitam no nível teórico, e por isso insistimos: é preciso questionar a inadequação dos conceitos aos novos temas (ver, por exemplo, as considerações de Michel Vovelle sobre "ideologia" e "mentalidade"),[54] bem como encarar o pressuposto da inexistência de estruturas. Isso implica afirmar que a História não tem nenhum sentido, não havendo alternativa entre o determinismo dogmático e a indeterminação absoluta. É preciso *meditar* sobre essa opção pelo voo curto. Essa caracterização, que estamos tentando, da Nova História, pressupõe a sua inserção no percurso integral da historiografia, levando em conta as dimensões que integram o discurso historiográfico desde sempre e permanecem até o presente; ao contrário, se considerarmos a passagem para a modernidade historiográfica como uma *mutação*[55] essencial do discurso, desfaz-se a diferença entre ciência social

—

53 Jacques Derrida, *De la gramatologie*. Paris: Gallimard, 1967 [ed. bras.: *Gramatologia*, trad. port. São Paulo: Perspectiva, 1973]. Hayden White, *Metahistória: a imaginação histórica no século XIX*, trad. port. São Paulo: Edusp, 1992; id., *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994; id., *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

54 Cf. Michel Vovelle, *Idéologies et Mentalités*. Paris: La Découverte, 1985 [ed. bras.: *Ideologias e mentalidades*, trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987].

55 Como em Ch.-O. Carbonell, *Histoire et historiens, une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976.

retrospectiva e História, e oblitera-se a possibilidade dessa caracterização. Da mesma forma, é este enfoque que permite definir o momento anterior (referido antes como "segunda fase dos *Annales*") como a acentuação, em sentido contrário, da dimensão analítica e conceitualizante, em detrimento da narrativa e descritiva. É este enfoque também que nos leva a definir o que chamamos de ciência social retrospectiva (lembremo-nos, por exemplo, da já referida *New Economic History*). Em contraposição a certas obras dessa fase – história *descarnada*, dizia-se –, a Nova História radicalizou no sentido oposto, levando a desconceitualização ao limite. No que também operou dentro da tradição: nos vários momentos da história da história, as "escolas" sempre se apresentam como *novas* e tendem a exagerar na crítica aos antecessores, chegando às vezes à deformação. A crítica cerrada da história *historizante* empreendida pelos *Annales* na sua primeira fase não discrepa dessa inescapável tendência; por assim dizer ela se impõe na fase de implantação, em meio aos debates e combates, como já assinalamos anteriormente. Já notamos que, no caso específico da Nova História, a ênfase na narrativa e o como que esvaziamento conceitual curiosamente envolvem um movimento de volta às formas primitivas do discurso historiográfico, anterior à modernidade. Agreguemos agora que esta observação, que não nos parece absolutamente despicienda, só faz sentido quando situamos a tendência novíssima no conjunto na historiografia, isto é, no longo percurso de que somos os herdeiros e continuadores. Insistamos: é esse *ponto de vista* que subjaz persistentemente em nosso argumento, e que continuará a sustentá-lo nos próximos passos.

Desse ponto de vista, retomemos o debate, encetado por François Dosse, sobre a "terceira fase" dos *Annales*. E avancemos desde logo que, por não ter colocado o tema nesses termos, isto é, por ter feito o recorte mais restrito do objeto – limitado, assim, à posição da Nova História no contexto da Escola dos *Annales* –, o autor desembocou num impasse, o que se pode notar nas hesitações de seu juízo e de suas formulações.[56] Com efeito, a Nova História, terceira fase dos *Annales*, tendo-se encaminhado para a "história em migalhas", aparece como uma ruptura em relação às fases anteriores, que preconizavam a "história total", e François Dosse ora acentua ora abranda a caracterização crítica.

—

56 Veja-se o "Prefácio" à segunda edição brasileira de *A história em migalhas, dos* Annales *à Nova História*, trad. port. Bauru (SP): Edusc, 2003, pp. 7-17.

Recolocada a questão nos termos aqui propostos, isto é, na ampla trajetória da história geral da historiografia, a terceira fase dos *Annales* pode ser vista tanto como desdobramento quanto como ruptura, relativamente aos princípios da Escola. Esta significou, na história geral da historiografia, o momento em que o diálogo com as ciências humanas se *institucionaliza*, ou seja, passa a ser inerente ao ofício de historiador. Na primeira fase, como vimos, o diálogo foi mais generalizado, com pequeno predomínio da sociologia; na segunda, predomina a interlocução com a economia; e na terceira, com a antropologia. Nesse sentido pode-se falar em continuidade, desdobramento. Mas, ao mesmo tempo, na terceira fase há, por assim dizer, uma diminuição do diálogo, ligada, como vimos, a uma tendência à desconceitualização, que aliás é geral nas ciências (a crise dos paradigmas); no caso da história, essa tendência, como vimos, é mais acentuada: por isso, na realidade, a Nova História dialoga mais com a etnografia do que com a antropologia. Lembremos o exemplo já referido da obra de Le Roy Ladurie sobre *un village Occitain*. E nesse sentido do poder-se-ia falar em ruptura. E no entanto a ênfase da crítica, no caso de François Dosse, incide no segundo ponto, pois a desconceitualização leva à pulverização dos temas (história "em migalhas"), enquanto o princípio escolástico preconizava a "história total". História total, neste sentido (e é assim que normalmente se entende nos debates), implica tratar simultaneamente de todas as esferas da existência. Todavia, como já notamos anteriormente, a tendência do discurso historiográfico em acentuar a reconstituição do acontecimento implica ser a história sempre tendencialmente total, pois nenhum acontecimento pertence exclusivamente a uma única esfera da existência, envolvendo sempre todas elas; afinal, o singular é sempre total.[57]

57 Não resistimos à tentação de evocar o fragmento de Blaise Pascal: "Donc toutes choses étant causés et causantes aidées et aidantes, médiatement et immédiatement, et toutes s'entretenant par un lieu naturel et insensible que lie les plus éloignées et les plus différents, je tiens impossible de connaître les parties sans connaître le tout; non plus que de connaître le tout sans connaître particulièrement les parties", in *Pensées*. Fragmento 72 da edição de Léon Brunschvicg ["E como todas as coisas são causadoras e causadas, auxiliadoras e auxiliadas, mediatas e imediatas, e todas se acham presas por um vínculo natural e insensível que une as mais afastadas e diferentes, estimo impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, bem como conhecer o todo sem entender particularmente as partes", in *Pensamentos*, trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961, p. 69].

Ora, precisamente neste ponto, a perspectiva que estamos sugerindo parece-nos muito fecunda para o enfrentamento dessa questão fundamental. Vejamos: examinada em função de sua longa trajetória, a história como campo do conhecimento distingue-se das demais ciências do homem por manter sua função primeva de constituição da memória social; mas, a partir da modernidade, *agrega* a intenção explicativa, científica – e a partir de então passa a viver inexoravelmente essa tensão entre as duas vertentes no interior do seu discurso. Isto, evidentemente, a singulariza entre as humanidades, e conforma o diálogo infindável. No passo seguinte, mas sempre em consonância com essas premissas, distinguimos necessariamente ciência social retrospectiva e história: em ambas se procede à reconstrução da realidade, e à sua explicação; mas, enquanto na história a reconstituição tem preeminência sobre a explicação, o oposto ocorre nas ciências sociais, em que predomina a explicação sobre a reconstituição. Repetindo e insistindo: o historiador explica *para* reconstituir; o cientista social reconstitui *para* explicar. Com isto queremos dizer que para o cientista social o recurso à história presta-se a ilustrar uma tipologia ou, no limite, uma teoria.[58] E mais: por não se atentar a essas distinções é que o diálogo, a nosso ver, se tem descaminhado por questões de abrangência, alcance, quando não de importância e prestígio. Os textos a seguir antologizados podem ilustrar esse desencontro.

Efetivamente, voltemos ao argumento: as ciências sociais, por recortar esferas da existência, têm condições de conceitualização que lhes possibilitam maior objetividade e força explicativa; a história, por tratar de todas esferas da existência, por abranger todo o acontecer humano na sua infinitude, perde poder explicativo, mas ganha em concretude – note-se que o historiador (isto é de lei) deve usar os conceitos *historicizando-os*. E, contudo, a historiografia *moderna*, dado o diálogo com as ciências sociais, também recorta: história econômica, social, política, cultural etc. – com o que se esmaece a diferença que insistimos em estabelecer como fundamental. Em face disso,

58 Para um cientista social o estudo de uma revolução presta-se, por exemplo, a constituir uma "teoria" ou "sociologia" das revoluções. Reveja-se nossa observação anterior sobre a Revolução Francesa. E sobretudo: Crane Brinton, *Anatomia das revoluções*, trad. port. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958, e Roy Porter e Mikulas Teich (orgs.), *Revolution in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

contra-argumentemos: a diferença é, sim, fundamental, porque o objetivo último do historiador (nem sempre consciente, diga-se de passagem) é, sempre e necessariamente, a reconstituição, ou mesmo a revivescência do acontecimento, isto é, da *estória*; e o acontecer humano – de qualquer tipo, em qualquer lugar, em todo o tempo – nunca pertence a uma única esfera da existência, mas *sempre* envolve todas ao mesmo tempo. Não se deve confundir *esferas da existência* (economia, sociedade, política, cultura) com *níveis de realidade* (estrutura, conjuntura, acontecimento); toda esfera da existência comporta, sempre, os vários níveis de realidade, não nos esqueçamos.[59]

Em suma: a história, como discurso, não pode se limitar (ainda que os historiadores nem sempre tenham consciência disso) ao domínio das estruturas, campo dominado pela conceitualização, mas tem que alcançar o universo do acontecimento, do singular, do único, quer dizer, o nível da *indeterminação*. É, efetivamente, esse o pressuposto da afirmação de que a história como discurso não tem, nem pode ter, o mesmo grau de cientificidade; é também o substrato do princípio escolástico de que o historiador deve historicizar os conceitos. E, mais ainda, implica que, deste ponto de vista, *toda* história é *sempre* total.

Expliquemo-nos, ainda uma vez: a história (história como discurso) não é total porque pode tratar de temas recortados em todas as esferas da existência, mas porque pode tratá-los todos *ao mesmo tempo*. E isso porque, diferentemente das ciências sociais, sua ênfase é na reconstituição e não na explicação do objeto – e o objeto, isto é, o *acontecimento*, na sua singularidade, envolve sempre *todas* as esferas da existência. A distinção entre ciências sociais retrospectivas e história permite, portanto, a nosso ver, reequacionar a questão levantada por François Dosse, iluminando o seu interior e situando-a no campo mais amplo da história da historiografia. Pois as esferas da existência são categorias analíticas, no nível da realidade os acontecimentos envolvem-nas, sempre, na sua *totalidade*. E, como o historiador, necessariamente, prioriza a reconstituição, tende naturalmente mais para a totalidade. Não quer dizer que seja superior, nem mais importante; nem quer dizer que o historiador, por ser historiador, tenha melhor realização.

---

59 Este passo inspira-se em Max Weber. *Ensaios de sociologia*, org. H. H. Gerth e C. Wright Mills, trad. port. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Pois, no limite, quando comparamos os desempenhos (em obras de história e ciência social retrospectiva versando o mesmo tema), o resultado depende sempre e em última instância da capacidade, da inteligência do autor. O que queremos dizer, e mesmo insistir, é que essas diferenças nada têm a ver com abrangência, importância, prestígio. Tem a ver, sim, com objetividade, cientificidade e imaginação – como assinalamos acima. Nem precisamos lembrar que os tipos de discurso que procuramos caracterizar são *modelos* inencontráveis em estado puro. Mas, mesmo assim, importantes e mesmo fundamentais para a compreensão do *métier* no quadro geral das humanidades.

E com isto poderíamos encerrar essas considerações preliminares ou introdutórias à antologia, não fora a Nova História apresentar-se quase sempre como uma visão crítica e superadora do marxismo.[60] O lugar de onde falamos (historiadores marxistas, na periferia do capitalismo*) impõe-nos o enfrentamento do problema. Desde logo, não embarcamos nessa visão muito em voga nos meios acadêmicos, segundo a qual a persistente vigência do pensamento marxista nas regiões periféricas expressa simplesmente o atraso intelectual ali (ou antes, aqui) imperante; com efeito, não carecia tanto questionamento de paradigmas, para finalmente chafurdar num evolucionismo de nível pré-primário. Deixemos, contudo, para outros excursos, esse acerto de contas, que não faltarão ocasiões; retomemos a questão no roteiro que estamos seguindo.

Assinalemos, neste passo, que a Nova História, em seguida aos seus manifestos suscitou um variado conjunto de debates que a terceira parte desta antologia procura ilustrar. Vale lembrar, nesta oportunidade, que embora, de alguma forma, tenhamos incorporado ou mesmo considerado procedentes algumas das avaliações críticas a ela dirigidas, nossa expectativa nesta introdução é que fique claro que nosso posicionamento difere de algumas de suas significativas vertentes críticas, que podem ser exemplificadas, nos escritos de François Dosse, Hervé Coutau-Bégarie e Josep Fontana. Tentemos explicitar – não podemos deixar de fazê-lo – o lugar de onde falamos, isto é,

---

60 Cf. Jacques Le Goff e Pierre Nora, "Apresentação", in *História: novos problemas*, trad. port. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, pp. 11-17. Nesta antologia, p. 122. Também, François Dosse, *História em migalhas*, op. cit.

* Trata-se, como se verá, de um marxismo pascaliano...

o ponto de vista da história geral da historiografia, que permite, ao nosso ver, *situar* as formulações da Nova História, bem como as críticas a elas dirigidas, na esperança de ultrapassá-las.

Preliminarmente, importa notar que, também aqui, reencontramos a questão da Nova História no interior da Escola dos *Annales*. Pois é a terceira fase – ou seja, a *Nouvelle Histoire* propriamente dita – que se apresenta explicitamente contrária ao materialismo histórico e mesmo como uma alternativa a ele; nas primeiras etapas, *par contre*, é nos meios marxistas que se manifesta uma certa hostilidade à Escola,[61] apesar de alguns historiadores dessa linhagem integrarem a confraria (o exemplo conspícuo é, evidentemente, Pierre Vilar). Impõem-se, portanto, duas observações: primeiro, a historiografia de inspiração marxista se destacava, no período anterior, como que o limite da tendência contrária, conceitualizante e "científica"; segundo, por não se levarem em conta as distinções que acima estabelecemos (ainda uma vez, ciência social retrospectiva e história), não se atenta para a especificidade do discurso da historiografia marxista. Observemos, desde logo, que para isso muito concorreram os próprios historiadores marxistas ou marxizantes, que tampouco avançaram na compreensão do materialismo histórico. Basta lembrar que a crítica não foi além da acusação de economicismo, quando não se circunscreveu à rejeição da famosa sucessão dos modos de produção como etapas da história. Quer dizer: se a crítica pôde manter a incidência sobre o *paradigma do marxismo soviético*, é que o *marxismo ocidental*, tendo incisivamente feito a sua crítica, foi incapaz de elaborar uma reformulação convincente.[62] A nosso ver, a renovação que se processou amplamente no campo da filosofia não teve um equivalente na prática historiográfica. Aqui, como nenhures, a produção de obras verdadeiramente marcantes ficou na dependência exclusiva da força intelectual dos autores. É claro que nesse campo (e especialmente no debate acadêmico, para não dizer na algaravia

---

61 J. Fontana, op. cit., pode ilustrar essa afirmação.

62 Cf. Perry Anderson, *Considerations on Western Marxism*. Londres: New Left Books, 1976 [ed. bras.: *Considerações sobre o marxismo ocidental*, trad. Marcelo Levy. São Paulo: Brasiliense, 1989]; id., *A crise da crise do marxismo, introdução a um debate contemporâneo*, trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1983. Também José Guilherme Merquior, *Western Marxism*. Londres: Paladin Paperback, 1986 [ed. bras.: *O marxismo ocidental*, trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987].

jornalística) entram em linha de conta posições políticas e enviesamentos ideológicos que toldam permanentemente o diálogo. Lembremos, por exemplo, a acolhida frígida, entre os historiadores, da análise notável realizada por Lucien Goldmann sobre o jansenismo.[63]

Tentemos, portanto, reexaminar a historiografia marxista (ou marxizante, em sentido *lato*) no quadro da problemática da história da historiografia moderna, tal como a vimos analisando. Noutros termos: submetamos o materialismo histórico – ou, mais precisamente, a historiografia dele derivada ou por ele inspirada – ao mesmo enquadramento a que submetemos a Escola dos *Annales*. E aqui já deparamos com uma pedra no caminho: na sua formulação, o marxismo não partiu da historiografia, mas da filosofia em geral e hegeliana em particular; isso significa que a forma de compreensão da história é, nessa linha de pensamento, um marco de chegada, não um ponto de partida. Ora, aqui tentamos o caminho inverso, e isso nos remete ao início dessas reflexões, quando referimos a dificuldade de o materialismo histórico aplicar-se a si mesmo. Também a historiografia, a história da História, aliás, envolve uma espécie de autoanálise. Mas não vamos enveredar pelos meandros da "ontologia do ser social"; acreditamos, contudo, que uma reflexão que procure situar a historiografia marxista (e, no limite, o materialismo histórico) no curso da história geral da historiografia, tal como a vimos definindo talvez com demasiada insistência, pode levar alguma luz aos debates e impasses do marxismo contemporâneo, ao mesmo tempo que abrir caminho para compreender o *métier* de historiador em meio à crise e reconstrução dos paradigmas.

Examinada desse ponto de vista, isto é, na trajetória da história geral da historiografia, a formulação do paradigma marxista de interpretação da História situa-se no momento crucial da transição da historiografia tradicional para a historiografia moderna, ou seja, ao longo do século XIX. No decorrer dessa centúria, ao mesmo tempo em que se constituem as ciências sociais, engaja-se o diálogo com a historiografia, que se pode dizer consolidado (o diálogo) nas discussões da *Belle Époque*, e enfim por assim dizer institucionalizado no grupo dos *Annales*. Simultaneamente, contemporaneamente, –

---

63 Cf. Lucien Goldmann, *Le Dieu caché, étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, 1959.

basta lembrar: 1848, *Manifesto*; 1859, *Contribuição à crítica da economia política*; 1867, primeiro volume do *Capital* –, vai-se constituindo o paradigma marxiano. Para compreendermos o significado dessas articulações – não se trata, já se vê, de coincidências temporais, mas de nexos históricos –, notemos primordialmente que o diálogo envolvia, antes de tudo, a separação entre filosofia da história e teoria da história; isto porque o problema do século é a ciência como valor insuperável do conhecimento: noutros termos, como dar cientificidade ao discurso historiográfico, que vinha de um longo passado e se mantinha incontornável. Nem sempre de maneira clara ou mesmo explícita – o que se almejava era a constituição de uma teoria científica da História. A dificuldade, é claro, residia em que a história mantinha iniludivelmente a sua função constituinte da memória social, e para tanto tinha que levar suas indagações ao nível dos acontecimentos, reconstituindo-os. Mantinha (e ainda mantém), portanto, o discurso do historiador, uma *dupla* dimensão, analítica e narrativa. Note-se que cuidamos ao escrever acima "paradigma marxista de interpretação" da História, e isto significa que a constituição desse paradigma incide diretamente sobre uma das vertentes (a dimensão explicativa, "científica") do discurso historiográfico. E, como os clássicos – Marx e Engels – nunca fizeram obra de história propriamente dita, ficou para as gerações vindouras de historiadores de inspiração marxiana a forma de articular essa visão de mundo às duas dimensões do discurso historiográfico. Se, agora, lembrarmo-nos de que o ponto de partida dos fundadores não era a história e sim a filosofia, podemos finalmente entender essa característica da inter-relação entre as duas formações discursivas. Aliás, é justamente o ponto de vista da história geral da historiografia (que aqui estamos sustentando) que nos possibilita especificar e equacionar esta questão.

Tentemos, ainda, avançar na análise da posição do marxismo no interior do diálogo história-ciências sociais. Para tanto, importa sondar ainda mais a fundo o processo de formação das ciências sociais: elas se constituem, recortando esferas da existência, e desprendendo-se da filosofia e da história, em momentos de nossa História ocidental nos quais demandas sociais exigiam a explicação de determinados fenômenos, inseridos naquelas esferas existenciais. Se essa constatação pode considerar-se consensual em história das ciências, nem sempre se atenta, ao nosso ver, para o *pressuposto* inexoravelmente implicado na asserção: qual seja, o processo (de formação das ciências sociais) envolve o reconhecimento da *impossibilidade de conceitualização*

simultânea de todas as esferas da existência. Ora, atuando no centro do processo – *in the heart of the matter* – Marx parte axiomaticamente do pressuposto *contrário*: todo seu imenso esforço visa *conceituar todas as esferas da existência*, para elaborar *uma* teoria da História. Note-se que esses pressupostos, implícitos no processo, não foram claramente explicitados em nenhum dos lados do movimento das ideias, isto é, nem no plano da história da historiografia e tampouco no da formulação do materialismo histórico. Os forjadores das ciências sociais tinham como objetivo construir um discurso científico que desse conta de certas esferas de existência entranhadas no devir dos acontecimentos; não pretendiam, portanto, reescrever a História. Já Marx tem sempre a História no centro de suas indagações, na medida em que intenta interferir no seu curso; quer dizer, a *compreensão* da História é condição indispensável para a sua transformação: no limite, a perspectiva marxista pretende *ultrapassar* (*aufheben*) a dicotomia história 1 (acontecimento) e história 2 (discurso) – a História só é cognoscível por meio da realização do projeto revolucionário, o *fazer da História*, aqui entendido como "teoria da práxis". A audácia ilimitada desse projeto demiúrgico (e, certamente, *utópico*), em que o *fazer* tem preeminência sobre o *saber*, resultou no caráter fragmentário da obra dos Castor e Polux do socialismo moderno. E, assim, também deste lado não se explicitaram os pressupostos acima referidos.

Mas o fato de não se terem explicitado não significa, evidentemente, que não sejam importantes e mesmo decisivos para a compreensão dos desdobramentos no campo que estamos analisando, ou seja, nas relações entre história e ciências sociais, e da posição do materialismo histórico nesse contexto. Em primeiro lugar, visto desse ângulo, o materialismo histórico aparece, antes e acima de tudo, como *uma teoria da história*; e, mais do que isso, permite esclarecer, ou ver com mais nitidez, o que devemos entender por "teoria da História". E, em segundo lugar, isso é tanto mais importante, para nossos propósitos, porque tem sido o não esclarecimento dessa visão – *teoria da História como conceitualização simultânea das várias esferas da existência* – que tem obliterado o diálogo da história com as ciências sociais e humanas. Neste, por envolver necessariamente espírito corporativo, a história ora é vista como *base* para auferição de dados empíricos, ora como *síntese* englobante do conjunto das ciências do homem – e desse modo a *história total* é vista como o objetivo a ser alcançado. Mas nunca se explicita em que realmente consiste tal síntese, nem como se *historicizam* os conceitos.

Insistimos, antes, em que a distinção, que estamos estabelecendo, entre ciência social retrospectiva e história abre caminho para uma melhor compreensão desse diálogo, dos impasses da moderna historiografia, bem como situar, nesse contexto, a Escola dos *Annales*, para equacionarmos enfim a sua terceira fase, a Nova História. Tentemos, agora, inserir, nesse mesmo contexto, a formulação do materialismo histórico.

No interior dessa moldura, portanto, o materialismo histórico aparece como uma teoria da História – reiteremos, teoria da história como o esforço de conceitualização *simultânea* das várias esferas da existência; o que importa, pela primeira vez, em distinguir teoria de filosofia da História. Com isso, também, começamos a entrever a posição dessa linha de pensamento (e da historiografia nela inspirada) no contexto da historiografia moderna. Para avançarmos nessa análise, examinemos mais de perto essa visão do marxismo – essa "leitura", se preferirem – no curso da história geral da historiografia, pois, a nosso ver, é por não se levarem em conta estas dimensões da questão que o diálogo da historiografia marxista perde-se em descaminhos, com a historiografia de outras linhagens (por exemplo, com a Escola dos *Annales*) ou com as ciências sociais em geral. Veja-se, por exemplo, como aparece a questão da conceitualização simultânea das esferas da existência: a favor ou contra, apresenta-se sempre como interpretação econômica da História. Na realidade, o que se discute são graus de economicismo, mais ou menos rígido, em última instância etc. Ora, como já notamos, essa postura implica *confusão* entre esferas da existência e níveis de realidade; tomando-se uma esfera da existência (economia) como estrutural (nível de realidade) e portanto determinante, quando, de fato, cada esfera da existência comporta sempre os vários níveis da realidade (ou, na linguagem do historiador, diferentes *durées*, observáveis em todas as esferas de existência). E, no entanto, na perspectiva em que aqui nos colocamos, a questão aparece como a da *articulação* (e não uma simples justaposição das instâncias, e menos ainda como sua hierarquização causal). Notemos de passagem – para não nos desviarmos de nosso roteiro – que, da parte dos autores marxistas, deve-se esse reducionismo, em grande medida, ao caráter fragmentário da obra dos clássicos, Marx e Engels. Efetivamente, em Marx, para além das obras preparatórias e da densa produção de intervenção política, temos de fato uma análise estrutural do capitalismo; análise poderosa, que, apesar de incompleta, nunca foi ultrapassada. Os trabalhos gerais de sistematização do

materialismo, dialético e histórico, ficaram por conta de F. Engels, que não tinha a mesma força analítica. A beatificação dos autores e a canonização dos seus textos no mundo soviético e alhures, por seu turno, consolidaram a visão reducionista, generalizando a análise do capitalismo para outros modos de produção e bloqueando o debate; entrementes, o marxismo "ocidental" retomava a questão, mas do ângulo filosófico (metodológico), incidindo sobre a dialética materialista. De nossa parte, estamos tentando a abordagem da vertente *histórica* do materialismo marxista. Entendemos esta abordagem como a análise da formulação do materialismo histórico e da historiografia que inspira, no curso da história geral da historiografia, isto é, em meio aos diálogos entre as ciências sociais emergentes e a historiografia persistente, ou noutros termos, examinar a posição da historiografia marxiana na moderna historiografia. Estamos conscientes de que a *démarche* implica complexos problemas teóricos, que, no entanto, nos desviariam de nosso foco de análise; mas estamos igualmente convencidos de que essas reflexões são fecundas para avançar na problemática do ofício de historiador com certeza, e talvez também para um debate geral em torno do marxismo.

Nessa perspectiva, como vimos, o materialismo histórico, ao se constituir no centro da transição para a historiografia moderna, em meio ao diálogo com as ciências sociais, portava o *pressuposto contrário* ao da formação dessas mesmas ciências, ou seja, a afirmação da possibilidade (e da necessidade) de teorização *simultânea* das várias esferas da existência; o projeto marxista visava, portanto, à construção, no limite, de uma *teoria da História*. Neste nível, os avanços do pensamento marxista se fariam antes de tudo na busca dos desdobramentos dessa base de partida, o que envolveria a prática reflexiva na análise de vários momentos e dos infinitos temas da História, testando e refazendo permanentemente a linha interpretativa. Todavia, a partir do final do século XIX e ao longo do XX, os pensadores marxistas empenharam-se predominantemente em aprofundar a análise do capitalismo, criticando a escola neoclássica e desenvolvendo a "economia" marxista; doutra parte, esforçaram-se em "completar" a teoria marxiana do capitalismo com a análise do Estado e das ideologias. Tudo isso, já se vê, com a melhor das intenções, ou seja, promover a Revolução, realizando a História. Entrementes, ao longo do século XX, os assim chamados "ocidentais", sensíveis aos dramáticos desdobramentos do socialismo real (leninismo, stalinismo, maoísmo etc.), foram crescentemente questionando essas teorias e práticas na sua raiz filosófica, abrindo caminho

para reformulações críticas. Todavia, em nenhum dos ramos do movimento das ideias se intentou aprofundar o marxismo enquanto teoria da História, enquanto materialismo *histórico*. Nesse campo, os historiadores mais ou menos vinculados ao paradigma marxiano procuraram aplicar os esquemas interpretativos aos seus vários campos de estudos, com maior ou menor êxito, dependendo, obviamente, do talento de cada um. Constatemos, de resto, que esses estudos dirigiram-se preferentemente (não exclusivamente) para a história econômica, reforçando e contribuindo assim para a identificação de materialismo histórico com interpretação econômica da História, que obnubilaria o debate. Todos esses percursos – aventuras e desventuras na história das ideias – sugerem, evidentemente, temas mais que estimulantes para pesquisar e analisar, inclusive de um ponto de vista marxista, mas resistimos à tentação. De todo esse excurso, na realidade, queremos reter o seguinte: as considerações que esboçamos permitem entender melhor por que a Nova História apresenta-se como crítica específica do marxismo. Efetivamente, a passagem da segunda à terceira fase dos *Annales* opera, no campo historiográfico, a reação à crise dos paradigmas, abandonando os grandes temas pelas migalhas do quotidiano, reduzindo drasticamente o grau de conceitualização para ampliar o nível empírico-narrativo; nada mais natural, pois, que se escolhesse, no conjunto a ser criticado e ultrapassado, aquele setor em que mais evidente era o esforço interpretativo – justamente o marxismo, por envolver uma teoria articuladora das várias instâncias na História. Os Novos Historiadores, involuntariamente, prestam-lhe, assim, uma homenagem, ao mesmo tempo em que confessam suas limitações.[64]

Retornando, portanto, ao nosso curso (que os adversos – desavisados que são – costumam chamar "leito de Procusto"), voltemo-nos, neste passo, para o interior do pensamento marxiano; é que a perspectiva aqui esboçada leva-nos necessariamente a assinalar certas dimensões nem sempre levadas em conta

64 Assim, mais uma vez emerge o descompasso entre historiadores e cientistas sociais: no contexto da crise dos paradigmas os cientistas sociais acusam os marxistas de abandono do cientificismo em nome de uma teleologia ideológica; no campo da história, contudo, são os historiadores marxistas que defendem o racionalismo em face da desconceitualização na Nova História. Cf. Ciro Flamarion Cardoso, *Ensaios racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

nos desdobramentos desse universo intelectual. Efetivamente, considerando o materialismo histórico essencialmente uma teoria da História, entendida como teorização simultânea das esferas da existência, dois conceitos emergem como fundamentais, isto é, fundantes dessa visão do mundo: os conceitos de *modo de produção* e de *luta de classes*. Todo o arsenal de categorias analíticas para compreender o funcionamento da economia capitalista, ou para explicar o jogo de forças entre as classes nos embates ideológicos para conquista do poder no mundo da burguesia – que sem dúvida são importantíssimos – circunscreve-se à análise deste específico modo de produção, não tendo a mesma transcendência daquelas duas categorias preliminares para a abordagem do fluxo permanente do processo histórico. Ora, precisamente, são esses dois *fundamentos* que não têm sido aprofundados numa perspectiva histórica, ou seja, testados *in fieri* em vários momentos da História. Modo de produção é normalmente tratado na análise do funcionamento do capitalismo, especialmente visando uma teoria das crises; quando se trata de outros contextos, no mais das vezes se transpõe mecanicamente o esquema analítico do capitalismo, com resultados medíocres. Vejam-se, por exemplo, os estudos sobre a *formação* do capitalismo, em que a Época Moderna, até a Revolução Industrial, é caracterizada ora como *ainda feudal*, ora como *já capitalista*. Ou os debates sobre o assim chamado "modo asiático" de produção, nos quais houve contudo algum avanço.[65] Luta de classes, por seu turno, é sempre tratada (ou, pelo menos, na maioria das vezes) no plano da História imediata, isto é, como estratégia ou tática da revolução. Tentemos, pois, desbloquear esses impasses.

Para tanto, importa estabelecer, desde logo, que modo de produção *não* é sinônimo de sistema econômico; exatamente por equiparar as duas noções é que o debate girou em falso. Na perspectiva em que nos colocamos aqui, *modo de produção* tem de ser visto como *critério de periodização* da História, e portanto como *forma* de articulação das várias (de todas) esferas da existência. Noutros termos, são *estruturas* no interior das quais os conceitos operam de forma específica. Tarefa do historiador é identificá-las, diríamos mesmo descobri-las, no curso dos acontecimentos, para reconstituí-las compreensivamente. Ou, talvez, analisar e reconstituir segmentos no *interior*

65 Cf. Gianni Sofri, *El modo de producción asiático – Historia de una controversia marxista*, trad. esp. Barcelona: Península, 1971.

dessas estruturas globais. Já se vê, evidentemente, que também a *luta de classes*, que é o conceito fundamental, opera diferentemente no interior dos diversos modos de produção.[66] Em suma: modos de produção definem as estruturas globais dentro das quais o processo histórico se desenrola; luta de classes abre caminho para a compreensão do movimento pelo qual essas estruturas se transformam. O primeiro conceito opera no plano sincrônico; o segundo conduz à diacronia. Estrutura e dinâmica.

Cada um desses pontos mereceria (ou antes, demandaria) desdobramentos reflexivos que infelizmente não podemos realizar agora. Temos, sim, que focalizar ainda dois pontos fundamentais, para fecharmos, ainda que provisoriamente, esta análise. O primeiro diz respeito ao impacto da formulação do materialismo histórico sobre o curso da historiografia moderna em constituição, sobre o ofício do historiador propriamente. Ou seja, *como* a historiografia de inspiração marxista lidou com o problema do diálogo entre história e ciências sociais, a tensão entre análise e narrativa, conceitualização e reconstituição. Vimos, antes, que a dificuldade nascia do fato de a história, ainda que moderna, não poder abandonar sua dimensão primeira de instituidora da memória social; para tanto, o discurso historiográfico não pode se deter no nível das estruturas ou sistemas, tem de atingir o singular, unívoco, *évenementiel*. E não adianta fugir do problema, afirmando que a historiografia moderna abandonou essa dimensão, pois tal postura obnubila o diálogo com as ciências sociais, que passa a girar em falso. Nem se poderia compreender a persistência do discurso, e do ofício, em meio às aventuras civilizacionais da modernidade. Não pretendemos dizer que a história-discurso seja eterna; pode, é claro, vir a desaparecer. Mas parece ter raízes profundas e duráveis em nossa cultura.

Ora, o materialismo histórico, com o pressuposto de teorização simultânea das esferas da existência, só aparentemente resolvia o problema. Na realidade,

66 Ver E. P. Thompson, "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?", in *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, trad. esp. Barcelona: Editorial Crítica, 1989, pp. 13-61; também *The Making of the English Working Class*. Nova York: Vintage Books, 1966 [ed. bras.: *A formação da classe operária inglesa*, trad. Denise Bottmann, Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 3 v.].

acentua o problema, internalizando no mesmo discurso o que se dispersava nas aproximações entre as ciências sociais retrospectivas e história. Conceitualização é sempre generalização, explicação é sempre de conjuntos, e o chegar ao particular e único (território da memória) remanesce por inteiro. Assim, os historiadores de inspiração marxista ou marxizante enfrentaram o problema *en historien*, quer dizer, na própria pesquisa, dentro do recorte de seu projeto; e essa postura não é específica dos marxistas, mas da confraria em geral – veja-se que, como já assinalamos, os historiadores reagiram à crise dos paradigmas mudando de assunto, isto é, buscando novos objetos. Mas, no caso dos marxistas, os debates, às vezes, levaram a uma postura que queremos registrar: consiste em *mudar* a definição do objeto da história (considerada, então, como ciência), que deixaria de ser a reconstituição dos eventos, e passaria a integrar as estruturas a serem analisadas e explicadas. Tal formulação expressa, no interior do pensamento marxista, a postura já descrita acima, que define a historiografia moderna como um discurso inteiramente novo e desvinculado da tradição, uma forma de resolver o problema, negando-o; no caso dos marxistas, aparece levada ao limite, qual seja, o materialismo histórico como *ciência* da História, que integraria todas as demais ciências do homem. É claro que nada se diz sobre o conteúdo dessa fantástica integração, e o resultado foram obras de história absolutamente descarnadas, onde não aparecem nunca uma personagem, uma data, um evento. Percebe-se, agora, por que foram essas obras tomadas como protótipo para a crítica dos novos historiadores.

Com o que, vamos tocando o segundo e último ponto, acima enunciado. Trata-se de examinar um pouco mais de perto esse dilema dos historiadores marxistas, que na realidade expressa, de forma peculiar, as tensões do diálogo entre história e ciências sociais; pois se avançarmos, ainda que tenuemente, nesta direção, talvez consigamos tornar mais claros alguns aspectos dos caminhos e confrontos da historiografia em curso, da posição do materialismo histórico, e finalmente vislumbrar possibilidades de uma compreensão da Nova História, que, talvez, permita descortinar até mesmo seus desdobramentos futuros.

Com efeito, os historiadores (de quaisquer tendência ou inspiração) não conseguem atingir um discurso que realize uma reconstituição *científica* do fluxo dos acontecimentos; se conseguissem, o futuro seria previsível, sendo que, ao contrário, a História está permanentemente nos impactando com

surpresas. Circunscrever a questão ao menor grau de objetividade (e, pois, de cientificidade) das ciências do espírito em relação às ciências exatas não avança muito no exame da questão. É aqui que a consideração dos caminhos da historiografia marxiana ajuda-nos a definir o problema: ao restringir o objeto do discurso do historiador ao conhecimento das estruturas (que são passíveis de explicação científica), fica implícita a dificuldade, ou mesmo a *impossibilidade*, de ultrapassar esse nível, atingindo a reconstituição dos eventos, o que entretanto é uma exigência inelutável da narrativa histórica. Ou noutros termos: não se consegue enfrentar o que Sartre chamou a *questão das mediações*,[67] isto é, a explicitação das passagens, ou dos meios de articulação, das estruturas aos acontecimentos. Sartre, bem como outros pensadores (Lukács, entre outros), discute o problema no plano filosófico, desenvolvendo e aprofundando a teoria da *práxis*; mas não explicita, tanto quanto podemos entender, os problemas metodológicos envolvidos inevitavelmente no plano da reconstrução histórica.

Assim, os historiadores dessa linhagem continuamos nos empenhando em lidar com o problema das mediações no curso da elaboração de cada obra, com resultados variáveis, dependendo do talento dos autores. Não sabemos, efetivamente, se o problema possa ter solução no plano teórico, a chave para o estabelecimento das mediações – cremos que não; o que visamos, com essas reflexões, é uma como que tomada de consciência dessa dimensão do ofício, que permite uma maior clareza relativa ao grau de objetividade (e pois de cientificidade) das ciências humanas em geral e da história em particular. Atentemos ainda mais de perto nos desdobramentos dessa análise, para retornar finalmente ao diálogo entre história e ciências sociais, a Nova História e o materialismo histórico. A análise dos impasses da historiografia de inspiração marxista, considerada no contexto da história geral da historiografia, é para nós estratégica – porque foi o caminho para equacionarmos a questão das mediações, que é o fundamento mais geral do diálogo da história com as ciências humanas.

E de fato, ao buscarem uma saída redefinindo o objeto do conhecimento histórico, os historiadores marxistas (no caso, ortodoxos soviéticos *et al.*) trouxeram à baila o problema em toda a sua força. Vejamos mais de perto esses

67 Cf. J.-P. Sartre, *Questão de método*, trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Difel 1979.

desdobramentos: a reformulação só aparentemente resolvia a dificuldade; na realidade esviscerava o problema. Aparentemente, era possível elaborar uma teoria simultânea das várias esferas da existência, num período rigorosamente recortado e geograficamente situado; as circunstâncias históricas que fizeram com que essa teoria fosse vista não como *uma* teoria, mas como *a* teoria da História, e o materialismo histórico como *ciência* da História não importam para a nossa análise, que se preocupa com os resultados dessa operação para o campo da historiografia. Ou, doutra forma, como esses procedimentos trouxeram à luz inelutavelmente a questão das mediações.

É uma história dramática a do desvendamento dessa ilusão. Pois, em se tratando de *ciência*, depois da consolidação da União Soviética e da elaboração do materialismo como ciência da História, nenhuma revolução poderia jamais fracassar retardando a marcha triunfal; como várias delas fracassaram dolorosamente, das duas, uma: ou se questionava a teoria (ou a sua cientificidade), ou se identificavam culpados por não tê-la aplicado corretamente. A partir de então, o drama tornou-se uma tragédia que marca indelevelmente a nossa História contemporânea. O que, para nossos propósitos, importa reter nesse imenso drama é que ele traz à baila a *questão das mediações*: pois a revolução necessariamente se dá no nível dos acontecimentos; não basta o conhecimento das estruturas – para mudá-las é preciso acontecer *na* História. Ora, transitar das estruturas para os acontecimentos implica aventurar-se no território da *indeterminação*. E portanto uma teoria que só domine o nível das estruturas, para passar à História propriamente, envolve iniludivelmente uma *aposta*. E é nesse sentido, parece-nos, que se deve entender a afirmação de que Marx aposta no proletariado, como Pascal apostava em Deus, ou, noutros termos, na imanência ou na transcendência.[68] Acreditamos que esta formulação

68 A afirmação de Lucien Goldmann nem sempre levada na devida conta foi mais recentemente retomada por Edgar Morin: "A aposta é a integração da incerteza à fé ou à esperança. A aposta não está limitada aos jogos de azar ou aos empreendimentos perigosos. Ela diz respeito aos envolvimentos fundamentais de nossas vidas. Assim, Pascal, consciente de ser impossível dar uma prova absolutamente segura do seu Deus, reconheceu a inevitabilidade da aposta. É o que faz o marxista Lucien Goldmann sobre o advento de uma sociedade sem classes. A fé incerta, como em Pascal, Dostoiévski, Unamuno, Adorno, Goldmann, é um dos mais preciosos suportes que a cultura europeia produziu; o outro é a racionalidade autocrítica, que constitui nossa melhor imunização contra o

lance algum *enlightenment* sobre a questão nodal e controversa, na intersecção entre filosofia e história, que é o dilema entre determinismo (estrutura) e liberdade (acontecimento).[69] É assim, finalmente, que podemos entender a possível e menor cientificidade das ciências humanas, e sobretudo da história.

Mas ainda é preciso acentuar, porque nem sempre se leva em conta, que a questão das mediações é a mesma, seja para a História imediata, *in fieri*, seja para a reconstrução de um mais ou menos remoto passado. E assim abrimos caminho para compreender as polêmicas e os debates dentro do campo da historiografia marxista. Veja-se, por exemplo, a historiografia da Revolução Francesa, em que podemos distinguir pelo menos três vertentes de inspiração marxista ou marxizante: não há muita diferença na análise das estruturas, a divergência surge na passagem para o acontecimento – no caso, Thermidor.[70] Note-se ademais – e para ilustrar a fraca consideração do problema das mediações a que aludimos – que na alentada *História do marxismo* (dirigida por Eric Hobsbawm *et al.*) cerca do noventa por cento dos debates e combates estudados referem-se ao primeiro tipo (História imediata), discussões e reinterpretações das revoluções em curso; escassos capítulos são reservados aos debates "entre historiadores".

Retomemos, agora – depois desse excurso pelo materialismo histórico e apercebidos com as reflexões sugeridas –, às aventuras da nossa historiografia atual.[71] Para uma última observação: a perspectiva aqui desenvolvida talvez permita fundamentar uma postura mais abrangente, que não incompatibilize as tendências em andamento. Materialismo histórico e Nova História protagonizaram nos últimos tempos o estressamento de tendências opostas. Ora, reequacionada a questão nos termos aqui propostos – *ou seja, centrada nas articulações entre estruturas e eventos, na perspectiva da história geral da historiografia* –, desloca-se a questão de novos temas ou velhos conceitos para os meios que estabeleçam aqueles nexos; assim evitam-se as posições limítrofes:

erro". Cf. *A cabeça benfeita, repensar a reforma, reformar o pensamento*, trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 62-63.

69 Referimo-nos, entre outros, a Isaiah Berlin, *Libertad y necesidad en la Historia*, trad. esp. Madri: Revista de Occidente, 1974; e a Raymond Aron, *Lecciones sobre la Historia - Cursos del Collège de France*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

70 Pensamos nas interpretações de Albert Mathiez, Albert Soboul e Daniel Guérin.

71 Cf. José Carlos Reis, *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

nem a redução da História à análise das estruturas, nem o seu confinamento à narrativa, ainda que densa, de suas migalhas acontecimentais. No primeiro caso, a História desaparece, ou não é alcançada; no segundo, a História é amputada de sua dimensão de maior duração. Entre um e outro extremo, abre-se espaço para experiências e esforços de realização do ofício. Notemos, nesse compasso, que a perspectiva aqui esboçada ajuda a entender, no plano teórico, a permanência no grupo dos *Annales* de historiadores de linhagem marxista. Abandonadas as posições extremadas, abrem-se os caminhos para a interpenetração dos procedimentos; essa tendência – somos otimistas – já se vem manifestando recentemente. Por isso, insistimos no diálogo.

*

Neste sentido, a antologia, que ora organizamos, é para nós um momento desta interlocução. Para tanto, evoquemos Emir Rodriguez Monegal: "Compilar uma antologia é construir um livro, é propor ao leitor uma leitura unitária de textos dispersos".[72] Isto significa a impossibilidade de se constituir uma seleta que satisfaça a todas as indagações e, eventualmente, aproxime-se de algo que se possa considerar completo ou definitivo. A construção de uma antologia envolve sempre uma certa dose de arbítrio por parte de seu organizador, e, neste caso, consideramos que o problema maior não são os textos e respectivos autores presentes, mas as ausências. Não faltará leitor que, ao manuseá-la, procure tal ou qual autor ou temática, que esteja ausente. Trata-se de um problema de difícil solução, e o máximo que podemos fazer é procurar estabelecer uma cumplicidade com nossos leitores, para que estejam cientes de que a gestação de uma antologia talvez seja tão ou mais penosa do que a construção de uma obra autoral, especialmente quando é elaborada a quatro mãos como esta que apresentamos.

Em se tratando de historiografia, vários recortes são possíveis para a definição dos elencos. Uma antologia de historiografia *geral* apresenta normalmente uma seleção da imensa produção historiográfica desde os gregos até

72 Emir Rodriguez Monegal, *Jorge Luis Borges ficcionario: una antología de sus textos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

o presente.[73] É evidente que dentro deste vasto campo cabem outros múltiplos recortes: historiografia nacional, por exemplo; historiografia de um determinado período; a respeito de um determinado assunto ou tema; de um determinado autor; etc.[74] Nosso trabalho possui uma delimitação bem precisa: trata-se de uma "escola", num determinado período, isto é, a Nova História, dominante no nosso ofício desde o último quartel do século XX ao presente. Como na obra organizada por Simon Hornblower sobre a historiografia grega, citada, nossa antologia seleciona textos *sobre* a Nova História, dividida em desdobramentos e debates; antecedidos, naturalmente, pelos manifestos, isto é, as propostas dos novos historiadores.

Assim, a primeira parte reúne autores que, de alguma forma, podemos considerar comprometidos com a fundação desta tendência historiográfica, ou seja, trata-se das "propostas" da Nova História. Por esta via, alguns dos textos desta parte possuem um certo formato de manifesto, e buscam caracterizar esta tendência no sentido de constituir uma identidade para a Nova História, contrastando-a com a chamada história "tradicional", ou mesmo diferenciando-a de outras correntes historiográficas. Nesta Introdução já questionamos o problema da designação "tradicional" como qualificação de um tipo de história. No conjunto, esses textos acentuam portanto mais as rupturas do que as continuidades. Como se trata de definir uma identidade, alguns deles insinuam críticas às outras tendências; outros, mais explícitos, tratam de marcar as diferenças de postura e procedimentos em relação àquilo que consideram de uma certa forma "ultrapassado" em matéria de história. O número reduzido de textos desta primeira parte, quando comparados às outras duas, é compensado pelo conteúdo dos mesmos, que

73 Cf. Ch.-O. Carbonell e Jean Walch (orgs.), *Les Sciences historiques de l'antiquité à nos jours*. Paris: Larousse, 1994.

74 Cf. D. R. Kelley (org.), *Versions of History from Antiquity to the Enlightenment*. New Haven: Yale University Press, 1991; Fritz Stern (org.), *The Varieties of History from Voltaire to the Present*. Nova York: Vintage Book, 1972; Michael Grant (org.), *The Ancient Historians*. Nova York: Barnes & Noble Books, 1994; Speros Vryonis Junior (org.), *Readings in Medieval Historiography*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1968. Simon Hornblower (org.), *Greek Historiography*. Oxford: Clarendon Press, 1996; Rolf Torsthendahl (org.), *As Assessment of Twentieth-Century Historiography*. Stockholm: The Royal Academy of Letters, History and Antiquities, 2000.

acreditamos serem suficientemente significativos em relação ao que prometem de inovação.

Uma vez apresentadas as propostas, abre-se uma segunda parte, cujos textos procuram ilustrar propriamente aquilo que poderíamos chamar de consequências, ou, melhor dizendo, de "desdobramentos" daquelas propostas. Noutros termos, como aquelas propostas se traduziram em vertentes nas mais variadas direções, como por exemplo na incorporação e utilização de novos instrumentos de trabalho, nos procedimentos metodológicos daí decorrentes, nos novos problemas que a mudança de postura tenha de alguma forma suscitado, no recorte de objetos ampliando significativamente o campo da investigação, abrindo a possibilidade de abordagens com o concurso de outras áreas do conhecimento – a arqueologia, a economia, a demografia, a antropologia etc. Enfim, nesta parte os textos possuem o propósito de ilustrar a maneira multifacetada a que esta tendência historiográfica veio a dar origem.

Em seguida às propostas e aos desdobramentos, a antologia possui uma terceira parte final, composta de avaliações ("debates") que a Nova História suscitou. Neste contexto, os autores escolhidos, para além de algumas avaliações positivas, chamam a atenção para os eventuais descompassos entre promessas e realizações. No conjunto, trata-se de textos com acento crítico em relação a esta tendência historiográfica, que aparecem como contraponto à primeira parte. Existem os que questionam o próprio nome – Nova História – tratando de avaliar até que ponto é "nova" a Nova História. Outros destacam os "silêncios" da Nova História, ou seja, discutem em que medida os "novos problemas", as "novas abordagens" e os "novos objetos" deixam na sombra ou colocam em segundo plano temáticas consagradas no interior da produção historiográfica. Outros chamam a atenção de possíveis insuficiências, tanto no plano da pesquisa quanto no plano metodológico. Há também, para alguns de seus críticos, no limite, uma recusa ou negação da possibilidade de haver, para além da reconstrução, a explicação em história. Uma outra modalidade de avaliações questiona até que ponto a Nova História ampliou de fato o seu campo de indagações, e em que medida o novo instrumental, a intersecção com outras áreas do conhecimento, veio efetivamente enriquecer o trabalho do historiador no plano dos horizontes da pesquisa, na melhor compreensão das temáticas que interessam à disciplina e questionam a possibilidade de a nova "escola" efetivamente dar conta da infinitude dos possíveis objetos da história.

Eis, de uma forma sucinta, o plano da obra quanto à sua organização e

conteúdo. Ele indica nossos propósitos e, por extensão, sugere a identidade que procuramos imprimir à crestomatia. Observemos que existem outras obras de caráter antológico referentes a esta tendência historiográfica que podem estar direta ou indiretamente relacionadas ao nosso trabalho.[75] Diretamente, a mais importante é, sem dúvida, a extensa coletânea organizada por Stuart Clark, de resto, extremamente útil, mas que se constitui, antes de mais nada, num grande inventário do que se produziu sobre os *Annales* e seus desdobramentos até a data de sua publicação (1999). Como um inventário, a coletânea de Stuart Clark oferece importantes e múltiplos elementos para o debate sobre a Nova História; todavia, o debate em si não é o seu propósito. Outras antologias – como as referidas – oferecem, por intermédio dos textos escolhidos por seus organizadores, panoramas válidos, sejam eles elogiosos ou críticos em relação a esta tendência historiográfica. Lembremos igualmente que uma das obras importantes que anunciam para o grande público e para especialistas a Nova História veio à luz sob a forma de uma antologia – *Faire de l'histoire.* Neste contexto, o que poderíamos dizer sobre o que individualiza nossa antologia de suas congêneres? Há, em primeiro lugar, um andamento e uma ordem tripartite – manifestos, desdobramentos e avaliações – que se esforçam por estabelecer uma classificação entre os títulos selecionados, que de uma certa forma fazem com que deixe de ser simplesmente uma coleção de textos. Para cada um deles, de cada uma das partes em que se divide a obra, por vezes não há uma distinção suficientemente transparente e explícita, que os identifique de imediato com cada uma das rubricas segundo as quais está ordenada a coletânea. Neste sentido, a leitura atenta de cada texto revelará, esperamos, ao leitor, as razões pelas quais colocamo-lo sob tal ou qual seção. Cabe destacar também que a primeira parte da presente Introdução possui um propósito que é o enquadramento

75 Cf. por exemplo: S. Clark (org.), *The Annales School – Critical Assessments,* op. cit.; José Andrés-Gallego (org.), *New History, Nouvelle Histoire: hacia una nueva Historia.* Madri: Actas, 1993; Theodore K. Rabb e Robert I. Rotberg (orgs.), *The New History: the 1980s and beyond: Studies in Interdisciplinary History.* Princeton: Princeton University Press, 1982; Anna Green e Kathleen Troup (orgs.), *The Houses of History: a Critical Reader in Twentieth-Century History and Theory.* Nova York: New York University Press, 1999; Lynn Hunt (org.), *The New Cultural History.* Los Angeles: University of California Press, 1989; Keith Jenkins (org.), *The Postmodern History Reader.* Londres: Routledge, 1997.

da Nova História não simplesmente como um desdobramento da chamada Escola dos *Annales,* mas trata-se de situá-la de uma perspectiva mais ampla, qual seja, de um ponto de vista da história geral da historiografia. Por isso, não repetimos aqui a encontradiça sequência "Positivismo – *Annales* – Nova História", como se toda a história da historiografia ocidental convergisse para um zênite que seria a Nova História.

Finalmente, *but not the least,* consideramos que devemos destacar e mesmo insistir: a primeira parte desta Introdução sugere um parâmetro para a consideração não só do mérito da Nova História em face das demais tendências historiográficas, como procura tornar efetivo o estabelecimento dos termos do debate, que visa ultrapassar o plano dos elogios ou o seu oposto. Ultrapassagem porque, para além de constatações, trata-se de participar e contribuir para o debate historiográfico, legitimar a história geral da historiografia como referencial importante, só a partir do qual se torna possível redimensionar a posição relativa das tendências e escolas historiográficas, estabelecendo nos seus devidos termos o que, sob outros parâmetros, por vezes emerge absolutizado, como se fossem jogos de rupturas sucessivas ou continuidades em que, neste caso, o movimento é colocado na sombra. Exemplar, nesta perspectiva, é o caso dos possíveis nexos entre a Nova História e o marxismo, na maior parte das vezes definida a primeira simplesmente como um repto ao materialismo histórico. Portanto, trata-se de participar do debate e, para além, situá-lo no contexto da historiografia. É isto que significa o *diálogo* a que nos referimos. Ele contém e ultrapassa o debate; por isso, o leitor não vai encontrar nos textos selecionados (especialmente no terceiro bloco) as considerações desta Introdução; ela pretende ser uma *reflexão* sobre o conjunto dos textos aqui antologizados.

*

Desenhado o perfil, resta-nos agora um breve comentário sobre os textos contidos em cada uma das partes do nosso florilégio. A primeira parte evidentemente compõe-se de textos clássicos: Lucien Febvre, Fernand Braudel Jacques Le Goff e Pierre Nora. O fato consagrado de situar-se a Nova História no contexto da Escola dos *Annales* levou-nos a abrir a antologia com

o texto de Lucien Febvre. Note-se que se trata de um texto central, por ser a abertura de uma nova fase dos *Annales* no imediato pós-II Guerra Mundial. Particularmente, "Face au vent" possui um significado especial, na medida em que, entre outros aspectos, é um manifesto que procura justificar a continuidade da publicação da revista e a persistência da Escola, reafirmando os seus princípios. Ocioso dizer que Marc Bloch e Lucien Febvre são figuras exponenciais da moderna historiografia; é necessário contudo lembrar que ambos pertencem à estirpe que sucede e se contrapõe à "Geração de 1870"[76] na França. Esta última marcada pelo nacionalismo antigermânico, pois encarna, no plano acadêmico, os derrotados da Guerra Franco-Prussiana; estes intelectuais pretendiam uma descendência que, no plano cultural, especialmente o historiográfico, redimisse a França em face da Alemanha triunfante. Nessa linha pode-se compreender, por parte da Escola, especialmente por Lucien Febvre,[77] a rejeição da história política e acontecimental; entender-se também a perspectiva da longa duração que supere e ultrapasse o trauma dos acontecimentos imediatos.[78] Percebe-se, também, por esta via, a importância estratégica da Universidade de Estrasburgo como o *locus* deste movimento renovador.[79] Estas observações, é óbvio, não diminuem a grandeza destes

---

76 "Os vencidos de 1870", nas palavras de Febvre. Ver neste volume p. 82

77 Dentre os numerosos estudos sobre Lucien Febvre, destaquemos: Bertrand Muller, *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris: Albin Michel, 2003; e Stuart Clark (org.), *The Annales School – Critical Assessments*. Febvre, Bloch and other Annales Historians. Londres: Routledge, 1999, v. IV, onde se encontrará uma bibliografia quase que exaustiva. Também Delio Cantimori, "Lucien Febvre", in *Los historiadores y la historia*, trad. esp. Barcelona: Península, 1985, pp. 149-87. Sobre a "Geração de 1870" como pano de fundo da gestação dos *Annales*, cf. Rogerio Forastieri da Silva, *História da historiografia, capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru (SP): Edusc, 2001, pp. 169-230.

78 Veja-se, neste sentido, o impacto da situação de Braudel, prisioneiro na Alemanha durante a guerra, e seus nexos com a formulação da "longue durée". Cf. P. Daix, op. cit., pp. 153-59. Note-se, por outro lado, que René Rémond não expressa este tipo de condicionamento ao defender, no final dos anos oitenta do século XX, a renovação dos estudos de história política. Cf. René Rémond (org.), "Introduction" e "Une histoire présente", in *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988, pp. 7-33.

79 Quanto a Estrasburgo, lembremos a dedicatória de Friedrich Meinecke em 1936, "à memória da Universidade de Estrasburgo da pré-guerra" (*El historicismo y su génesis*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1943), contrapondo-a à referência de Lu-

autores, a qual, entretanto, não os torna incólumes a "debates e combates".[80]

Debates e combates, aliás, são inevitáveis por constituírem o cerne do diálogo entre a história e as ciências sociais, consolidado pela nova Escola que se formava. A nosso ver, "La longue durée" é o ponto mais alto deste diálogo, evidentemente por se travar entre figuras cimeiras, Fernand Paul Braudel e Claude Lévi-Strauss; texto que inspirou reflexões na primeira parte desta introdução. O discurso braudeliano procura estabelecer os termos do diálogo entre a história e as ciências sociais insistindo na importância das dimensões da temporalidade neste contexto, bem como aponta para a possibilidade de se constituir uma "história total" mediante a consideração de uma perspectiva que contemple simultaneamente a diacronia (estruturas) e a sincronia (temporalidade).[81]

Com Jacques Le Goff e Pierre Nora penetramos propriamente no "território" da Nova História. Discursos de abertura insistem contudo na condição de "herdeiros naturais" dos *Annales*; identificam-se, porém, pela abertura de novos temas[82] e adoção de novas abordagens indissoluvelmente associadas às ciências sociais. Deve-se destacar também a redefinição que fazem da concepção de totalidade. "Totalidade" passa a ser empregada em um sentido diverso daquele normalmente utilizado no campo da história, como se

cien Febvre a Marc Bloch como "le jeune professeur de l'Université française de Strasbourg", no prefácio da segunda edição de *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1952, p. V.

80 Veja-se, *zum Beispiel*, a "Introdução" de Jacques Le Goff à moderna edição de *Les Rois thaumaturges*. Paris: Gallimard, 1983, pp. X-XXXVIII. Quanto a Lucien Febvre, mencionemos, *for instance*, Mikhaïl Bakhtine, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 112-17; e Georges Minois, *Histoire de l'Athéisme*. Paris: Fayard, 1998, pp. 107-29. Note-se, *en passant*, que, curiosamente, Gary Kates, da Trinity University, no Texas, demonstrou que a temática, associada ao famoso Chevalier D'Éon, faz muito sentido, ao contrário do que pensava Lucien Febvre no texto que estamos publicando. Cf. Gary Kates, *Monsieur d'Eon é mulher: um caso de intriga política e embuste sexual*, trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

81 Destacamos na bibliografia sobre Braudel o volume III de Stuart Clark (org.), *The Annales School: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1999. Ver também Jacques Revel (org.), *Fernand Braudel et l'Histoire*. Paris: Hachette, 1999. Finalmente, Pierre Daix, *Braudel*. Paris: Flammarion, 1995.

82 O "esmigalhamento atual da história", nas palavras de Le Goff e Nora. Ver infra, p. 124.

pode observar no texto de Braudel acima referido. Não se trata das grandes visões de conjunto, de uma abordagem que procura a inteligibilidade do singular dentro de um contexto que articule as esferas de existência. Trata-se agora de, uma vez eleito o objeto de investigação, recortado de um real multifacetado, considerá-lo em si como uma totalidade.[83] Desconsideram-se por esta via os amplos quadros conceituais. Na mesma linha do referido texto de Braudel, discutem longamente as relações entre história e ciências sociais; entretanto aqui, ao embaçar a possível identidade de cada uma destas áreas do conhecimento, caminha-se para o universo da indistinção.[84]

Neste contexto, trata-se não só de constatar a referida indistinção e suas respectivas implicações, mas ao mesmo tempo buscar compreender, em uma moldura mais ampla, as condições que tornaram possível a emergência destes novos modos de "faire de l'histoire". Ao longo desta exposição, temos insistido em alguns pontos que precisam ser retomados. Trata-se de considerar a Nova História em um quadro de referências que não se restringe simplesmente ao bordão "positivismo – *Annales* – Nova História" tal como tem sido tratado até agora por muitos especialistas, mas sim deve ser considerada na perspectiva da história geral da historiografia, ou seja, desde os primórdios da história até o presente. Trata-se igualmente de reiterar que, nos quadros da tradição greco-romana-judaico-cristã, a história objeto de nossas indagações, a história-discurso, está diretamente associada à criação da memória social, à construção de identidades; assim foi em suas origens, assim o é no presente. Por intermédio da narrativa histórica esses grupos humanos definem-se entre si como individualidades no tempo com a expectativa de que não se confundam com outrem.

Desse modo, por intermédio de suas narrativas, Heródoto e Tucídides, cada um à sua maneira, fundam e, de certa forma, conferem uma identidade ao povo da Grécia Antiga. Suas narrativas possuem a aspiração de estarem compromissadas com a verdade, aspiram pois a serem diferentes dos relatos míticos, caracterizados estes últimos, entre outros aspectos, pelo fato de estarem fora da linha do tempo, portanto pela sua intemporalidade, ou, como diria Michel de Certeau inversamente, "a história é o nosso mito".[85] A constituição da história como disciplina acadêmica está também indelevelmente associada "à legitimação do estado-nação, com foco na construção dos estados nacionais no século XIX e a luta subsequente por defender a nação-estado contra os internacionalismos".[86] Por sua vez, os progressos da economia mercantil vieram a consolidar, no decorrer do tempo, mercados globais – o capital não possui fronteiras geográficas – em decorrência dos quais os próprios limites dos antigos "estados-nações" passaram a ser questionados enquanto identidades, tendo sido obrigados a abdicar de elementos constitutivos de suas respectivas soberanias, com vistas à formação de grandes blocos regionais, adotando moeda, política econômica, política externa e de defesa comuns, vieram a dar origem à construção de novas identidades e, por extensão, levaram à elaboração de relatos fundadores – que confiram a sua respectiva legitimação, atestem sua "ancestralidade", enfim,

---

83 "Trata-se quase sempre de uma tendência dos objetos destas histórias parciais a se constituírem em totalidades", nas palavras de Le Goff e Nora.

84 Paradoxalmente, no contexto deste debate (totalidade, duração, indistinção) desenvolve-se a recentíssima tendência da "Big History" que, em contraste com a noção de que o recorte de cada objeto constitui uma totalidade em si, elabora uma concepção muitíssimo mais abrangente de totalidade, envolvendo considerar história desde a origem do universo – desde o "big bang" –, ultrapassando deste modo a "world history". Essa tendência, como não poderia deixar de ser, desenvolve-se nos Estados Unidos, especialmente na Califórnia. Ao estender o conceito de totalidade para fora dos limites do humano, inside-se também em uma forma de indistinção. Assim, radicalizando no sentido oposto a uma "história em migalhas", a construção de uma "Big History" expressa igualmente a tendência desconceitualizante da Nova História: de fato, abandonando os limites do acontecer humano, o objeto da história (dentro dos critérios da *durée*) necessariamente se expande para o universo e a história passa a ser a síntese de todos os saberes. *À vol d'oiseau*, a favor da "Big History", pode-se dizer que ela corresponde a uma reação e resposta às investidas do "Bible belt" norte-americano que insiste em difundir outra vertente do criacionismo. Para a "world history", ver, entre outros, Paul Costello, *World Historians and their Goals, Twentieth-Century Answers to Modernism*. DeKalb (Illinois): Northern Illinois University Press, 1994; *History and Theory – Theme Issue 34 – World Historians and their goals*. Middletown: Wesleyan University, 1995. Para a "big history", ver, entre outros, David Christian, *Maps of Time: an Introduction to Big History*. Berkeley: University of California Press, 2004; id., *Big History: the Big Bang, Life on Earth, and the Rise of Humanity*. Chantilly (Virgínia): The Teaching Company, 2008.

85 Cf. *L'Écriture de L'Histoire*. Paris: Gallimard, 1975, p. 57; e D. R. Kelley, *Faces of History from Herodotus to Herder*. New Haven: Yale University Press, 1998, pp. 7 ss.

86 Cf. Stefan Berger e Mark Donovan (orgs.), *Writing National Histories: Western Europe since 1800*. Cf. mais especificamente: Patrick Bahners, "National unification and narrative unity: the case of Ranke's *German History*", in S. Berger e M. Donovan (orgs.), op. cit., pp. 57-68.

fundem uma "tradição",[87] e, ao mesmo tempo, na medida mesma em que a internacionalização se fortalece, abre-se espaço para a valorização do local, do particular, para a construção de uma "história em migalhas", tão característica da Nova História, sintonizada portanto com os novos tempos.[88]

Possuímos agora os elementos indispensáveis para entender os desdobramentos que constituem a segunda parte de nossa seleção. A indistinção entre história e ciências sociais, apontada nos manifestos, associada a um determinado contexto histórico, que leva por sua vez à mudança de temas, está na base da pulverização que se expressa na diversificação dos objetos e sugere novas abordagens. Tais desdobramentos, por sua vez, operam em duas dimensões, a mudança temática e a teórica. A referida indistinção borra e mesmo questiona as tradicionais identidades de cada uma das ciências sociais e da própria história; tende igualmente a diminuir a significação e a espessura da temporalidade, ou seja, da diacronia, em favor da sincronia. O recurso à temporalidade neste contexto tem, como já tivemos oportunidade de assinalar alhures, um sentido retrospectivo ou prospectivo, mais como um recurso; neste caso, para legitimar ou validar a formulação de uma teoria. Este amálgama de história e ciências sociais ajuda-nos igualmente a compreender a recepção da Nova História para além das fronteiras do Hexágono, correspondendo desta forma também a um desdobramento de caráter geográfico que leva à constituição de núcleos da Nova História em outros centros acadêmicos que ilustramos na antologia; por exemplo, com autores como Lutz Raphael (Alemanha), Massimo Mastrogregori (Itália), Natalie Zemon Davis (Estados Unidos), Lawrence Stone (Inglaterra).

Neste contexto, importa destacar que os desdobramentos assim entendidos implicam o cruzamento com outras diversas tradições; o movimento acima

87 Ver E. J. Hobsbawm, "Introduction: inventing traditions", in E. J. Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 1-14 [ed. bras.: *A invenção das tradições*, trad. port. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006].

88 Ver a este propósito as mudanças pelas quais passou a escritura da "história da Europa". Compare-se, por exemplo, a luminosa *Histoire de l'Europe* de Henri Pirenne (escrita no cativeiro durante a Grande Guerra, "Avant propos" datado de 1917) com a ideia de "europeanidade" veiculada por Yves Hersant e Fabienne Durand-Bogaert no "Preface" e "Avertissement" a *Europes, de l'Antiquité au XXe siècle*. Paris: Robert Lafont, 2000, vastíssima recolha de textos em 1 024 páginas, alguns, aliás, de grande interesse.

descrito é antes lógico do que cronológico, e tomamos como centro de nossa análise os *Annales* nas suas três fases porque ali ficam mais explícitos os pressupostos teóricos que nos interessavam na caracterização da Nova História. Na realidade o que visamos é uma concepção *ampliada* da Nova História, que esta seja compreendida como parte de um contexto mais amplo, insistimos, numa perspectiva da história geral da historiografia.

O interesse no uso da tecnologia em favor da Nova História é ilustrado no texto de Emmanuel Le Roy Ladurie que trata da utilização – alcance e limitações – dos primórdios do computador por parte dos historiadores; ainda, do mesmo autor, a forma de conceber a "social history" na história agrária da França é ilustrada com o exemplo dos "chouans". As relações entre antropologia e história e a história cultural são destacadas nos textos de André Burguière e Natalie Zemon Davis; a "new economic history", por sua vez, é representada por Pierre Chaunu e Maurice Aymard; a história das mentalidades é contemplada por Philippe Ariès; sobre o "linguistic turn" e seus desdobramentos no campo da história encontramos o artigo de Hayden White; a micro-história e uma reflexão sobre a questão da evidência em história é ilustrada no artigo de Carlo Ginzburg. Michel Vovelle nos oferece uma discussão sobre a "longue durée" proposta por Braudel; Stuart Clark trata do impacto e da importância dos historiadores associados aos *Annales*. E numa reflexão em que está subjacente a questão da objetividade em história, sobretudo no interior da tradição historiográfica dos Estados Unidos, incorporamos o texto assinado por três autoras, Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob. Com uma abordagem que oferece reflexões sobre o estatuto teórico da Nova História apresentamos Paul Veyne e Massimo Mastrogregori. Por fim, exemplificando o que já tivemos oportunidade de assinalar, sobre a "antiguidade" da "Nova História", incluímos em apêndice o ensaio emblemático de James Harvey Robinson (1863-1936) publicado pela primeira vez em 1911.

Portanto, os desdobramentos se dão no plano de conteúdos – mudanças temáticas e teóricas –, e tais mudanças possibilitam compreender por sua vez a questão da receptividade da Nova História para além de seu centro dinâmico. Observe-se que não se trata propriamente de uma classificação, mas do destaque de dimensões diferenciadas dos desdobramentos. Assim, pelo teor dos textos desta antologia, observa-se que a Nova História, para além das fronteiras francesas, recebe tratamentos diversificados em função de tradições intelectuais de cada um dos espaços em que ela se desdobra. Por exemplo,

a perspectiva que envolve reflexões teóricas, que pode ser exemplificada na França com Paul Veyne, na Itália é levada ao limite no texto de Massimo Mastrogregori que escrutina os fundamentos da Nova História de um ponto de vista epistemológico. Já os mesmos desdobramentos, quando referidos aos Estados Unidos e representados aqui pelo chamado "Grupo de Princeton" – por intermédio do texto de Natalie Zemon Davis –, mostram como uma certa tradição do pragmatismo leva a repensar as relações da história com as demais ciências sociais em termos do que se pode efetivamente aproveitar no sentido do enriquecimento para as duas áreas do conhecimento, no caso específico, o da história e da antropologia. No ambiente intelectual britânico, por sua vez, é significativo o tratamento da Nova História no interior da tradição analítica anglo-saxônica que corresponde a um dos textos que estabelece, digamos, uma ponte entre a segunda e a terceira parte desta antologia, que é o consagrado artigo de Lawrence Stone sobre o revivescimento da narrativa. Desta forma já temos um quadro que nos permite um comentário, ainda que sucinto, sobre os "debates" a que se refere a terceira parte de nossa polianteia (v. vol. 2).

Os textos desta terceira parte, a que denominamos "debates", podem ser interpretados de vários modos. Entretanto, é notável que de uma forma subjacente ou explícita há uma postura segundo a qual a Nova História implica uma "crise" na historiografia. O leitor apreciará esta questão. Assim, o texto que inaugura a terceira parte considera a Nova História como um "sintoma" de que uma possível "crise" na disciplina esteja sendo superada.

Efetivamente, Lawrence Stone, tendo como foco a dimensão narrativa de todo o discurso histórico, caracteriza a tendência atual como um momento de valorização deste componente ("revival"); remontando aos *Annales* (1929), explicita as várias tendências explicativas, apontando o seu esgotamento como fator da referida "revivescência da narrativa", examinando neste percurso as relações com as ciências sociais. Nestes termos, considera que a Nova História, naquilo que, com relativo consenso, é chamada de terceira fase, veio exatamente valorizar a narrativa; portanto, longe de identificar a Nova História como um sintoma de "crise da disciplina", possui uma visão otimista.

Nos demais textos o acento crítico é mais evidente, entretanto há diferentes ênfases que merecem uma atenção mais detida. O primeiro grupo corresponde àqueles autores que, nos quadros de uma "sociologia da cultura", destacam os aspectos institucionais que teriam propiciado a definição da identidade e visibilidade da Nova História. Guy Bourdé e Hervé Martin,

Coutau-Bégarie, Lutz Raphael, George Huppert e Gerard Noiriel são exemplares neste sentido. Note-se que Noiriel, incontestavelmente, possui uma argumentação mais articulada no encaminhamento desta vertente de análise.[89]

Outra vertente crítica, por sua vez, incide sobre o que poderíamos chamar de "filoneísmo" dos novos historiadores. Com o propósito de definir "um território", "uma identidade", o filoneísmo consiste em afirmar a "novidade" das suas proposições, sendo que, na verdade, trata-se de uma constante na sucessão das "escolas" ao longo da história da historiografia.[90] Nesta linha, nenhum dos antologizados tem mais alcance que Ignacio Olábarri Gortázar. Gertrude Himmelfarb, Leonard Krieger e Bronislaw Geremek alinham-se igualmente nesta apreciação. É importante entretanto destacar que a denúncia do filoneísmo corresponde a um ponto de partida entre os referidos críticos, que procuram, cada um à sua maneira, a partir desta constatação, palmilhar as implicações desta qualificação. Neste sentido, mais uma vez, é o artigo de Olábarri que promove o alargamento das questões e o aprofundamento da análise. Esta é, aliás, a razão pela qual o referido autor está alocado entre aqueles que fecham esta antologia.

Esta problematização do tema desdobra-se, com ênfases diversas, nos vários autores. Dada a natureza do objeto, compreende-se que a análise das relações entre história e ciências sociais permeie praticamente todos os textos. Contudo, ressaltemos: a ênfase maior encontra-se em Himmelfarb, Carbonell e Hamerow. No conjunto, é possível distinguir duas vertentes da análise: a que considera a história como uma das ciências sociais; outra que visa preservar a identidade própria da disciplina. No primeiro caso a história torna-se uma entre as ciências sociais. No segundo caso preserva-se uma identidade específica da disciplina

---

89 Lembremos que François Dosse, já referido nesta Introdução, em sua crítica à Nova História, também destaca os problemas institucionais.

90 Atente-se, *by the way*, e *mutatis mutandis*, a Harold Rosenberg, *The Tradition of the New*. Nova York: Da Capo Press, 1960. Expliquemo-nos: "Ao realizar esta exposição sobre a História das 'histórias da história' [...] é notável como inadvertidamente, por força da própria pesquisa, vamos, aos poucos, moldando um percurso da própria 'história da história' e, desde já vale ressaltar, como as questões associadas à 'crise' e 'renovação' estão muito presentes ao longo da História das 'histórias da história', evidentemente colocanos em guarda quando se pretende ser 'novo' no contexto da história da história". R. F. da Silva, op. cit., p. 80.

que não se confunde com as ciências sociais em geral. Atente-se que desta questão identitária emergem, por sua vez, dois problemas: o do grau de cientificidade e o da vinculação (da história em sua identidade) com a história geral da historiografia, vinculação à qual se liga a questão da memória social. Observe-se, conforme destacamos e reiteramos alhures, que considerar a história da perspectiva da história geral da historiografia confere-lhe uma razão de ser por lidar com a temporalidade e a memória social, distinguindo-a, por sua vez, das ciências sociais. Iggers é central na discussão do estatuto científico; mas já aponta para a história geral da historiografia, e de alguma forma para a questão da memória. Dentro desta perspectiva, os vários autores discutem os procedimentos metodológicos na sua diversidade ao longo do tempo, como sugerem os textos de Breisach e Hamerow. Para além desta problemática (metodologia e cientificidade), abre-se o problema da relação da história com as artes em geral e com a literatura tal como são tratadas por Kelley e Hayden White, o que remete, por sua vez, às questões propriamente epistemológicas, como em Breisach e Kelley. Em alguns autores o questionamento se aproxima daquilo que denominamos anteriormente o ponto de vista da história geral da historiografia, atingindo finalmente a relação entre a história-discurso e a memória social tal como podemos observar nos textos de Hayden White, Hamerow, Kelley e Olábarri.

O percurso não contempla, como se vê, autores brasileiros, lusitanos e hispano-americanos que versaram a matéria, não por serem menos importantes, mas devido ao fato de que havia limites físicos na edição, e igualmente por serem mais acessíveis. Estão eles entre as ausências que mencionamos no início desses escólios. Não pretendemos ser exaustivos. Outras aventuras podem efetuar-se nesta direção.

Por fim, oferecemos um repertório que revele ao leitor a extensão e profundidade da problemática e, esperamos, indique a nossa pretensão: elaborar um texto que, ao mesmo tempo, mapeie os caminhos e debates da Nova História – e produza uma reflexão sobre os mesmos. Se nos aproximarmos deste desígnio, teremos realizado nosso propósito: contribuir *para uma historiografia da Nova História.* Podem agora os leitores iniciar a travessia.

São Paulo, 29 de junho de 2010.

PROPOSTAS

LUCIEN FEBVRE

1. CONTRA O VENTO: MANIFESTO DOS NOVOS *ANNALES*

Desde 1929, a publicação dos *Annales* jamais foi interrompida.

Nem um ano sequer, quaisquer que fossem as dificuldades que se abatiam sobre a França e o mundo, os *Annales* renunciaram à sua dupla tarefa científica e educacional.

Os *Annales* continuam. Num clima novo, com fórmulas novas. E com um novo título.

"Como gostam de mudanças! Vocês se chamaram primeiramente *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Depois *Annales d'Histoire Sociale*. Depois *Mélanges d'Histoire Sociale*. E eis que agora se intitulam simplesmente *Annales*, com este longo subtítulo: *Économies, Sociétés, Civilisations*!"

Poderíamos responder que tais mudanças foram em parte fortuitas. Mas por que esse ar de quem pede desculpas? Em 1929, Bloch e eu quisemos os *Annales* vivos – e espero que, ainda por muito tempo, aqueles que levarem adiante os nossos esforços levem também a nossa vontade. Ora, viver é mudar.

Admiramos muito, e é preciso fazê-lo, essas grandes revistas que se instalam num campo do saber com a tranquila certeza, a indiferente placidez de uma pirâmide do Egito. Elas estão aí. E aí permanecem. De longe, oferecem uma bela imagem de majestade. Mas, no fim das contas, as pirâmides são túmulos. Elas mantêm cativo, no centro de sua massa, um morto

ilustre e mumificado. Viva o cimento e o vidro transparente! Quando a combinação deles não responde mais às novas necessidades, podem ser jogados fora sem dificuldade nem remorso. Reconstruímos, então. Começamos novamente. Esta é uma outra força: a força em expansão dessas grandes cidades da América que, a cada dez anos, reconstroem suas avenidas e trocam de pele.

Os *Annales* mudam porque tudo muda ao redor deles: os homens, as coisas; em uma palavra, o mundo. O mundo de 1938 já não era o de 1929. O que dizer então do mundo de 1942 ou o de 1946, que seja justo e, portanto, eficaz?

Pois nós vamos assim, normalmente, orquestrando o tema romântico das ruínas. Vamos descartando as centrais elétricas, os viadutos e as pontes, os bairros das cidades e as aldeias que não respondem "presente" à chamada. Com os olhos arregalados de preocupação, acrescentamos baixinho: "E a bomba atômica... Vejam, o mundo está arruinado!". Arruinado? Há muito mais do que ruínas, e mais grave: essa prodigiosa aceleração da velocidade que, ao fazer entrar em choque os continentes, abolir os oceanos, suprimir os desertos, põe bruscamente em contato grupos humanos carregados de energias contrárias, e os mais propícios, até o momento, a "conservarem entre si a devida distância", tanto moral quanto física. Contato brusco, curto-circuito...

Eis por que, essencialmente, nosso mundo está destruído. Dar-se conta disso é vital. Quem tem olhos apenas para as ruínas logo se consola: "Paciência... Um ano, dois anos, dez anos e tudo estará restabelecido. As estações do metrô terão sido reabertas. Os viadutos reconstruídos. E as bananas estarão de volta às bancas dos vendedores de frutas". Falsa segurança.

De modo similar, há uma certa maneira de pensar a velocidade que também nos desorienta: "Ah! Problema de trocas. Tudo já foi resolvido para as nações no âmbito de suas fronteiras. Agora trabalha-se para resolver o problema para os continentes. Pois bem, tudo ficará resolvido para o planeta inteiro! Questão de tempo, de estudos, de material. Sobretudo de material...". Ilusão de engenheiro. De político também, rodeado de funcionários aos quais ensinaram bem a álgebra, para que eles soubessem manipular os homens.

Claro, existem problemas técnicos. E econômicos. Mas, para o futuro da humanidade, o que conta é o problema humano. Aquele mesmo problema que, ao voltar para casa depois de uma visita à Exposição Colonial, em 1932, onde vi se manifestar, irresistível, a nova obsessão,

eu havia colocado nestes termos: "O historiador volta a atentar para a cidade, meditando sobre tudo o que já se produziu pelos desregramentos na história, as variações alternadas das distâncias entre raças, entre povos: algumas delas, as distâncias materiais, diminuindo a cada dia; outras, as distâncias morais, enormes, talvez insuperáveis". O drama está todo aí. O drama da civilização. Ele se anunciava já em 1932. E irrompe em 1946.

"Nós, as civilizações, agora sabemos muito bem que somos mortais." Essa frase, que Valéry escreveu no final dos anos 1920, teve grande repercussão, embora para o historiador ela não soasse como algo muito novo; o velho Ballanche, para citar apenas seu nome, já dissera exatamente o mesmo em 1817: reflexão de mal-afortunados, tanto num caso como no outro. Mas Ballanche podia manter tal propósito – ele, cidadão de uma Europa prestigiosa, que se sentia, e se proclamava, apesar das zombarias de Fourier, a terra civilizada por excelência. Valéry? Já nos tempos dos *Regards sur le monde actuel*, o problema sequer é saber se *nossa* civilização, que nós continuamos denominando como *a* civilização, vai morrer. Morrer, palavra nobre, marcada por uma majestade tranquila e por uma serenidade natural. O problema não é saber se nossa civilização vai perecer assassinada. É saber qual civilização haverá de se estabelecer amanhã neste mundo novo que já está em elaboração no fundo do cadinho.

Pois *uma* civilização pode morrer. *A* civilização não morre. Este instinto dos homens, o que é próprio dos homens, ultrapassar-se, tomar sua vontade como trampolim, para saltar sempre mais alto. Porém, até o momento, foi apenas no âmbito restrito de grupos limitados que eles exerciam seus maiores esforços. Produziam assim civilizações de grupos, de tribos, de nações, e até mesmo de continentes, ou de porções de continentes. Civilizações insuladas. Amanhã, ninguém duvida disso, pela primeira vez e salvo uma catástrofe, eles apresentarão de imediato uma civilização mundial, civilização dos terráqueos, expandida pelo ecúmeno, pelo menos uma ou duas civilizações intercontinentais que, já aumentadas por diversas civilizações locais, irão se preparar, por meio de enfrentamentos mútuos, para absorver uma à outra.

Quais serão as etapas desse vasto processo? Quais os seus primeiros êxitos parciais? A que sucessivos níveis elas se estabelecerão? O que representarão, na obra total, as contribuições dos não europeus? O que transitará, na

escala do mundo, de nossa civilização para essas outras que pouco a pouco a substituirão? Segredo do porvir. Como gostaríamos de prever, senão de saber, adivinhar...

"Tudo isso são loucuras. E tudo escrito na pena de um historiador..." Então: quem mais poderia escrever tais notações da História? Afinal, o que foi que aconteceu na Europa, nos séculos VI, VII, VIII, IX e X? O que ocorreu – em meio a convulsões inomináveis, desabamentos, massacres, incêndios intermitentes porém prolongados, com alívios e retomadas – uma batalha de civilizações: bárbaros contra romanos, nórdicos contra mediterrâneos, asiáticos contra europeus – uma deglutição mútua de civilizações. Ao término disso tudo, eis, novinha em folha, a jovem civilização cristã da Idade Média. Essa grande inovação da qual, ainda ontem, vivíamos exclusivamente. Da qual continuamos saturados. E então: minhas "predições" de historiador? Marcha a ré.

Um fato é certo, desde já: viver, tanto para nós mesmos como para nossos filhos, amanhã será, e já o é desde hoje, adaptar-se a um mundo perpetuamente escorregadio.

Um grande trabalho começou. Ele não se deterá mais. Seja qual for a duração das pausas e das esperas. Tratem de liquidar suas apólices de seguro de vida. Já se foi o tempo em que os pais economizavam nos cofrinhos algumas centenas de moedas apostadas no futuro dos próprios filhos – a fim de recuperá-los, com juros, cerca de vinte anos depois. Tratem de fazer agora seguros contra incêndio, modernizando-os. E façam também seguros contra roubos....

Sim, estaremos muito ameaçados. Gemer não adianta nada. É preciso se acomodar. E, antes de tudo, é necessário não se perder. É preciso fazer um balanço da situação todos os dias. Situar-se no tempo e no espaço.

O Espaço, que nós chamamos pelo outro nome, Universo. Essa minúscula bolinha de matéria perdida, entre milhões de outras, num canto da Via Láctea, – e que já começa a não ser mais suficiente para nossos sonhos de exploradores. Pela primeira vez, tomamos consciência de sua pequenez. Medida em toesas, ela era tão grande! Medida em quilômetros, já fica um pouco menor. À velocidade do avião, já se torna ínfima. Alguém que entrar num avião pela manhã, em Karachi, pode tomar um chá em Londres, no dia seguinte, às dezesseis horas. Enfadados nesse planeta em que o desconhecido

não existe mais, seria um acaso o fato de termos começado a sonhar, há uns dez anos, com foguetes, excursões rumo ao infinito, em direção a essa Lua pálida que acabaremos atingindo um dia desses?

Sim, como ele nos parece bruscamente pequeno, mesquinho, sem mistérios, nosso humilde planeta... No qual devemos, no entanto, todos nós – brancos, negros ou amarelos –, querendo ou não, passar nossa existência. A Casa dos homens, com seu "Regulamento" exposto ao pé da escada: para qualquer infração, a morte.

Casa dos cem cômodos, casa dos mil alojados. De todas as cores, de todas as dimensões, com todo o mobiliário. Mas é preciso conhecê-los todos, pois, agora, bastam alguns passos no corredor, ou dois andares elevador acima, e o amarelo entra na casa do branco, e o branco entra na casa do negro, com a metralhadora em mãos e a mochila pendurada nas costas, cheia de bons mantimentos: eis dois aspectos do mais recente internacionalismo.

Aprender a conhecer o arranjo desse universo, o conteúdo desses compartimentos, repletos de mercadorias e também de forças das quais é preciso definir o inventário, porém sempre, unicamente, do ponto de vista do homem: primeira tarefa do europeu de 1946. Segunda tarefa? Situar-se não somente em relação às sociedades que, em nosso próprio alojamento, viveram antes de termos nascido, mas também em relação a todas aquelas que, em outros alojamentos da Casa dos homens, precederam os atuais hóspedes, prepararam os locais, deixaram alguns móveis a seus herdeiros, encetaram algumas relações com nossos próprios ancestrais. Primeira coordenada, o Espaço. Segunda, o Tempo. Tomemos emprestada esta fórmula de Gustave Monod, reformador de nosso ensino secundário, para falar do homem culto de 1946: "Aquele que é capaz de apreender sua situação de homem no tempo e no espaço, simultaneamente. De transmitir às outras civilizações aquela de que ele é ator e testemunha. O homem que, com o conhecimento de certo número de acontecimentos essenciais, adquiriu, desde a escola e pela escola renovada, uma espécie de experiência da vida e da morte das civilizações..."

Claramente: o Espaço, a geografia; o Tempo, a história.

Certamente, outras soluções têm seus defensores.

"Olhem o vizinho", dizemos aqui. Dele vem o perigo. Mesmo se ele não

lhe quiser mal, tamanha contiguidade já se estabeleceu entre os homens – brancos, negros, amarelos – que qualquer movimento de um repercute imediatamente nos outros. Tamanha contiguidade. O que não quer dizer fraternidade. Pois, do nosso lado, que estranhos, que inquietantes vizinhos! Homens, simplesmente.

Digo: sim, homens, diz o humanista. E você diz: olhe para eles. Mas eu respondo como Sócrates: "Olhem para si mesmos. Tomem consciência do Homem que existe dentro de si mesmos. Do Homem semelhante ao Homem, através dos séculos e das civilizações. Sempre o mesmo, com suas virtudes, suas qualidades, suas excelências. E do qual mudam apenas as formas exteriores, as aparências. Negligenciem o homem circunstancial. Sem grandeza nem constância. Pitoresco, é tudo. Dirijam-se diretamente ao Homem eterno. Cuide, criança, em fazê-lo existir dentro de si. Termine, adulto, de esculpi-lo em si. Forte, orgulhoso, sólido, capaz de resistir às pressões externas, sem se deixar esmagar...".

O Homem eterno? Mas nessa bela academia, concebida segundo as regras (eleger dez belos modelos: tomar os ombros de um, as pernas de outro etc.), todo nosso esforço – nós, jovens "ciências humanas": e a psicologia, a ecologia humana, a etnografia, o folclore, a sociologia, a história, naturalmente, e tudo o mais, até a cirurgia de Leriche, que a cada dia se quer, cuidadosa e diretamente, mais humana –, todo nosso esforço não seria, ao contrário, para opor, sempre mais e mais, os homens entre si?

Há trinta anos não falavam os geógrafos de bom grado do "Homem" e de suas obras na Terra? Não os teríamos levado a falar somente de grupos humanos e de seus prodigiosos esforços de adaptação, pelos quais se explica o sucesso terrestre de seres tão fracamente armados pela natureza, tão frágeis, tão vulneráveis – e que, no entanto, vivem muito bem tanto sob o círculo polar, quanto sob a linha do equador, como na Groenlândia ou no Congo –, ou seja, por toda a parte, ou quase por toda a parte do globo terrestre? Não seria nosso desejo o de os flagrar em ação nesse perseverante e magnífico esforço em que eles prosseguem desde que se encontram na Terra para se inserir nos meios mais hostis, deslocando-os, desagregando-os, aproveitando-se das menores falhas, para conquistar um lugar cada vez maior, para se atribuir um papel – ou seja, viver, no sentido mais plenamente humano dessa palavra?

"Olhem para si mesmos?" Mas quando nos voltamos para nós, quando escavamos nossas próprias profundezas –, não, não são os contornos de

uma academia tão perfeita quanto possível em sua abstrata nudez –, mas, sim, os numerosos vestígios dos que nos precederam que, espantados, encontramos: essa surpreendente coleção de testemunhos de antigas eras, de antigas crenças, das mais velhas maneiras de pensar e de sentir que cada um de nós herda, sem saber, no momento em que nasce. E que nossos historiadores descobrem até na consciência de Péricles, de Fídias, de Platão, pagando para isso o preço de um sacrilégio que nossos humanistas de antiga observância continuam reprovando. Pois tais achados, no fundo, não nos agradam tanto assim. Eles nos humilham. Nos rebaixam na ideia que temos de nós mesmos. Enfim, os fatos estão aí. E, às vezes, sob o impacto de uma violenta emoção, individual ou, mais amiúde, coletiva, eis que irrompe bruscamente o velho fundo herdado, o velho fundo selvagem, provocando pânicos, animando a uma multidão de furor sagrado, apoderando-se de nós a ponto de nos "alienar"?

Olhemos para nós mesmos. Nas camadas sucessivas dessas aluviões que guarnecem o fundo de nossas consciências, quantos achados para a arqueologia dos pensamentos humanos. Legado de nossos ancestrais. Mas é impossível aceitá-lo com o pretexto de um inventário. Os mortos nos espreitam, afinal estamos vivos.

Então, mãos à obra, e rápido, historiadores. Basta de discussões. O tempo passa, o tempo urge. Vocês gostariam que nós os deixássemos respirar? O tempo suficiente para que cada um varresse a frente da própria casa? Trata-se mesmo disso. O mundo os empurra, o mundo sopra em seu rosto seu bafejo febril. Não, não os deixaremos tranquilos. Nem os ingleses, nem os americanos, nem os russos, nem os libaneses, nem os sírios, nem os árabes, nem os cabilas, nem os carregadores de Dacar, nem os *boys* de Saigon. Fiquem tranquilos! Vocês foram surpreendidos em meio à massa. Espremidos, apertados, empurrados por pessoas que não têm boas maneiras. Pelo menos não as suas boas maneiras, das quais vocês tanto se orgulham (ainda que se saiba a que podem ficar reduzidas suas boas maneiras diante da menor dificuldade). Os vizinhos pisam em vocês: "Vamos, saiam daí, quero ficar neste lugar". O que fazer? Assumir um arzinho empertigado? "Mas, caro senhor..." O outro zombaria disso, o senhor Cabila, o senhor Uólofe, o senhor Tonquinês – e paf!, um tapa realmente fraterno nas costas. Mas então... e os tanques, os canhões, os aviões?

Ora, eles também os possuem. E inclusive foi você quem vendeu a eles. E depois eles são muito... muito... muito... Esparramar pelo universo bombas atômicas, metodicamente, quilômetro por quilômetro? Esquadrinhar com precisão todo o espaço? Belo progresso! Mas conhecem-se meios menos dispendiosos para se suicidar...

O mundo de ontem está acabado. Para todo o sempre. Caso tenhamos alguma chance de nos safar, nós, os franceses, será compreendendo, mais depressa e melhor do que outros, essa verdade evidente. Renunciando aos despojos do naufrágio. Eu lhes digo: vamos, é preciso cair na água e nadar. Essa solidariedade real que, a partir de agora, une todos os náufragos, e que amanhã unirá todos os homens, tratemos de fazer com que ela se torne uma solidariedade no labor, na troca, na livre cooperação. Perdemos tudo, ou quase, de nossos bens materiais. Mas nada teremos perdido caso nos reste o espírito. Expliquemos o mundo ao mundo.

Pela história. Mas que história? Aquela que "romanceia" a vida de Maria Stuart? Que tira a limpo tudo sobre o cavaleiro d'Eon e seus saiotes? Que durante cinquenta anos tem estudado os dois últimos segmentos do quarto par de patas? Desculpem-me, eu estava confundindo as coisas.

Nada disso! Nós não temos mais tempo. Muitos historiadores, e dos bem formados e conscientes, o que é pior, muitos historiadores se deixam ainda perder pelas pobres lições dos vencidos de 1870. Ah, eles trabalham muito bem! Eles fazem história do mesmo modo que suas avós se dedicavam à tapeçaria. Pontinho por pontinho. Eles são aplicados. Mas quando lhes perguntamos por que esse trabalho todo, a melhor resposta que conseguem dar, com um sorriso de criança, é a palavra cândida do velho Ranke: "Para saber exatamente como é que as coisas aconteceram". Com todos os detalhes, naturalmente.

Não temos mais tempo, não temos mais o direito. Em 1920, há 26 anos, ao assumir minha cátedra na Universidade de Estrasburgo libertada – eu, um sobrevivente, porém diante de cemitérios em que dormiam, no desassossego, os mortos de duas gerações ceifadas na flor da idade –, como eu me questionava, ansioso, em relação a meu dever!

Tinha eu o direito, como historiador, de refazer a história? De consagrar à história meu tempo, minha atividade, tudo o que restava de minhas forças, quando tantas outras empreitadas requeriam imperiosamente os cidadãos?

Tinha eu, professor, o direito de ditar aos outros o exemplo, de engajar homens jovens para seguirem comigo em meu caminho? Hoje, com que redobrada angústia todos nós, numa situação bem mais dramática, devemos nos questionar?

Para responder de modo límpido. Ora, respondo, aqui, sem hesitar: "Fazer história, sim. Na medida em que a história é capaz – e é a *única* capaz – de nos permitir, num mundo em estado de instabilidade definitiva, viver com outros reflexos além do medo, da obrigação de nos refugiarmos nos porões, quando todo esforço humano se reduz a aguentar por algumas horas, acima de nossas cabeças vacilantes, os telhados arrebentados, os tetos eviscerados".

A história que não une os homens. A história que não obriga ninguém a nada. Mas sem a qual nada se faz de sólido. No alto de Montmartre, quem quer construir a igreja do Sacré-Cœur sonda, antes de tudo, a colina, até o nível do rio Sena. Areias, marga, gipso, calcário: quando se sabe o que sustenta o solo leproso da superfície, aí sim pode-se construir com conhecimento de causa. A geologia, certamente, não obriga o arquiteto a optar antes pelo estilo neobizantino do que pelo neogótico. Seja qual for o estilo escolhido, enfim, a geologia permite que ele plante as bases de seu edifício solidamente, sem que afunde de ano em ano. Assim é a história. A que compreende e que faz compreender. A que não é uma lição a ser apreendida a cada manhã, com devoção – mas, sim, aquela que é de fato uma condição permanente da atmosfera. O que ela sempre foi, aqui, para Marc Bloch e para mim. O que ela será amanhã, para todos os amigos que me ajudarão em minha tarefa. A história, resposta às perguntas que o homem de hoje necessariamente se faz. Explicação de situações complicadas, em meio às quais ele se debaterá menos cegamente caso conheça sua origem. Lembrança de soluções que foram soluções no passado e que, portanto, não poderiam de modo algum ser as soluções do presente. Compreender bem em quê o passado difere do presente: que escola de flexibilidade para o homem alimentado de história!

"Então, você subordina a majestade de uma ciência às exigências daquilo que nós, jornalistas, chamamos de atualidade..." Eu não subordino coisa nenhuma. E não confundo os historiadores, já que é preciso deixar isso claro, com essas damas obsequiosas que os assinantes da lista telefônica,

tendo formado as letras "s.v.p." [*S'il vous plaît*, por favor], pensam ter o direito de interrogar sobre a idade de seus notórios contemporâneos ou sobre os galões dos oficiais do exército peruano. Mas nem por isso pretendo incluir no conceito de Eterno o Fulgence Tapir do velho Anatole France. Peço aos historiadores, quando vão ao trabalho, que não o façam como se fossem de encontro a Magendie: Magendie, mestre de Claude Bernard, precursor da fisiologia, que sentia tanto prazer em deambular, com as mãos nos bolsos, através de fatos raros e curiosos e, como o trapeiro – assim dizia ele –, através dos dejetos. Eu lhes peço para ir ao trabalho como Claude Bernard, com uma boa hipótese em mente. E que jamais se comportem alegremente como colecionadores de fatos, como antes, quando bancavam os caçadores de livros às margens do Sena. Que nos deem uma História, não uma História automática, mas, sim, problemática.

Assim agirão sobre sua época. Assim permitirão a seus contemporâneos, a seus concidadãos, que compreendam melhor os dramas dos quais serão, dos quais já são, a um só tempo, atores e espectadores. Assim contribuirão com os mais ricos elementos de solução para os problemas que perturbam os homens de seu tempo.

Método histórico, método filológico, método crítico: belas ferramentas de precisão. Eles honram seus inventores e essas gerações de usuários que as receberam de seus antecessores e as aperfeiçoaram, utilizando-as. Mas saber manejá-las, gostar de manejá-las – eis algo que não é suficiente para ser historiador. Apenas aquele que se lança na vida inteiramente – com o sentimento de que mergulhando nela, banhando-se nela, deixando-se impregnar, assim, pela humanidade presente – é digno deste belo nome; ele multiplica por dez suas forças de investigação, seus poderes de ressurreição do passado. De um passado que detém e que, em troca, lhe restitui o sentido secreto dos destinos humanos.

[Nota dos organizadores]

Dada a importância deste texto, e o seu caráter alusivo, derivado das circunstâncias em que foi escrito, cremos que poderão ser úteis, para o leitor, algumas anotações de esclarecimento:

1. **Pierre Simon Ballanche** (1776-1847) – pensador francês, autor de uma obra muito ambiciosa (*Palingénésie sociale*, 1827-1829), na qual se propunha nada menos que expressar "o maior pensamento de seu século", deduzindo a lei fundamental do desenvolvimento da humanidade.
2. **René Leriche** (1879-1955) – autor de *La Chirurgie de la douleur* (1937) e *La Chirurgie, discipline de la connaissance* (1949), nas quais investiga a natureza da dor e propõe a sua superação pela força do pensamento.
3. **Uolófes** – etnia do Senegal (África Ocidental), correspondendo a cerca 41% da população (dados de 2005), ocupa aproximadamente toda a região arenosa a noroeste do país. Cf. Hubert Deschamps – *Le Sénégal et la Gambie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.
4. **Chevalier D'Éon** – (Charles-Geneviève-Louis-Auguste-André-Timothée d'Éon de Beaumont, 1728 – 1810). Famoso personagem da diplomacia secreta de Luís XV sobre cuja identidade sexual travou-se uma longa e momentosa polêmica com ressonância na historiografia. Cf. Gary Kates – *Monsieur d'Eon is a Woman: A Tale of Political Intrigue and Sexual Masquerade*. Nova York: Harper & Collins, 1995 [ed. bras.: *Monsieur d'Eon é mulher: Um caso de intriga política e embuste sexual*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996].
5. **Fulgence Tapir** – personagem de *L'Île des pingouins* (1908) de Anatole France (1844-1924), em que se faz uma sátira de toda a história da França, desde a Idade Média até a época em que foi escrita, e com projeções para o futuro. O personagem em questão representa a figura de um erudito que acumula dados, sem entretanto distiguir seu significado e importância.
6. **"Vencidos de 1870"** – expressão que remete à geração de historiadores franceses marcados pela derrota na Guerra Franco-Prussiana (Ernest Lavisse, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos; até Henri Berr); todo o discurso de Lucien Febvre visa esta geração, contrapondo-se ao seu nacionalismo anti-germânico e à preeminência da história política nacional . Cf. Rogerio Forastieri da Silva – *História da historiografia: Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2001. pp. 193-204.

Publicado originalmente como "Face au vent – manifeste des *Annales Nouvelles*", in Lucien Febvre, *Combats pour l'histoire* [1952]. Paris: Armand Colin, 1992. Tradução de Flávia Nascimento.

FERNAND BRAUDEL

2. HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: A LONGA DURAÇÃO

Há uma crise geral das ciências do homem: elas se encontram, no mínimo, todas sobrecarregadas por seus próprios progressos devido à acumulação dos novos conhecimentos e da necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente ainda está por se estabelecer; direta ou indiretamente, todas encontram-se afetadas, quer queiram, quer não, pelos progressos efetuados pelas mais ágeis dentre elas, e, no entanto, permanecem prisioneiras de um humanismo retrógrado, insidioso, que não pode mais lhes servir como referencial. Todas, com maior ou menor lucidez, preocupam-se com o lugar que ocupam no conjunto gigantesco das pesquisas antigas e recentes, nas quais se pode hoje presumir a necessidade de uma convergência.

Como sairão dessas dificuldades as ciências humanas? Por meio de um esforço suplementar ou um mau humor crescente? Talvez elas tenham a ilusão disso, pois estão hoje mais preocupadas do que no passado (mesmo correndo o risco de voltar a velhíssimas e enfadonhas repetições ou a falsos problemas) em definir seus objetivos, seus métodos, suas superioridades. Ei-las, à porfia, engajadas em chicanas a propósito das fronteiras que as separam ou deixam de separar, ou ainda sobre as que as separam mal das ciências vizinhas. Pois cada uma delas sonha, na verdade, em ficar bem instalada em seu próprio campo ou em voltar a ele... Alguns estudiosos isolados concebem aproximações: Claude Lévi-

Strauss[1] faz com que a antropologia "estrutural" avance rumo aos procedimentos da linguística, aos horizontes da história "inconsciente" e ao imperialismo juvenil da matemática "qualitativa". Ele remete a uma ciência que ligaria, com o nome de *ciência da comunicação*, a antropologia, a economia política, a linguística... Mas quem está pronto para atravessar tais fronteiras e para realizar tais reagrupamentos? Pelo sim ou pelo não, a própria geografia estaria disposta a se divorciar da história!

Mas não sejamos injustos. Há um interesse nessas querelas e nessas recusas. O desejo de se afirmar contra os outros encontra-se forçosamente na origem de novas curiosidades: negar o outro já é conhecê-lo. Mais do que isso, sem querer fazê-lo explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras, cada qual tendendo a apreender o social em sua integridade, em sua "totalidade"; cada qual usurpa o campo de suas vizinhas com a firme convicção de estar em terreno próprio. A economia descobre a sociologia que a cerca, a história – que talvez seja a menos estruturada das ciências do homem – aceita todas as lições de sua múltipla vizinhança e esforça-se em reverberá-las. Assim, apesar das reticências, das oposições, das ignorâncias tranquilas, esboça-se o estabelecimento de um "mercado comum"; valeria a pena tentá-lo no decorrer dos anos vindouros mesmo se, mais tarde, cada uma dessas ciências acabasse encontrando vantagens em retomar um caminho mais estreitamente pessoal.

De saída, porém, a operação de reaproximá-las é urgente. Nos Estados Unidos, essa reunião tomou a forma de pesquisas coletivas sobre as áreas culturais do mundo atual, sendo as *area studies*, antes de mais nada, o estudo, por um grupo de *social scientists*, desses monstros políticos do momento presente: China, Índia, Rússia, América Latina, Estados Unidos. Conhecê-los é uma questão vital! Mas é ainda necessário, nesse compartilhamento de técnicas e conhecimentos, que cada um dos participantes não permaneça enfiado em seu trabalho particular, cego ou surdo – como acontecia antes – àquilo que dizem, escrevem ou pensam os outros! E também é preciso que a reunião das ciências sociais seja completa, que

---

1 Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958, passim, especialmente p. 329 [ed. bras.: *Antropologia estrutural*, trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008].

as mais antigas não sejam negligenciadas em benefício das mais jovens, capazes de tantas promessas, mas não de sempre cumpri-las. Por exemplo, o lugar concedido à geografia nessas tentativas americanas é praticamente nulo, bem como é extremamente modesto o que elas reservam à história. E, aliás, de qual história se trata?

Sobre a crise que nossa disciplina atravessou no decorrer destes últimos vinte ou trinta anos, as outras ciências sociais estão muito mal informadas, e a tendência delas é desconhecer, ao mesmo tempo, os trabalhos dos historiadores e um aspecto da realidade social do qual a história é uma boa serva, quando não mesmo sempre uma hábil vendedora: essa duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofo da vida social atual. Uma razão a mais para assinalar com firmeza, no debate que se instaura entre todas as ciências humanas, a importância, a utilidade da história, ou, antes, a da dialética da duração, tal como ela se desprende do ofício e da observação repetida do historiador; em nossa opinião, nada pode ser mais importante, no centro da realidade social, que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente, entre o instante e o tempo lento a escoar. Quer se trate do passado ou da atualidade, uma nítida consciência dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum às ciências humanas.

Falarei, portanto, demoradamente da história, do tempo da história. Menos para os leitores desta revista [*Annales*], especialistas em nosso campo de estudo, do que para nossos vizinhos das ciências humanas: economistas, etnógrafos, etnólogos (ou antropólogos), sociólogos, psicólogos, linguistas, demógrafos, geógrafos e até mesmo os especialistas da matemática social ou estatísticos – todos eles vizinhos cujas experiências e pesquisas temos seguido há vários anos, porque nos parecia (e ainda nos parece) que é possível ver a história sob uma nova luz, desde que a coloquemos a reboque daquelas ciências, ou em contato com elas. Talvez tenha chegado a nossa vez de lhes retribuir por isso de algum modo. Das experiências e tentativas recentes da história se depreende – de modo consciente ou não, aceito ou não – uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional da longa duração. Essa última noção, mais do que a própria história – a história das cem faces –, deveria interessar nossas vizinhas, as ciências sociais.

I. HISTÓRIA E DURAÇÕES

Todo trabalho histórico decompõe o tempo passado, faz escolhas em meio a suas realidades cronológicas, de acordo com preferências e exclusividades mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento, habituou-nos há muito a seu relato precipitado, dramático, de curto fôlego.

A nova história econômica e social traz para o primeiro plano de sua pesquisa a oscilação cíclica e aposta em sua duração: ela se deixou iludir também pela realidade das altas e baixas cíclicas dos preços. Assim, há hoje, ao lado do relato (ou do "recitativo" tradicional), um recitativo da conjuntura que questiona o passado por amplas faixas temporais: dezenas, vintenas ou cinquentenas de anos.

Muito além desse segundo recitativo, situa-se uma história de fôlego ainda mais longo, essa, de amplidão secular: a história de longa e até mesmo de muito longa duração. Tal fórmula, boa ou ruim, tornou-se a mim familiar para designar o contrário daquilo que François Simiand, um dos primeiros depois de Paul Lacombe, batizou de história acontecimental [*événementielle*]. Pouco importam essas fórmulas: seja como for, é de uma à outra, de um polo ao outro do tempo, do instantâneo à longa duração que vai se situar nossa discussão.

Não que essas palavras nos deem qualquer segurança absoluta. O mesmo se pode dizer da palavra *acontecimento*. No que me diz respeito, gostaria de limitá-la, de torná-la prisioneira da curta duração: o acontecimento é explosivo, "novidade que soa", como se dizia no século XVI. Com sua fumaça abusiva, ele preenche a consciência de seus contemporâneos, mas quase não dura, e o máximo que vemos dele é a chama.

Os filósofos nos diriam, sem dúvida, que assim se esvazia a palavra de grande parte de seu sentido. Um acontecimento, a rigor, pode vir carregado de uma série de significações e elos. Às vezes, ele é testemunha de movimentos muito profundos, e, pelo jogo factício ou não das "causas" e dos "efeitos" tão caros aos historiadores do passado, anexa-se a ele um tempo muito superior à sua própria duração. Extensível ao infinito, ele se liga, livremente ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes e, ao que parece, impossíveis de se destacarem, desde então, umas das outras. Por essa somatória, Benedetto Croce podia afirmar que em todo acontecimento se incorpora

a história inteira, o homem inteiro e, depois, eles podem ser redescobertos tanto quanto se queira. Com a condição, sem dúvida, de acrescentar a esse fragmento o que ele não contém à primeira abordagem e, portanto, de saber o que pode ser – ou não – acrescentado a ele de maneira justa. É esse jogo inteligente e perigoso que propõem as reflexões recentes de Jean-Paul Sartre.[2]

Então, de modo mais claro, digamos, em vez de acontecimental: o tempo curto, aquele cuja medida é a dos indivíduos, a da vida cotidiana, a de nossas ilusões, nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo do cronista por excelência, o tempo do jornalista. Ora, observemos que tanto crônica como jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos qualificados como históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Cada um de nós compreenderá que existe, assim, um tempo curto para todas as formas de vida: econômica, social, literária, institucional, religiosa, e até mesmo geográfica (fortes ventos, uma tempestade), tanto quanto a política.

À primeira vista, o passado é essa massa de fatos miúdos, alguns estrondosos, outros obscuros e indefinidamente repetidos, esses fatos com os quais a microssociologia ou a sociometria, na atualidade, fazem seus despojos diários (existe também uma micro-história). Mas essa massa não constitui toda a realidade, toda a espessura da história sobre a qual pode trabalhar à vontade a reflexão científica. A ciência social tem quase horror ao acontecimento. Não sem razão: o tempo curto é o que mais dá provas de capricho, é a mais enganadora das durações temporais.

Daí a desconfiança existente entre alguns historiadores em relação a uma história tradicional, chamada de acontecimental, rótulo que se confunde, não sem alguma inexatidão, com o de história política: essa última não é forçosamente acontecimental, nem está condenada a sê-lo. No entanto, é um fato que, com exceção dos quadros artificiais, quase sem espessura temporal, com os quais ela recortava seus relatos[3] – salvo com as explicações de longa duração avançadas como um complemento necessário –, a história destes últimos cem anos, quase sempre política, concentrada no drama dos "grandes

---

2 Jean-Paul Sartre, "Questions de méthode", *Les Temps Modernes*, n. 139 e 140, 1957 [ed. bras. *Questão de método*, trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1979].

3 "A Europa em 1500", "o mundo em 1880", "a Alemanha às vésperas da Reforma"...

acontecimentos", tem trabalhado no tempo curto e sobre ele. Esse talvez tenha sido o resgate pelo progresso realizado, durante esse mesmo período, na conquista científica de instrumentos de trabalho e de métodos rigorosos. A descoberta maciça do documento fez com que o historiador acreditasse que na autenticidade documental pudesse se encontrar toda a verdade. Ainda ontem, Louis Halphen[4] escrevia: "Basta se deixar, de certo modo, levar pelos documentos, lidos uns após os outros, tal como eles se nos oferecem, para ver a cadeia dos fatos se reconstituir quase automaticamente". Este ideal, a "história em estado nascente", resultou, por volta do final do século XIX, em uma crônica de um novo estilo que, em sua ambição de exatidão, segue passo a passo a história dos acontecimentos tal como ela é depreendida das correspondências de embaixadores ou dos debates parlamentares. Os historiadores do século XVIII e do início do século XIX tinham sido bem mais atentos às perspectivas da longa duração, que, depois disso, apenas os grandes espíritos, tais como um Michelet, um Ranke, um Jacob Burckhardt, um Fustel, souberam redescobrir. Se aceitarmos que essa ultrapassagem do tempo curto foi o mais precioso bem, por ser o mais raro na historiografia dos últimos cem anos, compreenderemos o papel eminente da história das instituições, das religiões, das civilizações e, graças à arqueologia, à qual são necessários vastos espaços cronológicos, o papel de vanguarda dos estudos consagrados à Antiguidade clássica. Num passado recente, foram eles que salvaram nossa profissão.

A ruptura recente com as formas tradicionais da história do século XIX não constituiu uma ruptura total com o tempo curto. Como é sabido, ela desempenhou um papel benéfico para a história econômica e social, em detrimento da história política. Daí uma mudança importante e uma inegável renovação; daí, também, inevitavelmente, mudanças de método, de deslocamentos de centros de interesse com a entrada em cena de uma história quantitativa que, certamente, ainda não disse sua palavra final.

Mas, sobretudo, houve uma alteração do tempo histórico tradicional. Um dia, um ano podiam parecer boas medidas a um historiador político, ontem. O tempo era uma soma de dias. Mas uma curva de preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações das taxas de juros, o estudo (mais sonhado do que realizado) da produção, uma análise minuciosa da circulação exigem medidas bem mais amplas.

Um novo modo de relato histórico aparece, digamos a narrativa da conjuntura, do ciclo, e até mesmo do "interciclo"; ele nos propõe faixas de dez anos, de 25 anos e, num limite máximo, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. Por exemplo, sem levar em conta os acidentes breves e de superfície, os preços aumentam, na Europa, de 1791 a 1817; caem de 1817 a 1852: esse duplo e lento movimento de alta e baixa representa um interciclo completo no âmbito da Europa e, aproximadamente, no que tange ao mundo inteiro. Sem dúvida, tais períodos cronológicos não têm um valor absoluto. Por meio de outros medidores, por exemplo o do crescimento econômico e dos rendimentos ou o do produto nacional, François Perroux[5] nos ofereceria outros referenciais, talvez mais válidos. Mas pouco importam essas discussões em curso! O historiador certamente dispõe de um tempo novo, elevado à altura de uma explicação em que a história pode tentar se inscrever, recortando-se de acordo com referências inéditas, segundo suas curvas e oscilações.

Foi assim que Ernest Labrousse e seus discípulos, depois de seu manifesto no último Congresso Histórico de Roma (1955), deram início a uma vasta investigação de história social, feita sob o signo da quantificação. Não creio trair o desígnio daquele grupo ao afirmar que tal investigação levará obrigatoriamente à determinação de conjunturas (e mesmo de estruturas) sociais, embora nada nos assegure de antemão que esse tipo de conjuntura terá a mesma velocidade ou a mesma lentidão que a econômica. Aliás, esses dois imponentes personagens – conjuntura econômica e conjuntura social – não devem nos fazer perder de vista outros atores, cujo movimento será difícil determinar, e talvez seja mesmo indeterminável, na falta de medidas precisas. As ciências, as técnicas, as instituições políticas, os conjuntos de ferramentas mentais, as civilizações (para empregar essa palavra cômoda) têm igualmente seu ritmo de vida e de crescimento, e a nova história conjuntural somente estará afinada quando tiver completado sua orquestra.

De modo lógico, esse recitativo teria, até mesmo em razão de sua superação, de conduzir à longa duração. Mas, por mil razões, a superação não

4 Louis Halphen, *Introduction à l'histoire*. Paris: PUF, 1946, p. 50.

5 Cf. sua "Théorie générale du progrès économique". *Cahiers de l'ISEA*, 1957.

foi a regra, e um retorno ao tempo curto se realiza diante de nossos olhos; talvez porque pareça mais necessário (ou mais urgente) unir a história "cíclica" e a história curta tradicional do que avançar rumo ao desconhecido. Em termos militares, isso equivaleria a consolidar posições conquistadas. O primeiro grande livro de Ernest Labrousse, de 1933, estudava, assim, o movimento geral dos preços na França no século XVIII,[6] o movimento secular. Em 1943, no maior livro de história publicado na França ao longo dos últimos vinte e cinco anos, o mesmo Ernest Labrousse cedia à necessidade de retorno a um tempo menos incômodo ao assinalar, no fundo da depressão de 1774 a 1791, uma das vigorosas fontes da Revolução Francesa, uma das bases de seu lançamento. Ele questionava assim a metade de um interciclo, medida ampla. Ao apresentar, em 1948, no Congresso Internacional de Paris, sua comunicação intitulada *Comment naissent les révolutions?*, Labrousse se esforçava por relacionar, desta vez, uma comoção econômica de curta duração (novo estilo) a uma comoção política (velhíssimo estilo), o das jornadas revolucionárias. Eis-nos novamente atolados até o pescoço no tempo curto. Claro, a operação é lícita, útil, mas como ela é sintomática! O historiador é de bom grado um diretor teatral. Como é que ele poderia renunciar ao drama do tempo breve, àquilo que constitui o melhor recurso de ofício muito antigo?

Para além dos ciclos e interciclos, há o que os economistas, sem estudá-la de fato, chamam de tendência secular. Mas ela interessa, por enquanto, apenas a alguns raros economistas, e suas considerações sobre as crises estruturais, não tendo ainda sido submetidas ao crivo das verificações históricas, apresentam-se somente como esboços ou hipóteses, por enquanto mal alicerçadas no passado recente, indo até 1929 ou, no máximo, até os anos 1870.[7] Oferecem, no entanto, uma útil introdução à história de longa duração. Elas são uma primeira chave.

A segunda, bem mais útil, está contida na palavra *estrutura*. Boa ou ruim, essa palavra domina os problemas colocados pela longa duração. Por *estrutura*,

6 *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1933, 2 v.

7 Esclarecimentos de René Clemens, *Prolégomènes d'une théorie de la structure économique*. Paris: Domat-Montchrestien, 1952; cf. também Johann Akerman, "Cycle et structure". *Revue Économique*, n. 1, 1952.

os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida um agregado, uma arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo pouco deteriora e que veicula por um longo período. Certas estruturas, por perdurarem durante muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas obstruem a história e, pelo fato de a incomodarem, impõem seu desabamento. Outras são mais propícias a se desestruturar. Mas todas são, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas ficam marcadas como limites (*contornos*, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências praticamente não podem se libertar. Pensem na dificuldade de quebrar algumas limitações geográficas, algumas realidades biológicas, alguns limites da produtividade e mesmo certos condicionamentos espirituais: os arcabouços mentais também são prisões de longa duração.

O exemplo mais acessível parece ser ainda o do meio geográfico. O homem é prisioneiro, durante séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se desviar sem provocar o rompimento de tudo ao seu redor. Observem o papel ocupado pela transumância na vida das populações das montanhas, a permanência de alguns setores da vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados do litoral; vejam ainda a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e vias de tráfego, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.

Mesmas permanências e sobrevivências se observa no imenso domínio cultural. O magnífico livro de Ernst Robert Curtius,[8] enfim traduzido para o francês, é o estudo de um sistema cultural que prolonga, deformando-a, em função de suas escolhas, a civilização latina do Baixo Império, arrasada por uma pesada herança: até os séculos XIII e XIV, até o nascimento das literaturas nacionais, a civilização das elites intelectuais viveu dos mesmos temas, das mesmas comparações, dos mesmos lugares-comuns e repetições. Numa linha de pensamento análoga, o estudo de Lucien Febvre *Rabelais et le problème de*

8 Ernst Robert Curtius, *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*. Berna, 1948; trad. fr.: *La Littérature européenne et le Moyen Âge latin*. Paris: PUF, 1956 [ed. bras.: *Literatura europeia e Idade Média latina*, trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1996].

l'incroyance au XVI^e siècle [O problema da incredulidade no século XVI][9] dedicou-se a precisar o conjunto de ferramentas mentais do pensamento francês na época de Rabelais, esse conjunto de concepções que, bem antes de Rabelais e por muito tempo depois dele, comandou as artes de viver, de pensar e de crer, e limitou rígida e previamente a aventura intelectual dos espíritos mais livres. O tema de que trata Alphonse Dupront[10] também se apresenta como uma das mais novas pesquisas da Escola Histórica francesa. A ideia de cruzada, no Ocidente, é estudada por esse autor além do século XIV, isto é, bem além da "verdadeira" cruzada, considerada na continuidade de uma atitude de longa duração que, sem final repetido, atravessa as sociedades, os mundos, os psiquismos mais diversos e atinge com um último reflexo os homens do século XIX. Num campo vizinho a esse, o livro de Pierre Francastel *Peinture et société*[11] assinala, a partir do início da Renascença florentina, a permanência de um espaço pictórico "geométrico" que nada mais alterará até o cubismo e a pintura intelectual do início do século XX. A história das ciências conhece igualmente universos construídos que são explicações imperfeitas, mas aos quais é atribuída uma longa duração de séculos e séculos. Eles só são rejeitados depois de terem prestado seus serviços por muito tempo. O universo aristotélico se mantém sem contestação, ou quase sem, até Galileu, Descartes e Newton; ele se apaga, então, diante de um universo profundamente geometrizado que, por sua vez, também acabará desmoronando, porém muito mais tarde, diante das revoluções einsteinianas.[12]

A dificuldade, por um paradoxo apenas aparente, é vislumbrar a longa duração no campo em que a pesquisa histórica acaba de obter inegáveis sucessos: o campo econômico. Ciclos, interciclos, crises estruturais ocultam aqui as regularidades, as permanências de sistemas, ou de civilizações, como

9 Paris: Albin Michel, 1943 [3ª ed., 1969].
10 *Le Mythe des Croisades. Essai de sociologie religieuse.* Tese datilografada. Paris: Sorbonne, 1959.
11 Pierre Francastel, *Peinture et Société. Naissance et destruction d'un espace plastique, de la Renaissance au cubisme.* Lyon: Audin, 1951 [ed. bras.: *Pintura e sociedade*, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990].
12 Outros argumentos: eu questionaria de bom grado os poderosos artigos que pregam, todos eles, no mesmo sentido, de Otto Brunner, sobre a história social da Europa, *Historische Zeitschrift*, t. 177, n. 3; de R. Bultmann, ibid., t. 176, n. 1, sobre o humanismo; de Georges Lefebvre, *Annales Historiques de la Révolution Française*, n. 114, 1949, e de F. Hartung, *Historische Zeitschrift*, t. 180, n. 1, sobre o despotismo esclarecido...

disseram alguns[13] – isto é, velhos hábitos no que diz respeito ao modo de pensar e agir, condicionamentos resistentes, duros de mover, às vezes até mesmo contra toda lógica.

Mas raciocinemos sobre um exemplo rapidamente analisado. Eis aqui, em nossas proximidades, nos limites da Europa, um sistema econômico que se inscreve em algumas linhas e regras gerais bastante nítidas: ele se mantém aproximadamente do século XIV ao XVIII, e, para maior precisão, digamos, até por volta de 1750. Durante séculos, a atividade econômica depende de populações demograficamente frágeis, como mostrarão os grandes refluxos de 1350-1450 e, sem dúvida, de 1630-1730.[14] Durante séculos, triunfa a circulação aquática, a utilização dos navios, em que toda espessura continental é obstáculo e inferioridade. Os pontos de florescimento europeus, salvo no caso de exceções que confirmam a regra (as grandes feiras livres da Champagne, já em declínio nesse período, ou as de Leipzig, no século XVIII), situam-se ao longo das faixas litorâneas. Outras características desse sistema: a primazia dos mercadores; o papel eminente dos metais preciosos, ouro, prata e até mesmo o cobre, cujos choques incessantes só serão amortecidos – a custo – pelo desenvolvimento decisivo do crédito, a partir do final do século XVI; os abalos repetidos das crises agrícolas sazonais; a fragilidade, diríamos, da própria vida econômica considerada em seu nível mínimo; o papel, enfim, desproporcional, à primeira vista, de um ou dois importantes negócios externos: o comércio do Levante nos séculos XII a XVI e o comércio colonial no século XVIII.

Defini assim, ou melhor, evoquei por minha vez depois de outros, os traços mais importantes, para a Europa Ocidental, do capitalismo mercantil, etapa de longa duração. Apesar de todas as mudanças evidentes que os atravessam, esses quatro ou cinco séculos de vida econômica tiveram *certa* coerência, até a brusca mudança do século XVIII e da revolução industrial, da qual ainda não saímos. Tais traços, aliás, são comuns a esses séculos e permanecem imutáveis, ao passo que, em suas vizinhanças, entre outras continuidades, mil rupturas e mudanças bruscas renovavam as aparências do mundo.

13 René Courtin, *La Civilisation économique du Brésil.* Paris: Librairie de Médicis, 1941.
14 No que diz respeito à França; no caso da Espanha, o refluxo demográfico já pode ser constatado a partir do final do século XVI.

Entre os tempos diferentes da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem obstruidor, complicado, frequentemente inédito. Admiti-lo no centro de nossa atividade profissional não será uma simples brincadeira, nem uma ampliação habitual dos estudos e curiosidades. Não se trata, tampouco, de uma escolha da qual nossa profissão seria a única a se beneficiar. Para o historiador, aceitar a longa duração é propor-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo em câmera lenta, às vezes quase nas raias da imobilidade. Nessa etapa, e não em outra – voltarei a tratar disso –, é lícito desapegar-se do tempo exigente da história, sair dele e depois a ele voltar, mas com outro olhar, um olhar carregado de inquietações, e de outras questões. Em todo caso, é com relação a essas camadas da história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestrutura. Todos os andares, todos os milhares de andares, todas as milhares de explosões do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em volta dela.

Não pretendo ter definido a profissão do historiador nas linhas acima, mas, sim, certa concepção dela. Feliz daquele – e bem ingênuo – que pensasse que, depois das tempestades dos últimos anos, encontramos enfim os verdadeiros princípios, os limites claros, a boa Escola. Na verdade, todos os ofícios das ciências sociais não param de se transformar em virtude de seus próprios movimentos e do movimento vivo do conjunto. A história não é uma exceção. Nenhuma calmaria à vista, portanto, e a hora dos discípulos ainda não soou. De Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos até Marc Bloch há uma longa distância. Mas, desde Bloch, a roda não parou de girar. Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã.

O único erro, em meu entender, seria escolher uma dessas histórias mediante a exclusão das outras. Esse foi, esse seria o erro historicizante. Não será fácil, como se sabe, convencer disso todos os historiadores e, menos ainda, as ciências sociais, fortemente apegadas à ideia de confinar a história àquilo que ela foi no passado. Precisaremos de muito tempo e trabalho para fazer com que sejam admitidas todas as mudanças e novidades sob o velho nome de história. E, no entanto, uma "ciência" histórica recém-nascida aí está, e que continua a se questionar e a se transformar. Ela se fez anunciar,

na França, a partir de 1900, com a *Revue de Synthèse Historique*, e com os *Annales*, a partir de 1929. O historiador torna-se então atento a *todas* as ciências humanas. Eis o que confere a nosso ofício estranhas fronteiras e estranhas curiosidades. Também não devemos imaginar entre o historiador e o observador das ciências sociais as barreiras e diferenças existentes no passado. Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras. Elas falam, ou podem falar, a mesma linguagem.

Quer se considere o ano de 1558 ou o ano da graça de 1958, trata-se, para quem deseja apreender o mundo, de definir uma hierarquia de forças, de correntes, de movimentos particulares, depois de reapreciar uma constelação em seu conjunto. A cada instante dessa pesquisa, será preciso distinguir entre movimentos longos e arrancadas breves, estas, tomadas em suas fontes imediatas, e aqueles, no plano de um tempo longínquo. O mundo de 1558, tão enfadonho no que diz respeito à França, não nasceu no começo desse ano sem interesse. O mesmo se pode dizer, ainda no caso francês, do ano de 1958. Cada "atualidade" reúne movimentos de origem, de ritmo diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de antes de ontem e de outrora.

II. A QUERELA DO TEMPO CURTO

Essas verdades são certamente banais. No entanto, as ciências sociais sentem-se pouco atraídas pela busca do tempo perdido. Não que seja possível levantar contra elas um conjunto de acusações consistentes e declará-las culpadas, sempre, de não aceitar a história ou a duração como dimensões necessárias de seus estudos. Pode-se até dizer que elas nos acolhem bem, aparentemente: o exame "diacrônico" que reintroduz a história nunca está ausente das preocupações teóricas dessas ciências.

Contudo, uma vez descartadas tais aquiescências, é preciso convir que as ciências sociais, por gosto, por instinto profundo, talvez por formação, tendem sempre a escapar à explicação histórica; e isso ocorre por dois procedimentos quase opostos: um "acontecimentaliza", ou, se quiser, "atualiza" ao extremo os estudos sociais graças a uma sociologia empírica, desdenhosa de toda história, limitada aos dados do tempo curto, da investigação colhida no aqui e agora; quanto à outra, ela supera pura e simplesmente o tempo, imaginando, nos termos de uma "ciência da comunicação", uma formula-

Entre os tempos diferentes da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem obstruidor, complicado, frequentemente inédito. Admiti-lo no centro de nossa atividade profissional não será uma simples brincadeira, nem uma ampliação habitual dos estudos e curiosidades. Não se trata, tampouco, de uma escolha da qual nossa profissão seria a única a se beneficiar. Para o historiador, aceitar a longa duração é propor-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo em câmera lenta, às vezes quase nas raias da imobilidade. Nessa etapa, e não em outra – voltarei a tratar disso –, é lícito desapegar-se do tempo exigente da história, sair dele e depois a ele voltar, mas com outro olhar, um olhar carregado de inquietações, e de outras questões. Em todo caso, é com relação a essas camadas da história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestrutura. Todos os andares, todos os milhares de andares, todas as milhares de explosões do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em volta dela.

Não pretendo ter definido a profissão do historiador nas linhas acima, mas, sim, certa concepção dela. Feliz daquele – e bem ingênuo – que pensasse que, depois das tempestades dos últimos anos, encontramos enfim os verdadeiros princípios, os limites claros, a boa Escola. Na verdade, todos os ofícios das ciências sociais não param de se transformar em virtude de seus próprios movimentos e do movimento vivo do conjunto. A história não é uma exceção. Nenhuma calmaria à vista, portanto, e a hora dos discípulos ainda não soou. De Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos até Marc Bloch há uma longa distância. Mas, desde Bloch, a roda não parou de girar. Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã.

O único erro, em meu entender, seria escolher uma dessas histórias mediante a exclusão das outras. Esse foi, esse seria o erro historicizante. Não será fácil, como se sabe, convencer disso todos os historiadores e, menos ainda, as ciências sociais, fortemente apegadas à ideia de confinar a história àquilo que ela foi no passado. Precisaremos de muito tempo e trabalho para fazer com que sejam admitidas todas as mudanças e novidades sob o velho nome de história. E, no entanto, uma "ciência" histórica recém-nascida aí está, e que continua a se questionar e a se transformar. Ela se fez anunciar,

na França, a partir de 1900, com a *Revue de Synthèse Historique*, e com os *Annales*, a partir de 1929. O historiador torna-se então atento a *todas* as ciências humanas. Eis o que confere a nosso ofício estranhas fronteiras e estranhas curiosidades. Também não devemos imaginar entre o historiador e o observador das ciências sociais as barreiras e diferenças existentes no passado. Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras. Elas falam, ou podem falar, a mesma linguagem.

Quer se considere o ano de 1558 ou o ano da graça de 1958, trata-se, para quem deseja apreender o mundo, de definir uma hierarquia de forças, de correntes, de movimentos particulares, depois de reapreciar uma constelação em seu conjunto. A cada instante dessa pesquisa, será preciso distinguir entre movimentos longos e arrancadas breves, estas, tomadas em suas fontes imediatas, e aqueles, no plano de um tempo longínquo. O mundo de 1558, tão enfadonho no que diz respeito à França, não nasceu no começo desse ano sem interesse. O mesmo se pode dizer, ainda no caso francês, do ano de 1958. Cada "atualidade" reúne movimentos de origem, de ritmo diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de antes de ontem e de outrora.

II. A QUERELA DO TEMPO CURTO

Essas verdades são certamente banais. No entanto, as ciências sociais sentem-se pouco atraídas pela busca do tempo perdido. Não que seja possível levantar contra elas um conjunto de acusações consistentes e declará-las culpadas, sempre, de não aceitar a história ou a duração como dimensões necessárias de seus estudos. Pode-se até dizer que elas nos acolhem bem, aparentemente: o exame "diacrônico" que reintroduz a história nunca está ausente das preocupações teóricas dessas ciências.

Contudo, uma vez descartadas tais aquiescências, é preciso convir que as ciências sociais, por gosto, por instinto profundo, talvez por formação, tendem sempre a escapar à explicação histórica; e isso ocorre por dois procedimentos quase opostos: um "acontecimentaliza", ou, se quiser, "atualiza" ao extremo os estudos sociais graças a uma sociologia empírica, desdenhosa de toda história, limitada aos dados do tempo curto, da investigação colhida no aqui e agora; quanto à outra, ela supera pura e simplesmente o tempo, imaginando, nos termos de uma "ciência da comunicação", uma formula-

ção matemática de estruturas quase intemporais. Esse último procedimento, o mais novo de todos, é, evidentemente, o único que pode nos interessar a fundo. Mas o acontecimental ainda tem muitos partidários para que valha a pena examinar, cada um por sua vez, os dois aspectos da questão.

Exprimimos nossa desconfiança com relação à história puramente acontecimental. Sejamos justos: se há um pecado *acontecimentalista*, a história, acusada da escolha, não é a única culpada. Todas as ciências sociais participam desse erro. Economistas, demógrafos, geógrafos encontram-se divididos entre o ontem e o hoje (porém mal divididos); para que fossem razoáveis, seria preciso que mantivessem o equilíbrio da balança, o que é fácil e obrigatório para o demógrafo, praticamente óbvio para os geógrafos (em especial os nossos, que se alimentaram da tradição vidaliana), contudo é raro acontecer com os economistas, prisioneiros da atualidade mais curta, entre um limite retroativo que quase não vai além de 1945 e um presente que os planos e previsões prolongam no futuro imediato de alguns meses adiante ou, no máximo, alguns anos. Defendo a ideia de que todo pensamento econômico está encurralado por tais restrições temporais. Cabe aos historiadores, dizem os economistas, ir aquém de 1945, em busca das economias antigas; porém, agindo assim, eles se privam de um maravilhoso campo de observação, que abandonaram por iniciativa própria, sem, no entanto, negar seu valor. O economista adquiriu o hábito de correr a serviço da atualidade, a serviço dos governos.

A posição dos etnógrafos e dos etnólogos não é assim tão nítida, nem alarmante. Alguns dentre eles sublinharam muito bem a impossibilidade (mas o impossível é um dado com que lida todo intelectual) e a inutilidade da história dentro de seus ofícios. Essa recusa autoritária da história não terá sido de grande valia para Malinowski e seus discípulos. De fato: como poderia a antropologia se desinteressar da história? Elas são uma mesma aventura do espírito, como gosta de dizer Claude Lévi-Strauss.[15] Não há sociedade, por mais rústica que seja, que não revele, desde que observada, "as marcas do acontecimento", tampouco há sociedade cuja história tenha naufragado completamente. Nesse aspecto, estaríamos errados se nos queixássemos ou insistíssemos.

15 C. Lévi-Strauss, op. cit., p. 31.

Em compensação, nossa querela será bastante vívida nas fronteiras do tempo curto, no que diz respeito à sociologia de investigação sobre o atual, às investigações em mil direções diferentes, entre sociologia, psicologia e economia. Elas proliferam entre nós, bem como em outros países. Elas são, a seu modo, uma aposta repetida no valor insubstituível do tempo presente, seu calor "vulcânico", sua riqueza exuberante. De que serve se voltar para o tempo da história, esse tempo empobrecido, simplificado, devastado pelo silêncio, reconstruído? Insistamos o bastante: *reconstruído*. Na verdade, estaria ele tão morto assim, tão reconstruído quanto se pretende? Sem dúvida, o historiador tem muita facilidade para depreender de uma época passada o essencial; para falar como Henri Pirenne, ele distingue sem dificuldades os "acontecimentos importantes", leia-se "aqueles que tiveram consequências". Simplificação evidente e perigosa. Mas o que não daria o viajante do tempo atual para ter esse distanciamento (ou esse avanço no tempo) que desmascararia e simplificaria a vida presente, confusa, pouco legível por ser excessivamente obstruída por gestos e signos menores? Claude Lévi-Strauss afirma que uma hora de conversa com um contemporâneo de Platão lhe ensinaria mais sobre a coerência ou a incoerência da civilização da Grécia antiga do que todos os discursos clássicos.[16] Concordo plenamente. Mas é que ele ouviu, durante anos e anos, cem vozes gregas salvas do silêncio. O historiador preparou a viagem. Uma hora na Grécia de hoje não lhe ensinaria nada ou quase nada sobre as coerências ou incoerências atuais.

Mais ainda: o investigador do tempo presente só chega até as tramas "finas" das estruturas com a condição de, ele também, *reconstruir*, com a condição de avançar hipóteses e explicações, de recusar o real tal como ele é percebido, de truncá-lo, de superá-lo, sendo todas essas operações exatamente o que permite escapar ao que foi dado para melhor dominá-lo, e todas elas, portanto, reconstruções. Duvido que a fotografia sociológica do presente seja mais "verdadeira" que o quadro histórico do passado, e será ainda menos se ela quiser estar mais distanciada do *reconstruído*.

Philippe Ariès[17] insistiu sobre a importância do sentimento de desenraizamento e da surpresa na explicação histórica: você imputa ao século XVI

16 "Diogène couché". *Les Temps Modernes*, n. 195, p. 17.
17 *Le Temps de l'histoire*. Paris: Plon, 1954, especialmente pp. 298 ss. [ed. bras.: *O tempo da história*, trad. Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989].

uma estranheza que é sua, homem do século XX. Por que essa diferença? O problema está colocado. Mas eu diria que a surpresa, o sentimento de desenraizamento, o distanciamento – esses grandes meios de conhecimento – tampouco deixam de ser necessários para compreender aquilo que está ao nosso redor, e tão próximo que não chegamos mais a enxergá-lo com nitidez. Viva em Londres durante um ano, e você verá que mal conhece a Inglaterra. Mas, por comparação, à luz de uma certa capacidade de se espantar, será possível compreender bruscamente alguns dos traços mais profundos e originais da França, exatamente aqueles que não eram conhecidos justo por serem conhecidos demais. Diante do atual, o passado também é desenraizamento.

Historiadores e *social scientists* poderiam, portanto, continuar eternamente nesse pingue-pongue que põe em jogo o documento morto e o testemunho colhido vivo, o passado longínquo e a atualidade próxima demais. Não creio que esse problema seja essencial. Presente ou passado se iluminam reciprocamente. E, quando se observa apenas a estrita atualidade, a atenção é atraída para aquilo que se move de forma rápida, que brilha falsamente ou não, ou para aquilo que acaba de mudar, ou que faz barulho, ou que se revela sem dificuldade. Todo um acontecimental, tão fastidioso quanto aquele das ciências históricas, espreita o observador apressado, o etnógrafo que permanece três meses em algum povoado polinésio, o sociólogo industrial que comunica os clichês de sua última investigação, ou que imagina apreender perfeitamente, com questionários hábeis e arranjos de fichas perfuradas, um mecanismo social. O social é um animal de caça bem mais arisco do que se supõe.

Na verdade, que interesse teríamos, nós, as ciências do homem, nos deslocamentos de uma jovem entre seu domicílio, localizado no 16º *arrondissement* da capital, a escola de seu professor de música e a faculdade de ciências políticas, de que fala uma vasta e ótima pesquisa sobre a região parisiense?[18] Com isso, podemos desenhar um belo mapa. Mas, se ela estudasse agronomia ou se praticasse esqui aquático, tudo teria sido diferente em seus deslocamentos triangulares. Regozijo-me ao ver, num mapa, a distribuição dos domicílios dos empregados de uma grande empresa. Mas, se eu não possuir um mapa anterior a essa distribuição, se a distância cronológica entre os dados levantados não for suficiente para permitir inscrever tudo isso num

18 P. Chombart de Lauwe, *Paris et l'agglomération parisienne*. Paris: PUF, 1952, t. I, p. 106.

verdadeiro e significativo movimento, onde fica a problemática da pesquisa, sem a qual toda investigação científica é inútil? O interesse dessas pesquisas pela pesquisa é, no máximo, o de acumular informações; e, ainda assim, elas poderão nem ser mais válidas *ipso facto* para trabalhos *futuros*. Desconfiemos da arte pela arte.

Duvido, do mesmo modo, que uma pesquisa sobre a cidade, seja ela qual for, possa ser objeto de uma investigação sociológica como ocorreu nos casos de Auxerre[19] e da cidade de Vienne, na região do Dauphiné,[20] sem que se inscreva na duração histórica. Toda cidade, sociedade em tensão com suas crises, suas rupturas, suas panes, seus cálculos, deve ser recolocada no complexo dos campos próximos que a rodeiam, e também no dos arquipélagos formados pelas cidades vizinhas, dos quais um dos primeiros a falar foi o historiador Richard Hapke; deve ser recolocada, portanto, no movimento, mais ou menos distanciado no tempo – frequentemente muito distanciado no tempo – que anima tal complexo. Caso se registre esta ou aquela troca entre campo-cidade, esta ou aquela rivalidade industrial ou comercial, é indiferente ou, pelo contrário, não é essencial saber se se trata de um movimento ainda recente e em pleno impulso ou de um movimento em curva final, ou ainda de uma ressurgência distante ou de um monótono recomeço?

Concluamos brevemente: Lucien Febvre, durante os dez últimos anos de sua vida, terá repetido: "História ciência do passado, ciência do presente". A história, dialética da duração, não é, a seu modo, a explicação do social em toda a extensão de sua realidade? E, portanto, a explicação do atual? Nesse campo, sua lição vale como uma advertência contra o acontecimento: não pensar apenas no tempo curto, não acreditar que apenas os atores que fazem ruído são os mais autênticos; há outros, que são silenciosos – mas quem ainda não sabia disso?

19 Suzanne Frère e Charles Bettelheim, *Une Ville française moyenne, Auxerre en 1950*. Paris: Armand Colin, "Cahiers des Sciences Politiques", n. 17, 1951.
20 Pierre Clément e Nelly Xydias, *Vienne-sur-le-Rhône. Sociologie d'une cité française*. Paris: Armand Colin, "Cahiers des Sciences Politiques", n. 71, 1955.

Talvez tenha sido um erro termos nos detido na fronteira agitada do tempo curto. Nela o debate ocorre, na verdade, sem grande interesse, pelo menos sem surpresa útil. O debate essencial é outro, e vamos encontrá-lo em nossos vizinhos, o que envolve a experiência da mais nova ciência social, sob o duplo signo da "comunicação" e da matemática.

Mas aqui não será fácil defender essa causa. Quero dizer com isso que será complicado provar que nenhum estudo social escapa ao tempo histórico, a partir de tentativas que, pelo menos aparentemente, se situam absolutamente fora dele.

Nessa discussão, em todo caso, é conveniente que o leitor, caso queira nos acompanhar (para nos dar sua aprovação ou para discordar de nosso ponto de vista), aprecie por sua vez, um a um, os termos de um vocabulário não inteiramente novo, é certo, mas retomado, rejuvenescido nas discussões mais recentes e que continua ainda sob os nossos olhos. Nada a acrescentar, evidentemente, quanto ao problema do acontecimento, ou quanto ao da longa duração. Tampouco grande coisa a dizer sobre as *estruturas*, embora essa palavra – e a própria coisa – não esteja a salvo de incertezas e discussões.[21] Também é inútil insistir demais nas palavras *sincronia* e *diacronia*; elas se definem por si mesmas, ainda que seu papel, num estudo concreto do social, não seja tão fácil de delimitar quanto parece. De fato, na linguagem da história (tal como a imagino), não há como existir sincronia perfeita: uma parada instantânea, suspendendo todas as durações, é em si quase absurda ou, o que dá no mesmo, muito fictícia; do mesmo modo, uma descida pela encosta do tempo só é concebível sob a forma de uma multiplicidade de descidas pelos diversos e incontáveis rios do tempo.

Essas breves referências e cuidados bastarão, por enquanto. Mas é preciso ser mais explícito no que diz respeito à *história inconsciente*, aos *modelos*, às *matemáticas sociais*. Esses comentários essenciais se reúnem em outra parte, ou – eu espero – não tardarão a se reunir numa problemática comum às ciências sociais.

21 Cf. "Colloque sur les structures". *VIe Section de l'École Pratique des Hautes Études*, resumo datilografado, 1958.

A *história inconsciente* é, entenda-se bem, a história das formas inconscientes do social. "Os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem."[22] A fórmula de Marx esclarece, porém não explica o problema. Na verdade, é com um novo nome, mais uma vez, que se recoloca para nós o problema do tempo curto, do "microtempo", do acontecimental. Os homens sempre tiveram a impressão, vivendo em seu tempo, de apreender seu desenrolar no dia a dia. Essa história consciente, clara, é abusiva, como já há muito tempo estão de acordo diversos historiadores? A linguística acreditava, ainda ontem, que poderia tirar tudo das palavras. A história, por sua vez, teve a ilusão de poder tirar tudo dos acontecimentos. Alguns de nossos contemporâneos acreditariam de bom grado que tudo é consequência dos acordos de Yalta ou de Potsdam, dos acidentes de Dien-Bien-Phu ou de Sakhiet-Sidi-Youssef, ou deste outro acontecimento, ainda mais importante, sem dúvida, que foi o lançamento dos *Sputniks*. A história inconsciente se desenrola além dessas luzes e de seus flashes. É preciso, portanto, reconhecer que existe, a uma certa distância, um inconsciente social. E, além de tudo, também é necessário admitir, na falta de explicação melhor, que esse inconsciente seja considerado mais rico, cientificamente, que a superfície reluzente à qual estão habituados nossos olhos; mais rico cientificamente quer dizer mais simples, mais fácil de explorar – se não mesmo de descobrir. Mas a partida entre a superfície clara e as profundezas obscuras – entre o ruído e o silêncio – é difícil, aleatória. Acrescentemos que a história "inconsciente", campo que é a metade do tempo conjuntural e, por excelência, do tempo estrutural, é amiúde mais nitidamente percebida do que se pretende dizer. Cada um de nós tem a sensação, além de sua própria vida, de uma história de massas cujo poder, cujas investidas se podem reconhecer bem melhor – é verdade – do que as leis que a regem ou a direção que toma. E essa consciência não data somente de ontem (e o mesmo no que diz respeito à história econômica), mesmo sendo, hoje, cada vez mais viva. A revolução – pois se trata de uma revolução no espírito – consistiu em abordar de frente essa semiobscuridade, em dar a ela um lugar cada vez mais amplo, ao lado, às vezes até mesmo em detrimento, do acontecimental.

Nessa prospecção, em que a história não se encontra sozinha (ao contrário, ela só fez seguir nesse domínio as ciências sociais, adaptando os pontos

22 Citado por C. Lévi-Strauss, op. cit., pp. 80-81.

de vista destas para seu próprio uso), novos instrumentos de conhecimento e investigação foram construídos: desse modo, temos os *modelos*, mais ou menos aperfeiçoados, às vezes ainda artesanais. Os modelos não passam de hipóteses, de sistemas de explicações solidamente ligados segundo a forma da equação ou da função: isto igual a isto, isto determina aquilo. Tal realidade não aparece sem que tal outra a acompanhe e, desta àquela, relações estreitas e constantes se revelam. O modelo estabelecido com cuidado permitirá, portanto, questionar, fora do meio social observado – a partir do qual ele foi, em suma, criado –, outros meios sociais da mesma natureza, através do tempo e do espaço. Esse é o seu valor recorrente.

Esses sistemas de explicação têm variações infinitas, de acordo com o temperamento, o cálculo ou o objetivo dos utilizadores: simples ou complexos, qualitativos ou quantitativos, estáticos ou dinâmicos, mecânicos ou estatísticos. Retomo de Claude Lévi-Strauss essa última distinção. Mecânico, o modelo seria da própria dimensão da realidade diretamente observada, realidade de pequenas dimensões, que só interessa a grupos minúsculos de homens (assim procedem os etnólogos a propósito das sociedades primitivas). Para as grandes sociedades, em que grandes números estão em jogo, o cálculo das médias se impõe: estas conduzem aos modelos estatísticos. Mas pouco importam essas definições, às vezes discutíveis!

O essencial, no que me diz respeito, é que, antes de estabelecer um programa comum para as ciências sociais, definam-se o papel e os limites do modelo, pois algumas iniciativas tendem a aumentá-los abusivamente. Daí a necessidade de confrontar também os modelos com a ideia de duração; pois da duração que eles implicam dependem muito estreitamente, em minha opinião, seu significado e seu valor explicativo.

Para ser mais claro, tomemos exemplos em meio a modelos históricos,[23] isto é, fabricados por historiadores, modelos bastante grosseiros, rudimentares, raramente concebidos no rigor de uma verdadeira regra científica e jamais preocupados em desembocar numa linguagem matemática revolucionária – modelos, todavia, ao modo deles.

---

23 Seria tentador conceder um lugar aos "modelos" dos economistas que, na verdade, estiveram no comando de nossa imitação.

Falamos anteriormente do capitalismo mercantil, entre os séculos XIV e XVIII; trata-se aí de um modelo, entre muitos, que se pode deduzir da obra de Marx. Ele só se aplica plenamente a uma dada família de sociedades, durante um dado tempo, caso deixe as portas abertas a todas as extrapolações.

Outra coisa se passa com o modelo de um ciclo de desenvolvimento econômico que esbocei num livro antigo,[24] a propósito das cidades italianas entre os séculos XVI e XVIII, ora de economia mercantil, ora "industriais", depois especializadas no comércio bancário; essa última foi a atividade mais lenta tanto em seu florescimento como em seu eclipse. Mais restrito, de fato, que a estrutura do capitalismo mercantil, esse esboço seria, mais facilmente que aquele outro, extensível em termos de duração e de espaço. Ele registra um fenômeno (alguns diriam uma estrutura dinâmica, mas todas as estruturas da história são, ao menos elementarmente, dinâmicas) apto a se reproduzir em certo número de circunstâncias passíveis de serem reencontradas com facilidade. Talvez se desse o mesmo com o modelo esboçado por Frank Spooner e por mim mesmo[25] sobre a história dos metais preciosos antes, durante e após o século XVI: ouro, prata, cobre – e crédito, esse substituto ágil do metal – são, eles também, jogadores; a "estratégia" de um pesa sobre a "estratégia" do outro. Não será difícil transportar esse modelo para fora do século privilegiado e especialmente movimentado que escolhemos para nossa observação, o século XVI. Pois não é que alguns economistas tentaram, particularmente em países subdesenvolvidos de hoje, verificar a velha teoria quantitativa da moeda, que é também, a seu modo, um modelo?[26]

Mas as possibilidades de duração de todos esses modelos ainda são breves, caso as comparemos com a duração do modelo imaginado por um jovem historiador e sociólogo americano, Sigmund Diamond.[27] Marcado pela dupla linguagem da classe dominante dos grandes centros financeiros americanos

---

24 Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949, pp. 264 ss. [ed. bras.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984].

25 F. Braudel e Frank Spooner, *Les Métaux monétaires et l'économie du XVI^e siècle. Rapports au Congrès international de Rome*, 1955, v. IV, pp. 233-64.

26 Alexandre Chabert, *Structure économique et théorie monétaire*. Paris: Armand Colin, publicação do "Centre d'Études économiques", 1956.

27 Sigmund Diamond, *The Reputation of the American Businessman*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1955.

contemporâneos de Pierpont Morgan, linguagem interna e linguagem externa (essa última, na verdade, é uma defesa diante da opinião pública, à qual o sucesso do homem de finanças é apresentado como o triunfo típico do *self-made man*, a condição do sucesso da própria nação), marcado por essa dupla linguagem, ele vê nela a reação habitual a toda classe dominante que sente seu prestígio abalado e seus privilégios ameaçados; assim, para mascarar as coisas, é preciso confundir a própria sorte com a da Cidade ou a da Nação, seu interesse particular com o interesse público. S. Diamond explicaria de bom grado, do mesmo modo, a evolução da ideia de dinastia ou de império, dinastia inglesa, Império Romano... O modelo assim concebido é, evidentemente, capaz de atravessar os séculos. Ele supõe certas condições sociais precisas, de que a história foi pródiga: é válido, então, por uma duração muito mais longa do que a dos modelos precedentes, mas, ao mesmo tempo, ele questiona realidades mais precisas, mais delimitadas.

No limite, como diriam os matemáticos, esse tipo de modelo poderia se colocar lado a lado com os modelos favoritos, quase intemporais, dos sociólogos matemáticos. Quase intemporais, isto é, na verdade, modelos que circulam pelas vias obscuras e inéditas da longuíssima duração.

As explicações precedentes não passam de uma introdução insuficiente à ciência e à teoria dos modelos. E falta aos historiadores ocupar nesse domínio posições de vanguarda. Seus modelos quase se reduzem a feixes de explicações. Nossos colegas, bem mais ambiciosos e avançados na pesquisa, têm tentado estabelecer relações com as teorias e as linguagens da informação, da comunicação ou das matemáticas qualitativas. O mérito de tais tentativas – que é grande – é o de acolher em seu campo essa linguagem sutil, a matemática, que, no entanto, não deixa de ser arriscada, pois à menor falta de atenção ela pode escapar ao controle e enveredar sabe Deus por que caminhos! Informação, comunicação, matemáticas sociais. Será preciso, segundo nossas possibilidades, fazermo-nos entender com clareza.

Por matemáticas sociais,[28] entendem-se ao menos três linguagens que podem se conjugar e que não excluem uma continuidade. As matemáticas ainda não esgotaram sua capacidade imaginativa. Em todo caso, não existe *uma* matemática, ou *a* matemática (ou então, isto é uma reivindicação). "Não se deve dizer a álgebra, a geometria, mas, sim, uma álgebra, uma geometria" (Th. Guilbaud), o que não simplifica nossos problemas, nem os deles. Três linguagens, portanto: a dos fatos de necessidade (um é dado, o outro segue), que é o campo das matemáticas tradicionais; a linguagem dos fatos aleatórios, desde Pascal, que é o campo do cálculo das probabilidades; enfim, a linguagem dos fatos condicionados, nem determinados, nem aleatórios, mas submetidos a certos condicionamentos, a certas regras do jogo, no eixo da "estratégia" dos jogos de Von Neumann e Morgenstern,[29] essa estratégia triunfante que não se limitou unicamente aos princípios e ousadias de seus fundadores. A estratégia dos jogos, pela utilização dos conjuntos, dos grupos e até do cálculo das probabilidades, abre a via às matemáticas "quantitativas". Desde então, a transição da observação à formulação matemática não se faz mais obrigatoriamente pela via difícil das medidas e dos extensos cálculos estatísticos. Da análise do social, pode-se passar diretamente a uma formulação matemática, à máquina de calcular, diremos.

Evidentemente, é preciso preparar a labuta desta máquina que não engole nem tritura todos os tipos de alimentos. Aliás, é em função de verdadeiras máquinas, de suas regras de funcionamento, para as *comunicações* no sentido mais material dessa palavra, que se esboçou e desenvolveu uma ciência da informação. O autor deste artigo não é de forma alguma um especialista nesses domínios difíceis. As pesquisas com vistas à fabricação de uma máquina de traduzir, mas que segui, ainda assim, mergulharam-me, como outros, num abismo de reflexões. No entanto, um duplo fato permanece: primeiro, que tais máquinas, tais possibilidades existem; segundo, que é preciso preparar o social para as matemáticas do social, que não são mais somente nossas velhas e costumeiras matemáticas: curvas de preços, de salários, de nascimentos...

28 Cf. especialmente C. Lévi-Strauss, *Bulletin International des Sciences Sociales*, Unesco, VI, n. 4, e, de modo mais geral, na íntegra, esse número de grande interesse intitulado *Les Mathématiques et les sciences sociales*.

29 *The Theory of Games and Economic Behaviour*. Princeton: Princeton University Press, 1944. Cf. a brilhante resenha de Jean Fourastié: *Critique*, n. 51, out. 1951.

Ora, se o novo mecanismo matemático muito amiúde nos escapa, a preparação da realidade social para seu uso, sua sondagem, seu recorte não podem burlar nossa atenção. O tratamento prévio, até aqui, tem sido quase sempre o mesmo: escolher uma unidade restrita de observação, por exemplo, uma tribo "primitiva", um *isolat*[30] demográfico em que seja possível examinar quase tudo e quase tudo tocar de perto; estabelecer, em seguida, entre os elementos distinguidos, todas as relações, todos os jogos possíveis. Essas relações rigorosamente determinadas fornecem as equações a partir das quais as matemáticas tirarão todas as conclusões e prolongamentos possíveis para chegar a um *modelo* que resuma ou, antes, leve em conta tudo isso.

Nesses domínios, abrem-se, evidentemente, mil possibilidades de pesquisa. Mas um exemplo terá maior valia que um longo discurso. Claude Lévi-Strauss apresenta-se, a nossos olhos, como um excelente guia; sigamo-lo, pois. Ele vai nos introduzir num setor dessas pesquisas que qualificaremos como o de ciências da *comunicação*.[31]

Escreve Claude Lévi-Strauss: "Em toda sociedade, a comunicação se opera em pelo menos três níveis: comunicação das mulheres; comunicação dos bens e dos serviços; comunicação das mensagens". Admitamos que se trate de *linguagens* diferentes, em níveis diferentes, porém de linguagens. A partir disso, não teríamos o direito de tratá-las como linguagens, ou até mesmo como *a* linguagem, e de associá-las, de maneira direta ou indireta, aos progressos sensacionais da linguística, ou melhor, da fonologia, que "não pode deixar de desempenhar, em relação às ciências sociais, o mesmo papel renovador que a física nuclear, por exemplo, desempenhou no conjunto das ciências exatas"?[32] Isso seria dizer muito, mas, às vezes, é preciso dizer muito. Como a história era presa da armadilha do acontecimento, a linguística era presa da armadilha das palavras (relação das palavras com o objeto, evolução histórica das palavras) e se libertou pela revolução fonológica. Aquém da palavra, ela se apegou ao esquema de som que é o fonema, indiferente desde então a seu sentido, mas atenta a seu lugar, aos sons que o acompanham, aos

30 Termo que designa um grupo étnico isolado, forjado sob o modelo de hábitat. [N. T.]
31 Todas as observações que seguem foram extraídas de *Anthropologie structurale*, op. cit.
32 Id., ibid., p. 326.

agrupamentos desses sons, às estruturas infrafonêmicas, a toda a realidade subjacente, *inconsciente*, da língua. Com base em algumas dezenas de fonemas que reencontramos em todas as línguas do mundo, o novo trabalho matemático se estabeleceu, e eis a linguística, pelo menos uma parte dela que, no decorrer destes últimos vinte anos, escapou ao mundo das ciências sociais para passar pelo "gargalo das ciências exatas".

Estender o sentido da linguagem às estruturas elementares do parentesco, aos mitos, ao cerimonial, às trocas econômicas é buscar essa via difícil, porém salutar, e é a proeza que realizou Claude Lévi-Strauss, inicialmente a propósito da troca matrimonial, essa linguagem primeira entre todas, essencial para as comunicações humanas, a tal ponto de não existirem sociedades, sejam elas primitivas ou não, em que o incesto, o casamento no interior da estreita célula familiar, não seja proibido. Uma linguagem, portanto. Subjacente a essa linguagem, ele procurou um elemento de base que correspondesse, se assim se pode dizer, ao fonema, esse elemento, esse "átomo" de parentesco do qual nosso guia faz um exame em sua tese de 1949,[33] reduzido à sua mais simples expressão: entenda-se o homem, a esposa, a criança, e depois o tio materno da criança. A partir desse elemento quadrangular e de todos os sistemas de casamentos conhecidos nesses mundos primitivos – e eles são numerosos –, os matemáticos procurarão as combinações e soluções possíveis. Com a ajuda do matemático André Weill, Lévi-Strauss conseguiu traduzir em termos matemáticos a observação do antropólogo. O modelo obtido deve provar a validade, a estabilidade do sistema, assinalar as soluções que esse último implica.

Vê-se qual é o andamento dessa pesquisa: ir além da superfície da observação para atingir a zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes, depois reduzir essa realidade em elementos miúdos, em finas pinceladas, idênticas, a partir das quais se possa analisar com precisão as relações. É nesse estágio "microssociológico (de um certo gênero, e sou eu que acrescento essa ressalva) que se espera perceber as leis de estrutura mais gerais, como o linguista descobre as suas no estágio infrafonêmico, e o físico, no intramo-

33 C. Lévi-Strauss, *Les Structures élémentaires de la parenté*. Paris: PUF, 1949 [ed. bras.: *As estruturas elementares do parentesco*, 3ª ed., trad. Mariano Ferreira. Rio de Janeiro: Vozes, 2003]. Cf. *Anthropologie structurale*, pp. 47-62.

lecular, isto é, no nível do átomo".[34] O jogo pode prosseguir, evidentemente, em outras direções. Assim, nada poderia ser mais didático do que ver Lévi-Strauss às voltas, agora, com os mitos; e, o que não deixa de ser divertido, com a cozinha (outra linguagem): ele reduzirá os mitos a uma série de células elementares, os *mitemas*; e reduzirá (sem, todavia, crer cegamente nisso) a linguagem dos livros de culinária em *gustemas*. A cada vez, ele está em busca de níveis existentes nas profundezas, níveis subconscientes: ao falar, eu não estou preocupado com os fonemas do meu discurso; à mesa, salvo exceção, tampouco me preocupo, culinariamente, com os "gustemas", caso os haja. E, a cada vez, entretanto, um jogo de relações sutis e precisas me acompanha. Pergunto-me se a última palavra da pesquisa sociológica não deveria ser esta: apreender essas relações simples e misteriosas, existentes sob todas as linguagens, para traduzi-las em alfabeto Morse, quero dizer, numa linguagem matemática universal? Essa é a ambição das novas matemáticas sociais. Mas talvez eu deva dizer, sem sorrir, que aí se trata de uma outra história?

Reintroduzamos agora a duração. Eu disse que os modelos eram de duração variável: eles valem pelo tempo que vale a realidade por eles registrada. E esse tempo, para o observador do social, é primordial, pois mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias.

Tenho comparado, às vezes, os modelos a navios. O interesse, para mim, uma vez que o navio foi construído, é lançá-lo à água, ver se ele flutua, então fazer com que se movimente para baixo e para cima, como eu quiser, nas águas do tempo. O naufrágio é sempre o momento mais significativo. Assim, a explicação que F. Spooner e eu imaginamos para os jogos entre os metais preciosos praticamente não me parece válida antes do século XV. Aquém dele, os choques dos metais são de uma violência que a observação ulterior não havia assinalado. Então, cabe a nós buscar a causa disso. Como é necessário ver por que, dirigindo-se no sentido da correnteza, a navegação de nossa nau tão simples se torna difícil, depois impossível, com o século XVIII e o aumento anormal do crédito. Para mim, a pesquisa deve ser impreterivelmente conduzida da realidade social ao modelo, depois deste àquela e assim por diante, por uma série

34 Id. *Anthropologie structurale*, op. cit., pp. 42-43.

de retoques, de viagens pacientemente refeitas. O modelo é, assim, ora tentativa de explicação da estrutura, ora instrumento de controle, de comparação, ora verificação da solidez e da própria vida de uma dada estrutura. Se eu fabricasse um modelo a partir do atual, gostaria de recolocá-lo imediatamente na realidade, depois de fazer com que voltasse no tempo, se possível, até seu nascimento. Depois disso, eu estimaria sua vida provável até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais. A menos que, servindo-me dele como de um elemento de comparação, eu o fizesse passear pelo tempo ou pelo espaço, em busca de outras realidades capazes de serem esclarecidas de modo inédito graças a ele.

Estaria eu errado ao pensar que os modelos das matemáticas qualitativas, tal como nos foram apresentados até aqui,[35] se prestariam mal a essas viagens, antes de tudo porque circulam em apenas uma das inúmeras rotas do tempo, a da longa, *longuíssima* duração, ao abrigo dos acidentes, das conjunturas, das rupturas? Voltarei, mais uma vez, a Claude Lévi-Strauss, porque sua tentativa, nesses domínios, parece-me a mais inteligente, a mais clara e também a mais bem enraizada na experiência social da qual tudo deve partir, e para a qual tudo deve retornar. Observemos que, a cada vez, ele questiona um fenômeno de extrema lentidão, quase intemporal. Todos os sistemas de parentesco se perpetuam porque não há vida humana possível para além de uma certa taxa de consanguinidade, e é preciso que um pequeno grupo de homens, para viver, abra-se para o mundo exterior: a proibição do incesto é uma realidade de longa duração. Os mitos, lentos em seu desenvolvimento, correspondem, eles também, a estruturas de extrema longevidade. É possível, sem se preocupar em escolher a mais antiga, colecionar versões do mito de Édipo, em que o problema consiste em arranjar as diversas variações e esclarecer, subjacente a elas, uma articulação profunda que as comanda. Mas suponhamos que nosso colega se interesse não por um mito, e sim por imagens, por interpretações sucessivas do "maquiavelismo", que ele busque elementos de base de uma doutrina bastante simples e muito difundida, a partir de seu lançamento real em meados do século XVI. A cada instante, aqui, quantas rupturas, quantas reviravoltas, até na própria estrutura do maquiavelismo, pois esse sistema não

35 Insisto: matemáticas qualitativas, segundo a estratégia dos jogos. Sobre os modelos clássicos como são elaborados pelos economistas, uma discussão diferente seria necessária.

tem a solidez teatral, quase eterna, do mito; ele é sensível aos incidentes e saltos, às intempéries múltiplas da história. Em uma palavra: ele não se encontra somente nas rotas tranquilas e monótonas da longa duração... Assim, o procedimento recomendado por Claude Lévi-Strauss, na pesquisa das estruturas matematizáveis, não se situa apenas no estágio microssociológico, mas também no encontro do que é infinitamente pequeno e da longuíssima duração.

De resto, as revolucionárias matemáticas qualitativas estariam condenadas a seguir unicamente as rotas da longuíssima duração? Nesse caso, haveríamos de encontrar, após esse jogo apertado, apenas verdades que são, além do que o desejado, aquelas do homem eterno. Verdades primeiras, aforismas da sabedoria das nações, dirão os espíritos melancólicos. Verdades essenciais, responderemos, e que podem esclarecer com nova luz as próprias bases da vida social. Mas esse não é todo o debate.

Não creio, na verdade, que se possa prosseguir nessas tentativas – ou em tentativas análogas – fora da longuíssima duração. O que foi fornecido pelas matemáticas sociais qualitativas não são números, e sim relações, relações que devem ser definidas com rigor suficiente para que se possa atribuir a elas um signo matemático a partir do qual serão estudadas todas as possibilidades matemáticas desses signos, eliminando-se até a preocupação com a realidade social que eles representam. Todo o valor das conclusões depende, pois, do valor da observação inicial, da escolha que isole os elementos essenciais da realidade observada e determine suas relações no seio dessa realidade. Concebe-se, a partir de então, a preferência das matemáticas sociais pelos modelos que Claude Lévi-Strauss chama de mecânicos, isto é, estabelecidos a partir de grupos estreitos em que cada indivíduo, por assim dizer, é diretamente observável e nos quais uma vida social muito homogênea permite definir de modo certeiro relações humanas, simples e concretas, pouco variáveis.

Os modelos chamados de estatísticos dirigem-se, ao contrário, às amplas e complexas sociedades em que a observação só pode ser conduzida graças às médias, isto é, às matemáticas tradicionais. Mas, uma vez estabelecidas essas médias, se o observador for capaz de estabelecer, na escala dos grupos, e não mais na dos indivíduos, as relações de base das quais falávamos e que são necessárias às elaborações das matemáticas qualitativas, nada impede, desde então, que se recorra àqueles modelos. Que eu saiba, ainda não houve tentativas desse tipo. Mas estamos no início das experiências. Por enquanto, quer se trate de psicologia, de economia, de antropologia, todas as experiências foram feitas no

sentido que defini a propósito de Lévi-Strauss. Mas as matemáticas sociais qualitativas não terão passado por sua prova definitiva enquanto não tiverem enfrentado uma sociedade moderna, seus problemas entrecruzados, suas diferentes velocidades de vida. Torçamos para que essa aventura tente algum de nossos sociólogos matemáticos; torçamos também para que ela provoque uma revisão obrigatória dos métodos até aqui observados pelas novas matemáticas, pois estas não podem se confinar àquilo que chamarei agora de duração demasiado longa: elas precisam reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações.

IV. TEMPO DO HISTORIADOR, TEMPO DO SOCIÓLOGO

Ao término de uma incursão na região das matemáticas sociais intemporais, eis-me de volta ao tempo, à duração. E, historiador incorrigível, espanta-me, mais uma vez, o fato de os sociólogos terem podido escapar dele. Mas é que o tempo deles não é o mesmo que o nosso: ele é bem menos imperioso, menos concreto também, e jamais se encontra no centro de seus problemas e de suas reflexões.

Na verdade, o historiador nunca sai do tempo da história: o tempo se cola a seu pensamento como a terra à pá do jardineiro. Ele sonha, claro, em escapar do tempo. Com a ajuda da angústia de 1940, Gaston Roupnel[36] escreveu palavras sobre isso que fazem qualquer historiador sincero sofrer. Também é esse o sentido de uma antiga reflexão de Paul Lacombe, outro historiador de grande classe: "O tempo nada é em si mesmo objetivamente, ele não passa de uma ideia nossa".[37] Mas seriam essas verdadeiras evasões? Pessoalmente, posso dizer que, no decorrer de um cativeiro moroso, lutei muito para escapar à crônica daqueles anos difíceis (1940-45). Recusar os acontecimentos e o tempo dos acontecimentos era se colocar à margem, ao abrigo, para olhá-los um pouco mais de longe, para melhor julgá-los e não crer demasiadamente neles. Do tempo curto, passar ao tempo menos curto e ao tempo muito longo (caso exista, esse último só pode ser o tempo dos sábios); depois, uma vez chegado

---

36 Gaston Roupnel, *Histoire et destin*. Paris: Bernard Grasset, 1943, passim, especialmente p. 169.
37 *Revue de Synthèse Historique*, 1900, p. 32.

ao término, considerar tudo novamente e reconstruir, e até mesmo olhar em volta de si mesmo: a operação tem com que tentar um historiador.

Mas essas fugas sucessivas não o jogam definitivamente para fora do tempo do mundo, do tempo da história, imperioso porque irreversível e porque ele decorre no mesmo ritmo que o da rotação da Terra. Na verdade, as durações que distinguimos são solidárias umas às outras: não é tanto a duração que é uma criação de nosso espírito, mas, sim, os retalhamentos dessa duração. Ora, tais fragmentos se juntam no final de nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimento se encaixam sem dificuldade, pois todos esses elementos se medem de acordo com uma mesma escala. E o fato de participar, na vida do espírito, de um desses tempos é participar de todos eles. O filósofo, atento ao aspecto subjetivo, interior, da noção de tempo, jamais sente o peso do tempo da história, de um tempo concreto, universal, tal qual o tempo da conjuntura que Ernest Labrousse esboça no limiar de seu livro[38] – como um viajante por toda a parte idêntico a si mesmo, que percorre o mundo, impõe as mesmas constrições, seja qual for o país em que desembarque, o regime político ou a ordem social que o rodeie.

Para o historiador, tudo começa, tudo acaba pelo tempo, um tempo matemático e demiúrgico, do qual seria fácil sorrir, tempo que é como que exterior aos homens, "exógeno", diriam os economistas, que os empurra, constrange-os, carrega seus tempos particulares de coloridos diversos: sim, o tempo imperioso do mundo.

Os sociólogos, claro, não aceitam essa noção simples demais. Eles estão muito mais próximos da *Dialéctique de la durée*, tal como a apresenta Gaston Bachelard.[39] O tempo social é simplesmente uma dimensão particular desta ou daquela realidade social que contemplo. Interior a essa realidade, assim como pode ser interior para diferentes indivíduos, o tempo é um dos signos – entre outros – de que se reveste a realidade, uma das propriedades que a marcam como um ser particular. O sociólogo não se incomoda com esse tempo complacente que ele pode cortar à vontade, represar, recolocar em movimento. O tempo da história

38 Ernest Labrousse, "Introduction", in *La Crise de l'économie française à la veille de la Révolution Française*. Paris: PUF, 1944.

39 *Dialectique de la durée*, 2ª ed. Paris: PUF, 1950 [ed. bras.: *A dialética da duração*, 2ª ed., trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1993].

prestar-se-ia menos, repito, ao duplo jogo ágil da sincronia e da diacronia: ele quase não permite imaginar a vida como um mecanismo cujo movimento podemos interromper, para apresentar, à vontade, uma imagem imóvel dele.

Esse desacordo é mais profundo ainda do que parece: o tempo dos sociólogos não pode ser o nosso; a estrutura profunda de nosso ofício de historiadores tem horror a ele. Nosso tempo é medido, como o dos economistas. Quando um sociólogo nos diz que uma estrutura só para de se destruir para se reconstituir, aceitamos de bom grado a explicação, que a observação histórica, de resto, confirma. Mas desejaríamos, no eixo de nossas exigências habituais, saber a duração precisa desses movimentos positivos ou negativos. Os ciclos econômicos, fluxo e refluxo da vida material, são passíveis de se medir. Uma crise estrutural social deve, da mesma forma, ser localizada no tempo, através do tempo, situar-se exatamente em si mesma e, mais ainda, em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente a um historiador é o entrecruzamento desses movimentos, sua intersecção e seus pontos de ruptura, coisas que só podem ser registradas em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não em relação ao tempo social multiforme, medida particular de cada um deles.

Essas reflexões à contracorrente, um historiador as formula, estando certo ou errado, mesmo quando penetra na sociologia acolhedora, quase fraterna, de Georges Gurvitch. Um filósofo[40] não o definia, ainda há pouco, como aquele que "encurrala a sociologia na história"? Ora, até mesmo no caso do pensamento de Gurvitch, o historiador não reconhece nem suas durações, nem suas temporalidades. O vasto edifício social (talvez devêssemos dizer o modelo?) de Georges Gurvitch se organiza segundo cinco arquiteturas essenciais:[41] os patamares em profundidade, as sociabilidades, os grupos sociais, as sociedades globais – os tempos, esse último andaime, o das temporalidades, o mais novo, e também o último a ter sido construído e como que acrescentado ao conjunto.

40 Gilles Granger, "Événement et structure dans les sciences de l'homme". *Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée*, série M, n. 1, pp. 41-42.

41 Cf. meu artigo, sem dúvida, por demais polêmico, "Georges Gurvitch et la discontinuité du social". *Annales ESC*, 3, 1953, pp. 347-61.

As temporalidades de Georges Gurvitch são múltiplas. Ele distingue toda uma série delas: o tempo de longa duração e em "câmara" lenta, o tempo *trompe-l'œil* ou tempo-surpresa, o tempo de batidas irregulares, o tempo cíclico ou de dança sem sair do lugar, o tempo atrasado em relação a si mesmo, o tempo de alternância entre atraso e adiantamento, o tempo adiantado em relação a si mesmo, o tempo explosivo...[42] Como poderia o historiador se deixar convencer? Com toda essa gama de cores, seria para ele impossível reconstituir a luz branca, unitária, que lhe é indispensável. Ele também percebe rapidamente que esse tempo camaleão marca, sem mais, com um retoque de cor, as categorias anteriormente distinguidas. Na cidade do nosso amigo, o tempo, que foi o último a chegar, se instala com toda a naturalidade na casa dos outros; ele se instaura na dimensão desses domicílios e de suas exigências, segundo os "patamares", as sociabilidades, os grupos, as sociedades globais. É uma maneira diferente de reescrever, sem modificar, as mesmas equações. Cada realidade social engendra seu tempo ou suas escalas de tempo, tal como simples conchas. Mas o que nós, historiadores, ganhamos com isso? A imensa arquitetura dessa cidade ideal permanece imóvel. A história está ausente dela. O tempo do mundo, o tempo histórico está presente nela, mas, como o vento em Éolo, encerrado numa pele de bode. Não é contra a história que estão os sociólogos, por fim e inconscientemente, mas sim contra o tempo da história – essa realidade que é violenta, mesmo que tentemos acomodá-la, diversificá-la. O historiador jamais escapa a essa sujeição, ao passo que os sociólogos quase sempre se veem livres dela: eles se evadem, seja no instante, sempre atual, como que suspenso acima do tempo, seja nos fenômenos de repetição que não pertencem a época alguma; portanto, por meio de um procedimento oposto do espírito, que os limita quer no mais estrito nível dos acontecimentos, quer na duração o mais longa possível. É lícita essa evasão? Aí reside o verdadeiro debate entre historiadores e sociólogos, inclusive contando com historiadores de opiniões diversas.

42 Cf. Georges Gurvitch, *Déterminismes sociaux et liberté humaine*. Paris: PUF, 1955, pp. 38-40 e passim [ed. bras.: *Determinismos sociais e liberdade humana*, trad. Heribaldo Dias da Costa. Rio de Janeiro: Forense, 1968].

Não sei se este artigo demasiado claro e, segundo o costume dos historiadores, bastante sustentado por exemplos, terá a anuência dos sociólogos e de nossos outros vizinhos. Duvido. Em todo caso, quase não parece útil repetir, à guisa de conclusão, seu *leitmotiv* exposto com insistência. Se a história é chamada, por natureza, a dedicar atenção especial à duração, a *todos* os movimentos entre os quais a mesma pode se decompor, a longa duração nos parece, nesse leque, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais. É pedir muito a nossos vizinhos desejar, em dado momento de suas reflexões, trazer para esse eixo suas constatações ou suas pesquisas?

Para os historiadores, que não terão todos a mesma opinião que eu, decorreria disso uma inversão de coisas: é rumo à história curta que se dirige instintivamente a preferência deles. Esta tem a cumplicidade dos sacrossantos programas da universidade. Jean-Paul Sartre, em artigos recentes,[43] reforça o ponto de vista deles quando, querendo se insurgir contra aquilo que, no marxismo, é ao mesmo tempo simples e por demais pesado, protesta em nome do biográfico, da realidade exuberante do acontecimental. Nem tudo estará dito quando tivermos "situado" Flaubert como um burguês, ou Tintoretto como um pequeno-burguês. Concordo plenamente com isso. Mas, a cada vez, o estudo do caso concreto – Flaubert, Valéry, ou da política externa da Gironda – conduz finalmente Jean-Paul Sartre para o contexto estrutural e profundo. Essa pesquisa vai da superfície às profundezas da história e converge com minhas próprias preocupações. Ela estaria ainda mais associada, caso a ampulheta fosse virada de cabeça para baixo nos dois sentidos – do acontecimento à estrutura e, depois, das estruturas e dos modelos ao acontecimento.

O marxismo é uma multidão de modelos. Sartre protesta contra a rigidez, o esquematismo, a insuficiência do modelo, em nome do particular e do individual. Protestarei também como ele (com algumas nuances), não contra o modelo, mas, sim, contra a utilização que se faz dele, que alguns acreditaram estar autorizados a fazer. O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, vem do fato de ele ter sido o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e isso a partir da longa duração histórica. Trataram depois de fixar

43 Jean-Paul Sartre, "Fragment d'un livre à paraître sur le Tintoret". *Les Temps Modernes*, nov. 1957, bem como o artigo citado anteriormente.

esses modelos em sua simplicidade, atribuindo-lhes valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável em todos os lugares, a todas as sociedades. Ao passo que, se fossem trazidos para os rios cambiantes do tempo, sua trama seria evidenciada, pois ela é sólida e bem tecida, ela reaparece incessantemente, mas, a cada vez, matizada, ora esfumada, ora recolorida pela presença de outras estruturas, suscetíveis, também elas, de serem definidas por outras regras e, portanto, por outros modelos. Assim foi limitado o poder criativo da mais poderosa análise social do século XIX. Ela só poderia readquirir força e juventude na longa duração... Seria preciso acrescentar ainda que o marxismo atual me parece a própria imagem do perigo que espreita toda ciência social fascinada pelo modelo em estado puro, do modelo pelo modelo?

O que eu também gostaria de sublinhar, para concluir, é que a longa duração é apenas uma das possibilidades de linguagem comum com vistas a uma confrontação das ciências sociais. Há outras. Assinalei, bem ou mal, as tentativas das novas matemáticas sociais. As novidades me seduzem, mas as antigas, cujo triunfo é manifesto na economia – talvez a mais avançada das ciências do homem –, não merecem nenhuma reflexão desiludida. Imensos cálculos nos esperam nesse domínio clássico, porém há equipes de calculadores e máquinas de calcular cada dia mais aperfeiçoadas. Creio na utilidade das estatísticas de longo alcance, na necessária aplicação desses cálculos e pesquisas a um passado cada vez mais longínquo. O século XVIII europeu, em sua integralidade, está repleto de nossos canteiros de obra, assim como o século XVII e, mais ainda, o XVI. Estatísticas de um alcance incrível nos abrem, graças a sua linguagem universal, as profundezas do passado chinês.[44] Sem dúvida, a estatística simplifica para melhor conhecer. Mas toda ciência vai do complicado ao simples.

Uma última linguagem não deve, todavia, ser esquecida, uma última família de modelos, na verdade: a redução necessária de toda realidade social ao espaço que ocupa. Digamos a geografia, a ecologia, sem nos deter demais nessas diferenças de vocabulário. A geografia se pensa, muito frequentemente, como um mundo em si, e isso é uma pena. Ela precisaria de um Vidal de la Blache, que, nesse caso, em vez de pensar tempo e espaço, pensasse espaço e realidade social.

44 Otto Berkelbach van der Sprenkel, "Population Statistics of Ming China". BSOAS, 1953; Marianne Rieger, "Zur Finanz-und Agrargeschichte der Ming-Dynastie 1368-1643". *Sinica*, 1932.

É aos problemas de conjunto das ciências humanas que, a partir de então, seria dada a primazia na pesquisa geográfica. Ecologia: utilizar essa palavra, para o sociólogo, é uma maneira de não dizer geografia – ainda que ele não o confesse sempre – e, assim, de se esquivar dos problemas apresentados pelo espaço e, mais ainda, daqueles que o espaço revela à observação atenta. Os modelos espaciais são mapas em que a realidade social se projeta e parcialmente se explica, modelos de verdade para todos os movimentos da duração (e sobretudo os da longa duração), para todas as categorias do social. Mas a ciência social, espantosamente, ignora-os. Pensei muitas vezes que uma das superioridades francesas nas ciências sociais era essa escola geográfica de Vidal de la Blache, e nós ficaríamos desconsolados se víssemos traídos seu espírito e suas lições. É preciso que todas as ciências sociais, cada qual por sua vez, abram espaço para uma "concepção (cada vez mais) geográfica da humanidade",[45] a que nos exortava Vidal de la Blache já em 1903.

Do ponto de vista prático – pois este artigo tem um objetivo prático –, gostaria que as ciências sociais parassem provisoriamente de discutir tanto sobre suas recíprocas fronteiras, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura... Que elas antes procurem traçar, por meio de nossas pesquisas, as linhas, caso existam, que possam orientar uma pesquisa coletiva, e também os temas que permitam atingir uma primeira convergência. Tais linhas, pessoalmente nomeio-as assim: matematização, redução ao espaço, longa duração... Mas sinto-me curioso para conhecer aquelas que seriam propostas por outros especialistas. Pois este artigo – é preciso dizê-lo – não foi publicado por acaso na seção "Débats et Combats".[46] Ele pretende propor, e não resolver, problemas que, infelizmente, fazem com que cada um de nós – no que diz respeito àquilo que não é sua própria especialidade – fique exposto a riscos evidentes. Essas páginas são um apelo à discussão.

Publicado originalmente como "Histoire et sciences sociales: la longue durée", *Annales ESC*, vol. 13, n. 4, out.-dez. 1958, seção "Débats et Combats". E incluído posteriormente na coletânea *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969. Tradução de Flávia Nascimento.

45 P. Vidal de la Blache, *Revue de Synthèse Historique*, 1903, p. 239.
46 "Debates e combates", seção bastante conhecida dos *Annales*.

JACQUES LE GOFF e PIERRE NORA

3. APRESENTAÇÃO A *FAIRE DE L'HISTOIRE*

Pelo título desta obra (tomado de empréstimo),[1] será possível, desde já, compreender o que ela não é.

Ela não é um panorama da história atual. Primeiro, porque não tem a ambição de fornecer um apanhado completo da produção histórica, nem do campo da história. Hoje em dia, o domínio da história não tem limites, e sua expansão se opera segundo linhas ou zonas de penetração que deixam entre elas espaços esgotados ou terrenos baldios: concentramo-nos apenas nos avanços, já obtidos por muitos historiadores, dos quais damos aqui alguns exemplos. E, depois, porque este livro tampouco é um olhar lançado de fora sobre a produção histórica, mas um ato engajado na reflexão e na pesquisa dos historiadores.

Obra coletiva e diversa, ela pretende, todavia, ilustrar e promover um novo tipo de história. Não a de uma equipe ou escola. Se nos autores, ou no espírito da obra, foi encontrada a marca frequente da pretendida Escola dos *Annales*, é porque a Nova História deve muito a Marc Bloch, a Lucien Febvre, a Fernand Braudel e àqueles que os continuam, na inovação; mas não há aqui qualquer ortodoxia, mesmo que fosse a mais aberta.

Numa obra que busca escapar das limitações e das tomadas de posição,

---

1 Cf. Michel de Certeau, "Faire de l'histoire". *Recherches de Science Religieuse*, t. LVIII, 1970, pp. 481-520.

ninguém deve se surpreender por encontrar – com uma única exceção que quase não é exceção – apenas autores franceses. Ainda que os historiadores franceses desempenhem um papel fundamental na renovação da história, o que justifica em parte nossa escolha, seria paradoxal que uma obra cujo espírito se esforça por dar as costas ao eurocentrismo, que tanto marcou no passado a história, caia na armadilha do nacionalismo. Fomos guiados por uma preocupação com a coerência. Mesmo oriundos de horizontes diversos e pertencentes a gerações diferentes, os autores aqui reunidos deixam transparecer a convergência de suas formações, preocupações e perspectivas vizinhas.

Em uma coleção que reivindica o esmigalhamento atual da história e assume a coexistência de tipos igualmente válidos de história, não se buscou, entretanto, justificar aqui o disparate, pela justaposição de amostras dessas diversas histórias; ao contrário, o que se desejou foi mostrar as articulações entre os caminhos da pesquisa histórica hoje. As disciplinas básicas da ciência atual passam por uma profunda mutação, as técnicas intelectuais fundamentais sofrem uma perturbação decisiva. A linguística e a matemática atuais são chamadas *modernas*, epíteto recusado à história pelo fato de, tradicionalmente, ela designar um período, e não um tipo de história; há, paralelamente, uma *nova* história. É a que se quer apresentar aqui.

Parece-nos que a novidade se associa a três processos: *novos problemas* questionam a história por si mesma; *novas abordagens* modificam, enriquecem, abalam setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história.

O que força a história a se redefinir é, antes de mais nada, a tomada de consciência, por parte dos historiadores, do relativismo dessa ciência. Ela não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Esse caráter singular de uma ciência que possui um único termo tanto para seu objeto como para si mesma, que oscila entre a história vivida e a história construída, a história sofrida e fabricada, obriga os historiadores, que se tornaram conscientes dessa relação original, a se questionar novamente sobre os fundamentos epistemológicos da sua disciplina.

A história suporta também a agressão das ciências sociais em que reina a quantificação, como a demografia ou a economia. Ela se torna um laboratório de experimentos para as hipóteses dessas disciplinas. Deve abandonar o impressionismo pelo rigor estatístico e se reconstruir a partir de dados enumeráveis,

quantificáveis, da documentação. Agindo assim, não se trata, para a história, de se distanciar de um humanismo fundado, desde a Idade Média, ou mesmo da Antiguidade grega, sobre o qualitativo, mas de avaliar os benefícios e riscos de uma subordinação ao mensurável, o qual pode comportar tanto empobrecimento e mutilações, como consolidações e enriquecimento.

A Nova História, que recusa mais resolutamente do que nunca a filosofia da história e que não se reconhece em Vico, nem em Hegel, Croce e, ainda menos, em Toynbee, não mais se contenta, no entanto, com as ilusões da história positivista e, para além da crítica decisiva do fato ou do acontecimento históricos, volta-se para uma tendência conceitualizante que se arrisca a arrastá-la para algo diferente dela mesma, quer se trate das finalidades marxistas, das abstrações weberianas ou das intemporalidades estruturalistas.

Aqui se manifesta a maior provocação à qual deve responder a nova história, a das outras ciências humanas. O campo que ela ocupava sozinha como sistema de explicação das sociedades pelo tempo foi invadido por outras ciências cujas fronteiras são mal definidas, as quais podem chegar a absorvê-la e dissolvê-la. A etnologia exerce a atração mais sedutora, e, recusando a primazia do escrito e a tirania do acontecimento, ela puxa a história no rumo da história lenta, quase imóvel, da longa duração braudeliana. Ela reforça a tendência da história para mergulhar no cotidiano, no ordinário, no universo dos "pequenos".

Os sistemas mais seguros de explicação histórica voltam a ser questionados por essa dilatação do campo da história. A mais global e coerente das visões sintéticas da história – no duplo sentido da palavra –, o marxismo, sofre o assédio das novas ciências humanas. A história social se prolonga na história das representações sociais, das ideologias, das mentalidades. Ela descobre aí um jogo complexo de interações e defasagens que torna impossível um recurso simplista às noções de infraestrutura e de superestrutura.

Enfim, a provocação mais grave infligida à história tradicional é, sem dúvida, aquela esboçada pela nova concepção de uma história contemporânea, que busca a si mesma através das noções de história imediata ou do presente que, recusando-se a reduzir o presente a um passado incontido, questiona novamente a definição bem estabelecida da história como ciência do passado.

Ao lado dessas contestações maiores, a Nova História se faz por meio dos aprofundamentos ou enriquecimentos que não questionam a problemática fundamental de certos setores históricos. Trata-se, quase sempre, de uma ten-

dência dos objetos parciais a se constituírem em totalidades. A arqueologia moderna transforma as escavações em grade de leitura de sistemas de objetos. A história econômica se trama em torno de noções como a de crise, que permitem reencontrar, através da conjuntura, o arranjo e o mecanismo de um conjunto. Ou então ela é ultrapassada pela integração da história econômica serial a uma globalidade em que interferem o político, o psicológico, o cultural. Do mesmo modo, a história demográfica complica seus modelos recolocando-os em conjuntos de mentalidades e de sistemas culturais. As histórias religiosa, literária, das ciências, política e da arte também mudam de trajetória tomando o rumo de uma história total, focalizando conceitos globalizantes: o sagrado, o texto, o código, o poder, o monumento.

Enfim, a história se afirma como nova anexando a si mesma novos objetos que até aqui lhe escapavam e permaneciam fora de seu território. A bulimia atual da história poderia ter nos levado a multiplicar os exemplos. Lamentando o fato de não ter sido possível apresentar objetos típicos dos novos apetites da história, limitamo-nos a uma amostragem significativa. Foram, assim, retidos alguns objetos paradoxais, quer por sua aparente intemporalidade – tais como o clima, o corpo, o mito, a festa –, por sua inclinação para uma história imóvel ou oculta – tais como a mentalidade, os jovens –, por seus elos com novas ciências e seu desvio rumo à história – o inconsciente da psicanálise, a língua da linguística moderna, a imagem cinematográfica, as sondagens de opinião pública –, por sua trivialidade recentemente promovida a história – como a cozinha, que fornece, a um só tempo, um testemunho sobre dois setores de importância crescente no campo da história, o da civilização material e o das técnicas –, ou, enfim, pela escandalosa mudança de perspectiva a que são submetidos – como é o caso do livro, considerado um produto de massa e não como produção de elite, exemplo especial da revolução quantitativa na história.

Seria possível concluir, a partir dessa breve apresentação, que a nova história é uma vítima das outras ciências humanas, das quais estaria sofrendo uma invasiva e destruidora agressão. Existe ainda um território do historiador? A história cria ilusões pelo fato de anexar a si mesma, por definição, o domínio de experimentação do humano, o tempo? Para além da diversidade das histórias coexistentes, há ainda *uma* História, a História?

A história – e este livro deve expressá-lo – conhece, todavia, hoje, uma dilatação inusitada, e, da confrontação com as ciências suas irmãs, ela sai quase sempre reencontrada graças à solidez de seus métodos bem testados, a seu enraizamento na cronologia, à sua realidade. Se um perigo a ameaça, este é, sobretudo, o de se perder nessa tendência aventureira, com frequência demasiadamente feliz. Podemos nos perguntar se o tempo das aberturas – que este livro gostaria de mostrar em sua triunfante conquista – não vai ceder lugar a um tempo do refluxo e da redefinição discreta. O progresso das ciências se faz tanto pelos cortes como pela extensão, se não mais por essa última. A história talvez esteja à espera de seu Saussure.

A nova história, e isto deve se perceber aqui, afirma-se, em todo caso, na consciência de sua sujeição a suas condições de produção. Não é sem razão que ela se interessa cada vez mais por si mesma e que atribui um lugar cada vez maior e privilegiado à história da história. Produto, ela se interroga também sobre seu produtor, o historiador. Esse aventureiro, esse decodificador, esse conquistador que é o historiador moderno, encontra-se pouco à vontade em sua pele. Mais e mais especializado, ele no entanto não atingiu uma tecnicidade que, por um lado, possa colocá-lo ao abrigo da promiscuidade dos vulgarizadores de baixo nível, dos escrevinhadores de historietas, e, por outro, venha alçá-lo ao prestígio dos novos heróis científicos do segundo século XX, aqueles que manejam o átomo, a fórmula mágica, aqueles coroados pelo prêmio Nobel. Ele não pode mais ser Michelet, modelo desesperador tanto pelo melhor como pelo pior, gigante de pés de barro; e não pode (ainda?) ser Einstein. Homem do ofício (Marc Bloch fez do ofício de historiador um programa), ele é sempre demais e, mais ainda, um homem da arte.

Mas o essencial, hoje, não é sonhar com um prestígio do passado ou do futuro. O que importa é saber fazer a história que é necessária agora. Ciência do domínio do passado e consciência do tempo, ela ainda deve se definir como ciência da mudança, da transformação. Por isso esta obra quer ser algo a mais e algo diverso de um balanço, um diagnóstico da situação da história no centro de nosso presente. Ela pretende mostrar os caminhos em que se engaja e deve engajar-se o historiador vindouro. E, mais do que apontar a maneira pela qual se faz a história, este trabalho tem a ambição de dar esclarecimentos sobre a história a ser feita.

Publicado originalmente como "Présentation", in Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.), *Faire de l'histoire*. Nouveaux problèmes. Paris: Gallimard, 1974, v. 1. Tradução de Flávia Nascimento.

JACQUES LE GOFF

4. A HISTÓRIA NOVA

Há vinte anos, assiste-se a uma renovação profunda no domínio científico. Não apenas a maioria das ciências manifesta essa aceleração da história que se tornou banal constatar, como o recorte do saber passou a evoluir de forma rápida. A reflexão epistemológica – e até mesmo a moda do termo "epistemologia" é significativa – desenvolve-se em extensão e em profundidade. Essa comoção afeta especialmente um conjunto de ciências cujo reconhecimento como entidade científica já é uma novidade considerável: as ciências humanas, ou ciências do homem, como se diz na França, conforme a terminologia universitária consagrada em 1957 (faculdades de letras e ciências humanas), ou, segundo o uso anglo-saxão, as ciências sociais. Três fenômenos marcam essa emergência de um novo campo do saber:

1. A afirmação tanto de ciências francamente novas como das existentes há diversas décadas, mas que transpõem a soleira da vulgarização universitária: sociologia, demografia, antropologia (em substituição à etnologia), etologia, ecologia, semiologia, futurologia etc.
2. A renovação, tanto no nível da problemática como no do ensino – ou em ambos –, das ciências tradicionais, mutação que se manifesta em geral pelo acréscimo do epíteto "nova", ou "moderna": linguística moderna, *New Economic History*, sendo o exemplo mais evidente o das matemáticas modernas, este último situando-se fora do domínio das ciências humanas.

3. A interdisciplinaridade, que se traduz pelo aparecimento de ciências compósitas que unem duas ciências por meio de um substantivo e um epíteto: história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica, ou então por meio da criação de um neologismo híbrido: psicolinguística, etno-história etc. Essa interdisciplinaridade chegou até a levar ao nascimento de ciências que transgridem as fronteiras entre as ciências humanas e as ciências naturais ou biológicas: matemáticas sociais, psicofisiologia, etnopsiquiatria, sociobiologia etc.

O LUGAR ORIGINAL DA HISTÓRIA

Nesse campo renovado, uma ciência ocupa uma posição original: a história. Há uma *história nova*, e um de seus pioneiros, Henri Berr, já empregava esse termo em 1930.[1] E esse lugar original da história deve-se a duas características essenciais: sua renovação integral e o enraizamento de sua mutação em antigas e sólidas tradições. Muitas ciências se modernizaram num setor específico de seu campo, sem que todo ele fosse por isso modificado. Assim, a geografia foi uma das primeiras ciências humanas a se renovar, graças ao desenvolvimento da geografia humana. Depois de Vidal de la Blache, Jean Brunhes (1869-1930), Albert Demangeon (1872-1940) e Jules Sion (1878-1940) foram os promotores de uma geografia ciência do homem, ciência dos homens, como se intitula a si própria, desde seus primórdios, a história nova. A influência desses geógrafos sobre os mestres da história nova, Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel (cuja cátedra de orientação na VIª seção da École Pratique des Hautes Études se intitulava, desde sua criação, em 1947, "história geográfica"), foi tamanha que esse precedente devia ser mencionado aqui. Um Lucien Febvre nunca deixou de sublinhar essa aliança da geografia humana com a história nova, como fez, por exemplo, no necrológio consagrado a Jules Sion e Albert Demangeon,[2] ocasião em que lembrou as palavras de Sion exigindo do geógrafo que "conheça o ofício do historiador", e afirmando que é preciso pensar como historiador tanto quanto como geógrafo; ou ainda durante a celebração de Marc Bloch, a propósito do qual Febvre declarou: "[...] como muitos dentre nós, da mesma idade que ele ou mais velhos, ele sofrera a forte influência dessa geografia que um mestre poderoso e cheio de astúcia, Vidal de la Blache, tinha acabado de elevar ao posto de disciplina nutriz".[3] Um mesmo Lucien Febvre que, em *A Terra e a evolução humana, introdução geográfica à história*,[4] abre para a história nova a busca simultânea do espaço e do tempo, que Maurice Lombard, por sua vez, introduzirá na história do mundo muçulmano.[5]

Daí a importância da cartografia para a história nova, grande produtora e consumidora de mapas, não de simples mapas de referência ou de ilustração, e sim de mapas de pesquisa e explicação, justificados pelo desejo da longa duração inscrita no espaço, de quantificação (encarnada nas localizações) e de hipóteses explicativas sugeridas pelas correlações entre fenômenos em áreas que se confundem ou que discordam entre si. Mas eis aí um questionamento, pela história, de uma geografia despojada de todo determinismo. Em *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*[6], Marc Bloch mostrou a história em ação na modelagem das paisagens e dos sistemas de cultivo. A vegetação de tipo *bocage* não é um produto do solo, mas sim uma criação dos homens.

TODA FORMA DE HISTÓRIA NOVA É UMA TENTATIVA DE HISTÓRIA TOTAL

Mas a história não se contentou em abrir para si mesma, aqui ou acolá, novos horizontes, novos setores. Claro, um Pierre Goubert abre para a história nova o campo da demografia histórica, a abordagem, do nascimento até a morte, de cada indivíduo, de cada família de uma região durante um século, graças ao exame minucioso dos registros paroquiais.[7] E Nathan Wachtel,

---

1 Henri Berr, na *Revue de Synthèse Historique*, t. 50, p. 19, em que o adjetivo "nova" refere-se ao movimento da *New History*, lançado em 1912 nos Estados Unidos [ver apêndice, neste volume, pp. 524-39], e sobretudo a Harry Elmer Barnes, que publicou em 1919 *Psychology and History* e apresentou o movimento em *The New History and the Social Sciences* (1925).

2 Lucien Febvre, "Deux amis géographes". *Annales d'Histoire Sociale*, III, 1941; retomado em *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

3 Id., "Marc Bloch et Strasbourg", in *Mémorial des années 1939-1945*. Estrasburgo: Faculté des Lettres, retomado em *Combats pour l'histoire*, op. cit.

4 Id., *La Terre et l'évolution humaine*. Paris: Albin Michel, 1922.

5 Maurice Lombard, *L'Islam dans sa première grandeur (VIIIᵉ-XIᵉ siècles)*. Paris: Flammarion, 1971, primeira parte: "Les Terrains de l'Islam, espaces et réseaux".

6 Marc Bloch, *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1931.

7 Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Paris: SEVPEN, 1960 (reeditado com o título *Cent mille provinciaux au XVIIᵉ siècle*. Paris: Flammarion, 1968).

com seu *La Vision des vaincus*,[8] modelo e obra-prima de história nova, dilata essa história às dimensões sem fronteiras da etno-história. Mas a história nova não se contenta com esses avanços. Ela se afirma como história global, total, e reivindica a renovação de todo o campo da história. Aliás, de um modo ou de outro, as obras pioneiras num setor da história nova afirmam sua ambição para além de toda especialização. Tais obras – o *Beauvaisis* de Goubert e *La Vision des vaincus* de Wachtel constituem bons exemplos – são livros de história total em que uma sociedade é estudada e apresentada em seu todo. A esse propósito, o estudo *Montaillou, village occitan: 1294-1324*, de Emmanuel Le Roy Ladurie,[9] obra-prima da antropologia histórica, manifesta claramente o desejo de totalização da história nova, que é, sem dúvida, expresso de modo mais eloquente pelo termo "antropologia histórica", substituto dilatado de "história". Toda forma de história nova – que se manifesta como tal – que se abriga sob o estandarte de uma etiqueta aparentemente parcial ou setorial, quer se trate da história sociológica de Paul Veyne[10] ou da história psicanalítica de Alain Besançon,[11] é na verdade uma tentativa de história total, hipótese global de explicação das sociedades grega e romana da Antiguidade ou da Rússia do século XIX, e até mesmo do século XX.

Já quanto ao título dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundados em 1929, Lucien Febvre diria que os dois epítetos, e especialmente o qualificativo "social", tinham sido escolhidos por Marc Bloch e pelo próprio Febvre em razão de seu caráter vago, que englobava toda a história:

> Sabíamos muito bem que "social", notadamente, é um desses adjetivos utilizados para dizer muitas coisas no decorrer de períodos diferentes, e que, assim, tal palavra não quer dizer quase mais nada [...]. Estávamos de acordo em pensar que, precisamente, uma palavra tão vaga quanto "social" parecia ter sido criada e posta no mundo por um decreto nominativo da Providência histórica, para servir de insígnia a uma revista que pretendia não se rodear de muralhas...

8 Nathan Wachtel, *La Vision des vaincus*. Paris: Gallimard, 1971.

9 Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*. Paris: Gallimard, 1975 [ed. bras.: *Montaillou, povoado occitânico: 1294-1324*, trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997].

10 Paul Veyne, *Le Pain et le cirque, sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Seuil, 1976.

11 Alain Besançon, *Le Tsarévitch immolé*. Paris: Plon, 1967.

> Não há história econômica e social. Há uma história, simplesmente, em sua unidade: a história que é social, toda ela, por definição.[12]

A HISTÓRIA NOVA AMPLIOU O CAMPO DO DOCUMENTO HISTÓRICO

A segunda originalidade da história nova vem, de fato, de ela se apoiar numa longa e sólida tradição. A história nova nasceu, em grande parte, de uma revolta contra a história positivista do século XIX, tal como esta fora definida por algumas obras de método por volta de 1900.[13] No entanto, uma parte das aquisições técnicas do método positivista em história permanece válida. Foi Marc Bloch quem escreveu, não sem algum exagero, a propósito de Mabillon, o pai da história erudita que triunfaria no século XIX com a École des Chartes, e por muito tempo o bastião da história tradicional no século XX: "Naquele ano – 1681, ano da publicação da obra *De Re Diplomatica*, na verdade uma grande data na história do espírito humano –, a crítica dos documentos de arquivos foi definitivamente fundada".[14] A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substitui a história de Langlois e de Seignobos, essencialmente baseada em textos e em documentos escritos, por uma história fundamentada numa ampla variedade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos iconográficos, resultados de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme ou, quando se trata de um passado mais longínquo, vestígios de pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são documentos de primeira ordem para a história nova.[15] Mas os métodos de crítica desses novos documentos se calcaram mais ou menos em métodos aprimorados pela erudição dos séculos XVII, XVIII

12 M. Bloch, "Vivre l'histoire", conferência aos alunos da École Normale Supérieure dada em 1941, publicada em *Combats pour l'histoire*, op. cit, pp. 19-20 [N.E.: citação equivocada no texto original. O autor citado é Lucien Febvre].

13 Cf. sobretudo as obras: Charles Seignobos, *Méthode historique appliquée aux sciences sociales*. Paris, 1909; e Charles V. Langlois e C. Seignobos, *Introduction aux études historiques*. Paris, 1898 [ed. bras.: *Introdução aos estudos históricos*, trad. Laerte A. Morais. São Paulo: Renascença, 1946].

14 M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1964, p. 36 [ed. bras.: *Apologia da história ou O ofício de historiador*, trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001].

15 Sobre a história sem textos ou além dos textos, é preciso ler a aula inaugural de Lucien Febvre no Collège de France em 1933 (*Combats pour l'histoire*, op. cit., pp. 3-17) e André Leroi-Gourhan, "Les Voies de l'histoire avant l'écriture", in Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.), *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974, t. I. [ed. bras.: "Os caminhos da história antes da escrita", in *História: novos problemas*, 4ª ed., trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995].

e XIX. Recentemente, uma obra sobre "a história e seus métodos", organizada por um dos mestres formados pela École des Chartes, Charles Samaran,[16] sobrepunha sem choques considerações sobre os métodos tradicionais a ensaios sobre algumas orientações novas da história.[17]

A história vive hoje uma "revolução documental" que entretém com a história nova relações ambíguas das quais voltarei a tratar. Uma concepção nova do documento e da crítica que se deve fazer dele mal está esboçada, como tentei fazer no caso da *Enciclopedia Einaudi*.[18]

A história colhe os benefícios dessa aquisição metodológica e de seus fundamentos universitários. Mais do que as outras ciências humanas – entre as humanidades que não chegam a se renovar e as novas ciências que têm dificuldades para encontrar sua identidade –, a história, cujos profissionais dispõem de uma bagagem de uma sólida formação que, mesmo se estiver pouco impregnada do espírito da história nova e se não favorecer o exercício da inteligência (veja-se, por exemplo, o caso da *Agrégation*),[19] oferece uma base institucional firme – pode, apoiando-se em sua longa tradição, voltar-se para novos horizontes, conservando, ao mesmo tempo, se assim se pode dizer, a retaguarda bem protegida

Em sua célebre conferência de Manchester, em 1961, o grande etnólogo inglês Evans-Pritchard pedia aos antropólogos que adentrassem a escola dos historiadores, especialmente em razão da experiência destes na crítica aos documentos e na percepção do tempo e da mudança.[20]

16 Charles Samaran (org.), *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961.

17 Por exemplo, "Le Temps historique", de Guy Beaujouan; "Histoire des mentalités", de Georges Duby; e as contribuições de Georges Sadoul sobre a fotografia e o cinema.

18 J. Le Goff, "Documento/monumento", in *Enciclopedia Einaudi*, 1978, t. IV [ed. bras.: "Documento/monumento", in *História e memória*, trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1990, pp. 535-49].

19 Tradicional exame do sistema de ensino francês, pelo qual os professores substitutos (sem doutorado ou mestrado) são admitidos no corpo dos professores universitários. [N. T.]

20 Edward Evans-Pritchard, *Anthropology and History* (1961); trad. fr.: "Anthropologie et histoire", in *Les Anthropologues face à l'histoire*. Paris: PUF, 1974.

A história nova, sobretudo, já tem uma tradição própria, que é aquela dos fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Quando Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram na cidade de Estrasburgo, em 1929, uma revista que retomava, com modificações, um velho projeto de Febvre de uma revista internacional de história econômica que não havia vingado, suas motivações eram diversas.

Antes de tudo, tirar a história dos caminhos rotineiros e, em primeiro lugar, tirá-la de seu confinamento entre barreiras estritamente disciplinares. Era isso que Lucien Febvre queria dizer, em 1932, ao falar em "demolir as velhas divisões obsoletas, os entulhos babilônicos de preconceitos, de rotinas, erros de concepção e compreensão".[21]

E, depois, o desejo de afirmar duas direções inovadoras expressas pelos dois epítetos do título da revista: história "econômica" e "social". Pela utilização de "econômico", tratava-se de promover um domínio quase totalmente negligenciado pela história tradicional, em que ingleses e alemães haviam precedido os franceses, e cuja importância na vida das nações e dos povos ficava mais clara a cada dia. Não foi por acaso que os *Annales* nasceram em 1929, ano da grande crise: o historiador vivo (daquele tempo) que Lucien Febvre e Marc Bloch mais admiravam era, sem dúvida, Henri Pirenne, a quem Febvre tinha pensado confiar a direção da revista internacional; depois da morte de Pirenne, Marc Bloch dedicou à memória dele, em 1940, um projeto logo abandonado de "história da sociedade francesa no quadro da civilização europeia". É verdade que, ao fazer isso, Marc Bloch era movido tanto pelas circunstâncias como pela admiração que consagrava a Pirenne. Este havia, de fato, escrito uma *Histoire de l'Europe* durante o cativeiro, na guerra de 1914 a 1918,[22] ao passo que, durante a *drôle de guerre*,[23] Marc Bloch se entediava. Como não pensar em Fernand Braudel, que, entre 1940 e 1944,

21 L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 343.

22 Henri Pirenne, *Histoire de l'Europe*. Paris: Alcan, 1936.

23 No original, "*drôle de guerre*", expressão utilizada pelos franceses para designar a primeira fase da Segunda Guerra Mundial (1939-45), quando reinava uma surpreendente calma em quase todo o front. [N. T.]

num *Oflag*[24] alemão, elaboraria *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*?[25] Na revista alemã *Vierteljahrschrift für Sozial-und-Wirtschaftsgeschichte* [Revista Trimestral de História Social e Econômica], os fundadores dos *Annales* encontravam o tom insistente tanto sobre o econômico como sobre o social, este social que os havia seduzido por seu caráter vago que permitia falar de tudo. Pois tratava-se de demolir paredes e divisões que separavam a história das ciências vizinhas e, em particular, da sociologia. Sob o rótulo "social", Lucien Febvre e Marc Bloch reencontravam a inspiração sem fronteiras da *Revue de Synthèse Historique* e de seu diretor e amigo Henri Berr, que publicara, em 1921, a *Histoire traditionnelle et la synthèse historique*,[26] e também a perspectiva comparatista, admirando a maneira pela qual Henri Pirenne dela falara em sua comunicação sobre *La Méthode comparative en histoire* [O método comparativo em história], apresentada na sessão de abertura do V Congresso Internacional das Ciências Históricas, em 9 de abril de 1923. Como escreverá depois Marc Bloch em *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*: "A única história verdadeira, que só pode ser feita por meio da ajuda mútua, é a história universal".[27]

UMA LUTA CONTRA A HISTÓRIA POLÍTICA

De 1929 a 1939, qual foi o combate dos *Annales*?[28]

Inicialmente, foi a luta contra a história política, a *bête noire* de Lucien Febvre e Marc Bloch, sobretudo em sua forma diplomática, cujo modelo mais próximo do pesadelo era, para eles, o *Manuel de politique étrangère* de Émile Bourgeois (1892). Essa história política que é, por um lado, uma história-narrativa e, por outro, uma história de acontecimentos, uma história acontecimental, teatro de aparências que mascara o verdadeiro jogo

24 Abreviação, em alemão, de *Offizierlager* (campo em que eram mantidos presos pelos alemães os oficiais capturados). [N. T.]

25 Fernand Braudel, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1976 [ed. bras.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983].

26 H. Berr, *L'Histoire traditionnelle et la synthèse historique*. Paris: Alcan, 1921.

27 M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, op. cit. [ed. bras. *Apologia da história*, trad. port. Rio de Janeiro: Zahar, 2002].

28 André Burguière e François Furet são responsáveis pela orientação de uma pesquisa paralela a um seminário da École des Hautes Études en Sciences Sociales, sobre a história dos *Annales*.

da história, que se passa nos bastidores e nas estruturas ocultas aonde é preciso ir para seguir sua pista, analisá-lo, explicá-lo. Em 1931, na revista *Revue de Synthèse*, com a qual continua a colaborar paralelamente aos *Annales*, Lucien Febvre, questionando-se, com o título "História ou política?", sobre o valor de uma "História diplomática da Europa", que havia então sido recentemente publicada, recusa a pesquisa dos "motivos reais, profundos e múltiplos" dos "grandes movimentos de massa" nos humores, na psicologia e nos caprichos individuais dos "grandes", ou no "jogo contraditório de diplomacias rivais". Quanto aos verdadeiros motivos, "há os que são geográficos"; outros são econômicos, ou ainda sociais "e também intelectuais, religiosos e psicológicos".[29]

Quinze anos mais tarde, retomando o mesmo combate, Lucien Febvre resenha nos *Annales* outro livro, *La Paix armée (1871-1914)* [A paz armada], e nele se detém sobre a seguinte frase: "Os partidários do materialismo histórico buscam sempre aumentar a importância dos fatores econômicos nos conflitos internacionais, em detrimento dos fatores políticos e morais". E ele comenta, com sua habitual veemência:

> "Ó céus! O que vem fazer aqui o "materialismo histórico"? [...] O Mundo é o Mundo. Pensem bem: antes da guerra de 1914, ele não era exatamente aquilo que se tornou entre 1920 e 1940. Mas já entre 1871 e 1914 ele tinha deixado de ser aquilo que fora entre 1848 e 1870. Por quê? Por razões políticas? Ou morais? De modo algum! Por razões econômicas! Isso salta aos olhos!"[30]

No mesmo estudo, fazendo alusão ao livro póstumo de Marc Bloch *L'Étrange défaite* [A estranha derrota], ele destaca esse diagnóstico: "A derrota da França foi, antes de mais nada, uma derrota da inteligência e do caráter".

A posição, a ação dos *Annales*, com sua fecundidade e seus limites, pode ser apreendida nessas citações. Recusar a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e apostar tudo num fator. Mas também, parece-me, a fraqueza de uma análise por demais eclética, que pode se perder na "multiplicidade dos motivos", que não estabelece

29 L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 63.

30 Id., ibid., pp. 68-69.

separações entre motivo e causa. O essencial, no entanto, é esse apelo a uma história profunda e total. Primeiro, romper com essa história pobre, solidificada, coberta por uma espécie de crosta enganosa de pseudo-história.

UMA CRÍTICA DA NOÇÃO DE FATO HISTÓRICO

É também o momento em que os *Annales* criticam impiedosamente a noção de fato histórico. Não há realidade histórica que funcione como um chavão e que se proponha ao historiador por si mesma. Como todo homem de ciência, o historiador deve, segundo as palavras de Marc Bloch, "diante da imensa e confusa realidade", fazer "sua escolha" – o que, evidentemente, não significa nem a arbitrariedade nem a simples colheita, mas a construção científica do documento, cuja análise deve permitir a reconstituição e a explicação do passado. Lucien Febvre, em sua aula inaugural no Collège de France (1933), toma um exemplo: "[...] pois o fato em si, esse pretenso átomo da história, onde é que haveríamos de colhê-lo? O assassinato de Henrique IV por Ravaillac: trata-se de um fato? Caso se queira analisá-lo, decompô-lo em seus elementos – uns materiais, outros espirituais, outros ainda resultantes da combinação de leis gerais, de circunstâncias particulares de tempos e lugares, de circunstâncias próprias, enfim, a cada um dos indivíduos, conhecidos ou ignorados, que desempenham um papel na tragédia –, quão rapidamente veremos decompor-se, dissociar-se um complexo emaranhado... Um dado? Mas de modo algum! Trata-se de algo por ele criado, e quantas vezes? Algo inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e de conjeturas, por um trabalho delicado e apaixonante."[31]

OS *ANNALES. ÉCONOMIES. SOCIÉTÉS. CIVILISATIONS*

Depois da Segunda Guerra Mundial, os *Annales* e os historiadores que gravitam a seu redor dão continuidade à história nova, depois a reavivam e fazem progredir mais uma vez. A revista, que teve de mudar de nome diversas vezes por causa das condições da guerra e da ocupação alemã, ostenta, a partir de

31 Id., ibid., p. 7.

1946, um novo título que sublinha a ampliação de seus horizontes. Trata-se agora de: *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations.* Marc Bloch e Lucien Febvre repetem sempre o plural "os homens" e não "o Homem", essa abstração. Depois, ao lado das economias e das sociedades que evocam os epítetos antigos dos *Annales*, o aparecimento do termo "civilizações", cujo caráter amplo, unindo o material e o espiritual, sempre foi muito apreciado por Lucien Febvre e Marc Bloch (esse último foi morto em 1944, fuzilado pelos alemães, mas seu espírito continua presente). Em seu testamento metodológico, Marc Bloch, evocando Guizot, justifica de antemão esse emprego – no plural – da palavra "civilizações": "Nós reconhecemos que, numa sociedade, seja ela qual for, tudo está interligado, tudo se comanda mutuamente; a estrutura política e a social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e também as mais sutis da mentalidade".[32]

A ESCOLA DOS *ANNALES* E A CONCEPÇÃO DE TOYNBEE

A propósito do termo "civilização", gostaria que me permitissem aqui uma sumária exposição sobre sua utilização pelos mestres dos *Annales*. A palavra os agrada, como acabamos de ver. Mas eles não disfarçam os perigos nela contidos. E fazem questão, especialmente, de distinguir o uso que fazem dessa palavra da concepção de Arnold Toynbee,[33] para o qual existem, desde o início da humanidade, 21 civilizações, as quais passam por três fases sucessivas de gênese, maturidade e declínio, segundo uma lei de "*challenge and response*", capacidade de responder aos estímulos exteriores e interiores. Vocabulário e pensamento vagos que assimilam abusivamente "sociedade" (nem todas, claro, pois Toynbee conta 650 sociedades primitivas que, para ele, não conseguiram chegar ao nível de "civilização") e "civilização", uso indiscriminado de um método comparativo grosseiro, fundado em numerosos anacronismos, no recurso a metáforas e a um pensamento "vitalista", que

32 M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, op. cit., p. 96.

33 A. Toynbee, *A Study of History*. Londres, 1934-1961, 12 v. [ed. bras.: *Um estudo da história*, 2ª ed., trad. Isa Silveira Leal e Miroel Silveira, Brasília/São Paulo: Ed. UnB/Martins Fontes, 1987], tradução em francês de uma versão abreviada dos seis primeiros volumes por D. S. Somervell: *L'Histoire, un essai d'interprétation*. Paris: Gallimard, 1951; tradução francesa da versão abreviada definitiva por A. Toynbee e J. Caplan (Londres, 1972), *L'Histoire* (Paris/Bruxelas: Elsevier, 1978), com prefácio de Raymond Aron contendo uma fiel interpretação.

data de "ontem, quando não de anteontem", na arbitrariedade do recorte das civilizações em *numerus clausus*[34] e, por fim, duas críticas capitais: por um lado, uma história ilusionista, de prestidigitador, que faz com que as civilizações desfilem "como quadros de um melodrama", e, por outro, uma filosofia da história, e não uma história científica.

E Lucien Febvre conclui, assim, de modo um tanto malvado, que a história segundo Toynbee pode ser resumida com a fórmula do velho bibliotecário ao responder a um xá moribundo que desejava conhecer a história inteira no último minuto de sua vida: "Meu Príncipe – disse a ele o sábio ancião –, os homens nascem, amam e morrem".[35]

Estendi-me um pouco sobre essa polêmica porque ela permite situar certas posições essenciais da história nova. Parece-me que todos os historiadores que reivindicam sua adesão a ela concordam – com maiores ou menores matizes – com Lucien Febvre. A história à moda de Toynbee, apesar de suas seduções, da amplidão de seu olhar, de seu desejo de totalidade, essa história confusa, feita – obrigatoriamente – de terceira mão em grande parte e baseando-se numa filosofia barata, não é a nossa.

UMA HISTÓRIA PROBLEMÁTICA, E NÃO AUTOMÁTICA

Eis, portanto, os *Annales* com um novo título, e dirigidos unicamente por Lucien Febvre.

Mais do que nunca, os *Annales* querem ajudar a compreender. Colocar os problemas da história: "Propor uma História que não seja automática, mas, sim, problemática".[36] E, mais do que nunca, os problemas de uma história para o tempo presente, para permitir viver e compreender "num mundo em estado de instabilidade definitiva". Daí, antes de mais nada, nessa revista, que desde o princípio se quis internacional, mas que foi sobretudo ocidental e mesmo europeia, o desejo de se abrir mais amplamente, para além de e contra todo eurocentrismo, rumo a um mundo inteiro, em especial rumo àquele que chamaremos de Terceiro Mundo.

34 No original, em *nombre clos*. [N. T.]

35 Artigo publicado em 1936 na *Revue de Métaphysique et de Morale* e retomado em *Combats pour l'Histoire*, op. cit., pp. 110-43.

36 "Face au vent", manifesto dos *Annales nouvelles*, em *Annales* ESC (1946), retomado em *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 42 [ver neste volume "Contra o vento", p. 74].

No limiar dessa nova fase, aparecem duas obras "programáticas" dos fundadores, que publicaram no começo da guerra suas obras-primas: *La Société féodale*, de Marc Bloch,[37] modelo de uma história problemática, sintética e comparativa sem extravagâncias, aberta para diversas "maneiras de ver e pensar", indo além da história jurídica das instituições rumo a uma história social das classes e a uma história do poder e dos poderes; e *Le Problème de l'incroyance au XVI^e^ siècle: la religion de Rabelais*, em que Lucien Febvre[38] reencontra a história profunda "no âmago religioso do século XVI", com a longa duração das ideias, dos sentimentos e das crenças, e destrói o mito anacrônico de Rabelais livre-pensador. De Marc Bloch, um livro póstumo, inacabado, não revisto, mas que fará com que a história nova se torne conhecida fora da França, desde sua rápida tradução para o inglês (Manchester e Nova York, 1954), até as recentes traduções nas línguas dos países do Leste europeu, notadamente para o russo (Moscou, 1973): *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*,[39] que não é, segundo Lucien Febvre, nem "um método da história", nem "considerações pseudofilosóficas sobre a história", mas, sim, uma "revisão crítica dos maus modos de pensar e praticar a história" – vou reter somente duas preocupações, bastante características da história nova.

Por um lado, recusar o "ídolo das origens", pois, segundo um provérbio árabe, "os homens parecem-se mais com seu próprio tempo do que com seus pais". Por outro, ficar atento às relações do presente com o passado, quer dizer: "compreender o presente pelo passado", mas também "compreender o passado pelo presente" – de onde decorre a necessidade de um método "prudentemente retrospectivo" (p. 15).

37 M. Bloch, *La Société féodale*. Paris: Albin Michel, 1939.

38 L. Febvre, *Le Problème de l'incroyance au XVI^e^ siècle: la religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1942 (2.ª ed. rev., 1947) [ed. bras. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009].

39 M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, op. cit.

Alguns anos mais tarde, Lucien Febvre reuniria uma parte considerável de seus artigos sobre método em *Combats pour l'histoire*.[40] Encontram-se nesse volume as "profissões de fé na partida", das quais dei diversos exemplos significativos, os artigos de combate contra a história política e diplomática, a história-quadro, a história-manual, a história filosófica e aquilo a que ele chama de história historizante, baseada na história acontecimental, passiva diante dos fatos, sem problemas, encerrada na ruminação dos textos, comparável àquilo que se chama hoje, em política, de "*politique politicienne*" [política politicante].

Inversamente, combate por uma "história dirigida" – expressão que talvez soe mal hoje em dia, mas que designa a história feita a partir de investigações coletivas, "futuro da história" de que os *Annales*, desde o princípio, deram exemplo por meio de investigações no cadastro, nos mapas de partilhas na técnica agrícola e suas repercussões sobre a história dos homens, as nobrezas. Caminho fecundo em que logo se engajou, a partir de 1948, o Centre de Recherches Historiques da VIª seção da École Pratique des Hautes Études, e que favoreceu – para citar apenas o caso da França – o Centre National de la Recherche Scientifique e ocupou, pouco a pouco, sobretudo depois de 1968, numerosos departamentos de história das universidades.

Depois, há o olhar dirigido ao vizinho, com a esperança de fazer com que "irmãos que se ignoram" dialoguem, mas que são quase decepções, uma certa falência da linguística;[41] que entretanto permite aos historiadores a possibilidade de "descobrir um canto do passado sem textos por meio de uma indução, limitada talvez, porém forte, sólida, fundamentada numa experiência inatacável" (p. 163), a psicologia,[42] aparentemente incapaz de engajar, por si mesma, o diálogo com os historiadores, que devem "proporcionar aos psicólogos uma psicologia histórica válida" (p. 219), e, enfim, este conjunto de domínios voltados para si mesmos por culpa de especialistas sem horizontes e sem problemas, que mantêm campos essenciais longe do apetite dos historiadores da história nova: a literatura, a filosofia, a arte, as ciências.

40 L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit.
41 Trata-se, essencialmente, da obra de Antoine Meillet: *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes* [1912]. Alabama: University of Alabama Press, 1964.
42 Ver a de Charles Blondel: *Introduction à la psychologie collective*. Paris: Armand Colin, 1928 [ed. bras.: *Introdução à psicologia coletiva*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1960]; e a de Henri Wallon, *Principes de psychologie appliquée*. Paris: Armand Colin, 1930 [ed. bras.: *Principios de psychologia applicada*, trad. João da Cunha Caldeira Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935].

A VIª SEÇÃO DA ÉCOLE PRATIQUE DES HAUTES ÉTUDES

O essencial, porém, no imediato pós-guerra, no espaço dos *Annales*, é, por um lado, a fundação da VIª seção da École Pratique des Hautes Études e, por outro, a renovação do grupo dirigente dos *Annales* ao redor de Lucien Febvre. O primeiro acontecimento é a realização de um projeto de Victor Duruy, concebido antes do tempo e, por conseguinte, avançado demais para a realidade de então. Tratava-se de fundar, ao lado da velha Sorbonne e mais ou menos contra seu ensino magisterial, um ensino fundamentado na pesquisa, na prática erudita ou experimental, no sistema germânico dos seminários, para o quadro da École Pratique des Hautes Études (1868), em que se havia previsto uma VIª seção, a de ciências econômicas e sociais. Lucien Febvre consegue obter dos governos da Libertação, um tanto à força, que seja criada essa seção, cujo programa – interdisciplinar, aberto ao mundo inteiro, baseado na pesquisa e nas investigações coletivas – é o dos *Annales*, e no qual a história[43] desempenha um papel inspirador e propedêutico. Acontecimento capital para a história nova, que, a partir de então, é transmitida pelo ensino, pela pesquisa e pela discussão – ao lado de disciplinas irmãs – e acaba dando origem a uma instituição. Uma penetração mais profunda nas estruturas e práticas universitárias vai se chocar contra numerosas resistências. De 1950 a 1955, quando Fernand Braudel preside a banca do exame de *Agrégation*[44] em história, ele não consegue fazer com que o espírito da história nova se imponha.

RUMO A UMA OUTRA HISTÓRIA... COM FERNAND BRAUDEL

Por outro lado, a pedido de Lucien Febvre, Georges Friedmann, que vai se

43 Com F. Braudel, L. Febvre, E. Labrousse, C. Morazé.
44 Cf. nota 19 da p. 134

tornar o pai da nova sociologia na França, uma sociologia impregnada de história, que situa o taylorismo na evolução do trabalho industrial, apreende o presente em sua espessura de tradição e mudança,[45] em seus mitos ideológicos,[46] e dois jovens historiadores, Fernand Braudel e Charles Morazé, dão novo impulso aos *Annales*, rumo a essa história em que passado e presente se esclarecem reciprocamente.

Logo Fernand Braudel dá à história nova sua obra-prima, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*.[47] Lucien Febvre, que "descobriu" Fernand Braudel (dois personagens de grandeza desigual, e não é o segundo que tem primazia sobre o primeiro, o que já é uma grande novidade), apresenta nestes termos a obra, num artigo que tem um significativo título ("Vers une autre histoire: *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*"):

> Ontem, a tese de Fernand Braudel nos trazia uma contribuição completamente nova e, em certo sentido, revolucionária. Decidido a reposicionar os grandes desígnios da política espanhola, no sentido amplo da palavra "política", em seu quadro histórico e geográfico natural, ele estuda, inicialmente, as forças permanentes que agem sobre as vontades humanas, que pesam sobre as mesmas sem que isso seja perceptível, que as inclinam nessa ou naquela direção: e seu trabalho é toda uma análise, ainda jamais tentada, daquilo que representam as forças que guiam, canalizam, contrariam, freando ou, ao contrário, exaltando, acelerando, o jogo das forças humanas – isso que, numa palavra pronunciada com negligência, chamamos de Mediterrâneo. Depois, na segunda parte, ele trata das forças particulares, porém animadas por certa constância – das forças impessoais e coletivas mas, desta feita, datadas e, por assim dizer, identificadas estritamente como sendo aquelas que agiam no século XVI, em sua segunda metade, isto é, no espaço de tempo que preenche a vida reinante de Filipe II da Espanha. Terceira parte: os acontecimentos. O fluxo tumultuado, fervilhante e confuso dos fatos. Atraídos muitas vezes como que por ímãs pelas forças permanentes que são o objeto de estudo do primeiro livro, e influenciados e dirigidos pelas forças estáveis repertoriadas no segundo livro – mas o acaso joga com elas, o acaso borda nos sulcos dos encadeamentos suas variações mais brilhantes e imprevistas.[48]

Lucien Febvre morre em 1956. Fernand Braudel, auxiliado inicialmente por Robert Mandrou, depois por Marc Ferro, torna-se o principal inspirador dos *Annales*. Em 1958, ele publica o artigo que marcaria profundamente a atual etapa da história nova: "História e ciências sociais: a longa duração".[49] Em 1969, Fernand Braudel, Charles Morazé e Georges Friedmann confiam os *Annales* a uma nova equipe: André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel. Ela fará um balanço da revista e a história a fazer em 1979 por ocasião do cinquentenário dos *Annales*.

Mas, antes de tentar definir a história nova hoje, convém lembrar a longa e ilustre linhagem da qual ela é descendente.

OS PAIS DA HISTÓRIA NOVA

A história nova pode, de fato, para além da escola dos *Annales*, reivindicar para si alguns dos maiores nomes da história desde o século XVIII.

VOLTAIRE JÁ DEFINIRA O PROJETO DA HISTÓRIA NOVA

Em suas *Nouvelles considérations sur l'histoire*, Voltaire escreveu:

> Talvez venha, em breve, a ocorrer na maneira de escrever a história aquilo que ocorreu com a física. As novas descobertas proscreveram os antigos sistemas. Desejar-se-á conhecer o gênero humano nesse detalhe interessante que constitui hoje a base da filosofia natural [...]. É bom que haja arquivos de todo tipo, para que possam ser consultados em caso de necessidade; e vejo agora todos os espessos livros como dicionários. Porém, depois de ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas, e ter conhecido o teor de algumas centenas

---

45 Georges Friedmann, *La Crise du progrès*. Paris: Gallimard, 1936.
46 Id., *De la Sainte Russie à l'URSS* Paris: Gallimard, 1938.
47 F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, op. cit. [ed. bras.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984].
48 L. Febvre, "Vers une autre histoire". *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1949.
49 *Annales ESC*, 1958, pp. 725-53 [ver pp. 86-121 deste volume].

> de tratados, achei, no fundo, que isso tudo quase não tinha me instruído. Só aprendera acontecimentos com essas leituras. Não posso ter melhor conhecimento dos franceses e dos sarracenos pela batalha de Charles Martel do que tenho dos tártaros e dos turcos pela vitória de Tamerlão sobre Bajazet. Gostaria de saber quais eram as forças de um país antes de uma guerra, e se essa guerra as aumentou ou as diminuiu. Teria sido a Espanha mais rica antes da conquista do Novo Mundo do que é hoje? Era ela mais povoada no tempo de Carlos V, comparativamente ao de Filipe IV. Por que Amsterdam continha apenas vinte mil almas há duzentos anos? Por que tem hoje duzentos e quarenta mil habitantes? E como é possível saber exatamente isso? Qual a diferença populacional entre a Inglaterra de Henrique VIII e a de hoje? Seria mesmo verdade o que se diz nas *Cartas persas*, isto é, que faltam homens na Terra, e que ela é hoje despovoada comparativamente à situação que conheceu há dois mil anos? [...] Eis aí um dos objetos de curiosidade de qualquer um que queira ler a história como cidadão e filósofo. Ele estará longe de se limitar a esse conhecimento; ele buscará saber qual foi o vício radical e a virtude dominante de uma nação; por que ela foi poderosa ou fraca do ponto de vista marítimo; como, e até que ponto, ela se enriqueceu em um século; os registros das exportações podem informar isso. Ele desejará saber como as artes, as manufaturas se estabeleceram; ele seguirá sua passagem e sua volta de um país a outro. As mudanças nos costumes e nas leis constituirão, enfim, seu grande objeto. Conhecer-se-á assim a história dos homens, em vez de se conhecer uma ínfima parte da história dos reis e das cortes. Em vão é que leio os *Anais da França*: nossos historiadores se calam sobre todos esses detalhes. Nenhum tem por divisa: *Homo sum, humani nihil a me alienum puto*.[50]

História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, e não somente história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, e não unicamente dos reis e dos grandes homens. História das estruturas, e não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, e não história estática, história-quadro.

50 "Sou um homem, e nada do que é humano me é estranho" (Terêncio, *Heautontimoroumenos*, I, 1). O texto de Voltaire é evocado por Jean Ehrard e Guy P. Palmade: *L'Histoire*. Paris: Armand Colin, 1964, pp. 161-63.

História explicativa, e não história puramente narrativa, descritiva – ou dogmática. História total, enfim... Esse programa da história nova, que tem mais de dois séculos de idade, um Chateaubriand, um Guizot vão retomar na primeira metade do século XIX.

UM VERDADEIRO MANIFESTO EM CHATEAUBRIAND

O prefácio dos *Études historiques*, de Chateaubriand (1831), é um verdadeiro manifesto da história nova:

> As sociedades antigas perecem: de suas ruínas saem as sociedades novas: leis, costumes, usos, hábitos, opiniões, até mesmo princípios, tudo está mudado. Uma grande revolução se efetuou, uma grande revolução se prepara: a França deve recompor seus *Anais*, a fim de conformá-los aos progressos da inteligência... Os analistas da Antiguidade não incluíam em suas narrativas o quadro dos diferentes ramos da administração: as ciências, as artes, a educação pública eram excluídas do domínio da história. Clio caminhava com leveza, livre da pesada bagagem que hoje arrasta consigo. Frequentemente, o historiador não passava de um viajante contando o que vira. Agora, a história é uma enciclopédia: é preciso fazer com que tudo entre nela, desde a astronomia até a química, desde a arte do financista até a do homem da manufatura, desde o conhecimento do pintor, do escultor e do arquiteto até o do economista, desde o estudo das leis eclesiásticas, civis e criminais, até o das leis políticas. O historiador moderno se deixa levar pela narrativa de uma cena de costumes e paixões e, bem no meio dela, intervém a *gabelle*;[51] um outro imposto reclama sua presença; a guerra, a navegação, o comércio vêm se juntar a ele. Como eram fabricadas então as armas? De onde era tirada a madeira para a construção? Qual era o preço da libra de pimenta? Tudo está perdido caso o autor não tenha observado que o ano começava na Páscoa, e que aquele o datou em 1º de janeiro.[52] Como é possível confiar em sua fala caso ele tenha se enganado quanto à página de uma citação, ou caso tenha anotado incorretamente a referência de uma edição? A sociedade permanece desconhecida, caso se ignore

51 Imposto que se pagava com o sal na França do Antigo Regime.

52 Na França, por exemplo, o ano começava na Páscoa, até que um edito de Carlos IX fixasse seu início em 1º de janeiro, o que ocorreu a partir de 1564.

a cor das ceroulas do rei ou o valor do marco de prata?[53] Esse historiador deve saber não somente o que se passa em sua pátria, como também aquilo que ocorre nos países vizinhos, e, entre tais detalhes, é preciso que uma ideia filosófica esteja presente em seu pensamento e lhe sirva como guia. Eis os inconvenientes da história moderna: eles se apresentam de modo a nos impedir, talvez, de termos novamente historiadores como Tucídides, Tito Lívio e Tácito; mas não é possível evitar tais inconvenientes, antes, pois, submeter-se a eles.[54]

História global, novamente, ou econômica, artística, antropológica, encontram-se no primeiro plano. História dos preços e da economia política (e não história política). História "filosófica", isto é, problemática e explicativa. História disposta, enfim, a renunciar ao prestígio do estilo, à concepção do historiador escritor e artista, caso seja necessário pagar esse preço pelo rigor científico... História nova, que Chateaubriand chama de história "moderna", expressão que teria, sem dúvida, feito fortuna se o recorte da história pelos humanistas do século XVI em histórias antiga, medieval e moderna, entronizado pelo uso universitário, não lhe tivesse barrado o caminho, por temer um equívoco. Mas a história "moderna" de Chateaubriand, em 1831, já é, realmente, nossa história nova.

GUIZOT E A CIVILIZAÇÃO COMO OBJETO DA HISTÓRIA

Pouco tempo antes, em 1828, Guizot, na primeira aula de seu *Cours d'histoire moderne: histoire de la civilisation en Europe depuis la chute de l'empire romain jusqu'à la révolution française*, havia designado a civilização como objeto central da história:

> Há algum tempo, fala-se muito, e com razão, da necessidade de encerrar a história nos fatos, da necessidade de contar; nada de mais verdadeiro. Mas há muito mais fatos a contar, e fatos bem mais diversos do que podemos ficar tentados a crer à primeira vista: há fatos materiais, visíveis, como as batalhas, as guerras, os atos oficiais dos governos; há fatos morais, ocultos, que nem por isso são menos reais; há fatos individuais que têm um nome próprio; há fatos gerais, sem nome, aos quais é impossível atribuir uma data precisa, que é impossível conter em limites rigorosos, e que nem por isso deixam de ser fatos como os outros fatos históricos, que não podem ser excluídos da história sem lhe causar mutilações... Não lhes parece, senhores, que, na verdade, o fato da civilização é o fato por excelência, o fato geral e definitivo, do qual todos os outros resultam, e no qual eles se resumem? Considerem todos os fatos de que se compõe a história de um povo; estes, segundo o costume, são considerados os elementos da vida desse povo; considerem suas instituições, seu comércio, sua indústria, suas guerras, todos os detalhes de seu governo; quando se quer considerar esses fatos em seu conjunto, em suas ligações, quando se quer apreciá-los, julgá-los, que perguntas lhes fazemos? Pergunta-se a eles em que contribuíram para a civilização daquele povo, que papel desempenharam nela, que parte lhes foi reservada, que influência exerceram sobre ela... Portanto lhes pergunto, senhores: qual é, antes de empreender a história de um povo, e considerando-o unicamente em si mesmo, este fato tão grave, tão extenso, tão precioso, que parece o resumo, a expressão da vida inteira de um povo? Há muito tempo, e em muitos países, utiliza-se a palavra "civilização": atribuem-se a ela ideias mais ou menos claras, mais ou menos extensas; enfim, utilizamos tal palavra, e por meio dela nos compreendemos. Pois é o sentido dessa palavra, seu sentido geral, humano, popular, que deve ser estudado.[55]

Claro, Guizot, homem de seu tempo, porta-voz dos "burgueses conquistadores", para utilizar a feliz expressão de Charles Morazé,[56] vê, na civilização, sobretudo, a ideia de progresso ("A ideia de progresso, de desenvolvimento me parece ser a ideia fundamental contida na palavra civilização"). Mas seria possível dizer que já se ouve aí Lucien Febvre apresentando, na primeira Semana Internacional de Síntese, em 1930, seu célebre estudo "Civilisation: évolution d'un mot et d'un groupe d'idées", bem como ele

---

53 Unidade de peso utilizada para os metais preciosos, na antiga França; o *marc* de Paris correspondia a 244,7529 gramas. A autoridade real fixava a cotação das moedas e a modificava de acordo com as necessidades, atribuindo um dado valor em moedas de conta (libras, soldos, *deniers*) às peças de ouro ou prata de certo peso. [No original, "*marc d'argent*". (N. T.)]

54 Referido por J. Ehrard e G. P. Palmade, op. cit., pp. 189-90.

55 Referido por J. Ehrard e G. P. Palmade, op. cit., pp. 203-07.

56 Charles Morazé, *Les Bourgeois conquérants*. Paris: Armand Colin, 1957 (reed. Bruxelas: Complexe, col. Historique, 1985) [ed. bras.: *Os burgueses à conquista do mundo, 1780-1895*, trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Rio de Janeiro: Cosmos, 1965].

justificando, em 1946, o novo subtítulo dos *Annales*: "Economies, Sociétés, Civilisations",[57] "civilizações no plural", como já sublinhara Marc Bloch em seu *Apologie pour l'histoire*.

Mas os dois principais precursores da história nova são, sem dúvida, Michelet e um economista francês, François Simiand.

MICHELET, PROFETA DA HISTÓRIA NOVA

Profeta da história nova, Michelet não o foi somente em sua obra. Ele também o foi, explicitamente, neste grande texto que é o "Prefácio" de 1869 à sua *Histoire de France*:[58]

> Ela possuía anais, e de modo algum uma história. Homens eminentes a tinham estudado, sobretudo do ponto de vista político. Ninguém havia penetrado nos infinitos detalhes dos diversos desenvolvimentos de sua atividade (religiosa, econômica, artística etc.). Ninguém a havia ainda abarcado na unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Fui eu o primeiro a vê-la como uma alma e uma pessoa... Mais complicado ainda, mais amedrontador, era meu problema histórico colocado como *ressurreição da vida integral*, não em suas superfícies, mas, sim, em seus organismos interiores e profundos... Em suma, a história, tal como eu a via naqueles homens eminentes (e muitos deles admiráveis) que eram seus representantes, parecia-me ainda fraca em seus dois métodos: muito pouco material, levando em conta as raças, e não o solo, o clima, os alimentos e tantas circunstâncias físicas e fisiológicas. Muito pouco espiritual, falando de leis, de atos políticos, e não de ideias e costumes, e não do grande movimento progressivo, interior, da alma nacional.

De novo, vê-se a recusa de uma história essencialmente política e, ao mesmo tempo, a aspiração a uma história total e profunda. Enfim, e sobretudo, o apelo a duas orientações essenciais da história nova: uma história mais material, anunciadora da história da cultura material,

57 L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit., pp. 34-37.

58 Evocado por J. Ehrard e G. P. Palmade, *L'Histoire*, op. cit., pp. 261-65.

interessando-se pelo clima,[59] pelos alimentos,[60] pelas circunstâncias físicas,[61] e, ao mesmo tempo, uma história mais espiritual.[62] Uma história que seja a dos costumes – e, com a observação de Voltaire (*Essai sur les mœurs*), anunciam-se a história antropológica e o retorno de nossa época ao belo conceito de "costumes".[63]

SIMIAND, UM ECONOMISTA CONTRA OS "ÍDOLOS" DOS HISTORIADORES

O nome de François Simiand pode surpreender aqui. Porque Simiand (1873-1935) não foi historiador, mas sim economista e sociólogo, e porque sua notoriedade discreta não tem o mesmo alcance que a celebridade dos historiadores que acabo de citar.

No entanto, Simiand tem diversos títulos a apresentar que dão crédito de seus elos com a história nova. Mais do que no economista que enriqueceu a teoria dos ciclos e preparou a problemática da *Revue de Synthèse Historique* e no inspirador dos *Annales*, penso no autor do memorável artigo "Método histórico e ciência social". Retomando uma metáfora de Bacon, Simiand denunciava ali "três ídolos da tribo dos historiadores":

1. "O 'ídolo político', isto é, o estudo dominante, ou, pelo menos, a preocupação perpétua da história política, dos fatos políticos, das guerras etc., que chega a dar a esses acontecimentos uma importância exagerada..."
2. "O 'ídolo individual', ou o hábito inveterado de conceber a história como uma história de indivíduos, e não como um estudo dos fatos, hábito que leva ainda comumente a ordenar as pesquisas e os trabalhos

59 Cf. E. Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flammarion, 1967.

60 Jean-Jacques Hemardinquer (org.), *Pour une histoire de l'alimentation*. Paris: Armand Colin, 1970; Louis Stouff, *Ravitaillement et alimentation en Provence aux XIV^e et XV^e siècles*. Paris/ Haia: Mouton, 1970; Jean-Paul Aron, *Essai sur la sensibilité alimentaire à Paris au XIX^e siècle*. Paris: Armand Colin, 1967.

61 J. Revel e J.-P. Peter, "Le corps: l'homme malade et son histoire", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. III [ed. bras.: *História: novos objetos*, 3ª ed., trad. Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988]; E. Le Roy Ladurie, *Le Territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1978, t. II.

62 J. Le Goff, "Les mentalités, une histoire ambiguë", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. III.

63 N. Elias, *Über den Prozess der Zivilisation* [1939]; trad. fr.: *La Civilisation des mœurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1974, t. I [ed. bras.: *O processo civilizador. Uma história dos costumes*, trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, v. 1].

em torno de um homem, e não em torno de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a estabelecer..."
3. "O 'ídolo cronológico', isto é, o hábito de se perder nos estudos de origem, nas investigações de diversidades particulares, em vez de estudar e compreender inicialmente o tipo normal, buscando-o e determinando-o na sociedade e na época em que ele se encontra..."[64]

Destronar a história política, esse foi o objetivo número um dos *Annales*, e permanece como uma preocupação de primeira ordem para a história nova, ainda que, como direi mais adiante, uma nova história política, ou melhor, uma história com uma nova concepção do político, deva se instaurar no domínio da história nova.

Livrar-se da história dos grandes homens, eis uma empreitada que está no caminho certo, mesmo que, por um lado, essa história das aparências ilusórias continue a fazer seus estragos na produção pseudo e para-histórica e, por outro, que a história nova deva retomar a questão dos grandes homens a fim de dar um novo estatuto científico à biografia. Mais do que no *Lutero* de Lucien Febvre,[65] pensaremos aqui no *Frederico II* de Ernst Kantorowicz[66] e no *Louis XIV et vingt millions de Français* de Pierre Goubert.[67] Enfim, revisar os hábitos cronológicos dos historiadores é uma das grandes tarefas da história nova (voltarei a isso), que ela encetou ainda muito timidamente apenas. Talvez, mais do que na direção dessa manipulação abstrata do tempo que desejava François Simiand, e rumo à consideração da multiplicidade dos tempos históricos e à elaboração de regras precisas da longa duração que deve orientar a história nova.

64 François Simiand, "Méthode historique et science sociale". *Revue de Synthèse Historique*, 1903; publicado também nos *Annales* (1960) [ed. bras.: *Método histórico e ciência social*, trad. José Leonardo do Nascimento. Bauru: Edusc, 2003].
65 L. Febvre, *Un Destin: Martin Luther*. Paris: Rieder, 1928.
66 Ernst Kantorowicz, *Kaiser Friedrich der zweite*. Berlim: G. Bondi, 1927-1931, 2 v.
67 P. Goubert, *Louis XIV et vingt millions de Français*. Paris: Fayard, 1966.

UMA HISTÓRIA FRANCESA?

A história nova parece ser essencialmente uma história francesa. E é em grande parte o caso. Não há, que eu saiba, um estudo aprofundado desse problema, apesar das interessantes observações de Luciano Allegra e Angelo Torre.[68] O máximo que podemos fazer é avançar duas hipóteses que, aliás, devem se combinar e completar. Por um lado, a história desempenhou, na França, desde o século XIX, se não mesmo desde o final do século XVII, um papel dominador, coordenador e pioneiro no campo das ciências que seriam chamadas depois de humanas ou sociais. Vimos alguns dos grandes nomes que contribuíram para afirmá-la. Nos países anglo-saxões, as ciências sociais modernas derivaram da sociologia e da antropologia, ao passo que, na França, foi a história que teve esse papel de guia, como se pode ver, por exemplo, pelas condições de fundação, pelo programa e pelo funcionamento da VIª seção da École Pratique des Hautes Études, desde 1947. Aliás, com exceção da Inglaterra, em que o desenvolvimento precoce da ciência econômica e da economia política e a influência americana bloquearam parcialmente essa emergência da história, a França é o único dos grandes países modernos a possuir uma tradição historiográfica antiga e contínua, ligada tanto aos centros do poder político e ideológico (monarquia, Igreja) como à evolução social (história nobiliária, história burguesa) e à formação precoce do sentimento nacional, entre os séculos XII e XV. Uma série de estudos orientados por Bernard Guenée mostrou recentemente essa vitalidade e essa importância da historiografia francesa desde a Idade Média.[69]

Por outro lado, a tradição historiográfica, na França, viu-se mais ou menos protegida de duas influências que, em outros lugares – na Alemanha, na Itália, nos países anglo-saxões especialmente –, sujeitaram-na de certo modo, esterilizaram-na ou, no mínimo, desviaram-na dessa história do cotidiano e do concreto na qual a história nova foi buscar sua melhor inspiração. Falo da filosofia – e, em particular, da filosofia da história – e do direito, inspirador de uma história jurídica no mais dos casos em ruptura com o real

68 Luciano Allegra e Angelo Torre, *La nascità della storia sociale in Francia dalla Comune alle "Annales"*. Turim: Fondazione Luigi-Einaudi, 1977.
69 Bernard Guenée (org.), *Le Métier d'historien au Moyen Âge. Études sur l'historiographie médiévale*. Paris: Sorbonne, 1977.

que, combinando-se com a erudição positivista, foi produzir, segundo os dizeres de Marc Bloch, "esses camponeses que só lavram cartulários". A historiografia francesa não foi dominada por um Vico (seja qual for o fascínio que ele exerceu sobre Michelet), um Hegel, um Carlyle e, mais próximo de nós, um Spengler, um Croce ou um Toynbee. Esse distanciamento dos historiadores franceses em relação à filosofia da história certamente contribuiu para limitar a influência, sobre a história francesa profissional, de um Taine, no século XIX, ou de um Raymond Aron, em nossos dias.

Isso, é claro, não deve conduzir a uma concepção ridiculamente nacionalista da história nova. Trata-se, antes de tudo, de uma história especialmente sensível às diferenças e que, desde que possa se desenvolver – e ela se desenvolverá, como, aliás, já se pode começar a constatar –, haverá de fazê-lo por suas próprias vias. Tampouco é possível esquecer o papel que certos estrangeiros tiveram na gênese dessa história; um Pirenne ou um Huizinga, por exemplo, para não falar de Marx.

A HISTÓRIA NOVA FORA DA FRANÇA

Enfim, e sobretudo, a história nova também é feita em outras paragens, além da França, e, frequentemente, de maneira brilhante e pioneira. No que diz respeito às revistas, lembremos o papel de modelo desempenhado pela *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte*[70] no nascimento dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Hoje, a revista britânica *Past and Present* (desde 1952) representa a história nova tanto quanto os *Annales* ESC. E os anglo-americanos, com seus *Comparative Studies in Sociology and History* (desde 1957), têm contribuído para a renovação da história social no sentido amplo. Juntamente com a Grã-Bretanha, a Itália parece abrir-se especialmente à história nova, e a atividade de muitos dos editores daquele país é testemunha disso. Citarei ao acaso (e poderia citar muitos outros) o lugar de primeiro plano que ocupam na etno-história a americana Natalie Zemon Davis e o italiano Carlo Ginzburg; a brilhante escola histórica polonesa produziu, por exemplo, um dos melhores e mais inovadores historiadores das populações marginais: Bronislaw Geremek;[71] quanto a Witold Kula, renovou os modelos marxistas na história econômica e social, tanto com um grande tratado de história econômica como sobretudo, talvez, por sua proposta de um novo modelo de feudalismo[72] (e talvez mais com esse último), que suscitou no Ocidente um vívido interesse, sem falar de um livro pioneiro, *Des Mesures et des hommes*,[73] no qual mostra como a história das lutas sociais esteve, com frequência, em jogo ao redor dos instrumentos da vida cotidiana.

---

70 *Revista Trimestral de História Social e Econômica*, desde 1903.

71 Bronislaw Geremek, *Les Marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Flammarion, 1976.

A HISTÓRIA NOVA HOJE

Em *Faire de l'histoire*,[74] a história nova foi definida pelo aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram os domínios tradicionais da história (o essencial dessa renovação poderá ser encontrado nos artigos deste dicionário,[75] por exemplo: demografia histórica, história religiosa, história social etc.), e, sobretudo, talvez, pelo aparecimento, no campo da história, de novos objetos – em geral, reservados até então à antropologia (serão encontrados aqui exemplos disso, nos verbetes "alimentação", "corpo", "gestos", "imagens", "livro", "mito", "sexo"). Definirei a história nova ao mesmo tempo pelos desenvolvimentos novos de suas orientações nos últimos cinquenta anos e por suas perspectivas inéditas – e tratarei de indicar o que, em meio a essas opções, está em jogo diante de outras tendências ou inércias da historiografia.

A LONGA DURAÇÃO

A mais fecunda das perspectivas definidas pelos pioneiros da história nova foi a da longa duração. A história anda mais ou menos depressa, mas as forças profundas da história só agem e se deixam apreender no tempo longo. Um sistema econômico e social só muda muito lentamente. Marx compreendeu

---

72 Witold Kula, *Théorie économique du système féodal. Pour un modèle de l'économie polonaise, XVI^e-XVII^e siècles* [1962], trad. fr. Paris/Haia: Mouton, 1970.

73 Em polonês, editado na França como *Les Mesures et les hommes*, trad. Joanna Ritt. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984 (ed. pol.: *Miary i ludzie*, 1970).

74 P. Nora e J. Le Goff, *Faire de l'histoire*, op. cit.

75 O autor refere-se à edição em que se encontra originalmente o presente artigo. [N. E.]

isso quando, por meio do conceito de modo de produção, pela teoria da passagem do escravismo ao feudalismo e, depois, ao capitalismo, apontou sistemas plurisseculares como formações essenciais da história. É possível defini-los de outro modo, escolher como medida da história os costumes ou as mentalidades, distinguir períodos de acordo com as técnicas, de acordo com as formas de energia (predominância sucessiva do motor humano, do motor animal, do motor mecânico), de acordo com as atitudes para com fenômenos e problemas fundamentais: o trabalho, por exemplo (quando é que se passa da ideia de trabalho desprezível à de trabalho progressista, da ideia de sujeição completa à morte à de domínio parcial sobre ela?).

A história de curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças. Uma história política que é regulamentada pelas mudanças de reinados, de governos, não apreende a vida profunda: o aumento da estatura dos seres humanos, ligado às revoluções da alimentação e da medicina, as mudanças das relações do espaço decorrentes da revolução dos transportes, os transtornos no conhecimento provocados pelo aparecimento de novas mídias, a imprensa, o telégrafo e o telefone, o jornal, o rádio, a televisão, tudo isso não depende das mudanças políticas, dos acontecimentos destacados hoje pelas manchetes dos jornais.

É preciso, portanto, estudar aquilo que muda lentamente e que é chamado, há algumas décadas, de estruturas, porém é preciso, igualmente, resistir a uma das tentações da história nova. Impressionados com a importância daquilo que dura, alguns dentre os maiores historiadores de hoje empregaram – forçando um pouco as palavras para fazer com que as coisas fossem mais bem compreendidas, todavia sem se iludir – expressões perigosas: "história quase imóvel" (Fernand Braudel) ou "história imóvel" (Emmanuel Le Roy Ladurie). Não, a história se mexe. A história nova deve, ao contrário, apreender a mudança.

O HOMEM SELVAGEM E O HOMEM COTIDIANO

A fecunda teoria da longa duração favoreceu a aproximação entre a história e a parte das ciências humanas que estudava as sociedades "quase imóveis" – a etnologia ou, como de bom grado se costuma dizer hoje, a antropologia. Daí o interesse crescente pelo nível dos costumes, por aquilo que Marcel Mauss chamava de técnicas do corpo,[76] as maneiras de se alimentar, de se vestir, de morar etc. É o programa de estudo do homem selvagem e do homem cotidiano que François Furet e eu tentamos traçar.[77] Disso advém a necessidade de desenvolver os métodos de uma história a partir de textos até então desdenhados – textos literários ou arquivos que testemunham sobre humildes realidades cotidianas –, os "etnotextos".[78]

Contudo, a aproximação entre historiadores e antropólogos não deixa de ter seus problemas. A antropologia destas últimas décadas se desenvolveu sobretudo na esfera extraeuropeia e deixou o campo livre para o folclore nos domínios das sociedades desenvolvidas – que reúne uma riqueza amiúde mal ou pouco explorada – reduzidos à situação de uma etnologia do pobre. A história nova se sente, com frequência, em sintonia com esse folclore, ao passo que a antropologia continua a fazer pouco caso dele. Por outro lado, a história nova se interessou sobretudo por uma etnologia das diferenças, quando a antropologia – e não somente sob a influência do estruturalismo – se voltou para o homem, abstração sempre pouco atraente para a história nova. O pensamento dos selvagens interessa mais os historiadores do que o pensamento selvagem – apesar da importância da obra de Claude Lévi-Strauss para toda uma nova geração de historiadores dos mitos.

A HISTÓRIA E AS OUTRAS CIÊNCIAS HUMANAS

Esse diálogo privilegiado da história com a antropologia não deve fazer com que se esqueçam os esforços da história nova para travar um diálogo melhor com as outras ciências humanas. A escola francesa de sociologia de Durkheim exerceu inegável influência sobre os *Annales* quando do nascimento destes. A presença de Georges Friedmann e os elos de Fernand Braudel com Georges Gurvitch não foram suficientes para assegurar a continuidade

---

76 Marcel Mauss, "Les Techniques du corps". *Journal de Psychologie*, 1935; retomado em *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1950, pp. 363-86 [ed. bras.: "As técnicas do corpo", in *Sociologia e antropologia*, trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 399-422].

77 F. Furet, "L'Histoire et l'homme sauvage"; J. Le Goff, "L'Historien et l'homme quotidien", in *L'Historien entre l'ethnologue et le futurologue*. Paris/Haia: Mouton, 1972, pp. 213-37 e 238-50; versão revista publicada em *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse: Privat, 1973, t. II: "Méthodologie de l'histoire et des sciences humaines", pp. 227-44.

78 Sob a orientação de Phillippe Joutard e Michel Vovelle, um grupo se dedica a essa coleta e estudo na Universidade da Provença.

de trocas fecundas. A história nova não encontra facilmente uma linguagem comum à sociologia, que oscila entre um discurso dogmático filosófico e abstrato e métodos muito empíricos, procedendo por questionários, por detrás dos quais nem sempre se desenha uma problemática sólida. Os sociólogos, por sua vez, não deixam de se sentir inquietos diante das ambições expansionistas da história,[79] consideram-na muito pouco conceitual e, com frequência, continuam a ver nela apenas um reservatório de exemplos e experiências.

No que diz respeito à economia, o diálogo não é mais fácil. Claro, o desenvolvimento da história econômica e sua presença sempre indispensável na história nova mantêm passarelas entre as duas ciências. Mas a tecnicidade crescente da economia e a tirania da economia matemática, a tendência dos economistas a se limitarem aos estudos de curto e médio prazo conduzem, também aqui, a uma distorção entre as orientações das duas ciências. Entretanto, o exemplo da colaboração de alguém como Serge-Christophe Kolm nos *Annales* dá provas de uma evolução nessas relações.[80] A obra de um grande historiador da história nova como Georges Duby, que, tomando como base inicial a história econômica e social, ampliou seus horizontes pela integração dos sistemas de representação,[81] tende a facilitar essa evolução.

A crise atual da geografia também acarretou uma distensão nas relações entre a história e essa ciência, que, como se viu, havia desempenhado um papel essencial no pensamento de Marc Bloch, de Lucien Febvre e de Fernand Braudel, e nos *Annales*, até um período recente. Mas as premissas de um renascimento da geografia a partir de uma nova problemática do espaço e de uma melhor integração da duração – e, portanto, da história – no estudo dos fenômenos espaciais permitem que se espere uma renovação promissora nas relações entre as duas ciências.

O degelo é menos nítido em relação aos domínios da psicologia e da linguística. O desenvolvimento da psicologia social resultante do contato com a sociologia, mais do que com a história, e os progressos de uma psicologia científica mais ligada às ciências da natureza (ou da vida) do que às ciências

79 Cf., sobre um problema preciso, o da multiplicidade dos tempos sociais, a declaração característica de G. Gurvitch: *La Multiplicité des temps sociaux*. Paris: CDU, 1958, p. 38.

80 Cf. também Jean Lhomme, *Économie et histoire*. Genebra: Droz, 1967.

81 Cf. Georges Duby, "Histoire sociale et idéologie des sociétés", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. I.

humanas mantiveram ou agravaram as ignorâncias mútuas entre psicologia e história. A evolução da história da psicologia coletiva na direção do conceito de mentalidade, pouco interessante para os psicólogos, aumentou ainda mais as distâncias entre as duas ciências. A linguística moderna – com suas orientações estruturalistas – não se aproximou mais da história nova, apesar da atenção dos historiadores em relação à obra de um Émile Benveniste ou às pesquisas dos semiólogos e semióticos, que assumiram um papel relevante na VIª seção da École Pratique des Hautes Études, que se transformou, em 1975, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

Restam de três evoluções interessantes, mas de resultados ainda limitados.

A primeira, no próprio campo das ciências humanas, é o interesse pela psicanálise. Disso resultou até mesmo o nascimento de uma história psicanalítica, mais desenvolvida, talvez, nos países anglo-saxões do que na França, onde, contudo, por vias muito diferentes, caminhos sugestivos foram desbravados por Michel de Certeau, de um lado, e por Alain Besançon, de outro.[82] Mas a dificuldade, para a psicanálise, de passar cientificamente do individual para o coletivo, a desconfiança de muitos historiadores em relação ao pensamento de Jung – no entanto, mais apto a juntar-se às preocupações dos historiadores, de certos historiadores, em todo caso, como Alphonse Dupront[83] e Luigi Aurigemma[84] – paralisaram por algum tempo, sem dúvida provisoriamente, tais pesquisas.

A segunda via é a do encontro da história com as ciências exatas, especialmente com as matemáticas. Também aqui nasceu uma nova ciência, as matemáticas sociais, mas a utilidade delas tem sido até agora mais evidente para a sociologia, a psicologia, a linguística e a geografia do que para a história.

A via mais promissora talvez seja aquela que tende a diminuir, se não mesmo a demolir completamente, o tamanho das separações entre as ciências humanas (e, antes de mais nada, a história) e as ciências da vida. O desejo da história nova de construir uma história do homem total, com seu corpo e sua fisiologia situados na duração social, a preocupação de alguns

82 A. Besançon, *L'Histoire psychanalytique. Une anthologie*. Paris/Haia: Mouton, 1974.

83 Alphonse Dupront, "Problèmes et méthodes d'une histoire de la psychologie collective". *Annales ESC*, 1961.

84 Luigi Aurigemma, *Le Signe zodiacal du scorpion dans les traditions occidentales de l'Antiquité gréco-latine à la Renaissance*. Paris/Haia: Mouton, 1976.

grandes biólogos em fazer da história de sua ciência um instrumento de pesquisa, não de maneira externa, e sim, interna,[85] e de ampliar também tais pesquisas na direção da ecologia humana, fazendo com que nelas intervenham a história, a geografia, a antropologia, a sociologia, a demografia, lado a lado com a biologia propriamente dita,[86] tudo isso permite entrever grandes perspectivas.[87] O papel da história nova é determinante nelas.

A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

Lucien Febvre e Marc Bloch, atraídos pela psicologia coletiva e pelos fenômenos espirituais em história, inauguraram as abordagens de uma história nova, a das mentalidades. Mas Lucien Febvre explorou apenas dois aspectos dela – aliás, extremamente importantes: as noções de utensilagem mental e de sensibilidade.[88] Febvre orientou Alberto Tenenti na direção do tema da sensibilidade diante da morte. *La Vie et la mort à travers l'art du XV^e siècle*,[89] do jovem historiador italiano, abre caminho para um tema que ia se revelar extremamente fecundo, e suscitar obras marcantes: as de Michel Vovelle,[90] de Philippe Ariès[91] e de Pierre Chaunu.[92]

Depois da morte de Lucien Febvre, diversos historiadores, seguindo seus passos, esforçaram-se por praticar e definir a nova história das mentalidades:

85 François Jacob, *La Logique du vivant. Une histoire de l'hérédité*. Paris: Gallimard, 1970 [ed. bras.: *A lógica da vida: uma história da hereditariedade*, trad. Ângela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983].
86 Jacques Ruffié, *De la biologie à la culture*. Paris: Flammarion, 1976.
87 Cf. o volume coletivo publicado pelo Centro de Royaumont: *L'Unité de l'homme: invariants biologiques et universaux culturels*. Paris: Seuil, 1974 [ed. bras.: *A unidade do homem: invariantes biológicos e universais culturais*, trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978].
88 L. Febvre, "Comment reconstituer la vie affective d'autrefois". *Annales d'Histoire Sociale*, III, 1941.
89 Alberto Tenenti, *La Vie et la mort à travers l'art du XV^e siècle*. Paris: Armand Colin, 1952.
90 M. Vovelle, *Piété baroque et Déchristianisation. Attitudes provençales devant la mort au siècle des Lumières*. Paris: Plon, 1973; *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort, XVII^e-XVIII^e siècles*. Paris: Gallimard/Julliard, 1974.
91 Philippe Ariès, *L'Homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977 [ed. bras.: *O homem diante da morte*, 2ª ed., trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989-90].
92 Pierre Chaunu, *La Mort à Paris aux XVI^e, XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: Fayard, 1978.

Georges Duby,[93] Robert Mandrou[94] e Jacques Le Goff.[95] Philippe Ariès e Roger Chartier falam, neste dicionário, da importância essencial desse campo para a história nova recente. Quanto a mim, contentar-me-ei em lembrar aqui que essa noção vaga, ambígua e, às vezes, inquietante de "mentalidade", como muitos outros termos vagos, é uma das que mais agitaram nos últimos anos a história, desempenhando um papel de contrapeso necessário, especialmente no que diz respeito à história econômica. As mentalidades arejaram a história.

A HISTÓRIA QUANTITATIVA E A REVOLUÇÃO DOCUMENTAL

O historiador economista havia começado, muito cedo, a trabalhar com números e tinha recorrido assim à estatística, mas, nos últimos vinte anos, quase todos os historiadores que se puseram a quantificar se voltaram para os computadores, e disso saiu uma nova revolução: a história quantitativa. Emmanuel Le Roy Ladurie forjou com humor uma fórmula conscientemente exagerada, ao declarar que, daqui para a frente, o historiador será um programador ou não será.

O DESEJO DE SE INTERESSAR POR TODOS OS HOMENS

A revolução provém, na verdade, da extensão da história quantitativa a tudo aquilo que podia ser quantificado e, especialmente, à história demográfica e à história cultural. As famílias, os recrutas, a produção literária, tudo isso foi posto em cartões perfurados e entregue ao computador. Em estudos fundamentais e inovadores, François Furet[96] e Pierre Chaunu, pioneiros da história nova – esse último, "inventor" da história serial,[97] que, à imagem das séries de preços da história econômica, constitui séries de tudo o que pode ser quantificado na duração –, expressam lapidarmente os progressos excep-

93 G. Duby, "Histoire des mentalités", in C. Samaran (org.), *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961.
94 Robert Mandrou, "L'Histoire des mentalités", in *Encyclopædia Universalis*. Paris, 1968, v. 8.
95 J. Le Goff, "Les Mentalités, une histoire ambiguë", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. III.
96 Cf. François Furet, "Le Quantitatif en histoire", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. I.
97 Cf. P. Chaunu, "Un Nouveau Champ pour l'histoire sérielle: le quantitatif au troisième niveau", in *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*, op. cit., t. II.

cionais que a história quantitativa, por meio da constituição de dados sólidos e passíveis de serem transformados em cifras, proporcionou à história de modo geral; mas também mostraram os limites do método. Marc Bloch já havia sublinhado os perigos da "superstição do número". A história nova permanece em grande parte qualitativa, e é sabido que a fecundidade da história quantitativa depende da qualidade do programa do historiador, e que o essencial do trabalho histórico ainda está por ser feito depois que o computador tiver produzido seus resultados. A prudência se impõe ainda mais pelo fato de a história quantitativa se situar no interior de uma verdadeira revolução documental, que foi perfeitamente descrita por Jean Glénisson e que não deixa de ter muitas ambiguidades e perigos.[98] O documento de base, a unidade da informação é, de agora em diante, o dado, não o fato, e o *corpus* passa a ser o agrupamento de dados requerido pelo uso do computador. As melhores fontes são as que fornecem dados abundantes, e seu modelo é o registro paroquial. A explosão documental é, em parte, resultante do desejo do historiador de se interessar, a partir de agora, por todos os homens. Mas o novo historiador não deve forçar o computador a quantificar o que não pode ser quantificado – seja por causa do estado da documentação, seja por causa da natureza do fenômeno examinado –, nem negligenciar aquilo que não é quantificável, tampouco entregar ao computador a tarefa de "fazer a história", realizando assim o velho sonho do historiador positivista: assistir passivamente à produção "objetiva" da história pelos documentos.

HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE

Lucien Febvre e Marc Bloch eram fascinados pelo presente, embora o primeiro fosse um especialista no século XVI, e o outro, um medievalista. Marc Bloch concebia como uma audácia necessária expandir o domínio da história "até o conhecimento do presente", e o número de artigos de história contemporânea nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* é importante. Entretanto, os principais avanços da história nova se produziram nos domínios das histórias medieval e moderna. Há, certamente, exceções notáveis, individuais ou

98 Cf. J. Le Goff, "Documento/monumento", op. cit.

coletivas. No domínio da história antiga – em que o peso da história tradicional, ligada às humanidades clássicas e à erudição, igualmente tradicional, é grande, em que, apesar da arqueologia, o conhecimento do homem cotidiano é dificilmente atingido, em que, com exceção ainda do caso da arqueologia, a possibilidade de uma história quantitativa é mínima –, o grupo dos historiadores franceses do mito na civilização helênica antiga[99] é um testemunho do impressionante avanço da história nova. No domínio da história contemporânea, é possível citar notadamente as obras e as pesquisas exemplares de Maurice Agulhon,[100] em que aparece o conceito novo de "sociabilidade".

Porém – e a fraqueza desse período nos recentes *Annales* ESC é um sinal disto – a penetração da história nova no setor da história contemporânea é muito limitada. O prestígio da história acontecimental e da história política continua grande nesse campo. A história do presente é feita predominantemente por sociólogos, cientistas políticos e alguns grandes jornalistas, muito mais do que por historiadores de profissão. Annie Kriegel, historiadora arguta e completa do fenômeno comunista, abandonou o rótulo de historiadora, para trocá-lo pelo de socióloga. Entretanto, a conquista da história contemporânea pela história nova é uma tarefa urgente, já tentada com sucesso por Jacques Julliard, Pierre Nora, Jacques Ozouf, entre outros. A possibilidade de uma história total nesse domínio é incontestável, a "volta do acontecimento" analisada com tanta perspicácia por Pierre Nora, a predominância das ideologias, alvo ideal para a história nova, fazem deste um terreno de pesquisas, modelo para o novo historiador.

UMA RESPOSTA PARA NOSSAS INTERROGAÇÕES

Há mais do que isso. A história nova tem de responder a pelo menos algumas das grandes interrogações de nossa época. Desde 1946, Lucien Febvre afirmava: "Fazer história, sim, na medida em que a história é capaz – e ela é a única capaz disso – de nos permitir viver com outros reflexos que não sejam os do medo, num mundo em estado de instabilidade definitiva".[101] Eu seria mais

99 Marcel Détienne, Nicole Loraux, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet.
100 Maurice Agulhon, *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence; essai sur la sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1968.
101 L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 41.

preciso: "na medida em que a história nova é a mais capaz disso...". Pois em nosso mundo, no qual muda a memória coletiva, no qual o homem, o homem ordinário, diante da aceleração da história, quer escapar da angústia de se tornar órfão do passado, sem raízes, mundo no qual os homens estão apaixonadamente em busca de sua identidade, em que por toda parte busca-se inventariar e preservar os patrimônios, tenta-se constituir tanto para o passado como para o presente, bancos de dados; mundo em que o homem, assombrado, almeja dominar uma história que parece lhe escapar; quem, melhor que a história nova, pode lhe proporcionar informações e respostas? Essa história que se encarrega dele na íntegra, em sua duração secular, que lhe dá esclarecimentos sobre as permanências e as mudanças, que lhe oferece o equilíbrio entre os elementos materiais e espirituais, o econômico e o mental, que lhe propõe escolhas sem impô-las. Ele sempre incumbiu à história desempenhar um importante papel social no mais amplo sentido; e, em nossa época, a história nova é capaz de assumir esse papel mais do que nunca necessário, se lhe dermos os meios de pesquisa, de ensino (em todos os níveis escolares) e da difusão de que necessita, e está capacitada para desempenhar.

HISTÓRIA NOVA E MARXISMO

A renovação global da história representada pela história nova só encontrou problemas fundamentais diante do marxismo. Não é que haja incompatibilidade entre ambos. O que ocorre é que a história nova se desenvolveu em circunstâncias históricas precisas: num momento em que os historiadores que reivindicavam abertamente o marxismo praticavam, em geral, uma história que combatia as bases ideológicas da história positivista e, simultaneamente, acomodava-se a seus métodos. Tais circunstâncias devem tornar mais claras as relações entre história nova e marxismo. Pierre Vilar, autor dos artigos "Marx" e "*Nation*", provou, em suas obras,[102] que é possível ser a um só tempo discípulo de Marx e de Lucien Febvre. Guy Bois também nos dá seu ponto de vista de historiador marxista de nossos dias. Publicações recentes[103] permitem avaliar a evolução dos historiadores marxistas quanto a isso. Contentar-me-ei em evocar sumariamente os principais pontos de convergência e os possíveis desacordos entre o marxismo e a história nova.

O MARXISMO, UMA TEORIA DA LONGA DURAÇÃO

Marx é, sob muitos aspectos, um dos mestres de uma história nova, problemática, interdisciplinar, ancorada na longa duração e numa visão global. A periodização (escravagismo, feudalismo, capitalismo) de Marx e do marxismo, mesmo não sendo aceita sob esta forma, é uma teoria da longa duração. Embora as noções de infraestrutura e de superestrutura pareçam incapazes de dar conta da complexidade das relações entre diversos níveis de realidades históricas, elas são, ainda assim, compatíveis com a noção de estrutura, que representa uma tendência essencial da história nova. Colocar em primeiro plano o papel das massas na história é algo que pode ir de encontro ao interesse da história pelo homem cotidiano, que é também um homem socialmente situado. Mas a primazia grosseira do econômico na explicação histórica, a tendência em situar nas superestruturas as mentalidades, cujo lugar, mesmo não ocupando um nível fundamental de causalidade, é mais central na história nova, e sobretudo a crença numa história linear que se desenvolveria segundo um único modelo de evolução, quando, na verdade, a história nova insiste nas diferenças entre as experiências históricas e na necessidade de abordagens múltiplas, todos esses problemas exprimem que a história nova pode ser considerada um desafio pela história marxista oficial. Cabe aos historiadores da história nova – marxistas e não marxistas – aprofundar tal confronto. Essa é uma das tarefas da história, hoje...

AS TRADIÇÕES DA ESCOLA DOS *ANNALES* E A NOVA GERAÇÃO DE HISTORIADORES

Penso que seja inútil repetir que a história nova foi em grande parte forjada pelo grupo dos *Annales*, e em torno dessa revista. O que não quer dizer que,

---

102 Notadamente Pierre Vilar, *La Catalogne dans l'Espagne moderne, recherches sur les fondements économiques des structures nationales*. Paris: SEVPEN, 1962, 3 v. (ed. reduzida: Paris: Flammarion, 1977).

103 Especialmente a enquete de *La Nouvelle Critique*, sob a direção de François Hincker e Antoine Casanova: *Aujourd'hui l'histoire*. Paris: Éditions Sociales, 1974; cf. também o volume coletivo *Ethnologie et histoire*. Paris: Éditions Sociales, 1975.

tanto no passado como hoje, eminentes historiadores que não têm elos com os *Annales* e que, às vezes, não sentem simpatia por eles, não tenham tido um lugar de primeiro plano na história nova. Penso especialmente em Louis Chevalier, cuja obra *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris dans la première moitié du XIXe siècle*[104] renovou, graças à aliança entre a história e a demografia, a história das estruturas sociais e a história social de acordo com as perspectivas da história nova.

Mas é importante situar, ainda que rapidamente, a história nova – tal como a vejo hoje – em relação às grandes opções dos *Annales* de Lucien Febvre e de Marc Bloch, a fim de melhor avaliar o caminho percorrido, tal como fazia o próprio Febvre ao convidar os jovens historiadores, no prefácio de *Combats pour l'histoire*.[105]

A ANTROPOLOGIA: UMA INTERLOCUTORA PRIVILEGIADA

Batalhas importantes foram vencidas. A história econômica e social adquiriu todos os seus direitos e tornou-se fundamental. O método das entrevistas, a prática da pesquisa histórica em equipe se desenvolvem. A abertura em relação a outras ciências humanas, apesar das dificuldades e decepções, segue na ordem do dia. A necessidade de manter a salvo um olhar novo, de encontrar problemas e campos em que a pesquisa histórica possa estar na ponta tem sido percebida por numerosos historiadores. O objetivo de uma história total, progredindo por problemas e realizada por meio de colaboração internacional, continua sendo o objetivo a ser atingido.

Mas a história econômica e social, sob a forma em que a praticavam os *Annales* do primeiro período, não é mais a frente pioneira da história nova: a antropologia – que tinha pouco peso no período inicial dos *Annales*, ao contrário da economia, da sociologia, da geografia – tornou-se uma interlocutora privilegiada. A fobia da história política não é mais um artigo de fé, pois a noção de "política" evoluiu, e as problemáticas do poder se impu-

104 Louis Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris dans la première moitié du XIXe siècle*. Paris: Plon, 1958.
105 L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit.

seram à história nova.[106] Igualmente, o acontecimento, como demonstrou Pierre Nora, está em vias de ser reabilitado, sobre novas bases.[107] A história das mentalidades e das representações, que mal fora esboçada na primeira fase dos *Annales*, tornou-se uma das principais linhas de força. A história quantitativa é uma novidade.

AS TAREFAS DA HISTÓRIA NOVA

Tal como vejo as coisas, os desenvolvimentos prováveis e necessários da história nova no futuro são três.

A PROMOÇÃO DE UMA NOVA ERUDIÇÃO

A história tradicional se impôs e legou uma herança para sempre preciosa, graças a seus métodos e técnicas. A história nova não acompanhou a renovação dos problemas com a mesma renovação das técnicas de erudição. Essa tarefa deve compreender notadamente:

a. *Uma nova concepção do documento*, acompanhada por uma nova crítica deste. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, parcialmente determinado ele próprio por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a "verdade". A crítica tradicional dos documentos forjados (e Marc Bloch quase não a superou em *Apologia da história*) é muito insuficiente. É preciso desestruturar o documento para entrever suas condições de produção. Quem detinha, em dada sociedade do passado, a produção de testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se documentos da história? É a partir da noção de *documento/*

106 J. Le Goff, "Is politics still the backbone of History?", in Felix Gilbert e Stephen R. Graubard (orgs.), *Historical Studies Today*. Nova York: W. W. Norton and Co., 1972, pp. 335-37.
107 P. Nora, "Le Retour de l'événement", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. I.

monumento proposta por Michel Foucault em *A arqueologia do saber*[108] que a questão precisa ser considerada. Ao mesmo tempo, é preciso localizar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e fundamentá-la tanto nesses seus vazios como na densidade daquilo que sobreviveu.

b. *Um novo tratamento para a noção de tempo*, matéria da história. Também quanto a isso, é preciso buscar saber quem tinha poder sobre o tempo, qual era sua medida e sua utilização. Romper com a ideia de um tempo único, homogêneo e linear. Construir conceitos operacionais para os diversos tempos de uma sociedade histórica – baseando-se no modelo da multiplicidade dos tempos sociais definidos por Maurice Halbwachs e Georges Gurvitch.[109] Constituir uma nova cronologia científica que date sobretudo os fenômenos históricos segundo a duração de sua eficácia na história, mais do que segundo a data de sua produção. Isso é verdadeiro tanto para os fenômenos materiais como para os espirituais. Como há uma cronologia das fontes de energia (motor humano, motor animal, vapor, eletricidade, petróleo etc.), há também uma cronologia das crenças (o purgatório, na sociedade cristã, nasceu no final do século XII e praticamente morreu com o concílio do Vaticano II).

c. *O estabelecimento de métodos comparativos* pertinentes que permitam comparar apenas o que é comparável. Por exemplo, a propósito da feudalidade, evitar uma definição por demais ampla que ponha, sob o mesmo rótulo, realidades muito distanciadas no tempo e no espaço e que não sejam compatíveis com sistemas históricos comparáveis – as pretensas feudalidades africanas, no fundo, não têm muito a ver com a feudalidade europeia dos séculos IX e X (e que deve, ela também, ser diferenciada segundo diversas fases); por outro lado, tampouco é preciso se contentar com uma concepção estreita que julgaria comparáveis apenas a feudalidade europeia e a feudalidade japonesa.

108 Michel Foucault, *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969 [ed. bras.: *A arqueologia do saber*, 7ª ed., trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007].

109 Maurice Halbwachs, *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Alcan, 1925; G. Gurvitch, *La Multiplicité des temps sociaux*. Paris: CDU, 1958; J. Le Goff, "Temps de l'Église et temps du marchand". *Annales ESC*, 1960; retomado em *Pour un autre Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1978.

Ele deve se realizar, sobretudo, levando em consideração *todos os documentos* legados pelas sociedades: o documento literário, o documento artístico,[110] notadamente, devem ser integrados na explicação de uma dada sociedade, sem que a especificidade desses documentos e das intenções humanas de que eles são o produto seja desconhecida. O que equivale a dizer que uma dimensão – essencial – que falta ainda em grande parte à história é a do *imaginário*, esse bocado de sonho que, caso sejam bem desenredadas suas relações complexas com as realidades históricas, pode nos levar muito longe, até o âmago das sociedades. Nesse sentido, um elo mais consistente deveria se estabelecer, por exemplo, entre os historiadores e o Centro de Pesquisa sobre o Imaginário (Centre de Recherche sur l'Imaginaire) de Chambéry, formado em torno de Gilbert Durand, vindo da história literária e da linguística.

Para isso, o historiador deve escolher como tema de pesquisa o que Pierre Toubert e eu chamamos de estruturas globalizantes.[111] E evocamos o fenômeno do *incastellamento*, forma original de hábitat rural, constituída entre os séculos X e XIII,[112] a noção de trabalho, a guerra[113] (conferir Philippe Contamine), a deserção rural,[114] a marginalidade[115] etc.

110 Ver especialmente G. Duby, *Saint Bernard et l'art cistercien*. Paris: Arts et Métiers graphiques, 1970 [ed. bras.: *São Bernardo e a arte cisterciense*, trad. Eduardo Brandão e Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1990]; ou *Le Temps des cathédrales*. Paris: Gallimard, 1976.

111 Pierre Toubert e J. Le Goff, "Une Histoire totale du Moyen Âge est-elle possible?", in *Actes du Centième Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1975, t. I, 1977, pp. 37-38.

112 P. Toubert, *Les Structures du Latium médiéval*. Roma: École Française de Rome, 1973.

113 Philippe Contamine, *Guerre, état et société à la fin du Moyen Âge. Études sur les armées des rois de France (1337-1494)*. Paris/Haia: Mouton, 1972.

114 Wilhelm Abel, *Die Wüstungen des Ausgehenden Mittelalters* [1943], 3ª. ed. Stuttgart: G. F. Verlag, 1976.

115 B. Geremek, op. cit.

Lucien Febvre, ao iniciar seu curso no Collège de France em 1933, desejava que se pudesse dizer dele:

> Ele se preocupou com as ideias e as teorias, com as ideias, porque as ciências só avançam por meio do poder criador e original do pensamento; com as teorias, porque sabemos, sem dúvida, que elas nunca apreendem por inteiro a infinita complexidade dos fenômenos naturais; mas que nem por isso deixam de ser graus sucessivos que, em seu insaciável desejo de ampliar o horizonte do pensamento humano, a Ciência gravita, uns após os outros...[116]

Até aqui, a história nova tentou escapar a dois perigos: o de ser sistemática, por um lado, e, por outro, o de ser puramente empírica, à imagem da escola positivista (que se acreditava objetiva porque sem teoria, mas que na verdade era, na maioria das vezes, sem ideias). Contudo é preciso reconhecer que, apesar das declarações de Lucien Febvre, os historiadores da história nova, insistindo, com razão, na multiplicidade das abordagens, não deixaram de negligenciar a preocupação com a esfera teórica – que, longe de ser da ordem do dogmático, não passa da explicitação de teorias implícitas que fatalmente o historiador, como todo homem de ciência, coloca nas bases de seu trabalho, e das quais é de seu interesse tomar consciência e seu dever declará-las aos outros. Desejo especialmente que o historiador, caso se mantenha afastado dos sistemas rígidos de explicações históricas, nem por isso deixe de reconhecer a existência de sistemas históricos cuja estrutura e transformações ele tem a incumbência de analisar.

O FUTURO DA HISTÓRIA

É possível, enfim, perguntar-se que riscos corre o futuro da história, amanhã e depois de amanhã. Marc Bloch, entre outros, tinha se colocado essa questão:

> Não há, portanto, nada além de uma ciência dos homens no tempo, e incessantemente tem a necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos. Como chamá-la? [...] O antigo nome "história" me parece o mais compreensivo, o menos "exclusivo"; e também o mais impregnado das emocionantes lembranças de um esforço muito mais que secular.[117]

Sem brincar de profeta ou adivinho, é possível conceber as três hipóteses:

- Ou bem a história, prosseguindo seus investimentos em outras ciências humanas, chegará a absorvê-las numa pan-história, ciência global do homem, dos homens no tempo.
- Ou bem uma fusão virá a ocorrer entre as três ciências sociais mais próximas: história, antropologia e sociologia. A essa eventual nova ciência, Paul Veyne daria o nome de "história sociológica"; quanto a mim, preferiria chamá-la de "antropologia histórica".
- Ou bem, enfim, reassumindo fronteiras e parando de flertar com todas as outras ciências humanas, a história acabará se entrincheirando num novo território, operando um novo "corte epistemológico". Creio que um Michel Vovelle, tal como ele se exprime aqui, haveria de buscar essa história no sentido de "uma nova dialética do tempo curto e do tempo longo".

Seja como for, o que se deve esperar é que a ciência histórica possa, de agora em diante, evitar com maior eficácia as tentações da filosofia da história, que renuncie às seduções da maiúscula – a história com "H" – e que se defina melhor com relação à história vivida dos homens. Os interessantes desenvolvimentos da *história da história* devem prosseguir e ser de grande ajuda para isso.

116 L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 17.

117 M. Bloch, *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 15.

NOTAS COMPLEMENTARES (1988)

A elaboração de novas concepções do espaço e do tempo, de suas relações com a história e do lugar que devem ocupar na renovação da metodologia histórica é o tema de pesquisa do Centro Internazionale A. Beltrame di Storia dello Spazio e del Tempo, situado em Brugine, na província de Pádua; o centro publica um *Bollettino* desde 1983.

A cartografia ampliada a um sistema de representação do espaço deu ensejo à realização de importantes trabalhos metodológicos e aplicados, que ajudaram a nova história a se exprimir graficamente no espaço. Essa renovação foi obra, sobretudo, de Jacques Bertin e de seus alunos.

J. BERTIN, *La Graphique et le traitement graphique de l'information*. Paris: Flammarion, 1977.

S. BONIN, "Graphique", in A. BURGUIÈRE (org.). *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris: PUF, 1986, pp. 306-11 [ed. bras.: *Dicionário das ciências históricas*, trad. Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993].

Um exemplo de reaização no espírito dessa nova cartografia histórica:

G. ARBELLOT, B. LEPETIT e J. BERTRAND, *Atlas de la Révolution Française, 1. Routes et communications*. Paris: EHESS, 1987.

Para uma história total do tempo e dos tempos:

K. POMIAN, *L'Ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.

Testemunho do enraizamento profundo, característico de uma linhagem tradicional da nova história na França, os três volumes póstumos (prelúdio a uma *História da França* que permanecerá, infelizmente, inacabada) de F. BRAUDEL (que faleceu em dezembro de 1985): *L'Identité de la France*, t. I [ed. bras.: *A identidade da França*, 2ª ed., trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Globo, 1991]; *Espace et histoire*, t. II (2 v.); *Les Hommes et les choses*; os três foram publicados em 1986, pela Arthaud-Flammarion.

Sobre as relações entre a nova história e a literatura:

S. JÖCKEL, *"Nouvelle histoire" und Literaturwissenschaft*. Rheinfelden: Schäuble Verlag, 1985.

Sobre as relações entre a história e as ciências, além do artigo antigo, porém essencial, de

K. POMIAN, "L'homme de la science et l'histoire de l'histoire", *Annales ESC*, XXX, 1975, 5, pp. 935-52.

E recentemente:

P. REDONDI (org.), *Science: The Renaissance of a History* (Proceedings of the International Conference Alexandre Koyré). Paris: Collège de France, 1986 (n. especial de *History and Technology*, n. 1-4, 1987).

Lucette Valensi e Bernard Lepetit vieram juntar-se a André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel na direção dos *Annales*.

Sobre o papel de suas concepções históricas no conjunto das ideias e da ação de Guizot, ver:

Pierre ROSANVALLON, *Le Moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.

Sobre Michelet e o papel da mulher na história:

Thérèse MOREAU, *Le Sang de l'histoire. Michelet, l'histoire et l'idée de la femme au XIX^e siècle*. Paris: Flammarion, 1982.

Entre os objetos que ficaram em moda por meio da nova história, o corpo e a sexualidade, sobretudo, deram ensejo a inúmeros estudos de qualidade, entre os quais:

Alain CORBIN, *Le Miasme et la jonquille*. Paris: Auber, 1982 [ed. bras.: *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*, trad. Lygia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987].

Marie-Christine POUCHELLE, *Corps et chirurgie à l'apogée du Moyen Âge*. Paris: Flammarion, 1983.

Aline ROUSSELLE, *Porneia. De la maîtrise du corps à la privation sensorielle. II^e-IV^e s. de l'ère chrétienne*. Paris: PUF, 1983.

Odile ARNOLD, *Le Corps et l'âme, la vie des religieuses au XIX^e siècle*. Paris: Seuil, 1984.
Georges VIGARELLO, *Le Propre et le sale. L'hygiène du corps depuis le Moyen Âge*. Paris: Seuil, 1985 [ed. bras.: *O limpo e o sujo*, trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996].
Danielle JACQUART e Claude THOMASSET, *Sexualité et savoir médical au Moyen Âge*. Paris: PUF, 1986.
Giulia SISSA, *Le Corps virginal. La virginité féminine en Grèce ancienne*. Paris: Vrin, 1987.

No campo da vulgarização, podem ser assinalados os artigos publicados em dois números especiais da revista *L'Histoire*:
G. DUBY (org.), "L'Amour et la sexualité", 1984.
J. LE GOFF e J. CH. SOURNIA (orgs.), "Les Maladies ont une histoire", 1985.

Uma concepção profundamente renovada da história das doenças inspirou o grande livro de Mirko D. GRMEK, *Les Maladies à l'aube de la civilisation occidentale. Recherches sur la réalité pathologique dans le monde grec préhistorique, archaïque et classique*. Paris: Payot, 1983.

A obra-prima de Ernst KANTOROWICZ foi traduzida para o francês: *Frédéric II*. Paris: Gallimard, 1987.

Os estudos sobre a história dos gestos se multiplicam. Citaremos o número especial *Gestures*, J. Cl. SCHMITT (org.), de *History and Anthropology*, v. 1, n. 1, nov. 1984.

Sobre as transformações das atitudes dos homens para com a *imagem* como documento histórico, ver:
R. CHARTIER, "Image", in A. BURGUIÈRE, *Dictionnaire des sciences historiques*, op. cit., pp. 345-47, e SOURCES (org.), *Images et Histoire*, Actes du colloque Paris-Censier, mai. 1986. Paris: Publisud, 1987, coleção "Histoire au présent".

A história das mentalidades, um dos sucessos da nova história, concebida a partir de um conceito do qual às vezes se abusou, foi muito produtiva. De um ponto de vista metodológico, assinalemos alguns artigos publicados na coletânea em homenagem a um dos pioneiros da história das mentalidades, Robert Mandrou, falecido em 1985: *Histoire sociale, sensibilités collectives et mentalités. Mélanges Robert Mandrou*. Paris: PUF, 1985, e especialmente o testemunho de Georges Duby: "La rencontre avec Robert Mandrou et l'élaboration de la notion d'histoire des mentalités" (pp. 33-35).

Michel Vovelle explicitou como um historiador inspirado pelo marxismo e pela nova história podia ser um historiador das mentalidades, com a condição de estabelecer certas distinções e de fundamentar solidamente a história das mentalidades na história social: *Idéologie et mentalités*. Paris: François Maspéro, 1982 [ed. bras.: *Ideologias e mentalidades*, 2ª ed., trad. Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 1991]; e *Iconographie et histoire des mentalités*. Paris: Éditions du CNRS., 1979.

Sobre a história dos *comportamentos*, ligada à história das mentalidades (A. Nitschke intitula a primeira parte de seu livro "Les modes de comportement dépendant de la mentalité d'un groupe"), ver:
A. NITSCHKE. *Historische Verhaltungsforschung*. Stuttgart: Ulmer, 1981.

Sobre a história dos marginais, é preciso acrescentar ao levantamento bibliográfico de Jean-Claude Schmitt o recente grande livro de Bronislaw GEREMEK, *La Potence ou la pitié. L'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Gallimard, 1987.
B. BACZKO, *Lumières de l'utopie*. Paris: Payot, 1978 (contendo uma reflexão metodológica sobre o "imaginário" e o "utópico").
G. DAGRON, *Constantinople imaginaire. Études sur le recueil des "Patria"*. Paris: PUF, 1984.
J. LE GOFF, *L'Imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1985 (com um prefácio metodológico sobre a noção de "imaginário" na linha do artigo de Evelyne Patlagean, novamente publicado no volume de *La Nouvelle Histoire* [ed. bras.: "A história do imaginário", in *A história nova*, 5ª ed., trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005].

S. GRUZINSKI, *La Colonisation de l'imaginaire. Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol XVI^e-XVIII^e siècles.* Paris: Gallimard, 1988 [ed. bras.: *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*, trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003].

Sobre o florescimento da historiografia em *história da história*, que se encarrega não apenas da obra dos historiadores propriamente dita, como também do conjunto das manifestações da memória coletiva, podem ser citados:

F. HARTOG, *Le Miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre.* Paris: Gallimard, 1980 [ed. bras.: *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999].

G. GALASSO, *L'Italia come problema storiografico.* Turim: UTET, 1981.

C. BEAUNE, *Naissance de la nation France.* Paris: Gallimard, 1986.

A grande empreitada lançada e dirigida por Pierre NORA, *Les Lieux de mémoire*, t. I: *La République*; t. II: *La Nation* (3 v.); t. III: *La France.* Paris: Gallimard, 1984-92, deve marcar significativamente a historiografia francesa. Ela exprime a confluência das principais correntes da historiografia francesa contemporânea numa problemática inspirada pela nova história.

Os principais artigos de J. LE GOFF publicados na *Enciclopedia Einaudi* de 1977 a 1982 foram reunidos pelo autor em *Storia e memoria.* Turim: Einaudi, 1986 (versão francesa original: *Histoire et mémoire.* Paris: Gallimard, 1988) [ed. bras.: *História e memória*, 5ª ed., trad. Suzana F. Borges, Irene Ferreira e Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1996].

Publicado originalmente como "L'Histoire nouvelle", in Jacques Le Goff (org.), *La Nouvelle Histoire* [1ª ed., 1978; 2ª ed., 1988]. Paris: Éditions Complexe, 2006. Tradução de Flávia Nascimento.

DESDOBRAMENTOS

STUART CLARK

5. OS HISTORIADORES DOS *ANNALES*

A ideia de que a história deve ser uma narrativa das realizações de atores políticos individuais foi seriamente desafiada pela primeira vez durante o Iluminismo francês. Voltaire e Montesquieu foram representantes típicos da defesa de uma análise, por assim dizer, mais "filosófica" do passado. A "nova história" do século XVII deveria preocupar-se mais com os hábitos, costumes e crenças de povos inteiros e com os padrões gerais de seu desenvolvimento social e cultural. Nos últimos cinquenta anos uma tentativa nova e mais radical de retirar as ações políticas do centro das atenções do historiador irradia, novamente, da França. Ela surgiu principalmente dos trabalhos dos historiadores associados desde 1946 à revista *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, e desde 1947 à VIª Seção da École Pratique des Hautes Études de Paris – hoje instituição independente, com a intitulação própria École des Hautes Études en Sciences Sociales. A influência mais importante é Fernand Braudel, editor dos *Annales* de 1957 a 1968 e presidente da VIª Seção de 1956 a 1972. Exercida a partir dessas posições de destaque no meio acadêmico francês e em dezenas de conferências e ensaios ocasionais, essa influência, no entanto, deve ser atribuída a uma mesma obra notável – seu *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Publicado pela primeira vez em 1949 e de novo em versão substancialmente revisada em 1966, é ainda a contribuição mais original, e também a que mais deu origem a outros trabalhos, à história dos *Annales*.

O que é significativo nesse caso é não tanto alguma grande revisão das técnicas de investigação empírica, ainda que a busca incansável pela quantificação, que se tornou a marca registrada dos *Annales*, represente o ponto de partida. Mais do que isso, é a reinjeção de um compromisso renovado com uma teoria social abrangente em uma história supostamente desprovida de inclinações doutrinárias – a *histoire historisante* dos "fatos puros" associada aos metodologistas franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. Em aula inaugural no Collège de France, em 1950, Braudel falou dessa reorientação teórica da historiografia francesa e de sua importância, ainda mais significativa, para a sociedade pós-guerra. Na procura de uma formulação que captasse sua essência, afirmou que, de todas as inovações realizadas pelos historiadores dos *Annales*, a mais decisiva havia sido a de "transcender o indivíduo e o evento particular". Até então, os problemas da história haviam sido definidos pelos filósofos analíticos (se é que haviam sido definidos). A atenção era dirigida, consequentemente, ao status lógico da disciplina enquanto ferramenta preditiva, às condições de sua objetividade e a outros assuntos similares. Mas isso equivalia a concebê-la simplesmente em termos epistemológicos, e, mais especificamente, como tentativas mais ou menos bem-sucedidas de encaixar retratos presentes em "paisagens" passadas. No entanto, afirmava Braudel, os problemas dos historiadores estão na própria "paisagem"; eles têm origem na própria natureza das questões humanas. Embora não fosse sua intenção, a história tradicional havia se apoiado disfarçadamente na dupla crença no predomínio de atores-heróis excepcionais e na influência do exemplar e do dramático na vida dos homens. A ameaça da contingência foi superada pela imposição da ordem narrativa. Era tarefa da nova história, conduzida por assim dizer "pela própria vida", trazer à tona as forças impessoais que de fato davam forma aos homens e aos seus destinos, assim como conceber os ritmos lentos sob os quais o tempo social de fato se movia.[1]

1 Fernand Braudel, *On History* [1969], trad. ingl. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1980, pp. 6-11 [ed. bras.: *Escritos sobre história*, trad. Jacó Guinzburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978]. Paul Ricoeur, *The Contribution of French Historiography to the Theory of History*, Zaharoff Lecture for 1978-79. Oxford: Clarendon Press, 1980, pp. 7-12.

A história dos *Annales* tem sido governada, portanto, não por uma escolha entre orientações epistemológicas mas por uma preferência por uma filosofia da ação, que Braudel considerava "uma nova forma de conceber as questões humanas".[2] Do ponto de vista epistemológico, pouco a distingue do positivismo histórico que ela pretendeu substituir. Ela se distingue acima de tudo por uma concepção da experiência humana segundo a qual o ator e a ocorrência individuais deixam de ser os elementos centrais da explicação social. Uma vez que os eventos são constituídos principalmente pela força de diversas circunstâncias conjunturais e estruturais diferentes, segue-se que o tempo do historiador não pode ser o da narrativa linear, e seus interesses não podem estar limitados aos elementos meramente políticos. Já que essas circunstâncias têm mais peso do que os cálculos e escolhas de homens e mulheres específicos, e exercem influência de forma diferente em épocas diferentes, o historiador deve evitar tanto o voluntarismo tradicional quanto o anacronismo que resulta da pressuposição de que os motivadores da ação são sempre uniformes – como se a história pudesse ser reduzida a "um jogo monótono, sempre mudando mas sempre o mesmo, como as milhares de combinações possíveis de peças em um jogo de xadrez".[3]

É a esses princípios que podemos associar, acima de tudo, a celebrada história – sem pessoas, "ecodemográfica", quase imóvel – do *ancien régime* que nos últimos trinta anos tem sido uma das preocupações dos *Annales*.[4] No entanto, a impaciência dos historiadores franceses com a narrativa convencional da história política tem suas origens no período anterior à guerra. Foi com o propósito de derrubar os muros intelectuais que a circundavam que o medievalista Marc Bloch e seu colega na Universidade de Estrasburgo, Lucien Febvre, fundaram em 1929 o primeiro *Annales* (o *Annales d'Histoire Economique et Sociale*). Bloch e Febvre eram admiradores da visão mais calorosa e suave de Michelet, e desdenhavam o que consideravam ser o positivismo estéril da historiografia oficial francesa – a *histoire sorbonniste*. Mas sua inspiração derivava, na verdade, das

2 F. Braudel, op. cit., p. 33.

3 Id., ibid., p. 11.

4 Emmanuel Le Roy Ladurie, *The Mind and Method of Historian*, trad. ingl. Brighton: Harvester Press, 1981, pp. 1-27.

outras ciências sociais e dos historiadores, como Henri Berr, que acreditavam na profunda interdependência entre tais ciências e a história. De Henri Wallon e Charles Blondel, Febvre derivou seu interesse pela psicologia social, que o acompanhou por toda a vida. Do geógrafo humano Paul Vidal de la Blache (Braudel o chamaria mais tarde de "o mais influente de todos"), ele aprendeu a reconhecer as diferentes formas pelas quais as sociedades respondem ao meio ambiente físico. Do filósofo Lévy-Bruhl, ele e Bloch desenvolveram a noção de que para além dos pensadores individuais e suas expressões particulares de valores e crenças repousam sistemas de pensamento padronizados – "mentalidades" – que variam radicalmente segundo a época. Acima de tudo, seguindo Durkheim, ambos os historiadores aceitaram a primazia do social e do coletivo na vida dos atores históricos.

Em consequência, Bloch e Febvre passaram a julgar irremediavelmente artificial e irrelevante a história centrada em eventos isolados, ligados apenas por sua posição relativa em séries cronológicas. O manifesto que inaugurava o novo periódico atacava os ideais de Von Ranke e o culto pelo detalhe com um veneno digno de Voltaire. O livro de Bloch *Feudal society* [A sociedade feudal] (1939-40) era, em acordo com essa posição, uma análise das relações estruturais que vinculavam a sociedade, a economia, a política, a tecnologia e a psicologia do mundo feudal. O estudo clássico de Febvre *O problema da incredulidade no século XVI*, publicado em 1942, relacionava um evento intelectual particular às condições estruturais de sua ocorrência – no caso, de sua não ocorrência. Ele argumentava que atribuir crenças ateístas a Rabelais e seus contemporâneos era incorrer em anacronismo, uma vez que a falta de determinadas ferramentas linguísticas e conceituais em seus recursos mentais impunha limites à sua capacidade de não crer.

Os historiadores dos *Annales* do pós-guerra reconheceram sua dívida para com esses pioneiros. A conjunção com outros estudos da sociedade – o "mercado comum das ciências humanas" de Braudel – continuou a ser uma preocupação. Novas inspirações intelectuais vieram do economista e filósofo François Simiand, do antropólogo Marcel Mauss e do sociólogo Georges Gurvitch. Mas ocorreu também uma mudança notável nos interesses e um endurecimento da filosofia da história subjacente aos estudos. Febvre e Bloch haviam desenvolvido um interesse intenso pelas mentalidades e pela psicologia coletiva. Os clássicos da segunda geração – por exemplo, os estudos sobre *Beauvais et le beauvaisis* por Pierre Goubert, do Languedoc por

Emmanuel Le Roy Ladurie, e da Baixa Provença por René Baehrel, junto com o próprio *O Mediterrâneo* de Braudel – eram firmemente enraizados em análises socioeconômicas e, acima de tudo, em padrões demográficos. Apenas recentemente os historiadores dos *Annales* retornaram, em alguma medida, ao tema das mentalidades.

Para Febvre e Bloch, também, eventos e estruturas eram ainda aspectos complementares da realidade e fatores tais como vontade e intenção eram reconhecidamente importantes. Febvre em especial se opôs a toda forma de determinismo geográfico, preferindo o "possibilismo" de La Blache e enfatizando a ideia segundo a qual os meios ambientes são tanto veículos de sentidos atribuídos quanto fatos brutos a respeito do mundo exterior. Os que vieram depois tenderam a adotar uma posição significativamente mais determinista e a negligenciar quase completamente o papel da ação intencional humana na mudança histórica. Braudel aludiu mais de uma vez à contribuição da própria guerra para esse processo. O desastre nacional e a experiência do cativeiro o fizeram distanciar-se definitivamente dos eventos e da perspectiva histórica na qual tinham relevância. Não menos do que outros intelectuais, os historiadores foram forçados pela catástrofe a repensar questões fundamentais; mas a maneira como o fizeram os distanciou do existencialismo dominante no pós-guerra.

Podemos perceber isso acima de tudo na concepção de mudança que foi o princípio orientador da obra do próprio Braudel. Ele sempre sustentou que o tempo histórico pode ser dividido em unidades de duração variáveis segundo o ritmo em que a mudança ocorre em seus diversos setores. Há, em primeiro lugar, o período curto dos eventos. Esse é o âmbito dos atores individuais em seus diversos envolvimentos, o tempo acelerado da micro-história, o tempo do instante e do imediato. Com esse tempo preocupa-se, evidentemente, a narrativa tradicional – na verdade, é sua única preocupação. Em segundo lugar, Braudel distingue um ritmo intermediário de mudança que chama de tempo das *conjonctures*. Esse é o tempo dos movimentos mais amplos das economias, das estruturas sociais, das instituições políticas e das civilizações. Nesse caso, o passo é mais lento e as durações são aquelas, por exemplo, dos movimentos cíclicos de preços e salários, os ritmos e fases das mudanças demográficas, tecnológicas e sociais, e padrões e tendências do comércio e da troca. Tais fases duram cinco, dez, vinte, talvez cinquenta anos. Finalmente, há o período de mais longa duração, a *histoire de la longue*

dureé, no qual o tempo é quase imóvel e o historiador precisa da perspectiva de séculos – secular ou multissecular – a fim de reconhecer e dar forma a alguma mudança. Esse é o domínio das circunstâncias biológica, geofísica e climática do homem, do "homem em sua relação íntima com a terra que o carrega e alimenta". Essas realidades densas, que o tempo demora tanto a erodir, Braudel chamou de "estruturas".[5]

Essa é a divisão tríplice que em ordem reversa orienta sua visão geral do mundo mediterrânico no século XVI. O livro começa com a *longue durée* das características do próprio mar, seu entorno físico e suas características climáticas, junto com os padrões de deslocamento, assentamento e comunicação humanos que produzem. Em seguida, passa aos padrões demográficos, econômicos e comerciais do reino de Filipe II e a formas de agrupamento social, as instituições e a guerra. E termina, no espírito da história tradicional, com "eventos, política e pessoas". Braudel crê que essa é uma reversão crucial de prioridades, e que a história lenta das estruturas é especialmente capaz de trazer uma contribuição vital à teoria social. E não apenas porque ciclos demográficos ou padrões climáticos, por serem imensuráveis por uma escala talhada para fenômenos transientes, eram até então invisíveis aos olhos dos historiadores. Braudel está defendendo muito mais do que uma visão pluralista do tempo, ligada a uma escolha específica de assunto. Tampouco é apenas questão de utilizar o período longo, com sua ênfase na continuidade e na recorrência, para colocar o passado em contato com o presente – apesar de Braudel dar muita importância a isso também.

O que realmente está por trás de seu entusiasmo com a história estrutural é uma concepção da explicação social, acima de tudo uma ênfase nos efeitos determinantes das estruturas sobre aqueles que as habitam. Marcel Bataillon, o historiador da Espanha, que era um dos examinadores quando *O Mediterrâneo* foi apresentado como *thèse* em 1947, escreveu mais tarde que ele era um estudo sobre o acaso e a necessidade na vida humana. Braudel certamente não é doutrinário nesse assunto, tampouco é um crente no "imperialismo" de um fator dominante único e exclusivo na história. Em sua aula inaugural de 1950

5 F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, trad. ingl. Londres: Collins, 1972-73, 2 v., pp. 20-21 [ed. bras.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983]. Id. *On History*, op. cit., pp. 10-13, 27-34 e 74.

ele insistiu: "Não existe história unilateral". Ele não negligencia, ao menos em princípio, a possibilidade de interação entre as diversas camadas de tempo da história. O historiador lida com aquilo que chama de uma "dialética" dos períodos de tempo e seu fim último deveria ser equilibrar a oposição entre o instantâneo e o duradouro em um relato unitário. Em um de seus comentários mais sedutores ele usa a imagem da ampulheta para evocar o movimento sempre reversível da explicação, de eventos a estruturas e de estruturas a eventos.[6]

Na verdade, essa imagem é um tanto enganadora, pois, assim como a referência a uma dialética, sugere uma igualdade entre os elementos contrapostos na explicação histórica. E, tanto na teoria quanto na prática, Braudel não parece disposto a aceitar tal igualdade. Basta ver as imagens mais depreciativas com as quais ele expressa sua hostilidade com os eventos. Eles são vistos (o que não deixa de ser irônico em se tratando de um historiador do Mediterrâneo) como "distúrbios de superfície, cristas de espuma que as marés da história carregam em suas costas poderosas". São evanescentes como fumaça ou vapor, como flores solitárias que florescem por um dia para logo desaparecerem; repousam como poeira sobre os objetos mais sólidos do passado. Em uma passagem especialmente memorável, Braudel os compara aos vaga-lumes que vira certa vez no Brasil: "Sua luz pálida brilhava, se apagava, aparecia outra vez, sem nunca perfurar a noite com uma iluminação verdadeira. Assim são os eventos: a escuridão prevalece em torno de seu brilho".[7]

Em outros textos Braudel descreve o mundo dos eventos como um mundo estreito, superficial, efêmero, provisório e caprichoso. Acima de tudo, é o mundo da ilusão. Ele não nega que tenham sua própria realidade assim como as outras camadas da história, mas sustenta que é apenas a realidade assim como ela aparece para os agentes, e não a realidade como ela *é*. É o mundo, de fato, da consciência do indivíduo, mas os homens e as mulheres que o habitam são vítimas da falsa consciência. As perspectivas a partir das quais veem suas vidas são curtas e restritas demais para que sejam capazes

6 Id., *On History*, op. cit., pp. 10, 38, 50; id., *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., p. 903.

7 Id., *La Méditerranée et le monde mediterranéen à l'époque de Phillippe II*. Paris: Armand Colin, 1949, p. 721; id., *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., pp. 21 e 901; id., *On History*, op. cit., pp. 10-11 e 67.

de distinguir adequadamente o que é importante do que é trivial. Eles percebem a passagem do tempo apenas de forma "narrativa", a partir da precipitação dos acontecimentos diários, e assim lhes escapa a maior parte do que Braudel chama de história real. Naturalmente, concebem suas ações segundo categorias como intenção, escolha e autodeterminação. É um mundo no qual "os grandes homens aparentemente organizam as coisas, como maestros conduzindo suas orquestras". Mas esses grandes homens não são capazes de reconhecer as forças que, apesar de separadas deles, dão forma ao que fazem – assim como o destino de turcos e cristãos foi inadvertidamente definido por padrões comuns de clima, terreno e vegetação na região do Mediterrâneo; assim como Filipe II e seus conselheiros estavam cegos para o fato de que suas ações eram respostas a mudanças sísmicas em sua geo-história.[8]

O historiador deve prestar atenção a esse mundo, mas não deve nunca ser vítima, como foi o caso de seus antecessores tradicionalistas, de suas ilusões – como um "escravo das celebridades instantâneas". Ao contrário, ele deve desconfiar do evento, e nos precaver a nós, atores em nosso mundo, contra ele. Essa história não deve ser jamais apenas aquela "ciência em pequena escala da contingência", que Braudel em outras ocasiões rotulou de "a assim chamada" história.[9] Deve ser a história da longa duração, pois é apenas aqui que se pode encontrar, por assim dizer, os atores reais, cujas ações são tão autênticas quanto aquelas dos agentes ordinários, mas têm resultados que são profundos e duradouros porque são determinantes. Nada é mais revelador do que o uso que Braudel faz do vocabulário da teoria da ação quando fala de forças impessoais na história. Comenta-se muito que os heróis de seu livro sobre o Mediterrâneo são aquelas entidades personalizadas – montanhas, planaltos e penínsulas, o próprio mar, até mesmo o tempo e o espaço – às quais, de maneira antropomórfica e até mesmo um tanto mística, ele atribui planos e intenções.[10]

8 Id., *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., pp. 901; id., *On History*, op. cit., pp. 27-28, 74, 177.

9 Id., *On History*, op. cit., pp. 18, 38, 57 e 74.

10 Lucien Febvre, "Un livre qui grandit: *La Méditerranée et le monde mediterranéen à l'époque de Phillippe II*", *Revue Historique*, n. 203, 1950, p. 218. Jack H. Hexter. "Fernand Braudel and the *Monde Braudelllien* [...]", *Journal of Modern History*, n. 44, 1972, p. 518.

A linguagem de que Braudel se vale invariavelmente quando descreve o papel das estruturas é a da inércia, obstrução e aprisionamento. Elas "se colocam no caminho da história, detêm o seu fluxo, e, ao detê-lo, moldam-na". Incluir eventos em *O Mediterrâneo*, escreveu ele na primeira edição, equivalia a supor que a vida dos indivíduos podia, ocasionalmente, ser liberada dessas correntes. Na maior parte do tempo, homens e mulheres são de fato prisioneiros da *longue durée* porque todas suas ações são limitadas e restringidas pelas estruturas em termos das quais são obrigados a agir. "Por séculos", escreve, "o homem tem sido prisioneiro do clima, da vegetação, da população animal, de uma produção agrícola particular, de um equilíbrio lentamente estabelecido do qual não pode escapar sem colocar tudo em risco... Há o mesmo elemento de permanência ou sobrevivência no vasto domínio das questões culturais." Para Braudel tais estruturas são infraestruturais, e as mudanças que ocorrem nelas são consideradas responsáveis em última instância por tudo que se passa nos outros setores temporais da história que gravitam em torno delas. É nesse sentido que a demografia revela que a civilização é filha do número. A revolução biológica do século XVI foi "mais importante do que a conquista turca, a descoberta e colonização da América, ou a vocação imperial da Espanha". Da mesma forma, Braudel invoca o que chama de "física" da política espanhola, em vez de qualquer explicação em termos de decisões conscientes, para explicar a orientação da Espanha em direção ao Atlântico de 1580 em diante.[11]

Podemos ver então que essa concepção da mudança histórica não é meramente multidimensional, como a de Febvre, mas também hierárquica. E, nessa hierarquia, as estruturas são supostamente os elementos mais decisivos e os eventos, os menos – não são mais, por assim dizer, o pano de fundo da história, mas o primeiro plano. Braudel encerra *O Mediterrâneo* com a afirmação: "[...] quando penso no indivíduo, tendo a vê-lo aprisionado em um destino que está fora de seu controle, fixo em uma paisagem na qual as perspectivas infinitas da

11 F. Braudel, *On History*, op. cit., pp. 31-33, 74, 85-86, 206: id., *La Méditerranée et le monde mediterranéen à l'époque de Phillippe II*, op. cit. [1949], p. 721; id., *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., pp. 403-19.

longa duração se estendem tanto atrás quanto adiante dele. Segundo entendo a análise histórica, ainda que eu esteja enganado, a longa duração sempre vence no fim".[12] Esses pressupostos também orientam boa parte do segundo maior historiador dos *Annales* da geração de Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie. Em *Les Paysans de Languedoc*, sua obra seminal publicada em 1965, Ladurie lida com "as atividades, as lutas e os pensamentos das próprias pessoas",[13] e dedica algumas páginas incisivas aos temas e instituições de sua cultura. Mas na maior parte do livro as vemos lutando às cegas por sobrevivência, prisioneiras que são de suas práticas produtivas. Elas figuram como vítimas do conservadorismo tecnológico imemorial, seus esforços por crescimento real bloqueados e, em última instância, derrotados pela inflexibilidade de seu produto bruto. Todos os momentos significativos de sua história entre os séculos XIV e XVIII são considerados fracassos em superar obstáculos malthusianos. Em sua aula inaugural no Collège de France em 1973 Ladurie reafirmou sua crença de que as forças motrizes da grande história repousam "na economia, nas relações sociais e, em um nível ainda mais profundo, em fenômenos biológicos". Entre 1300 e 1720 (disse) as condições de vida na Europa rural eram inexoravelmente determinadas pelas leis que governam o estabelecimento de um equilíbrio ecológico e demográfico.[14]

Os historiadores dos *Annales* realizaram muitos feitos admiráveis e seu trabalho causou grande impacto no pensamento histórico. Nenhum grupo comparável de acadêmicos exerceu influência mais decisiva. Eles romperam de vez com a hesitação e desconfiança com a qual outras áreas de investigação que não a política eram encaradas, e demonstraram para além de qualquer dúvida que os historiadores precisam aprender de disciplinas irmãs se desejam aprofundar e dar vida à sua compreensão da história. O ecletismo se tornou algo respeitável entre eles, e todos os aspectos da experiência humana, por mais negligenciados ou suprimidos que tenham sido, estão sujeitos ao tipo de escrutínio enérgico e inovador graças ao qual a própria revista conquistou

12 Id., *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., p. 1244.

13 E. Le Roy Ladurie, *The Peasants of Languedoc*, trad. ingl. Urbana: University of Illinois Press, 1974, p. 8 .

14 Id., *The Mind and Method of Historian*, trad. ingl. Brighton: Harvester Press, 1981, p. 3, passim.

sua merecida fama. Já se disse que nenhum historiador é menos etnocêntrico do que Braudel e que o alcance de seus interesses, assim como os da revista, é intelectualmente arrebatador. Os historiadores já não podem ignorar a *longue durée*, seja nas áreas de aplicação de Braudel ou Le Roy Ladurie ou no estudo das mentalidades. A noção de anacronismo, em consequência, sobre a qual repousa em última análise o pensamento histórico, foi posta em destaque.

Contudo, o aspecto mais relevante da influência dos *Annales* tem sido a forma como chamou a atenção dos historiadores para temas fundamentais da teoria social. Não o fez, no entanto, propositadamente. Os historiadores associados aos *Annales* relutam em entregar-se à teorização abstrata. Em um lance julgado sofisticadamente obscuro, o primeiro número da revista, de 1929, a rejeitou por completo, e há, ocasionalmente, indícios de ingenuidade filosófica quase deliberada sobre algumas das proposições metodológicas futuras.[15] No entanto, o historiador que deseja seguir Braudel está obrigado a considerar até que ponto a realidade é uma construção cultural ou algo irredutível às percepções dos agentes; ele deve igualmente debater os problemas perenes da liberdade e da determinação no comportamento humano; e ele deve enfrentar a antítese aparente entre a individualidade dos eventos e a generalidade das estruturas. Talvez a melhor maneira de mostrá-lo e de levar adiante o caráter do *monde Braudelien* seja colocar sua defesa da história "estrutural" no contexto mais amplo do pensamento estruturalista francês.

À primeira vista essa não parece ser uma tática muito promissora. As relações entre os elementos de um sistema, que o estruturalista deve revelar, possuem, literalmente, um caráter matemático – que devem valer para os isomorfismos entre duas ou mais representações culturais do sistema.[16] Como adverte o próprio Braudel, a busca por equivalências abstratas, formais, parece ultrapassar qualquer preocupação histórica pelas infraestruturas duradouras que são os fundamentos da vida humana.[17] No outro ex-

15 Maurice Aymard, "The *Annales* and French Historiography (1929-1972)", *Journal of European Economic History*, n. 1, 1972, p. 496. P. Ricoeur, *The Contribution of French Historiography to the Theory of History*, op. cit., pp. 7 e 24.

16 Vincent Descombes, *Modern French Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, pp. 84-86.

17 F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., p. 1244; id., *On History*, op. cit., pp. 43-44.

tremo da escala, o tipo de estruturalismo que Le Roy Ladurie recomendou aos historiadores é, ele mesmo admite, nada mais do que uma propriedade universal do conhecimento – a de procurar, para além das aparências superficiais dos fenômenos culturais, o número limitado de variáveis em termo das quais eles se relacionam e são transformados.[18] No entanto, se o estruturalismo por princípio culmina na matemática, suas origens repousam na linguística, mais especificamente nas teorias de Saussure. Ao associar a análise da cultura à semiologia, essas teorias têm, para os historiadores, implicações muito mais distintas do que a concepção de Le Roy Ladurie parece admitir, enquanto continuam relevantes para o que Braudel chamou de "as fontes da vida em sua expressão mais concreta, cotidiana, indestrutível e anonimamente humana".[19] Na verdade, o estruturalismo saussuriano, se não é uma de suas inspirações diretas, é, pelo menos inicialmente, bastante próximo do espírito dos *Annales* em diversos temas. E o fato de no final divergirem apenas redobra a utilidade da comparação.

A concepção de linguagem que Saussure queria combater – segundo a qual ela teria origem em um tipo de nomenclatura – é, no final das contas, aquela que dava sustentação ao positivismo ingênuo, muito desdenhado pelos *Annales*, que concebia tradicionalmente o discurso do historiador como um registro fiel de um mundo de fatos objetivos. A concepção que ele desejava colocar no lugar daquela – que a linguagem não segue a realidade, mas a significa –, como mostra Roland Barthes no seu ensaio "Discurso histórico", solapa radicalmente essa concepção de história. Aqui, a tentativa de dar fundamentação à afirmação "isso aconteceu" a partir de uma narrativa direta dos fatos aparece como nada mais do que uma afirmação de autoridade por parte do historiador. As descrições fatuais resultantes são, por isso, não a fonte do sentido – elas o pressupõem. O sentido rasteja envergonhado, por assim dizer, para trás dos referentes supostamente primordiais da história tradicional, atuando como o fundamento (não formulado) de sua concepção da realidade. Barthes aponta, por conseguinte, para a importância filosófica crucial daqueles historiadores – ele certamente está pensando no grupo

18 E. Le Roy Ladurie, *The Mind and Method of Historian*, op. cit., p. 5.
19 F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., p. 1244.

dos *Annales* – que abandonam a narrativa dos eventos em favor da análise de estruturas e tornaram "não tanto a realidade mas a inteligibilidade" o problema historiográfico central.

A isso pode-se acrescentar o argumento de Saussure de que a própria inteligibilidade é arbitrária. Isso resulta do fato de que nada vincula naturalmente significantes (sequências fonéticas), seja aos objetos a que fazem referência ou aos significados (conceitos) com os quais são combinados para dar origem a signos linguísticos. Apenas a convenção e o uso governam a forma como o leque de possibilidades fonéticas e o mundo das ideias são divididos em diferentes sistemas linguísticos; "em uma linguagem existem apenas diferenças, e nenhum termo positivo".[20] Segundo essa concepção, toda compreensão é necessariamente relativista e holística, pois o sentido que um signo individual exprime é função apenas de sua relação com o sistema total de diferenciação no qual existe e pode ser compreendido apenas em referência a ele. Aqui também existem afinidades com os temas centrais da história dos *Annales* – hostilidade ao individual, consciência dos anacronismos que derivam da indiferença com todo um conjunto de circunstâncias, compromisso com a "totalidade" dos fatos sociais, e assim por diante. Por fim, a concepção de Saussure reforça a ideia de que a linguística é apenas parte de uma semiologia da cultura humana e que os princípios estruturalistas do estudo de fenômenos linguísticos são aplicáveis *sempre* que há expressão de sentido, seja verbal ou não verbal. A ideia de que toda a vida social é constituída por processos nos quais há intercâmbio de signos e que ela é, nesse sentido, sempre "linguística", se tornou fundamental para o estruturalismo e não se pode exagerar sua importância para nossas noções de cultura. Mais uma vez, ela está relacionada a um objetivo central dos *Annales* – a expansão massiva do campo de visão do historiador a fim de incluir, na formulação epigramática de Febvre, tudo aquilo que diz algo a respeito dos homens. A lista de Febvre tem ela mesma um aspecto semiológico: "Palavras, signos, paisagens, títulos, o desenho dos campos, ervas, eclipses lunares, arreios, análises de rochas por geólogos e de espadas de

20 Ferdinand de Saussure, *Course in General Linguistics*, trad. ingl. Londres: McGraw Hill, 1983, p. 118 [ed. bras.: *Curso de linguística geral*, trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Edusp/Cultrix: 1969].

metal por químicos, em uma palavra, qualquer coisa que, pertencendo ao homem, dele depende, a ele serve e expressa e sinaliza sua presença, atividade, gostos e formas de existência".[21]

Porém, apesar de uma congruência geral entre o estruturalismo e os *Annales*, ainda existem diferenças importantes – diferenças que fazem a pretensão de Braudel de ser, "por temperamento, um estruturalista" parecer um caso especial.[22] Em primeiro lugar, não é certo que sua obra preencha afinal de contas as expectativas que Barthes tinha com a nova história. Certamente, ele ataca com veemência o realismo daqueles historiadores para quem "as coisas como elas realmente são" poderiam ser retratadas em uma narrativa, como se pegas de surpresa, sem que o observador se envolvesse. Para ele, como para Barthes, essa é uma forma clássica de mistificação. No entanto, o princípio de que a realidade pressupõe sentido continua a ser, para Braudel, uma arma crítica. Ele não está interessado em aplicá-lo àqueles usuários da linguagem (no sentido mais amplo) a quem chamamos de agentes históricos. Seus sentidos não estão implicados no que deve ser considerado realidade para eles. Ao contrário, ele ensaia uma disjunção radical entre o que as coisas significaram para os agentes e o que elas revelam a respeito de certas realidades conjunturais e estruturais que apenas os historiadores conhecem. O realismo de Braudel, portanto, consiste no desejo de mostrar como o mundo *era* em tempos passados, independentemente de como era visto por aqueles que nele viviam. Evidentemente, os estruturalistas também procuraram revelar relações elementares entre fenômenos culturais que não são percebidos no mundo da consciência, e considerá-los realidades verdadeiras, em contraposição às manifestas.[23] Mas a realidade preferida de Braudel tende a estar completamente fora do campo da significação, no mundo dos objetos físicos e das relações – formações geofísicas, padrões de clima, sistemas ecológicos, mecanismos demográficos, e assim por diante. Inspirando-se na distinção que, mais do qualquer outra, definiu a empreitada

21 L. Febvre, "A New Kind of History", in Peter Burke (org.), *A New Kind of History from the Writings of Febvre*. Londres: Routledge & Keegan Paul, 1973, p. 34.

22 F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*, op. cit., p. 34.

23 Id., *On History*, pp. 43-44. Claude Lévi-Strauss, *Tristes Tropiques*. Nova York: Washington Square Press, 1977, pp. 57-58 [ed. bras.: *Tristes trópicos*, trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996].

estruturalista, podemos dizer que o que interessou Braudel foi a natureza mais do que a cultura, "coisas" mais do que "palavras". A própria escolha do Mediterrâneo para foco do estudo é em si sugestiva. Em resenha publicada nos *Annales* em 1963 ele afirmou que, assim como o "Atlântico" de Pierre Chaunu era uma entidade arbitrária, "uma realidade construída por homens", seu próprio "Mediterrâneo" era uma "totalidade geográfica não modificada".[24] É digno de nota, também, que Le Roy Ladurie tenha se distanciado do *mainstream* saussuriano pelas mesmas razões. Em 1973 ele declarou seu interesse não por palavras, mas pelas coisas que as palavras representam; mesmo quando aquelas chegam até nós como as representações coletivas de agentes "elas têm uma base na realidade [e] não podem ser simplesmente reduzidas às maneiras como as pessoas falaram delas". Uma vez que essa realidade é natural, não surpreende que seu trabalho tenha sido considerado, em algumas ocasiões, uma história da natureza; "a geologia das camadas de rocha sob nossos pés me interessa, mais do que a geografia, ainda que fascinante, do discurso, que é evidentemente crucial para qualquer história cultural séria". Para o estruturalista que deriva sua inspiração da linguística isso deve parecer um tanto redundante.[25]

Para ilustrar um pouco mais as prioridades de Braudel, podemos considerar o volume intitulado *As estruturas da vida cotidiana* que ele publicou em 1967 como uma primeira parte de seu estudo *Civilização material, economia e capitalismo*. Assim como em *O Mediterrâneo*, ele inicia a investigação mais ampla pela análise das características infraestruturais e quase atemporais – nesse caso, as rotinas diárias associadas à alimentação, habitação, vestuário, fontes de energia, formas de transporte, moedas e comunicações. Esses elementos, como de costume, são vinculados à realidade primária e predeterminante da mudança populacional. Braudel afirma que "a vida material é feita de pessoas e coisas", mas as pessoas são na verdade reduzidas a números, e os números a um indicador de avanços e regressões malthusianos. Além disso, as próprias rotinas da vida material são vistas em termos de propriedades

24 F. Braudel, *On History*, op. cit., p. 92.

25 E. Le Roy Ladurie, *The Mind and Method of Historian*, op. cit., pp. 3-4; P. Ricoeur, *The Contribution of French Historiography to the Theory of History*, op. cit., p. 29.; Traian Stoianovich, *French Historical Method: The Annales Paradigm*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1976, p. 84.

instrínsecas, e não atribuídas. O interesse de Braudel pela comida é agronômico e alimentar – técnicas produtivas, renda, apetites, consumo, dietas e calorias – mais do que cultural – comportamento alimentar, sua gramática e convenções. Quando os alimentos, sobretudo os principais produtos alimentares, são considerados de forma qualitativa, é na forma de medidas de padrões de vida e de nível social. As ferramentas também são consideradas índices de sofisticação cultural segundo uma única escala de obtenção, não signos portadores de mensagens culturais para aqueles que as utilizam. Tipos de habitação "testemunham o passo lento das civilizações"; Braudel monitora, por conseguinte, sua construção material e sua disposição física a fim de traçar seu progresso. Sentar-se e acocorar-se (e o respectivo mobiliário) se revelam alternativas culturais relacionadas a formas de vida; mas Braudel não resiste ao pensamento de que comportamentos corporais desse tipo têm origem em "diferenças quase biológicas".[26]

Braudel sabe, evidentemente, que a vida material é portadora de significados. Muitos de seus exemplos, em um estudo imensamente rico em detalhes e ilustrações, mostram que essas realidades foram construídas mais do que dadas – que, por exemplo, tipos de comida e bebida eram qualificados segundo o status social daqueles que as consumiam, ou associadas às categorias religiosas do sagrado e do profano, e assim por diante. A influência arbitrária das convenções sobre estilos de vestidos e móveis chega a arrancar dele o comentário de que, aqui, as investigações do historiador o conduzem "não apenas ao reino das 'coisas' materiais, mas a um mundo de 'coisas e palavras' – segundo uma interpretação ampla do último termo, enquanto *linguagens*...". O homem deve conseguir comida, abrigo e roupas, mas ele poderia escolher alimentar-se, viver e vestir-se de forma diferente.[27] No entanto, esse é um tema que permanece inexplorado. É difícil imaginar Braudel examinando hábitos alimentares como se fossem cadeias sintagmáticas, como o fizeram Barthes e outros, ou, como Pierre Bourdieu, construindo homologias entre a disposição interior de uma habitação e a estrutura moral e social da

26 F. Braudel, *The Structures of Everyday Life: The Limits of Possible*, trad. ingl. Londres: Collins, 1981, pp. 31, 267, 269 e passim [ed. bras.: *Civilização material, economia e capitalismo* – séculos XV-XVIII, v. 1, *As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995].

27 Id., ibid., p. 333.

comunidade onde ocorre, ou, como Lévi-Strauss, distinguindo duas ferramentas idênticas pelo fato de serem produtos de sistemas de representação distintos.[28] Em acréscimo, e isso é ainda mais danoso, não vemos Braudel dar atenção àqueles aspectos de suas rotinas diárias que homens e mulheres dos séculos XV a XVIII consideravam importantes para sua existência material, mas que são, para nós (por razões culturais, diga-se de passagem), desprovidos de realidade objetiva. Procura-se em vão por uma análise do enorme impacto sobre práticas materiais que previsões astrológicas, crenças na ação de espíritos e demônios, rituais e prescrições religiosos, e muitos outros elementos da cultura do povo e da elite no antigo regime, podem ter.

Aqui não é o lugar de questionar os méritos de algo que é, no final das contas, questão de gosto filosófico. O que importa é o quanto esse tipo de história se distingue da corrente principal do estruturalismo por sua busca de uma "realidade" que não se reduz à "inteligibilidade". Na linguística e na semiologia de Saussure, o problema da referência a um "mundo real" não é relevante. Sem relação com o sentido linguístico, esse mundo está também fora do alcance da análise; é "inútil para o estabelecimento do valor semiótico de um signo".[29] Tampouco existem razões para excluir atividades humanas do alcance da significação e de seu caráter arbitrário, não importando o quanto pareçam ser, como a vida material, constituídos naturalmente. Não surpreende saber que os antropólogos culturais, nem todos eles franceses, têm procurado, ansiosamente, deixar isso claro. Produção, consumo, uso de roupas, construção, trocas – todas as atividades práticas – "se desenrolam em um mundo já simbolizado".[30] O caráter rotineiro dessas atividades, longe de invalidar essa afirmação, a confirma. Afirmou-se,

28 Roland Barthes, *Elements of Semiology*, trad. ingl. Londres: Jonathan Cape, 1967, pp. 27-28; Pierre Bourdieu, "The Kabyle House or the World Reversed", in *Algeria 1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, pp. 133-53; Claude Lévi-Strauss, *Structural Anthopology*, trad. ingl. Nova York: Basic Books, 1963, p. 4 [ed. bras.: *Antropologia estrutural*, trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008].

29 Umberto Eco, "Social Life as a Sign System", in David Robey (org.), *Structuralism: an Introduction*, Wolfson College Lectures. Oxford: Oxford University Press, 1973, p. 69.

30 Marshall Sahlins, *Culture and Practical Reason*, Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1976, p. 123 e passim [ed. bras.: *Cultura e razão prática*, trad. Sérgio T. N. Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979].

inclusive, que até no nível da sobrevivência pura e simples a ordem simbólica é evidente.[31] Braudel, por outro lado, preferiu tratar os aspectos ambientais e materiais como realidades não apropriadas por formas culturais, com a implicação (herética para os estruturalistas) de que alguns sentidos podem ser diretamente derivados da natureza. Isso, por sua vez, se refletiu no próprio caráter de sua escrita, implacavelmente descritiva e taxonômica. A investigação estruturalista deve adotar um procedimento diferente, pois seus objetos não são nunca *meros* objetos, caracterizados por propriedades naturais inerentes. São essencialmente veículos de comunicação cuja identidade é definida por diferenciação, e são apreendidos não descritivamente, mas por um tipo de "desconstrução" do sistema a que pertencem.[32]

Essa preferência por uma abordagem natural, mais do que cultural, também dá sustenção ao determinismo de Braudel. Sua concepção naturalista das realidades da *longue durée* o habilita a tratá-las como estruturas coercitivas nas quais palavras e ações estão necessariamente aprisionadas. É muito mais difícil sustentar esse argumento quando aquelas realidades são vistas como realidades construídas. Pois isso as coloca no âmbito de uma investigação na qual todos os sistemas de intercâmbio de sentido são concebidos da mesma forma que o linguista estruturalista concebe a linguagem. E é difícil ver como um sistema que atribui sentido de forma completamente arbitrária a sequências fonéticas e mentais pode ser comparado a uma prisão – ainda que, como Saussure enfatizou repetidamente, sua existência e a maior parte das transformações que sofre não dependem da vontade de ninguém. Os signos não estão, portanto (na formulação de Descombes),[33] "a serviço do sujeito", mas uma vez que os ruídos e movimentos que fazemos, ou os objetos e processos que confrontamos, sejam totalmente desprovidos de sentido sem eles, isso não parece ser um problema. Segundo essa concepção, os traços estruturais da própria linguagem e de outros sistemas de signos que constituem o que chamamos cultura podem ser considerados,

31 James A. Boon, *Other Tribes, Other Scribes: Symbolic Anthopology in the Comparative Studies of Cultures, Histories, Religions and Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, pp. 85, 112 e 117.

32 V. Descombes, *Modern French Philosophy*, op. cit., p. 77.

33 Id., ibid, pp. 103-09.

em última instância, positivos e viabilizadores de palavras e ações, e não negativos, regulativos ou preventivos. Eles permitem, talvez até autorizem, que adquiram sentido, mas não o determinam – são "menos os imperativos da cultura do que os seus implementos".[34]

Deve-se reconhecer que, nesse quesito, Braudel está em boa companhia. Algumas das contribuições mais vigorosas da crítica literária francesa da linha estruturalista e pós-estruturalista se preocuparam com o caráter extremamente restritivo da linguagem e com o problema da condição do autor como uma vítima dos códigos dos quais depende seu trabalho. E a também de que as escolhas culturais são predeterminadas é, evidentemente, também central para a antropologia de Lévi-Strauss, apesar de seu respeito por Saussure. Há algo de familiar para os leitores de Febvre e Braudel em sua intenção declarada de elaborar um "inventário dos padrões mentais", de "reduzir informações aparentemente arbitrárias a algum tipo de ordem, e chegar a um nível no qual um certo tipo de necessidade se torna aparente, subjacente às ilusões de liberdade".[35] Não deixa de ser verdade, no entanto, que, embora o uso da linguagem para propósitos específicos implique diversas formas de restrição, explícitas ou não, é estranha ao estruturalismo a ideia de que as relações formais que identificamos quando chamamos algo de "linguístico" sejam elas próprias restritivas. Braudel afirma que "os quadros de referência mentais também podem formar prisões da *longue durée*",[36] mas seu recurso usual é a determinismos estruturais que são externos à cultura – ali onde o homem é mais passivo do que ativo. Em um certo sentido, isso também vale para Lévi-Strauss, cuja busca por leis universais da mente é necessariamente uma busca por características naturais do cérebro humano. Mas, para muitos, isso está além do estruturalismo linguístico e ultrapassa o interesse principal do semiólogo pelas convenções que permitem que objetos e ações se tornem

34 M. Sahlins, *Culture and Practical Reason*, op. cit., pp. 122-23; Anthony Giddens, *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Londres: McMillan, 1979, p. 70.

35 C. Lévi-Strauss, *The Raw and the Cooked*, trad. ingl. Nova York: Harper & Row, 1969, p. 10 [ed. bras.: *O cru e o cozido* – Mitológicas 1, trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2004]; Lawrence Rosen, "Language, History, and the Logic of Inquiry in Lévi-Strauss and Sartre"., *History and Theory*, n. 10, 1971, pp. 269-94.

36 F. Braudel, *On History*, op. cit., p. 31.

signos.[37] E, como foi dito, o caráter arbitrário dessas convenções e a natureza mutável dos valores semânticos que elas garantem são indicações suficientes de seu fundamento cultural, e não natural.

A característica final da concepção de história de Braudel que o distancia do estruturalismo convencional é a contradição aguda e a hostilidade que ele vê entre eventos e estruturas. O objetivo prático de *O Mediterrâneo* podia perfeitamente ter sido a elaboração de "uma história global, indo da imobilidade aos movimentos mais enérgicos dos homens", mas tem havido muitas críticas à sua falta de unidade.[38] Os críticos têm sido rudes a ponto de descrever seu estilo como, nos melhores casos, "rabelaisiano" e, nos piores, "invertebrado".[39] A falta de ligações reais entre suas três partes deu margem a dúvidas a respeito da capacidade de as tríades de durações de Braudel darem de fato conta de uma visão coerente das questões humanas. A suspeita é que ele possa ter confundido o que ele mesmo admite ser uma taxonomia arbitrária de taxas de mudança com uma filosofia da história.[40] Aqui também alguns princípios saussurianos podem ser invocados a título de comparação. Pois quer estejamos lidando com um evento estritamente linguístico, quer com qualquer outro tipo de evento tratado "linguisticamente", a natureza da linguagem nos ensina que o exemplar concreto de comportamento e o sistema que o habilita a significar algo são mutuamente implicados de tal forma que sua unidade não pode ser posta em dúvida. Comunicar por meio de formas particulares de fala e ação (*parole*) é pressupor um conjunto geral de regras (*langue*); enquanto a existência de tais regras só pode ser concebida se relacionada à finalidade de garantir casos específicos de sua aplicação. O princípio imensamente influente de Saussure era que unidades individuais de significado só podem valer-se tanto de sua

37 Philip Petit, *The Concept of Structuralism: a Critical Analysis*. Dublin: Gill & McMillan, 1975, p. 68; Jonathan Culler, *The Pursuit of Signs: Semiotics, Literature, Deconstruction*. Londres: Routledge & Keegan Paul, 1981, pp. 31-32.

38 F. Braudel, *On History*, op. cit., p. 93.

39 J. H. Hexter, "Fernand Braudel and the *Monde Braudelllien* [...]", op. cit., pp. 523-29. H. Stuart Hugues, *The Obstructed Path: French Social Thought in the Years of the Depression, 1930-1960*. Nova York: Harper & Row, 1966, p. 58.

40 Bernard Baylin, "Braudel's Geohistory – a Reconsideration", *Journal of Economic History*, n. 11, 1951, pp. 277-82; Hans Kellner, "Disorderly Conduct: Braudel's Mediterranean Satire", *History and Theory*, n. 18, 1979, pp. 197-222.

individualidade e de seu poder de significar graças a relações de diferença com outras unidades do mesmo sistema simbólico. No próprio ato de identificação do que dizemos, já nos comprometemos, pelo menos implicitamente, com estruturas. Para Braudel, porém, olhar para eventos históricos individuais é na verdade um empecilho, pois nos impede de apreciar as realidades mais profundas que moldaram o passado – a ocorrência deve, por conseguinte, dar lugar à recorrência. No legado de Saussure, tanto os eventos finitos da fala quanto as outras atividades culturais às quais os assimilamos existem apenas como atualizações das propriedades formais constantes da linguagem – nesse caso, podemos dizer, ocorrência *é* recorrência, e o evento se torna uma relação.[41] São relações lógicas, formais, desse tipo – mais do que relações espaciais entre "camadas" ou até mesmo relações temporais entre períodos "longos" e "curtos" – que podemos considerar responsáveis pela junção de *histoire structurale* e *histoire événementielle* em uma explicação genuinamente holística.

Já se sugeriu, em algumas ocasiões, que a história dos *Annales* era estruturalista antes mesmo do estruturalismo.[42] Mas tem-se a impressão de que alguns de seus objetivos poderiam ter sido atingidos de forma ainda mais eficiente se ela tivesse sido mais receptiva à questão central da significação. Pensamos aqui, por exemplo, nos primeiros ataques ao positivismo e ao anacronismo e na busca por uma compreensão holística, especialmente na incansável campanha de Braudel contra a autonomia artificial do evento ou do sujeito histórico individual. Ao mesmo tempo, algumas de suas características menos convincentes podem ter se tornado redundantes – acima de tudo, a ideia de que a história política está irremediavelmente viciada em superficialidades, e na tentação de fazer julgamentos evolucionistas, e mesmo teleológicos, a respeito dos estágios atingidos por economias, sociedades e mentalidades. O desafio à primeira dessas características veio de dentro do próprio grupo dos *Annales*, especialmente de Jacques Le Goff.[43]

41 M. Sahlins, *Culture and Practical Reason*, op. cit., p. 21.

42 Pierre Goubert, "Sur trois siècles et trois décennies: Passage des méthodologies", in *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse: Privat, 1973, 2 v., pp. 251-58; André Burguière, "Présentation: Histoire et Structure", *Annales. ESC*, n. 26:3, 1971, pp. I-VII; E. Le Roy Ladurie, *The Mind and Method of Historian*, op. cit., p. 5.

43 Jacques Le Goff, "Is Politics Still the Backbone of History?", *Daedalus*, n. 100, 1971, pp. 1-19.

A segunda aparece numa linha contínua que vai da análise de Febvre do caráter primitivo e das deficiências do pensamento do século XVI[44] à presteza de Braudel em medir níveis de conquistas materiais nas diferentes civilizações e em falar no "grande ímpeto da evolução".[45] Nenhuma dessas características é recomendável àqueles que consideram que todas as formas de vida social, incluindo os aspectos políticos, estão relacionadas como partes de uma linguagem, e para quem, consequentemente, todas as unidades culturais são igualmente adequadas e completas.[46] Pode-se assumir que Lévi-Strauss ficaria chocado pela sugestão de Braudel de que "uma variedade de experiências humanas está espalhada em um mesmo itinerário".[47] Em um certo sentido, então, a história estrutural de Braudel e dos *Annales* é tributária mais de sua hostilidade a qualquer forma de fenomenologia do que de sua antecipação do estruturalismo. Desse ponto de vista, ela deve ser colocada ao lado dos argumentos daqueles pensadores – Foucault, Althusser, Lacan – para os quais a "abolição do sujeito" foi também um objetivo intelectual.

De qualquer maneira, o estruturalismo foi reconhecidamente adverso à história – à diacronia – em algumas ocasiões. Não se deve esperar que um historiador como Braudel, para quem "tudo começa e termina com o tempo", se aproxime mais dele do que o próprio estruturalismo se aproximou.[48] Sua insistência recorrente na ideia de que a história é, acima de tudo, uma especulação a respeito da natureza do tempo tornou-se uma defesa vigorosa da diacronia, contra um antagonismo prevalecente. Além disso, temos nos referido somente aos *Annales classiques* e da geração de Fernand Braudel. Hoje já não existe uma escola unificada como aquela, com uma abordagem dominante em relação ao passado. A produção recente dos *Annales* parece ter maior sensibilidade para as implicações

44 L. Febvre, *The Problem of Unbelief in the Sixteenth Century: the Religion of Rabelais*, trad. ingl. Cambridge: Harvard University Press, 1982, pp. 335-464 [ed. bras.: *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009].

45 F. Braudel, *On History*, op. cit., p. 84.

46 J. A. Boon, *Other Tribes, Other Scribes: Symbolic Anthopology in the Comparative Studies of Cultures, Histories, Religions and Texts*, op. cit., pp. 126-28.

47 F. Braudel, *The Structures of Everyday Life: The Limits of Possible*, op. cit., p. 182.

48 Id., *On History*, op. cit., p. 76.

conceituais da semiologia. Maior atenção tem sido dada à ordenação simbólica da vida social e à história das mentalidades. Um dos volumes da revista de 1971, inteiramente dedicado a "História e estrutura", foi na verdade composto de estudos de formas de significação – mitos, instituições, textos e imagens. A linguística e a antropologia passaram a exercer mais influência do que a geografia, ou mesmo do que a demografia. Acima de tudo, o estudo dos eventos voltou a ser uma ocupação respeitável, não como fundação do *récit événementiel*, mas como foco de uma historiografia centrada em problemas que se estendem para fora, sincrônica e diacronicamente, do (a imagem linguística é apropriada) "texto" ao "contexto". Esse é o modelo bastante familiar do movimento do enigma do ateísmo de Rabelais ao meio intelectual de sua época. É surpreendente que Le Roy Ladurie tenha recentemente terminado nada menos do que quatro estudos em um mesmo estilo – uma evocação da vida no vilarejo medieval de Montaillou, um relato dos distúrbios populares na cidade de Romans em 1579 e 1580, uma análise de um conto, em dialeto do século XVIII, possuindo como pano de fundo a vida de uma aldeia no Midi, e uma revisão das crenças de feitiçaria em Gascon. Não se trata da velha e ruim história dos eventos; tampouco é uma "história sem pessoas". Talvez isso represente outra mudança igualmente desafiadora e influente da teoria social dos *Annales* – desta vez, uma aproximação, mais do que um distanciamento, do espírito de Bloch e Febvre.

LEITURAS COMPLEMENTARES *

O contexto social e intelectual dos primeiros *Annales* de Bloch e Febvre foi explorado por Hughes (1966, cap. 2). O pensamento e os escritos de Febvre foram analisados em uma publicação dos *Annales*, Mann (1971), e alguns de seus ensaios e resenhas mais poderosos estão traduzidos para o inglês em Burke (1973). Mais do que em seu livro sobre Rabelais (1942, tradução para o inglês), a influência de Febvre sobre Braudel pode ser associada a uma obra mais antiga, *La Terre et l'évolution humaine* (1922).

* Ver bibliografia geral no volume 2.

Existem breves apresentações panorâmicas dos temas da história dos *Annales* muito úteis como Aymard (1972), Iggers (1975) e, talvez o mais incisivo dos ensaios bibliográficos, Kedourie (1975). A melhor análise, ainda que um tanto tendenciosa em algumas partes, é Stoianovich (1976), com um prefácio, no geral favorável, escrito por Braudel. A relação entre os *Annales* e a filosofia analítica da história na França é tema das Zaharoff Lectures de Paul Ricoeur, de 1978-79, apresentadas na Universidade de Oxford (1980), e aqueles que desejam conhecer o contexto ainda mais amplo do pensamento filosófico francês em geral dispõem de Montefiore (1983), assim como de Descombes (1980). Furet (1983) e Chartier (1982), de forma um tanto mais crítica, oferecem especulações sobre desenvolvimentos futuros. Stone identifica uma reação contra o estilo dos *Annales* em seu trabalho "The revival of narrative" (1979). Naturalmente, o periódico ainda oferece a melhor divulgação da produção do grupo. Em especial, os "Débats et combats" recorrentes são muito reveladores, mas uma inspeção de qualquer sequência de números da revista mostrará seu extraordinário alcance e vitalidade. Sua sucessora é *Review*. Publicada pelo Fernand Braudel Center na SUNY [State University of New York], Binghampton, cujo primeiro número (1978) contém as "Reflexões sobre a revolução historiográfica na França: a Escola dos *Annales* e a história social inglesa", de Peter Burke.

No presente contexto, recomenda-se a consulta à seção que encerra a primeira parte da primeira edição francesa de *O Mediterrâneo* de Braudel (1949), "Géohistoire et déterminisme"; de resto, a edição revisada e sua tradução inglesa (1972-73) são agora edições-padrão. Sua segunda obra mais importante é *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, e seus três volumes são intitulados *Les Structures du quotidien* (1981), *Les Jeux des échanges* (1982) e *Le Temps du monde* (1984). Ao lado dessas vastas investigações, existem diversos escritos eventuais de grande interesse teórico, ainda que muitas vezes Braudel evoque mais do que defenda uma posição. Nos ensaios reunidos e traduzidos em Braudel (1980) há dois indispensáveis – a aula inaugural "A situação da história em 1950" e o artigo, publicado nos *Annales* em 1958, "A história e as ciências sociais: a *longue durée*". As preocupações típicas de Le Roy Ladurie podem ser vislumbradas em duas antologias de ensaios, palestras e resenhas, *Le Territoire de l'historien* (1979) e *Parmi les Historiens* (1981).

Apesar de a reação ao trabalho de Braudel ser bastante extensa, existem ainda poucos comentários consistentes a seu respeito. O melhor ponto de

partida é um volume do número 44 do *Journal of Modern History* intitulado "História com sotaque francês". O volume reúne, em uma combinação ideal, um conjunto de reminiscências e opiniões pessoais do próprio Braudel, uma análise dos *Annales* e de *O Mediterrâneo* por um de seus admiradores mais calorosos, H. R. Trevor-Roper, e uma dissecação da gênese e dos conteúdos do livro (utilizando a metodologia triádica do próprio Braudel) por um de seus críticos mais afiados, J. H. Hexter. Vale lembrar também o ceticismo de Bailyn (1951), a tentativa contundente de Kellner (1979) de provar que *O Mediterrâneo* é uma obra de sátira menipeia e a análise de Kinser (1981) da noção braudeliana de estrutura.

Publicado originalmente como "The historians and the *Annales*", in Quentin Skinner (org.), *The Return of the Grand Theory in the Human Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Tradução de Joaquim Toledo Jr.

EMMANUEL LE ROY LADURIE

6. O HISTORIADOR E O COMPUTADOR

Eis que, há algum tempo, um historiador germanista decidiu analisar, com a ajuda de um computador, a *composição social do séquito do Guilherme II*. Ele compilou, então, as biografias dos cortesãos do Kaiser, edificou um código para suas características individuais, suas genealogias e origem geográfica. Depois, corajosamente, enfiou esse conjunto, utilizando, como se deve, cartões perfurados, na "máquina". O veredito foi inequívoco: o grupo de cortesãos que rodeava Guilherme II era, essencialmente, composto de aristocratas nascidos a leste do rio Elba. O computador tinha engendrado uma obviedade.

Essa anedota ilustra uma evidência: na história, como em outros campos, o que conta não é a máquina, mas sim o problema. A máquina só é interessante na medida em que permite abordar questões novas, originais no que diz respeito aos métodos e conteúdos e, sobretudo, no que concerne à sua amplitude.

Uma vez admitido esse ponto, muitas direções fecundas se abrem para os historiadores em suas pesquisas auxiliadas pela informática. Uma das orientações mais claras é a análise de vastos *corpus* de documentos, cujos dados eram capitais, mas cujas dimensões vinham, até então, desafiando os esforços dos pesquisadores.

Em Florença, por exemplo, o *Catasto* (cadastro) de 1427 esperou mais de cinco séculos até que os historiadores resolvessem se interessar por aquele

prodigioso amontoado de informações demográficas depositadas nos robustos livros de registro. Os inquiridores florentinos do século XV tinham, de fato, anotado com detalhes naqueles documentos a situação familiar de cinquenta mil lares.

Dois medievalistas, David Herlihy e Christiane Klapisch, acabam de apreender quais possibilidades são oferecidas pelas técnicas recentes para o exame desses velhos dossiês. Muito em breve, graças a esses dois historiadores, o computador da universidade de Madison (Wisconsin) terá reduzido o *Catasto* a um punhado de informações consistentes. Pela primeira vez, uma população medieval do século posterior ao da peste negra virá compactamente à luz. E uma fita *machine-readable* ("que pode ser lida por uma máquina"), reproduzível, pouco volumosa e sobre a qual se inscrevem todas as informações recolhidas, tornará acessíveis a novas pesquisas, manipulações ou correlações, os dados até então sepultados no ilegível e maciço documento florentino, salvo, por sorte, das inundações do Arno.

Grande devorador de informações, o computador-historiógrafo se acomoda, de resto, às problemáticas, e até mesmo às ideologias, mais diversas. Um dos primeiros estudos de "história-máquina", publicado há algum tempo na revista *Annales*, era obra de um pesquisador soviético que queria determinar o grau de exploração dos camponeses russos pelos grandes proprietários de terra de outrora: puro Marx ou Lênin, porém acomodado à eletrônica. Num sentido um tanto diferente, nos Estados Unidos, os novos historiadores radicais, como Lockridge, que tentam reavaliar a revolução de 1776 com o objetivo de encontrar nela um conteúdo revolucionário, quiçá castrista, efetuam essa pesquisa com a mais "sofisticada" das tecnologias: examinando, por meio de computadores, centenas de milhares de números contidos nos documentos fiscais das treze colônias, eles tentam demonstrar que os levantes da Guerra de Independência decorriam de um estado de crise social; os pequenos agricultores, vítimas dessa depressão, pauperizados pela divisão de suas terras, polarizam seu ressentimento contra os senhores britânicos.

Na Europa, especialmente na Inglaterra e, sobretudo, na França, onde a história quantitativa avançou tanto nos últimos trinta anos, o computador se posiciona progressivamente no centro de uma das disciplinas mais fecundas da nova escola: a demografia histórica. A tarefa mais difícil e, principalmente, mais estafante nesse domínio consiste em reconstituir as famílias que viveram, por exemplo, durante os séculos XVII e XVIII.

Os pesquisadores que se engajaram nessa tarefa eram obrigados, até aqui, a anotar em fichas, no caso de uma certa aldeia que estudavam, todos os casamentos, batismos e enterros consignados em duzentos anos pelos registros paroquiais mantidos atualizados pelos sucessivos curas. Em seguida, era preciso reagrupar essas dezenas de milhares de dados em fichas de família. Estas reconstituíam, para cada casal, o nascimento, o casamento e a morte dos pais e dos filhos. Esse trabalho de fichas era titânico e deprimente; ele podia levar meses, ou até muito mais tempo, sem que despontasse no horizonte o mínimo clarão de descoberta intelectual. Era somente ao término dele, quando as famílias tinham sido enfim reconstituídas, que cálculos esclarecedores sobre a fecundidade, a limitação dos nascimentos, a mortalidade etc. se tornavam possíveis. Assim, diversos pesquisadores, em Cambridge e em Paris, trabalham no sentido de criar programas para que o computador se encarregue de toda a fase preparatória, a mais ingrata, a partir das folhas de levantamento, até a reconstituição e a exploração estatística dos dossiês familiares. Ao historiador não restava mais nada depois, ou quase nada, além de pensar – o que deveria ser, de fato, sua vocação.

Outro tipo de pesquisa: muito recentemente, um grupo de pesquisadores da École des Hautes Études acabou de concluir uma investigação sobre os lares parisienses do século XV ao XVII. Também nesse caso o computador foi a chave do sucesso. Os dados básicos sobre tais alugueres estavam adormecidos, há muito tempo, nos registros dos tabeliães ou na contabilidade dos hospitais e conventos. Graças a essa investigação, consideravelmente acelerada pelas máquinas, foi possível extrair esses dados empoeirados de seu longo sono e dirigir a eles questões de base, que preocupam a história quantitativa, por exemplo: quando situa-se, em Paris, o verdadeiro renascimento econômico? Houve realmente, nessa cidade, um "florescimento durante o século XVI", ou então uma "crise do século XVII", ou uma depressão do final da Idade Média? O computador permitiu tratar desses problemas com uma margem de segurança bem maior do que a que asseguram os procedimentos clássicos do cálculo manual. Obtiveram-se, de fato, num prazo bastante curto, não apenas um único gráfico médio dos alugueres parisienses como também mais de uma centena de gráficos que se confirmam mutuamente e, além do mais, esclarecem os mais diversos aspectos:

curvas do montante de aluguel segundo a profissão dos locatários, segundo os bairros, segundo os tipos de imóvel ou de proprietário etc.

A história, com base na informática, não alcança somente uma categoria de pesquisas bem determinadas. Ela também desemboca na constituição de um "arquivo". Uma vez colocados em cartões perfurados ou em fitas, após sua utilização por um primeiro historiador, os dados podem, de fato, ser estocados a fim de servirem a outros pesquisadores, desejosos de obter correlações inéditas. Um "depósito" de arquivos desse gênero já existe no "Consórcio interuniversitário para as ciências sociais", da Universidade de Ann Arbor: esse "consórcio" estoca, atualmente, os recenseamentos e os dados das eleições americanas desde o início do século XIX. Um tipo novo de arquivista aparece com isso, uma espécie de engenheiro em história, muito diferente dos grandes eruditos formados pela École des Chartes.

Seria necessário acrescentar ainda – sem ceder ao vocabulário da moda – que há, nesse campo, também um "desafio americano"? Durante vinte ou trinta anos, a escola histórica francesa viveu, admiravelmente, da herança dos pais fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch. E, pelo menos no domínio da história social, econômica e quantitativa, essa escola constituiu, para os historiadores de outros países, o grupo de ponta e de vanguarda. A revolução tecnológica que vivemos talvez mude isso tudo. Nos Estados Unidos, cada universidade com alguma importância possui, doravante, seu centro de informática, e os jovens *graduates* habituam-se, com naturalidade, à utilização de um novo conjunto de ferramentas desde seu primeiro trabalho como historiador, pesquisa ou tese de Ph.D. Esses jovens se sentem na informática como peixes dentro d'água. Na França também um prognóstico se impõe, no que diz respeito à história quantitativa tal como ela será praticada na década de 1980: nesse domínio, pelo menos, o historiador do futuro será programador ou não o será.

Publicado originalmente como "L'Historien et l'ordinateur". *Le Nouvel Observateur*, 8 mai. 1968, e depois in *Le Territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973. Tradução de Flávia Nascimento.

PIERRE CHAUNU

7. A ECONOMIA: ULTRAPASSAGEM E PROSPECTIVA

No seio de nossa antiquíssima disciplina – a história, essa palavra ambígua e perigosa, quase tão velha quanto a vida do homem nas cidades, que justapõe tantos domínios cada vez mais heterogêneos num falso conjunto –, a história econômica é um campo ainda jovem. O historiador profissional quase não se importa com sua relativa juventude. Antes de mais nada, são as dimensões imponentes da história já longa desse tipo de história que impressionam o espírito. É possível buscar suas longínquas origens nos horizontes de 1890. Nas grandes histórias nacionais – jamais as nações, na Europa, foram tão imperialmente devoradoras quanto naquele momento –, um capítulo econômico ganhou, timidamente, direito à cidadania. No fim, ele foi rejeitado, e quatro quintos do discurso foram consagrados ao Estado, com a economia compartilhando o restante com a sociedade, o pensamento e a arte.

Basta ver nosso Lavisse nunca refeito. Essa inserção tímida do dado econômico bruto, ou quase bruto, essa justaposição de um acontecimental econômico ao acontecimental político supõe, naturalmente, o início de uma pesquisa autônoma. Ernest Labrousse[1] lembrava, recentemente,

1 Ernest Labrousse, *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: PUF, 1970, t. II, p. V.

a qualidade dos trabalhos de Émile Levasseur.[2] No final do século XIX, quase por toda parte, na sequência das grandes coleções de documentos, apareciam as primeiras histórias dos preços,[3] que não passam de coletâneas de dados brutos. A Inglaterra abriu caminho com Rogers, sempre útil.[4] A Alemanha e a França, com Wiebe[5] e o visconde de Avenel,[6] sem esquecer Zolla.[7] Sem esquecer tampouco, próximos de uma história econômica do Estado, Natalis de Wailly[8] e Jean-Jules Clamageran.[9] Essa arqueologia, a um só tempo, da história econômica e da história quantitativa, essa aparição discreta no seio de uma produção histórica já muito abundante,[10] de um apêndice econômico, não deve surpreender. Ela está ligada à mutação das sociedades industriais depois da revolução das ferrovias, é sustentada pela competição nacional e é contemporânea do desenvolvimento do pensamento econômico, na época de Pareto e dos marginalismos, da tomada de consciência da importância econômica e social da crise, tanto pela eco-

2 Émile Levasseur, *Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789*, 2.ª ed. inteiramente revista. Paris: Rousseau, 1900-07, 5 v.

3 Já havíamos notado, em 1955 (Huguette e Pierre Chaunu, *Séville et l'Atlantique, 1504-1650*. Paris: SEVPEN, 1955, t. I, p. 28), que: "De todos os ramos da história econômica, a história dos preços é, incontestavelmente, o que obteve, no sentido de uma história da medida, tanto para os tempos modernos como para a Idade Média, os resultados mais decisivos. Ela foi pioneira".

4 James Edwin Thorold Rogers, *A History of Agriculture and Prices in England from the Year after the Oxford Parliament to the Commencement of the Continental War (1793)*. Oxford: Clarendon Press, 1866-1902, 7 v.; id., *Six Centuries of Work and Wages*. Londres: Swan Sonnenschein, 1884, 2 v.

5 Georg Wiebe, *Zur Geschichte der Preisrevolution des XVI und XVII. Jahrhunderts*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1895.

6 Vicomte Georges d'Avenel, *Histoire économique de la propriété, des salaires, des denrées et de tous les prix en général, depuis 1200 jusqu'à l'an 1800*. Paris, 1894-1926, 7 v.

7 Daniel Zolla, "Les Variations du revenu et du prix des terres en France aux XVII^e et XVIII^e siècles". *Annales de l'École Libre des Sciences Politiques*, Paris, 1893-94.

8 Natalis de Wailly, *Mémoire sur les variations de la livre tournois depuis le temps de Saint Louis jusqu'à l'établissement de la monnaie décimale*. Paris, 1857.

9 Jean-Jules Clamageran, *Histoire de l'impôt en France*. Paris: Guillaumin et Cie, 1867-76, 3 v., 1880 p.

10 Jamais a produção das grandes ferramentas documentais foi tão importante na Europa Ocidental quanto no período que vai de 1880 a 1890 e, depois, em 1910.

nomia política liberal (Juglar) como por sua crítica marxista. Tudo isso é latente desde meados do século XIX. Foi preciso esperar as duas últimas décadas do século XIX para que um primeiro esboço do setor historiográfico econômico autônomo se constituísse. A formação dessa primeira massa crítica transformadora – e ainda tão modesta! – não é efeito do acaso. A Grande Depressão (1873-74/1900-05), na periodização de Simiand, evidentemente, desempenha seu papel nisso, no que diz respeito às motivações. Sabe-se a importância dessa longa recessão dos preços agrícolas, nas sociedades em que o setor agrícola continua sendo socialmente, se não economicamente, o mais pesado, em que uma parte da elite intelectual continua a viver (era o caso do visconde de Avenel), de forma integral ou parcial, das rendas advindas de seus bens fundiários, e como esta é atingida, no longo prazo, pela diminuição tendencial das rendas agrícolas. Sabe-se a gravidade das tensões que marcam a passagem da segunda para a terceira etapa do desenvolvimento industrial. Essas transformações não agem de forma direta, mecânica, no nível da criação intelectual. Numerosos, diversos, múltiplos são os mediadores, lentos também os efeitos de retomada, numa época em que a densidade e a rapidez dos circuitos de comunicação ainda não têm o grau de eficácia atingido em nossas sociedades pós-industriais. Daí a amplidão das latências. A morosidade do final do século XIX ainda pesa sobre nossos espíritos, mesmo sendo verdade que, no nível das coisas concretas, ela cedeu lugar, há cinco, dez ou quinze anos, ao agressivo crescimento do início do século XX. No máximo, tem-se a obrigação de constatar que o movimento recebido do impulso dos anos 1890, na falta de ser sustentado, não chega, antes da verdadeira revolução de 1929 e dos anos 1930, a tirar a história econômica de sua indeterminação.

A história, ciência humana federadora de nosso tempo, nasceu, entre 1929 e o início dos anos 1930, da angústia e da infelicidade dos tempos, na atmosfera dolorosa de uma crise de dimensões enormes e de incontáveis repercussões.

I

A história que ainda vive é posterior à virada dos anos 1929-33. O que é anterior tem valor de documento, assimilado na história da qual nos alimentamos. Antes de 1929, estávamos na presença de uma arqueologia da história econômica.

Tudo começa por volta de 1929-30. Quase quarenta e cinco anos nos separam daquele momento. Seria a realidade objetiva da criação intelectual daquela época, ou a de uma crise econômica, ao mesmo tempo, conjuntural e estrutural, que ordena que nos detenhamos, ou, então, seria o jogo natural criado pela sucessão das gerações [11] que faz com que os historiadores dos primeiros anos da década de 1970 não consigam ultrapassar o limite dos primeiros anos da década de 1930?

A geração de historiadores que têm entre quarenta e sessenta anos encontra-se, hoje, nos postos de direção das instituições de pesquisa, da produção escrita de documentos e do ensino, e começou a produzir na atmosfera da grande crise econômica. Na França, Ernest Labrousse (que nasceu em 1895) e Fernand Braudel (1902) desempenharam um papel de comando, exerceram forte influência, impondo-se à inteligência de todos. As grandes obras que alimentaram toda a história econômica do período posterior à Segunda Guerra Mundial (de *Esquisse* [12] a *La Méditerranée*, [13] passando por *La Crise*...) [14] são obras pensadas, concebidas, brotadas na atmosfera da crise de 1929.

Por outro lado, os homens que têm entre quarenta e cinquenta anos hoje e que estão em postos de responsabilidade têm uma memória e uma experiência que os remetem ao limiar da década de 1930. O meio século é, para uma periodização de história intelectual, uma duração que se afirma de bom grado. Ainda mais porque a mutação estrutural do fim dos anos 1920 e início dos anos 1930 se impõe, objetivamente, à análise histórica como um tempo forte.

Tudo contribui para a virada dos anos 1929-30. Na ordem do pensamento, os anos entre 1928 e 1937 valem praticamente o mesmo que a virada científica

---

11 Yves Renouard, "La Notion de géneration en histoire". *Revue Historique*, t. CCIX, n. 425, jan.-mar. 1953, pp. 1-23; e também *Études d'histoire médiévale*. Paris: SEVPEN, 1968, t. I, pp. 1-23.

12 Ernest Labrousse, *L'Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle*. Paris: Dalloz, 1933, 2 v.

13 Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949, XV-1160 p. [ed. bras.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984]; 2ª ed. profundamente modificada e consideravelmente aumentada. Paris: Armand Colin, 1966, 2 v.

14 E. Labrousse, *La Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. Paris: PUF, 1944.

(1898-1905) do início do século XX (que vai dos *quanta* à primeira formulação da relatividade restrita). A duração privilegiada dos primeiros momentos dos anos 1930 se organiza em dois planos: ela superpõe o tempo da inovação absoluta e o tempo da maturação das consequências tiradas das inovações fundamentais do início do século. A formulação da relatividade geral data dos anos da Primeira Guerra Mundial. O tempo não era, então, favorável à difusão de ideias. Quinze anos foram necessários para que se extraíssem as consequências, para que se iniciasse uma verificação do que fora feito. A relatividade só modificou profundamente o horizonte científico depois de esforços paralelos, até mesmo complementares e consideráveis: a mecânica ondulatória, que Louis de Broglie criou em 1923, está bem estabelecida em 1929. A física relativista, no limiar dos anos 1930, sai do mundo da ciência pura. Langevin e Russell lhe dão uma dimensão filosófica. Relativista e quântica, a física acaba atingindo também o terreno da cultura. Ela insinua suas interrogações perturbadoras para a filosofia. É preciso buscar mais longe o equivalente de tal perturbação de pensamentos.

E eis a radioatividade, um trampolim para todas as peripécias científicas possíveis. Lord Rutherford: a primeira transmutação induzida ocorre em Cambridge, em 1919. No final de 1933, cerca de quarenta radioisótopos naturais já são conhecidos. Frédéric e Irène Joliot-Curie descobrem os preciosíssimos isótopos artificiais. Em 1937, já haviam sido criados 190 deles. Hubble descobriu o *redshift* graças ao novo telescópio do monte Wilson, entre 1924 e 1928: ponto de partida do universo em expansão e de uma nova cosmogonia. Esse modesto observador terá feito para a astronomia dos anos 1930 tanto quanto fizera Herschel no final do século XVIII. Ponto de partida importantíssimo que foi subestimado na época, como a descoberta, por Fleming, em 1929, do *Penicillium notatum*. Mas quem poderia prever o alcance do balbuciar cibernético dos anos 1930?

Relatividade, radioatividade, por um lado; *redshift*, antibiótico, cibernética, por outro. E, muito longe disso, na ordem do saber, Freud... e – por que não? – os trabalhos da Escola Bíblica de Jerusalém.

A história, disciplina intelectual, não pode ser separada do conjunto da produção intelectual de uma época.[15] E, além disso, ela é convocada para o grande encontro dos anos 1929-39 por mediadores econômicos e sociais que se impõem com facilidade. Esse é um problema essencial.

A história é a mais antiga das ciências sociais. A narrativa, a crônica dos grandes autores, de Heródoto a Michelet, passando por Las Casas, sempre ultrapassou o acontecimento. Ela sempre foi desaguar num sistema implícito da sociedade. As correspondências entre a história que se escreve e a que se vive, entre o sistema de civilização da historiografia e a organização do passado no discurso histórico, sempre existiram. As correspondências podem ser discretas, a relação é de tal modo profunda que quase não chega a ser perceptível. Foi esse o caso no final do século XIX, na época da historiografia "positivista", hipercrítica e cientificista.

A mutação historiográfica que se produziu no horizonte dos anos 1930 foi, inicialmente, a emergência, até a superfície, das correspondências. A história econômica quantitativa, em seu primeiro modo, é uma tentativa de resposta, sem máscaras, para os angustiantes problemas de uma época. A ligação, o acoplamento, de dois em dois, pouco a pouco, entre ciência humana e emergência da história faz-se abertamente em resposta ao problema número 1: a crise. É preciso reler e meditar sobre este clássico de uma pluridisciplinaridade ativa, de uma história útil e engajada que é a obra publicada por François Simiand no decorrer da tormenta, e cujo título límpido define o programa da história econômica que estava sendo criada: *Les Fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale* [As flutuações econômicas de longo prazo e a crise mundial].[16] A crise mundial, palavra que estava em todos os lábios, era a preocupação de todos os espíritos. Uma bibliografia enorme, diversas dezenas de milhares de títulos em quarenta anos resultaram disso. Tudo foi dito, quase todas as hipóteses foram formuladas. Lembro, inicialmente, que, nos Estados Unidos, os níveis de produção de 1929 só foram ultrapassados no período de 1941-42, com a entrada do país na guerra; que em 1932[17] a produção de aço

---

15 Apesar do aumento estatístico da vida humana, aumento que se deteve há quinze anos, nos setores mais desenvolvidos, nos quais algumas baixas em razão de nossos maus hábitos são perceptíveis, essa duração é um dado três vezes milenar. No salmo XC (§ 10), na velhíssima oração conhecida como "Oração de Moisés do Livro dos Salmos", podemos ler: "Como um suspiro consumimos nossos anos. Setenta anos é o tempo da nossa vida, oitenta anos, se ela for vigorosa"... Cinquenta anos de vida adulta.

16 François Simiand, *Les Fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale*. Paris: Alcan, 1932.

17 Frank Freidel, *America in the Twentieth Century*. Nova York: A. A. Knopf, 1960.

correspondia a 17% do que fora em 1929, a de equipamentos agrícolas a 20%, a de têxteis a 70%, a produção agrícola a 94%... e que a crise é quase tão pronunciada em toda a Europa do noroeste industrializado, principalmente na Alemanha. E também nos países muito pouco industrializados, somente ou artificialmente protegidos por uma economia estatal funcionando em circuito econômico fechado, como na América Latina (no Brasil, por exemplo), em que a indústria não é significativa e a agricultura de exportação está em crise, como o aço nos Estados Unidos e, também, como a URSS, que, na verdade, só ultrapassa os índices industriais da Rússia tsarista no limiar do segundo plano, em 1934, e que está longe de igualar a produção agrícola de 1913. Na França, falso conjunto econômico muito heterogêneo, em relação ao abrigo, porém apenas aparentemente, a comissão do plano Monnet fez um cálculo que demonstrou que as perdas devidas à não renovação dos equipamentos de 1930 a 1939 excedeu o nível das perdas resultantes da guerra de 1940 a 1945. Enfim – e sobretudo –, aqueles anos foram os de uma crise demográfica de extrema gravidade. De 1930 a 1939, quase todos os países industrializados tiveram um coeficiente líquido de reprodução inferior a 1, com taxas de 0,4 ou 0,5 em algumas grandes capitais (Viena e Estocolmo), no momento culminante da crise. Tais comportamentos destruidores da vida, tanto a curto como a longo prazo, traduzem bem, evidentemente, profundas aflições. Vemos seu reaparecimento, desde 1970, com uma brutalidade que é, no mínimo, igual àquela dos anos 1930. É entre 1937 e 1942 que começam a agir em sentido inverso os mecanismos autorreguladores, e a situação demográfica se restabelece aproximadamente de 1942-45 a 1962-64. Obviamente uma crise destas proporções, que afeta, ao mesmo tempo, todos os campos,[18] não pode ser apreciada pelo exclusivismo de um único sistema de explicação. François Simiand havia sentido isso, mesmo sendo forçoso admitir que seu sistema parece, hoje, um tanto insuficiente. Na realidade, a crise da década de 1930 é típica do ajuste

18 Inclusive o domínio religioso, naturalmente. Os anos 1930 são também um período de recuperação e de revitalização do pensamento teológico e místico (Karl Barth). A partir de 1955-60, um neoliberalismo animado, nos Estados Unidos, por uma *diáspora* de teólogos alemães, lançado como um produto de consumo pelos *mass media*, contribui para a grande evacuação do conteúdo do pensamento cristão, para a grande destruição pelo interior de todas as igrejas, nos anos 1960.

estrutural, e ela resulta da superposição de causas que se situam em planos muito diferentes, com fenômenos de ecos que se difundem. De 1929 a 1939: o fim das latências. De 1929 a 1939: em poucas palavras, trata-se do fim de toda uma sequência de "fronteiras", antes da abertura das novas fronteiras tecnológicas e a entreabertura de um novo sistema de civilização. E 1930: o fim de um tipo de crescimento que pertence ao século XIX, um crescimento que associa os velhos recursos tradicionais do espaço e do número aos novos recursos cada vez mais exclusivos da inovação.

II

A história econômica moderna nasceu precisamente aí, entre 1929 e 1932, com a grande empreitada[19] de uma história científica dos preços que, em alguns anos,[20] resultou em grandes séries, refinadas, sensíveis, complexas, que remontam ousadamente no decorrer do tempo passado, vinculando a protoestatística do século XVIII e início do XIX à estatística elaborada do século XIX, vinculando a protoestatística de fins do século XVIII a uma pré-estatística que, no que diz respeito aos países mediterrânicos, remonta alegremente ao século XIV, às vezes, e, no caso da Itália, ao século XIII. A obra coletiva que melhor caracteriza esse período é a criação, em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre, dos *Annales*, com o título revelador de *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Foi entre 1929 e 1932, para dar uma explicação parcial, sem dúvida, porém coerente com a crise de 1929, que François Simiand aperfeiçoou sua

19 Henri Hauser, "Un comité international d'enquête sur l'histoire des prix". *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 1930, t. II, pp. 384-85.

20 No caso da França, Henri Hauser, 1936, Ernest Labrousse, 1933 e 1944; da Inglaterra, Beveridge, 1939; da Holanda, N. W. Posthmus, 1946-68; da Bélgica, C. Verlinden e Y. Craey-Beckx, 1959; da Alemanha, M. J. Elsas, 1936-49; da Áustria, A. F. Pribram, 1938; da Dinamarca, A. Friis, 1958; da Polônia, S. Hoszowski, 1934-38, trad. fr. 1954; da Rússia, A. G. Mankov, 1954; da Espanha, Earl Jefferson Hamilton, 1934, 1937 e 1947; de Portugal, V. M. Godinho, 1958; da Itália, A. Fanfani, 1940, e G. Parenti, 1939 e 1942. Para uma recapitulação sintética de todas as pesquisas feitas sobre a história dos preços, F. Braudel e Frank C. Spooner, "Prices in Europe from 1450 to 1750", in *Cambridge Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967, t. IV, pp. 378, 485 e 608-75.

teoria dos movimentos de longa duração, superando-os tais como Kondratieff os havia concebido, vinculando-os, de modo pouco convincente, aos ciclos da atividade solar[21] na teoria das fases que estaria destinada a um extraordinário sucesso na historiografia de língua francesa. Desde 1932, François Simiand[22] havia começado a explicar a crise de 1929-32 pela superposição de uma crise cíclica e uma mudança de fase, comparando a situação daqueles anos à de 1873, 1817, e indicando, até mesmo, alguns referenciais na direção do início do século XVII e de meados do século XIV.

Uma história econômica sistematicamente quantificadora nasceu assim. Dois aspectos essenciais se estabeleceram então: o acoplamento entre um ramo da história e uma ciência humana do presente. A história econômica não é apenas um ramo da história, mas também uma ciência auxiliar da economia política. Ela aceita aplicar ao passado modelos adaptáveis calcados na análise matemática dos dados quantificáveis da atividade econômica. Segundo aspecto: a história mantém uma predileção pelo movimento. Essa história econômica parcialmente quantitativa é uma história do *movimento*, da variação, da estrutura ondulante da economia. Essa preocupação, no final das contas, terá contribuído para preparar uma forma de transição entre a historiografia tradicional e a nova historiografia. De acordo com François Simiand, a história, mesmo estrutural, permanecia, no pensamento de Ernest Labrousse, uma história da mudança e da variação.

Também é com relação a essa escolha implícita, que é continuidade, que se situa a segunda inovação fundamental dos anos 1930, a gênese longínqua da história geográfica,[23] que tudo deve ao gênio inventivo de Fernand Braudel. No prefácio a seu livro sobre o Mediterrâneo,[24] ele mostrou exatamente o que tinha sido, ao término dos anos 1930, aquilo que realmente é preciso chamar de horizonte limitado da história positivista esgotada: uma maravilhosa

21 Nikolai D. Kondratieff, "Die langen Wellen der Konjonktur". *Archiv für Sozial-Wissenschaft*, 1926; e, a esse propósito, cf. Gaston Imbert, *Des mouvements de longue durée Kondratieff*. Aix-en-Provence: La Pensé universitaire, 1959, XII-538 p. + *hors texte*.

22 F. Simiand, op. cit.

23 Cf. P. Chaunu, "L'histoire géographique". *Revue de l'Enseignement Supérieur*, n. 44-45, 1969, pp. 66-77.

24 F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, op. cit., pp. IX-XXV.

técnica, um notável instrumento de pesquisa[25] a serviço de uma crônica melhorada do Estado. O que mais falta à história anterior à dos anos 1930 é a problemática. Ao lado de uma história sem problemas, a geografia humana, na época de Albert Demangeon e no caminho trilhado por Vidal de la Blache, pôde oferecer aos historiadores um conjunto de problemáticas perfeitamente transponíveis. A história da geo-história foi, a rigor, de 1930 a 1945, a história da elaboração de uma obra, a passagem da política mediterrânica de Filipe II ao Mediterrâneo e ao mundo mediterrânico na época de Filipe II. O Mediterrâneo, isto é: um espaço de 3 milhões de quilômetros quadrados de águas, 2 milhões de quilômetros quadrados de terras e 4 mil anos de história, pois a escritura foi, antes de mais nada, mediterrânica. O Mediterrâneo: uma maravilhosa descoberta, o espaço desprendido do Estado, o espaço verdadeiro, isto é, a paisagem, o diálogo do homem com a terra, com o clima, esse secular combate do homem com as coisas, sem a mediação do Estado, sem a *diminutio capitis* do âmbito do nacional, com sua geografia administrativa e suas fronteiras. A geo-história era ainda um tempo muito longo, quase geológico, em oposição dialética, portanto, com o tempo curto, nervoso, que a dinâmica conjuntural[26] da escola de Simiand e, mais ainda, de Labrousse tinha retomado das formas habituais da história, com uma espécie de predisposição estruturalista muito adiantada no tempo. É no momento em que o espaço deixa de comandar o crescimento, no momento em que os últimos impérios das colônias – legado da Europa industrial do século XIX em declínio – estão a ponto de desmoronar e de se transformar em sistemas mais complexos de dependência, que as dimensões geográficas físicas tomam de assalto a história. A história econômica dos anos 1930 e 1940 está no encontro da dinâmica conjuntural e da análise do par tempo-espaço.

Na França, a história econômica, de 1945 a 1960, esforça-se para incorporar, sob o impulso dado por Ernest Labrousse e Fernand Braudel, essa inovação

25 De Lorenzo Valla, do humanismo italiano do século XV, aos beneditinos de Saint-Maur, no horizonte da crise de consciência europeia no limiar do Iluminismo, até a hermenêutica bíblica historicista das universidades alemãs no século XIX, as técnicas da crítica do texto e do estabelecimento do fato tiveram todo o tempo necessário para atingir um ponto de perfeição formal que não será mais ultrapassado.

26 P. Chaunu, "Dynamique conjoncturelle et histoire sérielle". *Industrie*, n. 6, Bruxelas, jun. 1960.

dupla, indo além dela, ultrapassando-a. Ela sonha em combinar a lição de Simiand com a da geo-história. Ela busca a totalidade – uma totalidade econômica – nos espaços que vão da pequena região[27] cujo modelo foi fornecido pelo *Beauvaisis exemplaire*,[28] nas Catalunhas,[29] a província quase nação,[30] na província que serve de pretexto à exploração genial da mais longa duração,[31] empreitada que anuncia as novas formas[32] de uma outra história econômica, indo até os grandes espaços oceânicos – Atlântico meridional[33] dos portugueses,[34] Atlântico paralelogrâmico da Carreira das Índias,[35] oceano Índico[36] e Pacífico.[37] Talvez seja nesse estudo dos espaços oceânicos[38] que a combinação da dinâmica conjuntural de Simiand-Labrousse e a geo-história de Fernand Braudel tenta se realizar o mais abertamente possível. Tais pesquisas macroespaciais se exprimem muito naturalmente, nas análises, em estrutura e conjuntura. Desde os

---

27 Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l'histoire sociale de la France au XVII^e siècle.* Paris: SEVPEN, 2 v.

28 Sobre a pequena região, uma das células fundamentais da sociabilidade, ler nosso artigo: P. Chaunu, "En Marge du Beauvaisis exemplaire. Problèmes de fait et de méthode". *Annales de Normandie*, n. 4, dez. 1960, pp. 337-65.

29 Pierre Vilar, *La Catalogne dans l'Espagne moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales.* Paris: SEVPEN, 1962, 3 v.

30 A esse propósito, P. Chaunu, "Les Espagnes périphériques dans le monde moderne". *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, t. XVI, n. 2, 1963, pp. 145-82.

31 Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les Paysans de Languedoc.* Paris: SEVPEN, 1966, 2 v.

32 P. Chaunu, "A partir du Languedoc. De la peste noire à Malthus. Cinq siècles d'histoire sérielle". *Revue Historique*, t. CCXXXVII, fascículo 482, abr.-jun. 1967, pp. 359-80.

33 Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670). Étude économique.* Paris: SEVPEN, 1960.

34 P. Chaunu, "Brésil et Atlantique au XVII^e siècle". *Annales ESC*, 1961, pp. 1176-207.

35 H. e P. Chaunu, *Séville et l'Atlantique*, parte I, 7 t. em 8 v. Paris: SEVPEN, 1955-57; P. Chaunu, *Séville et l'Atlantique*, parte II, 2 t. em 4 v. Paris: SEVPEN, 1960, 3453 p., *in-8°*.

36 Vitorino Magalhães Godinho, *L'Économie de l'Empire Portugais aux XV^e et XVI^e siècles.* Paris: SEVPEN, 1969 (acabado em 1958, publicado em 1969).

37 P. Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques.* Paris: SEVPEN, 1960 e 1966, 2 v.

38 A esse propósito, cf. um levantamento bibliográfico mais completo em id., *L'Expansion européenne du XIII^e au XV^e siècle.* Paris: PUF, 1969 [ed. bras.: *Expansão europeia do século XIII ao XV*, trad. José Carlos Araújo. São Paulo: Pioneira, 1978]; e *Conquête et exploitation des nouveaux mondes.* Paris, 1969 [ed. bras.: *Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI*, trad. Jordino Assis dos Santos Marques e Maurílio José de Oliveira Camello. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1984].

anos 1950, pelo menos, a história econômica superou a perigosa, porém necessária, parcimônia prévia de uma conjuntura reduzida aos preços. Ela buscou nos fluxos de circulação,[39] entre outros elementos, o substituto para a impossível produção.[40] A impossível produção está à altura do pressuposto implícito da história econômica quantitativa de primeira geração. Partindo do modelo dos preços, desejosa de atingir a estrutura ondulante, a dinâmica conjuntural das economias antigas da era pré-estatística, essa história quantitativa da primeira geração ainda é marcada demais pela angústia da crise,[41] pelas ambições de uma quantificação refinadíssima, o que a impediu de se decidir, logo de início, pelo substituto modesto, mas útil, da avaliação global em história, em que Fernand Braudel foi exímio.[42] Pode-se sentir a tentação de se alinhar à crítica posteriormente formulada pelos quantitativistas da escola de Kuznets e Marczewski,[43] segundo a qual essa história quantitativa de primeira geração talvez tenha dedicado demasiados esforços a séries extremamente refinadas de setores minoritários, em detrimento dos setores mais vastos da economia. E, no entanto, é precisamente graças ao rigor do pensamento e à segurança do resultado que a dinâmica conjuntural regressiva, ou seja, a história econômica de primeira geração, pode aparecer como precursora, hoje, das imensas ambições que nasceram no limiar das últimas décadas do século, no terceiro nível daquilo que eu teria a tentação de chamar de história serial.

Dez anos depois, pode-se tentar uma avaliação. Parece-me que três leis decorrem disso tudo. Esforcei-me por demonstrar, no âmbito privilegiado do espaço atlântico espanhol e hispano-americano,[44] a realidade da hipóte-

---

39 F. Braudel e Ruggiero Romano, *Navires et marchandises à l'entrée du port de Livourne (1547-1611).* Paris: Armand Colin, 1951.

40 H. e P. Chaunu, *Séville, introduction méthodologique.* Paris, 1955, pp. 1-31.

41 "Conhecer, analisar, dominar para melhor domesticar as flutuações econômicas... eis a preocupação essencial...", P. Chaunu, "Dynamique conjoncturelle et histoire sérielle", op. cit., 1960.

42 P. Chaunu, "La Pesée globale en histoire". *Cahiers Vilfredo Pareto*, Genebra, Droz, t. XV, 1968, pp. 135-64.

43 As críticas dos quantitativistas norte-americanos ultraliberais foram, curiosamente, juntar-se às que faziam os marxistas mais rigorosos, dez anos antes.

44 H. e P. Chaunu, *Séville et l'Atlantique*, op. cit.

se quadricíclica[45] aplicada a um setor muito amplo[46] da economia. Ciclos de Kitchin, de Juglar, de Kondratieff e fases se superpõem incontestavelmente. A hipótese foi verificada muito amplamente.[47] Podemos formular, sob forma de lei, a primeira aquisição da dinâmica conjuntural: a estrutura ondulante das economias e das sociedades é universal. A hipótese multicíclica se aplica por toda parte. Ela jamais foi desmentida. Mesmo sendo verdade que, do final do século XIII ao final do XVIII, as flutuações todas se inscrevem entre dois planos quase horizontais. Tal retificação é posterior. A teoria do mundo pleno,[48] os *cheks* malthusianos tomados de empréstimo a Michael Postan,[49] as pesquisas realizadas em demografia histórica e a grande investigação da VIª seção da École des Hautes Études sobre a produção agrícola após a cobrança dos dízimos[50] tendem a propor, para a duração demasiado longa que vai do século XIII ao início do XIX, no Ocidente, um *trend* quase horizontal, um *trend* tenuemente ascendente, e não, claro, essa falsa horizontalidade defendida apressadamente com base em amostragens microscópicas e pouco representativas.[51]

A segunda lei é decorrente da primeira. Ela permite afirmar a existência de uma conjuntura econômica. Os milhares de curvas desenhadas a partir de séries minuciosamente calculadas, numa retomada cada vez mais sistemática do protoestatístico, são quase sempre ligados entre si por correlações positivas. Exemplos típicos disso: a correlação positiva preço/fluxo de circulação no interior do espaço atlântico que liga Sevilha, isto é, a Europa, e a América; a correlação positiva que liga os preços, os índices de atividades do Atlântico e do Pacífico dos ibéricos nos séculos XVI, XVII e XVIII; a correlação preço/fluxo de circulação, populações, atividades,[52] que se estabelece em todos os setores.

Terceira lei: do século XIII ao XX, dos setores menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, do mundo extraeuropeu para o mundo originário da velha cristandade latina, observa-se uma tendência para a atenuação das amplitudes e para a redução dos períodos. Essa lei não admite exceção alguma. Ela se verifica em todas as curvas populacionais, nos preços, nos índices de atividade e de produção, fora da Europa e dentro dela.

III

No que diz respeito à pesquisa, a história econômica já passou por uma mutação. No horizonte dos anos 1950, inicialmente nos Estados Unidos, e à sombra das cátedras de economia política na Europa, uma pesquisa mais ambiciosa em seus objetivos, mas, sobretudo, diferente em suas motivações profundas, vai se constituindo sem interferir, imediatamente, nas pesquisas de dinâmica conjuntural. Nome importante no começo disso: Simon Kuznets. Limitar-me-ei aqui a remeter a um debate polido[53] e a retomar a

---

45 A expressão é de Guy Beaujouan, na resenha que ele fez de nosso trabalho no *Journal des Savants*, 1960.

46 Para uma avaliação global desse setor, P. Chaunu, *Conquête et exploitation des nouveaux mondes*, op. cit.; e "Place et rôle du Brésil dans les systèmes de communication et dans les mécanismes de la croissance de l'économie du XVIᵉ siècle". *RHES*, t. XLVIII, n. 4, pp. 460-82.

47 F. Braudel e F. C. Spooner, "Prices in Europe from 1450 to 1750", op. cit.

48 Na França, ela deve muito a Emmanuel Le Roy Ladurie... Nós lhe atribuímos um papel importante em nossa pesquisa atual sobre os sistemas de civilização.

49 Michael Moissey Postan, *Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1941, t. I; 2ª ed., 1966.

50 *Les Fluctuations du produit de la dîme*, Association Française des Historiens Économistes, primeiro congresso nacional. Comunicações e trabalhos reunidos e apresentados por Joseph Goy e E. Le Roy Ladurie, VIª seção da École Pratique des Hautes Études, *Cahier des Études Rurales* III, Paris/Haia: Mouton, 1972.

51 Michel Morineau, "Les Faux-semblants du démarrage économique", *Cahier des Annales*, Paris, n. 30, 1971.

52 P. Chaunu, "Le Renversement de la tendance majeure des activités et des prix au XVIIᵉ siècle", in *Studi in onore di Amintore Fanfani*. Milão: A. Giuffrè, 1962, t. IV, pp. 221-57; e "Le XVIIᵉ siècle. Problèmes de conjoncture", in *Mélanges Antony Babel*. Genebra, 1963, pp. 337-55.

53 Jean Marczewski, *Introduction à l'histoire quantitative de l'économie française* (11 v. publicados de 1961 a 1969, obra fundamental). "Introduction", op. cit., Paris, ISEA, 115, AF n. 1, pp. I-LIV; retomado em "Buts et méthodes de l'histoire quantitative". *Cahiers Vilfredo Pareto*, Genebra, Droz, t. III, 1964, pp. 125, 164 e 177-80; cf., além disso, Pierre Chaunu, "Histoire quantitative ou histoire sérielle". *Cahiers Vilfredo Pareto*, Genebra, Droz, t. III, 1964, pp. 165-76; "Histoire sérielle: bilan et perspective". *Revue Historique*, fascículo 494, abr.-jun. 1970, pp. 297-320; e *Revue Roumaine d'Histoire*, n. 3, 1970.

conclusão que parece ter resultado dele. Reservaremos, de agora em diante, o termo "história quantitativa" às empreitadas do tipo daquelas de Simon Kuznets e de Jean Marczewski: "falaremos doravante[54] em história quantitativa somente quando os resultados puderem se moldar de acordo com a forma da contabilidade nacional", regional e macroespacial, quando a quantificação terá sido global, sistemática e total.

Na verdade, essa forma de história se liga, no plano técnico, à generalização, nos países mais industrializados, e, portanto, os que contam com mais ordem na estatística econômica, dos grandes sistemas de contabilidade nacional.

O esforço prossegue. Com alguns fracassos relativamente ínfimos – que concernem quase unicamente à protoestatística –, a história econômica totalizante dos economistas fez com que o conhecimento útil do passado progredisse de forma considerável.

A experiência tem seus limites, bem como seus perigos, e é conclamada, ao que tudo indica, a preparar novas superações. Na verdade, ela se estabelece em correlação estreita com preocupações que, talvez, sejam sentidas com menor acuidade no limiar dos anos 1970 do que o tinham sido no decorrer dos anos 1950. Essa forma de história quantitativa é, a princípio, uma história do crescimento. A primeira história econômica foi, essencialmente, história da dinâmica conjuntural. Ela foi *história da crise*. A história quantitativa dos economistas foi, inicialmente, uma história do começo, do *crescimento* e das disparidades do crescimento. Ela é inseparável do sucesso de Rostow.[55] É inseparável da descolonização, da descoberta de um Terceiro Mundo, fora da Europa e da América do Norte, das disparidades regionais de todo o *Mezzogiorno* e, sobretudo, do famoso fenômeno conhecido como abertura das tesouras. A aceleração do crescimento econômico, a melhoria infelizmente muito provisória da saúde demográfica dos países desenvolvidos, a retomada, na Europa industrial e na América do Norte, do crescimento demográfico, bem como aquilo a que se chamou, de modo um tanto abusivo, de explosão

54 P. Chaunu, *Revue Historique*, abr.-jun. 1970, p. 300.

55 Walt Whitman Rostow, *Les Étapes de la croissance économique* [1960]. Paris: Seuil, 1963 [ed. bras.: *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*, 6ª ed., trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1978].

demográfica do Terceiro Mundo, fizeram com que se tomasse consciência de uma estrutura muito antiga do desenvolvimento. Este, antes de atingir o limiar de uma hipotética maturidade, é, no início, cumulativo; os setores que já se encontram mais desenvolvidos são os mais aptos a se desenvolver mais rapidamente, e, por conseguinte, a distância que separa os países industrializados dos setores tradicionais aculturados e involuídos tende a aumentar. É preciso estudar os mecanismos do desenvolvimento – que não deve ser confundido com o crescimento[56] – e distinguir as características mais gerais dos traços específicos do desenvolvimento histórico motor do *take-off* inglês e europeu.[57]

Essa segunda forma de história econômica tem seus limites e perigos. Os limites: é bastante evidente que a quantificação total circular num sistema fechado de contabilidade não poderia, em caso algum, voltar no tempo para antes do século XIX, e isso no caso único de setores privilegiados da Europa e da América industrial. Na Inglaterra de Gregory King, talvez seja possível aventurar-se mais longe, lançando mão de uma protoestatística bem guarnecida. Mesmo sendo verdade que, em relação a alguns aspectos, fizeram-se algumas reservas; Phyllis Deane e William A. Cole[58] elaboraram o que me

56 P. Chaunu, "Croissance ou développement? A propos d'une véritable histoire économique de l'Amérique latine aux XIXe et XXe siècles". *Revue Historique*, fascículo 496, out.-dez. 1970, pp. 357-74.

57 Numerosas revisões recentes foram consagradas ao *take-off* histórico da Inglaterra e da Europa Ocidental. Uma recepção desmedida foi feita aos estudos de Paul Bairoch (cf. *Révolution industrielle et sous-développement* [1963], 3ª ed. Paris: SEDES, 1969 [ed. bras.: *Revolução industrial e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1976]). Notável e recente análise foi feita por François Crouzet: "The Economic History of Modern Europe". *The Journal of Economic History*, v. XXXI, n. 1, mar. 1971, pp. 135-52; Ronald Max Hartwell, "The Causes of the Industrial Revolution in England", in Peter Mathias, *Debates in Economic History*. Londres: Methuen, 1967 e 1970; David S. Landes, *The Unbound Prometheus. Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*, Cambridge [ed. bras.: *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até os dias de hoje*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005]; e uma excelente análise ainda semiconfidencial de E. A. Wrigley sobre "Modernisation et industrialisation", difundida pelo Cambridge Group for the History of Population and Social Structure. Um balanço também útil do problema encontra-se em *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*. Paris: Robert Laffont, 1971.

58 Phyllis Deane e William A. Cole, *British Economic Growth, 1688-1959*. Cambridge: Cam-

parece constituir, até hoje, a única história quantitativa, ainda que com êxito moderado, que parte do final do século XVII, graças, notadamente, à obra genial e pioneira de Gregory King. Mas é óbvio que a quantificação de Deane e Cole mal pode ser assimilada a uma quantificação total. Ela responde apenas muito imperfeitamente às exigências de Kuznets e Marczewski. Por outro lado, que contribuição trouxe a *New Economic History*?[59] Essa pretensa história mal é uma história. Ela se compraz no tempo curtíssimo de um tempo quase presente e se limita ao setor americano hiperdesenvolvido, em relação ao qual aperfeiçoa, sem grande mérito, um material estatístico abundante e, essencialmente, já pré-elaborado.

A *New Economic History* quase não passa, nessas condições, de uma seção norte-americana da segunda história econômica quantitativa, a história na era da contabilidade nacional e dos modelos. No próprio interior da economia americana, a *New Economic History* fica pouco à vontade desde que passou a abordar os anos 1830. Os autores praticamente renunciam a incorporar à sua sistemática essa arqueologia, para eles, longínqua dos anos 1800-30. Eles têm consciência, mais ou menos obscuramente, de uma modificação estrutural que torna difíceis e incertos os encadeamentos. Daí o recurso revelador aos modelos teóricos, o que faz com que intervenham hipóteses que não permitem verificação histórica. O exemplo mais célebre é o do desenvolvimento da economia americana sem as ferrovias. Chega-se, com ele, ao absurdo. Há, enfim, a aberração dos pressupostos filosóficos implícitos. O *homo oeconomicus* da *New Economic History* me parece, salvo talvez raras exceções, extremamente artificial. Não somente sua reação diante do lucro é perfeita, imediata, sem hesitação nem conflito ou latência; trata-se, em suma, de um homem perfeito, tal como se sonhava no curso da economia política, na época de Jean-Baptiste Say, um homem sem corpo, sem sexo, sem afetividade, sem raízes, sem espírito, sem alma. Sempre consciente, bem informado, pronto para reagir unicamente ao lucro, como uma mecânica de Vaucanson. A rigor, trata-se apenas de uma passagem, mas mostra que andar para a frente não é o bastante para progredir e que é preciso, também – e isto é, a cada dia,

---

bridge University Press, University of Cambridge Department of Applied Economics Monographs, 1964.

59 Maurice Lévy Leboyer, "La *New Economic History*". *Annales ESC*, n. 5, 1969, pp. 1 035-69.

sempre um pouco mais difícil –, conservar as aquisições, sem o que se pode passar sem transição do tempo dos computadores àquele das cavernas.

A quantificação global não deve ser obtida ao custo de uma regressão do material estatístico utilizado com relação às etapas anteriores da pesquisa.

A principal limitação, no entanto, está em outro ponto. Parece-me que ela reside no fato de que a nova história econômica quantitativa tem mais dificuldades para sair do setor do econômico estreitamente limitado do que a dinâmica conjuntural e a história geográfica dos anos 1930 a 1950.

IV

Por isso é que a nova história econômica quantitativa conclama quase imediatamente a novas ultrapassagens. Há alguns anos, vem se desenhando o que eu teria a tentação de chamar de *retorno ao serial e intrusão do quantitativo no terceiro nível*. A dinâmica estrutural situa seus longínquos referentes por volta de 1890, explode entre 1930 e 1935, e culmina entre 1950 e 1960. A história quantitativa globalizante possui seus primeiros referentes situados por volta de 1930, atravessa seu *take-off* no início dos anos 1960, culmina entre 1965 e 1968. Ela está longe de ter esgotado seu impulso. As possibilidades combinatórias são imensas com a dinâmica conjuntural e a geo-história. Ela conta, desde que começaram a operar os computadores de terceira geração,[60] com enormes possibilidades. Marcel Couturier, Emmanuel Le Roy Ladurie, François Furet estiveram entre os primeiros, na França, a tirar partido disso. Depois de 1968, quase não há trabalhos importantes de história econômica que não tenham recorrido, em grande escala, ao tratamento informático. A nova história econômica quantitativa não nasceu com o computador, mas seu crescimento é amplamente facilitado por esse prestigioso multiplicador de todos os nossos meios. Mais do que destinado a contribuir para o progresso da história econômica, o computador está fadado a contribuir para a expansão dos métodos desta.

---

60 A expressão foi popularizada entre os historiadores de língua francesa por Marcel Couturier: "Vers une nouvelle méthodologie mécanographique. La préparation des données". *Annales ESC*, n. 4, jul.-ago. 1966, pp. 769-78.

Aí é que se situa a grande mutação da história. A história econômica, hoje, menos do que um objeto, é, inicialmente, um estado de espírito, um conjunto de métodos, uma abordagem. Para o tratamento de tudo aquilo a que se aventura, de tudo aquilo que se ultrapassa, eu propus o abandono do quantitativo e a conservação do serial. A história serial engloba todas as histórias quantitativas, mas vai além delas, partindo à conquista do terceiro nível, apalpando, aos poucos, os limites dos sistemas de civilização.

A história serial também tem seus referenciais. Há vinte anos, Alphonse Dupront, partindo da ideia de cruzada, estudou os aspectos mais secretos da mentalidade coletiva, indo das palavras às coisas, das manifestações de pânico e da Fé ao vocabulário do Iluminismo. A história serial, na qual também ecoam as angústias do tempo presente, supõe um sistema de alianças privilegiadas com as ciências humanas que quase não se beneficiaram, até aqui, das conquistas do serial, da antropologia às diversas etnologias e à psicologia coletiva. Sem omitir essa velha aliada tradicional, sempre renovada, que é a demografia.

A história econômica não para de aprimorar suas técnicas. Acontece-lhe encontrar mais do que ela busca, nos meandros de seus caminhos intelectuais.

Há três exemplos, entre muitos: Emmanuel Le Roy Ladurie mostrou, desde seu livro *Paysans de Languedoc*[61] até a grande pesquisa militar de 1866,[62] que uma antropologia física regressiva era desejável, possível e infinitamente fecunda. Conhecer o material humano. O mesmo Emmanuel Le Roy Ladurie[63] mostrou, ainda, como uma história das variações climáticas era possível na curta, na média e na longa duração.[64] O Centro de Pesquisas de história quantitativa da universidade de Caen desenvolveu um método que proponho chamar de método de história administrativa serial e de cartografia regressiva.[65] Ele permite a utilização exaustiva dos dados numéricos dispersos, no que toca a toda a duração da sociedade tradicional, num âmbito regional, do fim do século XIII ao início do século XIX. O ganho de produtividade, com isso, é enorme; e a recuperação de um material que era visto como inútil pelos métodos tradicionais é considerável. Esse método é fecundo, em razão da prodigiosa estabilidade do hábitat rural do século XIII ao século XIX no horizonte do mundo pleno. E mostra tudo do que é capaz hoje, graças aos computadores. Ele foi concebido na perspectiva de um estudo de população, feito na longuíssima duração.[66] A história administrativa serial, tanto quanto a cartografia regressiva, lembra, evidentemente, o papel privilegiado da demografia histórica.

Na verdade, é ela a filha mais velha da história econômica – a que história econômica se pode pretender sem aquilo que Ernest Labrousse chama, tradicionalmente, de divisor, ou, dizendo mais claramente, um divisor ponderado? –, a primeira responsável, hoje, pelos saltos em cadeia da história serial.[67] Ciência francesa, ciência da longa duração, sendo a França um laboratório do envelhecimento catastrófico das populações industriais.[68] Ciência que demanda, quase necessariamente, um fornecedor de longas séries. Ciência dos retornos. A demografia histórica é, há dez anos, o setor número 1, de longe, o mais fértil,[69] de toda a pesquisa histórica.[70] O genial método Fleury-Henry é um método de historiador e, até mesmo, caricaturalmente, de genealogista: o que pode haver de mais histórico, no sentido mais tradicional, do que a reconstituição das famílias, o que de mais serial do que um método que permita calcular o coeficiente líquido

---

61 *Les Paysans de Languedoc*, op. cit.

62 Jean-Paul Aron, Paul Dumont e E. Le Roy Ladurie, *Anthropologie du conscrit français d'après les comptes numériques et sommaires du recrutement de l'armée. 1819-1826*, apresentação cartográfica, VIª seção da EPHE Paris/Haia: Mouton, 1972.

63 E. Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flammarion, 1967.

64 P. Chaunu, "Le climat et l'histoire à propos d'un livre récent". *Revue Historique*, t. CCXXXVIII, fascículo 484, 1967, pp. 365-76.

65 Id., "Les enquêtes du centre de recherches quantitatives de Caen. Bilans et perspectives...", in *Colloque du CNRS de Lyon, octobre 1970, Industrialisation en Europe au XIXe siècle, cartographie typologie*. Paris: CNRS, 1972, pp. 285-304. O método, cujo mérito cabe inicialmente a Pierre Gouhier, será exposto no tomo II (no prelo, será publicado em 1971) do *Atlas historique de Normandie*, Caen, CRHQ, *in-folio*, e num fascículo que será publicado pelo CNRS de Caen.

66 P. Gouhier, *La Population de la Normandie du XIIIe au XIXe siècle*, tese em preparação.

67 Quanto a isso, remeto ao meu capítulo "La dimension de l'homme", in Pierre Chaunu, *La Civilisation de l'Europe des Lumières*. Paris: Arthaud, 1971.

68 Pela primeira vez de 1847 a 1851, e de modo mais ou menos contínuo a partir de 1896.

69 Um apanhado breve encontra-se em *L'Europe des Lumières*, op. cit., pp. 95-170.

70 Cf. *Population and Population Studies* desde 1946, e *Annales de Démographie Historique* desde 1964, além das publicações do INED da VIª seção da École des Hautes Études, do Centro de Cambridge e do CRHQ de Caen.

de reprodução e de expectativa de vida na cidade de Colyton, do século XVI aos nossos dias?

A história demográfica, hoje, vale sobretudo por seus produtos e, talvez devêssemos dizer, por suas repercussões. A paciente labuta com as fichas resultantes da análise dos arquivos dos pobres conduz, obviamente, à história religiosa serial,[71] à história das atitudes diante da vida, à história do casal – e, portanto, à estrutura básica mais fundamental da sociabilidade –, à história do amor, da vida e da morte.

Em outro trabalho,[72] esforcei-me por compreender os mecanismos que conduzem a história serial, ontem econômica e social, ao assalto do terceiro nível, a saber, o essencial, o afetivo, o mental, o psíquico coletivo... ou, melhor dizendo, os sistemas de civilização. Esse ramo da história existia há várias décadas. Alphonse Dupront, por muito tempo, traçou quase sozinho suas linhas pioneiras. A mutação desses últimos anos decorre da ampliação dos campos de interesse e da adaptação, a esse setor novo, dos métodos seriais aperfeiçoados pelo historiador economista – isto é, a constituição de séries estatísticas; tais métodos engendram o terceiro nível, com o benefício da análise matemática das séries e da dupla interrogação do documento, inicialmente, em si mesmo e, depois, em relação à sua posição no interior da série homogênea na qual a informação de base é integrada e colocada.

Diversas abordagens são possíveis. O conteúdo da civilização escrita é relativamente mais fácil de apreender. François Furet,[73] Henri Martin,[74] Robert Estivals[75] e alguns outros mais[76] estabeleceram os fundamentos do estudo quantitativo do volume global do escrito impresso. Esse estudo pode, com o auxílio do computador, graças à semântica quantitativa, levar ao início – ainda bastante modesto – de um estudo de conteúdo global das diferentes camadas do discurso elaborado.

É muito mais difícil ter acesso ao conteúdo das culturas tradicionais, ao pensamento, à sensibilidade, às condições de vida daqueles que não têm acesso à linguagem escrita. Também nesse caso, os métodos da história econômica são adaptáveis e transponíveis. Victor-Lucien Tapié[77] e seus alunos acabam de demonstrar, de modo eloquente, o que se pode esperar do tratamento serial de uma imagem privilegiada, maravilhoso testemunho da sensibilidade religiosa e do conteúdo da Fé, pelo estudo dos retábulos das igrejas de meio rural dos séculos XVII e XVIII. O tratamento do conteúdo da imagem se fez, em parte, pela utilização dos procedimentos gráficos expostos por Jacques Bertin em *Sémiologie graphique* [Semiologia gráfica].[78] Essa investigação pioneira é, hoje, o ponto de partida para uma exploração da imagem que, se depender de nossa vontade, há de se tornar metódica.

O encadeamento é ainda mais sensível no que diz respeito ao mobiliário, à igreja e ao hábitat camponês.

Uma pesquisa bastante clássica de história econômica[79] resulta hoje num inventário monumental de tipo totalmente novo. Para além do objeto, apreendido numa avaliação global, é o conteúdo de toda uma civilização não escrita que o pesquisador se esforça por compreender.

---

71 Um conjunto de possíveis, entre outros, sobre a pressa em batizar; cf. também P. Chaunu, "Une Histoire religieuse sérielle". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n. 1, 1965, pp. 5-34.

72 Id., "Un nouveau champ pour l'histoire sérielle, le quantitatif au troisième niveau", in *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Toulouse: Privat, 1972, t. II, pp. 105-26.

73 François Furet et al., *Livre et société dans la France du XVIII^e siècle*. Paris/Haia: Mouton, 1965, t. I; 1970, t. II.

74 Henri J. Martin, *Livre, pouvoir et société à Paris au XVII^e siècle (1598-1701)*. Genebra: Droz, 2 v., 1969, *in-8°*, 1091 p., mapas e gráficos; via que já fora traçada, em col. com Lucien Febvre, em *L'Apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958, XL-558 p. [ed. bras.: *O aparecimento do livro*, trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora da Unesp, 1992].

75 Robert Estivals, *Le Dépôt légal sous l'Ancien Régime de 1537 à 1791*. Paris: Marcel Rivière, 1961; *La Statistique bibliographique de la France sous la monarchie au XVIII^e siècle*. Paris/Haia: Mouton, 1965; uma tese datilografada (Bibliothèque de la Sorbonne), defendida em 30 de maio de 1971, sobre a *Bibliographie bibliométrique*.

76 Jean Quéniart, Geneviève Bollême etc. na recentemente criada *Revue d'Histoire du Livre*.

77 Victor-Lucien Tapié *et al.*, *Enquête sur les rétables*. Paris: Centre de Recherches sur la Civilisation de l'Europe Moderne, 1972, 2 v.

78 Jacques Bertin, *Sémiologie graphique*. Paris: Gauthier-Villars/Mouton, 1967.

79 Jean-Pierre Bardet, Pierre Chaunu, Gabriel Désert, Pierre Gouhier e Hugues Neveux, *Le Bâtiment, enquête d'histoire économique, XIV^e-XIX^e siècles*, t. I, "Maisons rurales et urbaines dans la France traditionnelle". Paris: Mouton, 1971.

No entanto, são, evidentemente, os estudos sobre o sexo, a vida e a morte que vão mais longe nesse sentido.[80] O grande livro pioneiro de Michel Vovelle,[81] o belo livro mais clássico, porém de um refinamento raro na análise, de François Lebrun[82] e todo um conjunto de teses acadêmicas que começam a aparecer mostram que o quantitativo, dominado, ontem, graças ao econômico e, no futuro, graças à informática, pode atingir flancos capitais de uma história do essencial.[83]

Peça por peça, uma história global dos sistemas de civilização vai se esboçando. A concordância disso é evidente com a crise de civilização que vem afetando, desde 1962, setor por setor, os países que chegam, progressiva e parcialmente, à era pós-industrial. A crise questiona as transposições laicas dos valores de civilização da cristandade realizadas no século do Iluminismo, a transposição escatológica da finalidade cristã para um crescimento por muito tempo automotivante. À história dos modos de fazer[84] sucede, quase necessariamente, a dos modos de pensar, de sentir. A história chegou ao limiar das motivações.

Por isso, as pesquisas quantitativas feitas sobre a formação do casal, sobre as atitudes coletivas diante da morte não passam de uma etapa útil, porém muito provisória. É o conjunto do discurso que se deve atingir a fim de codificar corretamente os sinais pânicos que traduzem o essencial. É preciso, guiando-se pelo clarão produzido pelo serial, voltar aos pensamentos mais elaborados da elite. O serial deságua numa modalidade superior de análise da qualidade.

80 "Le Quantitatif au troisième niveau", op. cit.

81 Michel Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation. Attitudes provençales devant la mort au siècle des Lumières*. Paris: Plon, 1973.

82 François Lebrun, *Les Hommes et la mort en Anjou aux XVII^e et XVIII^e siècles. Essai de démographie et de psychologie historiques*. Paris/Haia: Mouton, 1971.

83 Depois do extraordinário feito de Michel Vovelle com base no estudo de 50 mil testamentos dos 500 mil conservados na Provença de 1680 a 1790, Jean-Marie Gouesse prepara um trabalho semelhante (sua tese de doutorado) sobre a formação do casal, de acordo com o tratamento serial de centenas de milhares de pedidos de dispensa conservados no oeste.

84 Esforço-me por demonstrar isso em *Histoire Science Sociale – La Durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris: SEDES, 1974 [ed. bras.: *História como ciência social – a duração, o espaço e o homem na época moderna*, trad. Fernando Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976].

A história dos sistemas de civilização, que é hoje uma necessidade vital, só pode ser feita assim.

Texto publicado originalmente como "L'Économie – Dépassement et prospective", in Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.), *Faire de l'histoire. Nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974. Tradução de Flávia Nascimento.

MAURICE AYMARD

8. HISTÓRIA ECONÔMICA

Uma curva de crescimento ilustraria muito bem o destino da história econômica. Uma longa fase de acumulação (1850-1930), durante a qual ela armazena seus primeiros materiais; a decolagem dos anos 1930 – uma mutação decisiva que a coloca na dianteira da nova história, travando os primeiros combates, obtendo os primeiros sucessos, e que lhe assegura, na década de 1950, um domínio incontestável; a maturidade, a partir de 1960-70: ápice da curva ou inversão da tendência? A consagração, mas com sinais de perda de fôlego, o duplo desafio da história quantitativa e da *New Economic History*, os primeiros questionamentos, a concorrência dos novos interesses da história. Ela serviu de exemplo, imposto pelo rigor de seus métodos, mas perdeu, assim, o monopólio sobre a série numerada e hesita quanto à direção a seguir. Em relação à sua mais fiel associada – que é também sua garantia –, a história social, ela parece querer recuperar sua liberdade...

A PRÉ-HISTÓRIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA

O surto dos anos 1930 frequentemente faz com que se esqueça a longa pré-história da história econômica. Ela nasce com a primeira industrialização do Segundo Império e dos primórdios da Terceira República. Acumula, então, dados e medidas sobre a antiga ordem, que está em vias de

se desfazer. Sobre a moeda, com Natalis de Wailly, referência ainda hoje obrigatória. Sobre os preços, com as primeiras séries de *mercuriales*,[1] todas publicadas, não por acaso, em obscuras revistas locais; com a grande síntese de Georges d'Avenel, contemporânea aos trabalhos de Van Houtte e de Georg Wiebe, que lança a expressão "revolução dos preços" dos séculos XVI e XVII; com o estudo exemplar de Daniel Zolla; com os trabalhos, hoje envelhecidos, de H. Sée. Mas seu lugar, mesmo consagrado pelo ensino universitário, permanece secundário: a grande história, para todos os mestres do primeiro século XX, é a dos Estados. O que explica que, apesar de sua menor riqueza em dados numéricos, a história da Idade Média reserva, então, um lugar maior ao estudo das realidades econômicas, das técnicas agrícolas, da organização do comércio: ela deve explicar o funcionamento do regime senhorial, o renascimento do Ocidente cristão, o êxito das cidades de Flandres e da Itália setentrional.

UMA VIRAGEM: A CRISE DE 1929

O nascimento dos *Annales*, cujo primeiro nome foi *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), prepara e antecede uma ruptura, acentuada pela crise mundial e pela tomada de consciência que esta provoca nos contemporâneos. A influência decisiva sobre a nova escola virá do economista François Simiand: a evolução do conjunto da economia é ritmada pela sucessão regular de fases – *grosso modo* trintenárias desde o início do século XIX – de expansão (fases A) e de recessão ou menor crescimento (fases B), elas mesmas ligadas a movimentos de alta e de baixa longa dos preços; a existência de tais movimentos pode ser identificada, pelo menos, desde o final da Idade Média. Quanto à gravidade da crise de 1929, explica-se pela superposição de uma crise cíclica e pela inversão de tendência, mas ela tem precedentes que correspondem, também eles, a uma mudança de fase (de A para B): no século XIX, em 1817 ou em 1873.[2]

1 Relação dos preços dos gêneros vendidos em mercado público [N.E.]

2 François Simiand, *Les Fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale*. Paris: Félix Alcan, 1932; *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVIe au XIXe siècle*. Paris, 1933.

A direção está fixada: ela encoraja o esforço coletivo. O Comitê Internacional de pesquisa sobre a história dos preços, presidido por William Beveridge, suscita em todos os principais países da Europa pesquisas sistemáticas e coletivas – ainda pouco usuais na pesquisa histórica. As primeiras publicações se sucedem rapidamente: Henri Hauser e Ernest Labrousse (França), W. Beveridge (Inglaterra), Earl J. Hamilton (Espanha), Posthmus (Países Baixos), Elsas (Alemanha), Hoszowski (Polônia). Elas impõem uma nova maneira de fazer e escrever história: a busca sistemática de fontes numeradas, sua elaboração estatística, uma atitude nova para com o documento histórico, dessacralizado por uma crítica severa. Busca-se identificar, a partir de então, movimentos, desvios, e não níveis absolutos – séries, e não números isolados; alguns preferirão até mesmo médias regionais e nacionais "abstratamente" construídas à série local bruta, por demais próxima do concreto. "Números falsos, curva verdadeira", escreve Lucien Febvre, resumindo essa mutação.

O IMPERIALISMO DO PREÇO

A obra capital para a historiografia francesa, a que fixa para todos os jovens pesquisadores os métodos e, ao mesmo tempo, as ambições explicativas de uma história econômica fundamentada sobre o estudo do movimento dos preços, é a de E. Labrousse.[3] Ela familiariza os historiadores com o conjunto de conceitos tomados de empréstimo à economia política – sobretudo através dos trabalhos de Simiand –, cuja aplicação ao passado pré-industrial passa a aparecer como possível: os movimentos longos (seculares – o *trend* – e trintenários) e o movimento curto (intradecenal e interdecenal) dos preços, a conjuntura, os ciclos, as crises. Ela lhes ensina técnicas de estatísticas simples para calcular e utilizar médias simples ou ponderadas e para testar os resultados obtidos. Mas, ao mesmo tempo, mostra que as flutuações dos preços determinam toda a história econômica ("ciência positiva... mas, antes de tudo, ciência humana") e, por meio dela, a história social e política, inclusive o acon-

3 Ernest Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1933; id., *La Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. Paris: PUF, 1944.

tecimento revolucionário: "O mecanismo econômico inteiro é comandado pelos movimentos, longos ou curtos, dos preços dos grãos", diante dos quais uma sociedade como a francesa do século XVIII surge como permeável em seu todo, apesar da importância do autoconsumo. Eles atingem de modo desigual – mas até mesmo essa desigualdade é significativa – as diferentes categorias sociais (proprietários senhoriais ou burgueses, dizimeiros, exportadores agrícolas e meeiros, camponeses cultivadores, diaristas trabalhando no campo) e os diferentes setores da produção (agricultura, indústrias têxtil e metalúrgica, construção, comércio colonial). Ditam os movimentos do lucro, da produção, das rendas, das trocas, da população. Por seus efeitos catastróficos para a massa dos produtores, o interciclo de baixa que precede a revolução constitui sua rampa de lançamento: na relação ambígua, feita de saber e ignorância, que liga os homens à sua história, a "verdade" econômica desvendada pelo historiador se opõe à explicação – e, por conseguinte, à solução – política, que só é percebida e desejada pelos contemporâneos.

Esse imperialismo explicador do movimento dos preços fascina os historiadores da época pré-industrial. De Jean Meuvret a Pierre Goubert, e até o início dos anos 1960, a história econômica da modernidade se constitui, então, jogando com dois registros complementares. Por um lado, uma análise do ciclo curto, ligado às variações da produção de cereais e dos efeitos, notadamente demográficos, da crise de subsistência, da qual Labrousse fizera o modelo da crise do Antigo Regime. Por outro, a dos movimentos longos: as fases A e B de Simiand, cuja duração, trintenária no século XIX, parece se prolongar antes da revolução, chegando às dimensões de um século, se não mais. Para aquém do século XVIII de Labrousse (1731-1817), a periodização, que se torna, então, clássica, opõe o impulso econômico do grande século XVI da revolução dos preços, real ou suposta – um século XVI que começa muito cedo, por volta de 1450-80, e acaba muito tarde, muito depois de 1600 –, à depressão do reino de Luís XIV, que perdura sob a Regência. Entre ambos (1620-60), o tempo das dificuldades e da inversão de tendência, com a guerra, os períodos agudos de fome e epidemias e as "fúrias camponesas" que culminam com a Fronda, torna-se o centro do debate historiográfico sobre a "crise do século XVII". Quanto à história da Idade Média, ela também aparece dominada por uma oposição idêntica entre o longo impulso – trissecular – de desenvolvimento, que se estende do século XI ao XIII, e a depressão secular (1350-1450), que sucede à grande peste e coincide com a guerra franco-inglesa.

No mesmo momento, uma impulsão decisiva em favor da longa, e até mesmo da longuíssima duração, é dada pela obra de Fernand Braudel. O que se propõe à história, com o estudo sobre o Mediterrâneo,[4] é que ela amplie profundamente seus horizontes. No espaço: o âmbito por demais estreito da região, da província ou do Estado remete à totalidade do espaço econômico em que se organizam, indiferentes às fronteiras, as atividades dos homens – o mar interior, o Atlântico espanhol – enquanto não chega o momento da economia-mundo de Immanuel Wallerstein. Mas também no tempo: mesmo seculares, os movimentos não devem mascarar as permanências e as repetições, as coerções duráveis da adaptação ao meio e ao clima, das plantas cultivadas e das técnicas agrícolas, da aparelhagem de ferramentas econômicas; para além das conjunturas, é preciso apreender as estruturas – o que não muda, ou então só muda muito lentamente. A história da economia é inseparável da história das bases materiais da civilização.

A dupla influência, às vezes contraditória e complementar, de E. Labrousse e F. Braudel marca o desenvolvimento da história econômica nos anos 1950 e 1960. As etapas se sucedem rapidamente, com o estabelecimento de novas séries numéricas, o que permite um conhecimento mais diversificado das atividades econômicas. Depois dos preços, as trocas, muito particularmente as trocas marítimas de longa distância, graças aos registros dos portos – Livorno, Sevilha, Lisboa; os espaços marítimos animados e controlados por essas cidades, o Mediterrâneo (Braudel/Romano), o Atlântico dos espanhóis (Pierre Chaunu) e dos portugueses (Frédéric Mauro), o oceano Índico (Vitorino Magalhães Godinho); os grandes produtos transportados, lã e trigo, alúmen, sal e vinho – produtos valorizados e plebeus, por oposição aos artigos de luxo que, sobretudo, tinham até então chamado a atenção dos historiadores; os grandes centros do comércio mundial, Antuérpia, Amsterdam, Veneza, Gênova, Medina del Campo e as feiras livres de Besançon; as correspondências mercantes e as técnicas bancárias e relativas à circulação

---

4 Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949 [ed. bras.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984].

do dinheiro.[5] Tudo isso sem ruptura fundamental: o comércio internacional reproduz e confirma as flutuações conjunturais do movimento dos preços.

O ENCONTRO COM A DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Segunda etapa: o "cálculo global" do número de homens, necessário a uma primeira quantificação, conduz muito depressa da exploração dos antigos recenseamentos – obrigatoriamente descontínuos – ao recurso a novas fontes seriais, os registros paroquiais. O método rigoroso de reconstituição das famílias dá à demografia histórica um novo status científico: no nível da aldeia, ele estabelece fluxos (casamentos, nascimentos e sepulturas) e taxas (nupcialidade, fecundidade, mortalidade, natalidade etc.), isola as estruturas essenciais da família, sugere uma conjuntura dos comportamentos diante da vida e da morte (notadamente para a limitação dos nascimentos). A autoridade da tabela oficial semanal fixando os preços dos víveres nos mercados públicos sai reforçada disso: até a revolução, ela comanda não somente o movimento das sepulturas como também o dos casamentos e concepções.

Contudo, paradoxalmente, o esforço de síntese concentra-se sobre espaços relativamente restritos. Cidades: as capitais privilegiadas da antiga ordem econômica, Istambul, Roma, Valladolid. E, mais ainda, regiões: pequenas regiões – como o Beauvaisis dos "Cem mil provincianos sob Luís XIV" – ou províncias – a Baixa Provença de René Baehrel, a Catalunha de Pierre Vilar e o Languedoc de E. Le Roy Ladurie – parecem fornecer os limites ideais para uma história total que associa estreitamente investigação econômica e análise social. Goubert, por exemplo, escreve: "Tentei ir dos preços aos grupos sociais: isto é, muito amiúde, do perfeitamente conhecido ao dificilmente conhecível". A abertura, em alguns anos (1960-66), do quadro cronológico continua sendo o mais surpreendente: com Le Roy Ladurie retomando os esquemas sugeridos por Michael Postan e Wilhelm Abel, passa-se da conjuntura secular – regressão ou crescimento – à estabilidade plurissecular, com

5 Cf. as coleções "Ports, routes, trafics" e "Affaires et gens d'affaires", das publicações da EPHE, VIª seção.

os movimentos sucessivos de progresso e de contração, de certo modo, anulando-se no interior dos limites – atingidos a partir do século XIII e reencontrados no século XVIII – de um ecossistema que define um resultado ótimo insuperável na relação entre os recursos e o número de homens.

A VIRAGEM DOS ANOS 1960

O ecossistema aparece como uma resposta ao duplo desafio da história quantitativa e da *New Economic History*, lançado aos historiadores pelos economistas no início da década de 1960. A primeira, por iniciativa de Simon Kuznets e Jean Marczewski, pretende retomar dos historiadores um termo do qual eles se tinham apropriado abusivamente. "Uma história econômica que utiliza a estatística e as estatísticas não será 'quantitativa' enquanto seu procedimento básico, isto é, a escolha dos fatos a serem levados em conta, não se fizer por métodos quantitativos, enquanto as conclusões às quais ela conduz não se prestarem a uma expressão quantitativa integral."[6] A história serial dos historiadores economistas só pode ser a primeira etapa de um procedimento que "integre todos os fatos estudados num sistema de contas interdependentes", o da contabilidade nacional. Em alguns anos, o grupo dirigido por J. Marczewski conseguiu reunir sistematicamente e apresentar documentos de uma história quantitativa da economia francesa de 1700 a 1958: um enorme dossiê para o estudo comparado do *take-off* na Europa dos séculos XVIII e XIX, em relação ao qual, no entanto, os historiadores mantêm certa reserva, criticando o método adotado nesse trabalho ("econometria retrospectiva") ou os resultados ("as contas fantásticas de Gregory King"). O que explica, sem dúvida, a ausência, no caso da França, de um estudo comparável àquele feito por Phyllis Deane e William Cole.[7]

6 Jean Marczewski, *Introduction à l'histoire quantitative*. Genebra: Droz, 1965; cf. também a publicação coletiva de J.-M. Gormezano, Jean Marczewski e Jean-Claude Toutain de "L'Histoire quantitative de l'économie française", em *Cahiers de l'ISEA*, Paris, 1961-69.

7 Phyllis Deane e William A. Cole, *British Economic Growth, 1688-1959*. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.

Já de início, a *New Economic History* aparece, ao contrário, como uma realidade especificamente americana, quase exótica: pois não é que, pela aplicação de métodos estatísticos sofisticados e modelos de simulação, ela concentrou seus esforços sobre um questionamento sistemático das explicações tradicionais admitidas sobre o crescimento americano, e exclusivamente sobre ele? Papel da escravidão, das ferrovias, da produtividade, dos investimentos e do trabalho: realidades longínquas às quais o historiador europeu, com ou sem razão, atribuirá apenas o interesse da curiosidade.

O diálogo foi, no fundo, recusado, mas o desafio foi compreendido. A história econômica torna suas, não sem reticências, as novas interrogações sobre o crescimento e o desenvolvimento, cuja simplicidade e brutalidade contrastam com o jogo complexo e imprevisível das flutuações da economia. Se ela chega a isso sem muita dificuldade no que diz respeito aos séculos XIX e XX, suas respostas permanecem insuficientes e aproximativas quando tratamos do tempo da modernidade. Há uma década, a história econômica tomou consciência dos limites de seus resultados – que concernem, na maioria dos casos, apenas à parte "visível" da vida econômica – e da simplicidade excessiva dos esquemas explicativos que atribuíam aos preços um papel proeminente. E isso quando os métodos quantitativos, que tinham sido privilegiados por tanto tempo, eram aplicados na "frente pioneira" de uma história sociocultural que afirma sempre mais e mais sua autonomia: sucesso do modelo, mas perda de especificidade. Assim a resposta da história econômica parece ter se situado em três níveis:

1. O das pesquisas coletivas sobre os pontos denunciados como fracos: a produção agrícola, notadamente a cerealífera;[8] os consumos alimentares. As primeiras, fundamentadas nos dízimos e nas chamadas contabilidades de exploração,[9] permanecem, ainda, estreitamente dependentes da identificação de flutuações lentas – a longo prazo – e de oscilações brutais – a curto prazo – no interior do ecossistema que domina a Europa Ocidental entre os séculos XIII e XVIII, e confirmam o fracasso de todo crescimento durável. As segundas vão desaguar, a um só tempo, em uma contabilidade macroeconômica (relação população/subsistências), o estabelecimento de balanços alimentares necessários a uma história biológica e a identificação, no nível das sociedades tanto quanto no dos grupos sociais de uma mesma sociedade, de comportamentos alimentares estáveis e carregados de valor simbólico. Mas essas duas últimas direções mostram-se mais promissoras do que a primeira.
2. O dos novos estudos globais, que sistematicamente contrapõem à documentação disponível as interrogações da história quantitativa. O melhor exemplo disso foi dado por uma cidade no século XVIII, Caen, caso estudado por Jean-Claude Perrot.[10]
3. O da busca de novos modelos explicativos, não mais procurados apenas na conjuntura, mas também no funcionamento dos diferentes modos ou sistemas de produção. A feudalidade fornece um bom exemplo de estrutura econômica e social cuja análise pode ser seguida pelo tempo até sua desintegração: Guy Bois[11] segue, nesse terreno, a via aberta por Witold Kula.[12] Mas o *Modern World System* [Sistema moderno mundial] de I. Wallerstein[13] vai mais longe ainda, integrando, desde o século XV, esses regimes senhoriais da época moderna numa economia-mundo dominada por um centro capitalista (Itália do norte, depois, Países Baixos e, enfim, Inglaterra).

---

8 Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les Fluctuations du produit de la dîme. Conjoncture décimale et domaniale de la fin du Moyen Âge au XVIII^e^ siècle*. Paris/Haia: Mouton, 1972.

9 No original, *comptabilités d'exploitation*, ou seja, as contas que detalham os encargos e produtos retirados das atividades correntes de um negócio. [N. T.]

10 Jean-Claude Perrot, *Genèse d'une ville moderne. Caen au XVIII^e^ siècle*. Paris: Publications de l'EHESS/Mouton, 1975.

11 Guy Bois, *Crise du féodalisme*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976.

12 Witold Kula, *Théorie économique du système féodal. Pour un modèle de l'économie polonaise; XVI^e^-XVIII^e^ siècles*. Paris/Haia: Mouton, 1970.

13 Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System. Capitalistic Agriculture and the Origins of the European World. Economy in the Sixteenth Century*. Nova York: Academic Press, 1974.

De maneira ainda mais eficaz, a história econômica soube tirar proveito da perda de sua posição dominante. Liberada de seus esquematismos, ela admite a autonomia de numerosos fatores socioculturais no desenvolvimento a longo prazo e descobre, assim, outras conjunturas. A antropologia econômica amplia seus horizontes cronológicos e geográficos na direção das sociedades antigas e extraeuropeias, estranhas à problemática das flutuações do crescimento. A história da cultura material revela, aquém da escritura, um nível mais profundo de permanências. Pelo menos por algum tempo, ela recebe das disciplinas vizinhas mais do que lhes doa: e tira disso um incontestável enriquecimento.

Publicado originalmente como "Économique (Histoire)", in Jacques Le Goff (org.), *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978, pp. 151-56. Tradução de Flávia Nascimento.

EMMANUEL LE ROY LADURIE

9. ACONTECIMENTO E LONGA DURAÇÃO NA HISTÓRIA SOCIAL: O EXEMPLO DOS *CHOUANS*

A historiografia contemporânea, que se quer quantificadora, compacta, estrutural, foi constrangida, prejudicialmente, a matar para viver: ela condenou quase à morte, há algumas décadas, a história acontecimental e a biografia atomística. Esses gêneros estimáveis e, algumas vezes, justificados, que, com muita frequência, ao longo do relato, pulavam de matança em matança e de antecâmara em antecâmera, sobrevivem, hoje em dia, nos supermercados da cultura, graças aos poderes multiplicadores que possuem os *mass media*, sob os auspícios dos senhores Castelot e Decaux. Quanto a Clio, ela se desvia agora das "longas cadeias de acontecimentos por demais simples e fáceis", dos quais se gabam os historiadores do tipo antigo. Ela se orienta, como é sabido, para o estudo das estruturas; das permanências de longa duração; das coleções de dados suscetíveis de exploração serial ou quantitativa. Na França, essas tendências, agora bem estabelecidas, afirmaram-se inicialmente na obra de Bloch, de Febvre e dos seus amigos, discípulos ou continuadores da Escola dos *Annales*. Assim, Fernand Braudel, relegando para a última parte de seu *Mediterrâneo* os episódios bélicos ou diplomáticos, apresenta, essencialmente, no centro de seu livro, a arqueologia de um mar: com seus estratos de temporalidade ultralonga ou, simplesmente, secular. Ernest Labrousse, em sua obra inicial, descobre, com um olhar abrangente, toda a história dos preços no século XVIII: seu material é a cifra; seu espaço normal, os anos contados por séculos; sua faixa de tempo mais breve, detalhada num

segundo livro, chama-se *interciclo* (uma década e meia); há poucos acontecimentos em tudo isso. E essa abstinência acontecimental, totalmente justificada na perspectiva do autor, vai ser reencontrada nos estudos mais recentes de Jean Marczewski sobre o crescimento. Em outra ordem de ideias, Pierre Goubert, em seu *Beauvaisis*, traz de volta à vida incontáveis registros paroquiais adormecidos nos arquivos das igrejas e das aldeias; ele ressuscita, desse modo, o antigo regime demográfico, tal como ele acontecia na França dos séculos XVII e XVIII, com suas porcentagens impressionantes de mulheres grávidas, de mortes precoces, de casamentos tardios... Goubert, no decorrer dessa análise aprofundada, confronta-os com o acontecimento, fosse este, no caso, a fome ou, no mínimo, uma forte escassez de alimentos, pormenor típico das populações dos bons velhos tempos. Mas esse "acontecimento" só é evocado por Goubert no intuito de ser, de certa forma, ultrapassado, para ser recuperado a uma estrutura recorrente, que faz reaparecer com regularidade, em virtude de um conceito de alcance universal, a "crise de subsistência", esta, por sua vez, acompanhada por uma série de traços característicos, negativos e quantificáveis: altos preços do trigo, grande número de óbitos dos pobres por desnutrição e por epidemias, dos ricos; ausência de casamentos, que são postergados para tempos melhores; esterilidade temporária das mulheres normalmente férteis, resultante das amenorreias provocadas pela fome endêmica, ou por diversas outras razões.

A história "estrutural" ou "total" ou "sistemática" tenta até mesmo, legitimamente, integrar nas suas próprias normas o acontecimento que se apresenta, em aparência, como o mais irredutível, de tanto que é selvagem, monstruoso, fora do comum. Por exemplo: a peste negra de 1348 que, no Ocidente, extermina um terço e, às vezes, até a metade das populações. Analisada com bastante distanciamento, e de um ponto de vista internacional ou intercontinental, essa pandemia perde seu caráter teratológico. Ela passa a ser percebida apenas como um episódio previsível, no seio do processo de conjunto, engajado do século XIV ao XVI, e que poderia ser chamado de unificação microbiana do mundo; sendo tal unificação em si mesma condicionada pelos fenômenos globais que ocorrem desde o século XI, tais como o crescimento demográfico de três grandes massas humanas (a chinesa, a europeia, a ameríndia) e a consequente comunicação – inelutável – dessas massas umas com as outras, depois da abertura de rotas continentais e marítimas, militares e comerciais. Basta, quanto a isso, mencionar como típicos dessa "abertura": a

integração da Eurásia que se segue à criação do império mongol e mundial de Gêngis Khan; o estabelecimento pelos genoveses, no decorrer desse império, de uma rota da seda, propícia aos curtos-circuitos microbianos, entre a Ásia Central e a Crimeia; e, enfim, a oeste, na época seguinte, a descoberta (genovesa, também) e a penetração na América. Tudo isso, claro, tornava altamente provável a ocorrência de grandes ondas de poluição microbiana, propagadas do leste para o oeste: a peste negra, inicialmente, importada da Ásia Central para a Europa por via do porto de Caffa, na Crimeia; depois, e muito mais grave, porém em princípio comparável, a exterminação das populações ameríndias, perpetrada pelos bacilos dos colonizadores espanhóis entre 1500 e 1700. As catástrofes epidêmicas passam a ser vistas, nessa perspectiva redutora, como a finalização lógica de uma expansão inconsiderada do número de homens, do comércio, das expedições militares e da colonização. Elas perdem o caráter de acontecimento único. E são digeridas pela história global.

A historiografia totalizante, se possível quantitativa e estrutural, tenta, pois, transcender o acontecimento, ou então fagocitá-lo ou recuperá-lo. Nem por isso o tempo é suprimido: até as estruturas mais logicamente construídas (em história rural, por exemplo, em que tudo é mais simples do que em outros ramos) têm suas fases de desequilíbrio e balanceamento, seus ciclos, seus momentos de retroação e de restauração, suas oscilações seculares, enfim, que de agora em diante podem constituir a trama da narração de Clio.

Tais conquistas do saber, obtidas pelos historiadores deste último meio século, são irreversíveis; mas elas seriam ainda mais satisfatórias se a história verdadeiramente se mostrasse, de uma ponta à outra, lógica, inteligível, previsível; se fosse possível, de uma vez por todas, exorcizar dela o acontecimento ou o acaso; e evacuar essa parte de circunstancial que constitui, para o historiador, o resíduo irritante da descoberta. Obviamente, o exorcismo integral é impensável; um *trend*, uma estrutura podem se submeter facilmente a uma análise minuciosa. Para isso, tudo o que é preciso é um pouco de paciência, muitíssimo trabalho e bastante imaginação. Em contrapartida, a passagem aleatória de uma estrutura a outra, a *mutação*, permanece, na maioria das vezes, tanto em história com em biologia, uma zona especificamente escandalosa, em que parecem reinar os fatos do acaso: a partir dessa zona, fatores amiúde misteriosos recortam, no campo das possibilidades, praias de necessidade cuja evidência se impõe a partir

do momento em que elas vêm à tona, mas que eram não só imprevisíveis como inéditas no instante anterior a seu aparecimento.

De fato, certas escolas de historiadores, ou então pesquisadores individuais, tentaram de diversas maneiras resolver esse escândalo e domesticar o acontecimento, até quando este se apresenta como ruptura. Eles quiseram lhe atribuir um lugar específico, na história quantitativa ou estrutural. Os autores americanos da *New Economic History*, por exemplo, procederam pelo viés da *counterfactual hypothesis* (hipótese contrafactual, que apresenta a alternativa de uma história imaginária). Eles questionaram, a propósito de certos acontecimentos capitais, as teses, às vezes desgastadas, da história americana mais clássica: a Guerra de Independência, travada pelas treze colônias, teve a função e o resultado de remediar as perdas intoleráveis que causavam, na economia do Novo Mundo, as tarifas e os monopólios ingleses sobre a importação de chá e a exportação de tabaco? A criação das ferrovias no século XIX foi desencadeada pelo crescimento econômico dos Estados Unidos ou, antes, estimulada por ele? O *New Deal* trouxe algum remédio para as dificuldades decorrentes da crise dos anos 1930? Partindo dessas perguntas, os historiadores americanos, como Fogel, North e seus êmulos, imaginaram situações fictícias em que não teriam ocorrido, em suas respectivas épocas, nem a Guerra de Independência, nem a invenção ou a construção das ferrovias, nem o *New Deal*. Depois, utilizando as mais sofisticadas técnicas da econometria, eles calcularam as consequências que teriam comportado tais situações fictícias para a venda do tabaco no século XVIII, para o crescimento econômico até 1880, para a retomada dos negócios de 1930 a 1940. Isso dito de outro modo (segundo um método cuja fecundidade não é mais preciso demonstrar): para calcular o impacto deste ou daquele acontecimento nos *trends* do desenvolvimento da nação norte-americana, eles postularam a não existência do acontecimento e atribuíram números à diferença assim introduzida. O resultado desses cálculos (teria sido isso consequência de uma premeditação dos pesquisadores da *New Economic History*?) não foi favorável àqueles que desejavam o rejuvenescimento da história acontecimental. Nos três casos que evoquei, a ausência, inteiramente forjada, do acontecimento em questão não acarretou modificação radical nas taxas de crescimento das economias estudadas. Veja-se, por exemplo, o caso das ferrovias: a eventual não construção delas e a substituição *de facto* por meios de

transporte mais tradicionais (carroças, canais suplementares que teriam de ser abertos) resultariam numa perda de apenas 5% do crescimento global da economia americana no século XIX. Déficit quase negligenciável... E, ao que parece, a partir de pesquisas análogas, a economia americana não teria tido a mínima necessidade – segundo o que se conhece dela – de ser submetida a esse "tratamento radical" que foi a Guerra de Independência, ou à meditação de choque que o *New Deal* supostamente deveria provocar.

A abordagem que praticam, assim, os jovens historiadores econometristas dos Estados Unidos, contudo permanece, por mais sofisticada que seja, um tanto trivial. Ela consiste, de fato, em tomar como objetos de referência acontecimentos famosos que fazem parte do imaginário idealizado do povo americano (a Guerra de Independência, a epopeia das ferrovias, o *New Deal*); a partir destes vai-se, então, a jusante, rumo à totalidade que esses acontecimentos influenciaram (ou não). Outro método heurístico, mais sutil (e que devolveria ao acontecimento a dignidade que ele merece, mesmo na história quantitativa ou estrutural), consistiria talvez em fazer o percurso contrário, a montante; em buscar, para além desta ou daquela estrutura bem atestada, resistente, solidamente estudada, mas cuja gênese permanece envolta em mistérios, o acontecimento traumático inicial que catalisou sua vinda ao mundo. Esse acontecimento deveria ser reinserido, ele mesmo, evidentemente levando-se em conta seu caráter aleatório, nas estruturas que imperavam em seu tempo. É exatamente o tipo de abordagem que utiliza Paul Bois no livro, importante para os problemas de que tratamos, consagrado aos camponeses do Oeste (*Paysans de l'Ouest*). A edição mais acessível dessa obra, recentemente publicada,[1] permitirá aos jovens leitores interessados no assunto que a consultem e julguem por si próprios a empreitada estrutural-acontecimentalista-estrutural[2] utilizada pelo autor. Em todo caso, posso dizer que ela me parece suficientemente exemplar para ser exposta a seguir, aqui. Como conclusão, evocarei, enfim, sucintamente, alguns autores que também querem dar ao acontecimento, ainda que ele seja único, o status que lhe deve ser outorgado numa história que se queira – e também nessa história – sistemática.

1 Flammarion, 1971.

2 No original, *structuralo-événementialo-structurelle*. [N. T.]

No ponto de partida das reflexões do autor de *Paysans de l'Ouest*, situava-se a obra capital de André Siegfried, *Tableau politique de la France de l'Ouest*. O fundador da "geografia eleitoral" nela constatava, no que diz respeito ao conjunto das zonas *bocagères*[3] do maciço Armórico, a preponderância, nas populações camponesas, de partidos políticos de direita, antirrepublicanos e clericais. Essa preponderância era devida, segundo ele, à manutenção "de uma tradição ainda viva do Antigo Regime, que é hierárquica, católica e conservadora, por oposição à tradição republicana ou democrática, que é laica, igualitária e de vanguarda". Encontrava, no Oeste, um bastião da "Resistência" contra o "Movimento", para retomar a terminologia da Monarquia de Julho. O problema assim proposto pelas atitudes políticas da França extremo-ocidental era de interesse durável, posto que, muito tempo após a publicação do livro de Siegfried, e praticamente até o gaullismo, o Oeste preservou esse papel de abrigar o conservadorismo político e social. E, no entanto... por mais que a descrição de Siegfried seja brilhante, a explicação que ele dá para ela (e que remete dessas superestruturas político-mentais para as infraestruturas sociais e locais, específicas do oeste francês contemporâneo) é pouco convincente, caso se concorde com a crítica mordaz que lhe faz Paul Bois. As causas do conservadorismo dessas regiões deveriam de fato ser explicadas pelo sistema de propriedade do solo? Ora, esta não tem – longe disso – o caráter feudal e paternalista que lhe atribui Siegfried em todo o maciço Armórico. Deve-se, então, incriminar o sistema de exploração das terras, que seria, de acordo com aquele autor, baseado na meação e, portanto, produtor de atraso no plano sociopolítico? Ilusão semântica, responde Bois. A meação no oeste da França não passa de um fenômeno marginal, e a maioria das terras sob meação na região é tocada, na verdade, por arrendatários, de acordo com um sistema de arrendamento inteiramente moderno. Quanto ao clero, que, na época de Siegfried, apoiava a direita, ele é sem dúvida poderoso no Oeste, porém menos universalmente do que se tem dito. A cidra muitas vezes combina, mas nem sempre, com a água benta! E, seja como for, não seria uma tautologia a explicação que vincula o clericalismo político de uma região, nos anos 1900, a seu clericalismo religioso? Em suma, nem o feudalismo,

3 Vegetação típica de parte do Oeste francês (Bretanha, Maine, Vendée etc.). [N. T.]

nem o sistema de meação, nem o pároco constituem, é o que afirma Bois, fatores de explicação pertinentes que dão conta das tendências políticas do oeste. André Siegfried se deu conta das carências de suas reflexões e acabou por invocar, em desespero de causa, o mistério das personalidades étnicas para explicar o caráter obtusamente reacionário das zonas de *bocage*!

Seja como for, para sair das aporias de Siegfried, é a monografia microrregional que se impõe: graças a ela, pode-se examinar minuciosamente uma região e localizar os fatores que contam de fato.

A circunscrição, escolhida por Bois, é a Sarthe: ali se encontra, com efeito, bastante marcada, a oposição entre uma direita majoritária, solidamente implantada nos cantões do oeste desse departamento, e uma esquerda minoritária, mas profundamente enraizada, cujos feudos estão localizados no sudeste. Ali, fiéis à memória de seus mortos e ao espírito da terra, os descendentes ou continuadores (todos eles agricultores ou, no mínimo, rurículas) dos camponeses e tecelões que votavam nos "montanheses" em 1849 continuam dando, ainda na década de 1960, porcentagens maciças de votos para o Partido Comunista.

Nem seria preciso dizer que o bipartidarismo da região da Sarthe (oeste/sudeste, ou direita/esquerda), que confirma as análises de Siegfried sobre o enraizamento do conservadorismo, em compensação, as invalida no plano da explicação: a representação gráfica obtida com o mapa político-eleitoral do departamento *manceau** não propõe, na verdade, correlação alguma, positiva ou negativa, com o mapa que traça a repartição da grande propriedade; o esquema siegfriediano, segundo o qual o voto conservador é engendrado nos grandes domínios e graças ao paternalismo rural que estes não poderiam supostamente deixar de criar, não se verifica. Do mesmo modo, na diacronia, o recuo da grande propriedade na região da Sarthe, registrada depois de 1850, não resultou num recuo paralelo da direita: a democratização fundiária não democratiza *ipso facto* a vida política. De maneira geral, as diferenças sociais e ecológicas atuais, tão apreciadas pelos cientistas políticos americanos, fanáticos das correlações, desempenham aqui apenas um papel fraco, ou até mesmo nulo, no que diz respeito à diferenciação do tecido político-mental: na Sarthe, no século XX, conservadores do Oeste e

* Relativo a Le Mans e ao Maine. [N. T.]

adeptos da esquerda no Sudeste são, todos eles, filhos de uma mesma zona *bocagères*, e seus tamancos camponeses estão afundados no mesmo esterco lamacento. O único matiz importante: os homens do oeste do departamento – voltaremos a tratar disso – detêm uma renda *per capita* mais elevada do que seus semelhantes do sudeste, posto que os últimos lavram um solo mais infértil do que o dos primeiros.

Quanto ao fator religioso, em primeira análise, parece evidentemente fundamental: o oeste do departamento, como "domínio da direita", se manteve por um longo período "pronunciadamente cristão"; as aldeias ali estiveram, por muito tempo, povoadas por ardorosas carolas e piedosos laicos; a cada manhã, tanto a igreja como o boteco paroquial – para o qual, depois de assistida a missa, todos acorriam a fim de sorver em família o cafezinho regado com uma gotinha de álcool – sempre ficaram abarrotados. Ao passo que o sudeste, bastião da esquerda, podia ser considerado desde 1920 – e talvez até mesmo desde 1856 – uma região "à parte", em que os homens e, na sua esteira, as mulheres se limitavam a respeitar os sacramentos e a frequentar a igreja apenas durante as grandes ocasiões (nascimento, casamento, morte). Mas é preciso também, quanto a isso, alguma circunspecção, pois a soberania verdadeira do fator religioso, no que diz respeito a suas implicações políticas, evidencia um problema; em nossos dias, o oeste do departamento da Sarthe, católico, e até mesmo muito devoto, tende, ainda que sem drama nem fanatismo, a se apartar da Igreja sem estardalhaço. Ora, apesar disso, ele permanece politicamente conservador, e até mesmo reacionário, como no passado, apesar do retraimento gradual de seus párocos e da desaparição do partido clerical como tal.

No fim das contas, é, portanto, impossível, nessa Sarthe nem tanto ao mar nem tanto à terra (em dois terços de direita e um terço de esquerda), explicar o presente pelo presente e elucidar as opções políticas atuais pelas estruturas sociais ou religiosas subjacentes. Mesmo matematizando ao extremo o real, não seria possível fazê-lo: nem o *hardware* das máquinas aguentaria.

O recurso ao passado, por conseguinte, parece obrigatório. E, mais especialmente – na Sarthe cujo oeste foi *chouan* e cujo sudoeste foi "azul"[4] –, impõe-se o recurso ao *acontecimento* capital que dilacera a região: o movimento conhecido como *Chouannerie*. Uma análise regressiva permite, de fato,

4 Republicano. [N. T.]

que o autor de *Paysans de l'Ouest* atribua a essa grande guerra camponesa o status de acontecimento-matriz, do qual saíram, no que diz respeito às mentalidades, as permanências duráveis que marcarão Siegfried.

Essa análise regressiva é inicialmente, como quer a tradição francesa, cartográfica. Sim: o levante rural de 1793-99 (e com suas reedições em 1813, 1815 e 1832) coincide exatamente, em sua distribuição espacial, com as regiões do oeste da Sarthe que, nos séculos XIX e XX, votarão "branco".[5] Belo exemplo, na verdade, de uma constância multissecular, que o gaullismo finalmente recompensará, fazendo com que os eleitos daquela região pertinaz tenham, enfim, acesso às alegrias do exercício do poder, depois de gerações e gerações vividas na travessia do deserto!

Caso se queira ainda arrematar essa demonstração da existência de um elo entre a longa duração e o acontecimento, deve-se provar que a própria *chouannerie* não era o resultado puro e simples de tomadas de posição políticas, espirituais e ideológicas, já enraizadas na região aludida, e bem anteriores à revolução. Na falta dessa prova, tudo o que se poderia obter, pelas aparências do acontecimento "*chouannerie*", é a permanência no nível de uma estrutura político-mental bastante velha, que remonta a várias dezenas de decênios; nada teria sido explicado; ter-se-ia apenas remetido para muito mais cedo, num tempo muito anterior a 1789, o problema do esclarecimento das razões das opções políticas atuais, que ficaria destinado, a partir de então, a permanecer insolúvel para sempre.

É nessa altura do raciocínio que intervém o que me parece ser a parte mais notável do que foi exposto por Bois. Notável, pelo menos, para quem se interessa de perto pelo problema da relação acontecimento-estrutura. Uma determinação estrita do *terminus a quo* permite, de fato, a Bois mostrar que o estado de espírito "Antigo Regime" e "conservador" que vai caracterizar, de 1793 a 1799, e até 1969, as regiões do oeste da Sarthe *ainda* não estava formado em 1789.

Brusca mudança de escala: o livro passa, desde então, de uma "macrocronologia" que se estende por 175 anos a uma micro-história apreendida em dois pares de anos, tendo como centro alguns fatos decisivos: *os acontecimentos*.

A "determinação estrita" supracitada é concebida por Paul Bois graças aos *cahiers de doléances* de 1789.[6] É dispensável lembrar que esses documentos, quando bem manejados, revelam a mentalidade camponesa característica da década de 1780.

Sobre esses registros, por comodidade, raciocinaremos de acordo com a hipótese "contrafactual"; se a oposição "direita-esquerda", com suas fronteiras artificiais, que se impõe de 1793 a 1969 se baseasse numa diferenciação político-mental *anterior* a 1789, seria preciso estar pronto para encontrar, no oeste da Sarthe (região dos "brancos"), *cahiers de doléances* extremamente inconsistentes, pouco contestadores da opressão "feudal"; e, ao contrário, no sudoeste, tais documentos seriam duros, contendo ataques sem tréguas à nobreza e, principalmente, ao clero; assim estaria anunciada, tanto num lado como no outro, a tendência para os séculos vindouros... Ora, essa hipótese, cuja lógica é impecável, não se realiza de modo algum. Então onde é que se encontra, em 1789, a região "vermelha", como diríamos hoje, a região antifeudal, antissenhorial e, sobretudo, antidízimo[7] (tendo sido esse imposto, até 1789, a maior encarnação da opressão sobre camponeses)? Pois essa região é exatamente o oeste da Sarthe! O oeste dos futuros *chouans*! Tão hostil aos dízimos sobre as colheitas, que se poderia crer "comedores de curas" (na verdade, quanto a esse ponto específico, não é nada disso; o protesto contra o dízimo não ataca o pároco da paróquia, geralmente respeitado; ele visa algo superior a ele e vai na direção do grande contratador de cobrança, o alto clero, o abade de monastério e o prelado, cujas rendas são exorbitantes às custas dos camponeses).

Por contraste, o sudeste da Sarthe, região dos futuros republicanos, dos "Azuis" de 1793, ancestrais dos "Vermelhos"[8] de 1848 ou de 1946, parece (outro paradoxo) excessivamente moderado em 1789, a julgar pelas reivindicações sem vigor que propõem os cadernos, no que diz respeito ao senhorio, à feudalidade ou à cobrança do dízimo.

---

5 Em oposição ao "azul", o "branco" designa, na simbologia revolucionária e pós-revolucionária, o voto conservador, reacionário (é a cor do lírio, símbolo da realeza francesa). [N. T.]

6 Registros estabelecidos na França em 1789, nos quais foi consignado o resultado da consulta aos súditos de Luís XVI, com vistas à eleição dos deputados destinados a participar da grande assembleia (*États généraux*, estados-gerais) em que se reuniriam o clero, a nobreza e o povo (*Tiers État*, terceiro estado); tal assembleia tinha como missão resolver o impasse financeiro em que o país se encontrava. [N. T.]

7 *Dîmes*, no original. Imposto de porcentagem variável que incidia sobre as colheitas na França do Antigo Regime, e que os camponeses eram obrigados a pagar à Igreja. [N. T.]

8 Os revolucionários de 1848. [N. T.]

A intuição básica do historiador "acontecimento-estrutural" que é Paul Bois se encontra assim justificada; em 1789, os dados ainda não estavam lançados; em 1793, no ponto de partida da *Chouannerie*, eles estão, e haverão de permanecer em vigor por cinco gerações. Terá havido, de certo modo, acontecimento de duplo efeito: breve e vívida "tomada de consciência" (de 1789 a 1793), depois guerra subversiva e tragédia de sete anos (1793-99), tendo esta selado irreversivelmente a escolha brutal feita pelos camponeses ao término dos quatro primeiros anos de revolução.

Graças aos documentos da Sarthe, é possível balizar, para melhor compreendê-la, essa fase inicial, a de tomada de consciência. Alguns *flashes* sucessivos esclarecem suas etapas vizinhas.

A etapa inicial é constituída pelas primeiras eleições: as de 1790 e 1791. Elas são muito mais democráticas e, portanto, muito mais expressivas da consciência camponesa do que geralmente se tem pensado até aqui. Pois o sistema dos cidadãos passivos excluía da votação apenas um número restrito de miseráveis, vagabundos e domésticos; e esses últimos, caso tivessem votado, teriam sido, inevitavelmente de forma pouco democrática, influenciados por seus patrões. Ora, essas eleições de 1790-91, que são, portanto, verdadeiramente livres e válidas, mesmo do ponto de vista dos critérios às vezes exigentes do século XX, traduzem, ao mesmo tempo, uma forte orientação anticlerical e antinobiliárias, conforme aquilo que se podia ler, um ano antes, nos registros de reivindicações da Sarthe (de 1789); mas, também – e é isto que deixa pela primeira vez os futuros *chouans* com a pulga atrás da orelha –, elas exprimem uma vontade radical de expulsar os burgueses das grandes cidades (no caso, os burgueses de Le Mans) dos cargos de função oficial. Ou, dito de outro modo: o acontecimento, que constituiu em tudo isso o fator comum, é a emergência de uma consciência de classe do campesinato; consciência cuja agressividade, orientada inicialmente contra a opressão feudal, vai se voltar muito cedo contra os burgueses locais (em suma: tudo o que fizeram os originários da Sarthe foi cometer o erro de serem precursores). A princípio antissenhorial, tendo se tornado em seguida, devido aos *acontecimentos*, anticitadina, essa tomada de consciência rural em que tudo veio misturado é, portanto, tipicamente *Janus bifrons*. Quando ocorreu o referendo de 21 de julho de 1793 sobre a constituição do ano I, essa transferência de hostilidade, essa reorientação de uma consciência rústica já era um fato consumado, ou quase. Os ricos camponeses do oeste da Sarthe, *vendedores* de trigo, recusam-se a receber, em troca de seu cereal, a moeda dos assinados desvalorizados;[9] e um dos sintomas do mau humor e da aversão crescente que eles experimentavam pela República é sua abstenção maciça no referendo. Eles também encontram, por essa atitude, o meio de protestar contra as perseguições que atingem os "bons padres" e contra a convocação de jovens camponeses enviados à morte nas fronteiras. Inversamente, os agricultores pobres do leste e do sudeste da Sarthe, *compradores* de trigo, percorrem a pé a região, numa campanha em prol do pagamento de taxas, visando minimizar o preço do trigo; assim eles se comportam em harmonia com os *sans-culottes* da cidade, apoiadores naturais da República. A partir de 1793, a cisão ideológica entre os dois polos do departamento da Sarthe se encontra essencialmente preparada: o oeste, outrora antifeudal, mas que agora vai se entregar plenamente à *Chouannerie*, está prestes a enfrentar o sudeste, que permanece fiel à República. Os dois campos tomam existência concreta: em alguns anos, o acontecimento fugaz engendrou a mentalidade durável; o tempo curto instaurou o tempo longo.

Mas esse tempo breve, esse "instantâneo", não é somente portador de estruturas políticas vindouras. Ele remete também a uma infraestrutura preexistente. Nisso reside uma das características originais do livro de Bois: ir da ideologia e da personalidade camponesas atuais ao acontecimento que se acreditava morto para sempre, porque abolido por seu soterramento no passado; depois, a partir disso e para além desse acontecimento, ir buscar mais adiante, na economia e na sociedade pré-revolucionárias, as bases fundamentais, aquelas que, embora sem predeterminar um futuro ainda mais aberto, desenhavam previamente, desde antes de 1789, a "gama" ou o campo de forças sobre os quais se desenvolverão livremente as eventualidades de 1790-93.

E qual era esse campo de forças na *bocage* da região de Le Mans, antes da revolução? Antes de mais nada, no que diz respeito à propriedade, os nobres e outros privilegiados (contrariamente àquilo que se poderia esperar) não

9 No original, *monnaie d'assignats*, expressão que designa o papel-moeda emitido durante a Revolução Francesa, produto de uma penhora dos bens nacionais. [N. T.]

gozavam, no futuro departamento da Sarthe (tanto no leste como no oeste), de uma influência predominante, antes de 1789: nem sequer – menos ainda, sobretudo, ali – na região que vai aderir à *Chouannerie*! Na verdade, eles já estavam desenraizados; residiam, muitas vezes, em cidades distantes. Quanto à cobrança de impostos senhorial, com exceção do dízimo, ela era ínfima. Os elos da exploração, enfim, podiam ser simbolizados pela seguinte porcentagem, bastante fraca: somente 7% dos camponeses dependiam da nobreza e cultivavam terras pertencentes a esta. Vê-se que, no fim das contas, os rurais eram pouco numerosos, que razões de pura e simples clientela podiam incitar aos levantes em favor dos aristocratas.

Muito mais importante que a propriedade da nobreza era a dos burgueses, que abocanhavam 51% das terras! A burguesia polarizava, virtualmente, já antes dos episódios da revolução e da contrarrevolução, as frustrações da massa camponesa. Sobretudo no oeste da Sarthe, onde agricultores dinâmicos, vigorosos, enriquecidos (que contrastavam com os pobres-diabos que viviam na região de solo arenoso do sudeste, incapazes até de se imaginar proprietários) visavam energicamente se apropriar do solo cultivável e dar terra àqueles que nela trabalhavam, ainda que fosse às custas dos burgueses que tinham se apoderado dela. Vamos ver que essa esperança foi frustrada.

Sociologicamente, a região, desde o período anterior a 1789, ignorava o atraso do sistema de arrendamento. A população camponesa do Maine era composta sobretudo de arrendatários; nessa França de sebes vivas, como na Inglaterra modernizadora das *enclosures*, haviam que lidar, portanto, com uma camada rural que não estava, absolutamente, predisposta a uma mentalidade retardatária, em razão de seu status jurídico-social que, no fundo, era moderno. Além disso, esse povo rústico não se dividia de modo irremediável – como, às vezes, era o caso nos grandes *open-fields* do nordeste francês – em grandes lavradores e pobres trabalhadores manuais cuja oposição era deliberada e, às vezes, física. A sociedade camponesa da Sarthe anterior a 1789, notadamente no oeste, formava um todo moralmente homogêneo; arrendatários, sitiantes e pequenos arrendatários ali encontravam-se unidos pelos laços do parentesco, da clientela intracamponesa e da coabitação em pequenas povoações rurais. É, portanto, facilmente concebível que essa "massa de rústicos" tenha podido, conforme as diferentes épocas, erigir uma frente de classe: em 1789,

contra o dízimo, e em 1790-99, cada vez com maior acrimônia, *contra* os burgueses das cidades e, por extensão, *a favor* dos padres refratários.[10]

Existia, no entanto, antes de 1789, uma verdadeira diferenciação intracamponesa que preparava a clivagem geográfica entre regiões *chouannes* e não *chouannes*; ela se explicava pela bipartição espacial (já mencionada) das rendas. Os camponeses dinâmicos do oeste da Sarthe, vendedores de grãos e futuros *chouans*, usufruíam, em suas boas terras, de um superávit de cânhamo e de cereais; e tinham uma renda *per capita* 50% superior à de seus semelhantes desaventurados do oeste do mesmo departamento; esses últimos eram obrigados a comprar grãos por causa da pobreza de suas terras e, assim, solidarizavam-se com os consumidores que viviam nas cidades. Além do mais, o leste e o sudeste do departamento estavam repletos de lenhadores e, principalmente, de tecelões, todos animados por reivindicações e motivações corporativas (necessidades de subsistência, tais como as que foram citadas; posição de compradores de grãos e cânhamo; hostilidade à regulamentação excessivamente exigente que, sob o Antigo Regime, mantinha numa camisa de força a indústria têxtil; docilidade, por diversas razões, para com a liderança dos mercadores urbanos). Tudo isso incitava os homens que lidavam com a madeira e com os tecidos a fazer uma causa comum com a burguesia e as massas populares das cidades, contra os criadores de animais, os produtores de cânhamo e, sobretudo, os grandes produtores cerealistas do oeste, que eram acusados de obrigar consumidores de barriga vazia a "dançar diante de um farto bufê".

Havia, portanto, como escreve Paul Bois, "dois povos do *bocage*": o do oeste, empoleirado em cima de seu monte de grãos, que tinha tendência a formar um só bloco contra as cidades (fossem elas dominadas, como ainda era o caso em 1789, por elites nobres ou com pretensões nobiliárquicas, ou, então, como nos anos seguintes, por essa ou aquela fração da burguesia ou dos não privilegiados). E, depois, do outro lado de uma fronteira antropológica, encontrava-se, bem diante do primeiro, o povo do sudeste do departamento da Sarthe, mais pobre, mais penetrado pelas influências urbanas; bem pouco revolucionário em 1789 com relação à opressão "feudal", ele vai,

10 No original, *curés réfractaires*, expressão que designa os padres que se recusaram a prestar juramento de obediência à constituição civil do clero, em 1790. [N. T.]

ao contrário, nos anos posteriores, mostrar-se pronto para se solidarizar com as cidades contra a massa camponesa "puro-sangue" da parte ocidental da Sarthe.

O estudo dessas estruturas muito antigas, subjacentes ao acontecimento traumático, permite enfim a Paul Bois, mediante um derradeiro restabelecimento, voltar ao próprio acontecimento: ao término das pacientes investigações que foram aqui descritas, torna-se, de fato, possível estabelecer, minuciosamente, a textura do acontecimento e, portanto, seu papel no nascimento das estruturas político-mentais que dominarão por muitíssimo tempo a Sarthe depois de 1793.

Dizer o que é o acontecimento "*chouannerie*" de uma ponta à outra – incluindo suas motivações e suas consequências, respectivamente imediatas e longínquas – é, de início, determinar o que ele não é: a *Chouannerie* não é, evidentemente, e todos sabem disso, uma empreitada nobiliária em sua origem. Tampouco se trata do fruto de uma iniciativa clerical – e nisso a demonstração de Paul Bois é mais inovadora – maquinada pelos padres não juramentados. Uma análise rigorosa do clero refratário indica, com efeito, que a maior parte dos padres (proporcionalmente mais numerosos no oeste da Sarthe que no sudeste) que se recusaram a prestar juramento foram menos motivados – com exceção de um punhado de corajosos dispostos a tudo – por uma convicção pessoal do que por uma pressão emanada do meio rural: os camponeses, no oeste da Sarthe, precisamente, recusavam-se a admitir que seu guia religioso, o animador cultural de seus domingos, passasse para o campo inimigo, traindo a terra pela cidade.

Pois o que consolidou a *Chouannerie*, como deixam claro os *slogans* dos próprios revoltados, foi a "união dos campônios contra os citadinos". Para ser exato, dos camponeses contra os "burgueses" nomeadamente odiados e designados: esse ódio é dirigido contra o "sujeitinho da cidade", o "tipinho burguês", o *Azul*, o guarda nacional que, vindo da cidade, chega à aldeia para pilhar, beber impunemente o vinho dos camponeses e desnudar as moças a fim de lhes arrancar do corpo o escapulário.

Um aristocrata angevino, o conde Walsh de Serrant, diagnosticara muito cedo esse ódio contra os citadinos: desde as eleições para os Estados Gerais, "ele havia organizado uma espécie de campanha eleitoral contra os candidatos burgueses, tentando dirigir contra eles a hostilidade dos rurais".

Ora, tal aversão, cujas raízes se estendiam por toda a malha do *bocage*, encontraria no acontecimento revolucionário uma justificação de primeira força: pois esse acontecimento, apesar de suas premissas felizes, tinha pegado a contrapelo a "classe camponesa". A revolução só trouxera a essa "classe" que povoava mais globalmente o oeste da França uma longa série de decepções. Decepção agrária, antes de mais nada: os direitos senhoriais laicos, cujo peso era, de todo modo, insignificante, foram sem dúvida abolidos ao mesmo tempo que o Antigo Regime, mas o dízimo, imposto muito pesado, passou simplesmente a ser pago ao proprietário dos fundos. Ficou, portanto, aos encargos do cultivador, isto é, do arrendatário, para o qual a noite de 4 de agosto[11] adquiriu, por isso mesmo, o sentido de uma farsa. Em seguida, foi a "decepção fiscal": as novas autoridades, paradoxalmente, tornaram a contribuição fundiária, que substituía a chamada talha, ainda mais pesada que esta, a fim de compensar a supressão de outro imposto, as *gabelles*; e o novo imposto foi igualmente (como era o dízimo) imputado ao agricultor, que devia, então, pagá-lo ao Estado em nome do arrendatário da terra cultivada. A tudo isso vinham acrescentar-se as decepções fiduciária (em virtude da inflação do papel-moeda em vigor, a *monnaie d'assignats*) e militar (recrutamento dos camponeses para o serviço militar obrigatório). E, enfim, a decepção fundiária, que foi a pior de todas, e que se cristalizava em torno do problema dos bens da nação: os agricultores eficientes do oeste da Sarthe cobiçavam, desde 1789 (como provam os cadernos de registros e reivindicações), a fortuna da Igreja. Suas esperanças foram frustradas; a burguesia das cidades, mais preparada financeiramente que eles (mesmo no caso dos agricultores ricos), abocanhou as terras do clero pagando o melhor preço, terras que, naquela região, eram férteis e, por isso, muito tentadoras. A frustração da população rural do Oeste se exprimiu, desde então, por palavras de ordem cheias de amargura, clamando vingança: "Se é assim, que os compradores dos bens nacionais (declaram em suma os futuros *chouans*) partam então rumo às fronteiras na linha de frente do exército, a fim de defender essa revolução que os privilegiou com boas terras. Quanto aos filhos dos camponeses, eles não têm razão alguma para ir morrer por uma madrasta".

---

11 Nessa noite, os deputados da Assembleia Nacional Constituinte proclamaram, por unanimidade, a abolição dos direitos feudais. [N. T.]

Assim, no oeste da Sarthe, pôde se realizar, com um vigor incrível, a parelha estrutura-acontecimento que vai resultar na *Chouannerie*, matriz, por sua vez, de consequências intermináveis e seculares. Uma personalidade camponesa regional, poderosamente integrada, dotada de antemão de uma autonomia pouco comum, ali recebeu, em cheio, o choque imprevisível de frustrações em cadeia. Os anos decisivos da revolução foram assim vividos naquela região pelos homens da terra como uma verdadeira *alea* [lat. "acaso favorável ou não"], como um fenômeno exterior e citadino, "sobrevindo de um desastre obscuro"; os rurais tiveram o sentimento de entrar em colisão com uma série causal independente do sistema que lhes era próprio, algo que interferia de modo indecente em seu destino normal.

No sudoeste infértil do departamento, ao contrário – sempiterna clivagem! –, tudo se passou em família: os burgueses urbanos se sentiram pouco empolgados com as terras ruins do clero local e não se precipitaram para adquiri-las. Os camponeses e os pequeno-burgueses das aldeias locais puderam, portanto, comprar sem dificuldade as propriedades dos padres; esses compradores rurais, que se tornaram caciques de suas paróquias, forneceram muitos recrutas para as tendências revolucionárias; assim eles viveram com simpatia o novo regime e tornaram-se disponíveis para servir, primeiramente, no curto prazo, à contra-*Chouannerie* e, depois, no longo prazo, ao partido republicano.

Para terminar, resta agora unir uma ponta à outra de tudo isso: em companhia de Paul Bois, nós fomos da ideologia atual ao acontecimento traumático que a fez nascer; depois, desse acontecimento aos dados básicos anteriores que, se não o determinaram, pelo menos lhe deram sua cor e conteúdo; desses dados, voltamos ao acontecimento, para, então, agora em posse de tantos esclarecimentos, melhor circunscrever seu alcance. Uma última questão se apresenta, ainda em aberto: por que a *Chouannerie*, apesar do fracasso militar, obteve êxito exemplar no plano da longa duração cultural? Por que, em suma, o acontecimento, este acontecimento e não algum outro, é um privilégio único, que se tornou matriz e motor? Por que e como ele conseguiu se solidificar em estrutura?

Sobre essa questão, a resposta de Bois, talvez um pouco rápida, cabe em algumas ideias simples: digamos, inicialmente, que no oeste da França havia se encontrado uma situação de tábula rasa; nas vésperas da revolução,

a consciência política, quase inexistente (com exceção talvez dos tecelões), ainda estava para ser inteiramente criada. A pré-*Chouannerie* e a *Chouannerie* (três ou quatro anos de amadurecimento, de 1790 a 1793, e seis ou sete anos de embates atrozes, de 1793 a 1799) criaram essa consciência política; elas ocuparam o terreno que se tornou, graças a esse fato, extremamente difícil de ser reconquistado por e para as ideologias concorrentes (veja-se também o que aconteceu em outra região, as chamadas Cévennes, que permanecerá protestante ainda nos séculos XIX e XX simplesmente porque, por motivos que se mostrarão em seguida ineptos, ela escolhera o protestantismo em 1560).

No oeste da Sarthe, por outro lado, o alicerce socioeconômico permanecerá por muito tempo, até por volta de 1860, ou talvez até mesmo 1900, análogo àquilo que ele era durante o Antigo Regime: esse "alicerce" se revela, portanto, favorável à conservação de uma superestrutura político-mental de tendência *chouanne*. Nesse "terreno" favorável desenvolvem-se os fenômenos, costumeiros em tais casos, de estabilização, consolidação, recuperação também; a consciência camponesa, tão original e solitária no início do movimento, logo precisa de aliados. Ela deixa, por conseguinte, que os *lobbies* locais da nobreza e, mais ainda, do clero se encarreguem dela; estes eram os únicos que tinham tido o "mérito", inestimável aos olhos dos militantes *chouans*, de acorrer em auxílio aos insurretos – mesmo que como "operários da décima primeira hora" – no momento crucial. Assim puderam ocorrer processos de "homeostase": a cultura *chouanne*, ou a anteriormente *chouanne*, paradoxalmente identificada com a direita realista ou conservadora, torna-se, pouco a pouco, no século XIX, a caução e algo como uma "questão de honra" para todas as espécies de estruturas, antigas ou novas, das regiões rurais dos *bocages*, com as quais ela forma um só corpo e sistema, quer se trate da sociabilidade dominical ou alcoólica dos frequentadores da missa, ou do caciquismo eclesiástico e nobiliário de segunda origem, que gradualmente contaminará até o sindicalismo agrícola. Os fatos de "reprodução", o modo como se inculcam as tradições relativas à gesta guerreira do oeste, também intervieram no nível extremamente eficaz do amestramento familiar, da educação e do folclore camponeses. Em suma: as estruturas político-mentais do oeste do século XIX, que não passavam, no caso, de um acontecimento congelado, de uma *Chouannerie* em conserva, agora estavam bem aí, como o Jungfrau, impossível de ser desenraizado, irremovível, até os dias atuais. O acontecimento *chouan* funcionou como catalisador contingente, como traço de união entre

as estruturas socioeconômicas do Antigo Regime e as estruturas político-culturais da época contemporânea. A deliquescência e, em seguida, a abolição progressiva destas não acarretaram *ipso facto* o desaparecimento daquelas. Pois o *bocage* material e vegetal recua, hoje em dia, graças ao impacto da terraplenagem. Mas o *bocage* espiritual, enraizado nas almas desde o tempo dos *chouans*, revela-se bem mais pertinaz que o outro.

O autor de *Paysans de l'Ouest* pôde, assim, estabelecer de modo magistral, e quase como um exemplo para fazer escola, o papel do acontecimento como fator de inovação; e como transição aleatória – ordenado no alto e defasado no tempo – de estrutura a estrutura; no caso, de infraestrutura passada a superestrutura contemporânea. As defasagens no tempo, que tornavam confusas todas as análises desprovidas de profundidade histórica, tinham feito fracassar, até que aparecesse Paul Bois, todas as pesquisas sobre o oeste, até mesmo as mais sofisticadas, como a de Siegfried. Para sair do impasse, foi preciso recorrer à musa Clio, em sua modalidade acontecimento-estrutural.

Mas a bem-sucedida obra de Paul Bois não é a única no mundo. Realizadas em total independência, outras tentativas do mesmo estilo foram feitas; projetos ainda mais ambiciosos, porém menos bem-acabados do ponto de vista da análise, foram recentemente publicados. Tais trabalhos talvez revelem uma nova tendência na historiografia. E, por isso, para concluir, merecem ser evocados brevemente neste artigo, que trata do mesmo problema que eles. Penso, por exemplo, no ensaio de Jean Baechler sobre "as origens do sistema capitalista" ("Les Origines du système capitaliste". *Archives européennes de sociologie*, n. 2, 1968). Essas "origens", medievais, também são concebidas por Baechler como um acaso operando sobre um dado; como um acidente ou um "desregramento" ocorrido nos séculos X-XI, numa sociedade cuja tecnologia era fecunda, mas cujo tecido havia sido decomposto pela anarquia segmentar. Uma tal situação, excepcional, propiciou, portanto, a ocasião, naquele final da Alta Idade Média, a essas pequenas células que eram as castelanias senhoriais; mas também, e desde o princípio, às cidades, aos mercadores, enfim, a esses indivíduos "da reserva" que eram os burgueses. O acaso teria, assim, favorecido a atualização de uma estrutura lógica, o capitalismo, dotado desde seu advento de um dinamismo irreprimível e canceroso. Esse advento e esse dinamismo, contidos, de todo modo, no campo dos possíveis que se oferecia à humanidade dos dois últimos milênios, estariam destinados, depois disso, a varrer tudo o que encontrassem pela frente; estender-se e poluir em dez séculos o planeta inteiro; em suma, crescer e revestir-se de encantos sem nenhum obstáculo sério, se concordamos com Jean Baechler, à maneira de certas espécies de peixes que colonizam um curso de água. De forma diferente de *Paysans de l'Ouest*, essas "origens do capitalismo" são mais sugestivas do que definitivas, mais brilhantemente intuitivas do que verdadeiramente rigorosas e totalmente convincentes. Baechler, de resto, desejou-as assim, provocantes e provisórias, inacabadas, mesmo. Elas também constituem, parece-me, um referencial importante para as meditações do historiador em sua exploração das possibilidades oferecidas pelo encontro do acontecimento com a estrutura, do acaso com a necessidade.

Texto publicado originalmente como "Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple *chouan*". *Communications*, n. 18, 1972, e depois in *Le Territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973. Tradução de Flávia Nascimento.

PHILIPPE ARIÈS

10. A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

Lucien Febvre contava uma história que evocarei aqui de memória, sem verificar o texto de que ela consta, porque, tal como permaneceu em minha lembrança, deformada, simplificada, pouco importa, ela sempre me pareceu uma aplicação marcante da difícil ideia de mentalidade... De madrugada, o rei Francisco I saía da cama de sua amante para voltar, incógnito, a seu castelo. Então, ele passou diante de uma igreja exatamente no momento em que os sinos anunciavam o ofício religioso. Emocionado, deteve-se para assistir à missa e orar com devoção.

O homem de hoje, surpreendido pela aproximação entre um amor culposo e uma sincera devoção, pode escolher entre duas interpretações.

Primeira interpretação: o sino do santuário desperta no rei o arrependimento por seu pecado e ele reza para pedir perdão a Deus pelo pecado que acabou de cometer. Ele não pode ser, ao mesmo tempo, sem hipocrisia, o pecador noturno e o devoto da madrugada. Assim, ele age como um homem de hoje, pelo menos um homem que tenha alguma racionalidade, que não leu Dostoiévski ou que não confie em Freud, como o magistrado ou o jurado de um tribunal criminal. Ele está convencido de que a coerência moral é natural e necessária. Os seres nos quais ela se desfaz são julgados anormais e excluídos da sociedade. Essa normalidade é um valor invariável; em certo nível de profundidade e de generalidade, a natureza humana não muda. Uma tal interpretação será aquela de historiador clássico, tentado a

reconhecer em todas as épocas e culturas – pelo menos as civilizadas e, *a fortiori*, cristãs – a permanência dos mesmos sentimentos.

A outra interpretação é, ao contrário, a do historiador das mentalidades. O rei era tão espontânea e ingenuamente sincero em suas devoções quanto em seus amores, e não sentia ainda a sua contradição. Ele adentrava a igreja como a cama da amante, com o mesmo ímpeto inocente. A autenticidade de suas orações não era alterada pelas nódoas da alcova. A hora do arrependimento virá mais tarde.

Hoje, a quase simultaneidade de emoções contraditórias não é mais tolerada pela opinião comum. Apesar dos esforços da psicologia das profundezas para fazer com que seja admitida, a opinião sempre exprime sua repugnância quanto a essa possibilidade, mesmo quando dá a impressão de levá-la em consideração. Outrora, esse fenômeno parecia, ao contrário, completamente natural. Não se trata somente de uma diferença entre um cristianismo sensível, supersticioso, e um cristianismo moralmente mais exigente, mais racional e coerente. A diferença vem de mais longe, e as reformas religiosas dos séculos XVI e XVII não são sua causa, ainda que sejam, sem dúvida, uma de suas manifestações.

Outro exemplo de compatibilidade entre atitudes que se tornaram depois incompatíveis foi dado por Lucien Febvre. Margarida de Navarra, irmã de Francisco I, escreveu sucessivamente, sem escrúpulos exagerados, o *Heptameron*, uma coletânea de contos licenciosos, e o *Miroir de l'âme pécheresse*, coletânea de poemas espirituais. Nossos costumes não tolerariam essa mistura ingênua e essa boa-fé.

Algumas coisas eram, portanto, aceitáveis, concebíveis, em dada época, em dada cultura, deixando de sê-lo em outra época e em outra cultura. O fato de não podermos nos comportar hoje com a mesma boa-fé e a mesma naturalidade dos nossos dois príncipes do século XVI nas mesmas situações indica, precisamente, que uma mudança de mentalidade interveio entre o tempo deles e o nosso. Não tanto por não possuirmos mais os mesmos valores, mas os reflexos elementares não são mais os mesmos. Eis aí, aproximadamente, o que entendemos, desde Lucien Febvre, por "atitudes mentais".

NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

OS PIONEIROS DE UMA OUTRA HISTÓRIA

Conviria introduzir, aqui, a ideia de mentalidade com o auxílio de exemplos tomados à obra de Lucien Febvre. Na verdade, a história das mentalidades não é nova. Ela nasceu logo após a Primeira Guerra Mundial, no seio de um grupo de historiadores como os franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, o belga Henri Pirenne, e de geógrafos como Albert Demangeon, de sociólogos como Lucien Lévy-Bruhl, Maurice Halbwachs etc., todos eles inspiradores, a partir de 1929, dos famosos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Diz-se, com frequência, "a Escola dos *Annales*". O grupo dos *Annales* era o mais organizado e combativo, contudo não era o único. É preciso lembrar, junto com ele, os nomes de personalidades independentes e solitárias que tiveram também papéis pioneiros: o célebre historiador holandês Huizinga; autores que permaneceram por muito tempo desconhecidos, como o alemão Norbert Elias, cujos livros inovadores, publicados em 1939, foram tragados pela tempestade e são agora redescobertos;[1] ou, ainda, autores um tanto marginais, isto é, cuja relação com a história das mentalidades não apareceu nem foi reconhecida imediatamente, como Mario Praz, o historiador da literatura maldita e do gênero mórbido, cuja obra mais importante foi publicada em italiano nos anos 1920, mas traduzida para o francês apenas em 1977 – tratava-se de um ensaio notável em que o autor visava pontuar as trocas entre a expressão literária e o imaginário coletivo.[2]

---

1 Norbert Elias nasceu em Breslau, em 1897, e fugiu da Alemanha nazista em 1930. Depois de uma estada na França, instalou-se na Grã-Bretanha, onde lecionou na Universidade de Leicester. Cf. N. Elias: *La Civilisation des mœurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1976 [ed. bras.: *O processo civilizador. Uma história dos costumes*, trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, v. 1]; *La Société des cours*. Paris: Calmann-Lévy, 1977 [ed. bras.: *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*, trad. Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001].

2 É preciso lembrar o quanto esse movimento foi pouco parisiense, e o quanto ficou concentrado, inicialmente, na "Lotaríngia" [Lorena]. Sua "naturalização" parisiense foi tardia e, aliás, logo depois seguida por uma mudança de rumo, após a Segunda Guerra Mundial.

Todos esses autores, quer tenham pertencido ao grupo dos *Annales*, quer fossem estranhos ou marginais a ele, reconhecem que pertence à história um outro domínio diferente daquele em que até então ela fora limitada, que era unicamente o das atividades conscientes, voluntárias, orientadas para a decisão política, a propagação das ideias, a conduta dos homens e dos acontecimentos.

Para Huizinga, por exemplo, o domínio do imaginário, do sentimento, da gratuidade é tão importante quanto o da economia. Ele o declara explicitamente em sua obra *O outono da Idade Média*: "A história da civilização deve tratar tanto dos sonhos de beleza e da ilusão romanesca como dos números relativos às estimativas populacionais e dos impostos", isto é, a história demográfica e econômica. "Até mesmo a ilusão na qual viveram os contemporâneos da época tem um valor de verdade." Frases às quais responde hoje como um eco, cerca de cinquenta anos depois, Jacques Le Goff em seu prefácio ao livro *Pour un autre Moyen Âge*: "Contribuir com alguns elementos sólidos para um estudo do imaginário medieval".[3]

O ilustre Huizinga, o renomado Mario Praz, Elias, esse desconhecido, não teriam conseguido fazer escola e forçar a barreira da história tradicional. O grupinho de Estrasburgo, dos *Annales*, conseguiu isso.

A PRIMEIRA GERAÇÃO: EM TORNO DE L. FEBVRE E M. BLOCH

Em sua época, ou, melhor dizendo, na época dos pais fundadores, a história das mentalidades, tal como a definimos acima, não passava, na realidade, de um aspecto, uma faceta da história mais extensa que podia ser chamada de história social, ou ainda história econômica e social, e que já se desejava total – mas a totalidade era, então, obtida pela e na economia. Essa história é que se opunha em bloco à história política, acontecimental. É sempre com esse nome – *social history* – que ela é conhecida e praticada na Inglaterra e nos Estados Unidos. Havia, naquela época, por um lado, a história tradicional e, por outro, a história social, que compreendia ao mesmo tempo a história econômica e a cultural, que passou a se chamar, desde então, história das mentalidades.

3 Jacques Le Goff, *Pour un autre Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1978.

A história tradicional se interessava quase exclusivamente por indivíduos, por camadas superiores da sociedade, por suas elites (os reis, os homens de Estado, os grandes revolucionários), e pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas...) dominadas por tais elites. A história social, ao contrário, interessava-se pela massa da sociedade, deixada de lado pelos poderes, por todos aqueles em posição de subjugados. Essa orientação, aliás, não estava reservada apenas à pesquisa do passado. Ela inspirava também novas ciências do presente, nascidas de um idêntico interesse por tudo aquilo que era dominado, negligenciado pelas sucessivas elites, em suma, por tudo o que era anônimo, coletivo, mas que despertava, em tais ciências, cada vez mais, a tentação de reconhecer forças reais. Na tradição francesa, chamamos essas ciências de humanas: sociologia, psicologia, etnologia, antropologia. Elas vieram juntar-se à irmã mais velha, a antiga economia. A tradição inglesa confundiu-as todas sob o rótulo de *social sciences*. Na França, a separação entre a velha economia e as mais jovens ciências humanas corresponde aos dois compartimentos da história, aquela dos *Annales* dos anos 1930, que se intitulavam *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Esses dois compartimentos eram, evidentemente, bem distintos, e vimos, a propósito de Francisco I e de Margarida de Navarra, o quanto o fato psicológico da mentalidade era familiar a Lucien Febvre. O mesmo se pode dizer de Marc Bloch e de seu estudo sobre os reis taumaturgos.

No entanto, o setor das mentalidades ainda não estava bem separado, naquela primeira geração dos *Annales*, do outro, que comporta a economia ou o socioeconômico. Os dois, juntos, constituíam a história total, ou que se acreditava total.

Hoje, passados cinquenta anos de história econômica, especializada e marcada pela matemática, é difícil compreender como esta podia estar associada tão estreitamente à história psicológica. É que tanto um setor como o outro abrigavam a história dos humildes e do coletivo. Os fatos econômicos (preços, salários, impostos, crédito, mercado) tinham consequências na vida cotidiana de todos (carestia, miséria ou enriquecimento, períodos de fome, epidemias, mortalidade). Descobriu-se que eles eram observáveis e que a *série* contínua de dados numéricos por eles oferecida permitiria uma leitura não anedótica da vida cotidiana. Eis por que um elo íntimo aproximava, então, a história econômica e a história psicológica.

A história econômica foi favorecida desde o início, porque ela era a primeira história científica coletiva. À história descontínua dos indivíduos, dos acontecimentos que eles provocavam, das instituições que eles controlavam, opunha-se uma história ao mesmo tempo coletiva e contínua, estabelecida sem hiatos na longa duração, a história de uma humanidade anônima na qual, contudo, cada um de nós poderia se reconhecer.

A SEGUNDA GERAÇÃO

Os pais fundadores teriam hoje cerca de cem anos. A geração que sucedeu a eles já passou dos sessenta. Ela fez sua escolha nessa herança. Nem sempre admitindo isso, optou por deixar adormecida grande parte daquilo que, nas obras de Bloch e de Febvre, transbordava do social para o imaginário, a psicologia coletiva, o cultural. Essa zona das mentalidades foi deixada a alguns aventureiros (alguns deles um tanto suspeitos).

APÓS 1945: A HISTÓRIA ECONÔMICA PRIVILEGIADA

A história econômica, ao contrário, foi privilegiada. Mas não qualquer uma: os historiadores franceses, para o bem e para o mal, conservaram, então, algo das primeiras características da história econômica: uma história coletiva de ambição humanista, que permitia atingir a vida das massas, a multidão dos simples, dos obscuros. Eles mantiveram certa repugnância diante da ideia de tratar a economia como um domínio reservado, definível por modelos matemáticos de acordo com a tendência que se impôs nos casos em que, como nos Estados Unidos, a história econômica pertence, nas universidades, ao "Department of Economics", e não ao "Department of History".[4]

A escolha dessa geração se explica pela formidável expansão da economia mundial – e francesa – depois da Segunda Guerra. A França dos anos 1930 vivia ainda num ritmo lento que permitira a sobrevivência de um bom número de costumes do final do Antigo Regime. Além do quê, com seu império colonial, ela constituía um mundo completo e fechado que dava a ilusão de exotismo e universalidade, ao passo que, visto hoje, esse mundo nos parece o de uma província bem protegida, na qual as grandes ondulações planetárias não chegavam a penetrar. Depois dos abalos da guerra, o Hexágono abriu todas as portas às correntes internacionais, na agitação da prosperidade econômica, do aumento do consumo e das necessidades, da industrialização e urbanização maciças. A muralha da China dos anos 1930 caíra. Os jovens intelectuais sentiram-se, então, fascinados pelas forças socioeconômicas semelhantes, para eles, a motores daquela inusitada comoção geral, e os historiadores sentiram-se tentados, muito legitimamente, a relacionar ao passado os interesses manifestos no presente, a fim de buscar, em tempos anteriores, as origens (ou os atrasos) do progresso técnico e econômico que os entusiasmava. Os fatos da mentalidade pareceram-lhes de menor importância, passíveis de exagerar os aspectos arcaicos e retrógrados do passado e, ao mesmo tempo, de difícil identificação, não científicos, pouco suscetíveis de receber um tratamento matemático.

Entretanto, um dos avatares da história econômica, tal como era concebida tradicionalmente na França, viria reintroduzir os fenômenos da mentalidade na grande problemática da história. Trata-se da história demográfica.

A NOVA HISTÓRIA DEMOGRÁFICA

Uma das primeiras abordagens da história econômica foi, como veremos mais adiante, a monografia regional. Ora, os autores dessas monografias foram rapidamente levados a consagrar uma parte importante de suas pesquisas aos movimentos das populações e a estudar de perto as relações entre a população e os meios de subsistência, os períodos de fome e as epidemias. Como escreveu Jacques Dupaquier,[5] "a aventura começa em 1946, com a publicação, num dos primeiros números do periódico *Population*, de um artigo do saudoso J. Meuvret intitulado 'Les Crises de subsistances et la démographie de la France de l'Ancien Régime'".[6] Jean Meuvret é, de fato, uma testemunha exemplar dessa segunda

---

4 Sobre as relações entre os *Annales* e a economia, cf. R. Forster, "Achievements of the *Annales* School". *The Journal of Economic History*, XXXVIII, n. 1, mar. 1978, pp. 58-76.

5 Jacques Dupaquier, *Introduction à la démographie historique*. Paris/Tournai/Montreal: Gamma, 1974.

6 *Population* é o nome da revista do Institut National d'Études Démographiques (INED), fundada por A. Sauvy, que publicou, então, importantes artigos de história que fariam

geração dos *Annales*. Seu perfil pode ser considerado típico. Ele não é conhecido do grande público intelectual porque não publicou, em vida, o grande livro sobre o qual meditava e trabalhava, e que apareceu como publicação póstuma; antes disso, publicara apenas artigos densos e expressivos que valem por muitos volumes. Por seus ensaios e, sobretudo, por seus conselhos, ele exerceu significativa influência sobre os historiadores mais jovens, franceses e estrangeiros, que hoje se tornaram mestres. Ora, uma dessas dissertações, a mais célebre, citada acima por J. Dupaquier, é dedicada ao estudo das relações entre os períodos de fome extrema e as epidemias, entre a conjuntura econômica e a mortalidade. Além do mais, J. Meuvret sempre teve a maior preocupação em não isolar os fenômenos socioeconômicos e demográficos, separando-os do contexto cultural.

Durante o mesmo período, entre 1944 e 1956, um aluno de Meuvret, Pierre Goubert, preparava sua famosa tese *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*.[7] Esse trabalho se apresentava precisamente como uma "contribuição à *história social* (grifos meus) da França do século XVII", mas serviu, em seguida, como um modelo de história demográfica. Ele teve numerosos descendentes e criou um gênero, tendo sido uma das mais importantes contribuições para a historiografia produzidas por aquela geração dos anos 1950.

A história demográfica iria não somente reanimar aquela parte esquecida da herança dos pais fundadores, como ainda retiraria a nova história das mentalidades do "impressionismo" anedótico da tradição literária, dando-lhe bases documentais estatísticas e, enfim, exigindo dela, a partir de então, uma ampla interpretação que já não podia ser evitada.

A DEMOGRAFIA REVELA AS MENTALIDADES

Essa é uma aventura pessoal. Nos anos 1940, eu também tinha me sentido atraído pela demografia, não pelo viés da economia, mas, sim, porque me sentia surpreso ao examinar a situação demográfica da França na primeira

época. O artigo de J. Meuvret "Les Crises de subsistances et la démographie de la France de l'Ancien Régime" (*Population*, 1946) foi retomado em "Études d'histoire économique". *Annales*, 32, 1971.

7 Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l'histoire sociale de la France du XVII^e siècle*. Paris: SEVPEN, 1960; ed. resumida: *Cent mille provinciaux au XVII^e siècle*. Paris: Flammarion, 1968.

metade do século XX e por suas diferenças em relação à da França do Antigo Regime. Como interpretar uma mudança tão considerável e que não tivera a mesma cronologia na Inglaterra, por exemplo? Claro, desde o início de minha pesquisa, diferentemente dos historiadores da economia, eu me interessei menos pela demografia propriamente dita e por seus mecanismos, ou mesmo seus efeitos políticos e sociais, do que pelas atitudes psicológicas secretas que ela revelava a quem soubesse ler suas estatísticas. Eu realmente estava partindo de dados demográficos, mas logo os abandonei para passar – cedo demais, talvez – às realidades que eles ocultavam. Os homens de outrora não gostavam de falar dessas realidades das atitudes diante da vida, da idade, da enfermidade, da morte, e, na maioria das vezes, nem sequer estavam conscientes delas. Séries numéricas na longa duração fizeram aparecer modelos de comportamento que, de outro modo, teriam sido inacessíveis e permaneceriam clandestinos. Assim é que as mentalidades surgiam ao término de uma análise das estatísticas demográficas.

Essa experiência nada tem de original: ela foi compartilhada por quase todos os historiadores demógrafos da mesma geração. Para eles, não era possível se ater aos limites estatísticos da reconstituição de uma população antiga. Questões capitais surgiam por trás dessa espécie de limpeza inicial do terreno, e elas pediam explicações psicológicas, antropológicas, outrora reservadas aos médicos, aos moralistas, aos juristas, ou que simplesmente pareciam pertencer ao domínio do não escrito, no qual os historiadores nunca tinham tido a ideia de penetrar, talvez por acreditarem que os fenômenos medidos pela demografia estavam por demais próximos da natureza e da biologia. E é verdade que, nas primeiras abordagens, estudou-se sobretudo a adaptação da população aos meios de subsistência, ao estado da economia. Mas depressa se percebeu que essa adaptação não era automática ou imediata, que entre o comportamento demográfico e o nível de recursos havia algo como um sistema ótico que modificava a imagem real: o sistema das mentalidades. A história das mentalidades renascia, assim, pela segunda vez, graças à demografia histórica.

UMA TERCEIRA GERAÇÃO?

No decorrer dos anos 1960, o reaparecimento da problemática das mentalidades pôs de cabeça para baixo a historiografia francesa. Trata-se de um

acontecimento capital. Os índices das revistas importantes, inclusive as mais conservadoras, passam por uma mudança, bem como os temas das dissertações de mestrado e das teses de doutorado. Observam-se, então, nos anos 1970, um declínio dos assuntos relacionados à socioeconomia, um desinteresse relativo pelos temas demográficos da década anterior e, ao contrário, a invasão de temas outrora desconhecidos ou muito raros. Em 1973, a Sociedade de Demografia Histórica dedicou um número especial de sua revista ao tema "Crianças e sociedades". Em 1972, os *Annales* publicaram um número especial de 433 páginas sobre a família, tema que, aliás, continuou a ser tratado no número seguinte em três outros artigos importantes. Quantos artigos não apareceram, então, sobre a morte, a sexualidade, a criminalidade ou a delinquência, a sociabilidade, as faixas etárias, as algazarras, a devoção popular... O arquivo geral das minutas[8] de tabelião[9] era, outrora, frequentado pelos historiadores da arte ou das grandes instituições do Estado, que ali iam em busca de elementos biográficos, bem como pelos historiadores de socioeconomia (à repartição das fortunas). Agora, os testamentos, especialmente, tornaram-se uma fonte para o estudo das mentalidades religiosas, com Michel Vovelle, Pierre Chaunu e seus orientandos. Essa importantíssima e recente mudança da historiografia me parece ter escapado a Lawrence Stone, um observador, no entanto, atento e sensível. Num estudo recente,[10] ele fala dos *Annales* como um bloco que em nada teria mudado desde a época dos pais fundadores, com exceção das transformações advindas da erosão provocada pelo tempo e de uma certa lassidão devida à repetição. Não, os *Annales* são hoje algo diferente do que foram no passado, e, aliás, é somente agora que se pode falar de uma história das mentalidades como um fenômeno significativo de nossa cultura contemporânea. Essa história vai além do nível restrito dos especialistas e penetra a mídia; ela alcança, às vezes, muito boas vendas junto a um público bem mais amplo, por ela seduzido. Ela é vulgarmente chamada de "nova história". A que se deve isso?

8 Em Paris, ele se encontra nos *Archives Nationales* (localizado no Hôtel de Rohan), em que são depositados os arquivos notariais da capital francesa.

9 No original, *le minutier général*, isto é, local em que eram depositados os arquivos gerais de todos os atos notariais datados de mais de 125 anos. [N. T.]

10 Lawrence Stone, in C. F. Delzell (org.), *The Feature of History*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1977.

A HISTÓRIA E AS OUTRAS CIÊNCIAS HUMANAS

O leitor advertido terá ficado surpreso pelo fato de eu ter reservado um lugar tão pequeno à influência das ciências humanas na gênese aqui traçada. E, no entanto, tem-se o costume de considerá-la determinante e positiva no início dos *Annales* e negativa nos dias de hoje, caso eu tenha interpretado corretamente o artigo de L. Stone supracitado. Claro, a sociologia e a etnologia foram importantes para L. Febvre e, talvez ainda mais, para o M. Bloch dos *Reis taumaturgos*, mas elas o foram, sobretudo, na medida em que essas leituras nesses campos enriqueciam a cultura geral de ambos, ampliavam-lhes os horizontes do pensamento, excitavam-lhes a curiosidade. De fato, os historiadores, como, em geral, os intelectuais do fim do século XIX, permaneciam convencidos da superioridade radical de nossas civilizações herdeiras da Antiguidade greco-romana e do cristianismo, e do absurdo que seria compará-las às culturas primitivas. A leitura dos etnólogos pelo menos acabou com esse preconceito. Na França, porém, sua influência não foi tão determinante sobre o trabalho do historiador quanto nas universidades norte-americanas, em que o historiador "social" não dá um passo sem consultar as outras ciências sociais, para nelas escolher um modelo apropriado à dimensão de seu *corpus* documental.

Mudando de título em 1946, os *Annales* quiseram se tornar uma revista de ciências sociais – nelas incluída a história – em que os maestros seriam os historiadores.[11] Contudo, os *Annales* anunciaram sua ampliação exatamente no momento em que eles se tornavam de fato econômicos, como foi dito aqui anteriormente. Claro, é preciso não esquecer que a economia parecia ser, então, a chave da história, a de hoje e, por que não, a de ontem. A história pretendeu ser o denominador comum a todas as ciências sociais ou humanas, mobilizadas no novo projeto dos *Annales*. Na verdade, o que houve nos anos 1950 foi a justaposição de artigos de distinta proveniência, mais do que um real intercâmbio entre as disciplinas, com exceção, justamente, do domínio econômico, em que os grandes pensadores de outrora e os teóricos de hoje passaram imediatamente a inspirar os historiadores e logo foram assimilados por eles.

11 Depois de terem mudado de nome várias vezes durante a guerra, em 1946 os *Annales* adotam o título de *Annales. Economie. Société. Civilisation* (*Annales* ESC).

As poucas interferências das ciências humanas que podem ser atestadas naquele período não explicam a vastidão da mudança atual da historiografia na França. Tal mudança corresponde, na verdade, à entrada em cena das novas gerações. Uma espécie de divisor de águas separa, hoje, os antigos dos novos: é o marco dos cinquenta anos de idade, com exceção de algumas sentinelas avançadas, que puderam avançar mais depressa que seu próprio tempo.

O FIM DO ILUMINISMO?

Não menos que as outras atividades intelectuais, a história não pode escapar às grandes influências culturais que varrem o mundo ocidental. Os jovens que tinham entre 20 e 35 anos no final dos anos 1960 começaram a ver o mundo com olhos diferentes de seus predecessores. A atitude deles para com o progresso econômico e seus benefícios mudou. Ora, os historiadores das gerações anteriores tinham tendência a buscar e valorizar, no passado, os sinais que haviam preparado ou anunciado a modernidade. Esta era considerada o objetivo ou o resultado de uma evolução: o progresso do Iluminismo.

Ora, talvez estejamos assistindo, hoje, neste último terço do século XX, ao fim do Iluminismo, ou, pelo menos, ao fim da religião na irreversibilidade e da capacidade benfazeja absoluta do progresso científico e técnico. Não o fim do progresso, evidentemente, mas da religião no progresso. Talvez se trate apenas de uma reação efêmera a uma industrialização por demais rápida e brutal. Mesmo assim, a crítica ao progresso tornou-se um tema significativo das opiniões hoje, em especial entre os jovens: ela migrou de uma direita reacionária que, aliás, a abandonara, para uma esquerda, ou melhor, um esquerdismo de contornos um tanto indefinidos e um tanto desajeitado, porém vigoroso. Creio (mas isso é uma hipótese) que exista uma relação entre essas novas reticências dos anos 1960 para com o desenvolvimento, o progresso, a modernidade, e a paixão dos jovens historiadores pelo estudo das sociedades pré-industriais e sua mentalidade. Esses historiadores não reconhecem mais para a história um sentido, isto é, uma direção. Eles não querem mais fazer das sociedades antigas etapas de uma evolução programada, a tal ponto que chegam a desconfiar da diacronia e da busca sistemática das influências sofridas ou exercidas. A cultura que eles estudam é, então, quase retirada da história e apreciada do mesmo modo pelo qual os etnólogos estruturalistas consideram a sociedade que escolheram para o estudo.

Coisa curiosa: enquanto os historiadores se sentem tentados pela sincronia, as ciências humanas deixam-na de lado na maioria dos casos e buscam situar-se no tempo longo. Eis por que as margens entre a história e as outras ciências humanas começam, enfim, a diminuir: acontecimento mais recente do que se poderia crer, depois de cinquenta anos de uma interdisciplinaridade proclamada, porém jamais vivida.

Um exemplo notável dessa feliz indecisão quanto às fronteiras deve ser dado. Trata-se do caso de Michel Foucault, um de nossos melhores historiadores. No entanto, ele é filósofo, e foi da filosofia à história sem passar pelo purgatório da psicologia ou das outras ciências humanas, refúgios (provisórios) dos filósofos de sua geração. Ele poderia, como outros metafísicos ou especialistas das ciências humanas, ter situado suas pesquisas na sincronia ou na acronia e construir um sistema conceitual fora do tempo, ou numa duração sob medida, estranha à experiência de cada dia. Ao contrário, ele quis que sua obra fosse uma história, a história dos poderes modernos no momento em que eles se insinuam nos saberes, desde o final do século XVII, quando penetram a sociedade como o sangue irriga o corpo. O empirismo dos historiadores permitiu a esse filósofo, que, na verdade, permaneceu filósofo, escapar à univocidade dos sistemas (e, talvez, das filosofias?) e apreender a extraordinária diversidade das estratégias humanas, o sentido profundo dessa irredutível diversidade. Nascido filósofo, ele se tornou, para permanecer filósofo, historiador, e isso pelo movimento de seu pensamento, por razões que não diferem muito daquelas que asseguram, hoje em dia, a popularidade da história das mentalidades.

Começamos agora a adivinhar que o homem atual pede a uma certa história aquilo que ele sempre pediu à metafísica e o que ontem – apenas ontem – pedia às ciências humanas: uma história que retome os temas da reflexão filosófica, mas situando-os numa duração e num recomeço obstinado das empreitadas humanas.

O CONCEITO DE MENTALIDADE

De maneira geral, apesar das seduções recentes da sincronia e da desconfiança para com a "unidimensão" (Edgar Morin), a história das mentalidades

deixa perceber uma preocupação constante em compreender melhor a passagem para a modernidade. Eis a seguir alguns exemplos disso.

O EXEMPLO DO IMPOSTO

O primeiro é tomado de empréstimo à obra recente de um dos mestres no gênero: Georges Duby. Ele procura entender o sentido que tinham para os contemporâneos certos encargos e transações que, hoje, situaríamos no campo da economia.[12] O título de um dos capítulos é significativo: "As atitudes mentais". Trata-se do que chamaríamos atualmente de imposto. Ele o aproxima da dádiva, tal como esta foi analisada por Marcel Mauss e pelos sociólogos das sociedades "primitivas". Essas "dádivas" eram uma oferenda ao soberano, considerado por todos um intercessor natural entre toda a população e os poderes do além; eles garantiam a todos a prosperidade, eles prometiam um solo fértil, colheitas abundantes, o fim das pestes. Assim foi durante toda a Alta Idade Média. Mas, no século XII, mesmo se transformando, o sistema permanece ainda muito diferente das economias de mercado modernas e contemporâneas: "Aos homens daquele tempo, de fato, como para seus ancestrais mais longínquos... as realidades econômicas aparecem como acessórios. São epifenômenos. As verdadeiras estruturas são espirituais, de ordem sobrenatural". Será estabelecido, com efeito, um sistema de troca amplo e complicado, entre o além e o aquém da morte, que levará, por meio da prática do testamento, a uma redistribuição das fortunas que poderá chegar até seu aniquilamento; tal sistema deixa desconcertado o homem de hoje, e ele não pode compreendê-lo sem reconstituir, com estranhamento, o conjunto coerente de toda uma mentalidade. O gosto pelos gastos inúteis e loucos era comum nos ricos e nos pobres. Nos dias de festa, estes dissipavam brutalmente seus ganhos irrisórios e os advindos da generosidade dos poderosos: "Nesse mundo tão pobre", diz Duby, "os trabalhadores mais humildes tampouco ignoravam as festas, cujo objetivo era fazer renascer a fraternidade e provocar a benevolência das forças invisíveis, por meio da destruição coletiva, rápida e alegre das riquezas, no seio de uma privação universal".

---

12 Georges Duby, *Guerriers et paysans*. Paris: Gallimard, 1973.

O EXEMPLO DO TEMPO

Para que nascesse a economia moderna – a nossa – e as condições que a propiciaram – isto é, a preocupação com a poupança, a vontade de deixar para o amanhã um gozo doravante moderado, a aplicação dos ganhos, a acumulação capitalista e, enfim, a divisão do trabalho –, foi preciso, inicialmente, que a atitude mental diante da riqueza e do gozo mudasse, antes mesmo que se transformassem a tecnologia e as forças de produção. A Idade Média é, assim, atravessada por mudanças de mentalidade. Jacques Le Goff analisa outra delas, num brilhante ensaio intitulado "Temps de l'Église et temps des marchands".[13] O tempo da Igreja era bem regulado pelo soar do sino que chamava monges e cônegos para o ofício religioso recitado em coro, para o canto das "horas canônicas". Era, ainda, um tempo desigual, de acordo com nossos usos: o tempo do dia era dividido, à maneira romana, em períodos de cerca de três horas, e o da noite, repartido entre a oração e o repouso, era recortado nas vésperas da noite, matinas do meio da noite e laudas da alvorada.

No entanto, já eram horas fixas que impunham certa regularidade à jornada de trabalho dos camponeses, ainda que esta se estendesse, sem muita precisão, do nascer ao pôr do sol. O tempo do monge e o do camponês conjugavam-se sem maiores problemas, mesmo não sendo totalmente coincidentes. As coisas mudaram com aquilo que J. Le Goff chama de "tempo dos mercadores", que era também o "tempo do trabalho". Um tempo que tomaria de empréstimo à Igreja o sino; o sino do trabalho (*Werkglocken*), um sino que "eles (os trabalhadores de Amiens) mandaram pendurar numa torre para que o pudessem badalar [...] no momento de partir à faina, pela manhã, nos dias úteis; no momento em que fosse chegada a hora de comer; e no momento em que devessem retomar o labor após a refeição...".

Ora, deu-se, então, algo surpreendente e apaixonante. Nada é mais conservador e tenaz que a medida do tempo. Assim, o tempo do trabalhador foi, inicialmente, calcado sobre o tempo da Igreja, com base nas horas do ofício divino. Este começava com a oração matinal, por volta das seis horas, e

---

13 J. Le Goff, "Temps de l'Église et temps des marchands", in *Pour un autre Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1978.

findava com a nona, por volta de três da tarde. E o dia estava, então, terminado. Era o equivalente, em Roma, ao tempo do Fórum ou das termas. Em suma, a "jornada contínua". Mas, no decorrer do século XIII, esse tempo deixou de satisfazer às necessidades dos mercadores, dos empregadores, e dos trabalhadores; por outro lado, não se concebia, ainda, como algo possível a invenção de um tempo mais bem adaptado (aquele que foi imposto depois, pouco a pouco, pelo relógio mecânico). Então o tempo da Igreja foi traiçoeiramente manipulado, a fim de se dobrar ao tempo dos trabalhadores por uma espécie de meio-termo. Jacques Le Goff escreve: "Notou-se que, do século X ao final do século XIII, um elemento da cronologia diurna evoluiu: a nona, inicialmente situada por volta do que corresponde hoje às duas horas da tarde, vai retrocedendo lentamente até se fixar no meio-dia" (daí a palavra inglesa *noon* para dizer meio-dia). "Nona", prossegue Le Goff, "é [...] a pausa do trabalhador feita no canteiro de obras urbano submetido ao tempo clerical das badaladas do sino. Nesse ponto, é possível imaginar uma pressão... que resultou, pelo deslocamento da nona, na criação de uma importante subdivisão do tempo do trabalho: a meia jornada, que, aliás, vai ganhar impulso durante o século XIV." Eis como aparece nosso tempo moderno, dividido em duas longas meias jornadas, manhã e tarde, separadas pela intocável pausa da refeição do meio-dia. Exemplo de menor importância apenas nas aparências, pois tudo o que diz respeito às repetições banais da existência torna-se um traço essencial de mentalidade. Exemplo característico do que chamamos de mentalidade e que se torna mais visível no momento em que essa mentalidade muda, como acontece na Baixa Idade Média.

O EXEMPLO DO MALIGNO

É a propósito da bruxaria que Lucien Febvre, num artigo dos *Annales* de 1948, exprimiu com mais força seu sentimento de historiador diante da diferença das mentalidades: "Em sua estrutura mais profunda, a mentalidade dos homens mais esclarecidos do final do século XVI e do início do século XVII (os magistrados) só pode se diferenciar, e radicalmente, da mentalidade dos homens mais esclarecidos de nosso tempo". Um tipo de oposição bem nítida que, pessoalmente, continuo aceitando, mas que – tenho a impressão – irrita os jovens historiadores de hoje. Estes teriam mais tendência a substituir a macromudança da passagem à modernidade pelas micromudanças mais complexas e contraditórias, mais distanciadas no tempo, e nas quais, aliás, a passagem à modernidade, que se tornou um pouco suspeita, teria alguma chance de acabar se diluindo.

Resta que a "análise de psicologia histórica" de Robert Mandrou[14] foi e continua a ser, em sua sóbria elegância, um modelo clássico do estudo das mentalidades (palavra que ele, aliás, usa com bastante parcimônia, a ela preferindo o termo "estrutura mental" quando não pode evitá-la).

Eis o problema, tal como ele o colocou: "No início do século XVII, as perseguições por bruxaria ainda vão de vento em popa no seio do aparelho judiciário laico...; essa enorme instituição, repleta de pessoas instruídas tanto quanto isso é possível (mas não ainda "esclarecidas"), persegue, sem hesitação (salvo em algumas exceções), os discípulos de Satã, os cúmplices de uma perversão horrenda que põem em perigo a salvação dos homens... No final do mesmo século, todos os Parlamentos tinham renunciado a esse gênero de acusação e passam a lidar, então, apenas com os pastores envenenadores, os trapaceiros que abusam da credulidade pública e as falsas devotas. Como é possível que uma jurisprudência solidamente estabelecida por séculos de prática contínua possa ser questionada, discutida e, finalmente, abandonada em apenas algumas décadas? Vale a pena se fazer tal pergunta... É o *universo mental* (grifos meus) como um todo dos juízes (e dos acusados) que é questionado, posto que os crimes cotidianos de Satã e de seus cúmplices são uma prova da presença do diabo no mundo... Por meio disso, é toda a concepção dos poderes que o homem exerce sobre a natureza e sobre os outros homens, sobre Deus e Satã, que se vê finalmente contestada. [...] Numa palavra: o abandono das perseguições por crime de bruxaria representa o deslocamento de uma estrutura mental que foi parte integrante dessa divisão do mundo *durante séculos* (grifos meus)."

Ao término da análise dessa longa mutação de um século, cuja cronologia e cujas etapas podem ser questionadas, mas cujo sentido essencial é indiscutível, vê-se surgir o que chamamos de modernidade: "Não somente o

---

14 Robert Mandrou, *Magistrats et sorciers en France au XVII^e^ siècle*. Paris: Plon, 1968 [ed. bras.: *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII: uma análise de psicologia histórica*, trad. Nicolau Sevcenko e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1979].

progresso científico, a verdade das ciências com os quais o século XVIII se encantou, nem, tampouco, somente os debates de ideias aos quais cada grande filósofo acrescentou sua própria contribuição... mas, sim, mais amplas *tomadas de consciência* (grifos meus), que questionam os modos de pensar e de sentir as *estruturas mentais* (grifos meus) inveteradas, constituídas por visões do mundo herdadas de um passado longínquo e reconhecidas por certos grupos e quiçá mesmo pela sociedade global toda."

A "mutação essencial" é a seguinte: "Deus e Satã cessam de intervir cotidianamente no curso natural das coisas e na vida ordinária dos homens". Ao se refletir bem, isso não é verdadeiro no que diz respeito a Deus, como provam as *Prières secrètes des Français d'aujourd'hui*, do padre Serge Bonnet,[15] mas, sim, apenas no que toca ao Maligno e ao Mal de modo geral, que começam, a partir de então, a fazer sua retirada, uma retirada contínua até os dias de hoje pela abolição do mal físico, da enfermidade, do sofrimento e, a rigor, da morte.

O EXEMPLO DA CONTRACEPÇÃO

Meu último exemplo será colhido na história demográfica. Ele mostra bem como o historiador começou por interpretar dados econômicos ou demográficos de modo diferente do que faziam os economistas ou os demógrafos, antes de se aventurar por continentes inteiramente novos. E ilustra a passagem da história propriamente demográfica para a história das mentalidades de que se tratou acima. O exemplo é a história da contracepção.

É sabido que as sociedades tradicionais viveram, até o século XVIII, num ritmo demográfico atroz, em que se sucediam períodos de forte mortalidade, devidos às epidemias, à fome que assolava as populações, e momentos de rápida recuperação, devidos à constância de uma alta taxa de natalidade.

Certos elementos desempenhavam um papel regulador, como a idade tardia para o casamento ou a esterilidade das mulheres durante a amamentação... O que não impedia que o número de gestações fosse elevado e que isso, como era de conhecimento já então, ameaçasse a saúde e a vida das

15 Padre S. Bonnet, *Prières secrètes des Français d'aujourd'hui*. Paris: Ed. du Cerf, 1976.

mães, razão pela qual poderia ser tentadora a ideia de reduzir as gestações por algum outro meio que não fosse o aborto, a abstinência ou o infanticídio.

Ora, é bastante plausível que os esposos jamais tenham tentado alguma ação séria sobre o ato sexual com vistas a limitar o efeito reprodutor. Certas técnicas eram, sem dúvida, conhecidas, tal como as descrevem os rituais de penitência cujo registro chegou até nós, os manuais dos confessores, os tratados de moral. O fato é que elas não foram utilizadas. E, repentinamente (ou quase!), no final do século XVIII e início do XIX, pelo menos na França, essas técnicas se difundem a ponto de modificar o movimento geral da população, a pirâmide etária: é possível ler claramente sua chegada e difusão nas estatísticas demográficas. Como foi que se deu a passagem do antigo para o novo regime? Duas respostas foram dadas.

Alguns (entre os quais me encontro) apontaram uma mudança das mentalidades. Embora vagamente conhecida, a dicotomia do ato sexual exigia uma capacidade de previsão e um domínio de si mesmo comuns no século XIX, mas que ainda eram inconcebíveis na antiga sociedade. Outros, ao contrário, exploraram as condenações dos autores religiosos para sustentar a ideia de que as práticas contraceptivas eram mais familiares do que se queria admitir e que, se ainda não tinham se difundido, era por causa da vigilância eficaz da Igreja sobre os costumes, do temor das punições, da ausência de publicidade, todos esses elementos opondo-se à difusão dos métodos de contracepção. Sua difusão começou quando as barreiras eclesiásticas ruíram, quando a mobilidade geográfica e a secularização dos costumes liberaram as consciências e as línguas.

No primeiro caso, sublinham-se as mentalidades. No segundo, tende-se a outras causas de mudança, menos específicas, comuns a outros fenômenos políticos, religiosos, socioeconômicos.

Os historiadores que quiseram mostrar a permanência da contracepção – mesmo quando ela era pouco utilizada – citam os autores eclesiásticos. Na realidade, tais textos são ambíguos. Eles denunciam práticas contra a natureza, mas tais práticas, que um leitor da revista *Playboy* ou do *Kama-sutra* reconheceria como posições clássicas da *Ars erotica*, aparecem aos olhos dos historiadores demógrafos como métodos contraceptivos. Sem dúvida, o erotismo é mesmo estéril, salvo em caso de acidente, mas é preciso convir que a esterilidade não era o alvo visado. Vê-se, então, que

dessa discussão originalmente demográfica nasce uma história da sexualidade que está dando seus primeiros passos. Ela, com certeza, não existiria como a veem hoje J.-L. Flandrin, L. Stone e M. Foucault sem sua ancestral, a demografia.

O TERRITÓRIO DO HISTORIADOR

Esses exemplos mostram como a introdução do conceito de "mentalidade" provoca – ou implica – uma extraordinária dilatação do "território do historiador", para utilizar a expressão de Emmanuel Le Roy Ladurie e Pierre Nora. Na verdade, desde o final dos anos 1960, esse território se estendeu a tudo o que é perceptível pelo observador social, sem exceção. Ampliação da história para além de suas antigas margens e, ao mesmo tempo, retorno a seu antigo domínio, que se acreditava muito conhecido: o historiador relê, hoje, os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um olhar novo e outra grade de leitura. Os temas frequentados pelos primeiros foram os que haviam sido preparados pela história econômica e demográfica: a vida no trabalho, a família, as idades de vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, zonas que se encontram na fronteira entre o biológico e o mental, a natureza e a cultura. As publicações sobre tais assuntos, que, no entanto, eram inimagináveis há mais de cinquenta anos, constituem hoje um conjunto coerente e uma vasta biblioteca. É o primeiro domínio conquistado pela história das mentalidades.

Outros temas, menos frequentes, suscitam pesquisas: as variações somáticas (altura, pigmentação, cor dos olhos, modo de andar etc.), a alimentação (caráter essencial da cultura), a saúde e as enfermidades, a peste do doutor Biraben, as enfermidades femininas de Edward Shorter, as delinquências (a uma dada sociedade corresponde certo tipo de relação com a justiça) estudadas por Nicole Castan, a sociabilidade tradicional – ou então a do século XIX, que talvez seja uma das principais conquistas da nova história, estudada por E. Le Roy Ladurie, Yves Castan, Maurice Agulhon etc. A história busca a chave das estratégias comunitárias, dos sistemas de valor, das organizações coletivas, isto é, de todas as condutas que constituem uma cultura rural ou urbana, popular ou elitista. Pode-se notar, de passagem, a importância atual dos dados meridionais numa historiografia que havia privilegiado anteriormente a França do norte e do leste, ou seja, a França da *langue d'oïl* e da escrita.[16] Continuemos nossa enumeração incompleta lembrando os trabalhos sobre a festa, que é o prolongamento e o ponto culminante da sociabilidade (M. Vovelle, Yves-Marie Bercé), bem como o tema da sobrevivência popular e a metamorfose dos acontecimentos recentes da história em mitos (*camisards*, antigos combatentes); terminemos, provisoriamente, pela religião popular que conquistou um lugar capital na historiografia, e foi assunto de inúmeros colóquios universitários e publicações na França (Jean Delumeau), na Inglaterra (Keith Thomas), na Itália (Carlo Ginzburg) e nos Estados Unidos (Natalie Zemon Davis).

UMA HISTÓRIA MAIS SENSÍVEL ÀS DIFERENÇAS REGIONAIS DO QUE ÀS DIFERENÇAS SOCIAIS

Na maioria das vezes, os assuntos que acabei de enumerar foram estudados num espaço geográfico bem delimitado, isto é, no interior de uma história regional. A nova história das mentalidades tem sido muito atenta às diferenças regionais – tanto quanto às diferenças sociais. Essa característica é comum às três gerações dos *Annales*, e ela se deve à longa influência sobre os historiadores franceses da obra dos grandes geógrafos da primeira parte do século XX, reunidos sob o nome de "escola de Vidal de la Blache", seu fundador. La Blache foi o autor da introdução geográfica da monumental *Histoire de France* publicada sob a direção de Ernest Lavisse.

Esses geógrafos, que hoje teriam cem anos ou mais, foram, na verdade, precursores da nova história dos *Annales*. Um deles, A. Demangeon, colaborou com L. Febvre num livro sobre o Reno.

As teses de geografia sobre as grandes regiões, como a Flandres, por Raoul Blanchard, e a Picardia, por A. Demangeon, foram os primeiros modelos para uma história regional cultural. Antes delas, a história regional

---

16 A França tinha duas grandes línguas românicas, designadas pela maneira de dizer "sim": a *langue d'oïl*, falada no norte do país, e a *langue d'oc*, falada no sul; foi na primeira delas que floresceu toda uma cultura literária medieval. [N. T.]

era um recorte regional da história nacional política. Era constituída pelos acontecimentos que se tinham passado em dada região, suas instituições, tanto políticas como religiosas, as vidas dos grandes homens nela nascidos. Esses geógrafos utilizaram, ao mesmo tempo, o estudo da paisagem contemporânea e os documentos dos arquivos antigos, a fim de isolar os "caracteres originais", para falar como Marc Bloch, de uma região: caracteres que davam unidade a essa região. O geógrafo, homem do presente que ele se propõe compreender, era, assim, levado a se voltar para o passado dos historiadores do acontecimento, seus colegas, mas um passado não político que estes haviam negligenciado e que iria se transformar, a partir de então, no passado favorito dos futuros historiadores. Demangeon publicou um guia dos arquivos para uso do geógrafo. A geografia humana exerceu, portanto, grande influência sobre os historiadores dos anos 1930-40.

Em seguida, ocorreu um curioso fenômeno de transferência. A partir de 1940-50, a história regional deslizou da geografia humana para a história econômica, social e, de modo mais geral, cultural e antropológica. Creio que a geografia sofreu com essa transferência, que a empobreceu. Quanto à história, ela ganhou muito com isso. A região, legada à história pela geografia humana, serviu de baliza necessária para uma pesquisa inovadora durante as três gerações dos *Annales*: o *Franche-Comté* de L. Febvre, os "caracteres originais" de M. Bloch, o *Mediterrâneo* de Fernand Braudel, o *Beauvaisis* de P. Goubert, as grandes teses de história dos departamentos franceses, o *Languedoc* de E. Le Roy Ladurie e de Y. Castan, as grandes monografias regionais sobre as revoltas camponesas do século XVII etc. Pretende-se, a partir de então, chegar a uma história total de uma região assimilada a uma cultura ou a uma subcultura. Essa nova abordagem resultou, na França, numa coleção de história das províncias intitulada *L'Univers de la France*, realizada sob a direção de Philippe Wolff. Essa coleção deseja ser a história das culturas regionais e recolhe a produção, já considerável, de uma historiografia inovadora.

COMPREENDER AS DIFERENÇAS

Esses poucos exemplos, aos quais outros poderiam ser acrescentados, têm em comum a percepção de uma diferença entre duas mentalidades; uma delas supostamente conhecida, e na verdade, no mínimo, apenas ingenuamente

conhecida, que serve de "testemunho" e à qual se faz referência; e outra enigmática, problemática, *terra incógnita* cuja descoberta deve ser proposta. Mas, aqui, descobrir é, antes de mais nada, compreender uma diferença. A compreensão é, hoje em dia, rara entre os homens de duas culturas contemporâneas, e sabemos disso muito bem nesses nossos países em que os choques raciais, embora dissimulados e velados, são muito frequentes. A compreensão também é muito difícil entre duas culturas distanciadas no tempo. Ela pode nascer do reconhecimento na mentalidade estrangeira (ou estranha) de elementos semelhantes à nossa, a atual, que, por sua vez, é apenas ingenuamente conhecida: permanências. Ela pode nascer também da constatação de diferenças irredutíveis. A diferença se torna, então, a condição da particularidade e da inteligência da particularidade: ela separa essa cultura da nossa e lhe assegura uma originalidade. É, portanto, com relação à nossa mentalidade contemporânea, a princípio, que apreendemos uma cultura como outra.

Claro, em geral, a estratégia se complica e um passado de referência, um passado-origem, se substitui em seguida ao nosso presente para determinar os caracteres específicos de um outro passado, o passado a conhecer. Tem-se, então, uma sequência deste tipo: presente, 1º passado-origem, 2º passado a conhecer, vindo, em seguida, um retorno dialético do 1º e do 2º passado ao presente.[17] Nossa mentalidade contemporânea, que podemos chamar de modernidade, encontra-se, portanto, sempre na origem da curiosidade do historiador e da percepção das diferenças. Sem a consciência da modernidade, não haveria mais diferenças, nem mesmo história, tampouco não diferenças, isto é, as permanências não seriam percebidas.

17 Eis um exemplo de ricochete em relação à longa duração. Leio, num artigo de Paul Veyne sobre "o amor em Roma", que a sociedade romana recorria com frequência à adoção, tanto quanto à filiação natural. O fato me interessa em si mesmo, mas também me faz pensar na atitude muito diferente das sociedades medievais e da era moderna, que eram obcecadas pelo temor da falta de herdeiros, e nas quais, no entanto, a adoção não era praticada. Enfim, minha reflexão faz um salto até nossa sociedade contemporânea, na qual a adoção dá aos pais liberdade de escolha e torna-se mais frequente, continuando, porém, a enfrentar obstáculos ao mesmo tempo psicológicos e jurídicos.

A história das mentalidades é, portanto, a das mentalidades de outrora, das mentalidades não atuais. O fascínio que essa história parece exercer hoje, e não há muito tempo, talvez possa ser explicado por um grave acidente de nossa mentalidade atual. O homem das épocas clássicas, do Iluminismo, do progresso industrial, isto é, o homem ocidental do período que vai do século XVIII ao início do século XX, estava certo da permanência e da superioridade de sua cultura. Ele não aceitava a ideia de que esta não havia existido desde sempre, mesmo sendo verdade que alguns períodos de decadência pareciam ter interrompido sua continuidade. Ela reemergia com as renascenças. A historiografia positivista do século XIX e início do XX admitia desigualdades tecnológicas, econômicas, "atrasos" devidos à falta de conhecimentos, decadências, enfim, mas não diferenças no nível da percepção e da sensibilidade.

Tais crenças se enfraqueceram. O homem contemporâneo não está mais tão convencido da superioridade de sua modernidade (já notamos isso), nem daquela da cultura que parece ter preparado a modernidade... desde a época da invenção da escrita. Ele vê culturas diferentes e igualmente interessantes onde o historiador clássico reconhecia uma civilização e barbáries. Esse historiador se sentia mais tentado pelas semelhanças com um modelo universal. Hoje, a pesquisa das diferenças tem a última palavra e é preferida à das semelhanças. Por isso, a transformação da historiografia, que descrevemos nas páginas anteriores, de origem medieval e modernista, permaneceu por algum tempo sem sair do lugar no limiar da história contemporânea: esta era, na verdade, uma reflexão do homem sobre o tempo em que ele vivia, um tempo de similitudes demasiadas e de diferenças insuficientes. Ora, a espessura dessa fatia de história diminui: o momento em que o passado aparece como diferente de meu tempo torna-se cada vez mais próximo. Formidável revanche da historicidade! Vemos, portanto, sob nossos olhos, que massas inteiras daquilo que acreditávamos, ainda ontem, ser nossa história de hoje podem se desprender e mergulhar no oceano das diferenças, onde irão se juntar a todas as outras sociedades tradicionais. Por conseguinte, elas pertencem, de agora em diante, aos métodos de diferenciação psicológica e etnológica da história das mentalidades – e esta, por sua vez, contribui para apressar sua conversão em passado. Um exemplo dessa erosão da história contemporânea pelas abordagens da história das mentalidades é fornecido pela

obra de M. Agulhon, que fez do século XIX uma civilização singular que, com suas formas próprias de sociabilidade como os cafés, o círculo...,[18] se tornou tão estranha para a nossa própria civilização quanto o é aquela do Antigo Regime.

Raoul Girardet, por sua vez, ilustra muito bem o vaivém do historiador entre duas épocas próximas e que, no entanto, se desprendem uma da outra. Ele mostrou como, no século XIX, o nacionalismo militar francês passou da esquerda para a direita, exatamente como em outro momento, no século XX, a preocupação com as particularidades étnicas passou da direita colonialista e "indigenista"[19] de Lyautey ou de Delavignette para a esquerda revolucionária e antiocidental de Frantz Fanon.[20] A análise dessas transferências de ideias e de sensibilidade permite subtrair ao presente fatias de passado, tornando muito mais delgado o presente, a ponto de transformá-lo em algo transparente.

Assim, o passado, o tempo da diferença, torna-se próximo de nosso tempo, e fica cada vez mais difícil ignorá-lo, do mesmo modo que não é possível ignorarmos a arte negra, a arte indígena ou a arte pré-colombiana: um passado que nos queima a ponta dos dedos. As diferenças de todas as eras nos tomam de assalto, e, no entanto, nossa percepção ingênua, imediata, permanece sendo a do nosso próprio presente, único ponto de ancoragem do tempo. Não seria a aproximação recente do presente e do passado a verdadeira razão da história das mentalidades?

A adoção do presente como referência constante chegou a fazer com que, apesar da percepção das diferenças e da recusa da desigualdade das culturas, a história pendesse para a concepção simples demais de uma formidável e longa aculturação que, desde a Baixa Idade Média, teria substituído nossa modernidade pelas culturas tradicionais, progressivamente, mas numa linha contínua: chegava-se, assim, a privilegiar a modernidade, tal como a história clássica privilegiara a "civilização ocidental".

18 Maurice Agulhon, *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence*. Paris: Fayard, 1968; *Le Cercle dans la France bourgeoise*. Paris: Armand Colin, 1977.

19 Palavra de forte conotação pejorativa em francês, relacionada ao "indigenato", isto é, ao regime administrativo especial e de direitos limitados que se aplicava aos nativos das colônias francesas. [N. T.]

20 Raoul Girardet, *L'Idée coloniale en France, 1871-1962*. Paris: La Table Ronde, 1972.

Há diversas maneiras de escapar a essa tentação. Uma delas consiste em pulverizar os modelos de mentalidade, isto é, recusar a realidade de modelos coerentes e maciços e substituí-los por uma constelação de microelementos pouco consistentes, mantidos por algum tempo juntos pela conjunção de causas numerosas e independentes (políticas, religiosas, econômicas), sem que nenhuma delas seja verdadeiramente preponderante sobre as outras, e permitindo que tais causas se dissolvam umas nas outras, numa mudança perpétua. É mais ou menos essa a abordagem de L. Stone, e parece-me que ela se torna cada vez mais frequente.

Outra estratégia consiste em evitar os problemas de origem e de influência que, por muito tempo, fizeram dos historiadores uma espécie de especialistas geneticistas ou especialistas em sistemática (sobretudo no que se refere à história da arte). Nesse caso, cede-se à pressão da sincronia, como já foi dito anteriormente. O historiador isola um bloco de passado, como um etnólogo escolhe uma sociedade selvagem, e o estuda evitando tanto quanto pode os problemas de origem e posteridade. Trata-se, aí, da etno-história, cujo exemplo clássico, ainda bastante sensível à mudança, é o *Montaillou* de E. Le Roy Ladurie. A relação com a modernidade parece ausente desse exemplo, mas seria mesmo o caso? E não estaria ela sempre subentendida pelo historiador, mesmo que este não saiba?

UM APELO AO INCONSCIENTE COLETIVO?

Pode-se perguntar se as pesquisas mais recentes no domínio da religião popular ou da alfabetização não fazem surgir uma noção capaz de reduzir as dificuldades trazidas à baila pela relação do presente com o passado. Essa noção aparece a propósito das interferências dos dois elementos culturais fundamentais que não deixaram de coexistir em nossas sociedades desde a invenção da escrita. Segundo a expressiva fórmula de François Furet e de Jacques Ozouf, nossas culturas, ao mesmo tempo orais e escritas, são fruto de "mestiçagem", e o ritmo de sua história talvez se deva aos movimentos recíprocos do oral e do escrito, às alternâncias que os historiadores chamavam outrora de "decadências" e de "renascenças", regressões e progressos. A história das mentalidades segue as confluências e as divergências dessas correntes. Ela nos leva, então, à descoberta, em nossa cultura de hoje – na

qual triunfam as racionalidades da escrita –, daquilo que subsiste oculto, não consciente, das antigas oralidades recalcadas, seja sob a forma de sobrevivências camufladas, seja sob formas ocas, como enormes vazios.

O sucesso da psicanálise durante a primeira metade do século XX se explica, sem dúvida, pelo fato de ela dar uma resposta a angústias individuais. O interesse hoje atribuído à história das mentalidades me parece um fenômeno do mesmo tipo, no qual o inconsciente coletivo, favorecido pelas culturas orais e recalcado pelas culturas escritas, substituiria o inconsciente individual de Freud ou, então, se sobreporia a ele.

Mas o que é o inconsciente coletivo? Seria, sem dúvida, preferível dizer: o não consciente coletivo. Coletivo: comum a toda uma sociedade em dado momento. Não consciente: mal ou de modo algum percebido pelos contemporâneos, porque evidente e fazendo parte dos dados imutáveis da natureza, dos lugares-comuns, das ideias que pairam no tempo, dos códigos de conveniência e de moral, dos conformismos e das interdições, expressões admitidas, impostas ou excluídas dos sentimentos e das fantasias. Os historiadores falam em "estrutura mental", em "visão do mundo", para designar os traços coerentes e rigorosos de uma totalidade psíquica que se impõe aos contemporâneos sem que eles saibam. Talvez os homens de hoje experimentem a necessidade de fazer emergir até a superfície da consciência os sentimentos outrora sepultados numa memória coletiva profunda. Busca subterrânea das sabedorias anônimas: não uma sabedoria ou verdade intemporal, mas, sim, sabedorias empíricas que regulam as relações familiares das coletividades humanas com cada indivíduo, com a natureza, a vida, a morte, Deus e o além.

Publicado originalmente como "L'Histoire des mentalités", in Jacques Le Goff (org.), *La Nouvelle Histoire* [1ª ed., 1978; 2ª ed., 1988]. Paris: Éditions Complexe, 2006. Tradução de Flávia Nascimento.

ANDRÉ BURGUIÈRE

11. A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

> Forçado, pelos grandes acontecimentos que deve contar, a escutar tudo aquilo que não se mostra com uma certa importância, ele só admite sobre o palco reis, ministros, generais do exército e toda essa classe de homens famosos cujos talentos ou erros, empregos ou intrigas produziram a infelicidade ou a prosperidade do Estado. Mas o burguês em sua cidade, o camponês em seu casebre, o fidalgo em seu castelo, o francês, enfim, em meio a suas ocupações, seus prazeres, no seio de sua família ou junto a seus filhos, eis aí o que ele não pode nos dar como representação.

Não é Lucien Febvre que se exprime assim sobre as insuficiências do historiador, mas, sim, Legrand d'Aussy, contemporâneo quase obscuro do Iluminismo, na advertência ao leitor de sua *Histoire de la vie privée des Français* (três volumes), publicada em 1782. Essas poucas linhas assinalam muito bem para o campo abandonado pela história acontecimental, do qual a pesquisa histórica retomou posse recentemente. Assistimos, de fato, desde que a Escola dos *Annales* se constituiu, não ao nascimento, mas antes ao renascimento da antropologia histórica.

A empreitada de Legrand d'Aussy é significativa para esse propósito: de uma história social dos costumes dos franceses, que ele havia projetado – como essas poucas linhas o provam –, ele só levou a cabo a primeira parte, uma história da alimentação (em três volumes), de resto repleta de informações e moderníssima: trata-se, ao mesmo tempo, de uma história dos produtos, das técnicas e dos comportamentos alimentares. O autor segue um plano temático, indicando, por aí, uma abordagem mais estrutural do que acontecimental. A história dos costumes não se exprime, para ele, através de uma cadeia de fenômenos pitorescos e de inovações, mas por uma mistura constante de comportamentos herdados (portanto, de permanências) e de fenômenos de adaptação ou invenção.

OS PRECURSORES

Na época de Legrand d'Aussy, esse tipo de assunto já estava desaparecendo do campo histórico, ou, pelo menos, já estava passando para um segundo plano. Desde o final do século XVII, a erudição, principalmente a dos beneditinos de Saint-Maur e dos *bollandistes*,[1] abandona o comentário das fontes escriturárias pela edição das fontes públicas. A administração real encoraja e facilita o desenvolvimento de uma pesquisa científica sobre a história do Estado. Matrimônio duradouro: o Estado constitui fundos de arquivos públicos que fornecem aos historiadores os meios para uma pesquisa positiva (baseada nas fontes); os historiadores concentram sua atenção sobre os acontecimentos e as engrenagens da vida pública. O movimento filosófico, enfim, em sua maioria, desenvolve uma concepção idealista e política da sociedade: o homem é um animal social cujas determinações são guiadas por uma necessidade de liberdade, de equidade e de racionalidade. A história das sociedades deve se limitar à história da vida pública (história política, história do Estado, história das diferentes instituições) e das formações culturais (arte e literatura), na medida em que o homem só adquire dimensão social na vida pública.

1 Grupo de eruditos formado pelo jesuíta Jean Bolland, na Bélgica, durante o século XVII.

Essa é a concepção que inspira o *Espírito das leis*, *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e da sua decadência*, bem como *O século de Luís XIV*, os trabalhos da *Enciclopédia* ou, mais tarde, a obra de um Mably[2] ou de um Condorcet.[3] Rousseau constitui um caso à parte. O essencial de sua reflexão histórica, aquela que se exprime no *Contrato social*, aplica-se ao universo político, entretanto ele considera a sociedade uma produção da história – e uma produção infeliz –, e não a própria substância desta. Do mesmo modo que supõe uma história original, pré-social, da humanidade, ele concebe a possibilidade de uma história antropológica. Mas, como para Buffon, essa história antropológica só é verificável nos povos sem história, isto é, os selvagens.

Se os povos sem escrita nem "monumentos" (essa expressão designa, no século XVIII, tudo o que é testemunha do passado) têm uma história, e se essa história pode dar um sentido à civilização deles, é na sua maneira de se vestir e se alimentar, na organização da vida familiar, nas relações entre os sexos, nas crenças e cerimônias que é preciso reencontrá-la. Os costumes são, aqui, portadores de história porque substituem as instituições.

À sombra das luzes, alguns viajantes, médicos eruditos ou administradores do final do século XVIII, trazem consigo um olhar etnológico sobre as sociedades históricas e, especialmente, a deles mesmos. Legrand d'Aussy pertence a esse meio. A corrente se difundiria sob a revolução e o Império, com a ação do Bureau de la Statistique de Chaptal e de François de Neufchâteau, instituição que tenta, entre outras coisas, realizar um inventário dos modos de vida na França. Tendendo para o estudo das sobrevivências e do esotérico, a Academia céltica lhe retiraria toda possibilidade de modificar a orientação da pesquisa histórica.

Nessa corrente, subproduto do Iluminismo, sobrevive, todavia, uma antiquíssima tradição, ilustrada ainda durante o século XVIII por numerosas obras com os títulos "Quadro histórico" ou "História natural" desta ou daquela província ou nação, tradição para a qual definir a identidade de uma sociedade ou de uma região equivale a reconstituir a história de seus costumes, de suas maneiras de viver.

2 Gabriel Bonnot de Mably (1709-85).

3 Marie Jean de Caritat, marquês de Condorcet (1743-94).

Essa preocupação é tão antiga quanto o espírito histórico. Nós esquecemos completamente que Heródoto, o pai da História, na "investigação" que empreendia "com a finalidade de não permitir que o tempo abolisse os trabalhos dos homens", experimentava a necessidade de descrever em detalhes os costumes dos lídios, dos persas, dos massagetas ou dos egípcios, para explicar o conflito entre os gregos e os bárbaros. O que o historiador retém do passado corresponde de modo estreito àquilo que ele deseja compreender ou justificar na sociedade que o rodeia. O estudo das formas da vida cotidiana fez parte do pensamento histórico por tanto tempo que este teve como principal preocupação retraçar o itinerário e os progressos da civilização. Tal pensamento histórico se tornou supérfluo a partir do momento em que os Estados-nação havia pouco constituídos engajaram a memória coletiva na tarefa de justificar pelo passado sua dominação sobre este ou aquele território e sua maneira de organizar a sociedade.

O POSITIVISMO E UMA HISTÓRIA DO ACONTECIMENTO

Na verdade, duas escolas históricas coexistem na França até o início da Terceira República: uma mais narrativa, próxima das elites dirigentes, do debate político, herdeira dos cronistas, atenta à reconstituição da gênese das instituições ou dos conflitos; e outra mais analítica, herdeira da filosofia iluminista, atenta à descrição dos costumes e comportamentos sociais. Se, às vésperas de 1914, a primeira dessas escolas praticamente condenou a outra a seguir as sendas obscuras do ensaísmo e do amadorismo, foi porque ela chegara, com muito mais sucesso do que sua concorrente, a conquistar um status científico. O florescimento das ciências sociais mais jovens, como a sociologia, incitava a história a redefinir sua identidade a partir de um território mais limitado: a se encerrar, portanto, na esfera do estatal e do político. O ideal da ciência que dominava os meios intelectuais a encorajava a se dotar de uma metodologia rigorosa fundada no modelo das ciências experimentais; ora, o elemento de base da realidade observável, o equivalente da célula para o biólogo ou do átomo para o físico, era para ela o fato histórico, isto é, o acontecimento que irrompe na esfera pública.

Mas essa inflexão positivista não é completamente independente da pressão política que se exerce, então, sobre o saber histórico. O positivismo ambiente exaltava o trabalho sobre as fontes, percebido como confrontação necessária com os dados experimentais do saber histórico, ainda mais porque o Estado fazia grandes esforços para coletar e organizar fundos de arquivos públicos. Para obedecer aos critérios de cientificidade que atribuiu a si mesma, a pesquisa histórica tende a confundir a memória social com a memória nacional, e a memória nacional com a memória do Estado. Todo fenômeno que não aparece na cena pública pode ser ignorado pelo historiador, não somente pelo fato de não corresponder a uma ação consciente e voluntária, mas também porque, em princípio, é considerado como algo que escapa ao movimento histórico.

O CASO MICHELET, NO SÉCULO XIX

Contudo, não se deve simplificar excessivamente o itinerário historiográfico do século XIX, muito menos negligenciar a inspiração romântica subjacente às grandes empreitadas históricas, cujo ápice é a obra de Michelet. Seu projeto de "ressurreição integral do passado" o leva a descrever, para além das formas e peripécias do exercício do poder, as condições de existência dos obscuros. Quando mostra os efeitos de um modo alimentar, como o consumo do café, sobre o comportamento das elites na sociedade francesa do século XVIII ou quando descreve a atmosfera trágica do século de Luís XIV, dominado pelas crises alimentares e pela miséria popular, ele o faz por um viés essencialmente etnológico na abordagem e no tratamento da realidade histórica.

Seria de espantar que ele tenha sido rejeitado pela história positivista e reivindicado, de outro lado, por Lucien Febvre como um mestre da história das sensibilidades e das mentalidades? A importância que Michelet atribui à sua intuição (as fontes seriam meras fornecedoras dos sintomas de uma realidade a ser reconstruída) e a seu poder de empatia para penetrar as maneiras de ver e sentir de uma época – postura que será a do etnólogo – não pode desagradar a uma corrente que intenciona fundamentar o saber histórico num tratamento objetivo e científico da realidade.

Mas é, antes de tudo, por seu populismo quase místico, pelo papel essencial que atribui na história aos grandes movimentos coletivos parcialmente inconscientes e por sua tendência a subestimar a ação dos grandes e das instituições, que Michelet se tornou inaceitável para a escola positivista e, ao contrário, seduziu os fundadores dos *Annales*.

Pois o fato é que, sob a limitação do campo histórico ao domínio da vida pública, exprime-se, evidentemente, uma concepção redutora e centralizada, não somente do devir histórico como da própria sociedade. Foi contra essa concepção que se constituiu a Escola dos *Annales*. Do mesmo modo que os impressionistas tinham lançado a palavra de ordem de trocar os ateliês pelo ar livre e pintar a natureza "ao vivo", os fundadores dos *Annales* incitaram os historiadores a sair dos gabinetes ministeriais e das câmaras parlamentares para irem observar, "ao vivo", os grupos sociais, as estruturas econômicas, em suma, a abordar cada sociedade em busca de sua profundidade.

Os historiadores dos períodos mais distantes foram os que melhor acolheram a palavra de ordem dos *Annales*. As reticências dos especialistas na história contemporânea não podem ser atribuídas propriamente a um conservadorismo político: muitos deles (a começar por Seignobos,[4] o inimigo oficial dos *Annales*) dão mostras de adesão a ideias de esquerda e tendem, em sua prática como historiadores, a valorizar os movimentos revolucionários. Mas, por trás dessas ideias, dissimula-se uma concepção hierárquica do devir histórico encarnado necessariamente pelos dirigentes e homens de governo ou líderes revolucionários – e pelas instituições (o aparelho estatal, o Parlamento, os partidos políticos etc.). Uma tal concepção equivale a atribuir uma dimensão histórica apenas àquilo que justifica, de perto ou de longe, os detentores do poder e sua visão da sociedade.

A posição dos *Annales* veicula, por seu lado, um certo populismo: é preciso dar direito de cidadania na história aos humildes ao lado da história dos poderosos; o obscuro camponês que melhora essa ou aquela técnica de desmoita[5] no seio de um sistema de gestos herdados e de uma paisagem aparentemente imutável é um agente histórico tão importante quanto um general que ganha uma batalha. Porém, mais profundamente, os *Annales* se baseiam numa con-

4 Charles Seignobos, historiador positivista, autor de obras de metodologia: *Méthode historique appliquée aux sciences sociales*. Paris: Félix Alcan, 1901; e, em coautoria com Charles-Victor Langlois: *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1898 [ed. bras.: *Introdução aos estudos históricos*, trad. Laerte A. Morais. São Paulo: Renascenca, 1946].

5 Empregada sobretudo para os grandes desbravamentos dos séculos XII e XIII.

cepção multidimensional da realidade social, cada dimensão, ou melhor, cada nível, tendo vocação, ao mesmo tempo, para esboçar sua própria história e para encontrar um modelo de articulação com os outros, a fim de fabricar o movimento de uma sociedade. Para os fundadores dos *Annales*, a história da vida cotidiana não passava de uma maneira de abordar a história econômica e social. Seria pelo simples desejo de modernizar seu emblema que essa história aparece hoje rebatizada com o nome de antropologia histórica? Se tentarmos defini-la por seu domínio, isto é, como o estudo do habitual por oposição ao excepcional ou ao acontecimental, corremos o risco de não sairmos do lugar. Se esse estudo for concebido como a descrição do quadro de vida de uma dada época, eis-nos de volta à mais tradicional história da vida cotidiana. Da imponente compilação de Alfred Franklin, *La Vie privée d'autrefois. Mœurs, modes, usages des Parisiens du XII^e^ au XVIII^e^ siècle*,[6] publicada no final do século XIX, a alguns volumes da mais recente *Histoire de la vie quotidienne*, mantém-se o mesmo tipo de erudição sorridente e anódina que concebe as formas da vida cotidiana como o cenário da grande história, a história que se faz por meio do enfrentamento das vontades dos dirigentes e das instituições.

O DOMÍNIO DA HISTÓRIA ANTROPOLÓGICA

Se o estudo do habitual implica a análise dos grandes equilíbrios econômicos e sociais, que subjazem às decisões ou aos conflitos políticos, ele não é senão uma história econômica e social. Uma definição pelo tipo de fontes que esse setor da história utiliza não seria lá muito pertinente. A história da vida cotidiana não se torna antropológica passando das fontes narrativas e externas às fontes seriais. Ela deságua, simplesmente, na história econômica e social. Isso era o que desejavam os fundadores dos *Annales*, ao preconizarem o recurso às *mercuriales*[7] de preços ou aos registros do pagamento do dízimo para o estudo das flutuações da produção agrícola, aos arquivos notariais para o leque das fortunas e a evolução dos patrimônios familiares, aos registros paroquiais (ancestrais do moderno registro civil) para a recons-

6 Alfred Franklin, *La Vie privée d'autrefois*. Paris: Plon, 1890, 12 v.

7 Tabela oficial semanal que fixa os preços dos víveres nos mercados públicos. [N. T.]

tituição do movimento demográfico. Mas, visto que tais fontes registram dados brutos que não implicam nenhum ponto de vista, nenhuma representação construída da realidade, elas convidam o historiador a reconstituir conjuntos – por exemplo, mediante um tratamento estatístico – que revelarão a tendência e a lógica de uma evolução.

Tal procedimento pode levar a uma reflexão antropológica. Como o etnólogo que utiliza a distância que percebe entre sua própria cultura e a de seu terreno de observação – a fim de se livrar de suas próprias categorias e reconstituir o sistema lógico da sociedade estudada –, também o historiador pode tirar proveito do caráter parcelar, não construído, dessas fontes brutas, e isso para reencontrar, para além da realidade manifesta, os mecanismos e a lógica que explicam uma dada conjuntura – aquilo que se denomina uma época – ou uma dada evolução. O mesmo procedimento pode se aplicar às fontes qualitativas ou literárias, na medida em que elas levam ao interesse sistemático por aquilo que os discursos dominantes de uma sociedade dissimulam ou negligenciam. Marc Bloch escreveu na introdução de *Os reis taumaturgos*: "Temo que as pessoas às quais confiei minhas intenções tenham me considerado, mais uma vez, vítima de uma curiosidade bizarra e, sobretudo, bastante fútil"... Esse curioso desvio seu. Foi assim que um amigo inglês qualificou sua empreitada. Se *Os reis taumaturgos* continua a ser um livro exemplar para a antropologia histórica,[8] isso se deve, mais do que ao problema estudado, à maneira pela qual Marc Bloch o abordou, à sua arte do desvio para atingir diretamente um sistema de representação sepultado.

O PODER JAMAIS SE ENCONTRA EXATAMENTE ONDE ELE SE ANUNCIA

Nada de mais clássico e repetido do que o estudo das instituições monárquicas, francesa e inglesa. Mas os especialistas, inclusive os que se interessaram pela teoria do absolutismo, pela realeza de direito divino, deixaram de lado a sequência cerimonial – em geral, no término da sagração – durante a qual o soberano exercia um poder curandeiro: vestígios rituais aos quais os próprios testemunhos mais tardios atribuem apenas um valor anedótico mais

8 Marc Bloch, *Les Rois thaumaturges*. Paris: Armand Colin, 1961 [ed. bras.: *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*, trad. Júlia Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1993].

ou menos folclórico. Ora, essa bizarria, que permanece praticamente até a era industrial no cerimonial das monarquias francesa e inglesa, não somente as distingue da maioria das outras monarquias europeias, como revela a dimensão mágica da imagem da realeza, tal como sobreviveu nas representações coletivas. "Em muitos aspectos", observa Marc Bloch, "todo esse folclore nos diz mais sobre as monarquias do que qualquer tratado doutrinal." Assim se encontra também indicada a via que conduz do estudo do folclore a uma verdadeira antropologia histórica. Por muito tempo abandonado aos amantes do pitoresco e do esoterismo, o folclore é portador de sentido para o historiador, precisamente em razão de sua marginalidade. Sua insignificância aparente no seio do jogo social é índice de que um sentido importante nele se investiu e é preservado. É próprio do poder que ele jamais se encontre exatamente onde ele se anuncia: é por isso que a história das instituições dá, frequentemente, a impressão de acumular desencontros. Seria absurdo, claro, querer demonstrar que a função essencial dos reis da França ou da Inglaterra é a de um bruxo curandeiro. Mas o lembrete obstinado dessa função original ou mítica no cerimonial prova que tal função continua a ter um sentido na época moderna: ela funda simbolicamente, e ao mesmo tempo corporalmente, o caráter sagrado (portanto legítimo) do poder real que as instituições e os juristas se contentam em afirmar.

Tudo se passa como se cada sociedade tivesse necessidade de anular sua transparência para existir, de confundir as pistas tanto para si mesma como para o mundo exterior. O antropólogo está familiarizado, há muito tempo, com esse princípio de opacidade que caracteriza toda realidade social. Ele sabe que é preciso sempre contornar o que uma sociedade declara sobre si mesma a fim de compreendê-la. Os historiadores, ao contrário, sentem ainda mais dificuldade para se distanciar da mitologia oficial, pelo fato de terem, com frequência, contribuído para sua construção e transmissão. Estudar a história de um ritual vinculado à instituição monárquica, a história de uma técnica agrícola como a charrua ou a prática do alqueive, seguir a evolução do consumo de carne ou do uso deste ou daquele conjunto de fontes (por exemplo, culinárias), esforçar-se por datar ou explicar a aparição das práticas contraceptivas na França do Antigo Regime: nenhum desses assuntos que não pudessem ser da competência de outro setor da história, quer a história das instituições, quer a história das técnicas, a história econômica ou a história demográfica. A antropologia histórica, portanto, não tem um domínio

próprio. Ela corresponde a um procedimento que sempre vincula a evolução considerada à sua ressonância social e aos comportamentos que engendrou ou modificou.

O PERCURSO DA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

A velha obra de Alfred Franklin *La Vie privée autrefois* e o livro de Fernand Braudel *Vie matérielle et capitalisme*[9] tratam dos mesmos assuntos: o hábitat, a vestimenta, a alimentação etc. na França (em primeiro lugar) e no mundo pré-industrial (em segundo). Franklin nos propõe apenas uma espécie de repertório histórico da vida cotidiana, ao passo que Fernand Braudel escreveu um livro de antropologia histórica. Em momento algum, ele se contentou em enumerar os objetos que povoavam o universo cotidiano, mas, isso sim, mostrou como os grandes equilíbrios econômicos, os circuitos de trocas fabricavam e transformavam a trama da vida biológica e social: como os comportamentos integravam ao gosto e aos gestos repetidos este ou aquele produto alimentar importado recentemente de outro continente... ou de uma outra classe social, transformando a inovação em hábito.

Para rejuvenescer a antiga denominação "história dos costumes", poderíamos definir a antropologia histórica como uma história dos hábitos: hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos, hábitos mentais. Mas que hábito deixa de ser mental? "Seria sem dúvida possível atribuir à história e à economia o estudo das relações de força", escreve Marc Augé[10] num ensaio sobre a etnologia do poder, "e à antropologia, o das relações de poder." Caberia à antropologia estudar os fenômenos pelos quais se designam uma sociedade e uma cultura: não fenômenos "significantes", para utilizar uma linguagem atual, mas significados, isto é, digeridos e interiorizados pela sociedade.

Tomaremos a precaução de não apresentar aqui uma definição fechada. A antropologia histórica talvez corresponda muito mais a um momento do que a um setor da pesquisa histórica. Ela atrai para si, hoje em dia, novos métodos e novas problemáticas, como ocorreu com a história econômica e

9 Fernand Braudel, *Vie matérielle et capitalisme*. Paris: Armand Colin, 1967.

10 Marc Augé, *Pouvoir de vie, pouvoir de mort*. Paris: Flammarion, 1977.

social nos anos 1950. A revista *Annales*, caso se considere a evolução de seu conteúdo nos últimos trinta anos, reflete, com especial nitidez, esse deslocamento teórico. Mais do que fazer um levantamento das aquisições recentes da antropologia histórica – levantamento que não poderia ser exaustivo, mesmo que quiséssemos nos limitar apenas aos trabalhos dos historiadores franceses –, desejaríamos indicar alguns pontos de concentração exemplares das pesquisas e do debate historiográfico.

HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO

As primeiras pesquisas publicadas sob esse nome nos *Annales*, no final dos anos 1950, e reunidas recentemente por Jean-Jacques Hémardinquer com o título *Pour une histoire de l'alimentation*,[11] tinham como objetivo essencial a reconstituição de uma história do consumo: as rações distribuídas às tripulações dos navios, aos membros desta ou daquela comunidade religiosa ou aos pensionistas de um hospital, documentos indicativos, ao mesmo tempo, das quantidades e da natureza dos alimentos, contratos de salários, enfim (como aqueles que Emmanuel Le Roy Ladurie pôde estudar no caso do Languedoc),[12] fixando a parte *in natura* que o empregador se compromete a fornecer ao diarista ou ao confrade[13] sob forma de ração alimentar; todas essas informações desenham, quando objetos de um exame que leva em conta o longo prazo, uma nítida curva do consumo popular. Esta é reflexo indireto das flutuações econômicas e demográficas: aumento da ração de carne no século XV e até o início do século XVI, na época da "escassez de homens" e dos pastos abundantes, depois redução progressiva até o quase desaparecimento da porção de carne no regime alimentar das classes populares de meados do século XVI a meados do século XVIII. A pressão

11 Jean-Jacques Hémardinquer, "Pour une histoire de l'alimentation", *Cahier des Annales*, n. 28, 1970.

12 Emmanuel Le Roy Ladurie, *Paysans du Languedoc*. Paris: Flammarion, 1969.

13 No original, *compagnon*, ou seja, aquele que não era mais aprendiz e que tampouco ainda era mestre numa corporação em que se reuniam artesãos ou outros profissionais de variados ofícios (relações de *compagnonnage*). [N. T.]

demográfica e a inelasticidade da produção agrícola acarretam o cultivo generalizado das terras, o que aumenta, de modo extremo, os terrenos utilizados para a semeadura e reduz os rebanhos. Queda brutal dos salários e dos rendimentos dos pequenos agricultores, empobrecimento do regime alimentar da maioria, vão *pari passu.*

A ALIMENTAÇÃO: FENÔMENO CULTURAL E ECONÔMICO

Um mecanismo simples – quase simples demais – submete o regime alimentar às "tesouras malthusianas", isto é, às variações inversas do peso demográfico e dos recursos disponíveis. Mas, por meio de uma evolução diretamente comandada pela flutuação dos equilíbrios econômicos e sociais, aparecem resistências ou itinerários aberrantes: assim é o curioso itinerário do milho trazido das Américas desde as primeiras viagens, acolhido com reticência pelo consumidor espanhol. Ele faz uma breve aparição localizada na França, ao passo que se difunde amplamente nos Bálcãs. É com o nome de "trigo turco" que ele reaparecerá na França um século depois, para se inserir no sistema agrícola empobrecido do sudoeste e salvar a população de repetitivos períodos de fome extrema. Assim, igualmente, é o trajeto da oliveira do sul para o norte no século XVI, implantando-se no Languedoc e na Provença, proporcionando à alimentação popular um substituto apreciável para as gorduras animais que desapareciam da mesa do pobre. Paradoxo da cronologia e das trocas culturais: é no momento em que expulsam os marranos e os mouriscos, em que perseguem os conversos, que os espanhóis adotam amplamente, como base da cozinha, o azeite de oliva, que foi, durante muito tempo, um signo da cultura dos infiéis. "No todo", escreve Marc Bloch num artigo da *Encyclopédie Française*, "a história da alimentação é como um aparelho de gravação em que se inscrevem, com os atrasos devidos às resistências psicológicas, todas as vicissitudes da economia."[14]

Mesmo quando sofre a pressão da penúria ou da fome, uma inovação alimentar não pode criar raízes caso não corresponda aos critérios de gosto da região. Não foram as regiões da França nas quais o solo era mais adaptado

14 M. Bloch, "L'Alimentation de l'ancienne France", in *Encyclopédie Française*.

para isso que acolheram em primeiro lugar a cultura da batata, por exemplo, mas, sim, as regiões (Limousin e Auvergne) em que esse tubérculo poderia servir como substituto para o alimento básico tradicional, isto é, a castanha. Daí a estranha permanência das preferências de gosto e das regionalizações nos hábitos alimentares da França contemporânea, o que é revelado pelo mapa da utilização de gorduras e dos alimentos básicos preparado a partir da pesquisa de Lucien Febvre: preferências em que se encontra o vestígio de migrações vegetais, como a subida da oliveira rumo ao norte, de sistemas agrícolas antigos, como a manutenção do uso da banha de porco em certas regiões do oeste que se transformaram em pastos e em produtoras de leite, ou de fronteiras culturais, como a linha de demarcação entre o sul da região do Jura, consumidor de óleo, e o norte, consumidor de manteiga.

A segregação e a permanência dos hábitos alimentares, sua relativa insensibilidade às mutações do meio econômico, seriam explicáveis apenas por um mecanismo de fidelidade às normas aprendidas? As preferências alimentares são um dos mais importantes suportes da identidade cultural. Mas elas são também produto da segregação social. O interesse dos trabalhos recentes sobre a história da alimentação lançada pelos *Annales*, sobretudo aqueles que se vinculam a uma pesquisa sobre a vida material, está em ter utilizado apenas fontes cujo contorno social estava claramente marcado: a introdução do café, do tabaco e das bebidas alcoólicas destiladas não tem quase nenhum significado para o historiador caso ele não disponha dos meios para determinar o impacto ou o périplo social desses novos produtos.

A ALIMENTAÇÃO É UM ÍNDICE DOMINANTE DO NÍVEL DE VIDA

Não somente os recursos alimentares disponíveis em tal estado da produção agrícola e das trocas se repartem de maneira tão desigual quanto os outros recursos, de acordo com as clivagens sociais; além disso, pode-se afirmar que, até a primeira era industrial, com a alimentação constituindo um índice dominante do nível de vida, o gosto devia designar de modo ostentatório a desigualdade social, fosse pelo abuso (sinal de dominação), fosse pela abstenção em relação a certos produtos (sinal de dependência). Assim, o gosto pelos molhos e pelos pratos muito picantes é típico da gastronomia aristocrática até o século

XVIII. No sentido inverso, o papel da manteiga na vida camponesa bretã até o início do século XX, que era fonte essencial, e talvez mesmo única, de ganho para os pequenos camponeses era toda vendida e acabou banida do consumo destes. O folclore, particularmente através das lendas sobre as bruxas que roubam manteiga, é um testemunho dessa exclusão.

A segregação, bem como o enfrentamento social, exprime-se nos hábitos alimentares, como testemunha a história do pão.

Na França do Antigo Regime, cada camada social consome um tipo de pão, a tal ponto que Olivier de Serres estabelecia uma correspondência entre esses tipos e as três ordens da sociedade. Malouin declara em 1766: "Deixaram o pão preto ao pobre para que ele não adquira hábitos de abundância". As classes populares consomem, de fato, o chamado *pain bis*, ou então o *pain de brode*, feito à base de *meteil* [uma mistura de centeio e farinha], que é simultaneamente o mais preto e o mais nutritivo. As classes elevadas consomem seja o *pain de chapitre*, branquíssimo, feito de farinha de trigo refinada (algo equivalente ao pão de miga), seja o *pain de Gonesse*, um bom pão de farinha de trigo também refinada (equivalente ao pão de consumo atual).

A resposta provocadora e, sem dúvida, apócrifa de Maria Antonieta – "Se eles não têm mais pão para comer, então que comam brioches" – ilustra muito bem a simbologia social que estava vinculada, durante o Antigo Regime, ao consumo do pão; além do mais, tem um caráter profético, pois a Revolução determinou, por decreto, o "brioche" para todos. Mais exatamente, ela impôs normas estritas para a composição do pão e orientou o povo das cidades no que se refere ao consumo do pão branco; conquista social, regressão dietética, pois esse pão refinado, mais pobre em calorias, que representava para os ricos um alimento de guarnição, tornou-se o alimento básico do consumo popular nas grandes cidades. A batata seguiu um itinerário contrário: desprezada pela aristocracia até a Revolução Francesa, ela conheceu, no século XIX, como bem disse Marc Bloch, uma verdadeira "ascensão social".

Por meio de diversas obras consagradas à sensibilidade alimentar do século XIX, Jean-Paul Aron pôde mostrar como a arte da mesa torna-se então espaço de investimento privilegiado da cultura burguesa.[15] Depois de ter sido enobrecida nas mesas aristocráticas e de ter assimilado a influência racionalizadora do gosto italiano, que impõe à sucessão dos pratos de uma refeição uma progressão marcada do salgado ao doce, a gastronomia se instala, sob a Revolução, nos restaurantes de luxo abertos pelos antigos cozinheiros das casas principescas. Ela vem a ser no século XIX a ocasião de uma sociabilidade entre os homens em que a burguesia investe sua necessidade de prazer e de consumo ostentatório. Diante da indigência alimentar do proletariado urbano, ela afirma sua importância pelo refinamento e pelo excesso. Na evolução dos comportamentos alimentares se cruzam, portanto, as histórias econômica, social e dos sistemas culturais. Dar conta desses cruzamentos é a tarefa precisa da antropologia histórica.

15 Jean-Paul Aron, "Essai sur la sensibilité alimentaire à Paris au XIX^e siècle", *Cahier des Annales*, n. 25; e *Le Mangeur du XIX^e siècle*. Paris: Denoël, 1974.

UMA HISTÓRIA DO CORPO

Até uma época muito recente, a antropologia designava, na França (esse é o sentido que lhe era dado no século XVIII), o estudo dos caracteres físicos das diferentes populações e da evolução destas. Por contaminação do sentido anglo-saxão, ela engloba, agora, o sentido de etnologia. Mas, devido a um espírito de contradição que lhe é próprio, foi no domínio primevo da antropologia que os historiadores tiveram mais dificuldades para conquistar um lugar. Suas pesquisas eram freadas por uma interrogação prévia: é o corpo objeto de história? Pode-se verificar, entre a evolução da espécie e o ciclo biológico, formas de mudança mais complexas, devedoras do meio histórico tanto quanto do meio cultural?

Deve-se considerar as transformações do aspecto físico das populações como uma forma de mudança social? As pesquisas conduzidas pelo doutor Sutter a partir das medidas dos candidatos à Escola Politécnica desde meados do século XIX, bem como aquelas publicadas recentemente por Emmanuel Le Roy Ladurie e um grupo de pesquisadores do Centro de Pesquisas Históricas, a partir de dossiês antropométricos de recrutas, tornaram evidente que, há um século, o tamanho médio dos franceses vem aumentando regularmente.[16] Essa elevação, obtida sobretudo pela diminuição do

16 E. Le Roy Ladurie, J.-P. Aron et al., *L'Anthropologie du conscrit français*. Paris/Haia: Mouton, 1972.

número de pessoas de baixa estatura, parece ligada ao progresso econômico e às melhorias das condições de vida: o tamanho médio dos homens é nitidamente maior, desde o século XIX, na França do norte e do leste, isto é, na França mais desenvolvida. E ele também aumenta proporcionalmente aos níveis social e de instrução.

O regime alimentar da primeira infância e da adolescência, bem como todos os elementos do modo de vida que um indivíduo conhece durante os anos de crescimento – inclusive sua educação –, pode inibir ou estimular seu desenvolvimento físico. As correlações estatísticas confirmam facilmente uma evolução conjunta da altura e do bem-estar, talvez, até mesmo, facilmente demais. A orientação atual da biologia, que nega a influência do meio na transmissão dos caracteres hereditários, é compatível com as explicações do historiador que responsabiliza o meio socioeconômico por todas as mudanças no aspecto físico das populações?

UM ELO ENTRE A HISTÓRIA DAS ENFERMIDADES E AS CRISES SOCIOECONÔMICAS?

Os trabalhos recentes sobre a história das enfermidades e das epidemias convidam a suspeitar das interpretações puramente biológicas como interpretações estritamente socioeconômicas. Assim, a propósito dos fortes períodos de mortalidade na Europa pré-industrial, os historiadores-demógrafos (especialmente Meuvret,[17] Goubert[18] e Baehrel,[19] esse último, aliás, propôs um ponto de vista bastante diferente) tornaram evidente uma relação estreita, nessas crises, entre a disparada dos preços dos grãos e a alta brutal da mortalidade. O próprio calendário dessa mortalidade, que conhece seus primeiros impulsos durante os três meses que precedem a nova colheita, sublinha a relação de causa e efeito entre o aumento dos preços consecutivo a uma má colheita, o esgotamento rápido dos estoques que condena os mais

17 Jean Meuvret, "Récoltes et populations", *Population*, Paris, INED, 1946.

18 Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis*. Paris: SEVPEN, 1960, reeditado com o título *Cent mille Provinciaux au XVII^e^ siècle*. Paris: Flammarion, 1968.

19 René Baehrel, *Une croissance: la Basse-Provence rurale*. Paris: SEVPEN, 1961.

pobres à fome nos últimos meses anteriores à safra e o aumento da mortalidade. Estimulada pela fome, a mortalidade prossegue depois por causa das epidemias que se abatem sobre uma população enfraquecida, como testemunham inúmeros documentos e, ao mesmo tempo, a curva dos óbitos que sobe frequentemente, atingindo novos ápices durante os meses do verão.

Os fenômenos epidêmicos que parecem – pelo menos, no que diz respeito ao século XVII – integrar-se muito bem ao ritmo cíclico das crises na produção de trigo só fariam, portanto, amplificar as catástrofes socioeconômicas. O meio microbiano só se tornaria agressivo e mortífero a partir do momento em que a população, enfraquecida pela subalimentação, perdesse toda a capacidade de resistência. Claro, o *primum movens* dessas crises continua a ser os acasos do clima, mas a responsabilidade histórica cabe à sociedade que, por meio das contradições e dos impasses de seu sistema econômico, tece seu próprio destino biológico.

Esse esquema pareceu tão seguro para o antropocentrismo do historiador que muitos desejaram estendê-lo a todos os tipos de epidemias. Ora, é verdade, por exemplo, que a peste de 1348 – semelhante a uma explosão nuclear – ocorreu numa Europa em plena sobrecarga demográfica e, portanto, em situação de grande vulnerabilidade biológica; é igualmente verdade que a peste só deixou definitivamente a França (a última epidemia foi a trágica peste de Marselha, no ano de 1720) depois que o país ficou livre dos episódios cíclicos de fome extrema (o último deles veio após o terrível inverno de 1709). Mas quantas epidemias teriam se espalhado sem o auxílio de uma má colheita? A propósito da França, pode-se observar que, no momento em que parece ter vencido a peste, ela continua a sofrer os assaltos periódicos da varíola e da sarna, no decorrer de todo o século XVIII, e do cólera, em pleno século XIX.

UMA HISTÓRIA NATURAL DAS ENFERMIDADES

Mirko D. Grmek propôs, há pouco tempo, a hipótese de uma história autônoma, puramente biológica, das enfermidades infecciosas.[20] Tal enfermidade que fora virulenta durante certo período da história teria, em seguida, se retraído, não porque os homens teriam chegado a vencê-la, mas, sim,

20 Mirko D. Grmek, "Préliminaires d'une étude historique des maladies", *Annales ESC*, 1969.

porque algum outro bacilo teria tomado seu lugar. Os germes de todas as enfermidades possíveis não circulam permanentemente e desde sempre no planeta inteiro. Le Roy Ladurie pôde demonstrar que a unificação biológica do mundo é um fenômeno tardio, muito posterior à descoberta da América.[21] Na realidade, nossas sociedades teriam enfrentado não todas as ameaças bacteriológicas ao mesmo tempo, mas, sim, grupos de enfermidades, de sistemas nosológicos que evoluem de acordo com um mecanismo de incompatibilidade. Um novo bacilo só poderia se inserir no sistema por meio da expulsão da enfermidade da qual ele é o antídoto. Haveria, assim, incompatibilidade entre a lepra e a tuberculose, o que explicaria que o impulso da segunda na era contemporânea tenha coincidido, na Europa, com o desaparecimento da primeira. Uma oposição do mesmo tipo, segundo Grmek, poderia existir entre o bacilo da peste e o da pseudotuberculose.

Existe uma história natural do clima, de onde se deduz que seria absurdo negar a possibilidade de uma história natural das epidemias. A grande peste de 1348, para retomar o mesmo exemplo, resulta de uma mudança na população de ratos pelo menos tanto quanto decorre de uma mudança na população da Europa: a migração do rato-preto (*Rattus rattus*) fornecia à peste um substrato que, acrescentado à densidade populacional humana, iria desempenhar o papel de reservatório e de vetor permanente. Não basta submergir os fenômenos num contexto socioeconômico para lhes conferir uma dimensão histórica. Se é manifesto que eles obedecem a mecanismos físicos sobre os quais o controle social não tem nenhum poder, não há razão alguma para dissimular essa autonomia.

Porém, reconstituir a história de um fenômeno epidêmico é, igualmente, analisar a maneira pela qual a organização, as normas culturais de uma sociedade puderam digerir as coerções do meio natural e enfrentá-las; é pôr em evidência aquilo que está no risco social e nas formas de relação com o corpo que cada época exprime através de seus comportamentos biológicos. A tarefa específica da antropologia histórica nesse domínio é a de deslindar, ao mesmo tempo, os pontos e os mecanismos de articulação entre as coerções naturais e as normas socioculturais. Foi possível observar, por exemplo, que os comportamentos

---

21 E. Le Roy Ladurie, "L'Unification microbienne du monde", *Revue Suisse d'Histoire*, 1973; e *Le Territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1975, v. 2.

histéricos, no sentido psiquiátrico do termo, aqueles de que Charcot tratava, no início do século XX, em seu serviço no hospital parisiense de La Salpêtrière, desapareceram de nossas sociedades industriais, salvo em algumas margens sociais mais arcaicas, nos quais continuaram a aparecer sob forma residual e, ao mesmo tempo, fortemente ritualizada: é o caso das mulheres da Apúlia atingidas pelo tarantulismo, estudado pelo etnólogo italiano De Martino.[22]

Esse desaparecimento corresponde, sem dúvida, a uma transformação dos modos de expressão da afetividade e, especialmente, da expressão corporal. Num sistema econômico que valoriza a organização, a poupança e o rendimento, os comportamentos são incitados a dar provas de maior disciplina ou, antes, a fazer uma maior economia do corpo, a buscar o conformismo e a neutralidade para preservar a homogeneidade e a flexibilidade do tecido social. Ao contrário, na França do Antigo Regime, solicitada por um modelo religioso ascético e repressivo, sobrevive ainda, entre os camponeses, bem como nas classes populares urbanas, o recurso a uma linguagem somática, à expressão, pelo corpo, de pulsões recalcadas quando se trata de resolver uma situação de angústia ou de conflito. Emmanuel Le Roy Ladurie analisou isso muito bem a propósito dos *camisards*,[23] deixando-se guiar por Freud; e um estudo do mesmo tipo poderia ser tentado para outros fenômenos de transe, como o dos "convulsionários" do cemitério de Saint-Médard, mutação do jansenismo popular parisiense.

COMPORTAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Norbert Elias[24] propôs, num livro exemplar, uma hipótese geral sobre a evolução dos modelos comportamentais e, em particular, sobre as relações do corpo na civilização europeia.[25] A partir do século XVI, um processo

---

22 Ernesto de Martino, *La Terre des remords*. Paris: Gallimard, 1966.

23 Nome dado aos calvinistas da região francesa de Cévennes, que se rebelaram após a revogação do edito de Nantes (1685), pela qual o protestantismo se tornou proibido na França. [N. T.]

24 Norbert Elias, que nasceu em 1897, na Alemanha, foi professor na Inglaterra.

25 N. Elias, *La Civilisation des mœurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1974 [ed. bras.: *O processo civilizador. Uma história dos costumes*, v. 1, trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1995].

de civilização teria imposto, de início, às classes dirigentes e, em seguida, progressivamente, ao conjunto da sociedade, pelo canal dos modelos educativos (em particular, os numerosos "tratados de civilidade pueril"), uma atitude de pudor e de autodisciplina relativos às funções fisiológicas, e de desconfiança em relação aos contatos físicos. A ocultação e o distanciamento entre os corpos seriam a tradução, nos comportamentos individuais, da pressão organizadora, portanto modernizadora, que os Estados burocráticos, recentemente constituídos, exercem sobre a sociedade; a separação segundo as faixas etárias, o afastamento do convívio dos indivíduos com desvios, o enclausuramento dos pobres e dos loucos, o declínio das solidariedades locais pertencem ao mesmo movimento global, difuso e amplamente inconsciente, de remodelagem do corpo social.

Hoje algumas pesquisas remontam a um passado mais distante (isto é, ao período medieval) essa história complexa da socialização do corpo: veja-se o exemplo de uma forma de contato físico familiar como o despiolhamento, rito de sociabilidade disseminado em todas as camadas sociais no século XIII (como se pode ver em Montaillou), tornada estritamente popular no início do século XVI, sobrevivência inoportuna e desprezada em meios camponeses durante o século XVIII; ou, ao contrário, tal gesto feito com o braço para exprimir a resignação ou o insulto, que figura com surpreendente constância do século XIII ao século XX no repertório semiológico do corpo. A pesquisa empreendida por Jacques Le Goff sobre a história dos gestos permitiria deslindar, por meio do exame da evolução dos estilos de cuidados corporais, das técnicas de usos e de linguagem do corpo, os mecanismos de persistência e de inflexão, de concomitância, de resistência ou de imitação que caracterizam a história social do corpo.

HISTÓRIA DOS COMPORTAMENTOS SOCIAIS

Nenhum problema ilustra melhor a dificuldade para designar à antropologia histórica um domínio e objetos específicos do que a história dos comportamentos sexuais. Nenhuma outra pesquisa tem tanto a esperar desse tipo de abordagem. Como inscrever a sexualidade no campo do historiador? Como uma prática? As fontes demográficas e judiciárias nos fornecem um certo número de referenciais a partir dos quais podemos reconstituir a evolução das práticas sexuais: os registros sistemáticos dos nascimentos, na França, nos registros paroquiais, a partir de meados do século XVII, permitem construir, na escala de uma paróquia, de uma microrregião ou de uma cidade, a curva dos nascimentos ilegítimos e das concepções pré-nupciais até o final do Antigo Regime, e de acompanhar as flutuações desta para as da sexualidade extraconjugal. Precisão, porém, muito relativa: Jean-Louis Flandrin[26] formulou a hipótese, na verdade dificilmente verificável por testemunhos mais diretos do que os sutis *distinguos*[27] dos casuístas do século XVII, segundo a qual dois tipos de comportamentos sexuais teriam coexistido nos tempos mais rigorosos do Antigo Regime: um comportamento conjugal marcado pela proibição das práticas contraceptivas e um comportamento extraconjugal (antes ou fora do casamento) que lançava mão da contracepção. As distinções de casuístas como Sanchez, que atribuía maior gravidade ao pecado de Onan (isto é, às práticas contraceptivas) quando cometido no casamento, teriam, implicitamente, incentivado esse dimorfismo. Mesmo que admitamos entre parênteses a possibilidade de um comportamento próprio à sexualidade extraconjugal, é claro que os registros de nascimentos ilegítimos jamais foram tão fiáveis quanto os dos nascimentos legítimos: abortos, infanticídios e, sobretudo, partos clandestinos e, no tocante aos adúlteros, falsas paternidades dissimulam, em cada época, a grande parte desses nascimentos, qualquer que fosse o grau de vigilância da justiça ou da comunidade.

Pesquisas como a de Jacques Depauw,[28] feita sobre a cidade de Nantes com base no fundo das declarações de gravidez, permitem uma abordagem mais precisa do fenômeno e autorizam uma análise mais refinada: é fato que se assiste, na segunda metade do século XVIII, a um impulso da sexualidade extraconjugal, visível nos registros paroquiais graças a uma nítida elevação da taxa dos nascimentos ilegítimos; é preciso salientar as novas tendências de tal ilegitimidade, que traduzem um novo clima afetivo e moral: esses nascimentos são, cada vez menos, resultantes de casos amorosos ancilares ou de

---

26 Jean-Louis Flandrin, "Contraception, mariage et relations amoureuses dans l'Occident chrétien", *Annales* ESC, 1969.

27 Ação de enunciar uma distinção numa argumentação. [N. T.]

28 Jacques Depauw, "Amour illégitime et société à Nantes", *Annales* ESC, 1972.

aventuras à margem das conveniências sociais que não tinham possibilidade alguma de levar a um casamento. Eles correspondem, mais e mais, a ligações entre parceiros de meios sociais compatíveis, são ligações que poderiam ter sido seladas pelo matrimônio.

TRANSFORMAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS SEXUAIS NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Não subestimemos o valor de nossas curvas demográficas. Os nascimentos ilegítimos fornecem, por si mesmos, apenas uma indicação de tendência incerta; mas uma evolução paralela das taxas de ilegitimidade e de concepções pré-nupciais ganha um sentido evidente. Ora, quase todas as curvas resultantes das múltiplas monografias de paróquias rurais ou urbanas nas diferentes regiões da França do Antigo Regime que possuímos atualmente indicam, com certas nuances – por exemplo, o contraste entre a *bocage* e o litoral normando, mais permissivos, e a região parisiense, mais conformista –, porcentagens de nascimentos ilegítimos e de concepções pré-nupciais extremamente baixas na segunda metade do século XVII e no início do século seguinte; quase todas indicam, a partir de meados do século XVIII, por outro lado, um aumento conjunto da ilegitimidade e das concepções pré-nupciais. Trata-se do sinal de uma transformação incontestável dos comportamentos e da moral sexual.

Mas como interpretar essa evolução? Estamos assistindo, nessa época, à emergência de uma nova ética sexual e de uma nova sensibilidade, ou a um simples afrouxamento das coerções, depois da normalização ascética desejada e realizada pela reforma católica? A inexistência ou, antes, o caráter lacunar dos registros paroquiais no século XVI e na primeira metade do século XVII nos impede de prolongar as curvas para além. Outras fontes pouco quantificáveis, como as judiciárias (reais, religiosas ou municipais) ou testemunhais, podem nos ajudar a apreender o clima moral e o estilo dos comportamentos. As pesquisas de Jacques Rossiaud[29] sobre a delinquência sexual nas cidades do vale do Ródano durante os séculos XV e XVI, especialmente, propõem a imagem de uma sociedade permissiva para com a sexualidade adolescente e masculina: a prostituição, muito difundida, não somente deixa de ser vista como uma infâmia, como ainda se encontra amiúde instalada em estabelecimentos oficiais, importantíssimos lugares privilegiados da sociabilidade masculina, gerenciados ou, pelo menos, controlados pelas autoridades municipais. Os estupros são frequentes e pouco reprimidos.

Enfim, não se pode considerar sem interesse o tom jocoso e licencioso com o qual se exprimem os textos da época sobre as coisas do amor. A bastardia é uma tara benigna e difundida. Tudo indica que certa liberdade de costumes reina no conjunto da sociedade. O fechamento progressivo dos prostíbulos na segunda metade do século XVI, a adoção de uma legislação mais repressiva para com os nascimentos ilegítimos são, entre outros, sinais de um endurecimento moral e de um recuo forçado da sexualidade para a vida conjugal. As práticas, na verdade, só têm sentido quando relacionadas ao código responsável por inspirá-las. Mas em que medida eram elas dependentes da abundante literatura teológica que tinha como incumbência definir a moral conjugal e indicar, de modo mais geral, as práticas sexuais permitidas, e as proibidas?

Num brilhante ensaio sobre a história da sexualidade, Michel Foucault mostrou, recentemente, a que ponto a civilização ocidental encerrou e diluiu a sexualidade num interminável discurso.[30] Entendamos por aí que não somente ela sepultou as práticas sob uma enorme quantidade de comentários religiosos, jurídicos, médicos, políticos, como também fez da necessidade de falar da sexualidade – isto é, ao mesmo tempo, dissimulá-la e confessá-la – uma forma de prazer, uma maneira de viver a sexualidade. O que não quer dizer que todos os tipos de discursos sobre esse objeto se comuniquem entre si. Nada prova, por exemplo, que os debates entre os teólogos casuístas e rigoristas do século XVII, ou mesmo os rudimentos de teologia do matrimônio que eram ensinados ao baixo clero, tenham tido a menor audiência por parte da massa populacional iletrada de então.

---

29 Jacques Rossiaud, "Prostitution, jeunesse et société dans les villes du Sud-Est au XV^e^ siècle", *Annales ESC*, 1976.

30 Michel Foucault, *La Volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976 [ed. bras.: *História da sexualidade. A vontade de saber*, v. 1, 13ª ed., trad. Maria Thereza Albuquerque e José Augusto G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999].

Seria ilusório querer explicar toda mudança nos comportamentos sexuais por uma modificação das mentalidades religiosas. Tomemos, por exemplo, o advento dos comportamentos malthusianos: Philippe Ariès, em seu livro *Histoire des populations françaises et leur attitude devant la vie* [História das populações francesas e sua atitude diante da vida], foi o primeiro a sublinhar essa mutação importante dos comportamentos demográficos, que ele situou no final do século XVIII.[31] Como os primeiros estudos minuciosos sobre a evolução da fecundidade legítima indicaram uma ruptura por volta da época da Revolução Francesa, alguns historiadores não hesitaram em fazer do *birth control* francês um produto da revolução. A diminuição geral do sentimento religioso no final do século XVIII teria levado os casais a se liberarem das interdições impostas pela Igreja contra as práticas contraceptivas. A Revolução Francesa e, mais especialmente, a conscrição para o serviço militar, ao arrancar os jovens de sexo masculino do horizonte limitado de suas aldeias ou cidades, teriam contribuído amplamente para a difusão das técnicas contraceptivas não mágicas, como o *coitus interruptus*, a mais denunciada pelos teólogos.

O desenvolvimento das pesquisas no campo da demografia histórica nos obriga, hoje, a admitir a difusão de práticas contraceptivas muito mais antigas. Elas apareceram na bacia parisiense nas duas últimas décadas do século XVIII entre os camponeses, mas, sem dúvida, desde meados do mesmo século já eram atestadas nas cidades. Louis Henry acreditou ter demonstrado que alguns setores das classes dirigentes desempenharam, nesse domínio, um papel pioneiro: assim, a aristocracia[32] (e algumas cartas de Madame de Sévigné a sua filha confirmam isso) ou a burguesia de Genebra passam a controlar os nascimentos desde a segunda metade do século XVII.[33] Mas um estudo recente de Alfred Perrenoud[34] acaba de demonstrar, no que diz respeito a Genebra, que o fenômeno, já naquela época, se estendia à sociedade como um todo. Enfim, a evolução da taxa de fecundidade legítima que se obtém em algumas paróquias rurais do sudoeste da França parece indicar que uma contracepção difusa já era ali praticada desde o século XVII.

Philippe Ariès sugeriu a ideia de que as interdições da Igreja teriam, por muito tempo, transformado a contracepção em algo "impensável". Interiorizando tais interdições, a população teria esquecido as técnicas rudimentares que eram conhecidas e praticadas na Antiguidade. O reaparecimento das práticas representaria, portanto, uma mutação cultural irreversível. Ao que parece, até mesmo essa hipótese deve ser questionada. Do final da Idade Média ao início do século XVII, um certo número de obras religiosas aludem à existência e à grande difusão de tais práticas, condenando-as. Por conseguinte, não é mais absurdo pensar – como algumas curvas demográficas nos incitam a fazer, notadamente no que diz respeito à Itália, à Inglaterra etc. – que a limitação dos nascimentos teria podido desaparecer provisoriamente no final do século XVII, em algumas regiões, sob o efeito da propaganda e da repressão religiosas, para ressurgir na segunda metade do século XVIII, no momento em que a Igreja perdia influência.

Mas teria de fato a própria Igreja desempenhado um papel decisivo na mutação dos comportamentos? Um documento interessante, ainda que tardio, é a carta que Monsenhor Bouvier, bispo da cidade de Le Mans, enviou ao Sagrado Tribunal Penitenciário de Roma solicitando esclarecimentos sobre a posição da Igreja quanto ao controle da natalidade; tal missiva nos informa que, na diocese em que a maioria da população havia se tornado malthusiana, os fiéis se declaravam chocados e surpreendidos por serem questionados, durante a confissão, sobre suas práticas contraceptivas. Não foi a descristianização que favoreceu a difusão da contracepção, mas, sim, bem ao contrário, a adoção de um comportamento malthusiano que, em muitos casos, criou um problema de consciência e distanciou da Igreja algumas camadas da população.

OS INTERDITOS RELIGIOSOS PESAM POUCO SOBRE A DIFUSÃO DA CONTRACEPÇÃO

As numerosas pesquisas feitas pelos demógrafos e pelos sociólogos sobre a introdução do *birth control* em algumas populações do Terceiro Mundo demonstraram que as interdições religiosas contavam, nessa questão, muito menos do que a estrutura familiar ou que as relações afetivas e a comunicação

---

31 Philippe Ariès, *Histoire des populations françaises*. Paris: Seuil, col. Point, 1948, 1971.

32 Louis Henry e Claude Lévy, "Ducs et pairs de France sous l'Ancien Régime". *Population*, 1960.

33 L. Henry, *Anciennes familles genevoises*. Paris: PUF, 1956.

34 Alfred Perrenoud, "Malthusianisme et protestantisme". *Annales ESC*, 1974.

do casal. A população negra cristianizada de Porto Rico, por exemplo, adotou o *birth control* muito mais facilmente do que a população da Índia, cuja ideologia religiosa não impõe proibição alguma às práticas contraceptivas. No que diz respeito à Europa e, em particular, à França, muito se quis vincular o aparecimento da contracepção às atitudes religiosas, e não o suficiente às atitudes familiares. Antes desse malthusianismo na sexualidade, instalou-se na sociedade do Antigo Regime um malthusianismo da nupcialidade: foi o casamento tardio, especialmente para as jovens, que, desde o século XVI, tendeu a limitar o tempo de fertilidade dos casais. O atraso dos matrimônios (e a manutenção de um celibato significativo), a volta à contracepção, a emergência de uma nova concepção da infância e de uma nova sensibilidade conjugal compõem um sistema cultural de transição que a organização econômica (por espírito de poupança) e a social (pela consolidação da família nuclear) promoveram e, ao mesmo tempo, prolongaram.[35]

HISTÓRIA DA CÉLULA FAMILIAR

O interesse atribuído, há cerca de quinze anos, à história da estrutura e da sensibilidade familiares traduz uma necessidade única de analisar, conjuntamente, os comportamentos biológicos, as formações sociais e as representações mentais que os inspiram. O universo do parentesco, polo privilegiado da antropologia histórica, constitui precisamente o nível de articulação da reprodução biológica e da reprodução social. Georges Duby,[36] em seu estudo sobre a região do Mâconnais durante a Alta Idade Média, e Emmanuel Le Roy Ladurie,[37] em seu trabalho sobre o Languedoc no século XV, mostraram, ambos, como o desmoronamento do Estado e a dissolução do tecido social reativaram e reafirmaram os elos de parentesco: constituição de poderosas linhagens na aristocracia do Mâconnais, reagrupamento em famílias ampliadas – as chamadas *frérèches* (ou *fraternitas*) – e, em alguns casos, até mesmo a criação, registrada em tabelião, de

35 André Burguière, "De Malthus à Weber: le mariage tardif et l'esprit d'entreprise". *Annales ESC*, 1972.

36 Georges Duby, *La Société aux XIe et XIIe dans la région mâconnaise*. Paris: Armand Colin, 1954.

37 E. Le Roy Ladurie, *Les Paysans du Languedoc*. Paris: Flammarion, 1969.

pseudofamílias no Languedoc. O elo familiar parece desempenhar, na França da Idade Média e, mais geralmente, na sociedade do Antigo Regime, cuja organização estatal já havia desgastado consideravelmente todas as formas de solidariedade locais ou infrassociais, o papel de instância de recurso. A partir do momento em que a depressão demográfica leva à fusão dos patrimônios e em que o Estado deixa de oferecer proteção suficiente, a família retoma seus direitos, tornando-se, novamente, uma fortaleza para os indivíduos; o universo do parentesco absorve, então, a vida social.

A PERMANÊNCIA DAS ESTRUTURAS DO PARENTESCO NAS SOCIEDADES HISTÓRICAS

Instância de recurso ou organização subjacente? Em algumas admiráveis páginas de *La Société féodale*, num trecho consagrado aos "elos de sangue", Marc Bloch mostrou como o sistema feudal havia regulamentado as relações sociais e a circulação do poder, com base no modelo do elo carnal.[38] Em Montaillou, no final do século XIII, distantes do aparelho estatal e um pouco menos distantes do religioso, os camponeses occitânicos não podem conceber um elo social que não seja legitimado e materializado pelo elo carnal. Eles pertencem a uma casa que é, de algum modo, o corpo permanente da linhagem e tratam, por meio do matrimônio ou do apadrinhamento, de estender o clã familiar.[39] As numerosas pesquisas hoje empreendidas, após os livros pioneiros de Norbert Elias[40] e de Philippe Ariès,[41] revelam que se o Estado, desde o século XVI, substituiu progressivamente a família na França em todas as suas funções jurídicas e sociais, é por meio do grupo familiar que ele continua a agir sobre os comportamentos econômicos, afetivos, morais e religiosos durante todo o Antigo Regime.

A propósito da França do Antigo Regime, é cabível, portanto, perguntar se, por trás das instituições oficiais, as "estruturas elementares de parentesco" não continuam a organizar a sociedade como elas o fazem nas "sociedades

38 M. Bloch, *La Société féodale*. Paris: Albin Michel, 1939, parte 2, livro I.

39 E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan*. Paris: Gallimard, 1975 [ed. bras.: *Montaillou, povoado occitânico: 1294-1324*, trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997].

40 N. Elias, op. cit.

41 P. Ariès, *L'Enfant et la vie familiale sous la France de l'Ancien Régime*. Paris: Plon, 1960; reedições Seuil em 1973 e 1975.

sem Estado". No que diz respeito aos matrimônios, as únicas regras manifestas são as interdições canônicas: o estudo da literatura e das práticas jurídicas da Igreja a partir dos fundos de arquivos das oficialidades (o que Jean-Marie Gouesse,[42] para a Normandia, e eu,[43] para o centro da Bacia Parisiense, e igualmente outros realizaram desde alguns anos) revela um modo de classificação que não está sem relação com aqueles que Claude Lévi-Strauss identificou em certas sociedades primitivas. A análise das formas de aliança, tal como eu mesmo realizei, por exemplo, no caso de uma paróquia da região parisiense do século XVIII na qual se mantinha uma taxa de consanguinidade especialmente elevada, evidencia, da mesma forma, para além das estratégias visando a preservar o patrimônio, a manter a posição social e até mesmo a melhorá-la, procedimentos de "reencadeamentos de alianças" – os mesmos que foram descritos por Martine Segalen[44] e Françoise Zonabend[45] no estudo de comunidades rurais da França contemporânea. Depois de termos acreditado por muito tempo que, em nossas sociedades complexas, históricas, a organização social determinava as alianças, descobrimos hoje, com base em monografias precisas, que alguns conceitos da antropologia estrutural sobre o parentesco podem ser aplicados em seu estudo.

PERSPECTIVAS DA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

É no estudo do universo mental que a antropologia histórica prossegue hoje em suas pesquisas mais férteis. O conceito de mentalidade introduzido por Lucien Febvre[46] na bagagem dos historiadores era suficientemente incerto e suficientemente aberto para digerir a contribuição de outras disciplinas. O perigo teria sido encerrá-lo num âmbito puramente psicológico, que logo

42 Jean-Marie Gouesse, "Parenté, famille et mariage en Normandie aux XVII^{e} et XVIII^{e} siècles". *Annales ESC*, 1972.

43 A. Burguière, "Endogamie et communauté villageoise; la pratique matrimoniale: Romainville au XVIII^{e} siècle". *Quaderni storici*, 1976.

44 Martine Segalen, *Nuptialité et alliance: le choix du conjoint dans une commune de l'Eure*. Paris: Maisonneuve et Laisse, 1972.

45 Françoise Zonabend, "Parler famille". *L'Homme*, 1970.

46 Lucien Febvre, "Folklore et folkloristes". *Annales*, 1939.

se teria tornado anacrônico, ou, então, numa história das ideias sempre prestes a deduzir os mecanismos mentais de uma época a partir das doutrinas e das grandes construções intelectuais por ela produzidas.

Também aqui a antropologia conquistou a história por baixo, isto é, a partir das expressões mais anódinas, menos formuladas, da vida cultural: as crenças populares, os ritos que impregnam a vida cotidiana ou se apegam à vida religiosa, as culturas minoritárias ou clandestinas, em suma, o folclore. Ao comentar uma obra de André Varagnac que define o folclore como o conjunto das crenças coletivas sem doutrina, das práticas coletivas sem teoria, Lucien Febvre se perguntava: "Seria tão fácil definir a fronteira entre o 'deduzido' e o 'aceito enquanto tal' sem fazer deduções?". E prosseguia: "Tal fronteira não questionaria a própria gênese de nossas concepções científicas, as relações históricas do mágico e do matemático, a substituição progressiva das relações lógicas e quantitativas pelas influências qualitativas e irracionais?". Os comportamentos menos argumentados de uma sociedade, como os cuidados com o corpo, as maneiras de se vestir, a organização do trabalho e o calendário das atividades cotidianas, refletem um sistema de representação do mundo que os liga todos, profundamente, às formulações intelectuais mais elaboradas, como o direito, as concepções religiosas, o pensamento filosófico ou científico.

Reencontrar esse elo por meio de um inventário de significações e pela descrição das categorias que organizam um discurso mítico, determinar a simbólica dos gestos, eis aí as tarefas a que se consagraram as pesquisas pioneiras de Jacques Le Goff sobre as representações do tempo,[47] do trabalho[48] e sobre o folclore religioso[49] na sociedade medieval ou, ainda, as análises de Georges Duby[50] sobre o sentido do dom e dos gastos ostentatórios na sociedade da Alta Idade Média. O livro de Yves Castan *Honnêteté et relations socia-*

47 Jacques Le Goff, "Temps de l'Église et temps du marchand". *Annales ESC*, 1960; reeditado em *Pour un autre Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1978.

48 Id., "Temps du travail dans la crise du XIV^{e} siècle", in *Le Moyen Âge*, LXIX, 1963; reeditado em *Pour un autre Moyen Âge*, op. cit.

49 Id., "Culture cléricale et traditions folkloriques dans la civilisation mérovingienne". *Annales ESC*, 1967.

50 G. Duby, *Guerriers et paysans*. Paris: Gallimard, 1974.

les en Languedoc[51] [Honestidade e relações sociais no Languedoc] descreve, por sua vez, a partir dos arquivos judiciários cujo interesse antropológico já foi amplamente demonstrado, a primazia da noção de honra como valor de troca e de comunicação na França meridional do século XVIII. As tentativas de análise estrutural feitas por Le Goff e Le Roy Ladurie sobre o tema de Mélusine[52] ou sobre o guerreiro na floresta, por Le Goff e Pierre Vidal-Nacquet,[53] mostraram-nos que era possível, no que diz respeito à análise dos sistemas de representação, não somente reatar entre si diferentes níveis de expressão de uma época e de definir seu modelo, como, ainda, reencontrar nessas "prisões da longa duração" o fio do tempo e a lenta mutação das categorias que inspiram o movimento da história.

Pertíssimo de nosso tempo, às portas da sociedade industrial, descobrimos um mundo estrangeiro: a França do Antigo Regime. Sua estranheza se manifesta a nossos olhos porque, em vez de explicar como esse mundo desmoronou ou como ele preparava o futuro, os historiadores tentam hoje compreender como ele se manteve, se reproduziu e como sobrevive ainda nos poros da sociedade atual. Os trabalhos de Maurice Agulhon[54] sobre a inserção da cultura política na sociedade meridional representam, quanto a isso, o maior êxito na tentativa de antropologizar a análise política e descrever de outro modo, que não em termos de advento ou de mutação espontânea, a formação da França contemporânea. A política não é um puro estoque de ideias programáticas produzidas pelas "elites conscientes", pelos partidos nascidos da crise revolucionária, que teria sido difundida progressivamente ao conjunto do corpo social por sua própria capacidade de convencer e mobilizar. A fim de impregnar a vida social, a política teve de se tornar algo diferente dela mesma – sentimo-nos tentados a dizer algo a mais do que ela mesma: não somente um projeto de agenciamento do poder, mas também uma maneira de se

---

51 Yves Castan, *Honnêteté et relations sociales en Languedoc*. Paris: Plon, 1975.

52 J. Le Goff e E. Le Roy Ladurie, "Mélusine maternelle et défricheuse". *Annales* ESC, 1971.

53 J. Le Goff e Pierre Vidal-Nacquet, "Lévi-Strauss en Brocéliande". *Critique*, 1975 (a propósito de *Yvain*, de Chrétien de Troyes).

54 Especialmente em *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*. Paris: Fayard, 1968; e em *La République au village*. Paris: Plon, 1970.

comunicar com os outros e de compreender o mundo. Ela teve que desposar as formas tradicionais da vida de relação e, especialmente, essa "sociabilidade" em que se afirma, como demonstrou Maurice Agulhon, o particularismo cultural da França meridional. Da *arlésienne*[55] à *majorette*,[56] ele esboça uma análise dos "aspectos formais da vida" e dos "mecanismos políticos".

Mona Ozouf[57] e Michel Vovelle[58] retomaram, recentemente, a mesma abordagem, agora trabalhando sobre as festas revolucionárias; ambos designaram as formas simbólicas, as práticas rituais nas quais teve de se alojar o discurso ideológico a fim de fabricar os comportamentos políticos da França atual. Mais amplamente, a constituição, a partir da Revolução Francesa, de uma informação estatística regular fornece aos historiadores o meio para alojar-se lentamente no tempo presente, seguindo as resistências e os deslocamentos de todos os componentes antropológicos da França. A pesquisa de François Furet e de Jacques Ozouf[59] sobre a "alfabetização da França contemporânea" e uma outra, em que ambos trabalham atualmente, sobre o fenômenos dos "Vermelhos e Brancos", isto é, o sistema bipartidário que ordena a geografia eleitoral francesa, visam destacar a persistência de modelos culturais antigos, nitidamente delimitados (por regiões, por classes sociais etc.), sob a aparente homogeneidade de nossa unidade nacional. Tais estudos tentam, antes de tudo, indicar não a evolução em si, em sua evidência linear, mas, sim, os mecanismos dessa evolução, as formas que a mudança deve adotar para ser aceita.

Nós pertencemos ao espírito do tempo. De tanto observar o movimento da história, acontece-nos esquecer que fazemos parte dele. Existe uma conjuntura do saber histórico, do mesmo modo que existe uma história da conjuntura. Ciência pouco teorizada, aplicada, em seu princípio, à análise da mudança,

---

55 Pessoa da qual todos falam, mas que nunca é vista. Expressão criada em alusão à personagem da peça *L'Arlésienne*, de Daudet. [N. T.]

56 Jovens que desfilam fantasiadas com um uniforme militar tocando pequenos tambores, normalmente presentes nos grandes espetáculos populares, a partir de meados do século XX. [N. T.]

57 Mona Ozouf, *La Fête révolutionnaire*. Paris: Gallimard, 1976.

58 Michel Vovelle, *Les Métamorphoses de la fête en Provence*. Paris: Flammarion, 1976.

59 François Furet e Jacques Ozouf, *Lire et écrire*. Paris: Minuit, 1978, 2 v.

a história, talvez mais do que outras ciências sociais, está condenada a sofrer a mudança. Se a antropologia exerce hoje tamanha influência sobre os historiadores das sociedades europeias, se eles tendem tanto a recusar toda e qualquer concepção linear do desenvolvimento histórico, é porque os bloqueios, as fases de equilíbrio e até mesmo de regressão que identificaram na sociedade do Antigo Regime questionavam a noção de progresso; mas é também porque a noção de progresso e a mística do desenvolvimento são questionadas a nosso redor pela sociedade para a qual nós interrogamos o passado. Portanto, talvez a antropologia seja, para o historiador, um mal passageiro. Pensamos que ela corresponde à necessidade de reencontrar as diferentes vias da mudança, de fazer o inventário delas, de compreender seus mecanismos, de afirmar sua pluralidade.

Publicado originalmente como "L'Anthropologie historique", in Jacques Le Goff (org.), *La Nouvelle Histoire* [1ª ed., 1978; 2ª ed., 1988]. Paris: Éditions Complexe, 2006. Tradução de Flávia Nascimento.

NATALIE ZEMON DAVIS

12. ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA NOS ANOS 1980

AS POSSIBILIDADES DO PASSADO

O interesse atual de alguns historiadores pelo trabalho dos antropólogos não é somente uma questão da *histoire immobile*. A relação entre os dois tipos de esforços também não é inteiramente nova. Heródoto também descreveu os diferentes costumes de povos enquanto contava a história das Guerras Persas. Hume escreveu *The Natural History of Religion* ao mesmo tempo que registrava as histórias da Escócia e da Inglaterra. Vico e Marx atentaram tanto para as características sistêmicas das sociedades do passado quanto para as fontes da mudança histórica. À procura desses mesmos objetivos, os historiadores têm colocado livros sobre os ilhéus trobriandeses e os azande ao lado de registros dos processos de feitiçaria europeus e americanos, bem como Mauss perto de suas edições de Bloch.[1]

Os estudos antropológicos têm quatro características que os tornam úteis para os historiadores: observação acurada de processos vivos de interação

1 Heródoto, *The Persian Wars*. Nova York: The Modern Library, 1942; David Hume, *The Natural History of Religion* [1757]; Giambattista Vico, *La Scienza Nuova* [1744]; Karl Marx, *Das Kapital* [1867]; Marcel Mauss, *The Gif – Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*. Londres: Routledge & Keegan Paul, 1969; Marc Bloch, *La Société féodale*. Paris: Albin Michel, 1939.

social; meios interessantes para a interpretação do comportamento simbólico; sugestões sobre como as diferentes partes de um sistema social se ajustam umas às outras; e material sobre culturas bastante diferentes das que os historiadores estão acostumados a estudar. A princípio, historiadores se voltam para esses textos porque estão tentando compreender um acontecimento conhecido por praticantes entre si, mas desconcertante quanto a seu próprio significado. Por que aquele santo sentou durante anos sobre o pilar de dezoito metros e por que os aldeões sírios afluíam para visitá-lo no século V? O que pensavam fazer as antigas comunidades medievais quando puniam um acusado com a ordália de ferro quente ou a de imersão e permitiam a outro reunir participantes de rituais de juramento para a sua causa? Como poderia haver algo como um cão galgo que foi santificado? Por que as procissões que carregavam a imagem de Nossa Senhora de Impruneta eram tão importantes na Florença do Renascimento? Por que, durante séculos, havia tanta excitação pela presença de Cristo na Eucaristia? E por que havia tanta preocupação durante o século XIX pelos distúrbios da sexualidade masculina? Como abordar líderes populares visionários ou movimentos religiosos populares em que os conversos fazem sermões inspirados ou praticam a glossolalia?[2]

2 Peter Brown, "The Rise and Function of the Holy Man in Late Antiquity", *Journal of Roman Studies*, LXI (1972), pp. 80-101; id., *The Making of Late Antiquity*. Cambridge: Harvard University Press, 1978, pp. 54-101; Rebecca V. Colman, "Reason and Unreason in Early Medieval Law", *Journal of Interdisciplinary History*, IV, 1974, pp. 571-92. A tentativa de Colman em aplicar uma abordagem antropológica para o antigo direito medieval é mais promissora que a de Charles Rading, que, utilizando as teorias do desenvolvimento de Jean Piaget, considera a cultura medieval (e sociedades primitivas em geral) como correlato do egocentrismo cognitivo de uma criança com 5 a 8 anos ("Superstition to Science: Nature, Fortune and the Passing of the Medieval Ordeal", *American Historical Review*, LXXXIV, 1979, pp. 945-69). Jean-Claude Schmitt, *Le Saint lévrier, Guinefort, guérisseur d'enfants depuis le XIII^e siècle*. Paris: Flammarion, 1979; Richard Trexler, "Florentine Religious Experience: The Sacred Image", *Studies in the Renaissance*, XIX, 1972, pp. 7-41; id., *Public Life in Renaissance Florence*. Nova York: Academic Press, 1980; Natalie Z. Davis, *Society and Culture in Early Modern France*. Stanford: Stanford University Press, 1975, pp. 152-87 [ed. bras.: *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1990]; Carroll Smith Rosenberg, "Sex as Symbol in Victorian Purity: An Ethnohistorical Analysis of Jacksonian America", in John Demos e Sarane Spence Boocock (orgs.), *Turning Points: Historical and Sociological Essays on the Family*. Chicago: University of Chicago Press, 1978, pp. 212-47; B. Robert Kreiser, *Miracles,*

Acontecimentos como esses sempre foram definidos por historiadores como irracionais ou supersticiosos, ou como cobertura arbitrária para reais e sérios conflitos sociais e políticos. Como historiadores, explicávamos as situações nos termos de interesses racionais, levados em conta ou não pelos atores históricos. Contudo, para os antropólogos, tais acontecimentos estão no próprio foco de observação: eles escutaram cuidadosamente (como Métraux no Haiti) as palavras ditas por pessoas em um transe e descobriram que há uma espécie de revelação da verdade no processo; e seguiram os ritmos intrincados de cerimônias de exorcismo no Sri Lanka para descobrir que a coreografia e a reação dos espectadores estabelecem um universo de crença e aliviam as vítimas de seus tormentos. Tais interpretações podem ser úteis a historiadores, oferecendo a eles modos de olhar para matérias análogas.[3]

Uma vez dentro da bibliografia antropológica, os historiadores são estimulados a fazer perguntas sobre acontecimentos familiares que foram menosprezados, não tanto por causarem confusão, mas porque considerados desimportantes e relegados a outras áreas do conhecimento. Quantos de nós, por exemplo, trabalham com a história das religiões e fazem interrogações sobre os preceitos sociais e éticos das igrejas, os motivos de sermões e da literatura de polêmica, as origens do clero e dos conversos, a estrutura da organização eclesiástica, e mesmo a frequência da prática devocional, sem nunca levar em conta o que os crentes usualmente consideram como o mais significativo em sua relação com o Senhor Deus: liturgia e oração? E se realmente levarmos isso em conta, sabemos como fazer avançar nossa compreensão de um período histórico? Em primeiro lugar, precisamos estudar os textos em si mesmos, o Missal, a *Forme des prières ecclésiastiques*, o *Book of Common Prayer*, e os assemelhados, e ver o que é dito sobre eles nos escritos dos especialistas em literatura religiosa e liturgia. Encontraremos sugestões de como o acontecimento litúrgico pode ser um instrumento de reprodução da cultura – por afirmar e estabelecer relações sociais, por impor formas de autocontrole, e por encorajar inclinações e sensibilidades características – nas obras de Turner, Geertz e outros antropólogos.[4]

Os estudos etnográficos também proporcionaram aos historiadores uma nova percepção das interações informais ou de pequena escala, as quais podem exprimir conexões e conflitos importantes. As obras históricas sobre o medo e os processos contra bruxas estiveram entre os primeiros beneficiados pela observação etnográfica da feitiçaria e da contrafeitiçaria. Interpretações históricas mais antigas confiaram em imagens de perseguidores obscurantistas projetando seus medos do desconhecido sobre vítimas inocentes, ou então em imagens de mulheres aterrorizadas ou alucinadas confessando atos que nunca foram praticados. É possível agora perceber, nas acusações de feitiçaria, uma série de temas de ordem política, social, psicológica e sexual, em disputa entre as autoridades do poder central, as populações locais e mesmo entre os próprios habitantes das aldeias. E é também possível identificar uma série de atividades, incluindo as de ordem medicinal e ritualísticas, que vizinhos poderiam estigmatizar como bruxaria.[5]

Convulsions and Ecclesiastical Politics in Early Eighteenth-Century Paris. Princeton: Princeton University Press, 1978; Clarke Garrett, *Respectable Folly: Millenarians and the French Revolution in France and England*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1975.

3 Alfred Métraux, *Le Vaudou Haitien*. Paris: Gallimard, 1958, pp. 106-27; Bruce Kapferer, "Ritual, Audience and Reflexivity: Sri Lanka Exorcist Rites", in John MacAloon (org.), *Rite, Drama, Festival, Spectacle: Rehearsals toward a Theory of Cultural Peformance*. Filadélfia: Institute for the Study of Human Issues, 1984. *Purity and Danger* (Harmondsworth: Penguin, 1966) [ed. bras.: *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976] é o estudo de Mary Douglas sobre o significado dos tabus que foi um dos muitos trabalhos antropológicos a exercerem muita influência sobre os historiadores. O antropólogo William Christian Jr. encaminhou-se para um estudo histórico sobre o significado de relíquias e promessas em *Local Religion in Sixteenth-Century New Castile*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

4 Gregory Dix, *The Shape of Liturgy*, 2ª ed. Londres: Dacre Press, 1945; Helen C. White, *The Tudor Books of Private Devotion*. Madison: University of Wisconsin Press, 1951; Margaret Doody, "'How shall we sing the Lord's song uppon an alien soil?': The New Episcopalian Liturgy", in Christopher Ricks e Leonard Michaels (orgs.), *The State of the Language*. Berkeley: University of California Press, 1979, pp. 108-24; Evelyn Underhill, *Worship*. Nova York: Harper & Row, 1936; Victor Turner, *The Forest of Symbols. Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca: Cornell University Press, 1967; id., *The Ritual Process*. Chicago: Aldine, 1969; Clifford Geertz, *The Religion of Java*. Glencoe: Free Press, 1960; id., *The Interpretation of Cultures*. Nova York: Basic Books, 1973, pp. 142-69; Roy Rappaport, *Ecology, Meaning and Religion*. Richmond: North Atlantic, 1978.

5 Dentre os estudos recentes baseados na antropologia para a interpretação histórica da feitiçaria, ver Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic*. Londres: Weidenfeld & Nicholson, 1971 [ed. bras.: *Religião e o declínio da magia*, trad. port. São Paulo: Companhia das Letras, 1991]; Alan Macfarlane, *Witchcraft in Tudor and Stuart England*. Londres:

De modo semelhante, nossa compreensão dos mecanismos de troca tem sido auxiliada pela reflexão antropológica sobre a dádiva e a reciprocidade, em estilos empresariais diversificados, bem como em diferentes tipos de mercados e bazares. Para aqueles que buscam novos indicadores em relação ao sistema de clientela e a articulações entre famílias, o trabalho etnográfico sobre apadrinhamentos e sobre práticas de nomeação tem se provado útil.[6]

Routledge & Keegan Paul, 1970; Carlo Ginzburg, *I Benandanti. Ricerche sulla stregoneria e sul culti agrari tra Cinquecento e Seicento*. Turim: Einaudi, 1966 [ed. bras.: *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988]; Paul Boyer e Stephen Nissenbaum, *Salem Possessed: The Social Origins of Witchcraft*. Cambridge: Harvard University Press, 1974; Garret, "Witches and Cunning Folk in the Old Régime", in Jacques Beauroy, Marc Bertrand e Edward T. Gargan (orgs.), *The Wolf and the Lamb. Popular Culture in France from the Old Regime to the Twentieth Century*. Stanford: Stanford French and Italian Studies, 1976; Richard A. Horsley, "Who were the Witches? The Social Roles of the Accused in the European Witch Trials", *Journal of Interdisciplinary History*, IX, 1979, pp. 689-716. Ver também a bibliografia comentada in Marie-Sylvie Dupont-Bouchat, Willem Frijhoff e Robert Muchembled, *Prophètes et sorciers dans le Pays-Bas, XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: Hachette, 1978, pp. 33-39.

6 Mauss, *The Gift*, op. cit.; Marshall Sahlins, *Stone Age Economics*. Chicago: Aldine-Atherton, 1972; Annette B. Weiner, *Women of Value, Men of Renown. New Perspectives in Trobriand Exchange*. Austin: The University of Texas Press, 1976. Dentre os historiadores que têm usado esse tipo de abordagem, estão Moses I. Finley, *The World of Odysseus*. Nova York: Viking Press, 1965; A. Y. Gurevich, "Wealth and Gift-Bestowal among the Ancient Scandinavians", *Scandinavica*, VII, 1968, pp. 126-38; Georges Duby, *Guerriers et paysans: VIIe-XIIe siècles. Premier essor de l'économie européene*. Paris: Gallimard, 1973; Lester Little, *Religious Poverty and the Profit Economy in Medieval Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 1978; Christiane Klapisch-Zuber, "The Medieval Italian Mattinata", *Journal of Family History*, V, 1980, pp. 2-27; Claude Meillassoux (org.), *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa*. Londres: Oxford University Press, 1971; Clifford Geertz, *Peddlers and Princes: Social Change and Economic Modernization in Two Indonesian Towns*. Chicago: University of Chicago Press, 1963; id., "Suq: the bazaar economy in Sefrou", in C. Geertz, Hildred Geertz e Lawrence Rosen, *Meaning and Order in Moroccan Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, pp. 123-313; A.L. Udovitch, "Formalism and Informalism in the Social and Economic Institutions of the Medieval Islamic World", in Speros Vryonis e Amin Banani (orgs.), *Individualism and Conformity in Classical Islam*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1977, pp. 61-81; Sidney Mintz e Eric Wolf, "An Analysis of Ritual Coparenthood (Compadrazgo)", *Southwestern Journal of Anthropology*, VI, 1950, pp. 341-68; Julian Pitt-Rivers, *The Fate of Schechem, or the Politics of Sex*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, pp. 48-70;

A maneira pela qual os historiadores relacionam tais acontecimentos e interações para períodos como um todo dependerá em parte das teorias sobre sistemas sociais que forem adotadas. Tanto a história como a antropologia são herdeiras de tradições semelhantes de pensamento quanto ao modo de ajuste entre diferentes partes de uma cultura: a teoria do *Zeitgeist*, pela qual o espírito de uma época deixa sua marca distintiva nas principais instituições; o ponto de vista do marxismo e suas variantes, para os quais a materialidade e a cultura são importantes, a primeira geralmente influenciando a segunda, o sistema em si funcionando sob o signo do conflito; e a teoria liberal e suas variantes, para as quais instituições e forças diversas interagem, ora uma delas, ora outra desempenhando um papel determinante. Quando as teorias antropológicas de sistemas são simplesmente mandamentos, elas não conseguem ser especificamente úteis para o historiador. Quando desenvolvem um quadro finamente desenhado de ecossistemas estáveis ou em processo de mudança, como em *Pigs for Ancestors* de Rappaport ou *Agricultural Involution* de Geertz, eles acrescentam muito aos *insights* da geo-história francesa e americana. De modo semelhante, quando argumentam em favor de uma série cuidadosamente observada de significados culturais que fazem sentido para atividades práticas tais como a produção, bem como fazem a mediação entre o mundo do pensamento e o da ação (como em *Culture and Practical Reason* de Sahlins), os antropólogos podem modificar nossas ideias a respeito da história intelectual e seus cenários.[7]

Assim também, noções a respeito de um sistema de gênero – em que se relacionam, de um lado, esferas de ação e de discurso tanto de homens

---

Françoise Zonabend, "La parenté baptismale à Minot [Côte-D'Or]", *Annales*, XXXIII, 1978, pp. 656-76.

7 Rappaport, *Pigs for the Ancestors. Ritual in the Ecology of a New Guinea People*. New Haven: Yale University Press, 1968; C. Geertz, *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia*. Berkeley: University of California Press, 1963; Ira Berlin, "Time, Space and the Evolution of Afro-American Society on British Mainland North America", *American Historical Review*, LXXXV, 1980, pp. 44-78; Mintz and Richard Price, *An Anthropological Approach to the Afro-american Past: a Caribbean Perspective*. Filadélfia: The Institute for the Study of Human Issues, 1976; Sahlins, *Culture and Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1976 [ed. bras.: *Cultura e razão prática*, trad. Luis L. M. Lamerão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979].

quanto de mulheres e, de outro, o simbolismo masculino e o feminino –, em uma aldeia da Amazônia brasileira, uma região de floresta no norte de Luzón (Filipinas) ou as terras altas do oeste da Nova Guiné, podem proporcionar ao historiador um conjunto de novas questões a serem feitas diante de documentos já conhecidos, bem como podem levá-lo a procurar fontes que antes não eram consideradas relevantes. Conquanto etnógrafos dificilmente vejam as coisas do mesmo modo que no trabalho de campo (e um caso ilustrativo é o da recente revisão feita por Weiner das ilhas trobriandesas estudadas por Bronislaw Malinowski), seus encontros diários com os próprios objetos de estudo podem revelar o funcionamento de um sistema relativamente oculto para os olhos do historiador, que precisa penetrar em determinada cultura por meio de textos, pinturas e artefatos.[8]

Uma tribo do Alto Amazonas pode ser realmente interessante para um estudante de história europeia? Com uma abordagem adequada, pode. Há muito que os historiadores lançam mão de comparações, mas geralmente confinaram-nas em sociedades ocidentais ou "avançadas" (desenvolvimento econômico da Inglaterra e da França; história agrária na Europa oriental e na ocidental; feudalismo na Europa, na China e no Japão; escravidão no Sul dos Estados Unidos e no Caribe etc.). Com a abertura em direção à antropologia, expandimos nossa abordagem de cruzamento cultural para incluir sociedades "primitivas" ou arcaicas, ou aquelas muito diferentes da nossa. Isso pode ser feito porque o historiador está investigando um tema como a cultura oral, vista como "arcaica": exatamente como Lord descobriu que

8 C. Geertz, *Interpretation of Cultures*. Nova York, 1973 [ed. bras.: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989]. Emmanuel Le Roy Ladurie em *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324* (Paris, 1975) realizou um trabalho admirável ao reconstruir o sistema cultural dos habitantes da aldeia. Yolanda Murphy e Robert F. Murphy, *Women of the Forest*. Nova York: Columbia University Press, 1974; Michelle Z. Rosaldo e Jane M. Atkinson, "Man the Hunter and Woman. Metaphors for the Sexes in Ilongot Magical Spells", in Roy Willis (org.), *The Interpretation of Symbolism*. Londres: Melaby, 1975, pp. 43-75; Rosaldo, *Knowlegde and Passion. Ilongot Notions of Self and Social Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980; Marilyn Strathern, *Women in Between. Female Roles in a Male World: Mount Hagen, New Guinea*. Londres: Seminar Press, 1972; Weiner, *Women of Value*, op. cit.

a arte da composição dos contadores de história da Iugoslávia poderia esclarecer a arte da composição de Homero, assim também os historiadores podem descobrir que os mecanismos da memória e o uso dos provérbios de algumas culturas africanas poderiam ajudá-los a visualizar como as coisas eram ditas nas aldeias do século XVI. A comparação de longo alcance pode também ser frutífera quando um assunto foi estudado em demasia sob uma orientação ocidental tão familiar que não possibilita mais a descoberta de qualquer significado novo, ou, então, quando foi tão pouco estudado que poucos traços definidores são discerníveis. Assim, o curso da história dos judeus na Europa poderia ser mais bem compreendido não apenas graças a mais pesquisa, mas também se levarmos em consideração a literatura antropológica sobre castas e etnicidade; a história do comportamento sexual no Ocidente ganharia em compreensão se refletíssemos sobre sistemas sexuais e culturas sexuais de outras partes do mundo.[9]

9 Albert B. Lord, *The Singer of the Tales*. Cambridge: Harvard University Press, 1960. Estudiosos da poesia trovadoresca também têm sido influenciados pelos métodos de Lord. John C. Messenger Jr., "The Role of Proverbs in a Nigerian Judicial System", in Alan Dundes (org.), *The Study of Folklore*. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice Hall, 1965, pp. 299-307; Elinor Keenan, "Norm-Makers, Norm-Breakers: Uses of Speech by Men and Women in a Malagasy Community", in Richard Bauman e Joel Sherzer (orgs.), *Explorations in the Ethnography of Speaking*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974, pp. 125-43; N. Davis, *Society and Culture*, pp. 227-67; George De Vos, *Japan's Invisible Race. Caste in Culture and Personality*. Berkeley: University of California Press, 1966; Fredrik Barth (org.), *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*. Bergen/Oslo: Universitetsforlaget, 1969; Abner Cohen (org.), *Urban Ethnicity*. Londres: Tavistock Publications, 1974. Para um esforço no uso da teoria das castas para dar forma a um estudo historiográfico sobre os judeus, ver Maurice Kriegel, *Les Juifs à la fin du Moyen Âge dans l'Europe méditerranéenne*. Paris: Hachette, 1979. Material etnográfico considerável sobre a homossexualidade é relatado em Randolph Trumbach, "London's Sodomites: Homosexual Behavior and Western Culture in the Eighteenth Century", *Journal of Social History*, XI, 1977, pp. 1-33. Para uma visão notável de um sistema sexual, ver Raymond C. Kelly, "Witchcraft and Sexual Relations. An Exploration in the Social and Semantic Implications of the Structure of Belief", in Paula Brown e Georgeda Buchbinder (orgs.), *Man and Woman in the New Guinea Highlands*. Washington: American Anthopological Association Publications, 1976, pp. 36-53. Para um exemplo de trabalho historiográfico efetivamente permeado por uma perspectiva de cruzamento cultural, ver Kenneth R. Dover, *Greek Homosexuality*. Nova York: Penguin, 1980.

Obviamente existem riscos nas sondagens do historiador no terreno da antropologia. Um deles é às vezes levantado pelos próprios antropólogos: historiadores são ecléticos ao escolher seus mentores; misturam indiferentemente as ideias de oponentes de uma mesma profissão, deterministas em demografia e economia a analistas de símbolos, os que enfatizam significado e linguagem aos que enfatizam função e poder, os que acreditam em escalas evolutivas da cultura aos que não acreditam. E isso não parece ser um problema significativo. Os historiadores certamente vão querer estar a par das diferentes escolas de interpretação antropológica (e do ecletismo antropológico) e integrá-las efetivamente em sua própria visão da organização social. Com certeza, devemos ler materiais etnográficos com bastante cuidado para entender os argumentos e as respectivas provas. Mas devemos assimilar todas as reservas específicas que os antropólogos têm em relação aos próprios trabalhos, ou então seu corpo a corpo, mais do que precisam fazê-lo em relação aos nossos?

Um perigo mais sério está no emprego equivocado da interpretação e do trabalho de campo antropológicos em casos históricos. Consultamos os escritos antropológicos para buscar não propriamente prescrições mas sugestões; não propriamente regras universais do comportamento humano mas comparações pertinentes. E não há substituto para o trabalho extensivo em fontes históricas. Não há como um ritual na Nova Guiné ou na Zâmbia possa ser usado para estabelecer o significado e a utilidade de um ritual, digamos, na Europa do século XVI; as provas devem provir das pessoas e das instituições da época investigada. Não há como relacionar a psicologia das acusações de feitiçaria entre os azande e a dos europeus sem que consideremos como as noções de propriedade, corpo, alma, saúde, associação entre pessoas ou grupos etc. do século XVII poderiam ter afetado os temores que as pessoas tinham umas em relação às outras.[10]

A antropologia não é, portanto, algo como uma visão superior em relação à realidade social, a que os historiadores deveriam se converter, mas uma disciplina irmã que crescentemente estreita os laços com a nossa. Durante cerca de quarenta anos os etnógrafos têm estudado culturas urbanas ou camponesas como se fossem tribais; à medida que seu interesse se deslocou para sociedades "avançadas" e para a Europa contemporânea, eles foram, cada vez mais, se envolvendo com a natureza da transformação histórica e com o estudo do passado. Devemos não apenas fazer empréstimos com discernimento, mas também estar preparados para dar conselhos quanto ao próprio trabalho dos etnógrafos e também quanto à teoria antropológica.[11]

Quando Mintz sugere a expansão da produção e do consumo de açúcar como um indicador de mudança social ao longo de vários séculos, podemos fazer sugestões contrastivas a respeito da produção, da venda e do consumo de mel. Quando lemos textos antropológicos que parecem enfatizar em demasia determinado sistema ou consenso à custa da mudança e do conflito, podemos chamar a atenção para as fraturas, as fontes da discórdia e da resistência, e os mecanismos da transformação prováveis em determinada sociedade. E que

---

10 Ver o debate entre H. Geertz e Keith Thomas, "An Anthropology of Religion and Magic", *Journal of Interdisciplinary History*, VIII, 1975, pp. 71-109; e também o artigo de Edward P. Thompson, "Anthropology and the Discipline of Historical Context", *Midland History*, I, 1972, pp. 41-55.

11 Robert Redfield, *The Folk Culture of Yucatán*. Chicago: University of Chicago Press, 1941. Dentre vários trabalhos, podemos citar: C. Geertz, *The Social History of an Indonesian Town*. Cambridge: MIT Press, 1963; Milton Singer, *When a Great Tradition Modernizes. An Anthropological Approach to Indian Civilization*. Nova York: Praeger, 1972; Wolf, *Peasants*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966, com bibliografia; William Mangin (org.), *Peasants in Cities. Readings in the Anthropology of Urbanization*. Boston: Houghton Mifflin, 1970; Mintz, "Slavery and the Rise of Peasantries", *Historical Reflections*, VI, 1979, pp. 213-42; Sydel Silverman, *Three Bells of Civilization. The Life of an Italian Hill Town*. Nova York: Columbia University Press, 1975; Christian, *Person and God in a Spanish Valley*. Nova York: Seminar Press, 1972; Susan Tax Freeman, *The Pasiegos. Spaniards in No Man's Land*. Chicago: University of Chicago Press, 1979. Para um estudo notável demonstrando que os povos primitivos supostamente estáticos podem ter um senso da história, ver Renato Rosaldo, *Ilongot Headhunting, 1883-1974*. Stanford: Stanford University Press, 1980. Historiadores e antropólogos têm trabalhado juntos em Paris, no *laboratoire* de Claude Lévi-Strauss e nos seminários da École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales; e também na Inglaterra, na Itália e nos Estados Unidos. Volumes coletivos como os de Jack Goody (org.), *Literacy and Traditional Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968; Goody, Joan Thirsk e Thompson (orgs.), *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976; Barbara A. Babcock (org.), *The Reversible World. Symbolic Inversion in Art and Society*. Ithaca: Cornell University Press, 1978, dão testemunho dessa nova colaboração.

possamos ir além das "inevitáveis" forças da urbanização, da mercantilização e da industrialização como os responsáveis por toda a transformação. Quando olharmos para um conjunto de símbolos ou atos rituais explicados apenas em um contexto de uma cultura estável, que especulemos sobre o que poderiam significar em uma situação de mudança e controvérsia.[12]

De fato, o impacto da antropologia em minha própria reflexão historiográfica tem sido o de reforçar meu senso não de um passado imutável, mas da variedade das experiências humanas. Existem conjuntos de relações que se pode conceber como possíveis, mas que esquemas evolutivos não necessariamente comportam. Mercados nem sempre expulsam a dádiva, os centros nem sempre eliminam as localidades específicas; e a história nem sempre toma o lugar do mito. A antropologia pode ampliar as possibilidades, pode nos ajudar a tirar vendas de nossos olhos e nos proporcionar um novo lugar para ver o passado e descobrir o estranho e o surpreendente na paisagem familiar dos textos históricos.

Publicado originalmente como "Anthropology and History in the 1980s" em Theodore K. Rabb e Robert I. Rotberg (orgs.), *The New History – The 1980s and Beyond*, coleção Studies in Interdisciplinary History. Princeton: Princeton University Press, 1982. Tradução de Milton Ohata.

12 Mintz, "Time, Sugar, and Sweetness", *Marxist Perspectives*, II, 1979-80, pp. 56-72.

CARLO GINZBURG

13. CONTROLANDO A EVIDÊNCIA: O JUIZ E O HISTORIADOR

possamos ir além das "inevitáveis" forças da urbanização, da mercantilização e da industrialização como os responsáveis por toda a transformação. Quando olharmos para um conjunto de símbolos ou atos rituais explicados apenas em um contexto de uma cultura estável, que especulemos sobre o que poderiam significar em uma situação de mudança e controvérsia.[12]

De fato, o impacto da antropologia em minha própria reflexão historiográfica tem sido o de reforçar meu senso não de um passado imutável, mas da variedade das experiências humanas. Existem conjuntos de relações que se pode conceber como possíveis, mas que esquemas evolutivos não necessariamente comportam. Mercados nem sempre expulsam a dádiva, os centros nem sempre eliminam as localidades específicas; e a história nem sempre toma o lugar do mito. A antropologia pode ampliar as possibilidades, pode nos ajudar a tirar vendas de nossos olhos e nos proporcionar um novo lugar para ver o passado e descobrir o estranho e o surpreendente na paisagem familiar dos textos históricos.

Publicado originalmente como "Anthropology and History in the 1980s" em Theodore K. Rabb e Robert I. Rotberg (orgs.), *The New History – The 1980s and Beyond*, coleção Studies in Interdisciplinary History. Princeton: Princeton University Press, 1982. Tradução de Milton Ohata.

12 Mintz, "Time, Sugar, and Sweetness", *Marxist Perspectives*, II, 1979-80, pp. 56-72.

CARLO GINZBURG

13. CONTROLANDO A EVIDÊNCIA: O JUIZ E O HISTORIADOR

1

Evidência, como *pista* ou *prova*, é uma palavra crucial para o historiador e para o juiz. Essa afinidade implica tanto convergências quanto divergências, e isso tem sido reconhecido há muito tempo. Alguns desenvolvimentos recentes no trabalho do historiador lançam novas luzes sobre esse antigo tema.[1]

1 Trato de alguns dos temas mencionados neste ensaio nos seguintes trabalhos: "Clues: Roots of an Evidential Paradigm" e "The Inquisitor as Anthropologist", in *Clues, Myths, and the Historical Method*, trad. John e Anne C. Tedeschi. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989, pp. 96-125, 156-64 [ed. bras.: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003]; introdução a *Cultura popolare nell'Europa moderna*, de Peter Burke, trad. Federico Canobbio-Codelli. Milão: A. Monadori, 1980, pp. XIV-XV [ed. bras.: *Cultura popular na Idade Moderna*, trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989]; "Proofs and Possibilities: In the Margins of Natalie Zemon Davis' The Return of Martin Guerre". *Yearbook of Comparative and General Literature*, trad. Anthony Guneratne, n. 37, 1988, pp. 114-27, especialmente n. 7, p. 116; "Montrer et citer: La vérité de l'histoire". *Le Débat*, 56, set.-out. 1989, pp. 43-59; e "Just One Witness", in *Probing the Limits of Representation: Nazism and the Final Solution*, Saul Friedlander (org.). Cambridge, Mass., no prelo. Este ensaio é parcialmente baseado em passagens extraídas do meu livro *Il giudice e lo storico: Considerazioni in margine al processo Sofri*. Turim: Einaudi, 1991.

Nos últimos 2500 anos, desde os primórdios do gênero literário que chamamos "história", na Grécia Antiga, o relacionamento entre a história e a lei tem sido muito estreito. De fato, o termo grego *historia* deriva da linguagem médica, mas a habilidade argumentativa que ele traz se relacionava à esfera judicial. A história, como enfatizava Arnaldo Momigliano há alguns anos, emerge como atividade intelectual independente na interseção da retórica e da medicina. Seguindo o exemplo da última, o historiador analisa casos específicos e situações buscando suas causas naturais; seguindo as prescrições da primeira – uma técnica, ou uma arte, nascida nos tribunais –, ele comunicava os resultados de sua investigação.[2]

Na tradição clássica, a escrita da história (e da poesia) tinha de trazer uma marca que os gregos chamavam *enargeia*, e os romanos, *evidentia in narratione*: a habilidade de construir uma vívida representação de personagens e situações. O historiador, como o advogado, devia formular um argumento convincente comunicando a ilusão de realidade, não pela exibição de provas coligidas por si ou por outros.[3] Coligir provas era, até a metade do século XVIII, uma prática de antiquários e eruditos, não de historiadores.[4] Quando, em seu *Traité des differentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire* (1769), o erudito jesuíta Henri Griffet comparou o historiador a um juiz que cuidadosamente avaliava provas e testemunhas, ele expressava uma necessidade intelectual ainda não formulada. Somente alguns anos depois Edward Gibbon publicou seu *Decline and Fall of Roman Empire*, o primeiro trabalho que efetivamente combinava narrativa histórica e abordagem antiquária.[5]

2 Ver Arnaldo Momigliano, "History between Medicine and Rhetoric", in *Ottavo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, trad. Ricardo Di Donato. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1987, pp. 14-25.

3 Ver C. Ginzburg, "Montrer et citer", op. cit.

4 Ver A. Momigliano, "Ancient Historian and the Antiquarian", in *Contributo alla storia degli studi classici*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1955, pp. 67-106.

5 Ver Henri Griffet, *Traité des differentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire*, 2ª ed. Liège: Bassompierre, 1770. Allen Johnson, em seu *Historian and Historical Evidence*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1926, fala do *Traité* como "o mais significativo livro sobre método depois de *De re diplomatica*, de Mabillon (p. 114). Ver também Momigliano, "Ancient Historian and the Antiquarian", p. 81, e Ginzburg, "Just One Witness". Sobre Gibbon, ver Momigliano, *Sesto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1980, pp. 231-84.

A comparação entre o historiador e o juiz perdurou. Em sua famosa frase (pronunciada primeiramente por Schiller) "*Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*", Hegel expressou, através do duplo sentido de *Weltgericht* ["corte de justiça do mundo" e "julgamento final"], o cerne de sua própria filosofia da história: a secularização da perspectiva cristã da história mundial [*Weltgeschichte*].[6] A frase, com toda a sua ambiguidade, enfatiza a sentença do juiz. Griffet, pelo contrário, enfocava o estágio anterior, em que o juiz (e o historiador) conduziam uma justa avaliação de provas e testemunhas. Próximo ao fim do século, Lord Acton, em sua aula inaugural como *Regius Professor* de História Moderna em Cambridge (1895), enfatizou a relevância de ambos os momentos: a historiografia, na medida em que se baseia na evidência, pode superar feudos e tensões tornando-se "um tribunal aceito, idêntico para todos".[7] Essas palavras refletem uma tendência bastante difundida de pensamento, reforçada pela atmosfera positivista em voga. No fim do século XIX e ao longo das primeiras décadas do XX, muita historiografia – sobretudo a historiografia política e, de forma mais especial, a historiografia relacionada à Revolução Francesa – desenvolveu-se em uma atmosfera semelhante à de um tribunal.[8] Mas aqui surge uma cisão. Um historiador como Hippolyte Taine, que se considerava um "zoologista moral", suscitou frias reações dos historiadores que tentavam combinar engajamento político e neutralidade científica. Alphonse Aulard, por exemplo, comparou a atitude de Taine perante a Revolução à de um "juiz superior, imparcial". Tanto Aulard como seu oponente, Albert Mathiez, preferiram assumir o papel de promotores ou de advogados para provar, com base em arquivos ricos em detalhes, a culpa de Robespierre ou a corrupção de Danton. Essa tradição, fundamentada nos discursos judiciários políticos e morais, seguida de condenações ou absolvições, sobrevive há muito tempo: *Un Jury pour la Revolution*, de Jacques Godechot, um bem conhecido historiador da Revolução Francesa, foi publicado em 1974.[9]

Esse modelo judicial, enfatizando tendências existentes, causou duplo impacto na historiografia. Por um lado, fez com que historiadores visassem a eventos (políticos, militares, diplomáticos) que pudessem ser facilmente atribuídos a ações específicas de um ou mais indivíduos; por outro, abandonam-se fenômenos (como a vida social, *mentalités*, dentre outros) que resistem a uma abordagem baseada nesse paradigma explanatório. Como em um negativo fotográfico, reconhecemos os *slogans* invertidos dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, o periódico iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929: a rejeição à chamada *histoire événementielle* [história acontecimental] e a ênfase nos menos evidentes, mas mais profundamente significativos fenômenos históricos. Sem causar muita surpresa, no livro não terminado de Bloch sobre o método histórico encontramos a seguinte ironia: "Robespierristas! Antirrobespierristas! Pelo amor de Deus, digam-nos simplesmente quem foi Robespierre". Acossado pelo dilema "julgar ou entender", Bloch não hesitou em preferir o último.[10]

---

6 Comparar Karl Löwith, *Meaning in History*. Chicago: Chicago University Press, 1949, p. 12: "A história do mundo é a corte de justiça do mundo". Na tradução para o inglês as implicações religiosas do mote, enfatizadas por Löwith, desaparecem. Como me foi dito por Alberto Gajano, Hegel cita o mote pelo menos três vezes: comparar "Heidelberger Enziklopädie", § 448, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, v. 12 de *Werke in zwanzig Bänden*, Eva Moldenhauer e Karl Markus Michel (orgs.). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970, p. 559 [ed. bras.: *Filosofia da história*, trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora da UnB, 1995]; *Enziklopädie der philosophischen Wissenshcaften im Grundrisse*, § 548, v. 10 de *Werke in zwanzig Bänden*, p. 347; e *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 340, v. 7 de *Werke in zwanzig Bänden*, p. 503. De um ponto de vista geral, comparar Reinhart Koselleck, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*, trad. Keith Tribe. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985, pp. 34, 106, 253 [ed. bras.: *Futuro passado: contribuição à semântica do tempo histórico*, trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006].

7 Lord Acton, "Inaugural Lecture on the Study of History", in John Neville Figgis e Reginald Vere Laurence (orgs.), *Lectures on Modern History*. Londres, 1906, p. 17.

8 Sobre a "historiografia judicial", ver as brilhantes observações de Luigi Ferrajoli, *Il Manifesto*, 23 e 24 fev., 1983.

9 Ver Jacques Godechot, *Un Jury pour la Révolution*. Paris: Robert Laffont, 1974. Ver também Bruno Bongiovanni e Luciano Guerci (orgs.), *L'albero della Rivoluzione: Le interpretazioni della Rivoluzioni Francese*. Turim: Einaudi, 1989, em que achei boa ajuda, principalmente nos verbetes "Alphonse Aulard" e "Albert Mathiez", de Michel Vovelle, e "Hippolyte Taine", de Regina Pozzi. Alphonse Aulard, *Taine: Historien de la Révolution française*, traz essa interessante observação: "*Je crois donc être sûr, je ne dis pas de paraître impartial, mais d'être impartial*" (p. VII). Ver também Sitzungberichte der Akademie der Wissenschaften, *Eine Jury für Jacques Roux: Dem Wirken Walter Markovs gewidmet*, Manfred Kossok (org.). Berlim: Akademie-Verlag, 1981.

10 Marc Bloch, *The Historian's Craft*, trad. Peter Putnam. Nova York: Vintage Book, 1953, p. 140 [ed. bras.: *Apologia da história ou O ofício de historiador*, trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001].

Retrospectivamente, parece óbvio que essa tinha de ser a alternativa vitoriosa. Para demonstrar esse ponto, dois exemplos tomados à historiografia da Revolução Francesa serão suficientes. A tentativa de Mathiez de explicar a política de Danton por intermédio de seus amigos e de sua própria corrupção parece claramente inadequada hoje em dia; por outro lado, a reconstrução do *Grande medo de 1789*, feita por Georges Lefebvre, é hoje considerada um clássico da historiografia contemporânea.[11] Estritamente falando, Lefebvre não era membro do grupo dos *Annales*, mas seu *Grande Peur de 1789* jamais teria sido escrito sem *Les Rois thaumaturges*, publicado por Bloch em 1924, quando ambos ainda eram colegas na Universidade de Estrasburgo.[12] Os dois livros lidam com entidades não existentes: o poder de curar a escrófula, atribuído aos reis franceses e ingleses, e os ataques a ladrões fantasmagóricos, dando força a uma alegada "conspiração aristocrática". A relevância histórica de tais eventos, que nunca aconteceram, é baseada em sua eficácia simbólica: ou seja, pelo modo com que eram percebidos por uma multidão de anônimos. Estamos bem longe da historiografia moralista inspirada em um modelo judicial.

O prestígio reduzido desse tipo de historiografia deve ser saudado, acredito, como um fenômeno positivo. Mas, muito embora há vinte anos fosse possível aceitar, sem nenhuma qualificação, a distinção clara traçada entre juiz e historiador sugerida por Bloch, hoje as coisas parecem mais complicadas. Mais e mais, ficamos impacientes não apenas com uma historiografia inspirada pelo modelo judicial, como também com o elemento que havia sugerido a Griffet sua analogia entre o historiador e o juiz: a noção de prova.

11 Ver Albert Mathiez, *La Corruption parlamentaire sous la Terreur*, 2ª ed. Paris, 1927, e Georges Lefebvre, *La Grande Peur de 1789*. Paris: A. Colin, 1932 [ed. bras.: *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*, trad. Carlos Eduardo de Castro Leal. Rio de Janeiro: Campus, 1979]. A antítese entre esses dois livros é meramente simbólica; por exemplo, ela não leva em conta *Vie chère et le mouvement social sous la Terreur*. Paris, 1927. Sobre Mathiez, ver François Furet e Mona Ozouf, *Dictionnaire critique de la Révolution Française*. Paris: Flammarion, 1988, ver nesse volume "Histoire universitaire de la Révolution", pp. 990-91. Sobre Lefebvre, ver a Introdução ao *La Grande Peur de 1789*, de Jacques Revel.

12 Ver M. Bloch, *Les Rois Thaumaturges: Études sur la caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre*. Estrasburgo, 1924 [ed. bras.: *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*, trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005]. Comparar com "Georges Lefebvre", de Guerci, in *L'albero della Rivoluzione*.

2

Nos últimos vinte e cinco anos, palavras como *prova* ou mesmo *verdade* (ligada à primeira por um forte nexo, ainda que histórico) adquiriram nas ciências sociais um tom de desuso, evocando implicações positivistas. Essa reação indiscriminada implica, penso, uma confusão que necessita de esclarecimento. Há um elemento no positivismo que precisa ser inequivocamente rejeitado: a tendência a simplificar o relacionamento entre evidência e realidade. Numa perspectiva positivista, a evidência é analisada apenas de modo a apurar se, e quando, ela implica uma distorção, intencional ou não. O historiador é, então, confrontado com várias possibilidades: um documento pode ser falso; um documento pode ser autêntico, mas não confiável, na medida em que a informação fornecida por ele possa ser mentirosa ou enganosa; ou um documento pode ser autêntico e confiável. Nos primeiros dois casos, a evidência é descartada; no último, é aceita, mas somente como evidência de *algo*. Em outras palavras, a evidência não é tomada como um documento histórico em si, mas um *medium* transparente – como uma janela aberta que nos dá acesso direto à realidade.

Esses pressupostos, ainda compartilhados por muitos historiadores contemporâneos (incluindo alguns ferrenhos críticos do positivismo), são, sem dúvida, errados e intelectualmente infrutíferos. Mas a abordagem cética que tem se disseminado amplamente nas ciências sociais vai muito além da justa rejeição dessas premissas, caindo no que chamo de armadilha às avessas. Em vez de lidar com a evidência como uma janela aberta, os céticos contemporâneos a tomam como um muro, que por definição bloqueia qualquer acesso à realidade. Essa atitude antipositivista radical, que considera todos os pressupostos referenciais como ingenuidade teórica, acaba se tornando, à sua maneira, um positivismo invertido.[13] A ingenuidade e a sofisticação

13 A posição de Marcel Mauss era bem diferente: ver seus "Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie", in *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1960, pp. 281-310, trad. Ben Brewster, sob o título *Sociology and Psycology: Essays* (Boston, 1979) [ed. bras.: "Relações reais e práticas entre a psicologia e a antropologia", in *Sociologia e antropologia*, trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2005]. Ver especialmente a página 287 [ed. bras.: p. 321], onde ele rejeita a tendência a separar "*la conscience du groupe de tout son substrat matériel et concret. Dans la société, il y a autre chose que des*

teórica compartilham um pressuposto comum e igualmente simplista: aceitam a relação entre evidência e realidade.

Tal relacionamento ainda deve ser visto como altamente problemático. Há muitos anos, em seu pioneiro *Arnaldo de Brescia nelle fonti del secolo XII* (1954), Arsenio Frugoni denunciou com eficiência uma bem divulgada falácia erudita, segundo a qual diferentes peças de evidências, escritas sob vários (às vezes mesmo conflitantes) pontos de vista, podem ser combinadas para estabelecer uma narrativa fluente e homogênea.[14] As conclusões de Frugoni, baseadas na análise de um grupo de textos literários, têm um valor mais geral. É necessário sublinhar que os historiadores – lidem eles com fenômenos recentes, distantes ou mesmo em processo – nunca se aproximam diretamente da realidade. Seu trabalho é necessariamente inferencial. Uma evidência histórica pode ser tanto involuntária (um crânio, uma pegada, despojos de comida) quanto voluntária (uma crônica, um ato notorial, um garfo). Mas, em ambos os casos, um paradigma interpretativo específico é necessário, devendo ser relacionado (no último caso) a um código específico, segundo o qual a evidência se constrói.[15] As evidências de ambos os tipos podem ser comparadas a um espelho produtor de distorções. Sem uma ampla análise da distorção que lhe é inerente (os códigos com que ela foi construída e/ou deve ser percebida), uma reconstrução histórica correta é impossível. Mas essa afirmação deve ser lida também em sua contrapartida: uma leitura puramente interna da evidência, sem nenhuma referência a sua dimensão referencial, é igualmente impossível. A grande falha de *Le Miroir d'Hérodote*, trabalho brilhante, porém problemático, de François Hartog, é instrutiva. Reconstruir a representação do Outro (os citas) consumada por Heródoto somente a partir do texto do próprio historiador tem se provado objetivo inalcançável.[16] À injunção em voga de estudar a realidade como texto deveria se somar a advertência de que texto nenhum pode ser entendido sem uma referência a realidades extratextuais.

Mesmo que rejeitemos o positivismo, portanto, necessitamos ainda nos confrontar com noções como as de "realidade", "prova" e "verdade". Isso não significa, claro, que os fenômenos não existentes ou os documentos falsos sejam historicamente menos relevantes para o historiador. Há setenta anos, Bloch e Lefebvre ensinaram o contrário. Mas a análise das representações sociais não pode fechar os olhos ao princípio da realidade. O pavor dos camponeses franceses no verão de 1789 teve implicações mais profundas, mais reveladoras e significativas na medida em que tornava possível demonstrar que o fenômeno que o causou – aqueles bandidos muito temidos – nunca existiu. Logo, podemos concluir que as tarefas do historiador e do juiz implicam a habilidade de demonstrar, segundo regras específicas, que *x* fez *y*, sendo *x* designado ator principal, ainda que não nomeado, de um evento histórico ou de um ato legal, e *y*, qualquer tipo de ação.[17] Mas, às vezes, casos que um juiz pode desconsiderar como juridicamente inexistentes se tornam frutíferos aos olhos de um historiador.

3

De fato, historiadores e juízes têm, segundo a tradição, objetivos amplamente divergentes. Por muito tempo, os historiadores lidaram exclusivamente com acontecimentos políticos e militares: com Estados, não indivíduos. E Estados, ao contrário de indivíduos, não podem ser levados ao tribunal. De Tucídides a Maquiavel, a Hegel e além, esse fato inegável inspirou reflexões profundas, às vezes trágicas, sobre a amoralidade do poder ou sobre o Estado como instrumento de uma forma superior de moralidade, dentre outras.

---

représentations collectives, si importantes ou si dominantes qu'elles soient" [a consciência do grupo de todo o seu substrato material e concreto. Na sociedade, há algo mais que representações coletivas, por importantes ou dominantes que sejam].

14 Ver Arsenio Frugoni, *Arnaldo della Brescia nelle fonti del secolo XII* [1954]. Turim: Einaudi, 1989, com introdução de Giuseppe Sergi, "Arsenio Frugoni e la storiografia del restauro". Ver também C. Ginzburg, "Proofs and Possibilities", pp. 123-24.

15 Gostaria de agradecer a Immanuel Wallenstein, com quem há três anos tive uma longa conversa sobre esse tópico, envolvendo muitas discordâncias frutíferas.

16 Ver François Hartog, *Le Miroir d'Hérodote: Essai sur la représentation de l'autre.* Paris: Gallimard, 1980. Tradução de Janet Lloyd sob o título *The Mirror of Herodotus: The Representation of the Other in the Writing of History.* Berkeley, 1988 [ed. bras.: *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999]. Ver também Ginzburg, "Proofs and Possibilities", op. cit., pp. 121-22.

17 Sobre a noção judicial de prova, ver Ferrajoli, *Diritto e ragione: Teoria del garantismo penale.* Roma: Laterza, 1989, p. 108 [ed. bras.: *Direito e razão: teoria do garantismo penal*, trad. Ana Paula Zomer Sica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006].

Há, contudo, um tipo de gênero fronteiriço que trabalha com as vidas dos indivíduos: a biografia. Mesmo esse tipo de atividade intelectual transmitiu-se até nós pelos gregos antigos. Em suas palestras de Harvard – *The Development of Greek Biography* –, Momigliano enfatiza a diferença duradoura entre história e biografia como gêneros literários.[18] Droysen, grande historiador do século XIX, escreveu que seria possível fazer a biografia de Alcebíades, César Bórgia e Mirabeau – mas não de César ou Frederico, o Grande. Como Momigliano comenta, "a aventura, o fracasso, a figura marginal, são assuntos para a biografia".[19] Mas as vidas dos "indivíduos histórico-mundiais", como Hegel os categorizou, devem ser supostamente identificadas com a história universal.

Mas o século XIX não foi apenas o século de Napoleão. Foi também o século do acesso total da burguesia ao poder, da transformação do campo europeu, do crescimento acachapante das cidades, das primeiras lutas dos trabalhadores, do início da emancipação feminina. Para uma análise histórica desses fenômenos, novas categorias teóricas, novos métodos de pesquisa e novos dispositivos estilísticos foram necessários. Porém, a história social, a sucessora intelectual da *histoire des moeurs* [história dos costumes] do século XVIII, desenvolveu-se devagar. Um exemplo inicial de história escrita de baixo para cima, o bem conhecido *Essai sur l'histoire de la formation e du progrès du Tiers Etat* (1850), de Augustin Thierry, tomou a forma de uma "biografia imaginária". Em um ensaio curto chamado "Histoire véritable de Jacques Bonhomme, d'après les documents authentiques" (1820), Thierry traçou a biografia de Jacques, o camponês francês prototípico – uma biografia de vinte séculos, da invasão romana ao presente. Era para ser apenas "uma brincadeira", *une plaisanterie*, mas amarga. Centrando o foco em uma única personagem, Thierry enfatizava que, a longo prazo, os senhores eram diferentes (romanos, francos, a Monarquia Absoluta, a República, o Império, a Monarquia Constitucional), as formas de poder mudavam, entretanto a dominação sobre os camponeses permanecia, geração após geração.[20] O mesmo mecanismo narrativo foi usado por Michelet em sua primeira parte de *La Sorcière* (1862): as transformações, bem como a continuidade às escondidas da bruxaria medieval, foram expressas por uma mulher, a Bruxa, agindo por meio de uma série de acontecimentos que de fato perduraram por séculos. Parece óbvio que Michelet encontrou inspiração em Thierry. Em ambos os casos, uma personagem simbólica aponta para uma multidão de vidas perdidas na miséria e na opressão: as vidas de indivíduos que, como se lê no verso inesquecível de Baudelaire, "*n'ont jamais vécu!*".[21] Nesse sentido, os historiadores respondiam a um desafio que provinha de romancistas como Balzac.[22] A mistura de biografia imaginária e *documents authentiques* deu aos historiadores a oportunidade de superar um triplo obstáculo: a irrelevância do tema (campesinos, bruxas) segundo os critérios tradicionais; a ausência de evidências; e a ausência de modelos estilísticos. Algo similar também aconteceu depois do triunfo da cristandade, quando a emergência de novos tipos humanos – bispos, santos e santas – inspirou tentativas de remodelar velhos modelos biográficos, tanto quanto de criar novos.[23]

Orlando (1928), de Virginia Woolf, pode ser considerado um experimento convergente, ainda que não idêntico, na medida em que se baseia mais na

---

18 Ver Momigliano, *The Development of Greek Biography*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1971.

19 Id., ibid., pp. 2-3.

20 Esse pequeno ensaio apareceu primeiramente no *Le Censeur Européen*, 12 de maio de 1820: repetido em Augustin Thierry, *Dix ans d'études historiques*. Paris, 1835, pp. 308-17. Uso a edição de 1842, de Milão. Ver também Lionel Gossman, *Augustin Thierry and Liberal Historiography*, suplementar a *History and Theory*, n. 15, 1976, pp. 1-83; Pozzi, introdução a Thierry, *Scritti storici*. Turim: Einaudi, 1983; e Michel Gauchet, "Les *Lettres sur l'histoire de France* d'Augustin Thierry", in Pierre Nora (org.), *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986, v. 2, pt. 1, pp. 247-316.

21 "*Encore la plupart n'ont-ils jamais connu/ La douceur du foyer et n'ont jamais vécu!*" [E entre eles muitos há que nunca conheceram/ A doçura do lar e que jamais viveram!], in Charles Baudelaire, "Le Crépuscule de soir", pp. 11 e 38-39, *Les Fleurs du Mal*, in *Oeuvres complètes*, Y.-G. Le Dantec (org.). Paris: Pléiade, 1961, p. 91 [ed. bras.: "O crepúsculo vespertino", in *As flores do Mal*, trad. Ivan Junqueira. São Paulo: Nova Fronteira, 1985, pp. 349-51].

22 Ver C. Ginzburg, "Proofs and Possibilities", op. cit., p. 120. Ao observar que *L'Histoire véritable de Jacques Bonhomme* foi imediatamente seguida em *Le Censeur européen* por uma resenha entusiasmada, também de Thierry, do *Ivanhoé* de Walter Scott, Gauchet comenta: "*Ce que les sources suggèrent, le roman historique révèle que la technique existe qui permet l'explorer*" [Aquilo que sugerem as fontes, o romance histórico revela que existe a técnica que permite explorá-lo] (Gauchet, "Les *Lettres sur l'histoire de France* d'Augustin Thierry", op. cit., p. 274).

23 Ver Momigliano, "Marcel Mauss e il problema della persona nella biografia greca" e "The Life of St. Macrina by Gregory of Nyssa", in *Ottavo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, op. cit., pp. 179-90, 333-47.

invenção literária do que na reconstrução histórica. Nesse caso o herói, que com orgulho caminha ao longo dos séculos, é mais marginal do que nunca: um andrógino. Esse trabalho parece ser uma prova a mais de que o mecanismo narrativo que descrevo, longe de ter implicações puramente técnicas, era uma tentativa consciente de sugerir uma dimensão histórica escondida, ou no mínimo mal percebida. Personagens eternas construídas em uma escala sobre-humana, como Jacques Bonhomme ou a Bruxa, foram concebidas como projeções simbólicas de uma multidão de vidas esquecidas, condenadas à completa irrelevância.[24]

4

Mencionar nesse contexto uma noção histórica (para não dizer judicial) de evidência pareceria obviamente sem sentido. Afinal, nenhum entre os livros mencionados pode ser visto como um típico exemplo de escrita histórica. Mesmo *La Sorcière* foi descartado como uma espécie de romance na época de sua publicação, em uma atmosfera já impregnada de positivismo.[25] Mas as coisas mudaram desde então. Hoje, o livro de Michelet é muito lembrado como uma das obras-primas da historiografia do século XIX. Essa mudança na apreciação está ligada a outra maior, que (como os exemplos que analisarei mostrarão) traz a área periférica, enevoada, entre história e ficção, ao centro do debate da historiografia contemporânea.

Vamos começar com *Medieval People* (1924), de Eileen Power. Power foi responsável, com Sir John Clapham, pelo projeto *The Cambridge Economic History of Europe*; por muitos anos, até sua morte prematura em 1941, ela

24 Pergunto-me se a ideia central de *Orlando: a Biography*, de Virginia Woolf. Nova York: C. Gaige, 1928 [ed. bras.: *Orlando*, trad. Cecília Meireles. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983], foi inspirada por *She, a History of Adventure* (Londres, 1887), o bem-sucedido romance de Henry Rider Haggard [ed. bras.: *Ela*, 6ª ed., trad. Adriano de Abreu. São Paulo: Nacional, 1984].

25 Ver o prefácio de Paul Viallaneux a Jules Michelet, *La Sorcière*. Paris: Garnier-Flammarion, 1966, p. 20 [ed. bras.: *A feiticeira*, trad. Maria Luiza A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992].

ensinou história econômica na London School of Economics.[26] *Medieval People* é um livro brilhante, baseado em pesquisa inédita, mas endereçado a um público genérico. Ele fornece uma imagem da sociedade medieval fundamentada em uma série de retratos de "gente comum e desconhecida da fama, com exceção de Marco Polo". Power pontua, em sua introdução, que "muitas vezes há tanto material para a reconstrução das vidas de gente comum quanto há para escrever a história de Robert da Normandia ou de Phillipa de Hainault".[27] Essa afirmação desafiadora é provavelmente exagerada. Não obstante sua habilidade inusitada de combinar erudição e imaginação, Power falha em demonstrar completamente sua tese. É significativo que Madame Eglentyne e a mulher de Ménagier, as duas únicas mulheres da série, foram tomadas de dois contextos literários duplamente distintos, ambos escritos por homens: Chaucer e o chamado Ménagier de Paris, autor de um livro de instruções para a sua esposa, escrito entre 1392 e 1394. Ainda mais significante é o fato de que o herói do primeiro capítulo de Power, Bodo o camponês, é pouco mais do que um nome inscrito em um livro de bens compilado durante o reinado de Carlos Magno por Irminon, abade de Saint-Germaine-des-Prés. Desse documento apreendemos que Bodo tinha uma esposa, Ermentrude, e três filhos, Wido, Gerbert e Hildegard; também dispomos de alguma informação sobre as terras em que ele costumava trabalhar. A fim de conferir alguma concretude a esses dados tão exíguos, Power delineia o ambiente social em que Bodo viveu e explica a organização do trabalho nas terras do mosteiro, o relacionamento entre os *manses* senhoriais e tributáveis, e o montante de trabalho exigido de seus habitantes. Então ela segue: "Vamos tentar imaginar um dia de sua vida. Em uma bela manhã de primavera, próxima ao fim do reinado de Carlos Magno, Bodo levanta cedo" (*MP*: p. 7). A descrição subsequente inclui uma tentativa

26 Ver o prefácio de M. M. Postan, E. E. Rich e Edward Miller (orgs.), a *Economic Organization and Policies in the Middle Ages. The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965, v. 3, p. V, e o prefácio de J. H. Clapham à primeira edição de seu trabalho, Clapham e Eileen Power (orgs.), Cambridge, 1941, pp. V-VIII. Sobre Power, vista como a contrapartida feminina de Bloch, ver Natalie Zemon Davis, "History's Two Bodies". *American Historical Review*, 93, fev. 1988, pp. 1-30, especialmente p. 18.

27 Eileen Power, *Medieval People* [1924]. Boston/Nova York: Houghton Mifflin Company, 1935, pp. VIII, VII; doravante abreviado como *MP*.

de reconstruir as crenças e superstições de Bodo: "Se você foi atrás de Bodo quando ele abriu sua primeira vala, provavelmente o viu tirar do gibão um pequeno bolo, feito por Ermentrude com diferentes tipos de farinha, e você o teria visto se curvar e o deixado sob a vala cantando: 'Terra, Terra, Terra! A Terra, nossa mãe!'" (aqui aparece um texto de magia anglo-saxã; *MP*: p. 12).

Não há necessidade de marcar as diferenças entre a vida de Jacques Bonhomme, esboçada rapidamente por Thierry em 1820, e a descrição detalhada da vida de Bodo fornecida por Power um século depois. Na primeira, a evidência, visando um herói simbólico, é disseminada ao longo de vinte séculos; na última, está concentrada ao redor da vida de um indivíduo real, em um tempo homogêneo. Em ambos os casos, contudo, evidências fragmentárias, pequenas, foram suplementadas por elementos tomados do contexto (diacrônico no primeiro caso, sincrônico no último). Power, no entanto, que começa de uma premissa realista, não simbólica, usa a noção de contexto de modo mais flexível. Por exemplo, é improvável que Bodo, habitante da Île-de-France, tenha cantado um feitiço anglo-saxão. Ademais, quando lemos que "Bodo certamente usou seu dia de folga para ir à feira" (*MP*: p. 21),[28] nós imediatamente entendemos que se trata de uma conjectura. Mas apenas um leitor ingênuo, ao ler uma sentença não conjectural como "Bodo segue assoviando no frio" (*MP*: p. 7), poderia perguntar se isso está baseado em alguma evidência. A primeira integração, como muitas no livro de Power, recai sobre uma compatibilidade histórica específica; a última, em uma plausibilidade vaga e geral (hoje em dia, camponeses assoviam; eles certamente assoviavam nos tempos de Carlos Magno). O assovio humano, porém, sendo prática cultural, não pode ser automaticamente projetado em uma sociedade.

Em seu prefácio a *Medieval People*, Power diz que "a história social entrega-se particularmente ao que se pode chamar de tratamento pessoal" (*MP*: p. VII). Nessa passagem, "pessoal" significa "tipológico" – ainda que em outro lugar Power expresse alguma reserva ao conceito de Max Weber de "tipo ideal".[29] Por muito tempo, de fato, historiadores deixaram de lado, explícita ou (muitas

28 A palavra "certamente" aqui significa "presumidamente", um desvio recorrente na linguagem do historiador.

29 Ver N. Davis, "History's Two Bodies", op. cit., p. 22, onde ela cita as observações críticas de Power sobre Weber em seu ensaio "On Medieval History as a Social Study". *Economica*, n.s. 1, fev. 1934, pp. 20-21.

vezes) implicitamente, a possibilidade de reconstrução das vidas de indivíduos desprivilegiados saídos de um passado distante. Segundo uma afirmação feita por François Furet em 1963, historiadores podem trabalhar com grupos situados na base da pirâmide social apenas segundo um ponto de vista quantitativo, anônimo, baseado na sociologia e na demografia histórica.[30] Uns poucos anos depois, contudo, alguns historiadores começaram a desaprovar essa conclusão excessivamente pessimista tentando reconstruir a vida de indivíduos, homens e mulheres, das classes populares do passado. Muito significativamente, as mais ricas (para não dizer as únicas à disposição) evidências para essa empreitada foram fornecidas, direta ou indiretamente, pelos registros dos tribunais de tempos e lugares distantes: França dos séculos XIV ou XVI, Itália e China do século XVII.[31] Essa nova contiguidade entre o historiador e o juiz trouxe mais uma vez à frente de batalha, ainda que em uma perspectiva distinta, as convergências e divergências antes mencionadas entre suas diferentes abordagens.[32]

O livro de Natalie Davis *The Return of Martin Guerre* ilustra as implicações contraditórias dessa contiguidade. O julgamento do homem que finge ser Martin Guerre está aparentemente perdido. Davis foi compelida a trabalhar sobre um detalhado comentário fornecido por Jean de Coras, o juiz que conduziu o julgamento. Assim, ela diz:

30 Ver F. Furet, "Pour une définition des classes inférieures a l'époque moderne", *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, 18, mai.-jun. 1963, pp. 459-74, especialmente p. 459.

31 Ver Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1314*. Paris: Gallimard, 1975, traduzido por Bárbara Bray sob o título *Montaillou: The Promised Land of Error*. Nova York: G. Braziller, 1978 [ed. bras.: *Montaillou, povoado occitânico: 1294-1324*, trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997]; N. Davis, *The Return of Martin Guerre*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1983; C. Ginzburg, *I benandanti*. Turim: Einaudi, 1966, traduzido por Tedeschi e Tedeschi, sob o título *The Night Battles: Witchcraft and Agrarian Cults in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983 [ed. bras.: *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários no século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001]; C. Ginzburg, *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del 1500*. Turim: Einaudi, 1976. Traduzido por Tedeschi e Tedeschi sob o título *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1980 [ed. bras.: *O queijo e os vermes*, trad. Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987]; e Jonathan Spence, *The Death of Woman Wang*. Nova York: Viking Press, 1978.

32 Ver C. Ginzburg, "The Inquisitor as Anthropologist", op. cit.

Na ausência do total testemunho do julgamento (todos os registros desse tipo anteriores a 1600 se perderam no Parlamento de Toulouse), trabalhei a partir dos registros de sentenças parlamentares para descobrir mais sobre o caso e sobre as práticas e posturas dos juízes. À caça de meus atores no campo, pesquisei contratos notoriais em aldeias nas cercanias das dioceses de Rieux e Lombez. Quando não encontrei meu homem ou minha mulher em Hendaye, em Artigat, em Sajas ou em Burgos, fiz o possível com outras fontes do período e do lugar para descobrir o mundo em que eles poderiam ser vistos e as reações que poderiam suscitar.[33]

Lembramos inevitavelmente de Power. De fato, em um recente artigo Davis traçou um retrato caloroso e intelectualmente simpático a ela.[34] Mas Davis é muito mais cuidadosa do que Power em separar verdades de possibilidades. Em vez de afastar no modo indicativo as aproximações que ela produziu para preencher vazios de documentação, Davis dá ênfase a esses vazios usando condicionais ou expressões como "talvez" e "pode ter havido". Podemos comparar sua abordagem às técnicas de restauração da arte antiga, como o *rigatino*, no qual as lacunas na pintura são enfatizadas por finos traços em vez de dissimuladas pela repintura, como se estivessem no passado.[35] O contexto, visto como espaço de possibilidades históricas, dá ao historiador o ensejo de integrar a evidência, muitas vezes feita de fragmentos e dispersos, sobre a vida de um indivíduo. Nós obviamente estamos muito distantes da perspectiva de um juiz.

O uso de registros de tribunais, portanto, não implica que historiadores, disfarçados de juízes, devam tentar reconstruir os julgamentos do passado – um objetivo que poderia ser desprovido de fundamento, se já não o fosse intrinsecamente impossível. Debates como o perpetrado por Robert Finlay e Natalie Davis sobre a culpa ou a inocência de Bertrande de Rols, a mulher de Martin Guerre, parecem um pouco fora de propósito. Mesmo a ênfase de Davis sobre a importância da reconstrução de contexto como um mero

33 N. Davis, *The Return of Martin Guerre*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1983, p. 5.
34 Ver N. Davis, "History's Two Bodies", op. cit.
35 Ver C. Ginzburg, "Proofs and Possibilities", op. cit., pp. 122-25. Ver também A. Lloyd Moote, resenha de *The Return of Martin Guerre*, de Davis, *American Historical Review*, 93, jun. 1988, pp. 553-71.

"objetivo adicional" me parece marcada por certa timidez teórica.[36] O objetivo específico desse tipo de pesquisa histórica deveria ser, penso, a reconstrução do relacionamento (sobre o qual tão pouco sabemos) entre as vidas individuais e os contextos em que elas se desdobram.[37]

Tentativas de conectar esses dois polos são muitas vezes conjecturais. Mas nem todas as conjecturas são igualmente aceitáveis. Tomemos outro livro baseado no registro literário de um julgamento perdido: *The Death of Woman Wang*, de Jonathan Spence. Em uma tentativa ousada de reconstruir o que Wang, a pobre camponesa que protagoniza o livro, sonhava no momento que imediatamente antecedia sua violenta morte, Spence usou uma série de fragmentos dos trabalhos literários de P'u Sung-ling, um escritor chinês do século XVII que viveu em uma região vizinha. "Combinando algumas dessas imagens em forma de montagem", diz Spence, "parece-me que podemos ir além de outras fontes desse mundo perdido e chegar perto de expressar o que pode ter passado pela mente da mulher Wang enquanto ela dormia antes de morrer."[38] Não estou questionando a probidade de Spence perante seus leitores: o sonho foi impresso em itálico. Estamos portanto em uma zona intermediária, apontando a possibilidade histórica ("o que pode ter havido"), e não a evidência concreta. Mas recriar o sonho de uma pobre camponesa através das palavras de um literato e ensaísta erudito parece, de algum modo, um exercício gratuito.

5

Minha atitude diante das questões de evidência e prova tem uma dívida profunda com o trabalho de Arnaldo Momigliano. Não é por acaso que o citei tão frequentemente. Em um ensaio publicado alguns anos antes de sua morte, ele expressou com aspereza característica o "ponto fundamental":

36 N. Davis, "On the Lame", *American Historical Review*, 93, jun. 1988, p. 573. Ver Robert Finlay, "The Refashioning of Martin Guerre". *American Historical Review*, 93, jun. 1988, pp. 553-71.
37 Ver Giovanni Levi, "Les Usages de la biographie", in *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, 44, nov.-dez. 1989, pp. 1 325-36.
38 Jonathan Spence, *The Death of Woman Wang*. Nova York: Viking Press, 1978, pp. XIV-XV. Ver também pp. 128-31, 160-61.

> [1] O historiador trabalha com a evidência. [2] A retórica não é seu trabalho. [3] O historiador tem de assumir os critérios do senso comum para julgar sua própria evidência. [4] Ele não pode se permitir acreditar que seus critérios de verdade sejam relativos, e que o que seja verdade para si hoje não o será amanhã.[39]

O ponto [1] tem se tornado cada vez menos óbvio, em si e em suas implicações. Parece-me absolutamente verdadeiro, mas [2] me parece impossível de aceitar, acima de tudo se assumirmos que a linguagem do historiador tem implicações cognitivas e não meramente retóricas. Já [3] parece mais uma provocação consciente, contradita por todo o trabalho de Momigliano, na qual ele explorou a longa e complexa história dos supostos "critérios de senso comum". Lembro a rejeição ao relativismo, expressa com tanta força em [4], como particularmente importante e basicamente verdadeira. Contudo, eu sugeriria que uma distinção deve ser feita entre a verdade, como um princípio regulatório, e os critérios de verdade.[40] Os exemplos que analisei antes mostram que os respectivos papéis de verdade e possibilidade são, na pesquisa histórica contemporânea, um assunto ainda em aberto e debatido. É impossível antever se um novo consenso acadêmico, comparável àquele que emergiu no final do século XVIII em relação à relevância dos métodos antiquários, emergirá sobre esses assuntos. Mas isso (para citar Momigliano de novo) "não é [nosso] trabalho".

Uma simples analogia poderia ser sugerida nesse contexto. Nem os desenvolvimentos passados da língua que falamos, nem os futuros, nem a existência de outras línguas, afetam nosso compromisso com a língua que falamos ou seu domínio sobre a realidade. Tradutibilidade e relativismo não são sinônimos.

Publicado originalmente como "Checking the Evidence: The Judge and the Historian". *Critical Inquiry*, 18, outono de 1991. Tradução de Bruno Gambarotto.

---

39 A. Momigliano, "Considerations on History in the Age of Ideologies", in *Settimo contributo alla storia degli studi classici e del mondo ântico*. Roma: Ed. di Storia e Letteratura, 1984, p. 268; na passagem citada acima, os números nos colchetes são meus. Ver também sua "Rhetoric of History and the History of Rhetoric: On Hayden White's Tropes", pp. 49-59 do mesmo volume.

40 Sobre a noção kantiana de "ideias regulatórias", ver Amos Funkenstein, *Theology and the Scientific Imagination from the Middle Ages to the Seventeenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 1986, pp. 18-22.

JOYCE APPLEBY, LYNN HUNT E MARGARET JACOB

14. INTRODUÇÃO A *TELLING THE TRUTH ABOUT HISTORY*

Mais pessoas nos Estados Unidos têm chegado ao *college* ou à universidade do que em qualquer país, e em qualquer época. Os norte-americanos deveriam saber muitas coisas – e, de fato, sabem. No entanto, a confiança no valor e na verdade do conhecimento escapa a todos. Isso é especialmente verdadeiro no que se refere ao conhecimento histórico, já que a maior parte dos norte-americanos aceitou uma única narrativa da história nacional como parte de sua herança. Atualmente, há uma crescente ênfase na diversidade das experiências étnicas, raciais e de gênero e um profundo ceticismo sobre se essa narrativa dos feitos norte-americanos diz respeito a mais do que um enredo [*story*] autolaudatório que mascara o poder das elites. A história tem sido abalada em seus fundamentos científicos e culturais no mesmo momento em que essas bases são contestadas.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o número de estudantes de nível superior mais do que quintuplicou, passando de 2.338 milhões, em 1947, para 13.043 milhões, em 1988. Ainda mais impressionante, a proporção de mulheres na população estudantil subiu de 29% para 54%. Em 1988, 19% de todos os universitários eram homens e mulheres de cor. Muitos desses novos estudantes – especialmente aqueles que pertencem a grupos aos quais antes se negava o acesso aos níveis de excelência da vida cultural da nação – trouxeram ao *college* pouca confiança nos principais pressupostos intelectuais acerca do passado norte-americano. Eles também ficaram pouco impressionados

com o modelo de conhecimento objetivo derivado da ciência e dominante desde o século XIX. Outrora prerrogativa de um pequeno grupo de filósofos, esse atual ceticismo disseminado forçou professores a se tornarem mais reticentes quanto às tradições intelectuais que endossavam. Uma poderosa fissura nas fundações filosóficas da cultura ocidental estava em vias de se romper.

Sem dúvida, nós três somos os produtos de uma expansão sem precedentes do ensino superior nos Estados Unidos. Como outros, chegamos à carreira acadêmica como intrusos. Fomos particularmente sensíveis aos modos como a objetividade reclamada havia sido usada para nos excluir de uma participação plena na vida pública do país, destino que dividimos com outros de nosso sexo, com as classes trabalhadoras e minorias. Também valorizamos, por nossa condição marginal, o ceticismo e o relativismo, que oferecem modos de investigação essenciais para a retificação dos erros da exclusão.

Já quando os estudantes de nossa geração amadureceram e se tornaram professores universitários, a credibilidade de algumas certezas havia desaparecido de todo. Não se pensava mais que qualquer forma de conhecimento, incluindo a história, pudesse ser modelada segundo o método científico de investigação, ou que o progresso da ciência e da tecnologia fosse inquestionavelmente desejável – quanto mais, melhor. Onde antes uma ciência livre de valores havia feito sentido e oferecido esperanças de progresso sustentável, agora nem uma verdade incontestável e edificante sobre o passado norte-americano, nem um avanço científico benigno pareciam possíveis àqueles que refletiam. É como se a educação superior tivesse sido aberta a nós – mulheres, minorias, trabalhadores – ao mesmo tempo que perdíamos as bases filosóficas que haviam escorado a credibilidade da elite intelectual.

Qualquer um que tenha ensinado na universidade norte-americana contemporânea e escutado, por palavras educadas ou simplesmente gestos, "É sua opinião, professor", sabe que o ceticismo a respeito de tudo, do significado da história norte-americana ao valor da ciência, está na ordem do dia. Contudo, não são os estudantes que medem bem as palavras; existe atualmente uma nova geração de filósofos sustentando que tudo é relativo ao lugar em que você se encontra, transformando a verdade em crença e, assim, dependente da "barraca" sob a qual você acampa em seu pequeno quinhão do espaço social.

Este livro confronta diretamente as incertezas presentes sobre valores e a busca da verdade e chama a atenção para atuais controvérsias sobre o

conhecimento objetivo, a diversidade cultural e os imperativos políticos de uma educação democrática. Ele o faz mediante o foco no projeto de história, especificamente ao perguntar o que as pessoas devem saber sobre o passado que as ajudaria a elucidar o presente. Nosso argumento central é de que o ceticismo e o relativismo sobre a verdade, não apenas na ciência mas também na história e na política, têm crescido a partir da insistente democratização da sociedade norte-americana. A abertura do ensino superior a praticamente todos que o procuram, a reescrita da história norte-americana a partir de múltiplas perspectivas culturais e a deposição da ciência como a fonte e o modelo para tudo o que é verdadeiro são fenômenos inter-relacionados. Não é por acaso que todos aconteceram quase simultaneamente.

Nas décadas que sucederam à Segunda Grande Guerra, os velhos absolutismos intelectuais foram depostos: ciência, história científica, a história a serviço do nacionalismo. Em seu lugar – quase como um relatório intermediário –, a geração pós-guerra tem elaborado sociologias do conhecimento, produzido registros de diversos povos e histórias baseadas em identidades de grupo e gênero. Mulheres, minorias e trabalhadores passaram a povoar a história americana e ocidental na qual, anteriormente, heróis, gênios, chefes de Estado – ícones da ordem e do *status quo* – reinavam incólumes. A geração pós-guerra tem questionado categorias fixas antes defendidas como racionais por todos os pensadores e desnaturalizado o comportamento social outrora presumidamente codificado nas próprias estruturas do humano. Como membros dessa geração, perguntamos, rotineiramente, e até com irritação: história de quem? Ciência de quem? Interesses de quem são servidos por essas ideias e narrativas? O desafio é acabar com todas as pretensões à universalidade expressas em frases como "Os homens são..." ou "Naturalmente a ciência é..." e "Como todos nós sabemos...".

Em contraposição aos críticos que vociferam contra a iminente morte da cultura ocidental sob o impacto da democratização da educação, nós defendemos a percepção e as revisões tornadas possíveis por essa mesma democratização. Neste livro, abraçamos um ceticismo saudável e comemoramos a pesquisa que tem lançado as bases de um entendimento multicultural da história humana. Rejeitamos, todavia, o cinismo e o niilismo que acompanham o relativismo contemporâneo. Buscamos uma visão do passado e uma postura intelectual em relação ao presente que promovam uma sociedade ainda mais democrática. Para alcançar esse objetivo, pensamos ser essencial

confrontar as atuais controvérsias sobre a história nacional, a integridade científica e a possibilidade de obter a verdade e a objetividade no conhecimento humano do passado.

Um conjunto de questões se apresenta. Os norte-americanos precisam de um conhecimento da história e, se precisam, da história de quem e com que objetivos? É a história uma ciência ou uma arte? É a história, em certo sentido, sempre propaganda? As respostas a essas perguntas foram outrora óbvias para as pessoas de boa educação, mas já não o são. Pelo menos uma coisa parece clara, no entanto: raramente a história é objeto de tamanha controvérsia. No mundo antes comunista, um levante de cidadãos derrubou estátuas de Lênin e outros heróis nacionais desacreditados e destituiu professores de história e livros didáticos, sob o argumento de que estavam irremediavelmente contaminados pela ideologia marxista. Quando governos repressivos deixam o poder, não importando se de esquerda ou direita, os cidadãos se apressam em encontrar evidências históricas dos crimes praticados por esses governos para animar o esforço de reconstrução da nação.

Por serem a história e a evidência histórica tão decisivas para o sentido de identidade das pessoas, a própria evidência muitas vezes se torna foco de batalha. Isso fica claro no esforço de alguns grupos em negar a realidade da solução final de Hitler. O Institute of Historical Review, por exemplo, publicou anúncios em jornais universitários e organizações profissionais de todo o país buscando pesquisas que contestassem fatos sobre o genocídio sistemático de judeus durante a ocupação nazista na Europa. As pessoas por trás dessa organização têm conseguido tornar pública sua ação, não importa quão grotesca seja, usando nomes que sugerem objetividade ("Instituto de Não Importa o Quê" soa mais neutro do que "neonazista", ou "grupo de propaganda antissemita", por exemplo) e manipulando leis que defendem a liberdade de expressão. Uma vez que mentiras são algumas vezes repetidas por meio impresso ou por ondas de rádio, elas parecem questões dignas de debate.

Esse é um exemplo extremo de um conjunto mais abrangente de temas que concernem à finalidade e às responsabilidades da história. Nos Estados Unidos, a controvérsia recente sobre a história tem se centrado nos livros didáticos, que, avaliados pelos críticos, se mostraram eurocêntricos, racistas, sexistas e homofóbicos – isso em todos os níveis da educação. Eles celebram mais as conquistas, supõe-se, de homens brancos europeus, todos mortos, do que mostram as contribuições das mulheres, das minorias, dos

gays ou de outros grupos oprimidos e excluídos, e reforçam o pior dos estereótipos racistas e sexistas em vez de ajudar as crianças e jovens a enxergar através deles. Grupos inteiros de escritores são contratados para produzir história com perspectivas, a princípio, mais em sintonia com os valores de uma sociedade diversificada.

Os apoiadores do multiculturalismo, como o movimento é hoje chamado, têm sido duramente criticados como propagandistas violentos, que valorizam uma linha politicamente motivada de interpretação mais do que a verdade. Eles têm sido acusados de exagerar deliberadamente as contribuições de minorias para que estas se sintam bem consigo mesmas às custas da imparcialidade e de um senso comum de identidade nacional. Comissões de Estado e funcionários públicos têm posto relatórios em circulação, e o resultado é uma sociedade irritada, confusa e intrigada. Deveria a história criar orgulho étnico e autoconfiança? Ou ela deveria organizar algum tipo de verdade objetiva sobre o passado? A história deve ser continuamente reescrita para desfazer a perpetuação de estereótipos raciais e sexistas? Ou deve permanecer acima do tumulto e das preocupações sociais e políticas da atualidade? O ensino de uma história nacional coerente é essencial à democracia? É o ataque à história tradicional outro sinal de um insidioso barbarismo à vista, que desacredite o conhecimento e negue a possibilidade de verdade?

O furor sobre a história deve ser surpreendente para muitos adultos que se recordam de seus cursos da disciplina – se é que eles realmente se lembram de tais cursos – mais como sucessões de nomes, datas e eventos do que como lugar de acalorados debates sobre etnicidade e identidade nacional. O grande dilema contemporâneo do relativismo tem lançado a história no conflito. Todo grupo ou nação tem sua própria versão da verdade? É uma história tão boa quanto a outra? Qual é o papel do historiador, se a verdade é relativa à posição do autor?

Deixemos claro aquilo em que nós, autores, acreditamos. O ceticismo é uma forma de aprendizado tanto quanto uma instância filosófica. Desde os gregos, um certo ceticismo quanto à verdade tem sido essencial para a sua busca; ele encoraja as pessoas a aprenderem mais e permanecer abertas à possibilidade dos próprios erros. O ceticismo completo, por outro lado, debilita, pois lança dúvida sobre a capacidade de fazer julgamentos ou formular conclusões.

O ceticismo, de fato, se forma no próprio cerne da cultura do Ocidente. No período das Luzes, no século XVIII, algum grau de ceticismo havia parecido ser fundamental para qualquer intelectual de verdade. Diderot, um dos líderes do Iluminismo, insistia na ideia de que "todas as coisas precisam ser examinadas, todas precisam ser selecionadas e peneiradas sem exceção e sem que sensibilidades sejam poupadas". Na nova era anunciada por Diderot, pensadores deveriam "esmagar sem dó" as antigas tradições e questionar toda e qualquer barreira para o pensamento. Nada desde aquele tempo tem sido visto como dado ou acima de quaisquer questionamentos – nem os clássicos, nem a Bíblia, nem os ensinamentos da Igreja ou do Estado.

O relativismo, corolário moderno do ceticismo, crê que a verdade de uma afirmação está relacionada à posição da pessoa que a faz. Ele tem gerado uma ausência difusa de confiança na habilidade de encontrar a verdade, ou mesmo de estabelecer que haja algo como a verdade. O relativismo leva diretamente a um questionamento do ideal de objetividade porque mina a crença de que as pessoas podem sair de si mesmas para conseguir a verdade. Se a verdade depende do ponto de vista do observador, como pode haver algo transcendente, universal, uma verdade absoluta, ou pelo menos verdades que se sustentem para todos os grupos por muitas gerações? Estamos sustentando aqui que verdades a respeito do passado são possíveis, mesmo que não sejam absolutas, e por isso dignas de se lutar por elas.

A experiência da Segunda Guerra, com sua terrível artilharia nova e a orientação genocida do regime nazista, freou temporariamente o progresso do ceticismo e do relativismo. A matança de judeus parecia mostrar que os padrões morais absolutos eram necessários, que o relativismo cultural havia chegado a seu limite nos campos da morte. Mas a quietude era apenas temporária. Dúvidas transbordavam das restrições à consciência e faziam pressão contra as máximas da filosofia ocidental. O surgimento da era atômica, em 1945, e a crescente interconexão da grande ciência e do grande governo contestavam a posição desinteressada da própria ciência. Os movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos e os protestos contra a Guerra do Vietnã colocaram em questão a habilidade de cientistas, estadistas e professores de escapar aos preconceitos políticos e raciais. Os ecologistas reclamavam que a ciência moderna, em nome do progresso, inventou as máquinas de destruição em massa e que a indústria estava poluindo o meio ambiente. No século XX, a civilização ocidental produziu o mais tecnologicamente sofisticado genocídio jamais visto

na história. Progresso, democracia, conhecimento objetivo e modernidade não pareciam mais marchar ao lado do desenvolvimento da humanidade.

Não escrevemos para lamentar o sucesso do ceticismo e do relativismo. Fomos moldadas por essas atitudes tanto quanto qualquer um. Antes dos anos 1960 e no início dos 1970, quando conseguimos nossos primeiros postos na universidade, éramos pouquíssimas mulheres ensinando nos mais influentes departamentos de história do país. Nesse sentido, estávamos entre os bárbaros cuja passagem à academia foi lamentada por críticos hostis. Não apenas testemunhamos como também participamos do destronamento de ícones intelectuais antes sagrados. Treinadas para sermos "científicas" em nossos métodos, desafiamos o herdado, as interpretações tradicionais da história europeia e norte-americana. Até mesmo, talvez sem gratidão, questionamos as pretensões da ciência pela verdade desinteressada e pela objetividade imparcial. Influenciadas pelos filósofos do século XX, trouxemos novas teorias para relacionar velhos temas filosóficos – liberais e marxistas – a respeito do modo como a história funciona, e descobrimos que as tradicionais interpretações deixavam a desejar. Se é o momento de reconhecer algo, usamos o ceticismo e o relativismo como ferramentas (alguém diria armas) para formar novos entendimentos do passado.

Não obstante, vemos o ceticismo e o relativismo como facas de dois gumes. Eles podem ser empunhados contra os poderes que instigam uma maior inclusão, mas também podem ferir aqueles empenhados em promover qualquer tipo de conhecimento. Essas posições implicam que o conhecimento sobre o passado é simplesmente uma construção ideológica que serve a interesses particulares, fazendo da história uma série de mitos que estabelecem ou reforçam identidades de grupo. Céticos e relativistas são categóricos em definir a ciência como um mero construto social, ou simplesmente uma série de convenções linguísticas, um elaborado jogo de poder codificado matematicamente para garantir a dominação do Ocidente sobre as riquezas da Terra.

Queremos nos conduzir para além desse tipo de ceticismo, enquanto abraçamos um entendimento pluralista e complexo de nós mesmos como norte-americanos e ocidentais. Fazemos isso observando atentamente como os historiadores escreveram no passado e como escrevem hoje. Porque queremos afirmar as realizações na historiografia da ciência, da mudança social e do desígnio nacional, tomamos ambos os lados, dos relativistas à esquerda e dos defensores do *status quo ante* à direita.

Acreditamos que as difíceis questões nos recentes debates públicos sobre a história podem ser entendidas por qualquer um que deseje ler um livro sobre elas. Se o público está confuso sobre o significado da história como objeto, então os historiadores são pelo menos parcialmente culpados. É tempo de nós, historiadores, nos responsabilizarmos por explicar o que fazemos, como fazemos, e por que é importante fazer. Não é apenas o público que está confuso sobre o papel e o estatuto da história. A maioria dos formandos em história tem pouca noção da vocação do historiador ou sobre como seus professores aprenderam o que ensinam. Não é preciso dizer, a situação dos estudantes do ensino médio é ainda mais complicada, já que a história é muitas vezes soterrada por um currículo generalizante de estudos sociais. Ademais, cursos de história, em todos os níveis, são geralmente concebidos para organizar um objeto específico e não para cultivar um modo de pensar o passado.

Finalmente, e talvez mais penoso, historiadores profissionais têm sido chamados com tanta frequência a publicações, que temos tido pouco tempo ou inclinação para participar de debates gerais sobre o sentido de nosso trabalho. Questões sobre a relevância de modelos científicos para a pesquisa da verdade histórica ou o papel da história na construção da identidade nacional – para nomear dois tópicos deste livro – são muitas vezes dispensadas pelos historiadores como irrelevantes para seu trabalho, por eles definido como pesquisas em arquivos ou como a escrita de livros acadêmicos e artigos. Questões sobre o relativismo, a verdade ou a objetividade são relegadas à filosofia da história ou deixadas àqueles poucos historiadores da história intelectual, com interesses pronunciados nesses assuntos. Muitos historiadores imaginam que apenas aqueles com conhecimento especializado podem participar do debate, ainda que reconheçam que as polêmicas sobre a relação da história com a ciência, com a ficção e com a identidade nacional estejam despertando grande interesse público. Não estamos escrevendo com um sentimento de superioridade aos historiadores que evitaram esses debates no passado; nós viemos da mesma cultura profissional. Mas esperamos encorajar uma mais ampla discussão de assuntos que digam respeito a qualquer um.

Nossos objetivos neste livro são simples e diretos, mas também ambiciosos. Queremos oferecer a leitores comuns, estudantes de história e historiadores profissionais alguma noção dos debates que perfazem o relacionamento da história com a verdade científica, a objetividade, o pós-modernismo e a construção coletiva da identidade. Mapeamos um curso de reflexões sobre esses temas

que, esperamos, venha a prover novas respostas. Nenhuma de nós é especialista em filosofia da história. Cada uma de nós tem sido treinada como historiadora em áreas específicas de pesquisa, e trazemos esse treinamento para dar suporte à nossa análise de debates gerais ligados à história no final do século XX.

Estamos abrindo um flanco que é amplo e inclusivo. No entanto, nossos argumentos podem ofender certos setores. De fato, no presente clima cultural, feito de controvérsias iniciadas por críticos e caricaturistas de ambas as pontas do espectro político, as ofensas surgem facilmente. O conflito cultural tem sido endêmico na vida intelectual do Ocidente desde que os filósofos, como foram chamados os líderes do Iluminismo, começaram suas contendas com os clérigos. Com a divisibilidade da cultura por norma, é temerário escrever livros empenhados em temas culturais e esperar uma recepção pacífica. Tem havido algum progresso, entretanto. Não há quem, pelo menos no Ocidente, ainda queime livros (ou autores), embora o caso de Salman Rushdie teste seriamente a adesão de editores, livreiros e governos à liberdade de expressão.

O que os historiadores fazem de melhor são conexões com o passado, de modo a iluminar o presente e as potencialidades do futuro. Esperamos mostrar como os historiadores conceitualizaram suas atribuições no passado e, particularmente, como essas atribuições se desenvolveram de um simples contar [*story*] a responder um complexo feixe de questões sobre a experiência humana. As ambições da história mudaram com o tempo, expandindo-se para incluir questões gerais do desenvolvimento histórico – ideia nova nos séculos XVIII e XIX. Porém, na medida em que as ambições da história cresceram, também surgiram questionamentos sobre a capacidade dela de contar algo [*story*] com alguma certeza.

A democratização da universidade torna o dilema posto pelo ceticismo e pelo relativismo especialmente urgente. O relativismo é, agora, tema de qualquer ramo do conhecimento, da ciência à literatura. Críticos do "isolamento do pensamento norte-americano" encabeçado pelos novos "radicais empossados" da universidade estão certos em pelo menos um aspecto: os estudantes recebidos nos dias de expansão dos anos 1960 são agora professores nomeados com posições de poder para dar forma a currículos, exigências e ao futuro da universidade. Os "bárbaros" não estão prestes a entrar; ainda que não controlem os orçamentos, eles estão nos mais importantes comitês universitários, ensinando em muitos dos mais importantes cursos e

escrevendo muitos dos mais influentes livros. Eles transformaram o ceticismo e o relativismo em moeda de troca na vida intelectual.

Argumentamos que a prática democrática da história encoraja o ceticismo sobre as perspectivas dominantes, mas ao mesmo tempo crê na realidade do passado e na possibilidade de conhecê-lo. Acabar com essa tensão em favor de um ou outro lado é desistir da luta pelo esclarecimento. Uma abertura para o diálogo entre certeza e dúvida mantém a fé na qualidade expansiva da democracia. Essa abertura, por sua vez, depende de uma versão do modelo científico do conhecimento, baseado na crença na realidade do passado e na capacidade humana de estabelecer contato com ele, que ajuda a disciplinar o entendimento ao exigir contato constante com algo exterior à mente humana. Em uma democracia, a história viceja na paixão por estabelecer e comunicar a verdade.

Mesmo em uma democracia, a história sempre envolve poder e exclusão, pois a história sempre é a história de alguém, contada por aquele alguém, sob um certo ponto de vista. Ainda assim, a realidade externa tem o poder de impor-se à mente; realidades passadas permanecem nos registros de vários tipos que os historiadores são treinados a interpretar. O esforço de estabelecer uma verdade histórica promove, ele próprio, a civilidade. Uma vez que ninguém pode estar certo de que a explicação dele ou dela seja definitivamente certa, qualquer um pode ouvir outras vozes. A história é sempre provisória; ninguém terá a última palavra.

Nas páginas a seguir, esperamos mostrar que uma prática democrática da história – uma na qual um sempre crescente coro de vozes é ouvido – oferece a melhor forma de dar um sentido ao mundo. Nós também apresentaremos uma nova forma de pensar a objetividade, uma que argumente em favor da centralidade da ciência para a cultura ocidental e para a busca da verdade. São muitas as razões para os norte-americanos (e também para cidadãos de qualquer país do Ocidente) expandirem seu engajamento na educação pluralista e continuar sua avaliação dos termos que os definem como nação. Mas as histórias nacionais são ainda necessárias, como é a fé no objetivo último da educação: a rigorosa busca pela verdade útil para todos os povos.

Publicado originalmente como "Introduction", in Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob, *Telling the Truth about History*. Nova York: Norton, 1995. Tradução de Bruno Gambarotto.

MICHEL VOVELLE

15. A HISTÓRIA E A LONGA DURAÇÃO

Em 1958, quando Fernand Braudel escreveu seu célebre artigo sobre a "longa duração", o texto soava, na tradição dos *Annales*, como uma proclamação, e mesmo como uma profissão de fé. Os referentes históricos não eram, então, numerosos e, mesmo podendo o autor contar com sua própria prática – *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*,[1] demonstração exemplar da preocupação com a continuidade no tempo e no espaço –, mesmo sendo ainda possível pensar no Marc Bloch de *Caractères originaux de l'histoire rurale française* ou em Ernest Labrousse e sua *Esquisse du mouvement des salaires et des prix au XVIII^e^ siècle*,[2] os exemplos marcantes ainda se contavam nos dedos da mão, e isso apesar da publicação de *Séville et l'Atlantique entre 1504 et 1650*,[3] de Pierre Chaunu. Nos anos imediatamente posteriores é que deviam aparecer as monografias ousadamente alojadas no tempo longo, isto é, de um perí-

---

1 Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1976 [ed. bras.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984].

2 Ernest Labrousse, *Esquisse du mouvement des salaires et des prix au XVIII^e^ siècle*. Paris: Dalloz, 1932.

3 Pierre Chaunu, *Séville et l'Atlantique entre 1504 et 1650*. Paris: SEVPEN, 1956-60.

odo de um século ou mais, entre as quais podemos lembrar aqui o *Beauvaisis*, de Pierre Goubert (1960), e *Provence*, de René Baehrel e Edouard Baratier (1961). Antes que os exemplos se multiplicassem em seguida, ao mesmo tempo que a própria noção de tempo longo ia se tornando cada vez mais ampla, compreendendo, por exemplo, nas pesquisas de Emmanuel Le Roy Ladurie, quatro séculos da vida social total dos camponeses do Languedoc (séculos XIV a XVIII).

Não constitui uma facilidade qualquer partir do ensaio de Fernand Braudel a fim de se perguntar – vinte anos depois – que destino levou o tempo longo, antecipação dos anos 1960, triunfante, banalizada e, às vezes, contestada hoje (1978). É dizer pouco lembrar que Fernand Braudel combatia em duas frentes: o interior e o exterior à história; e que encarava ainda mais três ou quatro querelas. No campo histórico, ele se afirmava pela referência a um ontem quase longínquo para nós, o da história historizante, ou acontecimental, aquela mesma que os primeiros líderes da escola dos *Annales* tinham condenado; ele estigmatiza o "acontecimento explosivo, notícia ruidosa... cuja fumaça invasora enche a consciência dos contemporâneos...". Esse acontecimento que se tornou, para ele, em sua última mutação, o "tempo curto", "a mais caprichosa e enganadora das durações", dominara a história política dos últimos cem anos: mas os então recentes sucessos da história econômica que Fernand Braudel registra com uma satisfação divertida não significavam o fim; ele punha em dúvida, no "recitativo da conjuntura, do ciclo, o meio século de Kondratieff...",[4] os perigos do aparecimento de um novo acontecimental, lugar de um "patetismo econômico de curta duração", e até mesmo um meio desviado para voltar a um "patético político de velhíssimo estilo", do qual o célebre esboço de Ernest Labrousse, "Trois crises, trois révolutions",[5] lhe parecia a melhor ilustração. Essas referências ajudam a situar melhor o artigo de F. Braudel numa conjuntura historiográfica

4 Kondratieff: economista norte-americano de origem russa, nascido em 1892; publicou em 1925 uma obra, *Business Economics*, em que estabelecia, na economia dos países industrializados do século XIX, ciclos de quinze a vinte anos. Cf. G. Imbert, *Des Mouvements de longue durée, Kondratieff*. Aix-en-Provence: La Pensée Universitaire, 1959.

5 E. Labrousse, "1848-1830-1789. Comment naissent les révolutions", in *Actes du Congrès Historique du centenaire de la Révolution de 1848*. Paris: PUF, 1948.

precisa, e talvez seja lícito ver nele, retrospectivamente, como o fez Pierre Vilar, um quê de "implicância". Mas a abertura apresentada ia bem além de um testemunho que seria hoje historicamente datado: situando igualmente seu projeto em referência às outras ciências humanas, anexionistas e, aparentemente, triunfantes, Braudel opta então, para a história, pelo futuro. Se ele reserva para com a antropologia e a etnografia a possibilidade de contatos reforçados, uma vez dissipados os mal-entendidos do momento, ele é de uma severidade sem complacência para com o tempo curto do sociólogo: no programa que ele traça para a história futura, sob a insígnia da longa duração, muitas noções-chave emergem, que nós veremos retornar hoje tanto quanto *leitmotivs*: a de *estrutura*, inicialmente em vias de se impor e da qual Philippe Ariès tinha se servido de forma magistral em seu ensaio *O tempo da história*;[6] a de *modelo*, tomada de empréstimo à matemática qualitativa, que já era operacional em outras ciências humanas... Todos esses meios são apresentados com uma mescla de audácia e reserva, servindo para apreender melhor o tempo ou os tempos da história: não a quase intemporalidade dos mitos ou dos dados elementares de um comportamento humano, mas, sim, a "medianamente" longa duração de uma história social definida como inconsciente, no sentido em que Marx escrevera que "os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem". A história inconsciente, para ele, é precisamente aquela que se situa na longa duração, por trás da crosta dos acontecimentos legíveis em demasia, e que é lícito organizar em estruturas sucessivas, em que os elementos complementares de um sistema se correspondem. História socioeconômica: porém mais do que aquela dos movimentos e das rupturas até então privilegiada, a das "civilizações econômicas", em sua constância, "lençóis de história lenta" movendo-se na "semi-imobilidade" de um "tempo desacelerado". E, depois, também – e, talvez se deva dizer, sobretudo –, história cultural ou das mentalidades, definida como o campo privilegiado desses estudos no tempo longo, pois concebida como a história das "inércias" e das "prisões de longa duração": um tema sobre o qual se reunirão F. Braudel e E. Labrousse, o Labrousse que abria, em 1965, o colóquio de história social de Saint-Cloud exortando os historiadores a fazerem suas

6 Philippe Ariès, *Le Temps de l'histoire*. Mônaco: Ed. du Rocher, 1954 [ed. bras.: *O tempo da história*, trad. Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989].

prospecções sobre o "terceiro nível", a história das mentalidades, definida como a história das resistências à mudança.[7]

UM INSTRUMENTO QUE SE MANTÉM EXCEPCIONAL

A essa mescla de imprudências calculadas e de abertura reservada, a profissão de fé de Fernand Braudel deve, se não o fato de não ter envelhecido, ao menos o de continuar sendo um instrumento excepcional para apreciar o caminho percorrido desde então. Os equívocos resolvidos, os problemas esclarecidos. A invasão estruturalista ocorreu, e nem por isso a história morreu. E, sobretudo, sem premeditação e, na maioria das vezes, sem acordo entre eles, os historiadores se embrenharam em peso pelas diversas pistas que tinham sido abertas. A história de longa duração, como demonstra a descrição de suas frentes de trabalho, tal como se apresentavam há vinte anos, não infiel ao modelo que tinha sido traçado, mesmo que seu movimento por vezes a tenha conduzido a resultados imprevistos.

Alguns dos combates evocados então fazem, para nós, parte do passado: e para não voltar a isso, pode-se dizer que a morte de uma certa história historicizante hoje é um fato consumado. Mas teria o "acontecimento" condenado por Braudel realmente desaparecido do campo histórico? Sim e não... Sim, se considerarmos a que ponto de descrédito chegou hoje – pelo menos, no que diz respeito a uma parte da historiografia francesa – um acontecimento imponente como a Revolução, caso típico de "incongruência patética". E não, sem dúvida, pois os acontecimentos são como que dotados de sete vidas. E, para utilizarmos um argumento conjuntural e acontecimental, bastou uma pequena onda, como aquela ocorrida em maio de 1968, para despertar todo um impulso de investidas sobre o tempo curto, e não simplesmente como resposta a uma moda do instante... Mas essa não é a única razão.

Alguns temas parecem ter sido bem resolvidos nas frentes de batalha de vinte anos atrás. No entanto, algumas antecipações feitas então talvez tenham se tornado coisa do passado. Foi parcialmente com base na geo-história que F. Braudel, bem como outros líderes da primeira fase dos *Annales*, tinha desejado enraizar o retorno ao tempo longo, o que refletia muito bem um tempo de trocas fecundas

7 *L'Histoire sociale. Sources et méthodes*, colóquio da ENS de Saint-Cloud, 15-16 mai. 1965 (Paris: PUF, 1967).

entre a história e a geografia. Pena que somente a história vai bem – como já dissemos de modo um tanto peremptório –, ao passo que o mesmo não se pode dizer da geografia. Foi Pierre Chaunu – um dos mais aptos a fazê-lo – quem observou como os profundos enraizamentos em vastas personalidades étnicas ou geográficas, como o Mediterrâneo ou o Atlântico, se reduziram, desde então, às dimensões mais cômodas de uma monografia regional.[8] A pesquisa sobre a longa duração não necessita, imperativamente, de contextualizações por demais amplas: a rigor, o mar Mediterrâneo encolhe nas fronteiras de Montaillou, aldeia que pode ser um testemunho da Occitânia apenas por meio de uma dessas extrapolações que tanto apreciam os editores... o que não significa que seu caso perca o valor de demonstração. Com exceção dessas pequenas nuances e de algumas outras, não seria possível negar que, globalmente, a tendência anunciada foi seguida: e é de fato, num primeiro nível puramente descritivo, por um balanço vitorioso do tempo longo que podemos começar.

A VITÓRIA DO TEMPO LONGO: MODIFICAÇÃO DO CAMPO HISTÓRICO

Essa vitória resulta, sem dúvida, de diversas causas essenciais, que me sinto tentado a sintetizar seguindo duas direções: a modificação do campo histórico inicialmente e, em seguida, a dos métodos e técnicas de abordagem, dois elementos, de resto, intimamente ligados.

Modificação do campo histórico? Lembro-me de uma conversa com Emmanuel Le Roy Ladurie, em 1970, no tempo em que eu terminava minha pesquisa sobre a *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle*:[9] nós falávamos desse terceiro nível, que chamo, de modo clássico, de nível das superestruturas ideológicas; e do movimento que levou todo um grupo da escola dos historiadores sociais franceses, como dizíamos, do "porão ao sótão", da economia às mentalidades. E. Le Roy Ladurie afirmou na ocasião que, em seu caso, fazia questão de se limitar "ao porão"... Não sei se ele se lembra disso hoje, mas Mon-

8 P. Chaunu, "L'histoire géographique". *Revue de l'Enseignement Supérieur*, n. 44-45, 1969, pp. 66-77.

9 Michel Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle*. Paris: Seuil, 1978.

taillou demonstrou, brilhantemente, seu domínio sobre o conjunto do edifício, do porão ao sótão, da estrutura de uma unidade de produção rural[10] às formas mais complexas da mentalidade coletiva aldeã.

DO PORÃO AO SÓTÃO

Do porão ao sótão: esse poderia ser o tema básico a se propor para sobrevoar o tempo longo, na perspectiva de seus triunfos. O tempo das histórias que chamaremos de "clássicas", para simplificarmos as coisas, modificou-se: a própria história política, em mais de um aspecto, abandona a trama dos acontecimentos, para formular os problemas que só podem ser concebidos na duração, essencialmente, o problema do Estado, estrutura englobante que não se confunde com as realidades acadêmicas que eram analisadas pela antiga história das instituições, catálogo imobilizado em suas categorias. A mutação é ainda mais sensível numa história religiosa que sofre, cada vez mais, a pressão – ou o apelo – conjugada da sociologia religiosa e da história das mentalidades: não se produzem mais teses com o título "A bula *Unigenitus* nas dioceses de..."; porém, é do ponto de vista da longuíssima duração plurissecular que hoje muitos se interessam, por exemplo, pela religião popular, pelas heranças animistas pré-cristãs que impregnam de modo tão durável a religiosidade, da Idade Média à era moderna, pelas formas de religião popular cristianizada que se impõem, do século XII e XIII, até o triunfo da Reconquista católica, ocorrido na era clássica. Depois de ter acreditado num estado de "cristandade" na França das vésperas da Revolução, hoje é lícito se interrogar, como faz Jean Delumeau (retomando uma interrogação levantada por Gabriel Le Bras), se toda uma parte rural deste país teria de fato sido, um dia, verdadeira e profundamente cristianizada. Todas essas coisas só podem ser percebidas quando o recorte é bastante amplo, isto é, talhado ao fio dos séculos.

O EXEMPLO DA HISTÓRIA ECONÔMICA

É a história econômica, outrora "locomotiva" metodológica – aliás não rebaixada –, que manifesta de modo mais explícito a profunda modificação de uma ótica. Ela adquiriu seus títulos de nobreza como história do movimento e da conjuntura: a escola francesa, de François Simiand a E. Labrousse, fez com que se admitisse a verdade, agora banalizada, da imbricação dos três tempos do economista: o tempo curto do ciclo decenal, com seu paroxismo convulsivo da crise – com duração de um ano ou mesmo de apenas uma estação do ano; o tempo médio do interciclo; o tempo longo, ainda que progressivamente diminuído da Idade Média para cá, do movimento de longa duração secular – as tradicionais fases A e B de Simiand. Essa dialética dos tempos da história econômica encontrou a perfeição e o acabamento máximos com a história dos preços, tal como esta se constituiu a partir das grandes séries exploradas – as *mercuriales*[11] dos preços dos grãos ou dos produtos fabricados –, primeiros grandes triunfos de uma história quantitativa que ainda não se distinguia da história serial. Caso se queira tentar dizer as coisas de modo resumido, sem temer a inevitável caricatura que isso implica, é fácil recordar as mudanças materializadas há vinte anos que modificaram esse perfil: uma certa econometria quantitativa, à maneira da *New Economic History*, separou-se tendencialmente da história econômica para prosseguir, sozinha, prolongando, no que há de mais contemporâneo, suas especulações sobre a conjuntura. No campo histórico, a história econômica, sem negar seus procedimentos estabelecidos, saiu do domínio da história dos preços, que valorizava a ruptura, o acidente conjuntural, a crise: voltando-se para uma história, tanto quanto possível, da produção e dos crescimentos, ela trabalha, forçosamente, com uma duração mais vasta, o que se explica pelo fato de que séries mais maciças, menos finas e, amiúde, descontínuas acentuam a transição de uma pesquisa que se queria quantitativa para uma história serial.[12]

Essa reviravolta não se fez sem dificuldades, nem sem dissabores. Hoje pode ser de bom-tom evocar com um sorrisinho os pacientes pesquisadores de ontem que penaram para correlacionar as curvas de fecundidade, com nove meses de defasagem em relação aos nascimentos, e as curvas dos preços dos grãos praticados no ano da colheita. Mas é bom lembrar também com quanta dificuldade e incompreensão as ideias mais novas

10 No original, *terroir*. [N. T.]

11 Tabelas oficiais semanais que fixavam os preços dos víveres nos mercados públicos. [N. T.]

12 Sobre esses mecanismos e técnicas de história econômica, consultar, além dos artigos desse dicionário [ver *La Nouvelle Histoire*, onde foi publicado originalmente este artigo (N. E.)], M. Gillet, *Techniques de l'histoire économique*. Paris: CDU, 1962, 2 fasc.; e Jean Bouvier, *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains* (XIX^e-XX^e *siècles*). Paris: SEDES, 1969.

avançadas, com certa agressividade, por R. Baehrel[13] – substituir a história dos preços pela dos crescimentos e da produção –, puderam abrir caminho. Hoje isso tudo está compreendido, as novidades foram digeridas e, com o distanciamento, as oposições se atenuam. Retenhamos aqui, como exemplares de uma nova postura, os trabalhos que se inscrevem voluntariamente no tempo muito longo da respiração secular de uma exploração rural que associa geografia histórica na tradição braudeliana, movimentos dos homens e de suas implantações, bem como o de suas relações sociais e suas produções; nesse domínio, os camponeses do Languedoc estudados por E. Le Roy Ladurie oferecem uma demonstração de primeira grandeza. Le Roy Ladurie volta até o âmago da Idade Média, até a virada do século XIV, numa província que permanecia dominada pela economia agrícola: esse duplo enraizamento explica, sem dúvida, a emergência de um mundo, pelo menos grosseiramente, "imóvel", nos balanços de sua economia agrícola numa duração muito longa. Mas a monografia pontual, exemplar, que se tornou moda sob a nova forma de abordagem de um microcosmo aldeão, presta-se, igualmente, a uma tal demonstração: seria possível dizer de Montaillou, outra experimentação inovadora do mesmo autor – uma aldeia "occitânica" autopsiada até as profundezas, nas primeiras décadas do século XIV, a partir do documento privilegiado das visitas do inquisidor –, que ele praticamente não se apresenta favorável à nossa causa, permanecendo como um *flash* pontual no tempo: nessa ótica, porém, pode-se pensar na "aldeia imóvel" que Gérard Bouchard descobriu na Sologne (mas que, de modo algum, é uma curiosidade!) e esmiuçou no monolitismo de suas estruturas antigas, tal como se apresentavam na era clássica.[14] Nessa economia que E. Labrousse já nos havia ensinado a chamar de "antigo estilo", e que perdura sem mudança notável até a primeira metade do século XVIII, compreende-se como pode nascer, afirmado de modo provocador por E. Le Roy Ladurie, o modelo de uma "história imóvel" em pelo menos quatro séculos (do século XIV ao XVIII):[15] um modelo que não se

---

13 René Baehrel, *Une croissance: la Basse-Provence depuis la fin du XV^e siècle jusqu'à la veille de la Révolution*. Paris: SEVPEN, 1961.

14 Gérard Bouchard, *Le Village immobile: Sennely en Sologne au XVIII^e siècle*. Paris: Plon, 1972.

15 E. Le Roy Ladurie, "L'Histoire immobile", aula inaugural no Collège de France, 30 nov. 1973, publicada em *Le Territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1978, t. II.

limita, aliás, ao domínio econômico, mas que associa os diferentes níveis de uma história totalizante numa estrutura global.

DO HÁBITAT À ALTURA DOS HOMENS: A HISTÓRIA DAS EVOLUÇÕES LENTÍSSIMAS

Antes de levar em conta esse aspecto que merecerá atenção especial, é preciso, sem dúvida, prestar atenção aos novos campos de trabalho abertos pela história material dos homens ou de suas condições de vida: à história econômica clássica se justapõe o interesse atribuído aos aspectos estáveis da civilização material. Assim, para citar apenas poucos exemplos: a história do hábitat, da casa, seguida na Normandia e em Paris por Pierre Chaunu e sua equipe nas incursões que fizeram pelo tempo muito longo.[16] Essa história não é a de uma inércia: os medievalistas, da Polônia à Inglaterra ou à Itália, ensinaram-nos a seguir as fases da longa duração em que se constata a apreciação sobre a exploração rural[17] ou sua depreciação, a longa respiração do hábitat rural, tal como ela se inscreve na arqueologia das aldeias abandonadas.[18]

Essa história das lentíssimas evoluções da civilização material pode se tornar história de uma humanidade abordada em seus traços biológicos e antropológicos: também aí Le Roy Ladurie deu o exemplo em sua antropologia do recruta francês, estabelecida a partir de dossiês do recrutamento do século XIX.[19] Porém, procedimentos sofisticados (o estudo dos grupos sanguíneos em algumas localidades privilegiadas) se prestam ao estabelecimento dessa história paradoxal que é humana e, ao mesmo tempo, escapa à apreensão deliberada da humanidade, pelo menos numa primeira abordagem.

---

16 J.-P. Bardet, P. Chaunu, G. Désert, P. Gouhier e H. Neveux, *Le Bâtiment. Enquête d'histoire économique (XVI^e-XIX^e siècles)*. Paris/Haia: Mouton, 1971.

17 No original, *terroir*. [N. T.]

18 *Villages désertés et histoire économique*. Paris: SEVPEN, 1965.

19 Jean-Paul Aron, Paul Dumont e E. Le Roy Ladurie, *Anthropologie du conscrit français d'après les comptes numériques et sommaires du recrutement de l'armée (1829-1830)*. Paris/Haia: Mouton, 1972; e E. Le Roy Ladurie (com a col. de P. Dumont e M. Demonet), "Anthropologie de la jeunesse masculine en France (1819-1830)". *Annales ESC*, 1976; retomado em *Le Territoire de l'historien*, op. cit.

Não há razão para se deter nessa via: as histórias não humanas – entendam-se, por isso, aquelas dos fatos físicos, de origem biológica ou geológica – são uma das grandes aquisições de um período recente, mesmo sendo verdade que existem antecedentes delas: a história das enfermidades, em seu aparecimento, sua regressão e eliminação, suas mutações, mas também suas relações no seio de um dado ecossistema, é um dos ramos em vias de constituição. Começou-se a falar em história dos sismos; e, sobretudo, graças a Le Roy Ladurie, a história do clima, tal como ele a retoma desde o ano mil, a partir de vestígios tão diversos quanto a data de publicação dos decretos das vindimas, o avanço ou o recuo das geleiras ou, ainda, os anéis dos troncos das árvores, tornou-se uma disciplina digna desse nome: muito mais do que um anexo ou uma curiosidade marginal, mesmo que seja insuficiente para revelar verdadeiramente o segredo último dos movimentos de longa duração alusivos à prosperidade ou ao declínio agrícola.[20] Com essa história, é um outro tempo que se instaura, não aquele dos homens, não porque estes não tenham controle sobre as condições físicas ou biológicas que devem enfrentar: a partir da revolução advinda das descobertas de Pasteur, a eco-história das enfermidades passa, em grande parte, a ser controlada pelos homens. Mas ritmos se desenham, específicos, e escapam, essencialmente, ao tempo humano para cuja modelação, no entanto, contribuem.

DO MOVIMENTO SOCIAL ÀS ESTRUTURAS SOCIAIS

No domínio da história social, o estudo das estruturas – sistemas de longa duração, é uma das grandes aquisições das últimas décadas, de acordo com a própria leitura que fazem dele os historiadores: não que na dialética essencial entre a abordagem das estruturas e a da dinâmica social se tratasse de operar uma escolha ou uma arbitragem privilegiando uma ou outra direção. A história social de hoje iniciou-se como história do "movimento social" e, singularmente, do movimento operário, termo hoje em dia um tanto envelhecido. De uma história do movimento operário nos séculos XIX e XX que vai muito bem, passou-se, por um procedimento regressivo para o qual algumas

20 E. Le Roy Ladurie, *L'Histoire du climat depuis l'an mil.* Paris: Flammarion, 1967.

obras pioneiras indicaram o caminho,[21] à descoberta das revoltas – *jacqueries*, comoções ou, como diriam alguns, "fúrias" – das sociedades anteriores à Revolução Industrial. Nesse domínio, o investimento ideológico é mais óbvio. Portanto, é nele que o enfrentamento entre diversas leituras é mais vívido para expressar aquilo que me permito chamar de formas de luta de classes na sociedade pré-capitalista: a controvérsia que opôs Roland Mousnier a Boris Porchnev na interpretação das revoltas populares da primeira parte do século XVII, na França, é prova disso.[22] Muitos se sentem bastante tentados a fazer dessas explosões populares sem perspectivas uma quase constante no âmbito de uma sociedade, em seu conjunto, imóvel, sociedade na qual elas seriam algo como o decalque e o eco, no nível social, do recrudescimento convulsivo da crise de estilo antigo; sociedades portadoras, contudo, de uma ideologia forçosamente passadista, da qual se quis ver uma continuidade, da França da Liga[23] à França da revolução de 1789.[24]

A CAMINHO DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

Nessa leitura, o estudo da dinâmica social, pelo menos no nível das massas, por mais importante que ele seja em alguns trabalhos (remeto, mais uma vez, a *Paysans de Languedoc*), apaga-se diante do estudo das estruturas. E é bem verdade que são estruturas de longa duração as que foram analisadas pelos historiadores que seguiram, a partir dos anos 1960, o programa apresentado por Ernest Labrousse, em 1955, no congresso das ciências históricas de Roma, com o título de "Novas vias para uma história das burguesias ocidentais". A história das estruturas sociais não foi "inventada": ela já estava bem viva no que diz respeito ao mundo rural, apoiada numa sólida tradição

21 Eric J. Hobsbawm, *The Primitive Rebels.* Manchester: Manchester University Press, 1959; trad. fr.: *Les Primitifs de la révolte dans l'Europe modern*, pref. de J. Le Goff. Paris: Fayard, 1966 [ed. bras.: *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978].

22 Boris Porchnev, *Les Soulèvements populaires en France au XVIII^e siècle* [1948]. Paris: SEVPEN, 1963 (trad. resumida, 1972); Roland Mousnier, *Fureurs paysannes, les paysans dans les révoltes du XVII^e siècle (France, Russie, Chine)*. Paris: Calmann-Lévy, 1967.

23 Alusão à confederação dos católicos franceses, que desempenhou um papel capital nas guerras de religião ocorridas na França após 1576. [N. T.]

24 François Furet e Denis Richet, *La Révolution Française.* Paris: Hachette, 1965, 2 v.

nascida na época heroica de Loutchisky, por volta de 1900, afirmada nos anos 1930 pela tese de Georges Lefebvre exposta na obra *Les Paysans du Nord sous la Révolution Française*, e disseminando-se, em seguida, continuamente de uma monografia a outra (de Roupnel[25] a Saint-Jacob, sobre a Borgonha), até chegar às grandes sínteses modernas que renovaram o exercício de estilo (Pierre Goubert e Maurice Agulhon).[26] É no domínio das sociedades urbanas, negligenciadas, até então, em parte por causa de sua complexidade, que a revolução resultante da obra de Labrousse, ocorrida nos anos 1960, fez-se sentir de modo mais nítido: e, para evitar, um tanto injustamente, a multiplicação dos exemplos, que se pense também na coleção de retratos urbanos esboçados no período de um século ou mais, na fisionomia de Lyon no século XVIII, proposta por Maurice Garden,[27] e na de Amiens no século XVII, elaborada por Pierre Deyon.[28]

História das estruturas sociais, urbanas ou rurais: nova história da longa duração e, até recentemente, das permanências que desafiam a mobilidade da história oficial: parece-me também, no entanto, que uma das mutações recentes que mais contribuíram para atrair a nova história social rumo ao tempo longo é, indubitavelmente, a tendência que a levou, cada vez com mais nitidez, para a história das mentalidades.

AS MENTALIDADES, CAMPO PRIVILEGIADO DA LONGA DURAÇÃO

Historiador das mentalidades, sou daqueles para os quais esse domínio – e assumo minha responsabilidade quanto a isso – está longe de ser um mero contraponto da história social; ao contrário, vejo-o como sua realização

25 Gaston Roupnel, *La Ville et la Campagne au XVII^e^ siècle. Étude sur les populations du pays dijonnais* [1922], nova ed. Paris: Armand Colin, 1955.

26 Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Paris: SEVPEN, 1960; ed. resumida: *Cent mille provinciaux au XVII^e^ siècle*. Paris: Flammarion, 1968; Maurice Agulhon, *Vie provinciale en Provence intérieure au lendemain de la Révolution*. Paris: Société des Études Robespierristes (dep. legal: Clavreuil), 1971.

27 Maurice Garden, *Lyon et les Lyonnais au XVIII^e^ siècle*. Paris: Les Belles Lettres, 1970.

28 Pierre Deyon, *Amiens, capitale provinciale. Étude sur la société urbaine au XVII^e^ siècle*. Paris/Haia: Mouton, 1967.

de ponta, seu arremate: nível em que as adesões se inscrevem em atitudes e em representações coletivas. Mas é verdade que esse terceiro nível bem pôde, com base em fortes presunções, ser considerado como o das "prisões da longa duração" (Braudel) ou das "resistências" (Labrousse): e muitos se questionaram sobre a "força de inércia" das estruturas mentais. Parece, numa primeira abordagem, que essas aventuras só podem ser tratadas na amplidão das durações seculares em que elas se expandem: pelo menos para uma historiografia que parece ter esquecido que uma das obras-primas precedentes àquilo que se pode chamar de pré-história das mentalidades foi *O grande medo*, de Georges Lefebvre, reconstituição quase policial de uma onda de pânico que atravessou a França rural e, por ricochete, pôs abaixo o antigo regime agrário em menos de três semanas. Mas é verdade que tanto a história das culturas como a das atitudes coletivas obtiveram seus avanços mais estrondosos no tempo longo da sociedade tradicional do Antigo Regime. Foi nesse corpus de longuíssima duração dos livretos azuis da Biblioteca de Troyes[29] – retomados durante séculos e séculos *ne varietur* – que Robert Mandrou pôde isolar os traços da cultura popular da França de um século XVIII... amplamente modelado.[30] A aventura dessa literatura difundida por ambulantes se desenvolve, com mudanças às vezes ínfimas, da alvorada da Idade Moderna a seu declínio em meados do século XIX. É verdade que nesse primeiro nível da história das mentalidades – o da história das culturas – não seria mais possível se esquivar de algumas questões prévias. Por exemplo, aquela – para simplificar – de um tempo duplicado: o das culturas populares, domínio da inércia das tradições... e o das culturas de "elite", como se diz, sede da inovação e das provocações... Cultura popular, cultura de elite: outra dialética maior, tema para interrogações atuais.

As coisas são, sem dúvida, menos simples do que se pôde acreditar. Para ilustrar as "prisões de longa duração" do mental coletivo, F. Braudel, há vinte anos, apoiava-se na demonstração brilhante que dera Lucien Febvre em sua

29 Troyes é considerada o berço da edição da literatura de *colportage* na França, isto é, dos livretos vendidos por ambulantes no interior da França; a coleção da Biblioteca de Troyes é muito representativa da literatura popular. [N. T.]

30 Robert Mandrou, *De la Culture populaire aux XVII^e^ et XVIII^e^ siècles: la Bibliothèque bleue de Troyes*. Paris: Stock, 1964; nova ed., 1975.

obra: *Le Problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais*, que fornecia uma imagem exemplar de "estrutura" englobante, visão do mundo articulada em todos os níveis, meio para exorcizar as leituras anacrônicas da história positivista. Não, respondia Lucien Febvre a Abel Lefranc: Rabelais não pôde ser o livre-pensador com que se sonhou, num mundo em que a religião formava a trama da vida coletiva.[31] Seria possível defender, ainda hoje, uma tal leitura totalizante (não ousamos dizer totalitária) de uma estrutura mental, quando, na verdade, o próprio ensaio de Lucien Febvre parece tão historicamente datado? Aqueles que descobriram Rabelais, porta-voz de uma cultura popular ainda muito viva, por meio da obra de Mikhaïl Bakhtine[32] ou pelos ensaios de Carlo Ginzburg[33] e de Natalie Zemon Davis,[34] trabalhos que descortinam um século XVI percorrido por tensões, conflitos, contradições, por uma troca dialética ainda vívida e de modo algum em sentido único entre cultura popular e cultura de elite, não podem aceitar sem reservas a estrutura empobrecedora proposta por Lucien Febvre, que só viu um lado das coisas.

---

31 Lucien Febvre, *Le Problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1962.

32 Mikhaïl Bakhtine, *L'Œuvre de François Rabelais et la culture populaire du Moyen Âge et sous la Renaissance* [1965]. Paris: Gallimard, 1970 [ed. bras.: *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, 6ª ed., trad. Yara Frateschi Vieira. Brasília: Hucitec/UnB, 2008].

33 Carlo Ginzburg, *I Benandanti, Stregoneria e culti agrari in Cinquecento e Seicento*. Turim: Einaudi, 1966 [ed. bras.: *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*, 2ª ed., trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001]; *Il formaggio e i vermi, Il cosmo di un mugnaio*. Turim: Einaudi, 1976 [ed. bras.: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, 3ª ed., trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2002].

34 Natalie Zemon Davis, *Society and Culture in Early Modern France*. Stanford: Stanford University Press, 1975.

A HISTÓRIA DAS EVOLUÇÕES NÃO PERCEBIDAS PELOS HOMENS

Quando passamos da história, do pensamento límpido ou das culturas aos novos campos da história das mentalidades que operam no domínio das atitudes, dos comportamentos e daquilo que alguns chamam de "inconsciente coletivo" (Philippe Ariès), é preciso convir que, então, o tempo longo se impõe de modo incontestável.

Aí não há tormentas, nem rupturas, ou propriamente acontecimentos no sentido tradicional, na história da família, do amor, do casal, das atitudes para com as crianças, da sociabilidade coletiva ou da morte, isso para citar desordenadamente os novos campos abertos. Philippe Ariès, um dos descobridores dessa história, tanto no que diz respeito à criança como à família e à morte, afirma isso energicamente pelo exame dessas evoluções secretas no decorrer da longuíssima duração, evoluções inconscientes também, pois passam despercebidas pelos homens que as vivem. A imagem que ele nos dá delas, em especial em sua recente história da morte, não é a de uma história "imóvel" (ainda que Ariès tenha reservado um lugar para uma história-substrato, "acrônica", que seria, sem dúvida, a das sociedades tradicionais...), mas, sim, a de amplos painéis de história, sucessão de estruturas ou de modelos de comportamentos que, mais do que em sucessão, têm existência num entrelaçamento e num encaixamento, como as telhas de um telhado: da morte "domada", acrônica, que é aquela de Ivan Ilitch tanto quanto do bravo Roland, a uma primeira conscientização do "escândalo" da morte individual, da Idade Média à era clássica, e, depois, até a sua transferência para a morte do outro – o objeto amado – na idade romântica, antes de se chegar ao tabu que envolve a morte na época contemporânea. É pelos grandes painéis da história em que as mudanças insensíveis falam muito mais alto do que aquilo que se vê (o macabro do final da Idade Média: um epifenômeno?) ou pelas reviravoltas perceptíveis (no final do século XVIII) que seria feita a passagem de uma estrutura a outra.[35]

A reconstrução que Ariès propõe a partir das atitudes diante da morte ou da criança representa uma das tentativas mais sistemáticas e sedutoras da época atual, mas não se trata, de modo algum, de algo isolado: os

---

35 P. Ariès, *L'Homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977 [ed. bras.: *O homem diante da morte*, 2ª ed., trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989].

historiadores da família, outro tema caro às pesquisas atuais (não seriam a família, a criança e a morte as faces diversas de uma mesma aventura?), também nos falam desse modelo de longa duração, esse *European Pattern* que se instauraria na Europa Ocidental no fim do século XVI, para dominar, em seguida, toda a época clássica, até o fim do século XVIII, quando ocorrem a emergência da família nuclear, o casamento tardio, uma forma de malthusianismo espontâneo... antes mesmo de Malthus. Toleraria uma tal história as "revoluções"? A longa discussão sobre as origens da contracepção no século XVIII, repercutindo a controvertida noção de *Sexual Revolution* que Edward Shorter situa naquele momento, conduz à formulação de um problema cuja análise deverá ser retomada.

Seria a contragosto que eu criticaria essa história dos lentos movimentos da mentalidade coletiva, pois, modestamente, dei um exemplo dela, dedicando-me a seguir, a partir de uma fonte iconográfica privilegiada (os altares para as almas do purgatório do sul da França), às mutações das representações do além, da emergência das figurações do purgatório no século XV até seu desaparecimento no início do século XX: uma aventura que só pode ser encarada no decorrer de uma longuíssima duração.[36] Esse exemplo de pesquisa está longe, hoje, de ser algo isolado, mas talvez convide a questionar o triunfo atual do tempo longo numa outra perspectiva. Até agora, dele fizemos a consequência da extensão do campo da pesquisa e da prospecção de novos territórios, em que as normas tradicionais de medida do tempo histórico se tornam inadequadas: essa explicação, pelo fato de ser fundamental, não deixa de exigir um aprofundamento.

A EXPLICAÇÃO TÉCNICA: UMA NOVA CONCEPÇÃO DAS FONTES

Essa modificação do tempo, ou dos tempos da história, não seria, no fundo, apenas o produto de uma mudança na própria noção de fonte histórica? Nem é necessário lembrar que cada época escolhe para si mesma as fontes que correspondem a suas necessidades; mesmo assim, essa colocação

36 Gaby e Michel Vovelle, *Vision de la mort et de l'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du purgatoire, XV^e^-XX^e^ siècles*. Paris: Armand Colin, 1970.

preliminar não pode ser deixada de lado sem exame. Ela permite, de todo modo – depois de se ter vasculhado o campo das diferentes histórias –, uma apreciação mais sintética do nível em que se situa a mudança.

Seria possível dizer, fingindo ingenuidade, que a emergência da longa duração é, ao mesmo tempo, o fruto da descoberta e da experimentação de novas fontes e o preço a pagar por causa das dificuldades encontradas na prospecção de novos domínios nos quais o silêncio dos documentos obriga a uma cronologia mais ampla: duas afirmações, uma otimista, outra menos, que são apenas aparentemente contraditórias.

É verdade que, na primeira via, dispomos hoje de séries de duração muito longa, com a qual nem sequer teríamos sonhado ainda há pouco: por mais indiferentes que possamos nos sentir, ainda assim é digno de admiração o trabalho de Peter Laslett, feito ao longo de uma curva de mais de quatro séculos – de 1550 aos dias de hoje –, sobre a ilegitimidade na Inglaterra: um indicador, que nada tem de anedótico, das atitudes familiares.[37] Mudando completamente de assunto, as curvas das variações climáticas, aquelas que já se tornaram costumeiras da demografia, dos preços ou da produção, põem-nos agora em confronto com todo um leque de curvas relativas aos mais variados aspectos da aventura humana.

Na origem dessa revolução, inscreve-se, sem dúvida, a emergência das novas fontes do cotidiano, do banal, de tudo aquilo que diz respeito à vida das massas anônimas em sua continuidade. As tabelas semanais de preços dos grãos, as séries do estado civil antigo – batizados, matrimônios, sepulturas – foram as primeiras a ser exploradas e forneceram os princípios e algo como a filosofia dessa história serial de hoje. Mas o mergulho no passado que elas autorizavam permanecia limitado por causa de uma certa servidão técnica: salvo exceções louváveis, quase não era possível transpor para o outro lado do tempo a barreira do século XVI, no que tange à maioria dos domínios; quanto ao século XVIII, representava outro tipo de barreira, que introduzia progressivamente à modernidade, entre esse primeiro terço do século, a partir do qual os registros paroquiais se tornam em geral confiáveis em todos os lugares, e o primeiro terço do século XIX, que passa pela generalização da estatística nos campos mais variados. A partir dessas fontes,

37 Peter Laslett, *Un Monde que nous avons perdu* [1965], trad. fr. Paris: Flammarion, 1969.

ocorre um esforço de sofisticação e, ao mesmo tempo, de banalização. As frentes pioneiras da história social descobrem novas séries de longuíssima duração: assim, parece-me que a valorização da fonte dos tabeliães e sua abundante contribuição – contratos, locações, testamentos, inventários... – é um dos procedimentos que só podem ser considerados fáceis depois de realizados e um dos que mais contribuíram para abolir as fronteiras tradicionais: do século XI ao XII, ou pelo menos a partir do século XIV, durante o qual a prática social passa por sua primeira difusão, até o final do século XVIII e, por que não, até a época contemporânea, o testamento, por exemplo, fornece um suporte formal homogêneo para o estudo dos comportamentos sociais e mentais diante da morte. Entre o historiador modernista e o medievalista, uma barreira de obstinada incompreensão é removida: ambos têm, sem dúvida, a impressão – e, certamente, trata-se de mais que uma impressão – de lidar com o mesmo objeto.

O ESCRITO NÃO É MAIS O ÚNICO DOCUMENTO HISTÓRICO

Essa descoberta das novas fontes escritas passíveis de serem organizadas em séries no decorrer da longuíssima duração, fruto da valorização das massas adormecidas de documentos anônimos, outrora insignificantes, é, ao mesmo tempo, essencial e limitada. Seria possível dar vários exemplos para ilustrar isso: o documento fiscal permite, assim, para tudo o que diz respeito a um período situado até o coração da Idade Média, remediar a ausência de estado civil antigo (contagem de lares nos cadastros: vejam-se o caso da Provença ou o da Itália), do mesmo modo que os arquivos judiciários "banais" das jurisdições laicas ou eclesiásticas permitirão, regressivamente, traçar a longa curva da dialética entre repressão e contestação. Mas existem limites, e eles são bem conhecidos: a valorização indiferenciada do documento ontem considerado insignificante se detém no ponto em que não existe mais documento escrito.

A continuidade é assegurada por fontes diferentes, cuja natureza impõe uma leitura mais ampla: o escrito perde seus privilégios, ao passo que a arqueologia, o documento iconográfico e até mesmo a pesquisa oral no âmbito de uma etnologia histórica tornam-se as novas vedetes. Toda uma parte dos campos atualmente em curso, da civilização material aos diferentes domínios da cultura ou das mentalidades populares, inscreve-se, assim, numa tentativa obstinada de criar embustes para o silêncio das fontes, a partir

dos meios que, ontem, teriam sido julgados como desvios. A arqueologia da casa ou do hábitat é uma introdução à civilização material, séries iconográficas introduzem à história das mentalidades. O inventário e, depois, a análise da mobília religiosa no interior do espaço sagrado da igreja ou, mais amplamente, da paróquia constituem assim, da Idade Média à época moderna e contemporânea, um suporte para a análise dos sucessivos semblantes da religião popular.

O INVENTÁRIO DOS EX-VOTOS, UM DOCUMENTO RICO EM INFORMAÇÕES

Sem querer multiplicar os exemplos, escolhamos este dos ex-votos, atualmente alvo de um inventário em todo o espaço francês e... em outras paragens.[38] Uma série de longa duração: no sul da França, os mais antigos ex-votos figurados remontam ao século XVI... os mais recentes são de hoje, nos casos em que a placa votiva de mármore anônima não suplantou a técnica tradicional. Eis uma fonte rica e pobre ao mesmo tempo. Ela é rica na multiplicidade de suas explorações virtuais – da história da civilização material ou das vestimentas à das enfermidades e da morte, bem como à das atitudes familiares, à do sentimento religioso apreendido pelo viés do milagre obtido ou da graça concedida. Mas esse documento também é pobre: no mais dos casos, de difícil datação, a não ser por grosseiras porções cronológicas, ele inscreve com inércia suas figurações na longuíssima duração das representações que mudam pouco. Tais fontes privilegiam a continuidade e apresentam com atraso a inovação: assim também com a imagística popular, que reproduz com atraso, no decorrer de toda a época clássica (e até mesmo durante o século XIX), a silhueta estática do santo "em representação" já presente nos retábulos medievais do século XV. Um tempo ensurdecido, calafetado, sem rupturas nem repúdios bruscos: essa é a impressão que nos provoca uma dessas séries. E não somente por imprecisão, ou por lhes faltar a nitidez proporcionada pela transcrição escrita, mas, sim, por refletirem mais diretamente evoluções lentas, que se inscrevem objetivamente num tempo demorado. A estabilidade dos objetos, na civilização tradicional – a da casa ou da mobília –, ecoa aquela sugerida pelas representações da iconografia. O que vale para o documento figurado vale, *a fortiori*, para o oral: aqueles que, como Philippe

---

38 Trabalhos e publicações de Bernard Cousin.

Joutard,[39] decidiram restituir os elementos da memória coletiva sobre um dado tema a partir de uma enquete direta, à maneira dos etnólogos, conseguem fazer ressurgir um tempo muito especial; no caso de Joutard, trata-se da lembrança da guerra dos *camisards*.[40] Memória empobrecedora, contudo, ao mesmo tempo, criadora, assimilando às vezes, numa mesma lembrança, acontecimentos diversos, porém suscetível de enriquecer uma lembrança com estratificações sucessivas a partir do contato com a cultura escrita. A pesquisa oral pode pôr, contudo, o historiador em contato com o tempo do folclorista ou do etnógrafo, que ele não se nega mais a levar em consideração, como heterogêneo em relação ao objeto de sua pesquisa; ele age, no entanto, com o cuidado de marcar com a história, isto é, datando da maneira mais precisa possível aquilo que permanece numa intemporalidade irritante, essa duração tão essencial para a compreensão das civilizações tradicionais.

Ao sair dessas leituras do tempo ditadas pela diversificação das fontes, ficamos com uma impressão ambígua. Tem-se o sentimento de que foram apreendidos ritmos e respirações diferentes, no que diz respeito à maior parte das massas que fizeram a história e a um bocado significativo de tudo aquilo que fez a vida dessas massas, sensação mais forte do que aquela alusiva à dificuldade técnica de uma datação bem definida. Compreende-se melhor que uma parte da historiografia francesa, a partir de P. Chaunu e de F. Braudel, tenha tido a tentação de substituir a expressão história quantitativa – por demais "econômica", sem dúvida – pela noção mais acolhedora de história serial, que supõe a organização no tempo das imagens sucessivas fornecidas por um mesmo indicador, mas de modo algum obrigatoriamente mensuráveis em sua intensidade: séries de visões da família contidas nos pedidos de dispensa de decretos diversos;[41] de visões do milagre segundo os ex-votos; de visões do além segundo os retábulos representando o purgatório; de gestos da recusa ou da repressão segundo os procedimentos judiciários – um ideal que, sem rejeitar a quantificação, se abre para novos domínios da história das mentalidades, permitindo seguir sua aventura na longa duração.

39 Philippe Joutard, *La Légende des Camisards, une sensibilité au passé*. Paris: Gallimard, 1977.
40 Ver nota 23, p. 317. [N. T.]
41 No original, dispensa de *bans*, ou seja, de diferentes decretos, anúncios e proclamações oficiais cujo leque é bastante amplo, indo da permissão do início das colheitas à convocação para o serviço militar, por exemplo. [N. T.]

Através dessa nova jurisprudência, seria uma nova leitura do tempo da história que estaria se instaurando?

O TEMPO DA LONGA DURAÇÃO

A fim de apreciar esse novo questionamento do tempo da história, será cômodo partir do contraste tradicional: o tempo curto do acontecimento de cunho histórico, político ou guerreiro (uma batalha) tradicional: 1610 ou 1815... É evidente que ninguém mais quer saber disso (será mesmo, com certeza?). Esse tipo de exemplo diz respeito a uma crosta superficial da história dos homens: a verdadeira história, como a verdadeira vida, encontra-se em outra parte. Pois bem. No encadeamento pobre dos acontecimentos históricos com suas causalidades lineares, a história econômica teve o imenso mérito de sobrepor essa modulação de três níveis – tempo curto da crise, tempo médio do interciclo, tempo longo do movimento de longa duração. Ela é operacional em seu domínio. Mas a pergunta que se fazia Braudel há vinte anos sobre a possibilidade de transposição desse modelo de encaixe dos tempos aos outros domínios históricos – a começar pela história social... – ainda não recebeu uma resposta clara. Ou melhor, sim, pelo menos de acordo com os fatos: ao que parece, esse esquema, para os que praticam as histórias lentas, é de pouca utilidade, porque demasiado mecânico.

OS DIFERENTES TEMPOS DA HISTÓRIA SÃO ENTRELAÇADOS

Parece, portanto, que entramos pela via de uma multiplicação de tempos, esperando esse "entrelaçamento" dos tempos históricos de que fala Althusser. Tempo da história econômica, tempo da história social, tempo da história das estruturas mentais: todos desigualmente rápidos... Quando E. Labrousse falava da história das resistências à mudança, a ser descoberta no domínio das mentalidades, ele supunha implicitamente estes ritmos diferentes, conservando um fluxo único progressivamente ensurdecido, do influxo inicial, de ordem material, ou infraestrutural, às estruturas sociais conservadoras, para terminar nas prisões de longa duração do mental... Essa leitura, referência explícita demais à dialética marxista das infra e superestruturas, não está mais na moda no âmbito de uma historiografia dominante, cuja tendência é sorrir diante da mais hipotética ideia de cair no *Vulgar Marxism*,

como dizem nossos amigos norte-americanos. A rigor, será preferível voltar – sem fornecer sempre explicitações – a uma leitura que é pouco menos simplória, isto é, a de uma dialética entre o tempo das massas populares – imóvel, ou quase – e o das "elites" – nervoso, cambiante, criativo. Uma crosta sem dúvida superficial, mas uma respeitável crosta, como aquela do pão que cresce bem e da história que se mexe. Seria possível dizer que boa parte da escola atual dos *Annales*, na França, reflete essa tensão, ou simplesmente essa partilha dos papéis: alguns (François Furet, Denis Richet), a mobilidade do tempos das elites; outros (E. Le Roy Ladurie), as imobilidades da história etnográfica.

Mas dizer que os tempos se multiplicaram seria pouco: eles se encavalgam, o que é outro aspecto do entrelaçamento de que falávamos anteriormente. Vejamos, por exemplo, o caso de Philippe Ariès, em sua *História da morte*: num mesmo domínio, estratificam-se durações diferentes, como já dissemos, tais quais telhas num telhado: o tempo imóvel, "acrônico", da morte domada e acolhida das antigas sociedades não é coisa do passado, longe disso, pois podemos vê-lo reaparecer de súbito numa experiência cotidiana qualquer. Mas as outras atitudes historicamente enraizadas – conscientização egoísta da "morte de mim", ou sua sublimação no objeto amado (morte de ti), enquanto não chega a vez do moderno tabu quanto aos mortos – tudo isso se encaixa de acordo com certos parâmetros geográficos, confessionais, sociais, individuais... Decorrência direta dessas leituras, perfila-se a ideia da independência dos tempos da história[42] "sinfônica", em que os diferentes ritmos enfim decifrados se entrelaçariam num todo coerente ou, ao contrário, entrariam em colisão em duas divergências: e talvez fosse exatamente isso a "conjuntura", reformulada em termos que vão muito além, evidentemente, do estreito domínio econômico.

UM INCONSCIENTE COLETIVO AUTÔNOMO MOTOR DA HISTÓRIA?

Seria ainda essa esperança algo em vigência para nossos historiadores atuais? Alguns dirão que pretendo valorizar o trabalho de Philippe Ariès, cujo campo de pesquisa é próximo do meu. Ariès merece, sem dúvida, um grande

42 Em seu artigo de referência, F. Braudel anunciava isso, ao mesmo tempo que sonhava, ainda, com a possibilidade de uma história.

interesse, graças à novidade e à representatividade de seus procedimentos como pesquisador. Para ele, com toda certeza, uma história de longa duração, tão essencial quanto a das atitudes coletivas diante da morte, move-se com uma autonomia real em relação às pressões da demografia, das estruturas como representações sociais, e até mesmo, mais curiosamente, em relação às formalizações ideológicas, quer sejam elas religiosas ou filosóficas. É na autonomia de um "inconsciente coletivo" movido por sua própria dialética interna, que Ariès segue os deslizes de longa duração, que dão ao fenômeno sua respiração própria.

Então Philippe Ariès é um caso extremo e original? Não creio. Ele tem o grande mérito de exprimir, com clareza, o que frequentemente permanece não formulado alhures. Mas não seria muito difícil encontrar uma leitura vizinha da sua, notadamente no campo hoje tão em voga dos historiadores da família. E a etnologia histórica, bem como a história da civilização material, que pena para introduzir em sua duração uma respiração histórica apurada, sente-se bem tentada a concluir por aí que existe um tempo muito longo, e, sem dúvida, específico...

Podemos ver a que isso tudo leva, o que resumiremos em dois temas, aliás ligados. A rigor, de início, leva à história, dessa vez decididamente imóvel; em seguida, a um novo questionamento da noção de mudança e de mutação brusca em história: numa palavra, a ideia de revolução.

A primeira perspectiva (não diremos o primeiro perigo) não escapou a Fernand Braudel quando redigia seus trabalhos, num momento, é verdade, em que a pressão conquistadora das ciências humanas se fazia mais forte. E podemos deixar a Pierre Vilar, que viveu aquela época, a evocação daquele debate interno, que ele faz com um humor discreto: "Braudel bem desejaria deixar-se seduzir. Essas novidades caminham no mesmo sentido dele, o sentido das resistências às mudanças. Mas ele adora o seu ofício. O historiador quer o 'tempo longo'. Sem tempo algum, só lhe restaria desaparecer...".[43] Salvo por um reflexo quase moral, para não dizer corporativo, Braudel teria,

43 Pierre Vilar, "Histoire marxiste, histoire en construction", in *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974, t. I, p. 195 [ed. bras.: "História marxista, história em construção", *História: novos problemas*, 4ª ed., trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, t. I, p. 168].

de fato, exorcizado definitivamente a ideia de um tempo imóvel, cuja expressão se encontra em seus escritos? Parece que não, a considerar o que diz E. Le Roy Ladurie no brilhante discurso-programa que pronunciou na sua admissão ao Collège de France (1975), intitulado *L'Histoire immobile*. Não atribuamos ao historiador do Languedoc algo diferente ou mais significativo do que aquilo que ele quis dizer: sua história não é, de modo algum, definitivamente petrificada. Há longas faixas de imobilidade: do século XIV, talvez, ao início do século XVIII, por volta de 1720, sem dúvida. Mas, logo após, as coisas mudam, e os indicadores seguidos – domínio sobre o solo, hábitat, produção, demografia, conjunto de ferramentas materiais e mentais – decolam e se mobilizam incontestavelmente. Depois, no interior da longuíssima quase estabilidade plurissecular, quantas oscilações, ora lentas, ora convulsivas, em torno da média! O que pode ser constatado em se tratando do fluxo dos homens, das dimensões da família ou ainda das chamas das revoltas populares. Le Roy Ladurie adapta, assim, a noção de "estrutura" braudeliana, "sem dúvida, uma montagem de peças, uma arquitetura, mais do que uma realidade que o tempo usa mal e veicula muito lentamente", um compromisso que salva *in extremis* o movimento da história; mas resta dizer que Ladurie não é o único a fazê-lo, e que outros vão ainda mais longe que ele nessa via.

Braudel já havia se perguntado, a partir da reflexão etnográfica, se não haveria invariantes históricas, traços elementares do comportamento que se perpetuam numa duração tão longa (lembre-se aqui o tabu sobre o incesto...) a ponto de se perderem numa intemporalidade real ou, pelo menos, nas origens mais longínquas (o que equivaleria à intemporalidade). E chegou a arriscar, de modo provocador, alguns neologismos para exprimir tais elementos: "gustemas", "mitemas". Quanto aos mitemas, temos realmente a impressão de que existem e que podemos reencontrá-los, quando nos deixamos conduzir por um ou outro de nossos antropólogos históricos, como Claude Gaignebet, em seu ensaio sobre o "Carnaval":[44] estrutura de inversão, espécie de tônus ocultado das saturnais populares, vindo da pré-história para os dias de hoje, reempregando e redescobrindo, a serviço do mesmo impulso catártico de gestos, imagens e atitudes velhos como o mundo ou pelo menos como essa antiga religião pré-cristã dos paganismos agrários. Folia, festa de loucos, Valentim e Ourson, dançarinos ridículos como os *souffaculs*[45] nos arrastam, assim, numa grande algazarra, até as origens e, quiçá, para além delas! Ora bolas!, teria exclamado Rabelais. Esses gestos ou mitos em migalhas, veiculados pelos séculos afora até o discurso dos folcloristas – mas, com frequência, em que estado! –, estariam à altura de propor as chaves mais secretas dos comportamentos ou das estruturas formais esvaziadas de sentido e de conteúdo real? Deixemos aos modernos Panurgos[46] a tarefa de decifrar essas falas ou gestos petrificados nas geleiras antediluvianas da ilha soante:[47] aproveitemos a ocasião. Ao término da viagem, caso eles cheguem a ver, como viu Panurgo, "o buraco da Sibila", tanto melhor para eles!

A REJEIÇÃO DO ACONTECIMENTO

O complemento, e sobretudo o avesso, desse mergulho na busca das origens ou das constantes é, como já anunciamos, a volta ao questionamento não somente do acontecimento puro e simples, mas de toda mudança brusca, de toda "mutação" repentina (um termo que Braudel contesta, sem dúvida, com razão). Não sabemos mais muito bem como sair dessas estruturas tão bem fechadas e digeridas. E essa nova história corre o risco de se ver tão atravancada pelo movimento quanto a outra o era por seu caráter custoso e pesado. Uma vez admitido que o tema "uma crise, uma revolução" remete a uma leitura mecanicista da causalidade histórica (porém essa leitura mecanicista de modo algum era a de um Labrousse, que chamava a atenção, com uma ingenuidade fingida, para o fato de que há crises decenais, mas nem por isso se verificam revoluções decenais), tornou-se tentador, para uma historiografia que não faz distinção alguma entre marxismo "vulgar" e marxismo pura e simplesmente, livrar-se de uma vez do incômodo "bebê" da Revolução, jogando-o fora junto com a água do banho.

---

44 Claude Gaignebet e Marie-Claude Florentin, *Le Carnaval, essais de mythologie populaire*. Paris: Payot, 1974.

45 Alusão a uma antiga festa de caráter algo licencioso, ainda hoje celebrada em certas regiões da França, em que os homens assopram sob os saiotes das mulheres para espantar o Diabo que lá se escondeu. [N.T.]

46 Panurgo (*Panurge*), personagem de *Pantagruel*, de Rabelais. [N. T.]

47 *L'Île sonnante*, última obra de Rabelais (publicação póstuma e de autoria incerta). [N. T.]

Por ocasião de um recente colóquio sobre as origens da Revolução Francesa,[48] por momentos foi possível se perguntar, com base em algumas participações, se ela realmente ocorrera. A Revolução? Um mito, e, em sua leitura tradicional de corte maior na história moderna, quebrando em dois o destino nacional, uma "herança ideológica" (F. Furet); quando se leem F. Furet, D. Richet e os alunos de ambos (Guy Chaussinand-Nogaret) que propuseram novas leituras do fato revolucionário, pode-se pensar que a verdadeira revolução do Iluminismo, a formação de uma "elite" homogênea que associava nobres e burgueses na empreitada então ainda mal encetada da modernização, já se fizera antes de 1789: e o acontecimento revolucionário, em si, só faz perturbar as sãs perspectivas da história tal como ela poderia ter sido, graças à intrusão incongruente e passadista das massas populares, portadoras de uma ideologia ultrapassada. Os destinos da sociedade francesa vivem uma mudança de curso (um verdadeiro balão de oxigênio de mais de um século para o modesto camponês francês...) e, por isso mesmo, o acontecimento ou a intrusão do tempo curto, embora não seja fútil, destoa, em sua orientação, de uma história tal como ela poderia ter sido: esse é o sentido de uma leitura como aquela que fala em "derrapagem" ao se referir à Revolução Francesa, proposta por F. Furet e D. Richet, e que levantou muitas polêmicas há quinze anos.

Mas não reanimemos as brasas: não faltam outros exemplos menos polêmicos e, por isso, menos suspeitos. Para nos concentrarmos deliberadamente no que diz respeito à massa, pensemos num corte como a peste negra de 1348. Numa leitura tradicional, estava claro que ela cortava a Idade Média em dois blocos, um ascendente, outro declinante, até o centro do século XV. E, finalmente, pensemos ainda numa história que não é antiga e que esteve metodologicamente na ponta das pesquisas, valorizando o corte operado pelo acontecimento-traumatismo: Millard Meiss analisou as pinturas florentina e sienense de meados do século XIV, nelas distinguindo, com argúcia, as cicatrizes do traumatismo recebido pela mentalidade coletiva.[49] Desde então, e sem entrar nos detalhes, sabe-se que a importância da peste negra foi simplesmente rebaixada. A verdadeira reviravolta se situa antes (em 1315,

48 Esse colóquio ocorreu em Göttingen, em 1974.

49 Millard Meiss, *Painting in Florence and Siena after the Black Death, Arts, Religion and Society in the Mid-Fourteenth Century*. Nova York: Harper Torchbooks, 1964.

ou até mesmo no final do século XIII) e não é ela que esmaga a demografia, mas, sim, a recorrência próxima das pestes ulteriores; na Itália e, às vezes, até em outros lugares, a recuperação demográfica é forte e a grande depressão do final da Idade Média é inexistente... Mas eis que, de tanto ser vista com precisões e nuances, a peste negra passa a não mais existir: Philippe Ariès chega a escamoteá-la, ao não admitir essas rupturas bruscas num modelo de longuíssima duração; ele dá um jeito, como pode – e, no meu entender, se sai antes mal do que bem (vejam-se "Huizinga et les thèmes macabres" e, mais tarde, *O homem diante da morte*)[50] –, para assumir a incongruidade do macabro no declínio da Idade Média.

Não seria conveniente – em vez de proceder a uma redescoberta do acontecimento – trabalhar em nome de uma definição, em história, de uma nova dialética do tempo curto e do tempo longo?

UMA NOVA DIALÉTICA DO TEMPO CURTO E DO TEMPO LONGO

Forçoso é constatar que as vias da descoberta histórica, hoje, não passam unicamente pelas vias do tempo longo, longe disso. Paralelamente, emerge com insistência uma interrogação sobre a mudança sob suas formas brutais ou graduais: se quisermos tentar, também nesse plano, estabelecer séries de etapas, será cômodo partir do novo papel que muitos passaram a atribuir ao acontecimento.

Em 1965, durante o colóquio de história social de Saint-Cloud, Maurice Crubellier fez uma apologia do acontecimento; pode-se dizer que se tratava ali, forçando um pouco as coisas, de verdadeira defesa de uma causa perdida.[51] Dez anos mais tarde, quando Pierre Nora, numa publicação coletiva intitulada *Faire de l'histoire*, anunciou o "retorno do acontecimento", foi para registrar, como historiador do presente, a violência e a primazia do fato

50 P. Ariès, "Huizinga et les thèmes macabres", in *Johan Huizinga, 1877-1972*. Haia: Mouton, 1973, pp. 104-15; *L'Homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977 [ed. bras.: *O homem diante da morte*, 2ª ed., trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989].

51 *L'Histoire sociale, sources et méthodes*, op. cit., pp. 35 ss.

pontual que se impõe sem discussão; o fato é, sem dúvida, hipertrofiado por causa da ênfase que lhe dão as mídias, mas não deixa de ser uma perfeita ilustração do poder da ideia-força que se transforma em realidade material a partir do momento em que penetra nas massas, segundo a célebre reflexão de Marx.[52] A "reabilitação" feita por Pierre Nora, por mais convincente que seja, comporta o risco de permanecer ambígua, em certo sentido. Tomada superficialmente, numa leitura limitada, seria possível ver nela uma das variações do velho tema da aceleração da história: cabem, assim, à época contemporânea – seja qual for seu ponto de partida – a mobilidade, a nervosidade que se traduz em acontecimentos, ao passo que, aos períodos anteriores, cabem as longas faixas de imobilidade ou de evolução lenta. Nesse nível seria possível propor um compromisso de meio-termo, tanto com o historiador como com a história imóvel (E. Le Roy Ladurie: a história começa a se mexer por volta de 1720, depois de quatro séculos de oscilações em torno de um nível quase constante) e o etnólogo: para Varagnac, como para os folcloristas, a sociedade tradicional, quase monolítica, desestrutura-se numa época recente; quer seja em 1870, quer em 1914-18, pouco importa, essas são datas referenciais, a partir das quais se afirma a debandada de um velhíssimo sistema.

UMA PESQUISA NA FRANÇA DO OESTE

Creio que é preciso ir além dessa etapa, já importante, pois podemos constatar que, longe de ser possível dizer que o acontecimento – ou, para evitar qualquer equívoco, a mutação brusca – é um privilégio da época contemporânea, toda uma série de pesquisas dos últimos vinte anos se viu polarizada em torno da dialética do tempo curto e do tempo longo, dos jogos entre o acontecimento e a longa duração. Alguns exemplos se impõem, ilustrando os diferentes procedimentos com os quais a história problemática operou, com frequência buscando, numa pesquisa regressiva, resposta para essas questões. Da estrutura ao acontecimento, passando pela longa duração, essa é a tese de Paul Bois sobre os "camponeses do Oeste". Do acontecimento à

52 J. Le Goff e P. Nora (orgs.), *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974, t. I, pp. 210-28 [ed. bras.: *História: novos problemas*, 4ª ed., trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, t. I, pp. 179-93].

longa duração pelas vias da história regressiva: isso é o que se pode encontrar também na postura de M. Agulhon, bem como em minhas próprias pesquisas – quer se trate da morte ou da festa... A obra de Paul Bois,[53] publicada em 1960, e cuja importância metodológica só aumentou desde então, abre uma via e faz uma demonstração quase exemplar. Bois parte, de modo aparentemente muito clássico, do quadro apresentado por um departamento[54] da França do oeste, a Sarthe, no final do século XIX. A situação que ele encontra ali nada tem de inédito: ela reflete, a partir dos lugares-comuns do célebre *Tableau de la France de l'ouest*, de André Siegfried,[55] os traços de um tempo curto de sociólogo que é, simultaneamente, um tempo muito longo: entendamos essas realidades estruturais como heranças de longa duração ou mesmo como determinismos imemoriais: o *bocage*, o hábitat dispersado, o duplo domínio da igreja e do castelo... A pesquisa mostra muito depressa a seu autor que essa história é imóvel apenas nas aparências.

Existe uma fronteira que corta em dois esse campesinato: "branco" ou *chouan* (partidário da monarquia) no oeste, e republicano no leste. Para a compreensão dessa fronteira, os elementos aqui enumerados – o *bocage*, o padre, a relação de servidão com o amo – não oferecem nenhuma explicação plausível em campo: o autor vai buscá-la na história, voltando até o momento preciso em que se operou a fratura, isto é, sob a Revolução Francesa; dois campesinatos diferentes em suas estruturas e, sobretudo, em seu dinamismo e agressividade fixaram naquela época, de modo duradouro, suas opções coletivas. Já se pode sentir, apenas com esse breve resumo, que tal experimentação exemplar é portadora de uma mensagem rica e ambígua: por um lado, ela justifica a pesquisa de longa duração, o mergulho no passado mais que secular do qual foram transmitidos os traços de um comportamento que perdura, com verdadeira inércia, até os nossos dias, quando, na verdade, as condições iniciais desapareceram. Trata-se de uma peça de importância acrescentada ao dossiê da "inércia das estruturas mentais". Inversamente,

53 Paul Bois, *Paysans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*. Paris/Haia: Mouton, 1970; ed. resumida: Paris, 1971.

54 O *département* é uma divisão administrativa da França. [N. T.]

55 André Siegfried, *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République*. Paris: Armand Colin, 1913.

contudo – ou, antes, de maneira complementar –, o tempo curto retoma toda a sua importância: ele é aquele do traumatismo inicial, da ruptura propriamente revolucionária a partir da qual, por muito tempo, uns se tornaram *chouans*, outros jacobinos, tendo assim se separado por uma fronteira que nossos mapas eleitorais teimam em perenizar. Tempo curto ou tempo longo? Essa arbitragem que não é um compromisso burguês, situando cada qual em seu lugar, pelo menos exorciza uma das formas da longuíssima duração: a dos velhos determinismos intemporais, e isso para privilegiar o que chamaremos, como P. Vilar, de tempo "medianamente longo": uma expressão que não tem a pretensão de ser elegante, mas que talvez exprima muito melhor a duração mais confortável para o historiador.

DO ACONTECIMENTO À LONGA DURAÇÃO

O que, sem dúvida, faltou a P. Bois foi dar resposta a uma das interrogações que sua própria pesquisa levantou: a das modalidades pelas quais se efetua a transmissão das atitudes, para não dizer da mensagem. Em seu trabalho, podemos ler um resultado final e voltar ao ponto de partida que o originou. Mas, entre ambos, situa-se outro problema, que é o trabalho da memória coletiva, consciente ou não. Philippe Joutard deu-se ao trabalho de acompanhar tanto vestígios escritos quanto entrevistas orais hoje diretas, os avatares de uma lembrança enraizada – outro evento traumático, que é a Guerra dos *Camisards* em Cévennes[56] –; aborda, se quisermos por outro lado, uma problemática idêntica, voltando aos dados (ele sabe de onde parte) e os procedimentos de análise: mas vemo-nos tentados a reavaliar, na duração, o peso de um evento que exprimiu uma viragem essencial. Paul Bois partiu de uma estrutura e encontrou um acontecimento; sem que haja contradição alguma nisso, outros partem de um acontecimento e... redescobrem uma estrutura. Maurice Agulhon, no conjunto extremamente articulado de suas pesquisas sobre a Provença oriental, partia, aparentemente, do fato pontual, o levante provençal do sul, ocorrido em 1851, em nome da defesa da República, ou, se preferirmos: da emergência inesperada dessa província do sul da França "vermelha" – e, desde então, de modo duradouro – em oposição ao sul "branco" da primeira metade do século XIX. Uma pesquisa sociológica aprofundada na sociedade daquelas aldeias

56 P. Joutard, op. cit.

urbanizadas, de que destacamos apenas um aspecto para resumirmos as coisas, conduz a uma trajetória que vai das *chambrées* – sociedades secretas republicanas – às estruturas de sociabilidade que ele vai encontrar no Antigo Regime, passando pelos clubes revolucionários da Primeira República, até descobrir, no século XVIII, a densidade das formas de associação masculinas, entre as quais as confrarias dos Penitentes não são nada além da expressão mais espetacular. Mas, na verdade, essa estrutura formal estável encobre uma mobilidade real, posto que o autor, em sua principal obra, *Pénitents et francs-maçons*, demonstrou como as elites provençais, na segunda metade do século XVIII, abandonaram as confrarias para migrar rumo às lojas maçônicas, mais adaptadas, então, a suas novas aspirações. A dialética do tempo curto e do tempo longo se afirma, assim, como especialmente rica, pois, a partir de um mergulho regressivo na (medianamente) longa duração, permite redescobrir uma evolução lenta; o invariante sendo, aqui, talvez, esse traço de "sociabilidade" ao qual o autor atribui a devida importância, reconhecendo, ao mesmo tempo, seus limites de suporte formal de uma história que se move.[57]

O procedimento que apliquei à análise do fenômeno de descristianização, da era clássica à Revolução Francesa, procede de um desígnio idêntico. O fato pontual inicial é a espetacular chama descristianizadora do ano II, analisado e cartografado em seus principais traços do quarto sudeste do território francês: trata-se de um acontecimento tipicamente "patético" e, além do que, escandaloso, a tal ponto que toda uma historiografia desejou ignorar essa rebarba da história. Não encontrei, nos determinismos do tempo curto revolucionário – política geral, iniciativas locais dos representantes em missão nos clubes –, a explicação suficiente de um mapa estruturado repleto de contrastes. Assim, foi pelo decorrer de um século generosamente recortado – o século do Iluminismo – que segui, nos milhares de testamentos provençais – um indicador precioso e rico –, o apogeu, em seguida a desestruturação e, enfim, a queda total do sistema da prática e da religiosidade "barroca" no sul da França; foi também assim que surpreendi essa viragem que, por volta de 1750, afetou a sensibilidade coletiva a

57 M. Agulhon, op. cit.; *Pénitents et franc-maçons de l'ancienne Provence, essai sur la sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1968.

partir dos comportamentos em relação à morte.[58] O modelo experimentado na Provença revelou-se operacional: faltava-lhe a confirmação dada por um confronto com outros casos e localidades; isso é agora coisa feita, como prova o fruto dos trabalhos de Pierre Chaunu e sua equipe (*La Mort à Paris*).[59] É preciso dizer que, ao nos concentrarmos no sistema das pompas barrocas em seu apogeu – em torno de 1680 –, tínhamos seguido apenas a curva descendente do fenômeno. A pesquisa parisiense foi mais longe, mostrando como ele se instaura da segunda metade do século XVI ao centro do século XVII. A noção de estrutura, tal como a manejam em campo os historiadores sociais e das mentalidades, perde toda rigidez e todo monolitismo; passa a exprimir um ponto de encontro de traços sem dúvida organizados num sistema coerente, mas no âmbito de um equilíbrio incessantemente questionado e no de uma respiração que é própria da história.

EXISTE MUTAÇÃO EM HISTÓRIA?

Temo dar a impressão de ceder a alguma complacência ao propor, a partir de minhas pesquisas, uma outra ilustração desse procedimento dialético que une o tempo curto e o tempo longo: mas foi, no fundo, a mesma curiosidade que me fez analisar as "metamorfoses da festa na Provença de 1750 a 1820",[60] para traduzir, com clareza, o encontro entre um sistema festivo estabelecido, popular, profuso e cheio de vida, embrionariamente "folclórico", e a festa revolucionária, nacional, cívica, que obedecia a uma codificação completamente diversa. Entre ambas, teria havido contaminação, coexistência ou rejeição mútua? A conclusão exigiu moderação: a festa revolucionária dá especialmente, no nível do local, uma chance à herança festiva antiga e recalcada, isto é, a festa carnavalesca, que domina as grandes folias mascaradas do ano II. Minha conclusão não se opõe de modo algum, longe disso, à que Mona Ozouf apresentou em

58 M. Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle*. Paris: Seuil, 1978; *Religion et révolution, la déchristianisation de l'an II*. Paris: Hachette, 1976.

59 P. Chaunu, *La Mort à Paris, XVI^e, XVII^e, XVIII^e siècles*. Paris: Fayard, 1978.

60 M. Vovelle, *Les Métamorphoses de la fête en Provence de 1750 à 1820*. Paris: Flammarion, 1976.

sua obra *La Fête révolutionnaire*:[61] as liturgias revolucionárias, encruzilhada do passado e do futuro, veem a emergência e a experimentação de um novo sagrado, aquele que vai dominar as formas de religiosidade cívica e patriótica do século XIX. Nessa altura da argumentação, não é possível evitar a moderada objeção que F. Braudel previra em seu artigo de referência: pois bem, que se admita a mutação brusca, o acontecimento explosivo. Mas seria esse acontecimento realmente criador? Não se contentaria ele em sancionar e exprimir, em termos exacerbados, se preciso for, o balanço de uma evolução surda e de longa duração? Um ensaio como o de Mona Ozouf dá uma resposta parcial a essa pergunta, pelo menos num ponto preciso. Existiria, em aparência, fenômeno mais incongruente, "sem passado" e "sem futuro", semelhante ao "Ser Supremo" de que fala uma canção, do que a festa revolucionária? E, no entanto, ei-la carregada de futuro, expressão privilegiada e densa de todo um discurso ideológico. Para além do acontecimento catalisador, ou simplesmente eco, haveria uma criatividade repentina do instante? Chega novamente até mim o eco, mais do que acadêmico, do debate que me opôs a Albert Soboul quando apresentei os primeiros resultados de minha abordagem de longa duração da descristianização do século XVIII: o historiador do jacobinismo evocou, como objeções a minha proposta, os exemplos de criatividade repentina da religiosidade revolucionária: santos patriotas, mártires da liberdade, litanias sobre o coração de Marat... todas essas manifestações que, mesmo sem futuro, valem mais do que as curiosidades de um instante. Quem tinha razão? Evidentemente, nenhum dos dois estava errado.

Mas, para concluir provisoriamente quanto a esse problema essencial da dialética do tempo curto e da longa duração, gostaria, antes de dar as costas aos temas que me são familiares, de evocar uma velha conhecida minha: a história da morte, um bom teste, se assim é possível dizer, para a história da longa duração, pois se pode afirmar, sem apelar para um humor muito cáustico, que se trata aí de uma invariável ideal... Creio tocar numa das dificuldades fundamentais do problema, quando me sinto irritado (porém amigavelmente, pelo que peço perdão!) ao descobrir em Philippe Ariès essas longas faixas de evolução sem choque, sem incidente; do mesmo modo que

61 Mona Ozouf, *La Fête révolutionnaire, 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.

o macabro do final da Idade Média foi, finalmente, escamoteado, tampouco teremos direito à comoção do barroco, entre 1580 e 1630, nem ao retorno das ideias sombrias e da poesia dos túmulos no crepúsculo do Iluminismo. Quanto à reviravolta trágica daquilo que se chama, por antífrase, *Belle Époque*, o autor escreveu, um dia, que o macabro se torna, naquele período, uma curiosidade para alguns artistas belgas e alemães... Uma curiosidade, na época simbolista e decadente, para Huysmans, Munch, Ibsen, D'Annunzio ou Thomas Mann! No que me diz respeito, fico surpreso com a importância dessas grandes crises de sensibilidade coletiva, que não são meras curiosidades literárias e que vêm ritmar violentamente, paroxisticamente, as etapas de uma história das sensibilidades que nada tem de imóvel. A morte não passa aqui de um exemplo ou de um elemento no interior de um conjunto: numa síntese recente ("The Prerevolutionary sensibility"), fiz a seguinte pergunta, aparentemente ingênua: o que aconteceu por volta de 1750? Pergunta muito velha (alguns dirão que a história literária clássica lhe deu uma resposta há muito tempo) e, no entanto, renovada por todas as abordagens recentes da história serial: lembremos desse punhado de curvas de regozijante variedade: ilegitimidade, concepções pré-nupciais, delinquência, fluxos das livrarias, encomendas de missas ou contagem de ordenações de padres... Na França dos anos 1760, a visão do mundo se transformou, e, de modo algum, somente para as elites. Tal como ocorria nas aulas de acústica que frequentávamos durante a infância, um ritmo define, com nós e ventres, crises no sentido amplo do termo, que não resultam da aceleração contemporânea da história, e que nem por isso são a camada superficial de uma história no conjunto imóvel... Parece-me que é preciso redefinir essa dialética do tempo curto e do tempo longo: um exercício sem maiores segredos para o historiador economista (ou demógrafo), mas que o pesquisador da história social e das mentalidades ainda deve encarar. Uma das razões do bloqueio, todavia – sem dúvida provisório –, não seria a dificuldade de reencontrar, de um domínio para outro, a concordância dos tempos?

O FUNDO DO PROBLEMA: A CONCORDÂNCIA DOS TEMPOS

Para dizer a verdade, creio que, em breve, o problema da dialética do tempo curto e do tempo longo vai aparecer como algo superado e, com certeza,

historicamente datado. Datado como um certo voluntarismo jacobino talvez, datado indubitavelmente como um certo "revisionismo" muito característico de nosso tempo, que desejou exorcizar a imagem "velhota" ("herança ideológica", segundo F. Furet) da Revolução: não haverá compromisso burguês, mas, sim, superação dialética. Enquanto isso, caso esse diálogo apareça quase como um exercício de estilo, é preciso convir, dados os exemplos que foram acima tratados, que ele terá sido estimulante, ao permitir a promoção de interrogações feitas num nível totalmente diferente.

Será muito mais difícil, ao que me parece, entrar em entendimento sobre aquilo que intitulo com certa facilidade de "concordância" dos tempos, isto é, segundo a expressão de Althusser, "o entrelaçamento dos tempos". Sinto-me, como Pierre Vilar, interpelado pela observação de Althusser, ao mesmo tempo levianamente formulada e pertinente quanto ao atraso da reflexão dos historiadores "empíricos": "Os historiadores estão começando a colocar um certo número de questões. Mas eles se contentam em constatar que há tempos longos, médios e curtos, em notar as interferências entre eles como produto de seus encontros, e não como produto de tudo o que os comanda: o modo de produção...."[62]

A reserva, sem dúvida repleta de culpa, dos historiadores e daqueles que reivindicam o marxismo talvez seja resultante do fato de que, na explosão atual, que arrebenta em todas as direções, da ciência histórica ("do porão ao sótão"), eles têm sido frequentemente trancafiados na prisão (de longa duração!) daquilo que se chama de marxismo vulgar, no qual uma dialética mecânica vincularia à infraestrutura superestruturas ideológicas, a elas obedecendo cegamente. Essa leitura, que é fácil refutar à medida que a descoberta de novos campos vai tornando complexos os tempos da história, talvez seja facilitada pelo temor, até uma data recente, por parte dos historiadores marxistas, em abordar o "terceiro nível" da explicação histórica, reservado aos especialistas mais "advertidos". É apreciável, nessa conjuntura historiográfica, a clarividência com que Ernest Labrousse, em 1965, exortou os historiadores a abordar o estudo do terceiro nível, que nos acostumamos a chamar de "história das mentalidades". Sem dúvida, nessa etapa em que ainda praticamente apenas a tese de Paul Bois (*Paysans de l'Ouest*) propunha

---

62 P. Vilar, op. cit., t. I, p. 187.

experimentar uma apreensão global, das estruturas socioeconômicas às atitudes coletivas e de sua dialética no tempo, Labrousse só podia definir essa relação como uma história das "resistências" ou das "inércias". É possível se perguntar se tal denominação não correria o risco de parecer, hoje, uma leitura bastante pobre das trocas que se instauram no âmbito daquilo que, como Althusser, podemos chamar de "o todo sobredeterminante" do modo de produção.

A LONGA DURAÇÃO ASSUME A ESPECIFICIDADE DA HISTÓRIA

Pierre Vilar, porém, ainda aqui nos lembra como Marx – bem menos dogmático do que dizem! – colocou os historiadores diante de suas responsabilidades, ao definir (mas esse não era, segundo ele, "o melhor Marx" estilisticamente falando) o modo de produção como "perspectiva geral, éter particular que determina o peso específico de todas as formas de existência que dele resultam"; o que, convenhamos, deixa no interior desse "todo sobredeterminante" uma latitude certeira, ao mesmo tempo que impõe um real dever de precisão e invenção no reconhecimento dos elos complexos que vinculam hierarquicamente os diferentes níveis.[63]

As tentações aí estão: para a historiografia que recusa o protocolo do método marxista, caso não se busque mais a panaceia universal de outro fio condutor da história (nas minas do Peru ou nas manchas solares), a facilidade pode estar num tempo longo que se degradaria transformando-se em história imóvel ou em etnografia cada vez menos histórica, como pode ser aquela da multiplicidade (ou especificidade) dos tempos, em que cada história iria como bem lhe entendesse. Tentação embriagadora: é a nau dos insensatos. Philippe Ariès faz com que a evolução das atitudes diante da morte se mova como sobre um colchão de plumas, em função do dinamismo próprio a um "inconsciente coletivo" que não é definido de modo diferente...

Mas fiquemos tranquilos! Não desejo trocar a nau dos insensatos por algum "Grande Confinamento" dessa ebulição em limites empobrecidos. E é por isso que penso em Pierre Chaunu (que ele me perdoe por tomá-lo tão

63 Id., ibid., p. 203.

paradoxalmente como exemplo): quando sugere a hipótese de uma evolução da longa duração das atitudes diante da morte como um "derivado da expectativa de vida", ele reduz com certeza a uma dimensão puramente demográfica um fenômeno mais complexo que associa inércias e criações fantasiosas. Mas a solução, para mim, nesse emaranhado de tempos da história, de séries de longa duração que agora nos são oferecidas, é correlacionar, confrontar, hierarquizar... Desde que se aja assim, a longa duração, esse fruto objetivo do progresso metodológico, não será um engodo nem uma máscara, tampouco uma abdicação... e sim um meio para chegar a uma apreensão aperfeiçoada do tempo da história.

De resto, não há razões maiores para pessimismo: depois do artigo de Fernand Braudel, como dizíamos, ocorreu a invasão estruturalista, e nem por isso a história morreu. Eu diria mais, o temor de dependência para com as outras ciências humanas que se refletia naquele artigo deu lugar a uma segurança real. A consciência dessa "longa duração", noção ainda mal dominada, mas que tentamos analisar em suas ambiguidades, talvez não seja estranha a essa retomada em mãos do campo histórico em sua especificidade.

Publicado originalmente como "L'Histoire et la longue durée", in Jacques Le Goff (org.), *La Nouvelle Histoire* [1ª ed., 1978; 2ª ed., 1988]. Paris: Éditions Complexe, 2006. Tradução de Flávia Nascimento.

MASSIMO MASTROGREGORI

16. EXISTE UMA FORMULAÇÃO TEÓRICA EM MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE?

1. A pesquisa dos escritos teóricos de Marc Bloch e Lucien Febvre, que aqui se introduz, não pretende ser, no fundo, mais do que um exercício crítico destinado a esclarecer e a encaminhar, nos limites de um trabalho acadêmico, alguns problemas difíceis: a relação entre a teoria da história e a historiografia propriamente dita; o método da história da historiografia; a natureza de uma metodologia historiográfica que nasce do próprio curso das coisas. Em outros termos: pode um conjunto de fatos históricos apresentar, de modo concreto, problemas filosóficos?

Malgrado essa vocação de fronteira e de alguma maneira esse privilégio de permanecer a meio caminho – suspensos entre a reflexão teórica e a reconstrução histórica –, as fontes diretas deste livro são as *considérations sur l'histoire* [considerações sobre a história] de Marc Bloch e Lucien Febvre, os dois célebres historiadores franceses, fundadores dos *Analles d'Histoire Economique et Sociale* (doravante *AHES* ou *Annales*). E, ao observar melhor a *situação* dessas fontes, a maneira pela qual esses escritos teóricos se oferecem, em seu conjunto, ao intérprete,[1] traz

1 "Do mesmo modo que", escreve [Francesco] De Sanctis, "um objeto, situado desta ou daquela forma, mostra alguma parte de si e esconde outras, também a realidade objetiva deve ter a sua situação, que determina o seu aparecer." Sobre o conceito crítico de *situação* em De Sanctis, ver as importantes observações de G. Contini na "Introduzione" à *Storia della letteratura italiana* de De Sanctis. Turim: Utet, 1969, pp. 20-21.

à baila inúmeras dúvidas e problemas. Não se trata, com efeito, de reflexões de filósofos "profissionais", mas de esparsas considerações de historiadores, de rápidas reflexões experimentais. Sem dúvida, na tradição do historicismo italiano, a direção e o "corte" conceituais da pesquisa, a componente teórica e o interesse do historiador constituem o fato essencial da historiografia: é nesse sentido que Antonio Labriola, na preleção lida na Universidade de Roma, no fim de fevereiro de 1887, já afirmava: "As razões da historiografia são, sim, o ponto essencial. Desde a história de Roma de Rollin até a de Mommsen não se procede apenas por jogos de erudição ou por diferentes inclinações do intelecto, mas sim por modificações do pensamento ao interpretar e penetrar mentalmente nas coisas humanas".[2]

Mas, se se admite que a teoria, o motivo e o interesse agem, por assim dizer, no interior da pesquisa, não deveríamos talvez concluir que a teoria da história se encontra somente no livro de história, e mais, que é o próprio livro de história? E o próprio objeto deste estudo – as considerações sobre a história de dois historiadores, dispersas em seus escritos, a maioria fora dos livros de história – existe de fato ou é imaginário?

Um fato é certo: Bloch e Febvre escreveram, ao lado dos livros de história, reflexões sobre seu trabalho, sobre a história universal, sobre metodologia do conhecimento, e algumas delas foram reunidas e publicadas também na Itália, encontrando nesse país uma acolhida, uma difusão, uma fortuna muitíssimo superiores às expectativas, algo absolutamente surpreendente.[3]

2 A. Labriola, "I problemi della filosofia della storia", in *Scritti filosofici e politici* (Turim: Einaudi, 1976, p. 9). Observe-se que na expressão de Labriola ("modificações do pensamento na interpretação e penetração mental das coisas humanas") está contido *in nuce* um importante desenvolvimento do pensamento europeu posterior: parece-me absolutamente extraordinário encontrar, em pleno positivismo, a afirmação de que o progresso da historiografia consiste em uma "modificação do pensamento", e mesmo além de uma possível "marca" hegeliana em Labriola, em um sentido profundamente crítico. E é digno de nota também o conceito de interesse histórico, que aqui se afirma e se discute, e do qual voltaremos a tratar.

3 Pense-se, no que diz respeito a Bloch, na *Apologie pour l'Histoire*, publicada em 1950 pela Einaudi, que teve até agora oito edições [ed. bras.: *Apologia da história ou O ofício de historiador*, trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001], ou em *Lavoro e técnica nel Medievo* (Bari: Laterza, 1959), ao passo que, no caso de Febvre, lembremos da reunião de escritos intitulada *Studi su Riforma e Renascimento...* (Turim: Einaudi, 1966), com introdução de Delio Cantimori, cuja seção de metodologia foi reeditada à parte dez anos depois (*Problemi di método storico*. Turim: Einaudi, 1976). Do mesmo Febvre, a editora de Turim publicou integralmente ainda *La terra e l'evoluzione humana. Introduzione geográfica alla storia*, em 1980, enquanto outros escritos sobre metodologia podem ser lidos na antologia da *Revue de Synthèse Historique* (doravante RSH), organizada por B. Arcangeli e M. Platania: *Metodo storico e scienze sociali. La* Revue de Synthèse Historique *1900-1930*. Roma: Bulzoni, 1981.

Devemos nos perguntar, então, o que são essas considerações sobre a história, e se é justo ou útil examiná-las para esclarecer o desenvolvimento da atividade historiográfica concreta dos nossos dois historiadores, ou por outros motivos que sejam. Deixemos de lado, por ora, a primeira interrogação, e consideremos atentamente a segunda.

Na introdução à sua célebre *Geschichte der neueren Historiographie*, Eduard Fueter exclui desde a primeira página a possibilidade de tratar das "teorias" históricas, exceto no caso em que tivessem influenciado diretamente o desenvolvimento historiográfico: a "didática histórica" – que se reduz à secular tradição da *Historik* – tinha tão pouca relação com a historiografia como tampouco concernia à história do drama uma história das teorias dramáticas. A essa postulação de princípio (e à correlativa exclusão das *filosofias da história*) responde, como observou, Benedetto Croce nas "Questioni preliminari" à *Storia della storiografia*.[4] Croce notou que o motivo dessa exclusão só estava aparentemente fundamentado: entre a teoria e a historiografia não há a mesma relação que existe entre a poética e a poesia. No segundo caso, com efeito, uma obra de pensamento (a poética) se distingue de uma obra de fantasia (poesia), ao passo que "a história e a teoria da história são ambas obras de pensamento".[5] Certamente, entre uma e outra podem-se verificar incoerências, mas "nem mais nem menos de como acontece

4 B. Croce, *Teoria e storia della storiografia* [1915/1917]. Bari: Laterza, 1963, pp. 157 ss.

5 B. Croce, op. cit., p. 164. O argumento de Fueter, confessa Croce, era sem dúvida "especioso", a ponto de ele mesmo, durante um tempo, deixar-se seduzir; trata-se provavelmente da posição assumida no pequeno artigo "Di alcune leggi di storia delle scienze", atualmente incluído como apêndice aos *Primi saggi* (Bari: Laterza, 1951, pp. 193-99), mas publicado na *Rivista di Filosofia, Pedagogia e Discipline Ausiliari*, em 1901. Sustentando então a necessidade de o historiador possuir uma *convicção teórica* em torno da disciplina a partir da qual reconstrói a história, Croce notava que o trabalho histórico "poderia tornar-se ruim mesmo que as leis [...] enunciadas fossem exatas; e bom, mesmo que estas fossem enunciadas inexatamente" (p. 193). De qualquer modo, assim, enquanto intuía a possibilidade de uma incoerência entre teoria e prática da história, de fato ele separava qualitativamente, do exercício do juízo histórico, a reflexão; e é exatamente essa separação que, anos mais tarde, Croce irá refutar.

quando se progride em um ramo da historiografia, enquanto em outro se fica para trás".[6] Não há dúvida, então, de que a interpretação deve ser conduzida tanto em relação às obras históricas como no tocante às considerações teóricas, mas respeitando a integridade histórica e a autonomia teórica de ambas. Qualquer "interferência" exegética, com efeito, pode conduzir a erros interpretativos: assim, por exemplo, no profundo e celebrado escrutínio que Federico Chabod dedicou às obras históricas de Croce, com demasiada facilidade a teoria historiográfica é requisitada para comentar e esclarecer os lugares historiográficos propriamente ditos, e, ao fim, vêm à luz resultados que não encontram correlação com os fatos, como a presumida contradição entre a "noção do particular concreto" dos trabalhos históricos de juventude e a "concepção providencialista de evidente herança hegeliana" da *Storia d'Europa*. É que, para Chabod, a tarefa da crítica da historiografia é "ver como se fosse um historiador que, partindo de um determinado modo de ver a história, conseguiu traduzir em ato o seu modo de ver", mas essa tradução é impossível, uma vez que a história e a teoria, com base no que se disse, fazem parte, por assim dizer, "da mesma língua"; são ambas obras do pensamento concreto.[7] Do historiador da historiografia, em suma, espera-se que possa retraçar, reconstruir, compreender até o limite tanto as reflexões teóricas como as narrativas históricas.

Neste ponto poderíamos tranquilamente retornar a Bloch e Febvre, se não tivéssemos que prestar contas a algumas críticas eficazes e agudas que Arnaldo

6 B. Croce, *Teoria e storia della storiografia*, op. cit., pp. 164-65.

7 O longo artigo de Chabod, por vários aspectos muito valioso, pode ser lido agora nas *Lezioni di metodo storico* (Bari: Laterza, 1974), com o título "Croce storico" (o trecho citado está na p. 233). Não se pode explicar, em última análise, a natureza particular da *Storia d'Europa* remetendo-se a alguns teoremas de *Filosofia e storiografia*; desse modo acaba-se por se descuidar propriamente daquilo que a investigação histórica deveria verificar e reconstruir, vale dizer, a integridade da obra em questão. De outro ponto de vista, e criticando exatamente o ensaio de Chabod, G. Sasso ("Per una interpretazione di Croce". *La Cultura*, 1964) mostrou como entre os *Elementi di politica* crocianos, de 1924, e alguns capítulos da *Storia d'Europa* e da *Storia dell'Italia* havia uma comunhão fundamental de temas, e como a teoria confirma e *torna verdadeira*, neste caso, a prática historiográfica. Mas tal reconhecimento passa pela verificação histórica rigorosa de cada obra em particular. Em um erro parecido com o de Chabod, incorreu, nos parece, F. Diaz em "La storiografia d'indirizzo marxista in Italia negli ultimi quindici anni", artigo publicado em 1961, na *Rivista Critica di Storia della Filosofia*, e logo duramente criticado por D. Cantimori, em *Conversando di storia* (Bari: Laterza, 1967, pp. 116 ss.).

Momigliano quis me dirigir quando este trabalho estava em seu início, com uma sinceridade e uma firmeza que me foram de grande valia. Eis os seus argumentos: as "implicações epistemológicas" desta (e, creio, de qualquer outra) historiografia não se encontram nas *considérations sur l'histoire* de seus autores, mas *no interior* das investigações históricas em si. A metodologia "exterior", as anotações e as resenhas, os *préfaces théoriques et dogmatiques* e os projetos de pesquisa são inúteis para a determinação do valor teórico de uma historiografia; a esse propósito, as únicas fontes válidas que restam são os livros de história.

Momigliano já havia expressado esse seu absoluto repúdio à *Istorica*[8] em outros momentos; em sua argumentação tem-se a impressão de que ele quer assumir a postura de Fustel de Coulanges em *Cidade antiga*: investigar somente os fatos e os dados, e nunca as interpretações (ainda que "autênticas").[9] A essa refutação da metodologia "exterior" liga-se, muito estreitamente, a convicção de que para o historiador da historiografia seja fundamental conhecer não só as obras dos autores que estuda, como também os materiais, as fontes e os documentos relativos ao período e ao assunto que os autores em questão se puseram a tratar.[10] O objeto da história da

8 Ver, por exemplo, a resenha do livro de R. Häussler, *Tacitus und das historische Bewusstsein* [Tácito e a consciência histórica] (Heidelberg: Carl Winter, 1965), publicada em 1966 na *Rivista Storica Italiana*, e mais recentemente em *Quinto contributo alla storia degli studi classici e del mondo ântico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1975, p. 1009.

9 Ver, também, de Momigliano, o ensaio "La *Città antica* di Fustel de Coulanges", in *Quinto contributo...*, op. cit., p. 174.

10 Assim, por exemplo, em um artigo de 1932 dedicado ao Livro XVI da *Biblioteca Storica*, de Diodoro Sículo (*Rendiconti Istituto Lombardo di Scienza e Lettera*, v. 65, 1932, pp. 523-43), ora publicado em *Quinto contributo...* (op. cit., pp. 707-27), Momigliano se concentra exclusivamente no estudo das fontes dos acontecimentos de história grega e macedônia narrados nesse livro (acontecimentos aos quais ele havia dedicado naqueles anos um intenso estudo, testemunhado por numerosas contribuições sobre o assunto e em particular pela fundamental monografia acerca de "Filipe, o Macedônio" [Florença, 1934]) e omite os capítulos de história siciliana pela "firme convicção de que não se podem analisar as fontes senão dos períodos históricos já estudados pessoalmente" (*Quinto contributo...*, op. cit., p. 707). De forma mais geral, a esse propósito, ver a resenha do livro de H. Butterfield, de 1956 (ibid., p. 891); os "Appunti su Federico Chabod storico", de 1960 (in *Terzo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1966, p. 303); "Historicism revisited", 1974 (in *Sesto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1980, pp. 31-32);

historiografia coincide, portanto, com aquele da *historia rerum gestarum* do período tratado pelo historiador estudado.

Não há dúvida de que essas críticas vão ao cerne da questão. Todavia, é possível fazer algumas observações a seu respeito. Antes de tudo é preciso considerar que, pelo modo no qual se apresentam como fontes e pela via interpretativa que convém seguir para "decifrá-las", as implicações "internas" à pesquisa são muito diferentes da metodologia "externa", mas ambas, no plano teórico, são dignas de ser enfrentadas na interpretação. Quem, com efeito, pode falar da historiografia melhor que o historiador e, acrescentaríamos de bom grado, além do historiador? Nem toda filosofia, pois, é metafísica, e grande parte das reflexões sobre história contém juízos históricos implícitos, ou se refere, polemicamente, a outras posições teóricas historicamente individuais como respostas a problemas particulares. De fato, Momigliano afirma simplesmente, e por motivos contingentes, a exclusão das *considérations sur l'histoire*, mas não a justifica.

Quanto ao fato de ser fundamental ao historiador da historiografia conhecer a *matéria* dos livros estudados – as *res gestae* efetivas neles reconstruídas –, convirá perguntar-se se isso deve acontecer direta (fontes de arquivo, documentos de primeira mão, pesquisa original etc.) ou indiretamente, por meio da literatura histórica também *posterior* ao autor tratado. Com grande probabilidade tratar-se-á do primeiro caso, podendo o estudo exclusivo da literatura histórica posterior nos induzir a perigosos erros no plano temporal. Mas é possível, hoje, ler *diretamente* essas fontes antigas? A história da historiografia repousa sobre o argumento de que o conhecimento histórico esteja ligado ao tempo no qual acontece, e que as coisas, as *res gestae*, não podem ser apagadas: de modo que, enquanto eu não tiver lido a mais recente monografia sobre o assunto, é bem provável que estarei lendo as fontes antigas de forma muito diferente daquela da monografia. E voltamos ao começo: julgar se Voltaire, por exemplo, disse o verdadeiro ou o falso, direta ou indiretamente, não significa refazer a história do que ele disse. Em suma, a verdade da historiografia passada, pelo que me parece, não é a verdade eterna.[11]

"Le regole del gioco nello studio della storia antica", também de 1974 (ibid., p. 13).

11 Voltam, a propósito, algumas discussões, mais ou menos recentes, sobre a história da ciência. Já em 1958, G. Preti denunciava "a tentação, à qual de fato mesmo os especialistas mais inteligentes cederam frequentemente, de tomar o estado atual da ciência em questão como paradigma para julgar a verdade e o erro das produções do passado, perdendo assim a perspectiva propriamente histórica" ("Considerazioni di metodo sulla storia delle scienze". *Rivista Critica di Storia della Filosofia*, 1958, p. 455), e reconhecia, voltando-se, aparente e paradoxalmente, para honrar o atualismo gentiliano (mas na realidade dando prova de uma formidável sabedoria), que "do verdadeiro atemporal não se faz história" (ibid.). Desde então não faltaram críticas às histórias da ciência constituídas de contínuos triunfos da verdade sobre o falso. A partir do já clássico livro de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962, a história da ciência abandonou o mito de uma continuidade originária e uma "fortuna progressiva" não demonstrável. Ver, justamente para a revisão dos argumentos de Kuhn, as observações de P. Casini, "Teoria e storia delle rivoluzioni scientifiche secondo T. Kuhn". *Rivista di Filosofia*, v. 2, 1970, pp. 213-18, e recentemente o brilhante artigo de P. Redondi, "Les tensions actuelles de l'histoire des sciences". *Annales. Economies. Sociétés. Civilisations* [doravante AESC], 1981, pp. 572-89. Sobre a natureza propriamente anti-histórica da postura "científica" de distinguir o verdadeiro do falso, à pesquisa da verdade eterna, ver J. Agassi, in "History and Theory", de 1963; o estudo de M. Dal Pra, "Storia e verità della filosofia". *Rivista Critica di Storia della Filosofia*, v. XXXVI, 1971, pp. 439-49; e três contribuições de Paolo Rossi: "Sulla storicità della filosofia e della scienza". *Rivista di Filosofia*, 1964, pp. 131-53; "Considerazioni sulla storia delle scienze". *Rivista Critica di Storia della Filosofia*, 1967, pp. 319-30; "Problemi e prospettive nella storiografia della scienza". *Rivista di Filosofia*, 1972, pp. 103-28, que contêm agudas e úteis observações, em leitura alegórica, para a história da historiografia. Como forma de escapar da perspectiva anti-histórica dos triunfos da verdade, Preti propunha o fecundo conceito de "pensamento científico" como o verdadeiro objeto da história da ciência, por meio do qual se reconhece que as descobertas da ciência viriam "em uma determinada situação da história do pensamento [e] eram, entre outras coisas, elementos de uma civilização. Deste ponto de vista não se ocultariam mais na atemporalidade do 'verdadeiro' e do 'falso' [...]: são fatos históricos propriamente ditos, e deles é possível uma história" (ver id., op. cit., p. 457). Em seguida, na correção do quanto de irracionalidade havia no conceito kuhniano de *paradigma* e uma vez reconhecido que o objeto da história da ciência não coincide exatamente com o objeto da ciência (Canguilhem, 1968; ver também J. Revel, "Histoire et sciences". AESC, 1975, p. 934), afirmou-se o conceito de "imagem da ciência", apresentado por Yehuda Elkana no início dos anos 1970, em consonância com seus estudos sobre Euler, Helmholtz, Kant, Boltzmann, que é, por muitos aspectos, análogo ao de "pensamento científico" proposto por Preti.

Pareceria muito mais que Momigliano, quando faz um esboço da história da historiografia como uma busca da verdade histórica (para a qual se torna necessário o conhecimento perfeito das fontes), estaria se referindo a uma verdade absoluta, que nos protege do vento das ideologias, ou mais direta-

mente a uma verdade de natureza religiosa. Penso, com efeito, no que ele escreveu em "Historicism Revisited",[12] em certas críticas a Santo Mazzarino,[13] ao modo pelo qual, no ensaio sobre as "regras do jogo" no estudo da história antiga, ele fala de "melhor interpretação" do documento; mas penso sobretudo em algumas linhas, de 1966, sobre Croce: "*I do not know whether Croce was personally satisfied with a theory which precluded any ultimate truth*" [Não sei se Croce estava pessoalmente satisfeito com uma teoria na qual obstrui toda verdade última], nas quais propriamente, e sem sombra de dúvida, parece pesar a necessidade de uma verdade última.[14]

Definitivamente, concordamos com Momigliano em que o historiador da historiografia deva conhecer as *res gestae*, mas consideramos tal conhecimento uma vantagem filológica e não uma de suas tarefas principais: a fonte direta da história da historiografia permanece a *historia rerum gestarum*. A força teórica extraordinária dessa disciplina histórica deriva propriamente do fato de assumir como seu objeto o conhecimento histórico propriamente dito, e não o objeto do conhecimento histórico; em outras palavras: não a história, mas o pensamento histórico. Então, a primeira função da história da historiografia, se não se quer ampliá-la (e desnaturalizá-la) transformando-a em uma história da cultura ou história da metafísica, é distinguir aquilo que é historiografia daquilo que não é historiografia. Adotando, com extremo interesse e muita cautela, o ponto de vista da tradição historicista italiana, podemos responder, com Labriola e com o primeiro Croce, que "a historiografia é a narrativa dos fatos do passado que incitam o nosso interesse", e, quanto mais

---

12 "A história da historiografia, como qualquer outra investigação histórica, tem o propósito de discriminar o verdadeiro do falso" ["*History of historiography, like any other historical research, has the purpose of discriminating between truth and falsehood*"] (Momigliano, "Historicism Revisited", op. cit., p. 31). No contexto do artigo, o sentido desta observação vai muito além de uma evidente constatação, e justo na direção que indicamos, como um significativo destaque à polêmica contra o "relativismo histórico".

13 Ver id., "Santo Mazzarino. O pensamento histórico clássico, 1-2, 1" (in *Quarto contributo...*, op. cit., p. 67): "Que coisa pode significar para Mazzarino o termo 'objetividade', se toda história reflete a situação social da qual surge?". Toda a resenha, no entanto, nos parece de fundamental importância.

14 Ver A. Momigliano, "Reconsidering B. Croce (1866-1952)" (in *Quarto contributo...*, op. cit., p. 115). A observação de Momigliano, por outro lado, ressalta o isolamento de Croce, e a raridade, no nosso século, de sua atitude espiritual.

elevado é esse interesse, melhor é a historiografia. Se, contudo, se admite que hoje o conceito de *interesse histórico* se encontra superado e ampliado pelo de *problema histórico*, então se dirá que o conhecimento histórico depende, de uma maneira ou de outra, do problema que o historiador se propõe e que, sem problema histórico, não há historiografia.[15] Aquilo que demarca, então, um pensamento histórico particular e individualizado é a presença de um interesse e de um problema histórico em um momento bem preciso. Naturalmente, essa definição do pensamento histórico pode ser, por sua vez, circunstanciada: próximo (e, num certo sentido, *dentro*) ao interesse e ao problema colocados estão o método concreto do historiador, a escolha e a delimitação do argumento, a específica formação cultural e educacional do historiador, a sua concepção metodológica – que, como vimos, não constitui algo diferente, qualitativamente, do conhecer particular –, e, por fim, a capacidade filológica,

---

15 Cf. B. Croce, "La storia della cultura", in *Conversazione critiche, I*. Bari: Laterza, 1950, p. 218. Croce encontrava no conceito de interesse histórico (já presente na memória de 1893, "La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte") o motivo da pesquisa em sentido contínuo, como a disposição do espírito segundo a qual o conhecer e o operar estavam ainda implicados um no outro, como a cultura do historiador, com a preparação técnica para a pesquisa, na preleção labriolana de 1887, já citada, e no "respeito pedagógico" em A. Labriola, *Dell'insegnamento della storia* (Bari: Loescher, 1876). Outra fonte crociana é G. Simmel, *Die Probleme der Geschichtsphilosophie* [O problema da filosofia da história] (Berlim, 1892, p. 79 ss.). Tanto o conceito de interesse histórico como o de problema histórico contêm um lado moral e um lado mais propriamente cognoscitivo, e ao modificá-los ao longo do tempo Croce acentuou ora um lado (*La storia como pensiero e come azione. Il carattere della filosofia moderna*), ora outro (*Logica*, de 1908, e *Teoria e storia*, op. cit.). Somente em parte, então, estamos de acordo com Momigliano, quando se pergunta "se é possível conceber uma história da historiografia que não assuma o caráter distintivo da historiografia, em relação às outras reconstruções do passado, o esforço consciente de distinguir o verdadeiro do falso" ("Santo Mazzarino. O pensamento histórico clássico, 1-2, 1", op. cit., p. 62). De resto, é evidente como toda a posição de Momigliano que discutimos aqui deriva em parte da sua própria experiência de historiador da Antiguidade, e em parte por uma reação às degenerações em sentido metafísico do conceito crociano de pensamento histórico: e neste sentido os seus argumentos são (e têm sido) muito válidos. Apontamos aqui, apenas brevemente, a extraordinária fecundidade dos conceitos de interesse histórico e problema histórico nos quais nos parece que esteja contido todo o problema metodológico da historiografia. Reconheceria por isso à história da historiografia, que aqueles dois conceitos tomam como objeto, possibilidades teóricas muito amplas.

no sentido viquiano da palavra, e estritamente técnica. Em um plano diferente, a interpretação do pensamento histórico poderá ser precedida pelo controle das condições práticas e institucionais da pesquisa e das situações particulares e contingentes nas quais ela se desenvolve.[16] Não há dúvida alguma, enfim, de que a investigação de um pensamento histórico pressupõe uma amplitude máxima das fontes, no interior das quais se possam conter as diversas "histórias especiais", contemporâneas, assim como as várias ciências humanas no limite com a história: poder-se-ia compreender a historiografia febvriana sem se referir aos itinerários culturais de Reáu, Koyré, Brunot, Meillet, Gernet, Simiand, Durkheim, Berr, para ficar só na França?[17]

Em suma, parece-me que, entre todas as possíveis fontes que adotamos para reconstruir um pensamento histórico, as *considérations sur l'histoire* têm certamente direito a uma posição de importância no que diz respeito à interpretação.

2. Retornemos agora a Bloch e a Febvre. Na verdade, o sucesso editorial e cultural de alguns de seus textos de metodologia não levou a um aprofundamento, de modo adequado, de sua qualidade; muito provavelmente, o acolhimento e a fortuna que encontravam não eram devidos a uma profunda assimilação – quanto mais em uma situação de vazio temporário, no imediato pós-guerra, em nossa cultura histórica.[18]

---

16 "Estabelece-se", escreve Momigliano, "um tríplice e recíproco condicionamento de métodos de pesquisa, seleção de temas e experiências educativas formais – sem que jamais falte o dilema entre o verdadeiro e o falso, o certo e o incerto, honestidade e desonestidade, seriedade e frivolidade que é intrínseco ao historiador" ("Santo Mazzarino...", op. cit., p. 73). Sobre o método da história da historiografia, um ponto de vista equilibradíssimo e de grande interesse pode ser encontrado nos escritos de Gioacchino Gargallo di Castel Lentini, professor de História da Historiografia na Universidade de Roma I; das primeiras notas de 1943 (*Intorno alla storia della storiografia e altri saggi*. Siracusa: Randazzo) passando pelos *Saggi e considerazioni intorno al moderno storicismo* (Nápoles: Morano, 1957), nas quais sustenta a necessidade de a metodologia historicista não se tornar uma fórmula vazia, até os três primeiros volumes da *Storia della storiografia moderna* (Roma: Bulzoni, 1972-85), o segundo dos quais dedicado ao "Hegel storico" (1977), é particularmente interessante para nós pelo tipo de método que persegue: procurar os juízos históricos *implícitos* nos escritos filosóficos de Hegel.

17 Ver Paolo Rossi, "Considerazioni sulla storia delle scienze", op. cit., p. 321.

18 "O acaso quis que meus livros e artigos fossem mais lidos na Itália do que na França.

Assim, nos últimos anos, a necessidade de um estudo aprofundado das implicações teóricas da historiografia dos *Annales* foi afirmada mais de uma vez: em frentes diversas, tanto Furio Diaz como Mario del Treppo o expressaram de modo muito claro.[19] É interessante e ao mesmo tempo curioso que, ao lado do reconhecimento dessa necessidade, sempre venha à tona uma demonstração cuidadosa da profunda diversidade dessas reflexões com relação ao historicismo crociano: sobre este sabe-se pouquíssimo, mas o que parece certo é que nada têm a ver com o historicismo de Croce. Pensando bem, essa necessidade não só não é requerida pelo assunto como também cria obstáculos ao início de pesquisas filologicamente escrupulosas: um ponto de vista desse gênero restringe e condiciona a investigação, refreia o intérprete (ou o irrita, dependendo do caso)

Não sei bem por que razão. Mas desde a sua fundação, em 1929, os *Annales*, revista de Marc Bloch e Lucien Febvre, que eu viria a dirigir muito mais tarde, a partir de 1956, têm sido acolhidos na Itália com maior simpatia e inteligência que em qualquer outro lugar [...]" (F. Braudel, "Sul mare della 'lunga durata'". *Corriere della Sera*, 12 dez. 1982). Provavelmente não se trata de um acaso, e esse fenômeno deveria ser estudado detalhadamente. A observação de Braudel precisa de correção, porquanto até o segundo pós-guerra os *Annales* não eram muito conhecidos na Itália; apenas Luzzatto, F. Borlandi, Morandi e Luigi Einaudi estavam realmente a par do que acontecia na França. Para o estabelecimento de ligações profundas entre historiadores italianos e franceses, e para a convergência de interesse de nossa cultura histórica em Paris, contaram muito, de um lado, as relações pessoais entre esses historiadores (por exemplo, entre Chabod e Braudel, e depois entre Braudel e Romano); de outro, o fato de alguns historiadores italianos terem ido morar na França, entre os quais R. Romano e A. Tenenti. Sobre as relações entre a historiografia italiana e os *Annales*, ver as atas do colóquio organizado pela École Française de Rome, em janeiro de 1979, sobre esse tema (in "Mélanges de École Française de Rome", 1981, 93, 1 – em particular as intervenções de Jacques Le Goff, M. Aymard e S. Romano), como também P. Renzi, "Degli incontri marginali di un nuovo tipo ovvero: le *Annales* e la storiografia italiana" (*Nuova Rivista Storica*, v. 63, 1979, pp. 635-67), e G. Aliberti, "*Annales* e storiografia italiana" (*Clio*, 1979, pp. 381-98).

19 Ver F. Diaz, "Le stanchezze di Clio" (in *Storiografia francese de ieri e oggi*. Nápoles: Guida, 1977, pp. 154-55); do mesmo autor, ver "Fra una storia d'Italia e l'altra" (*Intersezioni*, I, v. 3, 1981, pp. 626-27), em que a reflexão analítica sobre a história é posta em relação com o interesse italiano pelas questões metodológicas. No mesmo volume, *Storiografia francese di ieri e di oggi*, há o ensaio de M. del Treppo, "La liberta della memoria". *Clio*, XII, 1976. Ver ainda G. Galasso, "Storia e sociologia". *Nuova Antologia*, v. 4, 1974, pp. 480-89.

perante o espetáculo de um abismo e de uma fratura entre duas culturas, e deixa o problema exatamente no mesmo ponto em que estava antes.[20]

Por outro lado, é igualmente verdade que alguns estudiosos de formação crociana refutam, em última instância, o trabalho de Febvre, Bloch e sobretudo de Braudel, porque o consideram exterior e, a seu ver, anterior à problemática do historicismo crociano;[21] e essa postura também acaba por

---

20 Também é verdade que especificações desse gênero podem ter sido inspiradas por interpretações redutoras e "historicistas", em sentido piorado, como a de F. Cantú, em "Lo storico nella storia" (*Nord e Sud*, XVIII, 1971, pp. 167-213); ou por aproximações imprecisas, como as contidas em H. Lapeyre, "Retour à Croce" (*Revue Historique*, I, 1971, pp. 73-106 – e ainda, no mesmo sentido, R. Comoth, *Introduction à la philosophie politique de B. Croce*. Liège: Centre d'Études Liberales, 1955, p. 24), fontes de alguns juízos ora correntes em uma parte da literatura crítica francesa. Mas o motivo principal de uma *mise en garde* tão intempestiva me parece ser muito mais a tradição da vulgata de um Croce hegeliano; de modo que a distinção das escolas constitui, de uma vez só, dois juízos: o primeiro, positivo, sobre a teoria francesa; o segundo, negativo, sobre o historicismo crociano. Mas sem querer levantar uma discussão, que seria longuíssima e interessante, chamar Croce de "hegeliano" – e em um sentido tão obscuro – é absolutamente incorreto. Se as simplificações de alguns intérpretes franceses podem se justificar (ver Braudel, "Croce et l'histoire". AESC, pp. 90-91; 1951, e M. Aymard, em seu relatório no colóquio em Roma citado acima ["Mélanges de École Française de Rome", op. cit., p. 414]), o podem muito menos as simplificações de alguns valorosos estudiosos italianos (ver, por exemplo, Treppo, op. cit., p. XXXI; e M. Cedronio, "Croce, Gentile, la storia e le scienze sociali" ["Mélanges de École Française de Rome", op. cit., pp. 362 e 368-369n]) que podem ser relacionadas à leitura de Croce definida por Sasso como "laica" e "humanística", que opõe a "metodologia" à "metafísica" (Pietro Rossi, Diaz e outros). Essa leitura, que nunca chega a ser suficientemente sólida no âmbito filológico, cai agora em descrédito (ver E. Garin, "Lo storicismo del Novecento". *Giornale Critico della Filosofia Italiana*, I, 1983, p. 43; e também o artigo "E dopo Croce il dilùvio". *L'Espresso*, 10 mar. 1985, p. 69).

21 Mas, por um lado, esses juízos não derivam nunca de uma verificação documentada e de um estudo analítico suficientemente profundo (ver, por exemplo, G. Gentile, "Il mestiere dello storico". *Il Mondo*, 10 fev. 1951, p. 6; R. Franchini, resenha de Marc Bloch, "*Apologia della storia*". *Lo Spettatore Italiano*, v. 5, 1951, pp. 128-31; A. Jannazzo, in *Rivista di Studi Crociani*, v. VII, 1970, pp. 146-51, pp. 152-55, e o que escreve a esse propósito G. Gargallo, *Storiografia e sociologie*. Roma: Bulzoni, 1971, pp. 91-95); de outro, é preciso considerar que nunca houve um forte interesse do próprio Croce em relação à escola dos *Annales*. É exceção, nesse panorama, Vittorio De Caprariis, que em dois artigos muito lúcidos e penetrantes publicados em *Lo Spettatore Italiano*, em 1950, e no *Il Mulino*, em 1953, demons-

excluir a compreensão efetiva e o estudo desses escritos. Caso se considere, pois, que a maior parte dos estudos até agora realizados na Itália seja dirigida para os problemas mais diversos,[22] é claro que se abre, a um observador italiano, um território amplo e quase inexplorado.

Podemos retomar, então, a questão da qual havíamos partido: o que são, materialmente, essas considerações sobre a história, e se existe, no fundo, uma formulação teórica em Marc Bloch e Lucien Febvre.

A escolha, que nas páginas precedentes esclarecemos e justificamos, do método "externo" na reconstrução da teoria historiográfica de Marc Bloch e Lucien Febvre nos põe diante de uma documentação abundante, cujo caráter traz algumas dificuldades que é conveniente apresentar logo. Antes de tudo, não existe, nesses historiadores, uma teoria *sistemática* da historiografia; não há um livro ao qual se remeter com segurança para estabelecer a natureza de seu pensamento e traçar-lhe suas linhas de desenvolvimento. O exemplo típico de obra de metodologia francesa recente é a reunião de escritos publicados anteriormente, às vezes coordenados por uma perspectiva de conjunto, às vezes não. Isso vale sem dúvida para Lucien Febvre, cujas compilações[23] não

---

tra ter completado um estudo circunstanciado e detalhado desses escritos, e de possuir ampla documentação, desafortunadamente não desfrutada em sua plenitude. De Caprariis escreve, entre outras coisas, no artigo de 1953: "Uma discussão [sobre o pensamento histórico febvriano] que seria parte de um discurso muito mais amplo, que finalmente será preciso fazer, caso se queira entender – muito além do entusiasmo pelas técnicas de pesquisa e pelos temas originais, que permanecem sempre no exterior – o significado da nova historiografia francesa, e o seu valor na história cultural do nosso século" (p. 355).

22 Pensa-se, em primeiro lugar, na síntese pioneira de M. Cedronio, "Profilo delle *Annales* attraverso le pagine delle *Annales*" (in *Storiografia francese...*, op. cit., pp. 4-72), e nos inúmeros ensaios de G. Gemelli, que, dirigidos por um propósito sociológico, conservam uma base filológica muito sólida. Agradeço a esses dois estudiosos a cortesia com a qual me encaminharam esses estudos. Também é preciso lembrar do amplo estudo histórico de L. Allegra e A. Torre, *La nascita della storia sociale in Francia* (Turim: Einaudi, 1977), e a compilação antológica da RSH organizada por B. Arcangeli e M. Platania, já citada. De grande interesse para nós, embora de modo apenas indireto, os estudos de Ricardo Di Donato sobre Meyerson e Gernet e de Pietro Redondi acerca da relação entre Koyré e Febvre (RSH, 1983). Também sou grato a este último por suas sugestões.

23 Quero dizer os *Combats pour l'histoire*, de 1953; a compilação com o título *Au Coeur religieux du XVIe siècle*, 1957; enfim *Pour une histoire à part entière*, que é de 1962. À parte a primeira, organizada pelo próprio Febvre, que contém também uma bibliografia siste-

são propriamente metodológicas apenas, porquanto contêm artigos de história propriamente dita; e vale também para Bloch, com exceção da *Apologie pour l'histoire* – porém, por um lado, ela não pretendia mesmo ser um tratado completo de teoria ou de metodologia historiográfica; e, por outro, essa obra é incompleta, bastante incerta e fragmentária.

Em suma, não existe para a *"nouvelle histoire"* um novo Langlois e Seignobos: o que Bloch tentou escrever, o que Febvre e Bloch projetavam há tempos e não realizaram. Por isso, a metodologia da historiografia desses dois autores – isto é, o que eles pensavam do seu ofício e da história universal – deve ser, em seus grandes traços, *reconstruída*, como me fez notar Jean Glénisson.[24]

Os materiais para essa reconstrução encontram-se, antes de mais nada, na revista dirigida por Marc Bloch e Lucien Febvre a partir de 1929; e, apesar de existirem, até 1968, dois repertórios bibliográficos sistemáticos do conteúdo dos *Annales*,[25] preferi proceder a um escrutínio de primeira mão de todos os anuários da revista, desde 1929 até hoje, trabalho que levou à constituição de uma espécie de "arquivo teórico" dos *Annales*.[26]

Também é verdade que, além de alguns artigos, a revista contém *comptes rendus*, notas e discussões; outras contribuições devem ser procuradas na *Revue de Synthèse Historique* (também, e sobretudo, *depois* da fundação dos *Annales*), assim como em várias outras revistas.

Há documentações, ainda, nas reuniões de artigos dos quais falávamos e, finalmente, nas obras de história propriamente ditas, sobretudo nas seções introdutórias – nas quais se formula o *plano* da obra – e nas conclusões. Nesse ponto há duas dificuldades, na pesquisa e no estudo das fontes respectivamente:

mática e seletiva das outras obras, e mais uma breve *notice* biográfica, essas compilações são póstumas. Foram organizadas, porém, segundo um esquema em parte predisposto pelo próprio Febvre.

24 Colóquio de 16 de janeiro de 1985.

25 Ver M. A. Arnould, *Vingt annés d'histoire économique et sociale. Table analitique des* Annales *fondées par Marc Bloch et Lucien Febvre (1929-1948)*. Paris: Colin, 1953, p. 345, *in-8°*; e B. Tenenti, *Vingt années d'histoire et des sciences humaines. Table analitique des* Annales *(1949-1969)*. Paris: Colin, p. 517, *in-8°*. Note-se como muda a primeira seção do título no segundo repertório: indício da presença de uma primeira (e difusa) interpretação historiográfica.

26 Esse arquivo representa uma das notas bibliográficas deste livro e se estende, em forma de repertório, até junho de 1986.

a. A *pesquisa* dos documentos úteis à reconstrução da metodologia historiográfica e do pensamento histórico nesses autores não pode restringir-se aos textos publicados; deve estender-se, como é natural, até a correspondência inédita, às notas de leitura, aos rascunhos de estudos e de aulas, às obras incompletas, aos projetos de empreendimentos culturais. Enfim, no caso de Bloch e Febvre, são interessantes também os testemunhos dos historiadores e das pessoas que os conheceram de perto. Como era previsível, é justamente nesse nível da documentação inédita que se encontram as maiores dificuldades. Vejamos alguns exemplos.

Na formação do pensamento de Bloch e Febvre sobre história, a obra de Henri Berr tem fundamental importância. Sem dúvida, seria interessantíssimo examinar a correspondência de Berr com Febvre, mas o fato é que todo o epistolário de Berr, composto de milhares de cartas provenientes de todas as partes do mundo e que o próprio Berr estava reorganizando para a publicação antes de morrer, desapareceu misteriosamente;[27] e a correspondência com Febvre, em particular, teria sido destruída pelos herdeiros, segundo um testemunho de Fernand Braudel.[28] Ademais, os arquivos do Centre Internationale de Synthèse, que contêm numerosos documentos naturalmente sobre Berr e a sua revista, mas também sobre a obra de Lucien Febvre organizador cultural e autor de projetos, foram fechados recentemente, por causa dos trabalhos de classificação dos documentos.[29]

Naquilo que toca a Bloch, a Febvre e às origens dos *Annales*, é preciso recorrer aos arquivos privados, dado que muitos documentos concernentes à revista vinham sendo conservados pelos diretores. E, se o caso das cartas de Bloch é, em parte, afortunado (a maioria delas foi depositada nos Arquivos de França, na coleção dos arquivos privados), o das cartas de Febvre é desesperador, porque o arquivo da sra. Febvre, pelo que sei, não é acessível.

27 Ver o que escreve Martin Siegel, no seu artigo "Henri Berr et la *Revue de Synthèse Historique*" (in *Au berceau des* Annales. Ch. O. Carbonell e G. Livet [orgs.]. Toulouse: Presses de l'IEP, 1983, p. 215 e n. 78), com base em alguns diálogos com Braudel e Suzanne Delorme.

28 Ver Braudel, "Personal Testimony". *Journal of Modern History*, v. 44, n. 4, 1972, pp. 460 ss.

29 Comunicação de Pierre Monzani, secretário-geral do Centre International de Synthèse, por escrito, em 5 de março de 1985. O acesso aos arquivos, livre antes disso, era, de todo modo, muito difícil, justamente pela ausência de uma classificação dos dossiês.

b. Um obstáculo ao *estudo*, desta vez, dos escritos recuperados é constituído pela própria *qualidade* deles: não só muitos historiadores, com os quais tive a sorte de discutir essas questões, me puseram de sobreaviso contra a tentação de supervalorizar artigos escritos quase sempre por acaso, com pressa, para uma ocasião urgente,[30] como o próprio Febvre, que, ao falar de textos de Vidal de la Blache, por exemplo, sublinha a natureza peculiar dos escritos elaborados para uma ocasião precisa e aconselha que se adote extrema cautela tanto ao examiná-los como ao utilizá-los.

Então, a maior parte dos artigos teóricos encontrados, em particular aqueles que se referem a Febvre e a Bloch, ou foi redigida para conferências inaugurais, candidaturas, celebrações e comemorações, ou eram artigos clara e imediatamente polêmicos; muitos são, como dissemos, resenhas mais ou menos breves.

Tudo isso, longe de nos confinar em um ceticismo improdutivo, deve nos levar, em primeiro lugar, a usufruir ao máximo da documentação disponível, à espera da outra que ainda não está à mão; em segundo lugar, a reconhecer e respeitar diversos "níveis", ou graus, de teoria e metodologia, com os quais se avalia o que se ganha ou se perde durante a *restituição*, ou melhor, a reconstrução do pensamento histórico de Febvre e Bloch.

Tudo somado, se a reconstrução deverá ser realizada de modo extremamente cauteloso, gradativo e preciso nas distinções (a cujo propósito nos serão de muita serventia as palavras dos próprios autores estudados), não será por isso que a crítica teórica relativa, que se tentará exercitar, será menos livre.

A liberdade da crítica deseja fundar-se, pelo contrário, justamente nesse esforço de atenta reconstrução histórica.

Uma vez recuperadas todas essas reflexões esparsas, será que podemos ter certeza, então, de que elas documentam, quanto a Bloch e a Febvre, a presença de uma postura teórica, de uma vontade "filosófica" ou especulativa, de uma reflexão aprofundada que se desenvolve junto ao concreto trabalho de pesquisa, de descoberta, de narrativa do passado?

30 Em particular, os professores Ruggiero Romano e Alberto Tenenti, mas também o professor Glénisson, e muitos outros, aos quais dirijo meus sinceros agradecimentos.

Grande parte dos críticos e dos intérpretes dessa historiografia francesa, fundamentando-se em numerosas afirmações de Bloch e Febvre, nega isso resolutamente: o conteúdo mais verdadeiro de seu ensinamento é a recusa de toda postura teórica particular, e a melhor definição da historiografia é não possuir uma definição teórica, mas somente um método concreto.

Essa interpretação crítica se funda, como dissemos, em determinada leitura de vários documentos e de testemunhos explícitos dos fundadores dos *Annales*; é sustentada sobretudo por críticos "internos" da nova história e como tal trai, a nosso ver, de forma notabilíssima o influxo dos desenvolvimentos da revista posterior à morte de Bloch e, depois, à de Febvre: como se as ideias acerca da história dos historiadores que "administram" o rico patrimônio blochiano e febvriano projetassem a sua luz em cima das considerações de Bloch e Febvre e, em parte, as deformassem.[31]

31 Pode-se considerar, antes de tudo, a esse propósito, a posição de Fernand Braudel, que, no *préface* a E. Callot, *Ambiguités et antinomies de l'histoire et de sa philosophie* (Paris: Rivière, 1962, p. 8) – um livro que "*se présent sous le signe de la pensée de Lucien Febvre*" [se apresenta sob a marca do pensamento de Lucien Febvre] (p. 5) –, escreve: "*Pour ma part, chaque position historique m'a toujours semblé acceptable, pourvu qu'elle n'exclût aucune des autres positions où peut se placer l'historien. Chaque philosophie de l'histoire m'a paru secourable. Toutes ont leur veritè, leur utilitè. Être historien, c'est desirer les pratiquer toutes, ou du moins les traverser toutes par le bon chemin du raisonnement*" [De minha parte, cada posição histórica sempre me pareceu aceitável, desde que ela não exclua nenhuma das outras posições nas quais o historiador possa se colocar. Cada filosofia da história me tem parecido defensável. Todas têm sua verdade, sua utilidade. Ser historiador é desejar praticar todas elas, ou ao menos percorrê-las todas pelo bom caminho do exercício da razão]; e, a propósito da inclinação teórica de Bloch e Febvre, ele escreve, naquele texto capital para a história da historiografia "interior" dos *Annales* que é o "Personal Testimony" (*Journal of Modern History*, 1972, p. 457): "*Lucien Febvre and Marc Bloch were not philosophers, either by taste or by temperament*" [Lucien Febvre e Marc Bloch não eram filósofos, nem por predileção, nem por temperamento]; embora, mais adiante (p. 463), reconheça que a recusa das discussões teóricas que se encontra na abertura dos *Annales* – um texto sobre o qual falaremos – é uma referência polêmica, mas também uma retomada dos modos da *RSH* de Berr. A partir dessas afirmações braudelianas, em parte precedidas pelo artigo de Charles Morazé sobre a *Revue Historique* de 1957, multiplicam-se os reconhecimentos desse estranhamento de Febvre e Bloch em relação à teoria, tanto no sentido de que eles nunca foram filóso-

Quais seriam, de todo modo, para esses autores, as razões de uma tão radical recusa da teoria na historiografia? Em geral, a ausência de teorias gerais é explicada como um voluntário e decidido distanciamento das filosofias da história alemãs: assim a explicam Braudel, André Burguière, Roger Chartier e Jacques Revel no *dictionnaire* sistemático da *Nova História* (nas páginas 30 e seguintes).[32]

É de se notar, porém, que não se especifica contra *quais* filosofias da história "à alemã" Bloch e Febvre se dirigem: Hegel ou Dilthey? Lamprecht ou Rickert? As poucas linhas, de 1936, de Febvre contra Spengler não bastam para constituir uma resposta a essas interrogações. Deve haver, pois, algo mais. Como Jean Glénisson me fazia notar perspicazmente, a suspeita explícita de Bloch e Febvre em relação à teoria constitui uma herança positivista: deriva dos tempos de Monod, quando a lembrança das desenvolturas românticas (desenvolturas mesmo?) obrigava os historiadores a se restringirem estritamente aos fatos, a "fazê-los falar por si sós", a jamais se distanciar deles; enfim, não é para desprezar a tradição de "*paresse méthodologique* [preguiça metodológica]" da geografia francesa, de Vidal de la Blache: uma preguiça, decerto, muito mais ostentada do que praticada e que, curiosamente, o próprio Febvre reprovava em Demangeon.

Em um recente artigo, publicado na *Revue de Synthèse*, André Burguière registra que – se queremos discorrer sobre "estratégias" blochianas e febvrianas – tomar parte das discussões teóricas pode ter servido para mascarar o fato de os *Annales* retomarem o projeto dos durkheimianos em favor da história, um projeto que havia sido elaborado pela sociologia justamente contra a história.[33]

---

fos como no de que não o quiseram ser. Naturalmente existe, para essas interpretações, uma base de documentos; mas assim vem a ser graças a uma certa leitura dos textos e à exclusão de um número de testemunhos muitíssimo maior. A. Burguière, em um artigo publicado em 1981 sobre a revista alemã *Lendemains*, escreve: "*Non seulement 'l'esprit des* Annales*' ne se refere à aucune doctrine pré-établie mais il témoigne d'une allergie à toutes les démarches doctrinales* [...]. *Plus exactement Bloch et Febvre rejettaient les prétentions théoriques du marxisme comme ils rejettaient toutes les theories générales de l'Histoire qui fleurissaient à l'époque particulièrement chez les historiens allemands*" [Não só "o espírito dos *Annales*" não se refere a nenhuma doutrina preestabelecida, como também testemunha uma alergia a todos os procedimentos doutrinais [...]. Mais exatamente, Bloch e Febvre rejeitavam as pretensões teóricas do marxismo como rejeitavam todas as teorias gerais da História, que floresciam à época, particularmente entre os historiadores alemães] (citação da página 8 do texto datilografado de Burguière, que me foi fornecido gentilmente pela senhora Trabut, a atual secretária de redação dos *Annales*); analogamente J. Revel, no mesmo número da *Lendemains*, em um artigo intitulado significativamente "L'histoire sociale dans les Annales: une definition empirique" (p. 37), referindo-se ao influxo nos *Annales* tanto dos durkheimianos como dos marxistas, escreve que Bloch e Febvre "*rejettent* [...] *toute la construction théorique qui sous-tendait le projet sociologique*" [rejeitam toda a construção teórica que subentendia o projeto sociológico], que manifestam "*une méfiance instinctive devant toute construction théorique qui risquerait de devenir contraignante*" [uma desconfiança instintiva diante de toda construção teórica que se arriscaria a tornar-se constrangedora] (p. 38); esse empirismo no fundo correspondia, segundo Revel – que nisto parece discordar de Burguière –, à retomada dos "*accents*" e da "*imagerie*" românticos; mais do que uma fundamentação lógica da história social, há, em suma, um ato de fé, que todavia garante uma eficácia ilimitada no plano do trabalho concreto e lhe propicia um enorme dinamismo. Pontos de vista muito semelhantes foram expressos, em numerosos colóquios, pelo professor M. Aymard, e representam uma opinião muito difundida também na literatura crítica alemã – ver M. Erbe, *Zur neueren französischen Sozialgeschichtsforschung. Die Gruppe um die* Annales [Sobre a nova pesquisa histórico-social francesa. O grupo em torno dos *Annales*] (Darmstadt, 1979, p. 91): "*Dabei stellt sich allerdings die Frage nach der Methode der* Annales *Gruppe, über die viel nachgedacht, gerätselt und gestritten worden ist, ohne dass klar wurde, was man unter* der Annales Methode *zu verstehen hatte. Die Frage danach ist einerseits notwendig, anderseits müssig. Müssig deswegen, weil unter des* Annales Historikern *mehr die praktische Forschung und ihre Ergebnisse zählen als methodologische Grübeleien*" [Diante disso fica, entretanto, a questão acerca do método do grupo dos *Annales*, sobre a qual muito se refletiu, escrutinou e brigou, sem que tenha ficado claro o que se entendia por *método dos Annales*. A questão sobre isso é, por um lado, importante, e por outro obrigatória. Obrigatória porque, quando se trata dos *historiadores dos Annales*, conta mais a pesquisa prática e seus resultados, do que elucubrações metodológicas] (p. 402). E em seguida: "*Febvre hat nicht wie Braudel theoretische Überlegungen in schriftlicher Form hinterlassen. Sie finden sich verstreut, in seinem Arbeiten*" [Febvre não deixou, como Braudel, reflexões teóricas escritas. Elas estão espalhadas pelo seu trabalho] (p. 94n) – e italiana sobre o assunto. Ver o que escreveram G. Gemelli e M. Malatesta na "Introdução" a *Forme di sociabilità* (Milão: Feltrinelli, 1982, p. 32), que distinguem uma "constante desconfiança dos *Annales* em relação às construções teóricas com tendência a nivelar, no terreno conceitual, problemáticas que andavam cultivadas sobre a concretude das diferenças empíricas e da análise comparativa"; ver também I. Zanni Rosiello, "*Intorno agli scritti metodologici di Lucien Febvre*" (*Rassegna degli Archivi di Stato*, I, 1967, p. 170): "A Febvre repugnam as abstrações, as formulações metodológicas de caráter geral, as teorias filosóficas em geral".

32 Ver Jacques Le Goff e Jacques Revel (orgs.), *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978. [N. E.]

33 Ver Burguière, "La notion de '*mentalités*' chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations". *Revue de Synthèse*, 1983, p. 335.

Veremos mais adiante, no seu devido tempo, como grande parte desses pontos de vista são substancialmente justos. Mas não obstante isso, depois de haver examinado vários textos de Bloch e Febvre, não podemos excluir que exista, na obra deles, uma formulação teórica e um amplo número de *considérations sur l'histoire*.

A singular leitura dos documentos, que induz Braudel e outros a negar a existência de um pensamento definido entre os fundadores dos *Annales*, consiste nisto: que se acredita muito facilmente em suas afirmações. O fenômeno que vem à tona, cristalino, da massa dos documentos é que, malgrado as negativas de princípio, existe uma teoria, seja do ponto de vista da quantidade de reflexões, seja da qualidade. Uma teoria, eu acrescentaria, explícita.

Com a mesma facilidade com que confessam não serem teóricos e não querer sê-lo, Bloch e Febvre conduzem a grande maioria de seus trabalhos históricos a uma discussão teórica: abandonam-se, em suma, à reflexão e à especulação.[34] Essa postura, fortemente contraditória, é compreensível somente se se considera que a teoria historiográfica pode assumir papéis e significados muito diversos e por vezes contrastantes; é o que aconteceu e que, em parte, ainda acontece com os historiadores da "*nouvelle histoire*". Na recusa formal da teoria, em suma, unida à prática da história ela mesma, estão, pois, contidos tanto o problema que nos ocupa como as possibilidades de sua superação.[35]

---

34 Ver G. Massicotte, *L'Histoire-problème. La méthode de Lucien Febvre* (St. Yacinthe/ Paris: Edisem, 1981, p. 19): "*La principale caractéristique de la conception de l'histoire de Lucien Febvre est le problème* [...]. *L'oeuvre historique de Lucien Febvre n'est pas seulement la mise en pratique de l'histoire-problème, elle est aussi la mise en oeuvre d'une philosophie de l'histoire, d'une conception de l'objet, de la matière historique. Celle-ci se trouve explicite, ça et là, dans son oeuvre théorique mais, surtout, elle structure implicitement le choix et modalités de représentation des problèmes qu' il étudit*" [A principal característica da concepção de história de Lucien Febvre é o problema [...]. A obra histórica de Lucien Febvre não é apenas a colocação em prática da história-problema, ela é também a aplicação de uma filosofia da história, de uma concepção de objeto, da matéria histórica. Isso se encontra explícito, aqui e ali, na sua obra teórica, mas, sobretudo, ela estrutura implicitamente a escolha e as modalidades de representação dos problemas que ele estudou].

35 Ver A. I. Gurevich, "Medieval Culture and Mentality According to the New French Historiography" (*Archives Européennes de Sociologie*, XXIV, 1983, p. 168): "*Giving, for the moment, a preliminary and summary characterization of the* Annales *school. I wish to*

Não devemos nos deter agora nos motivos que Bloch e Febvre tinham para rechaçar um certo modo de fazer teoria; devemos, ao contrário, considerar todas as boas razões que tiveram para refletir sobre a história e convidar à meditação sobre o trabalho histórico. Em geral, a recusa da teoria e a sua prática podem conter a distinção, que os historiadores franceses sempre exerceram, de Monod em diante, e que exercem até hoje, entre filosofia da história e metodologia historiográfica. A primeira é provisoriamente recusada; a segunda, ativamente praticada. Mas é evidente, então, que tal distinção, que para nós é só uma questão de terminologia, repropõe o problema tal

---

point out just one characteristic of all the generations of historians in this group: the extreme self-consciousness and constant self-justification which these scholars demonstrate, both in their confrontations with traditional historiography and in their own research. Examples of this struggle to establish the new position of historical science are well known: Marc Bloch's Apologie pour l'histoire [...]" [Apresento, para essa ocasião, uma preliminar e sumária caracterização da escola dos *Annales*. Quero chamar a atenção em especial para uma das características de todas as gerações dos historiadores desse grupo: a extrema autoconsciência de si mesmos e a constante autojustificação demonstradas por esses estudiosos, tanto em suas confrontações com a historiografia tradicional como em suas próprias pesquisas. Exemplos desse esforço para estabelecer a nova posição da ciência da história eram bem conhecidos: a *Apologie pour l'histoire*, de Marc Bloch (...)], e um pouco mais adiante retoma: "*But what is the theory behind the new historiography? When we ask this question we come up against a strange situation: an explicit theory not only does not exist, but the school resolutely declares itself to be against theory*" [Mas qual é a teoria por trás da nova historiografia? Quando levantamos essa questão, ficamos perante uma estranha situação: uma teoria explícita que não só não existe, como também sua escola se declara resolutamente contra a teoria]. Mas, pergunta-se então Gurevich (p. 178), "*Can we say that empiricism is only a virtue of historians?*" [Podemos dizer que o empirismo é uma virtude exclusiva dos historiadores?], e ainda um pouco adiante (id., ibid.): "*But there is any real satisfaction in merely refuting the scholastics and dogmatics?* [...] *It is hard to imagine a scholar without a theory, even if only a implicit one* [...]. *It would seem that spokesmen for the new historiography confuse dissimilar and diverse phenomena when they reject the global schemes of Hegel and Toynbee and at the same time declare that, in principle, they completely reject any theory*" [Mas há alguma satisfação de fato em meramente refutar os escolásticos e dogmáticos? É difícil imaginar um estudioso sem uma teoria, ainda que somente implícita (...). Ver-se-ia que o porta-voz da nova historiografia confunde fenômenos desiguais e diferentes quando rejeitam os esquemas globais de Hegel e Toynbee e ao mesmo tempo declaram que, em princípio, eles rejeitam completamente qualquer teoria]. Onde se distingue, a nosso ver, o centro do problema.

qual havíamos proposto: o que é metodologia histórica para Bloch e Febvre, e até onde ela se estende?

Então, dizíamos, é preciso considerar as boas razões que Bloch e Febvre tiveram para refletir sobre a história. Antes de tudo, não se deve desdenhar o fato de ambos terem sido professores de história e, enquanto tais, precisarem de um *outillage* [utensilagem] teórico: mais de uma vez tivemos a oportunidade de notar que os dois historiadores consideram o seu trabalho sobretudo sob um perfil pedagógico, quase como uma missão.

Ademais, praticamente desde o início de suas carreiras – com a adesão ao *Programme* berriano –, Febvre e Bloch conduziram um áspero *combat* para impor um certo modo de escrever a história; e, como está demonstrado (Burguière, Revel, Craig) que esse *combat* respondia a um plano estratégico definido, é natural concluir, portanto, que ele se apoiava também em um programa teórico, embora de forma variável, em via de definição, eclético. Pode-se citar ainda o fato de que pouco a pouco, nos anos seguintes à fundação dos *Annales*, vem à baila uma noção, a de *esprit des Annales*, que representa uma espécie de programa, teórico e concreto ao mesmo tempo, além de implícito e comum. A noção de *esprit des Annales* vai confluir semanticamente com aquela noção, elaborada por Febvre desde os tempos de *La Terre et l'evolution humaine*, do *esprit critique*: que é uma postura tipicamente teórica, ainda que vaga, uma certa disposição espiritual a respeito da pesquisa a ser conduzida.

Enfim, a própria teoria madura febvriana da *histoire-problème* impõe ao historiador um estudo e uma concepção teórica preliminares: e toda a polêmica contra a erudição não quer dizer mais do que isto, que o historiador tem qualquer coisa a mais, são as *idées*, como a consciência e a invenção dos problemas postos.

Veremos melhor, em particular, esses aspectos do meditar blochiano e febvriano; a eles é dedicada a maior parte deste trabalho. Por ora, basta-nos ter acenado para o fato de que, embora Bloch e Febvre dissessem refutar alguns aspectos da teoria historiográfica – e de modo tão incisivo que alguns intérpretes pensaram que a refutavam totalmente –, eles tinham, por outro lado, absoluta necessidade dela. Assim, procurando esclarecer os diversos significados da *teoria* blochiana e febvriana, podemos também assinalar que a massa das considerações teóricas esparsas dos nossos autores pode ser reunida e dividida em três grupos: 1. a reflexão sobre o método "empírico" da história, como *historia rerum gestarum*, sobre o papel das outras ciências como disciplinas auxiliares e não como diferentes formas de conhecimento (discussões sobre classificações e comparações, relações

com a sociologia, a etnologia, a linguística, consideradas como disciplinas, precisamente); 2. as reflexões sobre a utilidade e a natureza da teoria historiográfica: características da teoria na história, necessidade das ideias em história, utilidade das discussões de método sobre conceitos de problema, *plan*; 3. as reflexões sobre as *res gestae*, como elementos de uma filosofia da história *a parte objecti*: discussões sobre o materialismo histórico, sobre a causalidade, sobre a relação entre o presente e o passado, a filosofia e a história; conceito de finalidade na história.

Parecerá evidente, no exame pormenorizado que procuraremos efetuar, que essas diferentes posições do problema teórico da historiografia se combinam e se entrelaçam, dando vida a várias soluções e a resultados interessantíssimos. O que se pode notar até agora é que a investigação propriamente lógica sobre a natureza do juízo histórico e sobre suas implicações, em especial no que diz respeito à atividade prática do espírito e ao conceito de interesse histórico – investigação que constitui o centro do problema teórico da história na tradição do historicismo –, está quase totalmente ausente das preocupações de Bloch e Febvre, como estava ausente das discussões berrianas, e essa ausência (com suas consequências) constitui um claríssimo limite (entenda-se, em sentido etimológico) à força metodológica de suas reflexões. Será inútil, então, procurar em Bloch e Febvre uma resposta ou um desenvolvimento do problema do juízo histórico: não os encontraremos.

No tocante a isso, encontraremos somente apontamentos, como já notava Vittorio De Caprariis. Dito isso, seria injusto, todavia, insistir mais que o necessário sobre tal ausência. Porque, não obstante, nas considerações sobre a história de Bloch e Febvre, há coisas deste gênero: encontramos velharias positivistas e antigas, inúteis filosofias da história; mas sempre encontramos também uma reflexão concreta sobre o trabalho histórico, uma polêmica constante contra o erro devido a apriorismos de todo gênero; de modo que a polêmica contra as teorias da história se encarna sempre em um combate contra histórias particulares, vencido por meio de trabalhos históricos melhores; encontramos, sobretudo, uma grande força programática e de invenção, uma coragem, um arrojo, uma *leggereza*, teria dito o velho Villers,[36]

36 *"Distinguant la légèreté de la frivolité et de l'inconstance,* [Villers] *soutient que l'homme agit avec légèreté lorsqu'il se laisse entraîner par ses passions ou ses coûts vers un but, sans s'inquiéter si les moyens qui doivent l'en rapprocher sont conformes à la raison, à l'équité, aux*

que têm sido, e são, as qualidades positivas, e mais propriamente quando provêm dos historiadores,[37] ainda que nem todos sintam ter que lhes retomar o estilo do pensamento.

Assim, à pergunta se existe uma formulação teórica em Bloch e Febvre parece-nos oportuno responder que não existe *uma* formulação teórica: na verdade, existem *muitas* delas; com isso, não nos resta senão começar a expô-las e a discuti-las.

Publicado originalmente como "Esiste una formulazione teorica in Marc Bloch e Lucien Febvre?", in *Il genio storico. Le considerazioni sulla storia di March Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologia francese*. Nápoles: Edizione Scientifiche Italiane, 1987. Tradução de Eugênio Vinci de Moraes.

lois éternelles du devoir, du juste et de l'injuste" [Distinguindo leveza de frivolidade e de inconstância, (Villers) sustenta que o homem age com leveza quando se deixa conduzir por suas paixões ou seus gostos em vista de um alvo, sem se preocupar se os meios dos quais deve se valer estão em conformidade com a razão, com a equidade, com as leis eternas do dever, do justo e do injusto]. Ver, na *Biografia universale*, dos Michaud, o verbete Villers escrito por Stapfer. O trecho citado refere-se à "Resposta" que Villers deu ao quesito proposto pela Academia de Dijon, em 1807: *La nation française mérite-elle le reproche de légèreté que lui font les nations étrangères?*.

37 O historiador, com efeito, é quem se encontra na melhor posição para refletir sobre a história. Ver a esse respeito Croce, *Quaderni della Critica* (1945, p. 84): "Ora, como, a meu ver, é forte estímulo, apoio e controle à filosofia sobre arte, o exercício da crítica de arte, assim tenho por indubitável que melhor expõem e melhor entendem os problemas da historiografia aqueles que compõem histórias e as provam, e superam suas dificuldades. Os teóricos da historiografia, virgens de historiografia, fazem-me rir, como se maravilhou e riu Aníbal do filósofo grego que, não tendo visto *nunquam hostem, nunquam castra* [nunca inimigos, nunca campos de batalha], dissertou diante dele *de imperatoris officio et de omni re militare*" [sobre o ofício do imperador e sobre todas as coisas militares].

MASSIMO MASTROGREGORI

17. ESPÍRITO CRÍTICO, ESPÍRITO DOS *ANNALES*

Concluir um estudo essencialmente analítico, com a finalidade de explorar um campo aberto e desconhecido, para apurar, observar e apresentar dados novos não é uma coisa fácil. O que se reconhece em geral de todo trabalho de pesquisa – que chega a conclusões provisórias – é particularmente verdadeiro neste caso, porque uma de nossas intenções era encaminhar de forma teórica alguns problemas, que não esperávamos resolver. Existia (e existe ainda) uma imagem tradicional, consolidada, de Bloch e Febvre como inimigos implacáveis de qualquer teoria historiográfica, perseguidores implacáveis de qualquer discurso que se elevasse, ainda que minimamente, acima dos fatos apurados.[1]

1 Já em 1965 Jean Glénisson evita de forma perspicaz essa imagem tradicional ("L'Historiographie française contemporaine: tendances et réalisations", in *La Recherche historique en France de 1940 à 1965*. Paris: CNRS, 1965, p. XVIII): *"À l'égard d'une philosophie de l'histoire de type hégelien, ils éprouvent certes une aussi vive répulsion que leurs devanciers. Mais ils ne peuvent éviter que leurs réflexions sur la méthode n'entraînent en fin de compte des prises de positions qu'il faut bien qualifier de philosophiques. Ils ébauchent, bon gré, mal gré, une 'philosophie* sur *l'histoire'* [...]". [Em relação a uma filosofia da história de tipo hegeliana, eles experimentam, por assim dizer, viva repulsa por seus antecessores. Mas não podem evitar que suas reflexões sobre o método não conduzam, no final das contas, a tomadas de posição que podiam muito bem ser qualificadas de filosóficas. Eles esboçam, mal ou bem, uma "filosofia sobre a história".]

Ao contato com uma tradição teórica estranha àquela dos *Annales*, era difícil compreender essa imagem, assim como era absolutamente inexplicável o incontestável progresso cognitivo produzido pelos dois grandes historiadores. À tentativa de aclarar essa imagem e de modificá-la de modo não arbitrário, vale dizer, com a ajuda de uma documentação suficientemente ampla e filologicamente segura, unia-se o duplo propósito de pôr à prova aquela tradição teórica, e de tornar utilizáveis (começando, é óbvio, por praticá-las) as diretrizes e as sugestões concretas de uma metodologia que muitos sustentavam não existir.

Desse modo, mediante a análise de numerosos documentos, estamos convictos de que um estudo mais direto da historiografia dos nossos autores – necessário, pois, e que promete resultados interessantíssimos – complementaria o quadro que procuramos esboçar. A obra historiográfica de Fustel de Coulanges, Jullian, Durkheim, Gustave Bloch, Pirenne, Renaudet, Maitland, Simiand, Brémond – para citar só alguns deles – se transferirá então da periferia (na qual tivemos de colocá-la) para o centro do interesse. Em relação a este estudo, oferecemos uma contribuição crítica, uma reconstrução problemática das metodologias blochiana e febvriana.[2]

Inspiramo-nos – como em modelos ideais – em Croce, que amava descobrir filosofia "fora das sedes oficialmente incumbidas"; em Contini, que igualmente encontrava manifestações críticas em algumas antologias pascolianas;[3] e, enfim, em Longhi, que nas biografias dos antigos e nas atribuições a um autor dessa ou daquela obra descobria preciosos fragmentos de crítica de arte.

Durante a demonstração de algumas posições ou ao discorrer sobre alguns teoremas incompletos, persuadimo-nos de que, justamente por não serem filósofos "profissionais", Bloch e Febvre puderam propor problemas metodológicos novos, que poderiam ser desenvolvidos de forma extraordinariamente produtiva. Penso aqui, em particular, naquele "problema das

2 À observação do prof. Romano, que eu teria encontrado em Bloch e Febvre a *minha* formulação e não a deles, posso apenas responder – uma vez que a crítica é de princípio e não se concentra sobre um ponto em particular – que procurei não perder o contato com os documentos. Sou-lhe grato pela ajuda que me ofereceu e por sua gentileza.

3 Giovanni Pascoli (1855-1912), poeta italiano. [N. T.]

fronteiras", multiforme e amplo, que interessa tanto à diferença entre história e erudição, mantida no plano dos resultados historiográficos concretos, como à própria distinção entre o que é digno de história e o que não é, com a abertura aos fatos contemporâneos e à ampliação do interesse histórico rumo a questões inexploradas da história econômica e social. O mais notável de tudo é, ademais, o conceito de *esprit critique*, inapreensível teoricamente, mas decisivo para a pesquisa concreta, como também o reconhecimento da importância de uma concepção teórica do próprio modo de reconstruir o passado. E ainda: das obras-primas blochianas e febvrianas vêm à tona um aspecto ignorado do passado, cuja reconstrução – confiada tradicionalmente aos poetas – apresenta aspectos teóricos precisos e difíceis: os das *possibilidades* históricas.[4]

É certo, em suma, que Marc Bloch e Lucien Febvre tinham um modo próprio e original de conceber a ciência histórica. Acreditamos que apresentar em forma de discussão suas soluções consiga ser útil justamente agora, em que se aceita com tranquilidade que a historiografia está "em crise", mas nada do que se faz é suficiente para evitar que venha a ser, segundo o verso goethiano, "*die Rumpelkammer und das Kehrichtfasse*": "o depósito dos trapos velhos e o receptáculo da sujeira".[5]

A pesquisa pontual das reflexões sobre a história dos nossos dois historiadores (especialmente daquelas menos notórias) não nos levou, em suma, a reconhecer neles uma postura teórica monolítica e sistemática: ao lado da refutação dos esquemas e das teorias, encontramos esquemas e teorias que

4 À problemática da *possibilidade* histórica, Carlo Ginzburg trouxe algumas contribuições; nesse sentido, ele pode ser definido como um blochiano de estrita observância. Ver Ginzburg, *Prove e possibilita*, publicado como posfácio a N. Zemon Davis, *Il ritorno di Martin Guerre*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 131-54, e, do mesmo autor, o já célebre "Spie. Radici di un paradigma indiziario", in *Miti emblemi spie*. Turim: Einaudi, 1986, pp. 158-209 [ed. bras.: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003]. Do lado oposto, recordando que o objeto da história é a verdade determinada filologicamente, encontra-se Momigliano, com as suas observações, plenas de consequências, sobre Hayden White (ver Momigliano, *Settimo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Ed. di Storia e Letteratura, 1984, pp. 49-59).

5 A referência ao verso goethiano em Croce, *Conversazioni critiche*. Bari: Laterza, 1950.

às vezes são improvisados, fora do historicismo europeu, e outras vezes são bastante radicados na tradição francesa, positivista, e sobretudo berriana; junto a elas, e não obstante elas, encontramos uma consideração concreta do trabalho histórico, uma "teoria" – composta de observações e de posturas, muito mais que de teoremas propriamente ditos – que deseja servir ao progresso do conhecimento, ainda que sem analisá-lo filosoficamente; uma teoria que deriva dos fatos, como fruto da experiência deles, sem ser uma lei positivista, mas sim uma hipótese de trabalho e uma "síntese prematura"; uma síntese que precede a análise histórica e a promove.

Decerto, Lucien Febvre e Marc Bloch não eram metafísicos, tampouco lógicos; mas propunham problemas, encaminhavam teorias, criavam soluções, perseguiam uma imagem da ciência, e souberam – veremos melhor *como* – aprimorar a historiografia.

Seria possível dizer, talvez, a respeito de alguns escritos desses dois grandes historiadores, aquilo que Croce disse uma vez de Flaubert e Baudelaire: "[da história; mas, no texto crociano, da arte] escreveram com profundidade, e talvez melhor do que todos os filósofos profissionais de seu país".[6]

Publicado originalmente como o capítulo de conclusão de *Il genio storico. Le considerazioni sulla storia di March Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese*. Nápoles: Edizione Scientifiche Italiane, 1987. Tradução de Eugênio Vinci de Moraes.

6 B. Croce, *Estetica como scienza dell'espressione e linguistica generale*. Bari: Laterza, 1928, p. 460.

HAYDEN WHITE

18. A QUESTÃO DA NARRATIVA NA TEORIA HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA

Na teoria histórica contemporânea, o tópico da narrativa tem sido objeto de grande e intenso debate. Sob certa perspectiva, isso é surpreendente – ao que parece, deveria haver muito pouco a discutir. A narração é uma maneira de falar tão universal quanto a própria linguagem, e a narrativa é um modo de representação verbal aparentemente tão natural à consciência humana que sugeri-la como um problema poderia muito bem soar pedante.[1] Mas é precisamente porque o modo narrativo de representação é tão natural à

1 Como observa Barthes, "a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural; simplesmente está ali, como a própria vida" ("Introduction to the Structural Analisys of Narratives", in *Image, Music, Text*, trad. Stephen Heath. Nova York: Hill and Wang, 1977). O modo de representação narrativo, claro, não é mais "natural" que qualquer outro modo de discurso, ainda que ser ou não um modo *primário*, contra o qual outros modos discursivos se opõem, criando contraste, é uma questão de interesse para a linguística histórica (ver Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique génerale*. Paris: Gallimard, 1966 [ed. bras.: *Problemas de linguística geral* I. Campinas: Pontes, 2005]; e Gérard Genette, "Frontières du récit", *Figures II*. Paris: Seuil, 1969, pp. 49-69). E. H. Gombrich sugere a importância da relação entre o modo narrativo de representação, uma consciência distintivamente histórica (em oposição a uma mítica), e o "realismo" na arte ocidental (*Art and Illusion: A Study in Psychology of Pictorial Representation*. Nova York: Phaydon, 1960, pp. 116-46 [ed. bras.: *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*, 3ª ed., trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1995]).

consciência humana, tão propriamente um aspecto da comunicação cotidiana e do discurso mais simples, que seu uso em qualquer campo de estudo que aspire ao estatuto de ciência deve ser posto em suspeita. Pois, quaisquer que sejam suas especificidades, essa ciência precisa ser crítica acerca do modo com que descreve seus objetos de estudo tanto quanto acerca daquele com que explica seus processos e estruturas. Vendo as ciências modernas desse ponto de vista, podemos traçar seu desenvolvimento nos termos de seu progressivo abandono de um modo narrativo de representação, presente em suas descrições dos fenômenos que compreendem seus objetos específicos de estudo. E isso em parte explica por que esse tema simplório, a narrativa, deveria ser tão amplamente debatido pelos teóricos da história de nosso tempo. Aos muitos daqueles que desejam transformar os estudos históricos em uma ciência, o uso contínuo que os historiadores fazem de um modo de representação narrativo é índice de um fracasso a um só tempo metodológico e teórico. Uma disciplina que produz exposições narrativas de seu objeto como um fim em si parece fraca em sua teoria; uma disciplina que investiga seus dados com o interesse de contar um caso sobre eles parece metodologicamente deficiente.[2]

2 Dessa forma, Maurice Mandelbaum, por exemplo, nega o porquê de chamar *narrativos* os tipos de relatos produzidos por historiadores, se esse termo deve ser lembrado como sinônimo de conto [*story*] (*The Anatomy of Historical Knowledge*. Baltimore: Liveright, 1970, pp. 25-26). Na ciência física, as narrativas não têm lugar, exceto nas anedotas que prefaciam a apresentação dos achados; um físico ou um biólogo achariam estranho contar uma história sobre seus dados e não analisá-los. A biologia tornou-se uma ciência quando deixou de ser praticada como "história natural", isto é, quando os cientistas da natureza orgânica deixaram de tentar construir a "história verdadeira" daquilo "que acontecia" e começaram a buscar leis, puramente causais ou não teleológicas, que poderiam dar razão às evidências presentes nas amostras fósseis, resultados da prática procriativa, e assim por diante. Para ter certeza, frisa Mandelbaum, um relato *sequencial* de um conjunto de eventos não é o mesmo que um relato, então, narrativo. E a diferença entre eles é a ausência de interesse na teleologia como um princípio de explicação no primeiro. Qualquer relato narrativo é, seja ele o que for, um relato teleológico, e é por essa razão tanto quanto por qualquer outra que a narratividade é suspeita nas ciências físicas. Mas as considerações de Mandelbaum perdem a distinção convencional entre uma crônica e uma história baseada na diferença entre um relato *meramente* sequencial e um relato narrativo. A diferença tem reflexo à medida que a história assim concebida se aproxima da coerência formal de um conto [*story*] (ver Hayden White, "The Value of Narrativity in the Representation of Reality", in *Narrative in Contemporary Historical Theory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992).

No campo dos estudos históricos, no entanto, a narrativa tem sido vista em grande parte nem como um produto de uma teoria, nem como a base para um método, mas antes como uma forma de discurso que pode ou não ser usada para a representação de eventos históricos – o que depende de ser seu objetivo inicial descrever uma situação, analisar um processo histórico ou produzir um relato.[3] De acordo com esse ponto de vista, a quantidade de narrativa em uma dada história irá variar, e sua função dependerá de ela ter sido concebida como um fim em si mesma ou apenas como meio para outro fim. Obviamente, a quantidade de narrativa será maior quando o objetivo for contar um acontecimento, e menor quando a intenção for compor uma análise dos eventos tratados. Onde o objetivo em questão é contar um acontecimento, o problema da narratividade estará em se os eventos históricos podem ser verdadeiramente representados à medida que manifestem as estruturas e processos de eventos encontrados mais comumente em certos tipos de discurso "imaginativo", ou seja, ficções; como os épicos, os contos populares, o mito, o romance, a tragédia, a comédia, a farsa, e semelhantes. Isso significa que o que distingue os enredos "históricos" dos "ficcionais" é, antes de tudo, o conteúdo, não a forma. O conteúdo dos enredos históricos é o evento real, o que realmente aconteceu, e não o imaginário, inventado pelo narrador. Donde se infere que a forma com que os eventos históricos se apresentam a um possível narrador não é construída, e sim encontrada.

Para o historiador narrativo, o método histórico consiste em investigar os documentos a fim de determinar qual é o enredo verdadeiro, ou mais plausível, que pode ser contado a respeito dos eventos, estes entendidos como evidência. Um relato verdadeiramente narrativo, segundo esse ponto de vista, é menos o produto dos talentos poéticos do historiador – pressupostos, quando se trata do relato narrativo de eventos imaginários – do que o resultado necessário de uma aplicação apropriada de um "método" histórico. A forma

3 Ver Geoffrey W. Elton, *The Practice of History*. Londres: Methuen, 1967, pp. 118-41; e J. H. Hexter, *Reappraisals in History*. Nova York: Harper Torchbooks, 1961, pp. 8 ss. Esses dois trabalhos podem ser tomados como indicativos da perspectiva da profissão nos anos 1960 no que se refere à adequação do "contar histórias" segundo os objetivos e princípios dos estudos históricos. Para ambos, as representações narrativas são uma opção do historiador, que ele pode ou não escolher conforme seus interesses. A mesma perspectiva foi expressa por Georges Lefebvre em *La Naissance de l'historiographie moderne* (palestras proferidas originalmente em 1945-46). Paris: Flammarion, 1971, pp. 321-26.

do discurso, a narrativa, nada acrescenta ao conteúdo da representação; antes, é um simulacro da estrutura e do processo dos eventos reais. E à medida que essa representação se assemelha aos eventos que representa, pode ser tomada como relato verdadeiro. O que se conta na narrativa é uma mimese do enredo vivido em alguma região da realidade histórica, e, tanto quanto seja uma imitação acurada, é doravante considerada um relato verdadeiro.

Na teoria histórica tradicional, pelo menos desde a metade do século XIX, o que se contava sobre o passado se distinguia de qualquer explicação que fosse oferecida sobre a razão de os eventos relatados no enredo terem ocorrido quando, onde e como ocorreram. Depois de o historiador ter descoberto o que verdadeiramente "aconteceu" e representá-lo com acuidade em uma narrativa, poderia abandonar o modo narracional de falar e, dirigindo-se ao leitor, falando em sua própria voz e representando sua opinião cuidadosa de estudante dos assuntos humanos, discorrer em detalhes sobre o que representava aquilo que acabara de contar para a natureza do período; o lugar, os agentes, as forças e os processos (sociais, políticos, culturais, e assim por diante) que ele estudara. Esse aspecto do discurso histórico foi chamado por alguns teóricos de modo dissertativo, que pretendia abranger uma forma, tanto quanto um conteúdo, diferentes do narrativo.[4] Sua forma era a da demonstração lógica, e seu conteúdo, o próprio pensamento do historiador sobre os eventos, com respeito tanto a suas causas como a seu significado para o entendimento dos tipos de eventos – dos quais o caso vivido era a representação concreta. Isso significava, dentre outras coisas, que o aspecto dissertativo de um discurso histórico devia ser avaliado em termos diferentes dos usados para o aspecto narrativo. A dissertação do historiador era uma interpretação do que ele entendeu ser o relato verdadeiro, enquanto sua narração era uma representação do que ele entendeu ser o real. Um dado discurso histórico podia ser factualmente preciso e tão verídico em seu aspecto narrativo quanto a evidência permitisse, e ainda assim ser valorado como um engano, inválido, ou inadequado em seu aspecto dissertativo. Os fatos podiam ser verdadeiramente expostos, e a interpretação deles, errônea. Ou, no sentido contrário, uma dada interpretação dos eventos podia ser estimulante, brilhante, perspicaz, e não ser justificada pelos fatos ou ajustar-se ao que se expôs no aspecto narrativo do discurso. Mas, quaisquer que sejam os méritos relativos da narrativa e dos aspectos dissertativos de um dado discurso histórico, os primeiros eram fundamentais, e os demais, secundários. Como Benedetto Croce disse em uma famosa frase: "Onde não há narrativa, não há história".[5] Até que o enredo real fosse determinado e o verdadeiro caso contado, nada havia de uma natureza especificamente histórica a interpretar.

Mas essa perspectiva do século XIX acerca da natureza e da função da narrativa no discurso histórico se fundamentava em uma ambiguidade. Por um lado, a narrativa era lembrada apenas como uma forma de discurso, uma forma que tinha o ocorrido como seu conteúdo. Por outro lado, essa forma era em si um conteúdo, à medida que os eventos históricos fossem concebidos para manifestar a si mesmos em realidade como elementos e aspectos dos relatos. Supunha-se que a forma do que se contava era indispensável à forma do enredo, sancionada pelos agentes históricos. E o que dizer dos eventos e processos atestados pelo registro documentário que não se prestam à representação em um relato, mas que podem ser representados como

4 A distinção entre dissertação e narrativa é um lugar-comum das teorias retóricas da composição histórica no século XVIII (ver Hugh Blair, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres* [Londres, 1783], Harold F. Harding [org.], Carbondalle, Illinois: Southern Illinois University Press, 1965, pp. 259-310. Ver também Johann Gustav Droysen, *Historik*, Peter Leyh [org.]. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1977, pp. 222-80). Para uma definição mais recente da distinção, ver Peter Gay, que escreve: "A narração histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narração é incompleta" (*Style in History*. Nova York: W. W. Norton & Co., 1974, p. 189. [ed. bras.: *O estilo na história*, trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990]); ver também a compilação de Stephan Bann, "Towards a Critical Historiography: Recent Works in Philosophy of History", in *Philosophy*, 56, 1981, pp. 365-85.

5 Essa foi a posição inicial de Croce sobre o assunto. Ver "La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte" [1893], in *Primi saggi*. Bari: Laterza, 1951, pp. 3-41. Croce escreveu: "*Prima condizione per avere storia vera (e insième opera d'arte) è che sai possibile costruire una narrazione*" (p. 38). E: "*Ma si può, in conclusione, negare che tutto il lavoro di preparazione tenda a produrre narrazioni di cio ch'è accaduto?*" (p. 40). O que não significa dizer, na visão de Croce, que a narrativa é em si história. Obviamente, era a conexão com fatos atestados pelos "*documenti vivi*" que fazia a narrativa histórica "histórica". Ver a discussão em *Teoria e storia della storiografia* [1917]. Bari: Laterza, 1966, pp. 3-17, onde Croce amplia a diferença entre *crônica* e *história*. Aqui há uma diferença ampliada entre relato do passado "vivo" e "morto", não uma ausência ou presença de "narrativa" no relato. Croce também frisa que não se pode escrever uma história genuína mediante "narrações" *sobre* "documentos" que já não existem, e define crônica como "*narrazione vuota*" (pp. 11-15).

objetos de reflexão apenas em outros modos de discurso, como a enciclopédia, o panorama, o epítome, a tabela ou série estatística? Isso significava que esses objetos eram não históricos, ou seja, que eles não pertenciam à história; ou a possibilidade de representá-los em um modo de discurso não narrativo indicava uma limitação do modo narrativo e mesmo um preconceito em respeito ao que poderia ser considerado ter uma história?

Hegel insistira em que um modo histórico específico de ser estava ligado a um modo especificamente narrativo de representação por um "princípio interno vital" compartilhado.[6] Esse princípio era, para ele, nada mais do que a política, que era ao mesmo tempo a precondição do tipo de interesse no passado que informa a consciência histórica e a base pragmática para a produção e a preservação dos tipos de registros que tornavam a investigação histórica possível:

> Nós devemos supor que as narrações históricas apareceram contemporaneamente aos feitos e eventos históricos. Memoriais de família e tradições patriarcais têm um interesse restrito à família e ao clã. O curso uniforme dos eventos que tal condição implica não é objeto de recordação séria. [...] É o Estado que primeiramente apresenta uma matéria que não apenas está *adaptada* à prosa da história, como envolve a produção de tal história no próprio progresso de seu ser (p. 83).

Em outras palavras, para Hegel, o conteúdo (ou referencial) de um discurso especificamente histórico não era a história real sobre o que aconteceu, mas a relação peculiar entre um público presente e um passado que um Estado dotado de Constituição tornou possível.

> Sentimentos profundos, como o amor, tanto quanto a intuição religiosa e seus desígnios, são completos em si mesmos – constantemente presentes e satisfatórios; mas a existência material de uma Constituição política colocada no relicário de suas leis racionais e costumes é um presente *imperfeito* e não pode ser completamente entendido sem um conhecimento do passado (pp. 83-84).

6 *"Es ist eine innerliche gemeinsame Grundlage, welche sie zusammen hervortreibt"* (G. W. F. Hegel, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschitche*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970, p. 83 [ed. bras.: *Filosofia da história*, trad. Maria Rodrigues Hans Harden. Brasília: Editora da UnB, 1995]; referências posteriores a esse trabalho serão citadas entre parênteses no texto).

Daí a ambiguidade do termo *história*. Ele "une os lados objetivo e subjetivo e denota a *historia rerum gestarum* tanto quanto as próprias *res gestae*" e "compreende o que *aconteceu* não menos do que a *narração* do que aconteceu". Essa ambiguidade, diz Hegel, reflete uma "ordem mais alta do que o mero acidente material [*müseen wir für höhere Art als für eine bloss äusserliche Zufälligkeit ansehen*]" (p. 83). A narrativa *per se* não distinguia a historiografia de outros tipos de discurso, nem a realidade dos eventos que são recontados distinguia a narrativa histórica de outros tipos de narrativa. Foi o interesse em uma forma especificamente política de comunidade humana que tornou possível uma forma especificamente histórica de investigação; e a natureza política dessa forma de comunidade requeria uma forma narrativa para sua representação. Assim considerados, os estudos históricos tinham seu próprio objeto, mais exatamente "aquelas colisões decisivas entre os deveres, as leis e os direitos existentes e reconhecidos e aquelas contingências que são adversas ao sistema fixado" (pp. 44-45); seus próprios objetivos, ou seja, "descrever esses tipos de conflitos"; e seu próprio modo de representação, ou seja, a (prosa) narrativa. Quando a matéria, o objetivo ou o modo de representação estão ausentes em um discurso, este, ainda que possa ser uma contribuição ao conhecimento, não será uma grande contribuição ao conhecimento histórico.

A perspectiva de Hegel sobre a natureza do discurso histórico teve o mérito de explicitar o que era reconhecido na prática dominante da história erudita no século XIX, mais especificamente, um interesse no estudo da história política, que era, contudo, muitas vezes obliterado sob as declarações vagas de um interesse na narrativa como um fim em si. A *doxa* da declaração, em outras palavras, tomou a forma do discurso histórico – o que ela chamava de verdadeiro relato – como o conteúdo do discurso, enquanto o conteúdo real, a política, era representado, a princípio, apenas como um veículo para uma ocasião de contar algo. Essa é a razão por que a maioria dos historiadores profissionais do século XIX, ainda que especializados em história política, tendiam a pensar seu trabalho como uma contribuição menos à ciência política do que ao compêndio político de comunidades nacionais. A forma narrativa em que seus discursos eram vazados era completamente adequada a esse último objetivo. Mas ela reflete tanto uma relutância em transformar os estudos históricos em uma ciência como, o que é mais importante, uma resistência

à ideia de que a política pudesse ser um objeto de estudo científico ao qual a historiografia poderia dar sua contribuição.[7] É nesse sentido que, mais do que em qualquer adesão manifesta a um programa ou causa política específica, a historiografia profissional do século XIX pode ser considerada ideológica. Pois, se a ideologia é o tratamento da forma de uma coisa como conteúdo ou essência, a historiografia do século XIX é ideológica precisamente à medida que toma a forma característica de seu discurso, a narrativa, como um conteúdo, isto é, a narratividade, e trata a "narratividade" como uma essência compartilhada do mesmo modo pelo discurso e pelos conjuntos de eventos.

7 Isso não quer dizer, obviamente, que certos historiadores não foram contrários à noção de uma política científica com a qual a historiografia poderia contribuir, como o exemplo de Tocqueville e toda a tradição "maquiavélica", que inclui Treitschke e Weber, deixa bem claro. Mas é importante reconhecer que a noção de ciência com a qual a historiografia contribuiria sempre se distinguia de um tipo de ciência cultivada no estudo dos fenômenos naturais. Daí o longo debate sobre as diferenças presumidas entre o *Geistewissenschaften* e *Naturwissenschaften* ao longo do século XIX, no qual os "estudos históricos" representaram o papel de paradigma para o primeiro tipo de ciência. À medida que alguns pensadores, como Comte e Marx, anteviam uma ciência da política baseada na ciência da história, eles foram lembrados menos como historiadores do que como filósofos da história e assim não como contribuintes dos estudos históricos.

No que diz respeito à "ciência da política", historiadores profissionais geralmente sustentam que tentativas de construir tal ciência baseada nos estudos históricos propiciam as ideologias "totalitárias", como o nazismo e o stalinismo. A literatura sobre esse tópico é ampla, mas o ataque do argumento que o sustenta é admiravelmente articulado nos últimos trabalhos de Hannah Arendt. Por exemplo:

> Em qualquer consideração do conceito moderno de história, um dos problemas cruciais é explicar seu súbito aparecimento durante o último terço do século XVIII e o concomitante decréscimo de interesse no pensamento puramente político. [...] Onde um interesse genuíno na teoria política ainda sobrevive, ele termina em desespero, como em Tocqueville, ou na confusão de política com história, como em Marx. Pois o que mais, senão o desespero, poderia ter inspirado a asserção de Tocqueville de que "desde que o passado deixou de lançar sua luz ao futuro a mente do homem vaga em obscuridade"? Essa é, na verdade, a conclusão de um grande trabalho no qual ele havia "delineado a sociedade do mundo moderno" e na introdução ao qual ele havia proclamado que "uma nova ciência da política é necessária para um novo mundo". E o que mais, senão confusão [...] poderia ter levado Marx a identificar ação com "o fazer da história"? ("The Concept of History", in *Between Past and Future*. Londres: Viking Press, 1961, p. 77 [ed. bras.: *Entre o passado e o futuro*, trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2007]).

É no contexto de considerações como essas que podemos caracterizar as discussões sobre a narrativa na teoria da história que surgiram no Ocidente nas últimas duas ou três décadas. Podemos discernir quatro correntes principais nessas discussões. Primeiro, a representada por alguns filósofos analíticos anglo-americanos (Walsh, Gardiner, Dray, Gallie, Morton White, Danto, Mink), que procuraram estabelecer o estatuto epistêmico da narratividade, considerada como um tipo de explanação especialmente apropriado à explicação dos processos e eventos históricos em oposição

Obviamente, Arendt lamentava não a dissociação entre estudos históricos e pensamento político, mas a degradação dos estudos históricos na "filosofia da história". Uma vez que, em seu ponto de vista, o pensamento político se conduz no domínio da sabedoria humana, um conhecimento da história seria certamente necessário para seu cultivo "realista". Segue-se que tanto o pensamento político como os estudos históricos deixaram de ser "realistas" quando começaram a aspirar o status de ciências (positivas).

Esse ponto de vista se via em outra formulação, na influente obra de Karl R. Popper *The Poverty of Historicism, 1944-45* (Londres: Routledge, 1957).

> Gostaria de defender a perspectiva, geralmente tão atacada como defasada pelos historicistas, de que *a história é caracterizada por seu interesse em eventos específicos, presentes, singulares, e não em leis ou generalizações.* [...] No sentido desta análise, toda explicação causal de um evento singular pode ser considerada histórica na medida em que a "causa" é sempre descrita por condições iniciais singulares. E isso concorda inteiramente com a ideia popular de que explicar uma coisa causalmente é explicar como e por que ela aconteceu, ou seja, "contar seu caso [*story*]". Mas é apenas na história que estamos interessados, quando da explicação causal de um evento singular. Nas ciências teóricas, tais explicações causais são, sobretudo, meio para um diferente fim – o teste de leis universais (pp. 143-44).

O trabalho de Popper foi dirigido contra todas as formas de planejamento social baseadas na pretensão de uma descoberta das leis da história ou, o que dá no mesmo, segundo sua visão, das leis da sociedade. Não tenho objeções a esse ponto de vista. Meu ponto aqui é apenas que a defesa de Popper, de uma historiografia "fora de moda", que equaciona uma "explicação" com o contar uma história, é um modo convencional de ao mesmo tempo afirmar a autoridade cognitiva dessa historiografia "fora de moda" e negar a possibilidade de qualquer relacionamento produtivo entre o estudo da história e uma "ciência da política" prospectiva. Ver também Jörn Rüsen e Hans Süssmuth (orgs.), *Theorien in der Geschichtswissenschaft*. Düsseldorf: Pädagogischer Verlag Schwann, 1980, pp. 29-31.

aos naturais.[8] Em segundo lugar, a de certos historiadores de orientação sociocientífica, dentre os quais os membros da escola francesa dos *Annales* são o melhor exemplo. Esse grupo (Braudel, Furet, Le Goff, Le Roy Ladurie, dentre outros) pensava a narrativa historiográfica como uma estratégia representacional não científica, mesmo ideológica, cuja extirpação era necessária para a transformação dos estudos históricos em uma verdadeira ciência.[9] Depois, a de alguns filósofos e teóricos da literatura de orientação semiológica (Barthes, Foucault, Derrida, Todorov, Julia Kristeva, Benveniste, Genette, Eco) que estudam a narrativa em todas as suas manifestações e a veem simplesmente como um "código" discursivo entre outros, que pode ou não ser apropriado à representação da realidade.[10] E, por fim, a de alguns filósofos de orientação hermenêutica, como Ricoeur e Gadamer, que observam a narrativa como uma manifestação no discurso de uma consciência temporal específica, ou de uma estrutura do tempo específica.[11]

Poderíamos ainda incluir uma quinta categoria, a dos historiadores que não pertencem a nenhuma escola filosófica ou de persuasão metodológica específica, mas falam do ponto de vista da *doxa* da profissão, como defensores de uma noção artesanal dos estudos históricos, e que veem a narrativa como uma forma perfeitamente respeitável do "fazer" da história (como J. H. Hexter afirma) ou de sua "prática" (como diz Geoffrey Elton).[12] Mas esse grupo não representa tanto uma posição teórica quanto encarna uma

---

8 Em detalhe, os argumentos lançados por esse grupo são variados, visto que diferentes filósofos têm diferentes perspectivas das bases em que o relato narrativo pode ser considerado enquanto explanação; e eles seguem diferentemente a partir da posição de uma narrativa como versão "porosa", "parcial" ou "esboçada" das explicações nomológico-dedutivas dadas nas ciências (essa é a última palavra de Carl Hempel) à noção de que as narrativas "explicam" por técnicas como "coligação" ou "configuração", para as quais não há contrapartidas nas explicações científicas (ver as antologias de escritos sobre o assunto coligidas por Patrick Gardiner [org.], *Theories of History*. Londres: Allen & Unwin, 1959; e William H. Dray, *Philosophical Analysis and History*. Nova York: Harper, 1966. Ver também os levantamentos sobre o assunto em Dray, *Philosophy of History*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964 [ed. bras.: *Filosofia da história*, trad. Octannys S. da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969]; e, mais recentemente, R. F. Atkinson, *Knowledge and Explanation in History*. Ithaca: Cornell University Press, 1978. Para uma resposta inicial na França ao debate anglo-americano, ver Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire: Essai d'epistémologie*. Paris: Seuil, 1971, pp. 194-209 [ed. bras.: *Como se escreve a história*, trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1998]. E, na Alemanha, Reinhart Koselleck e Wolf-Dieter Stempel (orgs.), *Geschichte-Ereignis und Erzählung*. Munique: W. Fink, 1973).

9 O texto básico é de Fernand Braudel, *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969 [ed. bras.: *Escritos sobre a história*, trad. Jacó Guinsburg e Teresa C. S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1992]. Ver também, entre muitos outros trabalhos que adotam esse viés polêmico, François Furet, "Quantitative History", in *Historical Studies Today*, F. Gilbert e S. R. Graubard (orgs.). Nova York: W. W. Norton, 1972, pp. 54-60; e Jerome Dumoulin e Dominique Moisie (orgs.), *The Historian between the Ethnologist and the Futurologist*. Paris/Haia: Mouton, 1973. Ata de um congresso organizado em Veneza em 1971, no qual merecem atenção, especialmente, as afirmações de Furet e Le Goff.

10 Sublinho a palavra *semiológico* como um modo de reunir sob um único termo um grupo de pensadores que, independentemente de suas diferenças, tem especial interesse na narrativa, na narração e na narratividade, aborda o problema da narrativa histórica do ponto de partida de um interesse mais geral na teoria do discurso, e tem em comum apenas uma tendência de iniciar suas análises a partir de *uma teoria semiológica da linguagem*. Um texto básico e explicativo é *Elements of Semiology*, de Roland Barthes, trad. Annette Lavers e Colin Smith. Nova York: Hill and Wang, 1968. Ver também Tel Quel (grupo), *Théorie d'ensemble*. Paris: Seuil, 1968. E, para uma teoria mais ampla da "semio-história", ver Paolo Valesio, *The Practice of Literary Semiotics: A Theoretical Proposal*. Urbino: Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, Universita di Urbino, n. 71, série D, 1978; e id., *Novantiqua, Rhetorics as a Contemporary Theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.

Uma abordagem semiológica geral ao estudo da narrativa formou um novo campo de estudos chamado narratologia. Pode-se ter uma ideia do momento atual e dos interesses dos acadêmicos que atuam nesse campo por uma leitura cuidadosa dos três volumes de ensaios coligidos em *Poetics Today: Narratology I, II, III*, 2 v. (Tel Aviv, 1980-81). Ver também *New Literary History*, 6, 1975, e 11, 1980, dois volumes dedicados a teorias contemporâneas de *Narrative and Narratives*; e *On Narrative*, a edição especial de *Critical Inquiry*, 6, n. 1, 1980.

11 As posições são levadas a cabo por Hans-Georg Gadamer, *Le Problème de la conscience historique*. Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1963; e Paul Ricoeur, *History and Truth*, trad. C. C. Kelbley. Evanston, Ill.: Northwestern University Press, 1965 [ed. bras.: *História e verdade*, trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968]; id., "The Model of the Text: Meaningful Action Considered as a Text". *Social Research*, 38, n. 3, 1971; id., "Expliquer et Comprendre", *Revue Philosophique de Louvain*, 55, 1977; e id., "Narrative Time", *Critical Inquiry*, 7, n. 1, 1980.

12 J. H. Hexter, *Doing History*. Bloomington: Indiana University Press, 1971, pp. 1-14, 77-106. Um filósofo que sustenta uma noção de "arte" similar em relação aos estudos históricos é Isaiah Berlin, "The Concept of Scientific History", *History and Theory*, 1, n. 1, 1960, p. 11.

atitude tradicional de ecletismo nos estudos históricos – um ecletismo que manifesta uma desconfiança da própria teoria como impedimento à prática apropriada da investigação histórica concebida empiricamente.[13] Para esse grupo, a representação narrativa não configura um problema teórico significativo. Precisamos, portanto, apenas registrar essa posição como a *doxa* contra a qual uma genuína investigação teórica deve surgir para passar à consideração daquelas para as quais a narrativa é um problema e uma ocasião para a reflexão teórica.

O grupo dos *Annales* é o mais crítico em relação à história narrativa, mas em um sentido mais polêmico do que especificamente teórico. Para eles, a história narrativa era simplesmente a história do passado político e, ainda mais, a história política entendida como conflitos "dramáticos" e crises de curta duração que se prestavam a representações novelísticas, mais de um tipo literário do que propriamente científico. Como diz Braudel em um ensaio bem conhecido:

> A história narrativa tão cara ao coração de Ranke nos oferece [...] um brilho que não ilumina; fatos, mas nenhuma humanidade. Note-se que essa história narrativa sempre diz relatar "as coisas do jeito como aconteceram". [...] A seu modo dissimulado, no entanto, a história narrativa consiste de uma interpretação, uma autêntica filosofia da história. Para os historiadores narrativos, a vida dos homens é dominada por acidentes dramáticos. Pelas ações daqueles seres excepcionais que ocasionalmente emergem, e que muitas vezes são os senhores de seus próprios destinos e ainda mais dos nossos. E, quando falam em "história geral", estão falando, realmente, do intercurso desses destinos excepcionais, pois obviamente cada herói precisa ser confrontado por outro. Uma falácia, como todos sabemos.[14]

---

13 A defesa da historiografia como uma tarefa empírica permanece e muitas vezes se manifesta em uma suspeita aberta da "teoria" (ver, p. ex., E. P. Thompson, *The Poverty of Theory*. Londres: Merlin, 1978; e a discussão desse trabalho por Perry Anderson, *Arguments within English Marxism*. Londres: Verso Editions, 1980).

14 Fernand Braudel, "The Situation of History in 1950", in *On History*, trad. Sarah Matthews. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p. 11 [ed. bras.: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007].

Essa posição foi assumida uniformemente por outros membros dos *Annales*, sobretudo como uma justificativa para a promoção de uma historiografia devotada à análise das tendências de "longa duração" em demografia, economia e etnologia; ou seja, processos "impessoais", mais como um incentivo à análise do que consistia propriamente a "narrativa" e as bases de sua popularidade milenar como o modo "apropriado" da representação histórica.[15]

Deve ser frisado que a rejeição da história narrativa pelos *Annalistes* ocorria tanto pelo desagrado que nutriam em relação à sua matéria, a política do passado, como por sua convicção de que essa forma era inerentemente "romanesca" e "dramatizadora", mais do que "científica".[16] Sua convicção professa de que os assuntos políticos não se prestavam ao estudo científico, uma vez que sua natureza evanescente e seu estatuto de epifenômeno de processos exigiam da história maior simplicidade, era compatível com o fracasso da politologia moderna (agradeço a Jerzy Topolski por essa palavra útil) em criar uma genuína ciência da política. Mas a rejeição da política como objeto adequado de estudo para uma historiografia científica é curiosamente complementar ao preconceito dos historiadores profissionais do século XIX no que se refere à indesejabilidade de uma ciência política. Sustentar que uma ciência da política é impossível é, evidentemente, tão ideológico quanto sustentar que a própria ciência é indesejável.

Mas o que a narrativa tem a ver com tudo isso? A acusação difundida entre os *Annalistes* é a de que inerentemente a narratividade "dramatiza" ou "romanceia" seu objeto, como se eventos dramáticos não existissem na his-

---

15 A posição de Furet varia segundo a ocasião. Comparem-se as afirmações de sua "Introdução" a *In the Workshop of History*, trad. Jonathan Mandelbaum. Chicago: University of Chicago Press, 1984, com as de seu ensaio "Quantitative History", onde critica a "*histoire événementielle*", não porque esteja preocupado com fatos políticos ou porque ela "seja construída de uma simples narrativa de alguns eventos selecionados ao longo da linha do tempo", mas porque "está baseada na ideia de que esses eventos são únicos e não podem ser colocados estatisticamente, e que o singular é o material por excelência da história". Ele conclui: "Essa é a razão por que esse tipo de história lida paradoxalmente, de uma só vez, com a curta duração e com uma ideologia finalista" (p. 54).

16 Cf. Jacques Le Goff. A escola dos *Annales* abomina o trio formado por história política, história narrativa e história crônica ou acontecimental (*événementielle*). Tudo isso, para ela, era apenas pseudo-história, história vulgar, um problema superficial (ver "Is Politics Still the Backbone of History?", in Gilbert e Graubard, *Historical Studies Today*, trad. Barbara Bray, op. cit., p. 340).

tória ou, se existissem, não fossem adequados ao estudo histórico justamente por seu caráter dramático.[17] É difícil saber o que fazer com esse estranho acúmulo de opiniões. Pode-se narrativizar sem dramatizar, como o todo da literatura modernista demonstra, e dramatizar sem teatralizar, como o teatro moderno de Pirandello e Brecht deixa muito claro. Então, como alguém pode condenar a narrativa nos termos de seus efeitos "novelísticos"? Suspeita-se que não seja a natureza dramática dos romances a questão, mas um desagrado por um gênero de literatura que coloca os agentes humanos, mais do que os processos impessoais, no centro de interesse e sugere que esses agentes têm algum controle significativo sobre seus destinos.[18] Porém os romances não são necessariamente mais humanísticos do que dramáticos. Em todo caso, a questão do determinismo e do livre-arbítrio é um problema ideológico tanto quanto o da possibilidade ou impossibilidade de uma ciência política. Assim, sem presumir o julgamento das realizações positivas dos *Annalistes* em seu esforço de reformar os estudos históricos, devemos aduzir que as razões mencionadas para a insatisfação deles com a história narrativa são jejunas.

Também se pode pensar, contudo, que o que alguns deles têm a dizer sobre esse assunto é apenas uma reprodução estenográfica de uma análise e desconstrução mais extensiva da narratividade, empreendida pelos estruturalistas e pós-estruturalistas nos anos 1960 com o intuito de demonstrar que a narrativa não era somente um instrumento da ideologia, mas o próprio paradigma do discurso ideologizante em geral.

Aqui não há lugar para outra exposição do estruturalismo e do pós-estruturalismo, sobre os quais já se disse o suficiente.[19] Mas o significado desses dois movimentos para a discussão da história narrativa pode ser rapidamente indicado. O significado, como o vejo, é triplo: antropológico, psicológico e semiológico. Da perspectiva antropológica, representada, acima de todos, por Claude Lévi-Strauss, não era a narrativa, mas sim a história o problema.[20] Em uma famosa polêmica dirigida contra a *Critique de la raison dialectique* de Sartre, Lévi-Strauss nega a validade da distinção entre as sociedades "históricas" (ou "civilizadas") e as "pré-históricas" (ou "primitivas") e com isso a legi-

---

17 Segundo Furet, "a explicação histórica tradicional obedece à lógica da narrativa", que ele glosa como "o que vem primeiro explica o que se segue". A seleção dos fatos é governada, ele continua, pela "mesma lógica implícita: o período tem precedência sobre o objeto analisado; eventos são escolhidos segundo seu lugar em uma narrativa, definida por um início e um fim". Furet, então, segue caracterizando a "história política" como "um modelo desse tipo de história", porque "a política, em um sentido amplo, constitui o primeiro repertório de mudança", e isso, por sua vez, permite a apresentação da história em termos das categorias da "liberdade humana". Uma vez que "a política é o domínio quintessencial da oportunidade, e assim da liberdade", a história pode ser representada como se tivesse "a estrutura de um romance" (Furet, *In the Workshop of History*, trad. Jonathan Mandelbaum. Chicago: University of Chicago Press, 1984, pp. 8-9).

18 Assim, Furet observa que "os historiadores têm sido levados a desistir não só da forma maior de sua disciplina – a narrativa –, como também de seu objeto predileto – a política", pois "a linguagem das ciências sociais está fundada na busca de determinantes e limites de ações", e não no estudo da oportunidade e da liberdade nos assuntos humanos (ibid., pp. 9-10).

19 Algumas das melhores exposições são: Oswald Ducrot *et al.*, *Qu'est-ce que le structuralisme?*. Paris: Seuil, 1968; Richard Macksey e Eugenio Donato (orgs.), *The Languages of Criticism and the Sciences of Man: The Structuralism Controversy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1970 [ed. bras.: *A controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem*, trad. Carlos Alberto Vogt e Clarice Sabóia Madureira. São Paulo: Cultrix, 1971]; Josué Harari (org.), *Textual Strategies: Perspectives in Post-Structuralism Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1979; e John Sturrock (org.), *Structuralism and Since*. Oxford: Oxford University Press, 1979. Sobre o estruturalismo e a teoria histórica, ver Alfred Schmidt, *Geschichte und Struktur: Fragen einer marxistischen Historik*. Munique: Hanser, 1971. Lidei com esses assuntos em dois trabalhos: *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973 [ed. bras.: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, trad. José Lourênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995]; e *Tropics of Discourse*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978 [ed. bras.: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2001]. Para um fascinante exemplo da aplicação das ideias estruturalistas-pós-estruturalistas aos problemas da investigação e da exposição histórica, ver Tzvetan Todorov, *La Conquête de l'Amérique: La Question de l'autre*. Paris: Seuil, 1982 [ed. bras.: *A conquista da América: a questão do outro*, trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003].

20 Claude Lévi-Strauss, "History and Dialetic", in *The Savage Mind*. Londres: Weidenfeld & Nicholson, 1966, cap. 9 [ed. bras.: *O pensamento selvagem*, trad. Tânia Pellegrini. São Paulo: Papirus, 2005]. Lévi-Strauss diz: "No sistema de Sartre, a história faz o papel exato do mito" (pp. 254-55). Em outra passagem: "Basta para a história se afastar de nós, ou para nós nos afastarmos dela em pensamento, para ela deixar de ser internalizável e perder sua inteligibilidade, uma inteligibilidade espúria, ligada a uma internalidade temporária" (p. 255). E em outra: "Assim, como se diz de certas carreiras, a história leva a tudo, mas com a condição de sair dela" (p. 262).

timidade da noção de um método específico de estudo e modo de representar estruturas e processos à primeira. O tipo de conhecimento que o assim chamado método histórico supunha oferecer, ou, por assim dizer, "conhecimento histórico", era, na perspectiva de Lévi-Strauss, dificilmente distinto da crônica mítica das comunidades selvagens. De fato, a historiografia – pela qual Lévi-Strauss entendeu a historiografia "narrativa", tradicional – nada mais era do que o mito das sociedades ocidentais, especialmente modernas, burguesas, industriais e imperialistas. A substância desse mito consistia no engano de tomar um método de representação, narrativo, como conteúdo; mais notadamente, uma humanidade unicamente identificada com aquelas sociedades capazes de acreditar que viveram os tipos de relatos que os historiadores do Ocidente contaram sobre elas. Lévi-Strauss pressupôs que a representação histórica, que seria a *diacrônica*, de acontecimentos *era* um método de análise, mas "um método com nenhum objeto específico que lhe correspondesse", e menos ainda um método peculiarmente adequado ao entendimento da "humanidade" ou das "sociedades civilizadas".[21] A representação de acontecimentos nos termos de sua ordem cronológica de ocorrência, que Lévi-Strauss identifica como o método reputado de estudos históricos, é para ele nada além de um procedimento heurístico comum a qualquer campo do estudo científico, seja da natureza ou da cultura, anterior à aplicação de quaisquer técnicas narrativas necessárias para a identificação das propriedades comuns desses eventos como elementos de uma estrutura.[22]

A escala cronológica específica usada para esse procedimento de ordenação é sempre específica da cultura e adventícia, um dispositivo puramente heurístico cuja validade depende de objetivos e interesses próprios da disciplina científica em que é empregado. O ponto importante do problema é que, na perspectiva de Lévi-Strauss, não há algo como *uma única* escala para a ordenação dos acontecimentos; antes, há tantas cronologias quanto existem formas culturalmente específicas de representar a passagem do

---

21 "Nós precisamos apenas reconhecer que a história é um método com nenhum objeto próprio que lhe corresponda para rejeitar a equivalência entre a noção de história e a noção de humanidade" (ibid.; ver também pp. 248-50 e 254).

22 "De fato a história não está ligada nem ao homem, nem a objeto algum. Ela consiste apenas de seu método, que a experiência prova ser indispensável para catalogar os elementos de qualquer estrutura, humana ou não humana, em sua inteireza" (ibid., p. 262).

tempo. Longe de ser uma ciência ou base para uma ciência, a representação narrativa de qualquer conjunto de eventos foi, na melhor das hipóteses, um exercício protocientífico e, na pior, a base para um tipo de autoengano cultural. "O progresso do conhecimento e a criação de novas ciências", ele conclui, "têm lugar através da geração de anti-histórias que mostram que uma certa ordem possível apenas em um plano [cronológico] deixa de existir em outro."[23]

Não que Lévi-Strauss se opusesse à narrativa como tal. De fato, seu monumental *Mitológicas* pretendia demonstrar o papel central da narratividade para a estruturação da vida cultural em todas as suas formas.[24] O que ele objetou foi a expropriação da narratividade como método de uma ciência que pretendesse ter como seu objeto de estudo uma humanidade muito mais amplamente realizada em sua manifestação histórica do que pré-histórica. O ataque de sua crítica era dirigido, portanto, àquele humanismo que propiciava tanto orgulho ao Ocidente, mas cujos princípios éticos pareciam ser honrados mais em sua quebra do que em seu cumprimento. Era o mesmo tipo de humanismo que Jacques Lacan procurou minar em sua revisão da teoria psicoanalítica, que Louis Althusser desejou expurgar do marxismo moderno, que Michel Foucault havia tão simplesmente rejeitado como a ideologia da civilização ocidental em sua fase mais repressiva e decadente.[25] Para todos eles – como para Jacques Derrida e Julia Kristeva –, a história em geral e a narratividade especificamente eram meras práticas representacionais pelas quais a sociedade produzia um sujeito humano peculiarmente adaptado às condições de vida do *Rechtsstaat*.[26] Seus argumentos em nome dessa perspec-

---

23 Ibid., pp. 261 s.

24 Claude Lévi-Strauss, *L'Origine des manières de table*. Paris: Plon, 1968, parte 2, cap. 2 [ed. bras.: *A origem dos modos à mesa*, trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2006].

25 Ver Rosalind Coward e John Ellis, *Language and Materialism: Developments in Semiology and Theory of Subject*. Londres e Boston: Routledge and Paul, 1977, pp. 81-82; e Hayden White, "Foucault's Discourse", in *The Content of the Form. Narrative Discurse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990, pp. 104-41.

26 Jacques Derrida, "The Law of Genre", *Critical Inquiry*, 7, n. 1, 1980, pp. 55-82; id., "La Structure, le signe et le jeu dans les discours des sciences humaines", in *L'Ecriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967, cap. 10 [ed. bras.: *A escritura e a diferença*, trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2005]. Julia Kristeva escreve: "Na narrativa, o sujeito da fala constitui a si mesmo como sujeito de uma família, clã ou

tiva são muito complexos para serem abordados aqui, mas a natureza de seu tipo de hostilidade à noção de história narrativa pode ser sugerida pela breve consideração do ensaio "O discurso da história" (1967), de Roland Barthes.

Nesse ensaio, Barthes desafia a distinção, básica ao historicismo em todas as suas formas, entre discursos "ficcional" e "histórico". O ponto de ataque escolhido para essa discussão foi o tipo de historiografia que favorecia uma representação narrativa de eventos e processos passados. Barthes pergunta:

> A narração de eventos passados, que, em nossa cultura, desde o tempo dos gregos, tem geralmente sido objeto de sanção da "ciência" histórica, atado à norma subjacente do "real", e justificado pelos princípios da exposição "racional" – essa forma de narração realmente difere, em alguma característica específica, em alguma marca indubitavelmente distinta, da narrativa imaginária, como nós a encontramos no épico, no romance e no drama?[27]

É óbvio que, da maneira pela qual propõe essa questão – com o uso das palavras *ciência*, *real* e *racional* entre aspas –, o principal objetivo de Barthes era atacar a pomposa objetividade da historiografia tradicional. E isso foi, precisamente, o que ele fez – expondo a função ideológica do modo narrativo de representação com o qual ela era associada.

Como em seu apêndice teórico a *Mitologias* (1957), Barthes não se preocupava tanto em opor ciência e ideologia quanto em distinguir ideologias progressistas e reacionárias, libertárias e opressoras.[28] Em "O discurso da história" ele indica que a história pode ser representada de diferentes modos, alguns dos quais são menos "mitológicos" do que outros, à medida que chamem atenção para seu processo de produção e indiquem a natureza "constituída", mais do que "descoberta", de seus referentes. Mas, em seu ponto de vista, o discurso histórico tradicional era mais retrógrado do que a ciência ou a arte moderna, ambas tendo assinalado a natureza inventada de seus "conteúdos". Os estudos históricos sozinhos, entre as disciplinas que aspiram a um estatuto de cientificidade, permanecem vítimas do que ele chama "a falácia da referencialidade".

Barthes quis demonstrar que, "como vemos, somente de observar sua estrutura, e sem ter de invocar a substância de seu conteúdo, o discurso histórico é em sua essência uma forma de elaboração ideológica, ou, de modo mais preciso, uma elaboração da imaginação", pela qual ele quer dizer um "ato discursivo" que era "performativo" por natureza, "através do qual aquele que profere o discurso (uma entidade puramente linguística) 'preenche' o lugar do objeto do proferido (uma entidade psicológica ou ideológica)".[29] Deve-se observar que, muito embora Barthes aqui se refira a um discurso histórico em geral, é o discurso histórico dotado de uma "estrutura narrativa" seu principal objeto de interesse, por duas razões. Primeiro, ele considera paradoxal que a "estrutura narrativa, que foi inicialmente desenvolvida no caldeirão da ficção (nos mitos e nos primeiros épicos)", pudesse se tornar, na historiografia tradicional, "a um só tempo o signo e a prova de realidade".[30] Em segundo lugar, e mais importante, a narrativa era, para Barthes, seguindo Lacan, a principal instrumentalidade pela qual a sociedade molda a consciência infantil e narcisista em uma "subjetividade" capaz de tomar para si as "responsabilidades" de um "objeto" da lei em todas as suas formas.

Na aquisição da linguagem, como sugerira Lacan, a criança adquiria igualmente o próprio paradigma do comportamento metódico, governado pela lei. Barthes acrescenta que no desenvolvimento da capacidade de assimilar "histórias" e as contar, no entanto, a criança também aprende o que é ser a criatura que, nas palavras de Nietzsche, é capaz de fazer promessas, de "recordar" tanto "para a frente" quanto para trás, de ligar seu fim a seu começo de tal modo que se atesta uma "integridade" que, a princípio, todo indivíduo deve possuir

---

grupo social; tem se mostrado que a sentença sintaticamente normativa se desenvolve em um contexto da narração prosaica e, posteriormente, histórica. O aparecimento simultâneo do gênero e da sentença narrativa limita o processo de significação a uma atitude de petição e comunicação" (J. Kristeva, "The Novel as Polylogue", in Leon S. Roudiez [org.], *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art.* Nova York: Columbia University Press, 1980, p. 174; ver também Jean-François Lyotard, "Petite économie libidinale d'un dispositif narratif", in *Des dispositifs pulsionnels.* Paris: Union Generale, 1973, pp. 180-84).

27 Roland Barthes, "Le Discours de l'histoire", *Social Science Information* (Paris, 1967), em inglês, "The discourse of History", in E. S. Schaffer (org.), *Comparative Criticism: A Year Book*, trad. Stephen Bann. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, v. 3, p. 7.

28 Id. ibid., *Mythologies*, trad. Annette Lavers. Nova York: Hill and Wang, 1972, pp. 148-59 [ed. bras.: *Mitologias*, 9ª ed., trad. Rita Buongermino e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993].

29 R. Barthes, "The discourse of History", op. cit., p. 17.

30 Id., ibid., p. 18.

caso se torne um "sujeito" de (qualquer) sistema legal, moral ou de condutas. O que é "imaginário" no que tange a qualquer representação narrativa é a ilusão de uma consciência centrada, capaz de selecionar o mundo, apreender sua estrutura e seus processos e representá-los para ela mesma como se possuísse toda a coerência formal da própria narratividade. Mas isso é tomar um "significado" (que é sempre antes constituído do que encontrado) por uma "realidade" (que é sempre antes encontrada do que constituída).[31]

Por trás dessa formulação, não é preciso dizer, jaz uma extensa massa de teorias da linguagem, do discurso, da consciência e da ideologia altamente problemáticas, à quais os nomes de Lacan e Althusser estão particularmente associados. Barthes baseou-se neles para seus propósitos, que eram nada menos do que desmantelar toda a tradição do "realismo" do século XIX – que ele via como o conteúdo pseudocientífico daquela ideologia que surgia como "humanismo" em sua forma sublimada.

Não é por acaso que, para Barthes, o "realismo" do romance do século XIX e a "objetividade" da historiografia do mesmo século desenvolveram-se *pied-à-pied*. O que eles tinham em comum era a dependência de um modo de discurso especificamente narrativo, cujo principal objetivo era substituir ilicitamente um conteúdo conceitual (um significado) por um referente que ele meramente pretendia descrever. Como ele escrevera no seminal "Introdução à análise estrutural da narrativa" (1966):

> Alegações referentes ao "realismo" da narrativa serão, portanto, desconsideradas. [...] [...] A função da narrativa não é representar, mas constituir um "espetáculo". [...] A narrativa não mostra, não imita. [...] "O que toma lugar" na narrativa é, do ponto de vista referencial (realidade), literalmente *nada*; "o que acontece" é apenas a linguagem, a aventura da linguagem, a incessante celebração do seu surgir.[32]

Essa passagem se refere à narrativa em geral, para ser claro, mas os princípios enunciados foram estendidos também à narrativa histórica. Donde sua insistência, ao final de "O discurso da história", em que, "na história 'objetiva',

31 "Além do nível narracional começa o mundo"; ver R. Barthes, "Introduction to the Structural Analisys of Narratives", op. cit., p. 115.

32 Id., ibid., p. 124.

o 'real' nunca é mais do que um significado não formulado, protegido atrás do aparentemente todo-poderoso referente. Essa situação caracteriza o que pode ser chamado de *efeito do real* (*effet du réel*)".[33]

Muito pode ser dito sobre essa concepção de narrativa e sua suposta função ideológica, e não menos sobre a psicologia em que se baseia e a ontologia que pressupõe. Ela é, obviamente, reminiscência do pensamento de Nietzsche sobre a linguagem, a literatura e a historiografia, e, até onde se relaciona ao problema da consciência histórica, não vai muito além de "Os usos e abusos da história para a vida" e de *A genealogia da moral*. Essa afiliação nietzschiana é abertamente admitida por pós-estruturalistas como Derrida, Kristeva e Foucault, e é essa guinada nietzschiana no pensamento francês dos últimos vinte anos que serve para distinguir os pós-estruturalistas de seus predecessores estruturalistas mais "científicos" representados por Lévi-Strauss, R. Jakobson e o primeiro Barthes. Não é preciso dizer que o pós-estruturalismo tem pouco em comum com as aspirações daqueles historiadores ligados ao grupo dos *Annales*, que sonhavam transformar os estudos históricos em uma espécie de ciência. Mas a "desconstrução" da narratividade empreendida por Barthes e os pós-estruturalistas tem afinidade com as objeções levantadas pelos *Annalistes* contra o modo narrativo de representação na historiografia.

A formulação de Barthes sobre a problemática da história narrativa assinala uma significativa diferença, contudo, entre a discussão desse assunto desenvolvida na França nos anos 1960 e a que teve lugar nas duas décadas anteriores na comunidade filosófica anglófona, dominada naquela época pela filosofia analítica. A diferença mais aparente reside na solidez com que a narrativa foi defendida por esses filósofos analíticos, como modo tanto de representação como de explanação, em contraste com os ataques que emanavam da França. Diversos filósofos ofereciam diferentes relatos sobre os fundamentos da convicção de a narrativa ser um modo perfeitamente válido de representação de eventos históricos e mesmo de prover explicação a eles. Mas, em contraste com a discussão francesa, no mundo anglófono a historiografia narrativa foi vista, em grande parte, não como uma ideologia, mas, antes, como um antídoto para a nefasta "filosofia da história" *à la* Hegel e

33 R. Barthes, "The discourse of History", op. cit., p. 17.

Marx, então considerada peça-chave para os fundamentos ideológicos dos sistemas políticos totalitários.

Contudo, aqui também as linhas do debate foram turvadas pela questão do estatuto da história como ciência e a discussão do tipo de autoridade epistêmica que o conhecimento histórico pode arrogar em comparação com o tipo de conhecimento constituído pelas ciências físicas. Havia mesmo um vigoroso debate nos círculos marxistas – debate que alcançou seu cume nos anos 1970 – sobre em que medida uma historiografia "científica" marxista poderia ser ordenada em modo narrativo, como se se opusesse a um modo de discurso mais propriamente analítico. Questões similares àquelas que separaram os *Annalistes* de seus colegas mais convencionais tiveram de ser postas, mas aqui a narratividade era menos um problema do que uma disputa "materialismo *versus* idealismo".[34] Em conjunto, tanto entre historiadores e filósofos como entre os representantes marxistas e não marxistas dessas disciplinas, ninguém questionou seriamente a legitimidade dos estudos distintivamente "históricos", como Lévi-Strauss havia feito na França, ou a pertinência, em certo sentido, de a narrativa representar com verdade e objetividade as "verdades" descobertas por quaisquer métodos que tenham sido utilizados individualmente pelo historiador em sua pesquisa, como Barthes e Foucault fizeram na França. Alguns cientistas sociais levantaram algumas questões, mas, dada a fragilidade de suas reivindicações de rigor metodológico, bem como a exiguidade de sua "ciência", surgiram poucos frutos teóricos relativos ao problema da história narrativa.[35]

As diferenças entre essas duas correntes de discussão da narrativa história também refletem concepções fundamentalmente distintas da natureza do discurso em geral. Nas teorias linguística e literária, o discurso é convencionalmente pensado como qualquer unidade de expressão maior do que a sentença (complexa). Quais são os princípios da formação discursiva que correspondem àquelas regras de gramática que regem a formação da sentença? Obviamente, esses princípios não são eles mesmos gramaticais, já que se

34 Cf. Anderson, *Arguments within English Marxism*. Londres: Verso Editions, 1980, pp. 14, 98, 162.

35 Ver as afirmações de Daniel Bell e Peter Wiles em Dumoulin e Moisi, *The Historian*, pp. 64-71, 89-90.

podem construir cadeias de sentenças gramaticalmente corretas que não se agregam ou se unem em um discurso reconhecível.

Obviamente, um candidato para o papel de *órganon* da formação discursiva é a lógica – os protocolos que regem a formação de quaisquer discursos científicos. Mas a lógica cede lugar a outros princípios no discurso poético, princípios como a fonética, a rima e a métrica, que podem autorizar violações de protocolos lógicos com o objetivo de produzir coerências formais de outro tipo. Há também a retórica, que pode ser considerada um princípio de formação discursivo em eventos de fala que visam à persuasão ou à impulsão à ação mais do que à descrição, à demonstração ou à explicação. Na expressão poética e retórica, a comunicação de uma mensagem sobre um referente extrínseco pode ser requerida, mas as funções expressiva e conativa podem implicar uma ordem mais elevada de importância. Assim, distinções entre "comunicação", "expressão" e "conação" permitem diferenciar, em termos de função, entre tipos distintos de regras de formação discursiva, das quais a lógica é apenas uma e, de modo algum, a mais privilegiada.

Tudo depende, como afirma Jakobson, do "foco" (*Einstellung*) perante a mensagem contida no discurso em questão.[36] Se a transmissão de uma mensagem sobre um referente extrínseco é o principal objetivo do discurso, podemos dizer que a função comunicativa predomina; e o discurso em questão há de ser avaliado segundo a clareza de sua formulação e seu valor de verdade (a validade da informação que traz) em relação ao referente. Se, por outro lado, a mensagem é tratada, antes de tudo, como ocasião para expressar a condição emocional

36 Roman Jakobson, "Linguistics and Poetics", in Thomas Sebeok (org.), *Style and Language*. Cambridge: MIT Press, 1960, pp. 352-58 [ed. bras.: "Linguística e poética", in *Linguística e comunicação*, 22.ª ed., trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2005]. Esse ensaio de Jakobson é absolutamente essencial para o entendimento da teoria do discurso tal como ela se desenvolveu dentro de uma orientação semiológica geral desde os anos 1960. Deve-se sublinhar que, enquanto muitos dos pós-estruturalistas tomaram sua posição sobre a arbitrariedade do signo e *a fortiori* a arbitrariedade da constituição dos discursos em geral, Jakobson continuou a insistir na possibilidade de um significado intrínseco que residisse nos próprios fonemas. Assim, enquanto a referencialidade discursiva era considerada uma ilusão para os mais radicais pós-estruturalistas, como Derrida, Kristeva, Solers e o último Barthes, o mesmo não se passava com Jakobson. A referencialidade era apenas uma das "seis funções básicas da comunicação verbal" (id., ibid., p. 357).

do sujeito do discurso (como na lírica) ou para produzir um efeito sobre quem recebe o discurso, conduzindo-o a uma ação de tipo particular (como em discursos exortatórios), então o discurso em questão deve ser avaliado menos em termos de sua clareza ou verdade em relação ao referente do que nos termos de sua força performática – uma consideração puramente pragmática.

Esse modelo funcional de discurso relega a lógica, a poética e a retórica da mesma forma à condição de "códigos" nos quais diferentes tipos de "mensagens" podem ser vazados e transmitidos com diferentes objetivos em vista: comunicativo, expressivo ou conativo, dependendo do caso.[37] Tais objetivos não são, de modo algum, mutuamente exclusivos; de fato, todo discurso pode apresentar aspectos dessas três funções. E isso vale tanto para o "factual" como para o "ficcional". Mas, considerado como base para uma teoria geral do discurso, esse modelo nos permite perguntar como o discurso narrativo em particular se vale dessas três funções. E, o que é mais relevante para nossos objetivos neste ensaio, nos permite ver como as discussões contemporâneas sobre a natureza da história narrativa tendem a ignorar uma ou outra dessas funções, tanto para não creditar a ela o estatuto de "ciência" como para consigná-la na categoria de "ideologia".

A maioria dentre os que defenderiam a narrativa como modo legítimo de representação histórica, e mesmo como modo válido de explanação (pelo menos para a história), sublinha a função comunicativa. Segundo essa perspectiva da história como comunicação, uma história é concebida como "mensagem" sobre um "referente" (o passado, eventos históricos etc.), e seu conteúdo é, a um só tempo, "informação" (os "fatos") e "explanação " (o relato

37 De acordo com Paolo Valesio, "todo discurso em seu aspecto funcional é baseado em um conjunto relativamente limitado de mecanismos [...] que reduzem toda escolha referencial a uma escolha formal" (*Novantiqua*, 21). Portanto,

> Nunca é uma questão [...] de apontar a referentes no "mundo real", de distinguir o verdadeiro do falso, o certo do errado, o belo do feio, e assim por diante. A escolha está entre os mecanismos a ser empregados, e esses mecanismos já condicionam todo discurso, uma vez que são representações simplificadas da realidade, inevitável e intrinsicamente inclinados em uma direção partidária. Os mecanismos sempre parecem [...] ser gnoseológicos, mas na verdade são erísticos: eles dão uma conotação positiva ou negativa à imagem da entidade que descrevem no próprio momento em que começam a descrevê-la (pp. 21-22).

"narrativo"). Os fatos em sua particularidade e o relato narrativo em sua generalidade precisam encontrar uma correspondência, tanto quanto uma coerência, critério do valor de verdade. O critério de coerência invocado, não é preciso dizer, é mais do que poético ou retórico. Proposições individuais devem ser logicamente consistentes umas em relação às outras, e os princípios concebidos para governar o processo de combinação sintagmática devem ser consistentemente aplicados. Assim, por exemplo, ainda que um evento possa ser representado como causa de outro posterior, o contrário não é verdadeiro. No entanto, por contraste, um evento subsequente pode servir para iluminar a significação de um anterior, mas o contrário não ocorre (por exemplo, o nascimento de Diderot não ilumina o significado da composição de *O sobrinho de Rameau*, mas a composição de *O sobrinho de Rameau* ilumina, como que retrospectivamente, o significado do nascimento de Diderot).[38]

O critério de correspondência é outra questão. Não somente as afirmações existenciais singulares que compõem a "crônica" do relato histórico devem "corresponder" aos eventos dos quais são predicados, como a narrativa como um todo deve "corresponder" à configuração geral da sequência de "fatos" dos quais ela é o relato. Isso quer dizer que a sequência de "fatos", tal como é encadeada com vistas a criar uma "história" [*story*] a partir do que, de outro modo, seria apenas uma "crônica", deve corresponder à configuração geral de "eventos" dos quais os "fatos" são indicadores proposicionais.

Para os teóricos que dão ênfase à função comunicativa do discurso narrativo histórico, a correspondência da "história" com os eventos que relata é estabelecida no nível do conteúdo conceitual da "mensagem". Esse conteúdo conceitual pode ser pensado consistindo tanto fatores que ligam eventos em cadeias de causa e efeito ou de "razões" (ou "intenções") motivando os agentes humanos dos eventos em questão. As causas (necessárias, se não suficientes) ou razões (conscientes ou não) para o estabelecimento dos eventos como de fato ocorreram são dispostas na narrativa na forma da história que se conta.[39] Segundo esse ponto de vista, a forma narrativa do discurso é somente um meio para a mensagem, e não tem mais valor de verdade ou conteúdo informacional do que qualquer outra

38 O exemplo é de Arthur C. Danto, *Analytical Philosophy of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

39 Ver Dray, *Philosophy of History*, op. cit., pp. 43-47.

estrutura formal, como o silogismo lógico, a figura metafórica, ou a equação matemática. Considerada como código, a narrativa é um veículo como o código Morse, que serve para a transmissão de mensagens pelo aparato telegráfico. O que significa, dentre outras coisas, que, assim encarado, o código narrativo não acrescenta nada à informação ou ao conhecimento que não possa ser organizado por outro sistema de codificação discursiva. Isso é provado pelo fato de que o conteúdo de qualquer relato narrativo de eventos reais pode ser extraído do relato, representado em formato de dissertação, e exposto aos mesmos critérios de consistência lógica e precisão factual de uma demonstração científica. Na verdade, a narrativa composta por um historiador qualquer pode ser mais ou menos "densa" em conteúdo e mais ou menos "artística" em sua execução; pode ser mais ou menos elegantemente elaborada – assim como os toques de diferentes telégrafos. Mas isso, os patrocinadores desse ponto de vista podem pensá-lo, é mais uma questão de estilo individual do que de conteúdo. Na narrativa histórica, somente o conteúdo tem valor de verdade. Todo o resto é ornamento.

Essa noção de discurso narrativo falha, no entanto, em levar em consideração o enorme número de tipos de narrativa que toda cultura coloca à disposição daqueles, entre seus membros, que podem desejar utilizá-los para codificar e transmitir mensagens. Ademais, todo discurso narrativo consiste não apenas um único código monoliticamente utilizado, mas também de um complexo conjunto de códigos, cujo entrelaçamento produzido pelo autor – para a produção de uma história infinitamente rica em sugestão e variedade de afetos, sem mencionar a atitude diante de sua matéria ou a avaliação subliminar que faz dela – dá prova de seus talentos como artista, como senhor, e não servidor de códigos à disposição de seu uso. Vem daí a "densidade" desses discursos relativamente informais, como os de literatura e poesia, em oposição aos de ciência. Como o textólogo Juri Lotman apontou, o texto artístico carrega muito mais "informação" que o texto "científico", pois o primeiro dispõe de mais códigos e mais níveis de codificação do que o último.[40] Ao mesmo tempo, contudo, o texto artístico, como se fosse contra o científico, dirige a atenção tanto à virtuosidade que envolve sua produção como à "informação" organizada nos vários códigos empregados em sua composição.

---

40 Juri Lotman, *The Structure of the Artistic Text*, trad. Ronald Vroon. Ann Arbor: University of Michigan, 1977, pp. 9-20, 280-84.

É esse complexo de múltiplas camadas que compõe o discurso, e sua consequente capacidade de suportar uma vasta variedade de interpretações de seu significado, que o modelo performático de discurso busca iluminar. Da perspectiva propiciada por esse modelo, um discurso é visto como um aparato para a produção de sentido, mais do que apenas como um veículo para a transmissão de informação sobre um referente extrínseco. Assim tomado, o conteúdo do discurso consiste tanto em sua forma como em qualquer informação que possa ser extraída de sua leitura.[41] Segue-se que mudar a forma do discurso pode não ser mudar a informação sobre seu referente explícito, mas certamente mudar o significado produzido por ele. Por exemplo, um conjunto de eventos simplesmente listados na ordem cronológica de sua ocorrência original não é, com o devido respeito a Lévi-Strauss, destituído de sentido. Seu significado é precisamente do tipo que qualquer lista é capaz de produzir – como o uso do gênero lista por Joyce e Rabelais atesta. Uma lista de eventos pode ser uma crônica "delgada" (se os itens na lista são apresentados cronologicamente) ou uma enciclopédia "enxuta" (se organizada por tópico). Em ambos os casos, a mesma informação pode ser organizada, porém diferentes significados são produzidos.

Uma crônica, contudo, não é uma narrativa, mesmo quando contém o mesmo conjunto de fatos como conteúdo informacional, pois um discurso narrativo funciona diferentemente de uma crônica. A cronologia, sem dúvida, é um código usado pela crônica e pela narrativa, mas a narrativa se vale de outros códigos e produz um sentido bem diferente do de qualquer crônica. Não que o código da narrativa seja mais "literário" que o da crônica – como diversos historiadores da escrita historiográfica têm sugerido. E não que a narrativa "explique" mais, ou, ainda, explique mais inteiramente do que a crônica. O ponto é que a narrativização produz um sentido diferente do que é produzido pela cronicalização. E o faz impondo uma forma discursiva sobre os eventos que sua própria crônica comporta, por meios que são poéticos por natureza; ou seja, o código narrativo se faz dos domínios performativos da *poiesis* mais do que da *noesis*. Isso foi o que Barthes quis dizer ao afirmar: "A narrativa não *mostra*, a narrativa não *imita* [...] sua função não é '*representar*', mas *constituir* um espetáculo" (grifos meus).

---

41 Id., ibid., pp. 35-38.

É geralmente reconhecido que um modo de distinguir o discurso poético do prosaico se dá pela proeminência conferida ao primeiro arranjo – de sons, ritmos, metro – que chama a atenção para a forma do discurso em separado (ou além dele), e qualquer mensagem que ele contenha no nível de sua enunciação verbal literal. A forma do texto poético produz um sentido bem diferente do que pode ser representado em qualquer paráfrase em prosa de seu conteúdo literal. O mesmo pode ser dito dos vários gêneros de *Kunstprosa* (declamação oratória, instrução jurídica, prosa de ficção, romance etc.), dos quais a narrativa histórica é inegavelmente um tipo; aqui, contudo, o arranjo em questão não é tanto aquele do som e da métrica quanto o é de ritmos e repetições de estruturas de motivo agregadas em temas e de temas agregados em estruturas de enredo. Isso não quer dizer, claro, que tais gêneros não se valem de vários códigos de argumentação lógica e demonstração científica, pois de fato o fazem; entretanto, esses códigos nada têm a ver com a produção do tipo de sentido que é efetivado pela narrativização.

Certos discursos narrativos podem ter argumentos embutidos, na forma de explicações do porquê de certas coisas terem acontecido como aconteceram, expostos na forma de um endereçamento direto ao leitor pela voz do próprio autor e percebidos como tal. Mas tais argumentos são considerados, antes de tudo, um comentário sobre a narrativa, e não parte dela. No discurso histórico, a narrativa serve para transformar em história uma lista de acontecimentos históricos que seriam, de outro modo, apenas uma crônica. Para efetivar essa transformação, os acontecimentos, agentes e forças representados na crônica devem ser codificados como elementos da história; ou seja, devem ser caracterizados como tipos de eventos, agentes, forças que podem ser apreendidos como tipos específicos de relato. Nesse nível de codificação, o discurso histórico dirige a atenção do leitor a um referente secundário, diferente em espécie dos eventos que compõem o referente primário, a saber: as estruturas de enredo de vários tipos de histórias cultivados em uma dada cultura.[42] Quando o leitor reconhece o que se conta na

42 Ver Hayden White, "Introduction: The Poetics of History", in *Metahistory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973, pp. 1-38 [ed. bras.: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*]; e id., *Tropics of Discourse*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978, caps. 2-5. [ed. bras.: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*].

narrativa histórica como um tipo específico de relato – por exemplo, como um épico, romance, tragédia, comédia ou farsa –, pode-se dizer que ele compreende o sentido produzido pelo discurso. A compreensão nada mais é do que o reconhecimento da forma da narrativa.

A produção de sentido, nesse caso, deve ser entendida como uma realização, pois qualquer conjunto de eventos reais pode ser encadeado de diversas maneiras, pode sustentar o peso de ser contado como qualquer número de diferentes tipos de história. Dito que nenhum tipo de conjunto ou sequência de eventos reais é intrinsecamente trágico, cômico ou farsesco – mas pode ser construído como tal através da imposição da estrutura de um tipo determinado de história sobre os eventos –, é a escolha da tipologia e de sua imposição aos eventos que os dota de sentido. O efeito de tal encadeamento pode ser tomado como uma explicação, mas deve-se reconhecer que as generalizações que cabem à função de universais, em qualquer versão de um argumento nomológico-dedutivo, são os *topoi* de enredos literários, mais do que leis causais de ciência.

Esse é o motivo pelo qual uma história narrativa pode ser legitimamente tomada como algo diferente de um relato científico dos eventos de que trata – como os *Annalistes*, com razão, argumentam. Mas não é suficiente para negar à história narrativa valor de verdade. A historiografia narrativa pode muito bem, como indica Furet, "dramatizar" eventos históricos e "romancear" processos históricos, mas isso apenas indica que as verdades com as quais a história narrativa lida são de ordem diferente daquelas de sua contrapartida sociocientífica. Na narrativa histórica, os sistemas da produção de sentido peculiares a uma cultura ou sociedade são testados contra a capacidade de qualquer conjunto de eventos "reais" de ceder a tais sistemas. Se eles têm suas mais puras, mais completamente desenvolvidas e formalmente mais coerentes representações no dote literário ou poético de culturas secularizadas ou modernas, isso não é razão para excluí-los como construções meramente imaginárias. Fazer isso equivaleria a negar que a literatura e a poesia tenham qualquer coisa válida a nos ensinar sobre a realidade.

O relacionamento entre historiografia e literatura é tão sutil e difícil de definir quanto aquele entre historiografia e ciência. Em parte, sem dúvida, isso acontece porque a historiografia no Ocidente surge contra o pano de fundo de um discurso distintamente literário (ou antes "ficcional"), que primeiro tomou corpo contra o ainda mais arcaico discurso do mito. Em suas origens,

o discurso histórico se diferencia do literário em virtude de sua matéria (eventos "reais", não "imaginários"), não de sua forma. No entanto a forma aqui é ambígua, pois se refere não apenas à aparência manifesta dos discursos históricos (seu aparecimento como relatos), como também aos sistemas de produção de sentido (os modos de enredo) que a historiografia compartilha com a literatura e o mito. Contudo, essa afiliação da historiografia narrativa com a literatura e o mito não deveria dar razão para embaraço, já que os sistemas de produção de sentido compartilhados pelos três são destilados da experiência histórica de um povo, de um grupo, de uma cultura. E o conhecimento oferecido pela história narrativa é o que resulta do teste de sistemas de produção de sentido originalmente elaborados no mito e refinados no alambique do modo hipotético de articulação ficcional. Na narrativa histórica, as experiências estão destiladas na ficção como tipificações sujeitas ao teste de sua capacidade de dotar de sentido eventos "reais". E seria necessário um tremendo *Kulturphilistinismus* para negar aos resultados desse teste o estatuto de conhecimento legítimo.

Em outras palavras, assim como os conteúdos do mito são testados pela ficção, as formas de ficção são testadas pela historiografia (narrativa). Se de maneira similar o conteúdo da historiografia narrativa é testado para determinar sua adequação para explicar e representar outra ordem de realidade que a pressuposta pelos historiadores tradicionais, isso deveria ser visto menos como uma oposição entre ciência e ideologia, como muitas vezes os *Annalistes* aparentemente viam, do que como a continuação do processo de mapear o limite entre o imaginário e o real, que começa com a invenção da própria ficção.

A narrativa histórica não deve, como narrativa, banir falsas crenças sobre o passado, a vida humana, a natureza da comunidade etc.; o que ela faz é testar a capacidade das ficções de uma cultura de dotar eventos "reais" dos tipos de sentido que a literatura mostra à consciência por meio de sua elaboração de modelos de eventos "imaginários". Precisamente na medida em que a narrativa histórica dota conjuntos de eventos reais de tipos de sentido encontrados apenas no mito e na literatura, justifica-se que nós a observemos como produto de uma *allegoresis*. Assim, mais do que tomar qualquer narrativa histórica como mítica ou ideológica por natureza, devemos observá-la como alegoria, ou seja, dizendo uma coisa e significando outra.

Assim entendida, a narrativa compõe o corpo de eventos que servem como seu referente primário, transformando-os em proposições de modelos de sentido que qualquer representação literal deles como fatos jamais produziria. Isso não significa dizer que um discurso histórico não é propriamente estimado em termos do valor de verdade de suas afirmações factuais (a existência singular) tomadas individualmente e da conjunção lógica de um agrupamento todo de tais afirmações tomadas distributivamente. Pois, se um discurso histórico não concorda com uma avaliação nesses termos, perde toda a justificativa de sua pretensão de representar e conferir explicações a eventos especificamente reais. Mas tal avaliação toca apenas aquele aspecto do discurso histórico convencionalmente chamado de crônica. Ele não nos fornece nenhum modo de avaliação do conteúdo da própria narrativa. Esse ponto foi melhor desenvolvido pelo filósofo Louis O. Mink:

> Pode-se entender qualquer texto em discurso direto como uma conjunção lógica de asserções. O valor de verdade do texto é então simplesmente uma função lógica da verdade ou da falsidade de asserções individuais tomadas separadamente: a conjunção é verdadeira se, e somente se, cada uma das proposições for verdadeira. A narrativa tem sido analisada, em especial por filósofos que intentam comparar a forma da narrativa com a forma de teorias, como se fosse nada mais do que uma conjunção lógica de afirmações referentes ao passado; e nessas análises não há problema de *verdade narrativa*. A dificuldade com o modelo de conjunção lógica, contudo, é que ele não é um modelo de narrativa. É antes um modelo de crônica. A conjunção lógica serve bem como uma representação da relação somente de ordenação da crônica, que é "e então... e então... e então". As narrativas, entretanto, contêm indefinidamente muitas formas de *combinar* essas relações. É em tal combinação que pensamos quando falamos da coerência da narrativa, ou de sua ausência. É uma tarefa insolúvel da teoria literária classificar as relações de ordem da forma narrativa; mas, qualquer que seja a classificação, deve ficar claro que a narrativa histórica pede a verdade não apenas para cada uma de suas assertivas individuais tomadas distributivamente, mas para a forma complexa da própria narrativa.[43]

---

43 Louis O. Mink, "Narrative Form as Cognitive Instrument", in Robert H. Canary e Henry Kozicki (orgs.), *The Writing of History: Literary Form and Historical Understanding*. Madison, Wiss., 1978, pp. 143-44.

A "verdade" da forma narrativa, porém, pode se expor apenas indiretamente, ou seja, por meio da *allegoresis*. O que mais pode ser incluído na representação de um conjunto de eventos reais como, por exemplo, uma tragédia, uma comédia ou uma farsa? Há algum teste, lógico ou empírico, que possa ser aplicado para determinar o valor de verdade de uma afirmação de Marx, de que os acontecimentos do "18 Brumário de Luís Bonaparte" constituíram uma "repetição farsesca" da "tragédia" de 1789?[44] O discurso de Marx é certamente avaliado pelos critérios de acuidade factual em sua representação dos eventos particulares e da consistência lógica de sua explanação sobre o porquê de eles terem ocorrido como ocorreram. Mas o que é o valor de verdade de sua figuração de todo o conjunto de eventos, elaborada por meio da narrativa, como uma farsa? Pretendemos tomá-la somente como uma figura de linguagem, uma expressão metafórica, e assim não sujeita à avaliação nos termos de seu valor de verdade? Para fazer isso, seria necessário que dispensássemos o aspecto narrativo do discurso de Marx, o enredo que conta a respeito dos acontecimentos, e defini-lo como mero ornamento e não necessariamente como um aspecto essencial do discurso como um todo.

A afirmação de Marx sobre a natureza farsesca dos eventos por ele descritos é feita apenas indiretamente (por meio do aforismo que abre seu discurso e pela narrativização dos eventos, a história que ele faz deles), o que equivale a dizer alegoricamente. Isso não significa que se justifica aceitar a seguinte ideia: Marx não quis que levássemos essa afirmação a sério e a entendêssemos tão verdadeira em seu conteúdo. Mas o que é a relação entre a afirmação da natureza farsesca dos eventos e dos fatos registrados no discurso, por um lado, e a análise dialética deles dada nas passagens nas quais

44 "Hegel afirma em alguma passagem que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo aparecem, digamos, duas vezes. Ele esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière em lugar de Danton, Louis Blanc no lugar de Robespierre, a *Montagne* de 1848 a 1851 em lugar da *Montagne* de 1793 a 1795, o sobrinho no lugar do tio. E a mesma caricatura aparece nas circunstâncias relativas à segunda edição do 18 Brumário" (Karl Marx, "The Eighteenth Brumaire of Louis Buonaparte", in Karl Marx e Friedrich Engels, *Selected Works*. Nova York: International Publishers, 1969, p. 97). Isso não é meramente um aforismo; todo o trabalho é escrito como uma farsa. Ver Hayden White, *Metahistory*, op. cit., pp. 320-27, e id., "The Problem of Style in Realistic Representation: Marx and Flaubert", in *Concept of Style*, Berel Lang (org.). Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1979, pp. 213-29.

Marx, falando em sua própria voz e como um suposto cientista da sociedade, propõe explicá-las, por outro? Os fatos confirmam a caracterização dos eventos como farsa? É a lógica da explicação de Marx consistente com a lógica da narrativa? Que lógica rege esse aspecto de narrativização do discurso de Marx?

A lógica do argumento explícito de Marx sobre os eventos, sua explanação dos fatos, é manifestamente dialética; ou seja, sua própria versão da lógica de Hegel. Há outra lógica que presida a estruturação dos elementos como farsa? Essa é a questão que a distinção tripartite entre a crônica dos acontecimentos, a explanação deles dada em discurso direto como comentário e a narrativização dos acontecimentos produzida pela *allegoresis* nos ajuda a responder. E a resposta é dada no momento em que reconhecemos o aspecto alegórico da caracterização dos eventos do "18 Brumário" como uma farsa. Não é o fato que legitima a representação dos acontecimentos como uma farsa, e não é a lógica que permite a projeção do fato como uma farsa. Não há quem possa concluir, em termos lógicos, que qualquer conjunto de fatos "reais" *seja* uma farsa. É um julgamento, não uma conclusão; e é um julgamento que só pode ser justificado por meio de um tropo poético sobre os "fatos", que confere a eles, no próprio processo de sua descrição inicial, o aspecto de elementos da forma do enredo conhecidos como farsa no código literário de nossa cultura.

Se há qualquer lógica que preside a transição do nível do fato ou acontecimento no discurso para o acontecimento da narrativa, é a da própria lógica da figuração, ou seja, da tropologia. Essa transição é efetivada por um deslocamento dos fatos para o campo das ficções literárias ou, o que resulta na mesma coisa, a projeção nos fatos de uma estrutura de enredo de um ou outro dos gêneros da figuração literária. Em outras palavras, a transição é efetuada por um processo de transcodificação, no qual eventos originalmente transcritos no código da crônica são retranscritos no código literário da farsa.

Expor nesses termos a questão da narrativização na historiografia, é claro, significa levantar a questão ainda mais geral da verdade da literatura ela mesma. No todo, essa questão tem sido ignorada pelos filósofos analíticos preocupados em analisar a lógica das explanações narrativas na historiografia. Isso parece ser assim porque a noção de explanação que eles trazem à sua investigação exclui a consideração do discurso figurativo como produtor de conhecimento genuíno. Desde que as narrativas históricas se referem a

eventos "reais" em vez de "imaginários", aceita-se que seu valor de verdade resida nas afirmações literais de fato contidas nelas ou na combinação dessas e uma paráfrase literalista de afirmações feitas em linguagem figurada. Sendo geralmente dado que as expressões figurativas são falsas, ambíguas ou logicamente inconsistentes (consistindo no que alguns filósofos chamam de enganos categóricos), segue-se que quaisquer explanações contidas nas narrativas históricas devem ser feitas em linguagem literal. Assim, nos resumos de explanações contidas nas narrativas históricas, esses analistas da forma tendem a reduzir a narrativa em questão a conjuntos de proposições discretas, para as quais a sentença declarativa simples serviu de modelo. Quando um elemento de linguagem figurativa aparecia em tais sentenças, era tratado apenas como uma figura de linguagem cujo conteúdo era seu próprio sentido literal ou uma paráfrase literária do que parecia ser sua formulação gramaticalmente correta.

Mas, nesse processo de literalização, o que fica de fora são precisamente aqueles elementos de figuração – tropos e figuras de pensamento, como os retóricos os chamam –, sem os quais a narrativização dos eventos reais, a transformação de uma crônica em um enredo, jamais se efetuaria. Se há qualquer "engano categórico" envolvido nesse procedimento de literalização, é o de confundir um relato narrativo de eventos reais com um relato propriamente literal. Um relato narrativo é sempre um relato figurativo, uma alegoria. Deixar esse elemento figurativo de fora da análise de uma narrativa é perder não apenas seu aspecto de alegoria, mas também a performance na linguagem pela qual a crônica é transformada em narrativa. E é apenas um preconceito moderno contra a alegoria ou, o que dá no mesmo, um preconceito cientificista em favor do literalismo que obscurece esse fato para muitos analistas modernos da narrativa histórica. Em qualquer evento, a convicção dual de que a verdade deve ser representada em afirmações literais do fato, e de que a explanação precisa concordar com o modelo científico ou sua contrapartida de senso comum, tem levado muitos analistas a ignorar o aspecto especificamente literário da narrativa histórica – e assim de qualquer verdade que possa ser organizada em termos figurativos.

Não é preciso dizer que a noção de verdade literária, mesmo mítica, não é estranha aos filósofos que continuam a trabalhar em uma tradição de pensamento que tem sua origem moderna no idealismo hegeliano, sua continuação em Dilthey, e seu avatar existencialista e fenomenológico mais recente

na hermenêutica heideggeriana. Para os pensadores dessa linha, a história sempre foi menos um objeto de estudo, algo a ser explanado, do que um modo de estar-no-mundo que ambos tornam possível compreender – e invocam-na como uma condição de seu próprio desvelamento. Isso significa que o conhecimento histórico pode ser produzido apenas sobre a base de um tipo de investigação fundamentalmente diferente daquele cultivado nas ciências físicas (nomológico-dedutivas) e nas ciências sociais (estrutural-funcionais). Segundo Gadamer e Ricoeur, o "método" das ciências histórico-genéticas é a hermenêutica, concebida menos como decifração do que como "inter-pretação", literalmente "tradução", uma "transferência" de sentidos de uma comunidade discursiva para outra. Tanto Gadamer como Ricoeur sublinham o aspecto "tradicionalista" da empreitada hermenêutica, ou, o que dá no mesmo, o aspecto "traducional" da tradição. É essa tradição que une o intérprete ao *interpretandum*, apreendido em toda a estranheza que marca sua vinda de um passado, em uma atividade produtiva do estabelecimento da individualidade e da comunalidade de ambos. Quando essa individualidade na comunalidade é estabelecida através de uma distância temporal, o tipo de conhecimento como entendimento produzido é especificamente histórico.[45]

Muita coisa é familiar a qualquer leitor dessa tradição de discurso filosófico e, desnecessário dizer, completamente estranha a historiadores tradicionais, bem como para aqueles que querem transformar a história em uma ciência. E por que não? A terminologia é figurativa, o tom, pio, a epistemologia, mística – coisas que tanto os historiadores tradicionais como suas contrapartidas modernas, sociocientificamente orientadas, desejam expurgar dos estudos históricos. Ainda assim, essa tradição de pensamento tem especial relevância para a consideração de nosso tópico, pois foi legado a um desses representantes, Paul Ricoeur, tentar nada mais nada menos do que uma metafísica da narratividade.

Ricoeur confrontou todas as principais concepções de discurso, textualidade e leitura do cenário teórico atual. Ele, ademais, coteja exaustivamente

---

45 Hans-Georg Gadamer, "The Problem of Historical Consciousness", in *Interpretative Social Science: A Reader*, Paul Rabinow e William Sullivan (orgs.). Berkeley, 1979, pp. 106-07, 134; Paul Ricouer, "Du conflit à la convergence des méthodes en exégèse biblique", in *Exégèse et hermeneutique*, Roland Barthes et al. (orgs.). Paris, 1971, pp. 47-51.

as teorias contemporâneas da historiografia e as noções de avanço narrativo tanto na filosofia contemporânea da história como na ciência social. No conjunto, Ricoeur encontra muito a louvar nos argumentos dos filósofos analíticos, especialmente Mink, Danto, Gallie e Dray, que veem a narrativa trazer um tipo de explanação diferente, ainda que não antitética, das nomológico-dedutivas. Ricoeur, contudo, sustenta que a narratividade na historiografia conduz mais à conquista de uma compreensão dos eventos dos quais fala do que a uma explanação, que é apenas uma versão mais leve do tipo encontrado nas ciências físicas e sociais. Não que ele oponha entendimento e explanação: esses dois modos de cognição são relacionados "dialeticamente", diz ele, como os aspectos "não metodológico" e "metodológico" de todo conhecimento que lida mais com ações (humanas) do que com eventos (naturais).[46]

A "leitura" de uma ação, segundo Ricoeur, lembra a leitura de um texto; os mesmos tipos de princípios hermenêuticos são requeridos para a compreensão de ambos. Desde que a "história diz sobre as ações dos homens no passado", segue-se que o estudo do passado tem como seu próprio objetivo o "entendimento" hermenêutico das ações humanas. No processo de conquista desse entendimento, explanações de vários tipos são chamadas à baila, do mesmo modo que explanações "do que aconteceu" em qualquer enredo são chamadas à baila para a elaboração completa da história. Mas tais explanações servem como meio de entender "o que aconteceu", não como um fim em si mesmo. Assim, na escrita do texto histórico, o objetivo em vista deveria ser representar eventos (humanos) de tal modo que seu estatuto como partes de totalidades significativas se manifestasse.[47]

Obter o sentido de uma sequência complexa de eventos humanos não é o mesmo que ser capaz de explanar por que ou como os eventos particulares que compõem a sequência aconteceram. Pode-se ser capaz de explanar por que e como qualquer evento ocorreu em uma sequência e ainda não conseguir

46 Paul Ricouer, "Explanation and Understanding: On Some Remarkable Connections among the Theory of the Text, Theory of Action, and Theory of History", in *The Philosophy of Paul Ricoeur: An Anthology of His Work*, Charles E. Reagan e David Stewart (orgs.). Boston: Beacon Press, 1978, p. 165.

47 Ibid., p. 161, pp. 153-58.

entender o significado de uma sequência considerada como um todo. Transportando a analogia da leitura ao processo de entendimento, pode-se ver como alguém pode entender qualquer sentença em uma história e ainda assim não compreender o todo. É o mesmo, Ricoeur sustenta, com nossos esforços de captar o sentido das ações humanas. Da mesma forma que os textos têm sentidos que não são redutíveis a palavras específicas e sentenças usadas em sua composição, as ações também os têm. Ações produzem sentidos por suas consequências – antevistas e intencionais ou não antevistas e não intencionais –, que acabam incorporadas às instituições e convenções de dadas formações sociais. Entender as ações históricas, então, é "obter conjuntamente", como partes de conjuntos que possuem "sentido", as intenções que motivam ações, as próprias ações, e suas consequências tais como têm reflexo nos contextos sociais e culturais.[48]

Na historiografia, argumenta Ricoeur, esse "obter conjuntamente" dos elementos de situações nas quais "a ação plena de sentido" ocorre é afetado por sua configuração através da instrumentalidade do enredo. Para ele, diferentemente de muitos comentadores da narrativa histórica, o enredo não é um componente estrutural de histórias míticas e ficcionais somente; é também crucial para a representação histórica dos acontecimentos. "Toda narrativa combina duas dimensões em várias proporções, uma cronológica e outra não cronológica. A primeira pode ser chamada de dimensão episódica, que caracteriza a história feita de eventos. A segunda é a dimensão configuracional, segundo a qual o enredo estrutura todos os significantes a partir de eventos dispersos."[49] Mas esse enredo não é imposto pelo historiador aos acontecimentos; ele é um código conformado ao repertório de modelos literários e usado "pragmaticamente" para dotar o que seria, de outro modo, apenas uma mera coleção de fatos com uma certa forma retórica. É o enredo, ele diz, que configura a "historicalidade" dos acontecimentos: "O enredo [...] nos coloca no cruzamento da temporalidade e da narratividade: para ser histórico, um evento precisa ser mais do que uma ocorrência singular, um acontecimento único. Ele recebe sua definição de sua contribuição ao desenvolvimento do enredo" (p. 171).

48 P. Ricoeur, "The Model of the Text: Meaningful Action Considered as a Text", em P. Rabinow e W. Sullivan, *Interpretative Social Science*, pp. 83-85, 77-79.

49 Id., "Narrative Time", op. cit., pp. 178-79; outras referências a esse trabalho serão citadas entre parênteses no texto.

Segundo esse ponto de vista, um acontecimento histórico específico não pode ser inserido em uma história sempre que o escritor deseje; é, antes, um tipo de acontecimento que pode "contribuir" para o desenvolvimento de um "enredo". É como se o enredo fosse uma entidade em processo de desenvolvimento anterior à ocorrência de qualquer acontecimento dado, e qualquer acontecimento pudesse ser dotado de historicalidade apenas na medida em que pudesse ser mostrado contribuindo para esse processo. E, de fato, tal parece ser o caso, pois para Ricoeur a historicalidade é, ela própria, um modo estrutural ou nível de temporalidade.

O tempo, poderia parecer, traz três "graus de organização": "o dentro-do-tempo", a "historicalidade" e a "temporalidade profunda". Esses têm reflexo, por sua vez, em três tipos de experiências ou representações do tempo na consciência: "a representação ordinária do tempo [...] como aquela 'em que' os acontecimentos têm lugar"; aquelas em que a "ênfase é colocada no peso do passado e, ainda mais [...], o poder de recuperar a extensão entre o nascimento e a morte no trabalho de 'repetição'"; e, finalmente, aquelas que procuram obter "a unidade plural do futuro, do passado e do presente" (p. 171). Na narrativa histórica – a bem da verdade, em qualquer narrativa, mesmo a mais singela –, é a narratividade que "nos traz de volta do dentro-do-tempo à historicalidade, do 'acerto de contas com o tempo' ao 'lembrar'". Resumindo, "a função narrativa fornece a transição do dentro-do-tempo à historicalidade", e o faz revelando o que precisa ser chamado de a natureza "enredística" da própria temporalidade (p. 178).

Assim compreendido, o nível narrativo de qualquer relato histórico tem um referente bem distinto daquele do nível da crônica. Enquanto a crônica representa acontecimentos como se existissem "no tempo", a narrativa representa os aspectos do tempo em que os fins podem ser ligados aos começos para formar uma continuidade na diferença. O "sentido de fim", que liga o término de um processo à sua origem de tal modo que dota o que quer que tenha acontecido entrementes de um significado que só pode ser obtido por "retrospecção", é adquirido pela peculiar capacidade humana do que Heidegger chama de "repetição". Essa repetição é a modalidade específica da existência de acontecimentos na "historicalidade", como se estivessem contra sua existência no "tempo". Na historicalidade concebida como repetição, apreendemos a possibilidade de "recuperação de nossas mais básicas potencialidades herdadas de nosso passado na forma de uma sorte pessoal e um destino coletivo" (pp. 183-84). E essa é a razão – dentre outras, claro – pela qual Ricoeur sente-se justificado em sustentar "a temporalidade como aquela estrutura da existência que alcança a linguagem na narratividade e a narratividade como a estrutura da linguagem que tem a temporalidade como seu referente final" (p. 169). É essa argumentação que justifica, penso eu, falar da contribuição de Ricoeur à teoria histórica como uma tentativa de produzir uma "metafísica da narratividade".

A significância dessa metafísica da narratividade para a teoria historiográfica reside na sugestão de Ricoeur de que a narrativa histórica deve, em virtude de sua narratividade, ter como "referente em última instância" nada mais do que a própria "temporalidade". Inserido no contexto amplo da obra de Ricoeur, o que isso significa é que ele insere a narrativa histórica na categoria de discurso simbólico, o que equivale a dizer um discurso cuja principal força deriva não de seu conteúdo informacional, nem de seu efeito retórico, mas de sua função imagística.[50] Uma narrativa, para ele, não é nem um ícone dos acontecimentos dos quais fala, uma explanação deles, nem remodelações retóricas de "fatos" para um efeito persuasivo específico. Ela é um símbolo de mediação entre diferentes universos de significado, configurando a dialética de seu relacionamento em uma imagem. Essa imagem nada mais é do que a própria narrativa, aquela "configuração" de acontecimentos relatados na crônica pela revelação de sua natureza "enredística".

Assim, ao contar uma história, o historiador necessariamente revela um enredo. Esse enredo "simboliza" acontecimentos pela mediação entre seu estatuto de existentes "no tempo" e seu estatuto de indicadores da "historicalidade" da qual esses eventos participam. Visto que a historicalidade só pode ser indicada, nunca representada diretamente, a narrativa histórica, como todas as estruturas simbólicas, "diz algo diferente do que ela diz e [...], consequentemente, me arrebata porque criou em seu sentido um novo sentido".[51]

Ricoeur garante que, caracterizando a linguagem simbólica dessa forma, o que fez foi identificá-la com a alegoria. Isso não significa dizer que é apenas uma fantasia, porque para Ricoeur alegoria é um modo de expressar aquele

50 P. Ricoeur, "Existence and Hermeneutics", in C. E. Reagan e D. Stewart, *The Philosophy of Paul Ricoeur*, op. cit., p. 98.

51 Id., "The Language of Faith", op. cit., p. 233.

"excesso de significado" presente naquelas apreensões da realidade como uma dialética do "desejo humano" e do "aparecimento cósmico".[52] Uma narrativa histórica, então, pode ser considerada uma alegorização da experiência do "dentro-do-tempo", o sentido figurativo do qual é a estrutura da temporalidade. A narrativa expressa um sentido "outro" que aquele manifesto na crônica, que é uma "representação ordinária do tempo [...] como aquilo 'em' que os eventos tomam lugar". Esse sentido secundário, ou figurativo, não é apenas construído, mas também "descoberto" na experiência humana universal de uma "recordação" que promete um futuro porque encontra um "sentido" em toda relação entre um passado e um presente. No enredo do relato histórico, nós apreendemos uma "figura" do "poder de recompor a 'extensão' entre o nascimento e a morte no trabalho de 'repetição'".[53]

Para Ricoeur, portanto, a narrativa é mais do que um modo de explanação, mais do que um código, e muito mais do que um veículo para organizar informação. Ela não é uma estratégia ou tática discursiva que o historiador pode ou não usar, segundo algum objetivo ou intenção pragmática. É um meio de simbolizar acontecimentos sem os quais sua historicalidade não pode ser indicada. Podem-se fazer afirmações verdadeiras sobre os acontecimentos sem simbolizá-los – como em uma crônica. Podem-se até explanar esses acontecimentos sem simbolizá-los – como é feito todo o tempo nas ciências sociais (estrutural-funcionais). Mas não se pode representar o sentido dos acontecimentos históricos sem simbolizá-los, pois a historicalidade em si é tanto uma realidade quanto um mistério. Todas as narrativas ostentam esse mistério e, ao mesmo tempo, impedem qualquer inclinação ao desespero, por fracassar em sua solução – revelando o que poderia ser chamado de sua forma em "enredo" e seu conteúdo no sentido com que o enredo dota o que, de outro modo, seria apenas um acontecimento. Na medida em que os acontecimentos e seus aspectos podem ser "explanados" pelos métodos das ciências, eles são, poderia parecer, por meio delas mostrados como nem misteriosos nem particularmente históricos. O que pode ser explanado sobre os acontecimentos históricos é precisamente o que constitui seu aspecto não histórico ou a-histórico. O que permanece depois de os acontecimentos terem sido

52 Id., ibid.

53 P. Ricoeur, "Narrative Time", op. cit., pp. 178-84.

explanados é tão histórico e pleno de significado na medida em que possa ser entendido. E esse resíduo é inteligível somente na medida em que pode ser "apreendido" em uma simbolização, ou seja, mostrado como possuidor da espécie de significado com o qual os enredos dotam as histórias.

É o sucesso da narrativa em revelar o sentido, a coerência ou a significância dos eventos que atesta a legitimidade de sua prática na historiografia. E é o sucesso da historiografia em narrativizar conjuntos de eventos históricos que atesta o "realismo" da própria narrativa. No tipo de simbolização incorporado na narrativa histórica, os seres humanos dispõem de um instrumento discursivo pelo qual asseveram que o mundo das ações humanas é igualmente real e misterioso, ou seja, misteriosamente real (o que não é a mesma coisa que dizer que é um mistério real); que o que não pode ser explanado é em princípio capaz de ser entendido; e que, finalmente, esse entendimento não é outro senão sua representação em forma de uma narrativa.

Há, então, uma certa necessidade na relação entre a narrativa, concebida como uma estrutura discursiva simbólica ou simbolizante, e a representação de acontecimentos históricos específicos. Essa necessidade emerge do fato de que acontecimentos humanos são ou foram produtos de ações humanas, e essas ações produziram consequências que têm a estrutura de textos – mais especificamente, a estrutura de textos narrativos. O entendimento de tais textos, considerados produtos de ações, depende de nossa capacidade de reproduzir os processos pelos quais foram produzidos, ou seja, de narrativizar essas ações. Desde que sejam, com efeito, narrativizações vividas, segue-se que a única maneira de representá-las é pela própria narrativa. Aqui, a forma do discurso é perfeitamente adequada ao seu conteúdo, desde que o primeiro seja narrativo, e o outro seja o que foi narrativizado. O casamento de forma e conteúdo produz o símbolo, "que diz mais do que diz", mas que no discurso histórico diz sempre a mesma coisa: historicalidade.

A reivindicação de Ricoeur é, certamente, a mais forte já feita por qualquer teórico recente da historiografia a respeito da adequação da narrativa para dar-se conta dos objetivos dos estudos históricos. Ele propõe resolver o problema da relação entre narrativa e historiografia mediante a identificação do conteúdo da primeira (narratividade) com o "referente último" da segunda (historicalidade). Em sua identificação subsequente do conteúdo da historicalidade com uma "estrutura de tempo" que não pode ser representada exceto em modo narrativo, contudo, ele confirma a suspeita daqueles que

veem as representações narrativas do fenômeno histórico como inerentemente míticas por natureza. Não obstante, em sua tentativa de demonstrar que a historicalidade é um conteúdo do qual a narratividade é a forma, Ricoeur sugere que a real matéria de qualquer discussão sobre a forma propriamente dita do discurso histórico se transforma, por fim, em uma teoria do verdadeiro conteúdo da própria história.

Do meu ponto de vista, toda discussão teórica da historiografia se enreda na ambiguidade contida na própria noção de história. Essa ambiguidade deriva não do fato de que o termo *história* se refere igualmente a um objeto de estudo e a um relato desse objeto, mas do fato de que o objeto de estudo, ele mesmo, pode ser concebido apenas na base de um equívoco. Refiro-me, claro, ao equívoco contida na noção de um passado humano geral que é cindido em duas partes, uma das quais se supõe "histórica", e a outra, "a-histórica". Essa distinção não é da mesma espécie da que existe entre acontecimentos "humanos" e "naturais", baseada na qual os estudos históricos constituem uma ordem de fatos diferente daquela estudada pelas ciências naturais. As diferenças entre a vida vivida em natureza e a vivida na cultura formam bases suficientes para honrar a distinção entre acontecimentos naturais e humanos, a partir dos quais os estudos históricos e as ciências humanas em geral podem derivar sua pesquisa em busca de métodos adequados à investigação dos acontecimentos humanos. E, uma vez que uma ordem de acontecimentos genericamente humanos é conceitualizada, e é então dividida em acontecimentos humanos do passado e do presente, torna-se legítimo inquirir em que extensão diferentes métodos de estudo podem ser convocados para a investigação do passado, em oposição àqueles que aparecem para a investigação de acontecimentos presentes (qualquer que seja a ideia de *presente* em questão). Mas isso é outro problema, já que esse passado humano é postulado para depois ser dividido em uma ordem de acontecimentos que é "histórica" e outra que é "não histórica". Isso é sugerir que há duas ordens de humanidade, uma mais humana – por ser mais histórica – do que a outra.

A distinção entre uma humanidade, ou espécie de cultura, ou sociedade que é histórica e outra que é a-histórica não é da mesma ordem que a distinção entre dois períodos de tempo no desenvolvimento da espécie humana: o pré-histórico e o histórico. Pois essa distinção não depende da crença de que a cultura humana não se desenvolveu antes do começo da história, ou

de que esse desenvolvimento não era histórico por natureza. Pauta-se, antes, na crença de que há um ponto na evolução da cultura humana depois do qual seu desenvolvimento pôde ser representado em um discurso diferente daquele em que essa evolução pôde ser representada em sua fase anterior. Como é bem sabido e geralmente aceito, a possibilidade de representar o desenvolvimento de certas culturas em um tipo especificamente histórico de discurso é baseada na circunstância em que essas culturas produziram, preservaram e usaram um tipo determinado de registro: o registro escrito.

A possibilidade de representar o desenvolvimento de certas culturas em um discurso especificamente histórico não é, contudo, suficiente para pensar culturas cujo desenvolvimento não pode ser representado de modo similar devido à ausência de produção de registros desse tipo, como se continuassem a preservar condições pré-históricas, por pelo menos duas razões. Uma é que a noção de espécie humana não adentra a história apenas em parte. Tal noção implica que, se qualquer parte dela existe na história, o mesmo acontece ao todo. Outra é que a noção de adentrar a história de qualquer parte da espécie humana não pode ser propriamente concebida como uma operação apenas intramuros, uma transformação que certas culturas ou sociedades experimentam e que é meramente interna a elas mesmas. Pelo contrário, adentrar a história de certas culturas implica que seus relacionamentos com as culturas que permaneceram "fora" da história sofreram transformações radicais, de maneira que o que primeiro foi um processo de relacionamentos de certa forma autônomos ou autóctones se torna um processo de interação e integração progressivas entre as ditas culturas históricas e aquelas consideradas não históricas. Tem-se aqui aquele panorama de dominação das chamadas altas civilizações sobre as culturas "neolíticas" e da "expansão" da cultura ocidental sobre o planeta, que é o objeto da narrativa tradicional da história do mundo escrita do ponto de vista das culturas "históricas". Mas essa "história" das culturas "históricas" é, por sua própria natureza, como um panorama de dominação e expansão, ao mesmo tempo a documentação da "história" daqueles povos e culturas supostamente não históricos, que são as vítimas do processo. Assim, podemos concluir, os registros que tornam possível a escrita de uma história de culturas históricas são os mesmos registros que tornam possível a escrita de uma história das chamadas culturas não históricas. Segue-se que a distinção entre frações históricas e não históricas do passado humano, baseadas na distinção entre espécies de registros disponíveis para seu estudo, é

tão tênue quanto a noção de que existem dois tipos de um passado especificamente humano, um que pode ser investigado por métodos "históricos" e outro investigável por algum método "não histórico", como a antropologia, a etnologia, a etnometodologia, dentre outros.

Na medida em que qualquer noção de história pressupõe uma distinção no cerne do passado humano comum entre um segmento ou ordem de acontecimentos que são especificamente históricos e um não histórico, essa noção contém um equívoco. Porque, tanto quanto a noção de história indique um passado genericamente humano, ela não pode ganhar em especificidade ao dividir o passado em uma "história histórica" e uma "história não histórica". Nessa formulação, a noção de história apenas replica a ambiguidade contida na falha de distinguir adequadamente um objeto de estudo (o passado humano) de um discurso sobre esse objeto.

O reconhecimento do tecido de ambiguidades e equívocos contidos na noção de história fornece uma base para entender discussões recentes do problema da narrativa na teoria histórica? Apontei anteriormente que a noção de narrativa contém, ela própria, uma ambiguidade do mesmo tipo que encontramos no uso do termo *história*. A narrativa é, a um só tempo, um modo de discurso, uma maneira de falar e o produto produzido pela adoção desse modo de discurso. Quando este é usado para representar eventos "reais", como na "narrativa histórica", o resultado é um tipo de discurso com marcas linguísticas, gramaticais e retóricas específicas – a saber: a narrativa histórica. Tanto a adequação sentida desse modo de discurso para a representação de eventos especificamente "históricos" quanto sua inadequação, percebida por aqueles que imputam à narratividade o estatuto de uma ideologia, derivam da dificuldade de conceitualizar a diferença entre uma maneira de falar e o modo de representação produzido por sua realização.

O fato de a narrativa ser um modo de discurso comum tanto às culturas "históricas" como às "não históricas" e de predominar tanto no discurso mítico como ficcional a torna suspeita como maneira de falar sobre acontecimentos "reais". A maneira não narrativa de falar comum às ciências físicas parece mais apropriada para a representação de acontecimentos "reais". Aqui, porém, a noção do que constitui um acontecimento real se transforma não na distinção entre o falso e o verdadeiro (que é uma distinção que pertence à ordem dos discursos, não à ordem dos acontecimentos), mas antes na distinção entre o real e o imaginário (que pertence tanto à ordem dos acontecimentos como à dos discursos). É possível produzir um discurso imaginário sobre acontecimentos reais que pode não ser menos "verdadeiro" por ser imaginário. Tudo depende de como se elabora a função da faculdade de imaginar na natureza humana.

O mesmo vale com respeito à representação narrativa da realidade, especialmente quando, como em discursos históricos, essas representações são do "passado humano". De que modo pode qualquer passado, que por definição compreende acontecimentos, processos, estruturas, e assim por diante, considerados não mais compreensíveis, ser representado tanto pela consciência como pelo discurso senão em uma forma "imaginária"? Não é possível que a questão da narrativa, em qualquer discussão da teoria histórica, seja sempre, por fim, sobre a função da imaginação na produção de uma verdade especificamente humana?

Publicado originalmente como "The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory", in Hayden White, *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation* [1987]. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990. Tradução de Bruno Gambarotto.

PAUL VEYNE

19. A HISTÓRIA CONCEITUALIZANTE

Para entrar no assunto, resumamos, antes, nosso propósito. A história não se limita ao campo de aplicação das ciências, as existentes e as por nascer, mas ela é menos ainda residual em relação a estas ciências: comporta núcleos de cientificidade. Ela beneficiará, portanto, eventuais progressos das ciências humanas. Contudo, pode-se considerar que esse aporte sempre será limitado. Por outro lado, não pode existir ciência *da* história porque o devir histórico não admite o primeiro motor. Nessas condições, que perspectivas de futuro permanecem abertas à história? A da conceitualização, cujo modelo ainda é a obra sociológica de Max Weber. Do devir histórico, só temos conhecimento imediato, não mais do que do mundo físico. O intercurso dos acontecimentos só é conhecido de maneira parcial e confusa. As palavras da história não acontecimental, a história profunda, comparada, generalizante, tipológica, de sociologia histórica ou até de tópicos históricos, são outras tantas maneiras de designar esse trabalho de conceitualização do "todo amalgamado" que é, de início, o espetáculo do devir. Nesse sentido, o esforço histórico assemelha-se mais ao esforço filosófico que ao esforço científico, a história explica menos do que ela não explicita. Exemplos dessa tentativa de tematização: a praxiologia e a análise do que se pode denominar de coletivo (uma guerra, uma sociedade, uma mentalidade, por exemplo, a pretensa mentalidade primitiva).

I

A história pode ser objeto de ciência? Se não pode, o que ela pode fazer melhor? Para responder à primeira pergunta seria surpreendente que as pretensões dos historiadores à ciência fossem mais elevadas do que as dos físicos. Ora, estes últimos não querem que o curso da natureza, tão determinado, seja inteiramente objeto da ciência. Assumem que só alguns aspectos desse curso, aqueles que são necessários, prestam-se à explicação e à predição científicas. As ciências explicam os anticiclones ou uma queda do preço do trigo. Elas não podem predizer uma chuva torrencial em Antibes, um domingo de fevereiro... Elas não explicam a crise de 1929: cabe à história explicar o pânico financeiro. Os acontecimentos humanos prestam-se à explicação científica nem mais, nem menos, que os da natureza. Destes, só uma pequena parte, a que apresenta um caráter necessário, geral, infalível.

Como o curso da natureza, a história é um conjunto de acontecimentos em que cada um é determinado, mas apenas alguns são objetos de ciência. O todo deles é um caos que não é mais "científico" que o conjunto dos fenômenos físico-químicos, produzidos durante um determinado intervalo, no interior de um determinado perímetro da superfície terrestre. Um físico só se interessará pelos aspectos necessários desses fenômenos. Ele descartará o resto. Já o historiador não pode fazer o mesmo, pois se interessa por tudo o que acontece e não tem vocação para recortar acontecimentos talhados sob medida para a explicação científica. Da Frente Popular, ele não tem o direito de reter apenas a recessão de 1937, da qual hoje se conhece a explicação científica. A fronteira que separa a história da ciência não é a do contingente e do necessário, mas a do todo e do necessário.

Como a história é todo o curso do mundo, nela encontramos o que a filosofia distingue nesse curso. Encontramos, em primeiro lugar, as coisas que acontecem infalivelmente: os corpos caem com a mesma velocidade no vazio, o valor se estabiliza no limite da concorrência perfeita, é o domínio da física ou da economia teórica. Em seguida, encontramos as "coisas que acontecem com frequência": ὡς ἐπὶ τὸ πολυ ′, os cabelos tornam-se grisalhos aos quarenta, todas as metrópoles modernas têm centros comerciais, o modelo de Harrod ensina que, na falta de poupança ou de propensão para investir, as taxas de crescimento possível nunca serão atingidas plenamente.

É o domínio da macroeconomia[1] ou da medicina. Encontramos, por fim, o acidental puro: João sem Terra passou por aqui, vou para Atenas e piratas me desviam para Egina. À primeira vista, a história é feita de muito, do acidental e com alguns núcleos do necessário e de ὡς ἐπὶ τὸ πολυ ′. A história da Frente Popular é uma sequência de acidentes mesclados a alguns fatos submetidos a teoremas econômicos e outros fatos submetidos ao corriqueiro em política: é o que um Tucídides consideraria como κτῆμα ἐς ἀεί da Frente Popular, e um moderno, sociologia. Apenas as relações necessárias e aquelas que são frequentes permitem silogismos,[2] prestam-se a uma ciência. A passagem de João sem Terra não pode ser submetida a uma premissa maior, mas pode-se explicar historicamente. Pode-se dizer que João sem Terra teve razões para querer passar, que ele foi forçado a passar ou que passou por acaso.

A história não é, portanto, apenas o que escapa à ciência nem o que se opõe às ciências: qual a explicação histórica da recessão de 1937, senão a verdadeira explicação, ou seja, a explicação macroeconômica? A história depende, portanto, da ciência, mas ela sempre dependerá parcialmente, porque grande parte do seu curso, por ser determinado, também é acidental e depende de uma necessidade puramente "material" no sentido aristotélico do termo.[3] Para citar Raymond Aron, "os sistemas e acontecimentos sociais são, no sentido epistemológico do termo, indefinidos: tal como são vividos pelos sujeitos, observados pelos historiadores ou pelos sociólogos, eles não são desgarrados de si mesmos, recortados em subsistemas definidos, nem reduzidos a um pequeno número de variáveis suscetíveis de serem organizadas num conjunto de proposições ligadas umas às outras. Nenhuma teoria saberia deduzir, como consequência necessária, a matança industrial de milhões de judeus pelos nazistas".[4] De fato, se tudo está determinado, tudo não é determinável. O mal-estar do historiador

---

1 Sobre o lugar da macroeconomia, a meio caminho entre o "vivido" e o "formal", numa praxiologia compreensiva, ver Raymond Aron, "Coment l'Historien écrit l'épistémologie", *Annales*, 1971, p. 1337.

2 Aristóteles, *Anal. prior; I, 13, 32 b 3; Anal. posterior; I, 30, 87 b 19;* ver Gérard Lebrun, "Un Historien dans le sublunaires", *Critique*, jul. 1971, p. 658.

3 Jean-Marie Le Blond, *Logique et Méthode chez Aristote*, 2ª ed. Paris: Vrin, 1970, p. 90; cf. p. 78, 81 n. 3, 87.

4 R. Aron, "Qu'est ce qu'une théorie des relations internationales?", *Revue française de science politique*, XVII, 1967, p. 848; ressaltamos o grande interesse epistemológico deste artigo.

é o de não poder alcançar o inatingível. Certamente, já que a história comporta ilhas de necessidade, todo progresso das ciências, humanas ou outras, poderá ser benéfico para a história. Ocorre que esses benefícios sempre serão limitados. Não será possível uma locupletação geral da história pelas ciências.

É verdade que toda página de história é sustentada por silogismos implícitos, sempre que ela explica em vez de constatar. O retrospecto que "tampa os buracos" de toda documentação também pressupõe inferências com base em premissas: o empirismo lógico já disse e repetiu. A maior parte desses silogismos apoia-se, simplesmente, no "que acontece sempre" e não tem nada de científico. Nisso, a história não se distingue da vida cotidiana. Os silogismos baseiam-se na ideia da natureza humana ("os homens fazem da necessidade virtude, toda vez que não se revoltam contra sua condição"), ou no espaço ocupado pelos costumes e os códigos: *rosa* sempre designa uma rosa, os romanos comem deitados. De onde procedem deduções como ("ora, se este romano está comendo, logo ele se deitou para comer"), induções como ("este romano comum está deitado, este romano comum come, logo todos os romanos devem comer deitados"), abduções que vão da premissa maior e conclusão à premissa menor e que são a "lógica da descoberta", a inferência da investigação policial e histórica[5] ("este romano, neste baixo-relevo, está representado deitado e, pelos textos, sabemos que os romanos comiam deitados, logo este é o sinal de que este está em vias de comer").

A história não se relaciona com as diferentes ciências a não ser por um frágil elo. Não existe uma ciência da história, uma chave para o futuro, um *motor* da história.[6] Atribuir a função de motor aos dados materiais ou à economia é apostar num equívoco: é o moinho de água que causa a servidão ou o fato de utilizar o moinho? A economia é o aspecto econômico de certas condutas ou são as próprias condutas que comportam outros aspectos, jurídicos, mentais etc. Como objeto "material" (no sentido de corporal), o moinho só pesa sobre o solo onde se ergue. Se o motor da história é o fato de utilizá-lo em

5 Sobre a abdução na lógica de Pierce, ver o grande *Historiches Wörterbuch der Philosophie*, sob a direção de Joachim Ritter, "Wissenschftliche Buchgesellschaft", op. cit., A-C, Basel/Stuttgart: Schwabe, 1971, v. 1, p. 3.

6 A crítica ao primeiro motor da história deve-se a R. Aron, *Introduction à la Philosophie de l'Histoire*, p. 246, cf. 202 [1ª ed., Paris: Gallimard, 1938].

vez de relegar essa invenção técnica à rotina, então o pretenso motor é um fato entre outros: a difusão do moinho que, como todo acontecimento, deve ele mesmo ser explicado. O objeto moinho, aqui, não desempenha o aspecto de "causa material" (no sentido de possibilidade a ser utilizada) senão pelo fato de que o utilizamos e é um fato de mentalidade, ausência de rotina que desempenha aqui o papel de causa eficiente. É verdade que essa mentalidade, por sua vez, deve ser explicada: ela torna-se, por sua vez, causa material de causas eficientes que a fazem existir. Se há uma filosofia dialética (no sentido que hoje atribuímos a essa palavra) é o aristotelismo. Por mais sutil que seja a interpretação escolhida para creditá-la ao marxismo, ela sempre depara com a mesma dificuldade: "um primeiro motor não pode conter potência". Se ele é da ordem do possível antes de existir, se ele é acontecimento, ele próprio é matéria para outras causas e não o primeiro. A "personalidade de base", segundo Kardiner (ou sobretudo as instituições primárias que a determinam), não são a chave de uma cultura porque as próprias instituições são explicáveis pelo conjunto da sociedade e da história.[7] Nessa rede de interações, que é a história, o motor estará em qualquer parte em que quisermos colocá-lo.

Ora, já que uma categoria de causas não tem o privilégio de ser um primeiro motor, ela pode sempre, ao sabor das circunstâncias, ser suplantada por outros fatores mais poderosos nesta ou naquela conjuntura, abaixo da qual se move a ideia de variável estratégica. A presença de um agente patogênico não é suficiente para provocar uma doença infecciosa. É preciso que o organismo seja vulnerável. O micróbio fracassará se o doente tiver uma saúde de ferro. Por mais forte que seja a couraça do capitalismo, ele pode ser quebrado no "elo mais fraco da corrente". Um grande batalhão armado pode sempre ser detido num ponto estratégico ou num estreitamento do caminho. A importância decisiva que atribuímos a causas econômicas pode ser bloqueada, por um atraso intelectual ou jurídico. Não existe motor da história, apenas variáveis estratégicas que não são sempre as mesmas nas diferentes conjunturas. A história, a que fazemos e a que escrevemos, não é, portanto, caso de ciência, mas de prudência.

7 Claude Lefort, "Notes critiques sur la méthode de Kardiner", *Cahiers internationaux de sociologie*, x, 1951, p. 117 [ed. bras.: "Notas críticas sobre o método de Kardiner", in *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense: 1979].

II

Se isso fosse toda a verdade, a história não seria muito interessante; ela diria que se passou, *was eigentlich geschehen ist*; relato de uma intriga, matéria da memória, ela se limitaria a criticar e publicar o conteúdo dos documentos. Para isso, seria suficiente olhá-los com os mesmos olhos com que se observa a vida cotidiana. Ela seria lida como um romance, salvo alguns detalhes de ordem científica (um pouco de economia, de metalurgia para entender o triunfo da espada de ferro, de navegação, para as viagens de Colombo), referindo os especialistas competentes... Mesmo não sendo científica, a história é uma atividade muito elaborada, que não se improvisa. A compreensão dos acontecimentos não é imediata, as sociedades humanas só são transparentes para si mesmas. Quando elas se explicam e explicam o que lhes acontece, fazem isso, em geral, obliquamente. A parte dos acontecimentos, rapidamente compreendida, está aureolada pelo não acontecimental que se esforça por compreender uma "história pioneira", uma "história em profundidade". Sabe-se quais foram os progressos desta história há três quartos de século: nosso século teria sido o século refundador da história.

Esses avanços situam-se não na descoberta de mecanismos e motores que explicariam a história (e por isso mesmo), mas na explicação, na conceitualização[8] do não acontecimental. Com isso, queremos designar o fato maciço de que, num historiador do século XX, há mais ideias, e mais sutis, do que num cronista do ano 1000 que sabia apenas ver os reis, as batalhas, as pestes e os milagres. O livro da história que importa, atualmente, é o livro que encontra palavras que permitem "tomar consciência" de realidades vagamente intuídas sem saber tematizá-las. A cada decênio, o progresso da abstração é sensível: de uma página de Marc Bloch, analisando, ainda de modo impressionista, a temporalidade medieval, a uma página de G. Duby, sustentada por uma rede de universais prestes a entrar em outras tantas combinações que se disporiam em uma tópica. No século XIX, não sabíamos falar de classes, estilo de vida, nacionalismo econômico, riqueza adormecida, mentalidade, *conspicuous consumption*, fascinação pela classe imediatamente superior, mobilidade social, dinâmica de grupo, ascensão por curto-circuito.

É um progresso da análise sobre o imediatismo confuso. Nossa primeira visão de nós mesmos, do mundo social e do mundo físico, não nos libera deste ὅλον συγκεχυμένον, esse "todo confuso" de que fala o início da *Física* de Aristóteles. Assim como "as crianças começam a chamar todos os homens de papai e todas as mulheres de mamãe e só os distinguem muito mais tarde",[9] os laços de parentesco ou a consciência espontânea não distinguem os tipos ideais de poder ou aqueles[10] de desigualdade social (de renda, de autoridade, de prestígio). Os circuitos causais são ainda mais difíceis de imaginar e só a reflexão pode seguir os efeitos de uma decisão estratégica ou de medidas protecionistas. As falsas teorias também proliferam: submissão aos chefes, antissemitismo, decadência de nações sob o efeito do luxo, superpopulação e guerras. As convenções de nosso grupo social, os princípios de nossas instituições e as máximas de nosso comportamento nos aparecem menos claramente que as do outro e existem, para nós, de modo implícito e da *Selbstverständigkeit*. A alma é uma desconhecida para o *cogito*, seus mecanismos e seus instintos são inconscientes. Os "coletivos", por fim, são o lugar dos mal-entendidos e da falsa consciência. Acreditamos partilhar os ideais de uma coalizão com a qual dividimos os interesses, as instituições nos fazem perseguir fins desinteressados, baseados em motivações pessoais, mal conseguimos distinguir a defesa de valores da defesa de nossa categoria profissional.

As atividades intelectuais, práticas ou "poiéticas", concernentes à conceitualização, são mais numerosas que as que concernem à ciência. A história está longe de ser a única. Pode-se conceber que se fale do Ser em vários sentidos, que certos animais são vertebrados, outros, de sangue frio, que algumas regiões têm um hábitat disperso e outras, agrupado, que uma forma é clássica ou barroca, que uma estratégia vence pelo cansaço e outra, pelo

8 Para a conceitualização histórica, ver os artigos citados de R. Aron, *Revue française de science politique*, XVIII, 1967, pp. 847 e 860 (as verdadeiras lições de história são "lições de experiência, esclarecidas pelo esforço de conceitualização"); e de G. Lebrun, *Critique*, op. cit., p. 662 ("explicar, em história, bem poderia ser conceitualizar"). Qualquer pessoa que leu esses dois artigos pode verificar quão grande é minha dívida em relação a eles.

9 Aristóteles, *Physique*, 184 b 10; Le Blond, *Logique et méthode chez Aristote*, pp. 280, 287, 289, 307, 370, 437.

10 W. Garry Runciman, *Relative deprivation and social justice*. Londres: Pelican Books, 1972, p. 42.

aniquilamento. Pode-se manter um diário dos estados de alma, analisar o coração humano, descrever a sociedade como um sociólogo ou "decompor" as técnicas esportivas ou os gestos artesanais para apreendê-los, ensiná-los ou aperfeiçoá-los. Uma ciência como a linguística atual não é senão, em grande parte, uma longa reflexão sobre os fatos linguísticos: falar de deslocamentos (*shifters*) não é apenas uma conceitualização e, acima de tudo, um filosofema? Não é uma explicação ou uma lei. As conceitualizações históricas não são fruto de uma pesquisa experimental, de uma descoberta, mas de um exame atento e penetrante, de uma percepção intelectual que se pode comparar a um esforço de visão. O sentimento de esforço está presente em dois momentos do trabalho histórico: a crítica e a explicitação. Assim como o talento de um físico é o de adivinhar uma equação de um fenômeno (ao menos, é o que se imagina), o talento de um historiador é, em parte, o de inventar conceitos. Resulta disso o sentimento que acompanha, como sombra, todo trabalho de síntese histórica: quando se consegue, enfim, distinguir duas noções confusas ou localizar uma impressão de estranheza num acontecimento que, à primeira vista, resumia-se a noções banais, parece que, no fundo, sempre se soube do que se tratava e que se fechava os olhos para não enxergar; a conceitualização – que é apenas outro nome para o "tipo ideal" weberiano – é aquilo graças ao qual o conhecimento histórico "sai da esfera das coisas vagamente sentidas", para citar diretamente Weber.[11] Os conceitos falsamente científicos da sociologia geral encontram aqui sua verdadeira utilidade, que é descritiva e heurística: é duvidoso que a noção de "papel" seja unívoca;[12] duvidoso que possa ser utilizada sem levar a análise ainda mais longe (as pessoas não têm os mesmos motivos nem as mesmas maneiras de se acomodar aos diferentes papéis que situações e convenções exigem delas); duvidoso que ela seja mais que uma metáfora claudicante. É claro, em compensação, que, se deparássemos com um tipo histórico, o puritano ou o industrial, como um papel prefixado e definido, seríamos incitados a elucidar a estrutura e a destacá-la nitidamente. Isso seria um ganho para a história, porque a história é análise, mais que narração. São os conceitos que a distinguem do romance histórico e de seus próprios documentos. Se ela fosse ressurreição e não análise, não seria necessário escrevê-la: *Guerra e paz*, ou suas atualidades filmadas, seriam suficientes. A realidade existe sem ser concebida distintamente; o romancista a cria ou a recria, o historiador lhe confere o equivalente conceitual: ele não é apenas um erudito.

A perspectiva da conceitualização dá o sentido exato ao que chamamos, no jargão do ofício, história não acontecimental. Essa expressão designa uma série de estudos cuja unidade não aparece à primeira vista: um estudo sobre a atitude de mercadores genoveses em busca de segurança, um estudo sobre a demografia no século XV. Essas investigações teriam em comum explorar a longa duração, evoluções lentas? Não necessariamente. A história não acontecimental se define, opondo-se à história de outrora, à "história tratados-e-batalhas", história narrativa, escrita no nível das fontes, isto é, no nível da visão que os contemporâneos, autores dessas fontes, tinham de sua própria história. Evidentemente, era uma visão confusa e incompleta. Eles falavam de crise ministerial, mas não de "tipos ideais" de instabilidade política, nascimento de uma filha do vizinho, mas não de taxa de reprodução, estavam decididos a não ter mais que dois filhos ou, ao contrário, deixar nascer quantos viessem, mas não sabiam precisar se a decisão era fruto de convicção religiosa ou da indiferença de uma época pouco racional. Eles não tinham consciência de algumas rápidas pulsações do tempo histórico. Por exemplo, consciência do momento

---

11 Max Weber, *Essais sur la théorie de la science*, trad. fr. Paris: Plon, 1965, p. 187.

12 Por exemplo, um mesmo papel será assumido com zelo conformista, fetichismo ritualista de burocrata ou atitude de aposentadoria preguiçosa, segundo a estrutura de relações de poder na empresa dê mais ou menos satisfações àqueles que desempenham tais papéis (ver as boas análises de Michel Crozier, *Le Phénomène bureaucratique*. Paris: Seuil, 1963, caps. VI e VII [ed. bras.: *O fenômeno burocrático*. Brasília: UnB, 1981, 2 v.]). Dito de outra forma, os papéis não são instância última ou decisiva: são um patamar da causalidade que é arbitrário privilegiar. É necessário aprofundar a análise para compreender seus efeitos. Não se pode limitar a análise neles, a não ser numa descrição que se conforma em ser incompleta. A origem estoica e moralizante da noção de papel seria suficiente para indicá-lo: os estoicos diziam que cada um *deve* desempenhar seu papel, isto é, que isso não é feito espontaneamente, que outras coisas estão em jogo – por exemplo, tendência ao fetichismo ou à preguiça contra a qual o interessado deverá reagir. Resumindo, a noção de papel é uma descrição incompleta e um imperativo conformista. Ver também Daniel Vidal, "Un Cas de faux concept, la notion de aliénation", *Sociologie du Travail*, n. 1, 1969, especialmente p. 73.

em que, politicamente, uma situação oscila porque, uma bela manhã, diante da convicção do inelutável, por meio do diz que diz, da grande imprensa, de suas próprias inclinações e da influência das dos outros o que não se pode fazer sem eles, alguém diz "a página está virada", o que é, ao mesmo tempo, uma resolução de futuro, momento tão pouco deliberado quanto aquele do teatro quando os aplausos recomeçam, isolados, logo unânimes, depois de um instante de arrebatamento. A história não acontecimental é, na verdade, uma história que impele a conceitualização para mais longe do que o fizeram suas fontes e historiadores, antigamente. Isso não quer dizer que ela se dedique a menosprezar a história política ou militar, mas a escrevê-la melhor. Uma história militar, não acontecimental, foi escrita com Hans Delbrück ou Ardant du Picq.[13] Uma história política, com a filosofia política. A palavra da filosofia não deveria inquietar se fosse verdade que a fronteira entre a filosofia e os "saberes positivos" é a mesma em todos os domínios, que ela é clara em toda parte, que ela nunca é convencional. No século XIX, falava-se, correntemente, de história filosófica, dizia-se que tal página de Boeckh ou de Tocqueville tinha interesse filosófico, a expressão não era ruim.

Formar o conceito ou formular a equação: a conceitualização e a formalização são duas atitudes intelectuais fundamentais. Se a oposição entre espíritos literários e espíritos científicos tem sentido, o sentido é esse.

A conceitualização aparece ou faz sentir sua ausência em todas as etapas do trabalho historiográfico. Colocar "novas questões" a documentos "inesgotáveis" é formar noções inéditas. Ocorre, frequentemente, que este ou aquele novo conceito fique tão em voga que a impressão é a de encontrá-lo em toda parte. Houve um tempo em que deparávamos com uma burguesia ascendente na França de Luís XVI, na Inglaterra de Cromwell, na Roma de Cícero e no Japão de Tokugawa. Descobriu-se, em seguida, que essa nova chave não entrava em todas as fechaduras, que ainda seria preciso forjar outras concepções para outras fechaduras. O erro não tinha muito valor

13 Hans Delbrück, *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*. Berlim: Walter de Gruyter, 1962-65, 4 v. Ardant du Picq, *Études sur le combat, combat antique et combat moderne*, 7.ª ed. Paris: Librairie Chapelot, 1914. As observações devem muito ao ensino escrito e oral de Raymond Aron (que não tem, é óbvio, responsabilidade pelos erros de seu discípulo).

heurístico, mas fomos tentados a tirar a conclusão, exagerada, de que a história não se escreve por meio de abstrações, que "os conceitos sublunares são sempre falsos porque são fluidos e são fluidos porque o objeto deles está sempre em movimento" como certo autor (de fato, parece que fui eu) escreveu ingenuamente.

Essa ingenuidade anthistenesiana tem alguma coisa de sadia, certamente. No entanto, ela não deve eternizar-se, sob pena de reduzir a historiografia, na falta de conceitos, ao impressionismo. O perigo do impressionismo está sempre presente, particularmente na história cultural. É bem verdade que a religiosidade romana ou a do século XVI não é a nossa, que ela não integra mais as categorias "prontas", isto é, adquiridas naquela época. Margarida de Navarra não era verdadeiramente erasmiana ou evangelista, o poeta Horácio acreditava na existência de Apolo, acreditando e sem acreditar. Seria necessário dizer, necessário lembrar que as mentalidades são mais evanescentes que as classificações dos teólogos, que é preciso compreendê-las segundo os valores e a psicologia de sua época. Devemos ler sempre a *Religion de Rabelais*, porque sempre será preciso aprender essa lição. Contudo, não precisamos ater-nos a verdades negativas e à evocação um tanto literária do espírito de uma época porque a história, se permanecer no estado semifluido, escorrerá pelas nossas mãos. Ela não é recriação, mas explicitação. Para dizer positivamente o que Horácio pensava de Apolo, é preciso encontrar palavras, inventar esquemas e categorias para referenciar os elementos da paisagem por demais confusa da sua alma. Para não se limitar ao que a mentalidade daquele tempo tinha de diferente é preciso se perguntar como se faz uma mentalidade em geral.

Se se quer ver com clareza nesse "nevoeiro" que é uma religiosidade e não se contentar em apenas sugerir literariamente sua confusa riqueza, é preciso chegar à análise: no caso em questão, a apreensão do que teria sido a religiosidade de Horácio será fruto de uma análise sociológica, como veremos mais adiante. Se todas as essências fossem dadas de chofre à intuição, se não houvesse o "nevoeiro", se não restasse nada para descobrir, então, escrever história reduzir-se-ia a contar histórias imediatamente compreensíveis, o conceito valeria mais que a definição e a análise discursiva seria um raciocinamento redundante, pequena moeda de ouro do vivido. Não é nada disso: a verdadeira narração pressupõe a análise, a história não é imediaticidade.

III

Da totalidade confusa que o conhecimento histórico tematiza gostaríamos de examinar três aspectos cujo estudo parece ir no rumo da atualidade: a praxiologia, o inconsciente e os coletivos (em particular esse coletivo que são as mentalidades, ao qual nossa escola dos *Annales* confere, com razão, tanto interesse).

1º A PRAXIOLOGIA

Os circuitos causais da ação não se revelam por inteiro à visão imediata. Daí a necessidade de uma conceitualização que, dependendo da matéria, se apresentaria como uma série de conceitos coordenados num tópico ou organizados em um sistema hipotético-dedutivo. Consideremos, com efeito, a prática do jogo de xadrez. Uma teoria do xadrez que permitisse deduzir, em todos os casos, a estratégia perfeita, é possível, mas irrealizável: uma máquina eletrônica que ganhasse todas as partidas deveria ter as dimensões de uma nação ou de um continente. Da mesma forma, um jogador humano não poderia prever, no primeiro movimento, as diferentes sequências possíveis, mais além, acredito, de cinco ou seis lances. Além desse ponto, é o nevoeiro. Felizmente, os tratados de xadrez distinguem os grandes "tipos ideais" de estratégias e de situações. É claro que eles não permitem deduções de como ganhar sempre, mas, sim, como orientar-se e evitar grandes erros. Nisso, podemos ver uma alegoria de toda praxiologia. Certamente, a contingência, a "necessidade material", o caráter "indefinido" das coisas humanas não são análogos à complicação perfeitamente definida de uma combinatória, disciplina matemática na qual os números mais que astronômicos hoje são moeda corrente. Contudo, toda alegoria claudica de alguma forma. Admitamos que a máquina de ganhar seria resultado de uma teoria, uma praxiologia dedutiva, em que a muito curta visão do jogador se confronta com o "todo nublado" de Aristóteles e que o manual de xadrez elabora uma conceitualização que se apresenta como uma tópica.

Se se tratasse de um enxadrista internacional, de alguém que jogasse sozinho, comportando-se como um sociólogo ou historiador dos que jogam, teríamos muito a ganhar por dispor de uma teoria ou, ao menos, de uma tópica das relações internacionais, de uma filosofia política. A análise conceitual

permite "definir a especificidade de subsistemas, fornece uma lista das principais variáveis, sugere certas hipóteses relativas ao funcionamento, facilita a discriminação entre as teorias e as pseudoteorias".[14]

Dependendo do domínio a que se aplique, a tematização resulta numa teoria dedutiva ou atinge uma conceitualização. O exemplo clássico (na verdade, o único) de uma teoria dedutiva, de uma "ciência humana" (com a conotação matemática do termo ciência), é a análise econômica. A questão aberta é a de saber se é necessário falar de uma ciência (descritiva) ou de uma arte (normativa) que só adquire valor descritivo se os homens se comportassem, efetivamente, como deveriam. Recorramos a um exemplo menos consagrado que a teoria econômica: a teoria geográfica das cidades. Pode-se discutir a expansão (quase universal) da vida urbana a partir de duas ou três considerações abstratas, frutos de uma logística de espaço: de um lado, a teoria dos lugares centrais; de outro, a ideia de que a vida urbana permite maximizar as inter-relações sociais (inter-relações que se podem analisar como o faz a teoria da informação: a cidade é um nó em que se concentram as redes de comunicação).[15] Certamente, se os homens querem maximizar suas relações, eles devem obedecer à norma e construir cidades. Como querem isso, efetivamente, eles maximizam suas relações e constroem as cidades. Isso porque sua natureza é a de ser animais políticos, no dizer dos filósofos. No entanto, eles poderiam preferir viver separados uns dos outros como ocorre em outras espécies animais. A ciência praxiológica indica, então, como viver separados, como ocupar mais espaço e ter fronteiras fáceis de defender. É preciso dividir a superfície terrestre em hexágonos imbricados. Ocorre que não é certo que os interessados saibam disso e que concordariam com essa partilha.

O domínio das ciências humanas é a matéria no sentido marxista do termo, a "realidade objetiva", isto é, em suma, as coisas e os outros: a raridade das coisas corporais e a pluralidade das vontades são o que se opõe à vontade de cada um, o que resiste, e constituem objeto, para falar como

14 R. Aron, *Revue française de science politique*, op. cit., p. 847.

15 Ver o belo artigo de Pierre Claval, "La Théorie des Villes", *Revue Géographique de l'Est*, VIII, 1968, pp. 3-56. Um volume coletivo, *Zentralitätsforschung*, com reimpressão da memória original de W. Christaller, está sendo preparado, sob a direção de P. Schöller, pela Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

Habermas, do "trabalho" e do "poder" da economia e da teoria da organização.[16] O preço de mercado não é aquele que o vendedor gostaria que fosse. Resulta da composição de diferentes vontades e só é previsível pelo raciocínio. A pluralidade dos indivíduos assemelha-se à objetividade das coisas corporais. Ela impõe condições e acarreta consequências não desejadas e não previstas. Articulando-se entre si, as ações individuais acabam por construir configurações (o mercado, a cidade, a empresa, uma dinâmica de grupo, uma negociação, uma "escalada", a guerra de 1914 não desejadas por ninguém e que exigem esforço para ser concebidas, como as sequências de uma partida de xadrez. Por isso, é sempre útil conceitualizar, antes, a problemática de uma escalada ou de uma negociação, para não precisar dizer: "Não queríamos isso, os acontecimentos nos ultrapassaram". Nesse domínio, a história não pode ser feita nem escrita com base no conhecimento imediato. Veremos que esse não é o único domínio em que as coisas acontecem dessa forma.

16 Jürgen Habermas, *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Luchterhand, 1970, p. 187 [ed. bras.: *A lógica das ciências sociais*, trad. Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2009]: "As atividades sociais só são concebíveis com base no conjunto objetivo, formado pela língua, trabalho e poder. A evolução cultural depende de sistemas de trabalho e poder. A sociologia não pode, portanto, ser reduzida a uma teoria hermenêutica. Ela tem necessidade de um sistema de análise que, de um lado, não elimine a mediação simbólica de toda ação social e não a reduza a uma ciência física. De outro, não caia num idealismo linguístico que reduziria os processos sociais a puros fatos de cultura". Certamente, trabalho e poder são também minha representação: a autoridade ou a raridade não são fenômenos físicos como o encontro de duas bolas de bilhar, são pensadas. Assim a verdade do poder ou do trabalho não é dada pelo *cogito*: o que os homens pensam de seu Estado e de sua sociedade nem sempre é verdade. Se reduzimos os fatos coletivos ao seu sentido vivido e a sociologia, a uma hermenêutica, seríamos obrigados a entregar com uma mão o que pegamos com a outra e a dizer que o sentido dos fatos coletivos pode ser enganoso, que existe preconceito, ideologia do inconsciente e falsa consciência. Esse é o atual debate da hermenêutica na Alemanha.

2º O INCONSCIENTE

A alma não é apenas substância pensante e, para quem não é cartesiano, o inconsciente não oferece dificuldade. Um artista não sabe que aplica a gramática visual de sua época, que ela está presente, implicitamente, em sua criação. Ele não tem consciência de a ter assimilado durante os anos de sua formação: os mecanismos mentais da educação escapam ao *cogito* que, deles, só conhece os efeitos. É claro que o indivíduo permanece, ontologicamente, uma instância decisiva: se o artista se submete a uma gramática visual, também poderia não se submeter. Essa gramática está em cada artista, mas também é elaborada por ele. Por essa razão, ela não é historicamente inexplicável, ela não nasceu do capricho de um intelecto agente coletivo, à maneira averroísta. Contudo, o indivíduo não se resume ao *cogito*: a consciência é uma parte mínima da psiquê. Os instintos, as faculdades, as tendências, os *habitus*, os mecanismos do espírito, bem como seus fins, são um mundo de realidades psíquicas que não afloram à consciência senão por seus efeitos, do mesmo modo que a gramática de uma língua, as formas do silogismo ou as lembranças latentes. É a reflexão que descobre as formas do silogismo. Se chegarmos algum dia a escolher aquilo que pode haver de positivo na psicanálise, essa contribuição situar-se-á muito naturalmente aqui.

A melhor maneira de saber por que os exércitos de 1916 resistiram ao cerco de Verdun não é perguntar aos sobreviventes que, na época, diziam apenas: "Quando terminará isto?". Se, hoje, respondessem: "Ficamos sitiados por patriotismo", sua resposta, historicamente verdadeira, seria falsa: não se dizem essas coisas. Se eles têm lembranças da infância, em compensação não têm consciência da forma com que o *habitus* patriótico foi impresso neles pela escola, pelo meio, pelo orgulho de ver a França, ou a Alemanha, desempenhar grandes papéis no cenário internacional aos olhos de outras nações. Eles só podem avaliar, de certa forma, os efeitos que, durante a guerra, essa consciência teve sobre eles, e nós mesmos podemos julgar tanto quanto eles.

3º OS COLETIVOS

Não podemos escrever a história da Grande Guerra a partir da consciência de seus atores. Mais ainda, não podemos escrevê-la a partir do que cada um

desses atores, chanceler ou soldado raso, tomados um a um, teria feito seguindo sua própria linha, independentemente de todos os outros. A guerra, como resultante coletiva, não é a soma das diversas contribuições individuais, por atacado. A história não pode se resumir a uma ontologia de substâncias individuais, a uma lógica de predicados monadistas. Ela é feita de coletivos porque, de diversas maneiras, os indivíduos não estão emparedados em sua singularidade. Eles aceitam a guerra porque ressentem como uma doença pessoal os sofrimentos do corpo político, mesmo que não a padeçam em seus interesses privados. Mais ainda, entre os indivíduos mesclam-se relatos equívocos, como os relatos de instituição (a que cada um se engaja por motivações egoístas, perseguindo, como se fosse seu, um fim coletivo). Relatos de coalizão (essas linhas de interesses divergentes que, com a sinceridade de um cálculo exato inconsciente, partilham o programa que menos os separa). Enfim e sobretudo, não podemos sequer determinar como seria o indivíduo isolado, fora das coalizões, das instituições, do corpo político, porque, quando ele entra ali, já foi modelado pela sociedade, isto é, pela história anterior a ele. Nunca o encontramos no estado natural.

A escola primária fez com que os franceses fossem patriotas; há muita piedade religiosa na Espanha e não se trata apenas do cristianismo sociológico. Ama-se muito a música na Alemanha a título individual? É concebível que, no início, um punhado de indivíduos melômanos por acaso de nascimento tenha conseguido impor a música a seus compatriotas como uma instituição e um conformismo? É possível conceber, igualmente, que outros, sem vocação, se tornassem músicos porque a instituição lhes oferecia uma carreira e que eles acabassem por amar a música à sua maneira.

O incômodo é que, quando a música se torna educação, isso chega a transformar, realmente, o *habitus* dos indivíduos: as autênticas vocações de melômano tornam-se mais intensas e mais numerosas. Como separar, daqui em diante, na resultante histórica, o componente individual do componente coletivo? O que torna a ideia de natureza humana tão indeterminável quanto indeclinável. Todos podemos admitir um certo grau de melomania, mas como dizer qual é se nunca encontramos indivíduos fora de uma determinada cultura que os tornou mais ou menos melômanos? Como sabemos desde Platão, a diversidade das culturas, das mentalidades, de gênios nacionais prende-se a duas razões que se mantêm mutuamente: os indivíduos encontram-se acunhados nas instituições, nos papéis, e esses papéis chegam a modificar os indivíduos.

Nada mostra melhor as dimensões coletivas do indivíduo que o estudo das mentalidades. Na verdade, analisar uma mentalidade é analisar um coletivo. Uma mentalidade não é apenas o fato de que vários indivíduos pensam a mesma coisa: esse pensamento, em cada um deles, é, de diversas maneiras, marcado pelo fato de que os outros também pensam assim. É bem verdade que fatos de ideologia e de falsa consciência são duplamente coletivos: a ideologia consiste em endossar pessoalmente os fins de uma instituição ou de uma coalizão da qual se participa. Em um outro sentido do termo, a ideologia, como sofisma de justificativa, responde à necessidade idealista e vergonhosa de justificar o que Kant chamaria o tribunal ideal dos seres racionais (porque a má consciência paralisa os homens tanto quanto os animais).[17]

---

17 Por coalizão, pode-se designar o fato de que, sob uma mesma bandeira e com uma mentalidade idêntica para todos (aproximadamente a matizes reveladores), um partido ou grupo reúne indivíduos ou grupos que não têm os mesmos fins nem o mesmo tipo humano ou político, as mesmas motivações, mas acreditam tê-los: isso é verdade em um partido comunista, como nas cruzadas ou nas guerras de religião. A questão de saber se as cruzadas foram um fenômeno ideológico-religioso ou político-social ou se as guerras de religião têm causas essencialmente religiosas está mal formulada. A verdadeira questão é distinguir os grupos e suas motivações, o acordo sob uma bandeira coletiva, as razões da escolha dessa bandeira, enfim, quais concessões inconscientes e quais mal-entendidos permitiram a coalizão cuidadosamente realizar; cf. Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1971, p. 227 [ed. bras.: *Como se escreve a história*, trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1982]; para ideologia, p. 225 (entenda-se: a palavra ideologia designa muitas outras realidades que devem ser distinguidas); para instituição, p. 242. Outro aspecto do mesmo problema: não se deve julgar a satisfação que um grupo propicia a seus membros pela titulação oficial do grupo. Um partido comunista ocidental é um contra-Estado que fornece a seus líderes quase tanta satisfação quanto a que lhes traria o exercício do verdadeiro poder de Estado (exercício de autoridade, gosto da popularidade, calor humano dentro de um grupo restrito etc.). O partido manterá a escatologia revolucionária para justificar sua posição de contra-Estado e poderá, ao mesmo tempo, como os primeiros cristãos, esperar indefinidamente a parúsia – ou desejar que ela nunca chegue. Esse é um caso bastante conhecido desde o célebre livro de Thomas e Znaniechki sobre os camponeses poloneses emigrados para os Estados Unidos: a plurifuncionalidade das associações que, por trás de seu objetivo oficial, tendem a satisfazer todas as motivações dos membros que as integram. Com base nesse ponto de vista, estudaremos as pretensas associações "profissionais" e "culturais" do mundo helenístico-romano.

Mentalidades, sob a forma de saber objetivo, são, antes de tudo, vários saberes justapostos. Em primeiro lugar, a maior parte dos conhecimentos vividos por uma sociedade é propriedade exclusiva de alguns indivíduos (conhecer a rota das Índias Ocidentais, saber construir uma hidrelétrica, sentir autenticamente que Nerval deve ser classificado entre os autores canônicos). Acontece que, no resto da coletividade, o fato de *saber que alguns sabem* tem enorme importância porque é saber que se pode confiar. Interrogar-se menos sobre os fundamentos da doutrina que sobre a confiança no perito ("Joliot-Curie votará não") é decisivo para a crença e a superstição. Por exemplo, os ocidentais (ao menos aqueles que não são bacteriologistas profissionais) acreditam nos micróbios e multiplicam as medidas de assepsia, exatamente como os antigos azande acreditavam em feiticeiros e multiplicavam as precauções contra eles: eles acreditavam firmemente, interpretando nesse sentido alguns falsos indícios. Verdade ou superstição, a sociologia da crença é idêntica.[18] O recuo do cristianismo nas massas, no século XIX, explica-se pela convicção de que, em comparação com a ciência, religião não era mais do que superstição. Essa convicção baseia-se na confiança em um punhado de sábios. A confiança também é uma das chaves do curioso processo pelo qual se escolhem os grandes escritores que "passam para a posteridade". De maneira geral, acreditar

18 Para a obsessão pela feitiçaria entre os azande, ver os resumos de Edward Evan Evans-Pritchard, *Anthropologie sociale*. Paris: Payot, 1970, pp. 124-29; e Max Marwick (org.), *Witchcraft and sorcery*. Londres: Penguin Sociology Reading, 1970, pp. 27-37 e 321-41. Como escreve M. Nilsson, *Opuscula selecta*, v. III, p. 370, a atitude de um motorista que não é mecânico é, em relação a seu veículo, comparável àquela de um praticante da magia. Quando um curandeiro siciliano não consegue salvar o doente com sua taumaturgia, explica que "dessa vez" não havia nada a fazer porque era vontade de Deus que o doente morresse. Da mesma forma, quando meu carro dá pane, tento todas as reparações que conheço e, sem êxito, concluo que, desta vez, é a verdadeira pane (*è Dio Che l'ha voluto*). As receitas mágicas valem para o intervalo que as receitas técnicas não podem preencher. Sobre magia e sobre ações de intervalo, ver Eugène Dupréel, *Sociologie générale*. Paris: PUF, 1948, p. 207. O papel da racionalização, imposto por nossa cultura, é este: preencher o intervalo. Já o primitivo só pode recorrer à magia, isto é, simbólica (sobre a mentalidade primitiva como pensamento simbólico, ver Jacques Maritain, *Quatre essais sur l'esprit dans sa condition charnelle*. Paris: Desclée de Brouwer, 1939, p. 106), enquanto o autor destas linhas supõe, baseado na fé pública e no resto de sua experiência social, que deve existir um método de reparação racional, que os especialistas conhecem.

com confiança desempenha importante papel na vida cultural e religiosa. A cultura é uma pirâmide invertida: repousa sobre a ponta durante alguns instantes de emoção da parte mais fina da alma de uma pequena minoria.

Não menos decisivo é o fato de *saber que se pode saber*. Raymond Ruyer escreveu que, para fabricar sua própria bomba atômica, os russos não tinham necessidade de espionar os norte-americanos. Para eles, era mais importante saber que *era possível* fabricar uma bomba, o que eles sabiam, já que os norte-americanos a haviam fabricado. Toda a superioridade dos "herdeiros" culturais reside nisso. É possível constatá-lo, por contraste, no caso dos autodidatas. Para estes, o fato de lhes serem indicados bons livros é menos decisivo de que lhes sejam indicados por pessoas como eles. Assim, eles têm confiança e julgam que é possível entender esses livros, já que foram compreendidos por pessoas como eles. Um "herdeiro" é qualquer um que saiba que não tem um arcano. Impérios inteiros (o Império Romano e, acredito, o Império Inglês) repousaram, administrativamente, sobre esse privilégio: seus povos eram dirigidos por jovens do *establishment*. Esses jovens entravam na carreira aos 16 anos, sem ter formação específica, mas sabendo por nascimento que era fácil governar, pois tinham visto seus pais tirar proveito disso. Essa segurança lhes permitia aceitar conselhos de subordinados experientes sem constrangimento, mesmo tendo sobre esses homens experimentados a vantagem da lucidez conferida pela distância e pela juventude.

Um último exemplo da conotação social do conhecimento: saber *que as opiniões são divididas*. Suponhamos que quiséssemos reviver a mentalidade religiosa de um romano culto, Virgílio ou Horácio. Será que eles acreditavam, realmente, na existência de Júpiter ou de Apolo, dos quais falam tanto?[19]

19 Ao responder a um hipotético questionário sobre suas opiniões religiosas, Horácio não poderia dar respostas simples e coerentes. Sua resposta, se fosse lúcida, teria sido um verdadeiro mapa sociológico só das opiniões consagradas em seu tempo. Contudo, antes dessa resposta difícil e lúcida, a atitude de Horácio seria pensar qual opinião *era necessário* adotar para responder à matéria. Isso porque uma pessoa interrogada sobre suas opiniões religiosas ou políticas pensa menos em analisar suas próprias convicções que em expressar o que Rousseau chamaria a vontade geral (à qual ele opunha o fato sociológico da "vontade de todos"). O interrogado não admite ter opinião diferente da verdade; expressar sua opinião, para ele, é definir essa verdade. Além do mais, cada um, implicitamente, tem a opinião de todos. Vejamos um exemplo. No fim da monarquia de

A época deles era intelectualmente tão pouco primitiva quanto a nossa para os filósofos deles, que ainda são os nossos, o politeísmo era a ideia menos filosófica que existia. Para o leitor de Horácio, sua atitude religiosa é um enigma. Ele fala de Apolo como se a existência do deus fosse evidente, sem traço de ênfase convencional, ironia, distância ou condescendência; ele não deixa entender, em nenhuma parte, se oficialmente, na época, Apolo era alvo de culto oficial. Em compensação, os céticos eram legiões e para aqueles dos quais a religião desde eras profundas acomodava os deuses da cidade como podiam. Horácio leu Platão e Carnéades e, quando fala das práticas religiosas do povo, ele o faz em tom simpático de um deísta esclarecido que admite que a multidão precisa de uma religião imaginária. Como manter tudo isso junto? O que dizer de um leitor de Hume e Husserl que falasse do santuário de Fátima com tom de tranquila evidência? A fenomenologia religiosa e a psicologia da crença não são de grande ajuda. Parafrasear, fenomenologicamente, a ideia horaciana da divindade é transportar para o objeto da crença as contradições da alma de Horácio, mas, onde encontrar, nessa alma, um meio de conciliar as contradições? Seria preciso pressupor vários níveis de

---

julho, o governo de Luís Filipe era considerado, segundo Tocqueville, "com um desprezo tranquilo, tomado como submissão confiante e satisfeita". Suponhamos que um pesquisador tivesse perguntado, em 19 de fevereiro de 1848, se os súditos estavam satisfeitos com o governo. Os "sim" apareceriam maciçamente porque as pessoas ignoravam o que realmente pensavam de seu rei. Seu tranquilo desprezo *era tomado* por satisfação. Ninguém expressa descontentamento a não ser que não veja solução política de mudança que lhe dê consciência de ser oportuna, quando percebe que os outros pensam como ele. Ele faz coalizão com outros na tranquilidade ou no descontentamento. Como faria coalizão com eles, depois daqueles dias de fevereiro, com o sentimento de que "uma página foi virada" (por exemplo: daqui em diante, o sufrágio será universal etc.). Enfim, o simples fato de ser interrogado falseia a resposta porque o sujeito ou é pessoa responsável que se esforça para expressar a vontade geral ou é o irresponsável que, diante do pesquisador, não tem a atitude séria que terá amanhã diante da urna em que votará de forma diferente da resposta que deu hoje. Assim, para interpretar corretamente as respostas ao questionário seria preciso colocar o "fato" que cada resposta representa em seu contexto sociológico-político total (reconhecemos a justa crítica que Adorno fez ao positivismo sociológico). Mais ainda, passar da sociologia, mesmo total, à filosofia política (passar dos sofistas a Sócrates, portanto), pois as pessoas respondem levando em conta o que é a política em sua essência e seu *telos*.

pensamento, multiplicar as voltas da má-fé sobre si mesma? Na verdade, um leitor dos filósofos poderia recorrer à exegese alegórica que via, nos deuses do povo, símbolos da verdadeira divindade. No entanto, se Horácio usava o nome de Apolo como uma metonímia, ele não o faria nesse tom. Mais ainda, a duplicidade alegórica não dura muito tempo, pois, rapidamente, o símbolo perde seu frescor e torna-se apenas filosófico. Ou, ao contrário, adquire consistência e torna-se superstição. As contradições da atitude horaciana só são explicáveis pela dimensão coletiva. Quando Horácio pronuncia candidamente o nome de Apolo, ele se refere a uma crença bem conhecida e, se não certa, pelo menos admissível, pois era a de muitos e era oficial. Ele podia não questionar sua atitude pessoal, pois não seria ridículo nem escandaloso se essa crença fosse atribuída a ele. É assim que, atualmente, um filosófo pode endossar, em um ou dois parágrafos, as ideias ou vocabulário de Spinoza ou Hegel se isso convém a sua argumentação sem fazer, porém, profissão de fé spinozista ou hegeliana. É suficiente que esses pensadores sejam acolhidos. Se não se está de acordo com eles num ou noutro ponto, basta não endossá-los. A complexidade da atitude interior de Horácio apenas reflete a complexidade da sociologia religiosa de seu tempo. Nele, convive uma pluralidade de seitas. É essa sociologia que, para nós, é desconcertante. Em vez de uma "cristandade" e de ideologias metafísicas exclusivas, existe uma tolerância universal e a divisão em seitas não rivais como a que encontramos na Índia, nem guerras de religiões, nem *Kulturkampf*. Atualmente, o Ocidente evolui para a mesma tolerância e, para compreender Horácio, seria suficiente ver um cantor *pop*, fervoroso crente e agnóstico, cantando à guitarra um hino à Virgem. Nessas situações de não beligerância, ou se fala de religião com os que acreditam ou se abstém de falar, sem que ninguém pense mal disso. Foi assim que Tucídides conseguiu não escrever uma palavra sobre os deuses. No campo intelectual, na arena política ou no mercado econômico, todo homem leva em conta os outros seres racionais e carrega em si uma pluralidade de opiniões, desde que o *Kulturkampf* não seja declarado. Não condenamos aquilo em que muitos creem. Mais ainda, hesitamos em condená-lo em pensamento. Decorre disso o fato de que, em matéria de mentalidades, as pesquisas estatísticas sejam vãs.

Ninguém duvida quando todos os outros acreditam. No nível da percepção, os psicossociólogos demonstraram o poder de opinião de um grupo coerente sobre seus membros (efeito Sherif: o que meus olhos veem é, em

parte, social; efeito Arch: a sociedade pode me impedir de acreditar no que vejo). Duvida-se menos ainda, quando uma opinião tem apoio institucional e modela o comportamento. É mais cômodo, então, "reduzir a dissonância" entre a conduta e o pensamento, para falar como Leon Festinger e acreditar na conduta. Em pouco tempo, interioriza-se o outro. Daí a edificação de castelos de cartas de crença (em que cada indivíduo é uma carta) que desabam, de repente, porque o apoio de todos sobre todos desabou por acidente: o primeiro que diz que o rei está nu acorda os outros que mal acreditam em como puderam acreditar por tanto tempo. Eles foram persuadidos porque, no fundo, não acreditavam de verdade e isso não seria totalmente falso. Assim, deixamos de acreditar oficialmente em Zeus ao redor de 400, em bruxas, ao redor de 1650, na Revelação, 1700. É difícil explicar esses desabamentos pelo progresso do pensamento, como o faríamos para explicar a evolução intelectual de um indivíduo, filósofo ou sábio. É a estrutura interindividual que dá conta da permanência ou desabamento de um mito. Muitos alemães cultos acreditaram no mito científico do antissemitismo sob Hitler e não acreditam mais. Não é em razão do progresso da antropologia biológica (eles já tinham, em 1934, meios de não acreditar e, de resto, nenhuma ciência pode provar a não existência de Júpiter), é porque o regime hitlerista, ou, antes, a atitude pró-Hitler do povo alemão até 1945 ("os grandes povos querem viver"), desabou. O castelo de cartas da caça às bruxas desabou mais facilmente por volta de 1650, porque era sustentado apenas por juristas e parte da opinião, não por um aparelho do Estado. Não se trata de um problema de história das ideias, mas de sociologia da crença, que advém de uma espécie de dinâmica de grupo e de um estudo das vias e relações de força pelas quais a opinião é elaborada. A publicação do *Discurso do método* é menos importante que a sociologia institucional e intelectual dos homens de toga e a elaboração da opinião pública. Não temos a pretensão de apresentar questões novas sobre o assunto. Apenas insistir no fato de que se as ampliássemos por meio da precisão descobriríamos a razão pela qual deparamos com explicações rebuscadas ou muito vagas.

Se as aceitamos segundo suas articulações coletivas, as mentalidades tornam-se inteligíveis. Se não, pode-se ainda contar, com sensibilidade, o conteúdo desse pensamento, mas não se pode compreendê-lo, repensá-lo. As mentalidades parecem, então, feitas para provar a impossibilidade de penetrar em um pensamento de outrora ou de outros lugares: a religião romana, a astrologia, a mentalidade primitiva. Detenhamo-nos um pouco sobre esta última. A ideia de que, em uma de suas etapas, a humanidade teria tido uma mentalidade elaborada de forma diferente da de hoje procede de duas ilusões. A primeira é a de considerar como maneira arcaica de raciocinar o que é um conteúdo, culturalmente, definido: confunde-se um gênero literário e uma lógica. Muitos dos traços de ingenuidade primitiva são, de fato, simples coberturas ideológicas, hipérboles edificantes, metáforas ou, como na magia, condutas de emprego muito definido. Os que as utilizam não são inábeis, não as tomam ao pé da letra e são prudentes para não empregá-las fora do domínio em que são tacitamente previstas. Como diz Evans-Pritchard[20] "até os primitivos não confundem uma relação imaginária com uma relação real". Os bororos não se julgam araras? Os índios huichol identificam o trigo e o cervo apenas no nível das metáforas e das classificações? Para acreditar nisso seria preciso tê-los visto "preparar um mingau de trigo imaginando fazer um ragu de cervo".[21] A conduta do "primitivo" só responde a estas palavras parcialmente. Os trobriandeses de Malinowski acreditavam totalmente na magia, mas a empregavam quando as receitas técnicas seguras falhavam: "eles não confundem a eficácia da magia com a de uma técnica empírica".[22] Da mesma forma, os súditos dos imperadores romanos – ou dos faraós[23] – acreditavam na divindade de seu soberano. Acreditaram nisso como um soviético acreditava na genialidade de Stalin; era a maneira sacramental e hiperbólica de afirmar sentimentos cívicos e de agrupar-se em torno do chefe, não romper a união sagrada. Como quase diz Soljenitsyn, os grandes povos não são tolos, mas "precisam viver".[24] Os resíduos importam mais que as derivações. Acontece que a derivação, que é religiosa, expressa mal o resíduo, que é cívico. Os interesses também não tomam essa

---

20 Edward Evan Evans-Pritchard, *La Religion des primitives*. Paris: Payot, 1971, p. 49.

21 Olivier Leroy, *La Raison primitive*. Paris: P. Geuthner, 1927, p. 70.

22 Talcott Parsons, *The Social System*. Nova York: Free Press, 1968, p. 329, n. 2; Bronislaw Malinowski, *Trois essays...*, p. 144; *Une Théorie scientifique de la culture*. Paris: Maspero, 1968, p. 161.

23 Georges Posener, *De la divinité du pharaon*. Cahiers de la Societé Asiatique, XV, 1960. Ressaltamos que, quando o faraó morre, pressupõe-se que ele terá ido ao encontro dos deuses, mas *ao mesmo tempo* avalia-se que, como todos os outros homens, ele será julgado por Osíris: os túmulos do vale dos Reis estão repletos de gravados habituais de Osíris.

24 *Le Pavillon des cancéreux*, II, cap. XXXI.

derivação ao pé da letra. Um fato revela dor: os milhares de inscrições honoríficas, gregas e romanas, qualificam os imperadores de deuses, mas *nenhum* habitante do Império invocava sua divindade quando tinha real necessidade de um deus, em caso de doença, viagem perigosa, objeto perdido etc. Não existe um único *ex*-voto à divindade dos imperadores.[25]

---

25 Ver, a propósito, A. D. Nock em *Gnomon*, VIII, 1932, p. 518, e XXVII, 1955, p. 245; e em *Harvard Theological Review*, XLV, 1952, p. 237; e em *Journal of Roman Studies*, XLVII, 1957, p. 115. O culto imperial romano é ótimo exemplo de banalização do carisma (cf. Martin P. Nilsson, *Geschichte der griechischen Religion*, 2ª ed. Munique: Beck, 1960, vol. II, p. 392). É também um magnífico exemplo de conservação dos resíduos sob as mudanças das derivações: quando os imperadores romanos tornaram-se cristãos, não podem mais ser deuses. Essa mudança é muito lenta, custa a ser assimilada. Da mesma forma, quando Hiroíto declarou (pela declaração imperial de 1º. de janeiro de 1946): "eu não sou um deus", isso não mudou em nada os sentimentos do povo japonês, no fundo, sempre soubera isso e, por outro lado, continuava a não querer saber (Jean Stoetzel, *Jeunesse sans chrysanthème ni sabre*, pp. 91 ss.). Uma questão se impõe: já que o sentimento monárquico era o resíduo e que a divinização do imperador era apenas uma derivação, por que perseguir os cristãos que recusavam fazer sacrifícios ao imperador como a um deus, protestando sua lealdade ao imperador e oferecendo-se para rezar ao verdadeiro Deus por ele? Por duas razões. Primeiro, a derivação assemelha-se mais a um símbolo que a um signo. Ela desempenha um papel por ela mesma e não apenas como substituta do resíduo. O culto imperial é como uma "bandeira", censuram-se os cristãos por rejeitar os símbolos da tribo, como se censuraria um homem de esquerda, tão patriota quanto qualquer outro, mas a quem a idolatria da bandeira irrita por insultar a bandeira francesa. Em segundo lugar, censurar a impiedade em relação ao imperador servia de derivação de um ódio que marcava os cristãos como sectários e separatistas. De fato, no meio da universal tolerância das seitas pagãs entre si, o exclusivismo judeu e cristão (por razões nacionalistas ou de ideologia metafísica, dois deuses metafísicos não podem ser, ao mesmo tempo, verdadeiros) era incompreensível e suspeito: por que esses homens recusavam o comércio dos outros homens, os deuses deles, enquanto todos os demais admitiam que seus deuses eram tão verdadeiros quanto os dos vizinhos? O sectarismo cristão fazia com que os cristãos fossem odiados, e acusados de práticas as mais atrozes. Também era preciso condenar esses monstros incompreensíveis e suspeitos, de acordo com o artigo do culto imperial. Retomaremos, mais adiante, o culto imperial sob seus diferentes avatares históricos (o faraó é um grande deus, "our king is a great man", Stalin é genial). A frequência desse fenômeno na história, seu caráter ostentatório, voluntário, edificante, sua manifestação obrigatória para todos... tudo isso seria suficiente para indicar que não se "acredita" na genialidade de Stalin ou na divindade do faraó como se crê na genialidade do poeta ou na divindade de Osíris. Mais que uma crença, é um ato de decisão que depende não da psicologia religiosa ou da psicanálise, mas da dinâmica do grupo na resolução afetiva das tensões da organização política. O que acontece na mente de um comunista quando tem esses fortes sentimentos em relação a Stalin ou Thorez? Se minhas lembranças são boas, é de início notável que, quando são vistos como gênios, é difícil representá-los ao mesmo tempo tomando uma determinada decisão no exercício concreto do poder. Como as duas imagens não são compatíveis, é melhor que o chefe paire sobre o azul. No excelente filme *Stalingrad*, Stalin não delibera com seu estado-maior, diante dos mapas. Sozinho, em seu quarto no Kremlin, ele não faz nada, só aparenta uma calma soberana que *inspirará* a vitória. Por outro lado, um chefe não é considerado genial pelas façanhas que se podem enumerar. Ele não é um herói pelas façanhas, ele é um deus que realiza façanhas porque é deus; se ele toma uma decisão ou escreve sobre a linguística, é de antemão seguro que isso será genial. Resumindo, Stalin, Thorez ou o faraó são os autores da existência e dos benefícios do Partido ou do Estado, sem compromisso com detalhes da política que, é claro, sempre pode suscitar dúvidas ou fissuras. Divinizar o monarca é, portanto, projetá-lo acima das trivialidades da política. O chefe inspirador é onipresente, sem passar pela hierarquia. Ele é o melhor amigo dos colcozes ou dos escritores, mas sem o destino destes. Essa é a fórmula de todo culto monárquico: toma-se o partido de dizer que o chefe é divino ou genial *para* poder conferir-lhe o privilégio de Deus providencial ou de Musa inspiradora, de ser *autor de todo o Bem e sem responsabilidade pelo Mal*. Por isso, atribui-se ao chefe a divindade, a cura das mazelas, uma "estrela", um gênio, segundo a sociedade acredite na taumaturgia, na *baraka* [francês arcaico: sorte (N. E.)] ou na genialidade. Isso não importa: "Os grandes povos querem viver". Para toda sociedade decidida ou resignada, por lealdade, ambição ou angústia, a cerrar fileiras em torno de um chefe, a melhor maneira é divinizá-lo para poder dizer: "Nem tudo está perfeito, mas Stalin está aí, ele é genial, felizmente ele está aí". É um efeito que dissolve a contradição entre o cotidiano da política e a decisão de lealdade incondicional. Prefere-se acreditar no que é seguro. É menos uma crença que uma tomada de posição. A frase "ele é um gênio", no plano das derivações quer dizer, no plano dos resíduos: "eu lhe serei fiel, aconteça o que acontecer". Que fique claro: pode-se considerar o monarca um deus no plano das derivações e, ao mesmo tempo, criticá-lo ou culpá-lo pelos males do Olho do Boi: aparentemente os egípcios tinham essas duas atitudes contraditórias em relação ao seu faraó, pois, no plano dos resíduos, pode-se ser, ao mesmo tempo, "cabeça ruim" e súdito fiel, aquele que critica muito mas põe a fidelidade acima de tudo. Essa divinização desejada e de princípio (todo faraó é deus, todo rei da Inglaterra é um grande homem para o inglês leal) em que se toma por genial *para* poder ser-lhe mais confortavelmente fiel, qualquer que seja "a" política, é a paródia (Weber diria: a banalização) do verdadeiro carisma. Pode-se ser fiel a um chefe de quadrilha ou de partido, tornando-o herói *porque* ele é genial de acordo com *sua* política. O amor que a família devota a seu pai provedor ou o dos funcionários pelo patrão são efeitos de compensação comparáveis, próprios de organizações de relações pessoais sem regras universalistas (um universitário idealizará seu orientador, mas não o decano).

Segunda ilusão: tomou-se por uma evolução da mentalidade individual, que teria leis que não são mais as nossas (a famosa lei de participação), o que é, na realidade, uma mudança nos coletivos, um fenômeno de sociologia da vida intelectual, de controle social. Os primitivos não são desprovidos de pensamento técnico e racional. Inversamente, é fácil de encontrar, no mundo contemporâneo, tantos traços de mentalidade primitiva quantos se queiram. É preciso dizer que esses traços são uma sobrevivência e que a forma de nosso pensamento só evolui progressivamente? Não se trata de mais ou de menos, mas de estrutura coletiva da vida cultural. Nosso cérebro não é diferente do dos primitivos, temos as mesmas virtualidades de superstição, ideologia ou de lógica participativa. O que acontece é que o nível cultural de nossa sociedade é tal que o espaço deixado para as virtualidades não lógicas está muito reduzido (por exemplo, o direito moderno é muito mais racionalizado, no sentido de Weber,[26] que as antigas regras de costumes) e, também, que o controle social impõe a todos um nível intelectual de elite, sanciona as veleidades de superstição pela reprovação ou o ridículo e as acantona entre os caprichos pessoais. Se acreditamos menos em astrologia que os contemporâneos de Wallerstein e de Kepler, não é porque somos menos dispostos a crer, mas porque a escola impõe a todos um racionalismo que, no passado, seria prerrogativa da elite, um Calvino ou um Gassendi. Entre uma tribo bororo e nós, a diferença de mentalidade é maior que a que separa nossa cultura científica da do século XVIII, por exemplo, mas ela é, estruturalmente, comparável. No século XVIII, havia bons livros de física, tal como hoje, mas havia muitos piores, contaminados pela retórica ou pensamento pré-científico. A resultante coletiva era, então, inferior à soma de seus componentes individuais: a coexistência do melhor e do pior confundia os espíritos, que não tinham mais critérios para distinguir a ciência séria da falsa, ela arruinara o nível geral do mercado de ideias.[27] *Um* bororo não tem uma mentalidade primitiva, mas *os* bororo têm um nível cultural muito baixo.

---

26 Sobre a racionalização do conteúdo do direito, ver M. Weber, *Rechtssozialogie*, ed. Winckelmann. Neuwied: Luchterhand, 1967, particularmente pp. 99, 122, 262, 268, 332.

27 Gaston Bachelard, *La Formation de l'esprit scientifique*, p. 24 [ed. bras.: *A formação do espírito científico*, trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996].

IV

A análise do mundo histórico evolui pouco a pouco, por meio da elaboração e da crítica. Os conceitos se definem ou se fragmentam (o de ideologia apresenta, pelo menos, cinco ou seis significados diferentes). Alguns desses conceitos têm um alcance muito geral. Mesmo que se estude a divinização do imperador romano ou a vida política do século XX, é tão útil, indispensável, falar dos coletivos, das derivações, dos resíduos quanto de nação ou religião. Quando a análise histórica é levada até tal ponto, a distinção entre história e sociologia não importa mais, isto é, torna-se apenas um problema lexicográfico ou corporativo. Pode-se dizer, indiferentemente, que um livro de história é uma monografia sociológica ou que um livro de sociologia geral é uma tópica histórica.[28] Seria inútil que excelentes amigos se indispo-nham por tão pouco, quando têm um inimigo comum: o estado da documentação. A dificuldade da história não acontecimental, a de toda história, é que não é preciso refugiar-se nos conceitos prontos nas fontes de cada período: pensar o século I por meio das únicas noções fornecidas por Suetônio ou pensar o século XIX baseado em Marx e Tocqueville. Disso resultariam desigualdades chocantes. Uma administração moderna seria analisada em sua sociologia e seus mitos enquanto uma administração antiga seria

---

28 Existe tópica em toda parte em que as coisas não se organizam *more geometrico*. Sobre a tópica em política, ver Wilhelm Hennis, *Politik und praktische Philosophie, eine Studie zur Rekonstruktion der politischen Wissenschaft*. Neuwied: Luchterhand, 1963, pp. 98, 89-115; em pesquisa operacional, ver Werner Krauss, *Operations Research ein Instrument der Unternehmensführung*. Munique: Moderne Industrie, Dummer, 1970, p. 160: "Os dois métodos fundamentais das ciências modernas, a tópica e o cartesianismo". Ocorre a tópica quando o ponto de partida é desconhecido ou que, não podendo desenvolver "essas longas correntes de raciocínio tão caras aos matemáticos", corre-se o risco de esquecer uma possibilidade que constituiria a solução do problema. Esse é o sentido que o termo tópica tem na retórica. Não é o caso da dialética, em que o termo adquire sentido muito diferente: as prováveis proposições, os princípios indemonstráveis das diversas ciências (tenho sob os olhos o texto datilografado de *Topique de la polémologie*, de Julien Freund, onde o termo adquire esse segundo sentido); sobre a diferença entre os dois sentidos, ver Helmut Kuhn, "Aristoteles und die Methode der politischen Wissenschaft", in *Zeitschriftfür Politik*, 1965, p. 101. Ver sobretudo: Leibniz, *Nouveaux essais*, IV, I, I.

descrita apenas do ponto de vista do direito público. Todo o resto ficaria implícito. Só quando a análise é abrangente para examinar tudo é que as grandes linhas da história aparecem e que as histórias parciais articulam-se em profundidade. Em vez de opor duas administrações ou duas religiões em detalhes, elabora-se uma tipologia das religiões com base nos pontos em que suas características profundas se opõem. De certa forma, toda história transforma-se em história comparada. Ainda não chegamos lá, mas é só lá que a história encontrará salvação. Não pregamos que a história deva ou deveria ser conceitualizante, constatamos que ela é e que a palavra conceitualização é a que melhor descreve seus progressos desde Tucídides. É uma palavra mais justa que as da história não acontecimental, generalizante, explicativa etc. Enfim, se, não contente em ser conceitualizante, a história sabe o que é, esse saber pode incitá-la a ir ainda mais longe. Não se pode pedir mais à epistemologia.

O interesse da história é a conceitualização. Esse interesse não é apenas a curiosidade das origens ou o gosto pelo calor humano. Ele é mais intelectual. O movimento que incita nosso interesse pela história humana é comparável àquele que nos leva à história natural. É superficial ao se ocupar de animais curiosos e de selos postais. No entanto, do animal curioso passa-se à compreensão de um organismo vivo: o que importa é "reconhecer o plano da natureza nesse organismo".[29] Dos selos, passa-se, por exemplo, à semiologia. Quando o interesse pelas coisas humanas torna-se assim tão intelectual que não é mais "relatório de valores" e história, no sentido de Weber, mas "razão de conhecer" e "sociologia", pode-se ser levado a conferir interesse exagerado a setores cuja importância vital ou nacional é frágil, mas que são reveladores das profundezas humanas. A conceitualização faz a passagem do conhecimento da história ao das molas da história e da natureza humana.

O desenvolvimento da história conceitualizante é parte do movimento que impele as sociedades modernas para a racionalização. O impacto da racionalização histórica sobre a vida coletiva é tão considerável quanto o das ciências físicas e o da tecnologia. Tematizar o que é, "tomar consciência" do impensado. Também é conceber que, sendo, poderia não ser e dar-se o meio

29 Aristóteles, *Parties des animaux*, I, 5, 645-6 a 10.

de desejar que, eventualmente, deixe de sê-lo. Da arte não figurativa e das experiências da estética do entretenimento nos limites da literatura à contestação de instituições e costumes, vemos, por toda parte, as manifestações dessa possibilidade de que os homens têm de brincar com o que são, uma vez que tomem consciência disso.

A isso, soma-se um outro fato, de ordem quantitativa, cujas consequências são tão importantes para a história quanto o foram para a estética: o crescimento da quantidade de história atualmente conhecida, a ampliação do "museu imaginário". Platão, Aristóteles, Tucídides conheciam muito menos história que nós, com toda razão. Eles conheciam as cidades e suas constituições, o Grande Rei, os bárbaros, as lendas homéricas. Eles podiam ainda considerar essa pouca história como uma única tragédia, conferir significado filosófico a cada um de seus atos, e eles não tinham meios de imaginar que a sequência dos tempos poderia trazer novidades impossíveis de imaginar: a "combinatória" de que dispunham era muito limitada. Certamente, Platão não ignorava que a história que conhecia era uma gota d'água num oceano e que, nas trevas do passado, teriam existido variações de toda espécie. Ele escreveu isso, mas essa afirmação de princípio permaneceu no ar, por falta de conteúdo mais concreto. Tucídides podia esperar não somente que sua obra fosse imortal, mas que o homem que ele descrevia nunca mudaria.

O interesse da história é intelectual, sociológico e, acima de tudo, filosófico. "É possível que uma única coletividade, desde que totalmente compreendida, possa revelar a essência de todas as coletividades."[30] Para falar como os surrealistas, o gesto historiográfico mais simples consiste em pegar uma folha de papel em branco e jogar este jogo: sabendo, por exemplo, que os cônsules romanos zelavam pelos espetáculos do circo ou da arena e que lhes acrescentavam um grande prêmio (a imagem desses espetáculos era o símbolo de seu consulado, gravado nos tabletes de marfim que mandavam cinzelar para comemorar suas altas funções), tentar conceituar as diferentes razões pelas quais um cônsul deveria ser assim e por quais outras razões o equivalente dificilmente seria concebível por

30 R. Aron, *L'Opium des intellectuels*. Paris: Fayard, reed. 1968, p. 198 [ed. bras.: *O ópio dos intelectuais*, trad. Yvone Jean. Brasília: Editora da UnB, 1980].

nossos ministros. Visivelmente, sob essa atitude existe o direito público, a filosofia política, a psicologia da autoridade, a economia, a cultura, a sociologia do ócio, tudo isso, sim, mas onde está a formulação precisa? Em que consiste a diferença entre eles e nós? É isto, a história: não somente estabelece *que* os cônsules davam espetáculos. Uma vez tematizado este *em quê, o porquê* é decorrência natural. Nós o encontramos no curso anterior dos acontecimentos.

Publicado originalmente como "L'histoire conceptualisante" in Jacques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l'Histoire – Nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974. Tradução de Maria Elena Ortiz.

APÊNDICE

JAMES HARVEY ROBINSON

A NOVA HISTÓRIA

Em seu significado mais amplo, a história inclui todos os traços e vestígios de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu aparecimento na face da Terra. Ela pode aspirar ao destino das nações ou descrever os hábitos e emoções do mais obscuro indivíduo. Suas fontes de informação vão desde as rústicas machadinhas de pedra de Chelles até o jornal da manhã. Ela é a ciência vaga e abrangente dos assuntos humanos do passado. É de história que se trata quando deciframos uma hipoteca numa placa assíria, calculamos o valor do Colar de Diamantes ou descrevemos o excesso de massa podre que Carlos V devorava a ponto de passar mal. As trágicas reflexões da nora de Eli, quando soube da derrota de seu povo em Ebenezer, são história; história são também as cláusulas da Magna Carta, as origens da doutrina da transubstanciação, a queda de Santiago, a diferença entre um monge beneditino e um frade carmelita, as tiragens do *New York World* até 1º de fevereiro deste ano; cada fato tem seu interesse e importância; tudo foi cuidadosamente registrado.

Ora, quando um escritor abre e começa a folhear o volume grosso e em letras miúdas da experiência humana pensando em fazer um resumo para os que não têm tempo de estudar o original, ele se vê imediatamente obrigado a perguntar a si mesmo o que irá escolher para apresentar ao leitor. E descobre que o calhamaço de onde tira as informações não guarda a menor perspectiva, pois foi compilado por várias mãos diferentes e muito distantes no tempo e na intenção: Heródoto, Maquiavel, Eusébio, Saint-Simon, Otto de Freising, Pepys,

São Lucas, a duquesa de Abrantes, Salústio, Cotton Mather. O sério e portentoso se alterna com o mais leviano boato. Um cortesão devasso pode ganhar um capítulo inteiro, e a destruição de toda uma raça pode passar em branco. É claro que, ao tratar a história para o leitor comum, a questão da seleção e da escala é momentosa. Mas, quando vemos nossos tratados mais populares sobre o tema, é como se a necessidade óbvia e premente de pegar e separar, selecionar, resselecionar e selecionar mais uma vez tivesse escapado à maioria dos autores. Parecem vítimas da tradição em lidar com o passado. Não mostram muito apreço pelos imensos recursos de que poderiam lançar mão, e na seleção dos fatos seguem inconscientemente, na maioria dos casos, uma rotina estabelecida. Quando consideramos o imenso leque de interesses humanos, nossas histórias nos oferecem um retrato tristemente inadequado e enganoso do passado, e temos quase a impressão de que os historiadores se juntaram numa conspiração para fomentar um conceito estreito e não muito edificante do verdadeiro propósito e objetivo do estudo histórico. Isso fica evidente ao examinarmos qualquer resumo ou manual comum mais antigo, de onde a maioria do público tira suas ideias sobre o passado, seja na escola, seja na vida adulta.

Temos aqui um excerto de um compêndio muito usado em escolas e universidades até data recente: "Roberto, o Sábio (de Anjou) (1309-43), sucessor de Carlos II de Nápoles e líder dos guelfos, não pôde estender seu poder à Sicília, onde reinava Frederico II (1296-1337), filho de Pedro de Aragão. Joana I, neta de Roberto, após uma vida de crimes e infortúnios, foi estrangulada na prisão por Carlos Durazzo, o último descendente masculino da casa de Anjou na Baixa Itália (1382), que tomou o poder. Joana II, a última herdeira de Durazzo (1414-35), primeiro adotou Alfonso V de Aragão, e depois Luís III de Anjou e seu irmão Renato. Alfonso, que herdou a coroa da Sicília, uniu os dois reinos (1435), após uma guerra com Renato e os Visconti de Milão."

Ao contrário do que poderíamos pensar, não é um simples arrolamento de dados para eventuais consultas, que ficaria disponível como uma tábua de logaritmos, sem propósito de leitura. É uma passagem típica das seis páginas que um ilustre estudioso dedica à Itália de Dante, Petrarca e Lourenço, o Magnífico. Ao preparar um guia para alunos mais avançados e para o público em geral, tal era, nas palavras do autor, sua intenção: "Ele deve apresentar os fatos essenciais da história na devida ordem [...], deve mostrar claramente a interligação dos acontecimentos e das eras sucessivas; graças ao interesse despertado pela visão natural e espontânea obtida com essa unidade da história e com os episódios ilustrativos que a brevidade da narrativa permitiu incluir, a aridez de um mero resumo há de se reduzir ao mínimo possível."

Ora, ao tratar do Renascimento italiano, esse autor escolheu quase não mencionar o nome de Francesco Petrarca, mas dedicou 1/12 do espaço disponível às intermináveis disputas dinásticas no sul da Itália. Podemos supor que isso ilustra sua concepção quanto aos "fatos essenciais da história na devida ordem", pois o trecho citado dificilmente poderia ser um exemplo dos "episódios ilustrativos" incluídos para reduzir a aridez de um mero resumo.

Abro um livro mais recente, que trata da Europa como um todo no século XVIII, quando se aproximava a grave crise da Revolução Francesa. Naturalmente, o autor deve ter percebido a necessidade de selecionar o material com o máximo rigor, para mostrar as influências regeneradoras do novo espírito do Iluminismo em condições que, para nós, são difíceis de entender. Mas ele não hesita em inserir frases como: "Zinzendorf morreu em 1742, Stahremberg em 1745, Kinsky em 1748. Com a morte de Zinzendorf, Uhlfeld se tornou chanceler, mas apenas nominalmente, pois Bartenstein se manteve como ministro das Relações Exteriores de 1740 a 1753, e tinha a máxima influência na conferência secreta dos ministros."

Verdade; mas não haveria talvez outras coisas mais interessantes para contar sobre um século mal compreendido do que a data das mortes dos ministros de um governo austríaco?

Um competente historiador da Revolução Francesa, que não tem tempo de nos contar como ela surgiu, de bom grado dedica muitos parágrafos a assuntos como: "O bailio de Aunis se declarou independente de Saintonge, o bailio real de Nivernais afirmava que incluía o bailio ducal, e mais uma vez eclodiu a velha pendência entre a Alta Auvergne e a Baixa Auvérnia. Surgiu uma rivalidade semelhante entre as cidades de Riom e Clermont-Ferrand, cada qual reivindicando o papel de capital do bailio da Baixa Auvérnia, e entre as cidades de Clermont-en-Argonne e Varennes; Châteauneuf-en-Thimerais afirmava que era um bailio real, e não dependia de Chartres."

Essa tendência de arrolar os nomes de pessoas e lugares que não têm a menor importância para o leitor ou que, por falta de espaço, deveriam ficar indeterminados, como *x*, *y* e *z* numa equação ainda não resolvida, é demasiado frequente e dispensa outros exemplos. A pergunta se impõe por ela mesma: por que os autores incluem detalhes aparentemente desconexos e pouco construtivos? Às

vezes, decerto, por mero descuido; os nomes significam algo para o autor, que, por engano, deduz que eles falam por si sós. Ou pode supor que conferem maior vivacidade à sua narrativa, ou que formam o núcleo em torno do qual virá a se cristalizar o conhecimento futuro. Mas os nomes, apenas citados, raramente acrescentam vividez a uma história [*story*], pelo contrário, a obscurecem; seguramente, é improvável que a menção de Durazzo, Clermont-Ferrand, Kinsky e Renato estimule outras pesquisas históricas: é mais provável que crie um ofuscamento geral.

No entanto, insiste-se que mesmo a crônica mais árida e apressada dos "principais acontecimentos" na história do mundo é uma coisa boa – que pelo menos temos um quadro cronológico que carregamos conosco como se fosse um guia, o qual nos permitirá situar nosso futuro conhecimento em suas devidas relações. Aprendemos datas importantes para entender mais tarde acontecimentos que, na escola, aprendemos apenas pelo nome. Preparamo-nos para encaixar nosso eventual conhecimento da literatura, da filosofia, das instituições e das artes dentro do chamado "cenário histórico". Mas muitos de nós começamos a desconfiar que esse quadro significa muito pouco. Ele se recomenda, é verdade, como o tipo de história mais fácil de ensinar, pois não requer reflexão – apenas memória. Certa vez, ocorreu-me perguntar a um professor universitário de grande cultura e erudição, que havia morado muitos anos no Oriente, a data da hégira, a qual, junto com as datas das batalhas de Maratona e de Crécy, geralmente é considerada parte da bagagem de todo cavalheiro bem-educado. Mas ele ignorava tanto quanto eu, e fomos olhar num dicionário. De fato, teríamos poupado um ou dois minutos se tivéssemos a informação na ponta da língua, mas, antes, nunca havíamos sentido falta dela.

Um carpinteiro ou encanador sensato nunca carrega o tempo todo um serrote no bolso de trás ou um cano de ferro no ombro, só para estar pronto para alguma remota emergência. Ele vai até sua oficina, pega a caixa de ferramentas e materiais e escolhe o necessário. E, em nossos dias de livros de referência úteis e baratos, o estudioso de história não precisa andar com montes de armas pesadas para combates intelectuais. É claro que todo conhecimento, mesmo aquele que nem valeria a pena lembrar, pode gerar um certo hábito de precisão e senso de proporção, mas as fórmulas devem vir depois do conhecimento, como fazem nossos melhores manuais de matemática; no ensino da história, em geral apresentamos antes as fórmulas.

A razão realmente fundamental para essa pressa em apresentar o leitor o mais rápido possível ao filho de Pedro de Aragão, a Zinzendorf e àquele

histórico sítio de Châteauneuf-en-Thimerais é, sem dúvida, a veneranda preferência por pessoas e fatos meramente políticos, que dominou nossos autores de história popular até data recente. A advertência de Carlyle passou despercebida: longe dos senados, dos campos de batalha e das antecâmaras dos reis, "a poderosa maré de pensamento e ação ainda prosseguia em seu magnífico curso". Com efeito, existem as mais elaboradas tentativas de justificar essa paixão aparentemente desproporcional pelos assuntos políticos e militares. Freeman nos diz sem rodeios: "História é a política que passou". Para Ranke, a finalidade da história era esclarecer nossas ideias sobre a origem e a natureza do Estado, que forma a base da continuidade que julgamos ver no desenvolvimento humano. Um outro estudioso alemão afirma que o Estado, o organismo político, tem sido o tema principal e predominante da pesquisa histórica há milhares de anos, e assim deve continuar.[1]

Aqui não é possível discutir a intrincada questão do papel do Estado no passado, e tampouco é necessário, porque ninguém nega sua enorme importância nem defende que nossos manuais de história a deixem de lado. A verdadeira pergunta é: será que nossa preferência pela história política não nos levou a incluir uma quantidade imensa de ninharias sobre as dinastias e a história militar que apenas confundem o leitor e ocupam um espaço precioso que deveria ser dedicado a certas questões importantes mas, até agora, pouco estudadas? A conquista ou a perda de um naco de território com Luís ou Frederico, a laboriosa montagem de um minúsculo ducado que logo se desintegraria com a queda de um César Bórgia, as lutas entre dinastias rivais, as ambições dos tios de jovens reis, o desvio de um flanco inimigo mil anos atrás – essas coisas não ganharam um destaque imerecido? O homem é mais do que um guerreiro, um súdito ou um monarca; seu interesse não se limita de maneira alguma ao Estado. Na Idade Média, ele organizou uma Igreja mais duradoura, mais poderosa e penetrante, sob todos os aspectos, do que

1 Durante alguns anos, travou-se uma áspera guerra entre os estudiosos alemães sobre o devido escopo da história, e qual seria seu tema propriamente dito, o Estado ou a cultura geral. Schmoller critica as pretensões exclusivistas da história política como "aquela inclinação de espíritos estreitos e obtusos, que encobrem seus pontos fracos com antolhos para ganhar dividendos pela sua ignorância dos ramos vizinhos", in *Jahrb. f. Gesetzgebung* etc., v. XIII, p. 1484.

qualquer governo civil jamais visto, inclusive a própria Roma. Ao longo dos séculos, ele viajou, ampliou o comércio, fundou cidades, montou grandes universidades, escreveu livros, construiu catedrais gloriosas, pintou quadros e criou inúmeros inventos. Reconhece-se cada vez mais a justeza de incluir esses interesses humanos em nossos manuais de história, mas a história política ainda continua a ocupar sua posição suprema, e o público continua a considerar os fatos políticos do passado como a história *par excellence*.

Em contraste, e até em aparente contradição, com a tradição que dá preeminência aos fatos e personagens políticos, existe um curioso elemento sensacionalista em nossas histórias populares. Existe um tipo de história que não se importa com a conduta normal e as grandes realizações da humanidade no passado, mas, como o melodrama, deliberadamente escolhe como tema os aspectos mais chocantes e pitorescos. Garante-nos um autor moderno que os anais da França sempre despertarão uma atenção especial, porque "nenhuma outra nação moderna passou por mudanças mais frequentes, mais radicais, mais súbitas, sangrentas e dramáticas". E também: "Nenhuma terra gerou homens mais grandiosos, mais bondosos, mais valentes; nenhuma foi amaldiçoada com homens mais desprezíveis. Nenhum povo subiu tão alto no árduo sendeiro da vitória. Nenhum foi tão impiedosamente abatido na derrota". Em suma, "a França oferece o poema épico da história moderna". Assim, o autor quer nos convencer de que, quanto mais prodigiosos os fatos narrados, melhor é a história. Um renomado químico me disse certa vez, num tom muito atencioso, que a certeza histórica lhe parecia variar numa relação inversamente proporcional ao conhecimento da história. Ele podia ter acrescentado que, às vezes, seu interesse intrínseco, tal como ocorre com a *Police Gazette*, parece variar numa relação diretamente proporcional com o horror do conteúdo.

Não objetaríamos tanto contra a perpetuação desse conceito da história como crônica de pessoas heroicas e episódios românticos, se a sofreguidão pelo dramático não encontrasse melhor alimento na ficção assumida enquanto tal, e se os que veem a história como um poema épico não nos transmitissem ideias muito erradas e imperfeitas sobre o passado. É apenas na história, e em nenhum outro campo de estudos, que a importância fortuita é aceita como critério de relevância. O professor de química não se restringe às experiências mais bonitas, mas escolhe conscientemente as mais típicas e instrutivas. O potássio metálico e o ar liquefeito são menos comuns no laboratório do que a água, o óxido de cálcio e o ácido sulfúrico. O que diríamos de uma aula de medicina em que o professor trata da lepra e da peste bubônica, por medo de que os alunos se entediem com a descrição dos sintomas do sarampo e da febre tifoide? Em todos os estudos, à exceção da história, o professor tenta deixar claro a todo custo o que é importante e normal. Todos os seus recursos são empregados para essa única finalidade. Seu objeto é a regra, não a exceção.

Vale notar também que, em geral, não nos deixamos enganar por descrições de situações contemporâneas que narram apenas os episódios mais sensacionais. Casamentos românticos e mortes trágicas; as ações de envenenadores, adúlteros e lunáticos; gente que engoliu agulhas e, anos depois, as encontrou em locais inesperados; gente que tomou láudano achando ser algum paregórico, ou que foi atropelada por uma carroça de cerveja: mesmo o relato mais completo de tais ocorrências forneceria, ao fim e ao cabo, apenas um quadro parcial da vida cotidiana de uma grande cidade. E, no entanto, na história da França mencionada, a descrição do sistema feudal mal vai além de masmorras – "Ó, que úmido, escuro e frio!" –, correntes nos joelhos e argolas nos polegares. Pelo que podemos inferir, a Igreja medieval praticamente se reduzia a um dispositivo esperto de gente malvada para satisfazer sua cobiça e luxúria, e abundava em "fraudes, trapaças e falsos milagres". Enunciados verdadeiros não são necessariamente a verdade. Tal como o jornalista da "imprensa marrom", podemos narrar fatos, porém com tamanho descaso pela perspectiva e com uma ânsia tão sistemática de chocar o leitor que seria preferível a pura e simples ficção. Um autor que, em vez de se empenhar em apresentar a verdadeira grandeza da Igreja, diz "Era muito comum o óleo santo dos milagres, havia montes de fragmentos da verdadeira cruz, e os devotos tinham acesso a objetos como o pente de Sant'Ana e o vestido da Virgem Maria", peca por uma grosseira distorção no âmbito do rigor formal.

A parcialidade exibida por nossos autores populares, por certas categorias de fatos históricos obviamente não constitui argumento para não apresentar ao leitor outros fatos mais pertinentes. Pois, como vimos, talvez os episódios sejam narrados apenas porque são agradáveis, dramáticos ou tremendamente excepcionais; ou sejam mencionados porque se julga conveniente que uma pessoa instruída saiba que Filipe Augusto se tornou rei em 1180, e que a Batalha do Boyne foi travada em 1690. Mas um autor regido por tais motivos na seleção dos materiais naturalmente escreverá um livro em que os episódios famosos e anedotas levemente divertidas ganham uma seriedade didática, com o devido acréscimo de informações áridas e tradicionais.

Além disso, somos normalmente ensinados a ver a humanidade arrebatada por turbilhões periódicos. Os historiadores fazem tudo o que podem, com descaso deliberado, para encobrir a importância dos estados de lucidez, durante os quais ocorreu a maior parte do progresso humano. Pulam agilmente de uma comoção a outra. Não têm tempo de explicar o que foi a Revolução Francesa descrevendo racionalmente o Antigo Regime, única forma de lhe conferir algum significado, mas, depois de citar La Bruyère, referindo-se a certos animais ferozes, "negros, furiosos e tisnados pelo sol", e de repetir aquela frase despreocupada, "Depois de nós, o dilúvio", passam correndo para o Reinado do Terror como síntese e desfecho do episódio sangrento. E, assim, transformam num segundo São Bartolomeu aquela que foi uma das mais grandiosas e, em suas reformas essenciais, mais pacíficas transformações já ocorridas na França ou na Europa. É óbvio que a verdadeira importância de uma revolução deve ser medida pelo grau de transformação das condições gerais e pela quantidade de novas coisas que substituem as anteriores. Logo, as coisas velhas devem ser estudadas com o mesmo cuidado dedicado às novas – e até com um cuidado ainda maior, visto que, geralmente, simpatizamos com as coisas novas e conhecemos melhor as mais recentes do que as mais remotas. Portanto, melhor faríamos se nos ocupássemos com as razões pelas quais as prisões arbitrárias, as guildas, a venda de cargos e outros que tais foram defendidas por tantos cidadãos ponderados e de bem, em vez de perder tempo fazendo uma denúncia gratuita dos fatos.

Sei que, a esta altura, pode surgir uma objeção plenamente justificada: as instituições e desenvolvimentos graduais podem ser objetos legítimos de estudo para os historiadores profissionais, mas não são temas adequados para ninguém exceto algum estudante universitário ou um eventual leitor leigo de espírito sério e paciente. O que se costuma supor é que apenas as crises flagrantes e os acontecimentos chocantes fazem parte do interesse humano natural, e insiste-se em que nunca é demais exagerar a influência do elemento pessoal, pelo simples fato de que a tendência geral de progresso e desenvolvimento não oferece nada que a mente possa captar com facilidade. Assim, substituímos a continuidade histórica real por uma continuidade fictícia e alinhavamos nossa narrativa com uma sucessão de reis – Magno VI (1263-81), ao qual se segue Érico II (1281-99), ao qual se segue Haakon V (1299-1320), ao qual se segue Magno VII (1320-65). Ninguém haverá de negar, porém, que a maioria dos nomes mesmo das dinastias mais conhecidas continuam a ser meros nomes; e, mesmo que nos ensinem que o imperador Rodolfo II foi um homem culto e se dedicava à astrologia e que seu contemporâneo Henrique III, da França, foi "um fracote devasso", esse saber não vai nos ajudar em nada para captar a verdade mais valiosa e fundamental que o passado tem a nos ensinar: a continuidade histórica.

Por conseguinte, quem visse com desconfiança qualquer tentativa de alterar radicalmente nossos métodos atuais de apresentar a história geral talvez mudasse de ideia, caso fosse criado algum sistema que tornasse as condições e as instituições interessantes e compreensíveis, e uma continuidade real substituísse o nexo dos reis que hoje usamos para dar unidade ao passado. Ora, acredito firmemente que as "instituições" (que, afinal, são apenas costumes nacionais) podem se tornar interessantes. Utilizo a palavra "instituição" em sentido muito amplo, para incluir os modos de pensamento e ação das pessoas no passado, seus gostos e realizações em vários campos além da política. Os eventos constituem a expressão mais ou menos clara das "instituições" nesse sentido, e os eventos selecionados de maneira adequada darão clareza às "instituições".

Até agora, os autores têm mostrado a tendência de lidar com os eventos em si; com certeza, um exame mais profundo nos levará, com o passar do tempo, a rejeitar as ocorrências anômalas e aparentemente acidentais e a nos deter nas ocorrências que ilustram alguma verdade histórica significativa. E esse é um princípio muito simples para determinar o que é útil e tem pertinência e rejeitar o que não tem. Pode tal ou tal fato ou ocorrência ajudar o leitor a captar o significado de um determinado período importante do desenvolvimento humano ou a verdadeira natureza de alguma instituição marcante? Então ele deve ser carinhosamente tratado como um precioso meio para um determinado fim, e, quanto mais atraente, melhor; seu interesse intrínseco não atrapalharia, mas apenas facilitaria nosso trabalho. Por outro lado, tal ou qual fato parece fortuito, isolado e anômalo – como o episódio de Rienzi, os massacres de setembro ou o assassinato de Marat? Então devemos hesitar antes de incluí-lo por seu próprio mérito – pelo menos num manual histórico sucinto –, já que, por mais interessante que seja uma ocorrência heroica ou terrível, ela pode desorientar o leitor e desviar sua atenção dos principais interesses, preocupações e constantes realizações do passado.

Se não estamos sendo injustos nessa avaliação das peculiaridades mais flagrantes da historiografia popular, o que encontramos é o seguinte:

1. A inclusão descuidada de meros nomes, que dificilmente podem ter algum significado para o leitor e, em vez de estimular a reflexão e o interesse, apenas sobrecarregam o espírito.
2. Uma propensão mais ou menos insopitável a enfileirar fatos políticos, com a exclusão de outros assuntos geralmente muito mais importantes.
3. O velho hábito de narrar episódios extraordinários, não porque ilustrem a tendência geral dos assuntos humanos ou as condições predominantes de uma determinada época, mas, simplesmente, porque são conspícuos nos anais do passado. Isso resulta numa ridícula falta de perspectiva que atribui mais importância a um jornalista demente como Marat do que a um autor tão influente como Erasmo.

II

O próximo ensaio será dedicado a um esboço da história da história e explicará de maneira mais completa o desenvolvimento dos ideais mais antigos da composição histórica. Mostrará que, de tempos em tempos, ocorreram mudanças tão grandes nesses ideais que é muito possível que algum dia venha a surgir um ideal totalmente novo. Sem dúvida, a história é:

Um pomar com muitas árvores
E frutos de diversos sabores.[2]

Ela pode agradar à nossa fantasia, satisfazer nossa curiosidade fútil ou séria, testar nossa memória e, como diz Bolingbroke, contribuir para "um tipo de ignorância respeitável". Mas a única coisa que ela deve fazer, e ainda não fez de fato, é nos ajudar a entender a nós mesmos, nossos semelhantes e os problemas e perspectivas da humanidade. É essa forma mais significativa da utilidade da história que tem sido negligenciada com maior frequência.

Sem dúvida, há muito tempo afirma-se que é possível extrair certas lições do passado – precedentes para o estadista e o guerreiro, orientação moral e exemplos consoladores de intervenção da providência para o homem comum. Mas vem aumentando a suspeita, a qual já se tornou convicção no espírito da maioria dos historiadores modernos, de que esse tipo de utilidade é puramente ilusório. O autor atual quer evitar qualquer risco de ser tomado por defensor dessas supostas vantagens do estudo histórico. O valor delas se baseia no pressuposto de que as condições guardam semelhança suficiente para conferir um valor perpétuo aos precedentes, ao passo que, na verdade, as condições estão se alterando com tanta rapidez, pelo menos em nossos tempos, que seria realmente um perigo, na maioria dos casos, tentar aplicar a experiência passada à solução de problemas atuais. Além disso, raramente dispomos de informações fidedignas suficientes sobre a suposta situação análoga no passado para podermos aplicá-las a necessidades do presente. A maior parte da retórica barata sobre "o que ensina a história" pertence a esse tipo de pretensa analogia que não resiste a um escrutínio mais detido. Quando digo que a história pode nos permitir entender a nós mesmos e os problemas e perspectivas da humanidade, estou pensando em algo muito diferente, que tentarei explicar chamando a atenção do leitor ao uso que ele dá à sua própria história pessoal.

Para entender a situação em que estamos num determinado momento, dependemos quase totalmente de nossa lembrança de experiências e pensamentos passados. Para tomar o exemplo mais próximo, o leitor terá de recorrer à sua história pessoal para entender por que seus olhos estão fitando esta página em particular. Se caísse num sono profundo e de súbito despertasse, sua memória nesse momento estaria paralisada, e ele olharia perplexo a sala, sem saber onde se encontra. O fato de todos os objetos familiares estarem diante de seus olhos não seria suficiente para ele se situar, até que a memória lhe acorresse em auxílio e lhe permitisse lembrar uma parcela do passado. A suspensão momentânea das funções da memória quando a pessoa se recobra de um desmaio ou se recupera dos efeitos de um anestésico por vezes é tão aflitiva que chega a provocar uma espécie de angústia intelectual. Em seu estado normal, a mente seleciona automaticamente, entre a quantidade quase infinita de lembranças, apenas aquelas coisas do passado que permitem nos situarmos no presente. Ela funciona com tanta facilidade e eficiência que não percebemos o que faz por nós e o quanto dependemos dela. Oferece com tanta rapidez e precisão aquilo que precisamos do passado para tornar o presente inteligível que nos iludimos com a ideia errônea de que o presente é autoexplicativo e totalmente capaz

2 No original inglês: "*An orchard bearing several trees/ and fruits of different tastes*".

de cuidar de si mesmo, e que o passado é praticamente morto e irrelevante, exceto quando temos de fazer um esforço consciente para lembrar algum fato que nos escapa.

O que chamamos de história não é tão diferente de nossas lembranças íntimas mais pessoais quanto parece ser à primeira vista; pois muitos dos elementos úteis e essenciais de nossas lembranças não são experiências pessoais, mas incluem uma série de coisas que ouvimos ou lemos, e estas desempenham um papel muito importante em nossas vidas. Se o leitor desta página parasse para refletir, perceberia uma longa sucessão de antecedentes históricos culminando em sua presença num determinado aposento, sua capacidade de ler inglês, sua libertação momentânea de preocupações prementes e sua disposição de concentrar a atenção numa discussão sobre a natureza e o valor do estudo histórico. Se não tivesse uma vaga consciência desses antecedentes históricos, estaria na condição de desnorteamento mencionada. Algumas das lembranças necessárias para tirá-lo desse desnorteio fazem parte de sua experiência pessoal no passado, contudo muitas outras pertencem ao âmbito da história, a saber, ao que ele ouviu ou leu sobre o passado.

Eu não teria a menor esperança de que esse argumento imprimisse alguma marca no espírito do leitor, se ele estivesse confinado às impressões imediatas do momento ou a suas experiências pessoais. Na verdade, é um certo choque pensar que apenas uma minúscula parte de nossas convicções está de alguma maneira ligada à nossa experiência pessoal. Mesmo a data de nosso nascimento é um fato tão estritamente histórico quanto o de Artafernes ou de Inocêncio III; somos irremissivelmente obrigados a depender do testemunho dos outros para esses casos.

Assim resulta que nossas lembranças pessoais se fundem imperceptivelmente na história, na acepção comum do termo. A história, desse ponto de vista, pode ser considerada um prolongamento e um alargamento artificial de nossas lembranças e pode ser usada para superar o desnorteamento natural em todas as situações desconhecidas. Se, de súbito, fôssemos agraciados com um saber total e onisciente de toda a história da humanidade, muito mais completo do que o conhecimento integral de todas as histórias já escritas, ao mesmo tempo teríamos de ganhar uma capacidade divina de avaliação do mundo em que vivemos e uma percepção divina dos males que acometem a humanidade e dos métodos mais promissores para aliviá-los, *não porque o passado forneceria os precedentes de conduta, mas porque nossa conduta se basearia numa compreensão perfeita das condições existentes fundada num conhecimento perfeito do passado*. No momento, não temos condições de interrogar o passado com uma visão que ilumine as grandes questões sociais, políticas, econômicas, religiosas e educacionais da maneira como resolvemos os problemas pessoais que se nos apresentam – por exemplo, se devemos fazer esta ou aquela visita, realizar este ou aquele investimento, ler este ou aquele livro –, inconscientemente julgando a situação à luz de nossas lembranças. Os historiadores ainda não nos apresentaram o que está por trás de nossa grande tarefa contemporânea de aperfeiçoamento humano. Até agora, eles têm outras ideias sobre suas funções, e, se lhes pedíssemos que respondessem às perguntas que uma pessoa ao corrente dos problemas atuais muito naturalmente lhes faria, começariam em uníssono a dar desculpas. Um diria que faz muito tempo que se admite que a tarefa do historiador é lidar com reis, parlamentos, constituições, guerras, tratados e transformações territoriais; um outro declararia que não é possível escrever a história recente de maneira adequada e, portanto, nunca poderemos ter a esperança de trazer o passado ao presente, mas devemos sempre deixar um intervalo adequado entre nós e o ponto mais próximo ao qual o historiador se arriscaria a estender suas pesquisas; um terceiro insistiria que ter uma finalidade no estudo histórico é pôr em risco aqueles princípios de objetividade sobre os quais devem se basear todas as pesquisas sólidas e científicas. Assim sucede que nossos livros parecem aquelas memórias muito ruins que insistem em lembrar fatos que não guardam nenhuma relação visível com nossas necessidades, e é por essa razão que o valor prático da história ficou obscurecido por tanto tempo.

Para deixar ainda mais clara nossa dependência da história ao lidarmos com o presente, lembre-se o leitor de que devemos a maioria de nossas instituições a um passado bastante remoto, único capaz de lhes explicar as origens. As condições que geraram a Santa Igreja Católica Apostólica Romana, o julgamento por um corpo de jurados, o Conselho Privado, o grau de doutor em leis, o Missal, "as artes liberais" eram muito diferentes das atuais. Os ideais religiosos, educacionais e jurídicos contemporâneos não são o produto imediato das circunstâncias existentes, mas se desenvolveram em grande parte durante períodos em que os homens sabiam muito menos do que sabem agora. Curiosamente, nossos hábitos de pensamento mudam muito mais devagar do que nosso ambiente e, em geral, estão muito mais

atrás. Nosso respeito por uma determinada instituição ou convenção social pode ser puramente tradicional e ter pouca relação com o valor dela, julgada pelas condições existentes. Portanto, corremos sempre o risco de encarar os problemas presentes com emoções obsoletas e de tentar resolvê-los com um raciocínio obsoleto. Esta é uma das principais razões pelas quais nunca, de modo algum, estamos plenamente ajustados a nosso ambiente.

Nossas noções sobre uma Igreja e sua função dentro da sociedade, sobre um capitalista, sobre uma educação liberal, sobre o pagamento de impostos, sobre a observância do domingo, sobre a pobreza, sobre a guerra são determinadas apenas muito ligeiramente pelo que está acontecendo no presente. A fé em que fui criado, de que Deus ordenou a observância do domingo por entre as nuvens no alto do monte Sinai, é um anacronismo que não poderia ter se desenvolvido espontaneamente nos Estados Unidos do século XIX; mesmo assim, ela ainda continua a influenciar a conduta de muitas pessoas. Pagamos nossos impostos com a mesma relutância como se ainda fossem as extorsões praticadas pelos barões feudais ou pelos monarcas absolutistas para sua satisfação pessoal, embora sejam agora uma contribuição para nossas despesas comuns, estabelecida por nossos próprios representantes. Poucos superaram as emoções associadas à guerra numa época em que o heroísmo pessoal desempenhava um papel muito maior do que o Cartel do Aço. Os reitores conservadores ainda se sentem obrigados a defender as "artes liberais" e as "humanidades" sem ter uma compreensão clara de como veio a lhes caber essa incumbência. Fazer justiça aos anacronismos no raciocínio econômico e jurídico conservador ocuparia um livro inteiro.

Hoje a sociedade está engajada num tremendo esforço sem precedentes para se aperfeiçoar de múltiplas maneiras. Nunca nosso conhecimento do mundo e do homem foi tão grande como é agora; nunca houve tanta boa vontade geral e tanta atividade social inteligente como existem agora. A parte que cada um de nós pode desempenhar para avançar alguma fase dessa reforma irá depender de nosso entendimento das condições e opiniões existentes, e estas só podem ser explicadas, como mostramos, se acompanharmos de forma mais ou menos cuidadosa os processos que lhes deram origem. Devemos desenvolver uma mentalidade histórica numa escala muito mais generosa do que existe até o momento, pois ela acrescentará um elemento ainda faltante em nosso equipamento intelectual e promoverá o progresso racional como nada mais poderia fazer. O presente tem sido, até agora, a vítima voluntária do passado; chegou o momento de se voltar para o passado e explorá-lo no interesse do progresso.

A "nova história" está fugindo das limitações anteriormente impostas ao estudo do passado. Dentro de algum tempo, atenderá conscienciosamente a nossas necessidades diárias; utilizará todas aquelas descobertas sobre a humanidade que estão sendo feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos – descobertas que, nos últimos cinquenta anos, serviram para revolucionar nossas ideias sobre a origem, o progresso e as perspectivas de nossa espécie. Não existe ramo da ciência orgânica ou inorgânica que não tenha passado pelas transformações mais notáveis neste último meio século, e foram acrescentados à longa lista muitos novos ramos da ciência social, cujos simples nomes seriam desconhecidos para os historiadores dos meados do século XIX. É inevitável que a história seja envolvida nesse processo revolucionário, mas, visto que é forçoso confessar que essa necessidade escapou a muitos autores contemporâneos, não é de admirar que o público inteligente continue a aceitar ideias um tanto arcaicas sobre o escopo e o caráter da história.

O título deste pequeno livro foi escolhido na intenção de frisar que não se deve considerar a história como um campo estacionário, capaz de progredir apenas refinando seus métodos e acumulando, criticando e assimilando novos materiais; mas que ela está destinada a alterar seus ideais e objetivos junto com o progresso geral da sociedade e das ciências sociais, e que, ao fim e ao cabo, deveria desempenhar um papel infinitamente mais importante em nossa vida intelectual do que o que tem desempenhado até o momento.

Publicado originalmente como *The New History* [1912]. Nova York: The Free Press, 1965. Tradução de Denise Bottmann.

SOBRE OS AUTORES

LUCIEN FEBVRE (1878-1956)
Foi aluno da École Normale Supérieure. Desde 1912, foi professor titular da cadeira de história da Borgonha na Faculdade de Letras de Dijon. Transferiu-se em 1919 para a Universidade de Estrasburgo, onde lecionou a disciplina de história moderna e conheceu o medievalista Marc Bloch. Com este, funda em 1929 os *Annales d'histoire économique et sociale*, periódico em torno do qual gravitarão historiadores que formam posteriormente a chamada Escola dos Annales e que Febvre dirigirá até 1946. Em 1933, é nomeado professor do Collège de France. Em 1949, funda com Charles Morazé a École des Hautes Études en Sciences Sociales. Autor de, entre outros, *Phillipe II et la Franche-Comté* (1911), *Martin Luther, un destin* (1928), *O Reno* (1935), *O problema da descrença no século XVI – A religião de Rabelais* (1942), *Amor sagrado, amor profano* (1944) e *Combates pela história* (1952).

FERNAND BRAUDEL (1902-1985)
Formado em História pela Sorbonne, foi professor de liceu na Argélia e na França entre 1924 e 1935, ano em que se transfere para a Universidade de São Paulo. Em 1937, passa a integrar a École Pratique des Hautes Études. Durante a Segunda Guerra, é capturado e concebe no cativeiro a obra que revolucionou a historiografia, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (1949). De 1946 a 1968 foi diretor da revista *Annales*, sucedendo a Lucien Febvre. Entre 1949 e 1972, ocupa da cadeira de história da civilização moderna no Collège de France. Dirigiu a VI Seção da École des Hautes Études en Sciences Sociales de 1956 a 1972. Em 1962, foi um dos fundadores da Fondation Maison des Sciences de l'Homme. Eleito membro da Academia Francesa em 1984. Autor de, entre outros, *Escritos sobre a história* (1969), *Civlização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, em 3 volumes (1979) e *A identidade da França*, 3 volumes (1986).

JACQUES LE GOFF
Formou-se na École Normale Supérieure. Entre 1954 e 1959, foi professor assistente na Faculdade de Lille. A partir de 1962, é assistente na VI Seção da École des Hautes Études en Sciences Sociales, que passa a dirigir em 1972, sucedendo a Fernand Braudel. Foi codiretor da revista dos *Annales*. Autor de, entre outros, *Os intelectuais na Idade Média* (1957), *A civilização do Ocidente medieval* (1964), *Por uma outra Idade Média* (1977), *O nascimento do purgatório* (1981), *A bolsa e a vida* (1986) e *São Luís* (1996).

PIERRE NORA
Foi assistente no Institut d'Études Politiques de Paris entre 1965 e 1977. Diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales desde 1977. Em paralelo ao ofício de historiador, desenvolveu uma importante atividade na editora Gallimard, criando as coleções Bibliotèque des Sciences Humaines (1966), Témoins (1967) e Bibliotèque des Histoires (1970). Organizou com Jacques Le Goff os três volumes de *Faire de l'Histoire* (1974) e foi um dos autores de *Essais d'Ego-histoire* (1986) junto a Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Georges Duby, Raoul Girardet, Jacques Le Goff, Michelle Perrot e René Rémond. É membro da Academia Francesa desde 2001.

STUART CLARK
Doutor em história pela Universidade de Cambridge em 1971. Pesquisador na Universidade de Swansea (Inglaterra) a partir de 1967 e professor na mesma instituição de 1998 a 2008. Organizador da coletânea em 4 volumes *The Annales School – Critical Assessments* (1999). Autor de, entre outros, *Thinking with Demons: the Idea of Witchcraft in Early Modern Europe* (1997), *Vanities of the Eye: Vision in Early Modern European Culture* (2007). Coorganizador do volume 4 de *The Athlone History of Witchcraft and Magic in Europe* (2002).

EMMANUEL LE ROY LADURIE
Formou-se na École Normale Supérieure. Attaché de pesquisa no Centre Nationale de Recherches Scientifiques (1958-60). Professor assistente na Faculdade de Letras de Montpellier (1960-63) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Ocupou a cadeira de história da civilização moderna no Collège de France entre 1973 e 1999. Administrador-geral da Biblioteca Nacional da França entre 1987 e 1994. Autor de, entre outros, *Os camponeses do Languedoc* (1966), *Le Territoire de l'historien I et II* (1973-78), *Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324* (1975), *O carnaval de Romans* (1979) e *O Estado monárquico – 1460-1610* (1987).

PIERRE CHAUNU (1923-2009)
Formou-se na École des Hautes Études Hispaniques e, a partir de 1951, pesquisa nos arquivos de Madri e Sevilha para sua tese *Séville et l'Atlantique* (1954), que tornou-se referência para a história quantitativa. Em 1962, torna-se professor na Universidade de Caen, onde em 1966 funda o Centre de Recherche d'Histoire Quantitative. Em 1970 assume a cadeira de história moderna na Sorbonne. Autor de, entre outros, *Les Phillippines et le Pacifique des ibériques*, 2 volumes (1960-66), *A América e as Américas – da pré-história a nossos dias* (1964), *Conquista e exploração dos novos mundos* (1969).

MAURICE AYMARD
Formou-se na École Normale Supérieure. A partir de 1976, foi diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Administrador da Maison de Sciences de l'Homme desde 1993. Coautor, com Fillipo Coarelli, de *La Mediterranée – l'espace et l'histoire* (1977).

PHILIPPE ARIÈS (1914-1984)
Após estudos formais irregulares, e sem vínculos com instituições universitárias, torna-se chefe do Serviço de Documentação no Institut de Recherche Coloniale entre 1943 e 1979, onde implanta usos pioneiros do microfilme (1956) e da informática (1965) na pesquisa histórica. Em paralelo, dirige coleções na editora Plon. Somente em 1978 passa a desenvolver pesquisas no âmbito de uma instituição de ensino superior francesa, a École des Hautes Études en Sciences Sociales. Autor de, entre outros, *Histoire des Populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^{e}. siècle* (1948), *História da criança e da família* (1960), *O homem diante da morte*, 2 volumes (1977). Com Georges Duby, dirigiu os cinco volumes da *História da vida privada* (1985-87).

ANDRÉ BURGUIÈRE
Professor de história antropológica na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Autor de, entre outros, *Bretons de Plozévet* (1975). Coautor de *The Construction of Minorities* (2003) e *La Famille en Occident du XVI^{e}. au XVIII^{e}. siècles* (2005). Codiretor de *Histoire de la Famille* (1986) e, com Jacques Revel, dos cinco volumes de *Histoire de la France* (1989-93).

NATALIE ZEMON DAVIS
Formou-se pelas universidades de Harvard e Michigan. Foi professora em várias universidades norteamericanas e, de 1978 a 1996, na Universidade de Princeton. Atualmente dá aulas na Universidade de Toronto. Autora de, entre outros, *Culturas do povo* (1975), *O retorno de Martin Guerre* (1983), *Remaking Imposters – from Martin Guerre to Sommersby* (1997) e *The Gift in Sixteenth Century France* (2000).

CARLO GINZBURG

Formou-se na Universidade de Pisa e no Warburg Institute de Londres. Foi professor nas universidades de Bologna e da Califórnia (1988-2006). Atualmente é professor da Scuola Normale Superiore de Pisa. Autor de, entre outros, *Os andarilhos do bem* (1966), *O queijo e os vermes* (1976), *Investigando Piero* (1981), *Mitos, emblemas e sinais* (1986), *História noturna* (1989) e *Olhos de madeira* (1998).

JOYCE APPLEBY

Foi professora da Universidade de San Diego entre 1967 e 1981 e é atualmente professora emérita da Universidade da Califórnia. Autora de, entre outros, *Economic Thought and Ideology in Seventeeth Century England* (1978), *Capitalism and a New Social Order* (1984), *Liberalism and Republicanism in the Historical Imagination* (1992), *Inheriting Revolution* (2000) e *The Relentless Revolution* (2010).

LYNN HUNT

Foi professora na Universidade da Califórnia, Berkeley, entre 1974 e 1987, e na Universidade da Pensilvânia, entre 1987 e 1998. Atualmente dá aulas de história moderna europeia na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Autora de, entre outros, *Politics, Culture and Class in the French Revolution* (1984), *The New Cultural History* (1989), *The Family Romance in the French Revolution* (1992) e *La storia culturale nell'età globale* (2010).

MARGARET JACOB

Foi professora da Universidade da Cidade de Nova York, da Universidade da Pensilvânia e pesquisadora da New School for Social Research. É professora da Universidade da Califórnia, Los Angeles, e professora emérita da Universidade de Utrecht. É autora de, entre outros, *The Newtonians and the English Revolution, 1689-1720* (1976), *Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth Century Europe* (1991), *Scientific Culture and the Making of the Industrial West* (1997) e *Strangers Nowhere in the World: The Rise of Cosmopolitanism in Early Modern Europe* (2006).

MICHEL VOVELLE

Formou-se pela École Normale Supérieure. Foi professor na Universidade de Aix-Marseille. Em 1989, foi presidente da comissão científica quando da celebração do bicentenário da Revolução Francesa. É professor da Sorbonne

e autor de, entre outros, *Mourrir autrefois* (1974), *Piété Baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle* (1978), *La Mentalité Révolutionnaire: société et mentalités sous la Revolution Française* (1986), *Ideologias e mentalidades* (1988) e *Les Folies d'Aix ou la fin d'un monde* (2003).

MASSIMO MASTROGREGORI

Professor na Universidade de Roma-La Sapienza. Dirigiu entre 1987 e 1996 a Rivista di storia della storiografia moderna. Em 1997, funda e passa a dirigir a revista *Storiografia* e o *Bolletino critico e bibliografico della storiografia*. Desde 1998, também dirige a *International Bibliography of Historical Sciences*. É autor de, entre outros, *Il genio dello storico. Le considerazioni sulla storia de M. Bloch e L. Febvre e la tradizione metodologica francese* (1987) e *Il manoscrito interrotto di Marc Bloch. Apologia della storia o mestiere di storico* (1994).

HAYDEN WHITE

Foi professor de literatura comparada na Universidade de Stanford e atualmente é professor emérito da Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Autor de, entre outros, *Metahistória. A imaginação histórica na Europa do século XIX* (1973), *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura* (1978), *The Content fo the Form: Narrative Discourse and Historical Representation* (1987), *Figural realism. Studies in the Mimesis Effect* (1999) e *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature and Theory* (2010).

PAUL VEYNE

Formou-se na École Normale Supérieure. Deu aulas na Universidade de Aix-en-Provence. Ocupou a cadeira de História de Roma entre 1975 e 1999 no Collège de France. É autor de, entre outros, *Como se escreve a história* (1970), *Le Pain et le cirque* (1976), *Elegia erótica romana* (1983), *La Societé romaine* (1991) e *Sexe et pouvoir à Rome* (2005). Organizou o volume I da *História da vida privada* (1987).

JAMES HARVEY ROBINSON (1863-1936)

Foi professor na Universidade da Pensilvânia, entre 1891 e 1895, e Columbia, entre 1895 e 1919, instituição que deixou para fundar a New School for Social Research, da qual foi o primeiro diretor. Entre 1912 e 1920 foi editor associado da *American Historical Review*. Autor de, entre outros, *Petrarch. The First Modern Scholar and Man of Letters* (1898), *Outlines of European History* (com J.H. Breasted e C.A. Beard, 1914), *The Humanizing of Knowledge* (1923) e *The Ordeal of Civilization* (1927).

SOBRE OS ORGANIZADORES

FERNANDO ANTONIO NOVAIS

Graduou-se em história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Entre 1958 e 1964 foi um dos integrantes do seminário Marx, que reuniu, entre outros intelectuais, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Bento Prado Jr. e Roberto Schwarz. Defendida em 1973 e publicada em 1979, sua tese de doutorado, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, lançou as bases para uma nova compreensão do período e da dinâmica entre metrópole e colônia. Foi organizador geral dos quatro volumes da coleção *História da vida privada no Brasil* (1997-98). Foi professor no departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 1986, transferiu-se para o Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Lecionou também na Universidade do Texas, no Instituto de Estudos da América Latina (Paris) e nas universidades de Louvain, Coimbra e Lisboa. Em 2005, a Cosac Naify reuniu seus ensaios e resenhas no volume *Aproximações – Estudos de história e historiografia.*

ROGERIO FORASTIERI DA SILVA

Graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1969. Dedicou-se ao magistério de história no ensino médio. Foi aluno de Fernando Antonio Novais durante a Graduação (1966), integrou a sua primeira turma de Pós-graduação (1974), obtendo o título de mestre com a dissertação posteriormente publicada sob o título de *Colônia e Nativismo: a história como biografia da nação* (1997). Lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis. Desde então tem desenvolvido pesquisas em Historiografia. Integrou a última turma de doutorado de Fernando Antonio Novais na Universidade de São Paulo (1994), defendendo a tese posteriormente publicada sob o título de *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia* (2001).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

W

X

Z

Créditos dos textos

Lucien Febvre, "Face au vent – Manifeste des *Annales* nouvelles", in *Combats pour l'Histoire*, Armand Colin, 1992, pp. 34-43. Fernand Braudel, "Histoire et sciences sociales: La longue durée", in *Annales ESC*, vol. 13, n. 4, seção "Débats et Combats", out.-dez. 1958, pp. 9-37, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Jacques Le Goff e Pierre Nora, "Présentation", in *Faire de l'histoire. Nouveaux problèmes*, pp. 9-15. © Éditions Gallimard 1974. Jacques Le Goff, "L'Histoire nouvelle", in *La Nouvelle Histoire*, 1978, pp. 210-41. © Éditions Retz. Stuart Clark, "The Annales historians", in Quentin Skinner (org.), *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*, pp. 177-98. © Cambridge University Press 1985, reproduced with permission. Emmanuel Le Roy Ladurie, "L'historien et l'ordinateur", in *Le Territoire de l'historien*, pp. 11-14. © Éditions Gallimard 1973. Pierre Chaunu, "L'Économie – Dépassement et perspective",in *Faire de l'histoire. Nouvelles approches*, pp. 71-100. © Éditions Gallimard 1974. Maurice Aymard, "Économique (Histoire)", in *La Nouvelle Histoire*, 1978, pp. 151-56. © Éditions Retz. Emmanuel Le Roy Ladurie, "Evénement et longue durée dans l'histoire sociale: L'exemple chouan" in *Le Territoire de l'historien*, pp. 169-86. © Éditions Gallimard 1973. Philippe Ariès, "L'Histoire des mentalités", in *La Nouvelle Histoire*, 1978, pp. 402-23. © Éditions Retz. André Burguière, "L'Anthropologie historique", in *La Nouvelle Histoire*, 1978, pp. 37-61. © Éditions Retz. Natalie Z. Davis, "Anthropology and History in the 1980s", in *The New History – The 1980s and Beyond*,© 1981 by the Massachusetts Institute of Technology and the editors of *The Journal of Interdisciplinary History*. All rights reserved. No part of this work may be reproduced or transmitted in any form or by any means, electronic or mechanical, including photocopying, recording or by any information storage and retrieval system, without permission in writing from the Publisher. Carlo Ginzburg, "Checking the Evidence: The Judge and the Historian", in *Critical Inquiry*, 18, outono de 1991. © 1994 by Carlo Ginzburg. Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob, "Introduction", in *Telling the Truth about History*, Norton, 1995, pp. 1-12. Michel Vovelle, "L'Histoire et l alongue durée", in *La Nouvelle Histoire*, 1978, pp. 316-43. © Éditions Retz. Massimo Mastrogregori, "Esiste una formulazione teorica in Marc Bloch e Lucien Febvre?", in *Il genio storico. Le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologia francese*, Edizione Scientifiche Italiane, 1987, pp. 11-28. Massimo Mastrogregori, "Conclusione: espirit critique, espirit des *Annales*", in *Il genio storico. Le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologia francese*, Edizione Scientifiche Italiane, 1987, pp. 219-21. Hayden White, "The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation", pp. 26-57. © 1987 The John Hopkins University Press. Reprinted with permission of The John Hopkins University Press. Paul Veyne, "L'Histoire conceptualisante", in *Faire de l'histoire. Nouveaux problèmes*, pp.94-133. © Éditions Gallimard 1974. James Harvey Robinson, "The New History", in *The New History*, The Free Press, 1965, pp. 1-25.

© Cosac Naify, 2011
© Fernando Antonio Novais, 2011
© Rogerio Forastieri da Silva, 2011

Coordenação editorial MILTON OHATA
Preparação CLÁUDIA AGNELLI e JÚLIA BUSSIUS
Revisão CECÍLIA RAMOS, CLÁUDIA CANTARIN e MARIA FERNANDA ALVARES
Projeto gráfico MARIA CAROLINA SAMPAIO
Composição ALEJANDRA ADEIKALAM e GUSTAVO MARCHETTI
Produção gráfica ALINE VALLI

Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nova história em perspectiva volume 1/
organização e introdução
Fernando A. Novais e Rogerio Forastieri da Silva
São Paulo: Cosac Naify, 2011
Vários autores
560 pp.

ISBN 978-85-7503-742-3

1. História - Teoria. 2. Historiografia I. Novais, Fernando A.
II. Silva, Rogerio Forastieri da

11-03422 CDD 907.2

Índice para catálogo sistemático:
1. História e historiografia 907.2

COSAC NAIFY
Rua General Jardim, 770, 2º andar
01223-010 São Paulo SP
[55 11] 3218 1444
cosacnaify.com.br

Atendimento ao professor
[55 11] 3218 1473